MAPPA DORIO DAS AMAZONAS.
MADEIRA BRANCO E NEGRO
Desbravadores
VITOR HUGO

O estudo do Padre Vitor Hugo, que se reveste das características de verdadeira pesquisa científica, abrange os períodos em que o povoamento das terras estudadas se fazia em busca das "drogas do sertão", a partir do século XVII.º até o século XX.º.

São pesquisas de gabinete, através de valioso e raro documentário existente nos arquivos nacionais e estrangeiros, do Rio de Janeiro, São Paulo, Belém do Pará, Manaus, Recife, Fortaleza, Vila Bela de Mato Grosso, Cuiabá, Corumbá, Pôrto Velho, Guajará-Mirim, no Brasil, e os da Bolívia e Perú, na América Latina, os da Torre do Tombo em Portugal, e outros na Itália.

A documentação consultada é das mais preciosas, bem como as fontes bibliográficas de que se socorreu o Autor, devendo ser levado em conta o ingente trabalho individual na percorrida das regiões para a coleta do material histórico, que é também de geografia econômica e de índio-etnologia.

Carlos Mendonça

Presidente Interino da Subcomissão do Desenvolvimento Cultural da S.P.V.E.A.

*

Ilustração da sôbre-capa: reprodução parcial em côres do Ms. I-11,1,0 fl. 1 da B.N.R.J.

VITOR HUGO

DESBRAVADORES

1.º VOLUME

1959

Dr. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus, janeiro, 1960

Mário Ypiranga vem citado na bibliografia e no texto

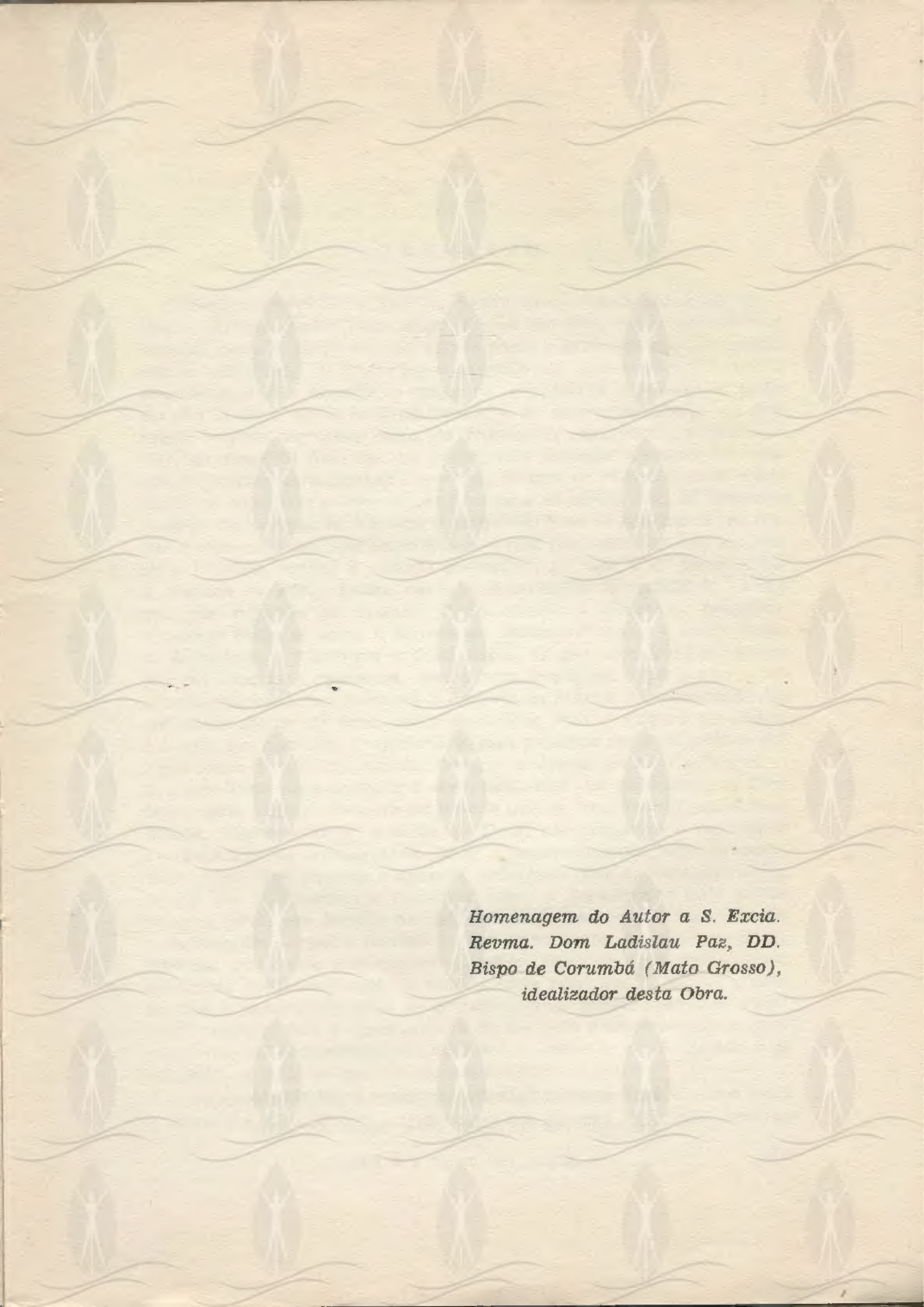
DESBRAVADORES

Cat. s/número

VITOR HUGO
Membro do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo e do Amazonas

DESBRAVADORES

Com Prefácio do Prof. Pedro Calmon

. . . a história eclesiástica, no panorama social, político e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia.

I VOLUME

Edição da "Missão Salesiana de Humaitá"
(Amazonas)
1959

Homenagem do Autor a S. Excia. Revma. Dom Ladislau Paz, DD. Bispo de Corumbá (Mato Grosso), idealizador desta Obra.

PREFÁCIO

"Desbravadores", é o título — sendo igualmente o sóbrio elogio — que o ilustrado padre Vitor Hugo deu ao seu livro sôbre missionários, missões, terra e gente daquêle sertão vasto e ignorado que tão cristãmente palmilhou. O historiador munido de documentação nova e abundante é aí o viajante, o etnógrafo, o geógrafo, o filólogo, o testemunho. A obra tem o múltiplo interêsse da observação direta, da descrição original, do relato culto, do depoimento verídico, do estudo inédito, da simpatia humana. Da benemérita simpatia humana em relação às populações indígenas e mestiças do vale do Madeira, onde o trabalho da catequese se reveste, nesta altura do século XX, do heroismo insigne dos tempos de Nóbrega e Anchieta. Nem se contentou em traçar a crônica, o desenho panorâmico, a real fisionomia de tais lugares. Se o 1.º tômo resume a história eclesiástica do vale, o 2.º corresponde à prelazia de Pôrto Velho, ou seja, à evolução da Rondônia (nome que por sugestão de Roquete Pinto celebra a glória do pioneiro), *contando como se abriu a estrada da Madeira-Mamoré e como vivem os Nambiquara, Caritiana e Bôca Negra. O que se afigura monográfico na exposição cuidadosa, tem a nota científica (sem perder a vibração religiosa) que aproveita à história do índio e à investigação das condições sociais de uma parte misteriosa, rica e extensa do Brasil. Lá estão em apêndice o vocabulário pela primeira vez apresentado dos Parintintin e dos Caritina, dos Gaviões e Araras do rio Gi-Paraná... É o que basta para destacar a ação admirável dos Salesianos de Dom Bosco num pedaço estranho do mundo que os bons padres, apostòlicamente, "desbravadores" a sôldo de Deus, vão rasgando e revolvendo em benefício da humanidade. Lê-se o impressionante livro do padre Vitor Hugo com espanto e aplauso: sobretudo com ternura patriótica. Não é que seja escassa a literatura sôbre a Amazônia e haja nessas páginas sérias um frémito de publicidade "sensacional". Valorizam-na o depoimento — que é honesto — e a importância do material de civilização que reúne com método e acêrto. Torna-se uma grande obra, destacada benfazejamente de uma grande emprêsa. E porque coincide com o movimento geral de adjudicação do Brasil central à economia brasileira, tem a oportunidade de um belo e sincero esfôrço complementar do* desenvolvimento *nacional, a somar-se ao do Estado e da iniciativa privada no quadro da vida contemporânea.*

Auguramos longa e feliz repercussão, às letras que o autor poliu e alinhou na construção paciente da sua epopéia espiritual: benigna

para os destinos do País e necessária para os estímulos do desbravamento. Oxalá a Nação (representada agora por cada um dos leitores que lhe apreciem a contribuição católica) se aperceba de tudo isso. E as novas gerações compreendam e sintam as vantagens de tal bandeirismo. Ou antes: que vá após êle, deixando-se levar por entusiasmos análogos, na trilha do educador, que repete a façanha dos primeiros invasôres pacíficos da selva, e no itinerário do progresso que integra e completa a imensidade do nosso território. Iça-se no tôpo destas páginas um sinal triunfante. E' o mesmo que domina os cimos da paisagem histórica da Pátria. A cruz das descobertas. Abrasileira-se o Brasil (como outrora se aportuguesou esta americana vastidão) com a persistência e coragem, o idealismo e a inteligência, a fé e a caridade das épocas iniciais — a fim de que ao oeste cresça e exista uma das parcelas mais consideráveis do nosso futuro! E' o pensamento que percorre os dois volumes do livro excelente do Padre Vitor Hugo; e são as esperanças que nêle palpitam. Além do mais: proeza do coração endereçada aos que se honram de o ter, na hora difícil que atravessam os povos. Oferta de confiança, a uma sociedade que dela carece. Espécie de clamor que vem da floresta que ainda não secou de tôdo a inundação do Dilúvio: voz missionária e respeitável da melhor porção do Brasil de amanhã!

E' preciso ser ouvida.

PEDRO CALMON
Reitor Magnífico da Universidade do Brasil

Rio, 16 de janeiro de 1959.

PRÓLOGO DO AUTOR

"Nescire quid ante quam natus sis acciderit, id est semper esse puerum".

(Ignorar o que tenha acontecido antes de nasceres, significa ser sempre criança).

Cicero, "Ad Brutum", 34, 120.

A História são os homens que a fazem, mas os documentos e os monumentos deixados por êles a escrevem.

O presente trabalho nasceu sem a menor pretensão de ciência histórica. Foi começado para servir a uma revista juvenil de propaganda, mas ampliou seu escopo quando o autor leu uma série de êrros imperdoáveis de história Brasileira publicados na Europa! [1].

Eis os pródromos da obra que apresentamos aos cultores da história pátria, como achegas para a nossa história eclesiástica.

> "Nada pode haver de mais necessario para o bom regimem d'uma paroquia do que a historia d'ella, isto é, dos acontecimentos mais importantes havidos n'ella".

Lidas num livro de Tombo, essas palavras escritas pelo Pe. José de Suma Martins, o primeiro cronista da cidade de Humaitá, no Amazonas, acalentaram o desejo de comunicar a outrem a satisfação do bem feito.

> "Todo homem que esconde o que faz — foi dito recentemente por um deputado amazonense — nega o seu trabalho, oculta seu labor, nega-se a si mesmo. Infelizmente, lógica ou naturalmente, ou pela decorrência dos fatos que nos cercam, vivemos daquilo que dizem de nós, de como nos pintam, nos divulgam, nos apresentam e nos criticam".

---

1 — *Gioventù Missionaria* — Torino (Itália), luglio 1953.

Por isso nos Atos dos Apóstolos lemos:

> "O povo todo calou-se para ouvir de Paulo e Barnabé contar os feitos extraordinários e os milagres que por meio dêles Deus realizara entre os gentios" [2].

Os feitos missionários e os demais empreendimentos que a êles se ligavam no antanho, despertaram sempre "assás de fervor". Em 1552 [1.º/XII] o Pe Luiz Fróis escrevia de Goa aos Jesuítas de Coimbra:

> "As cartas que de Portugal vierão, asi dese colegio como do Brasil, no ano de 52 [1552] sobremaneyra nos aleguarão e ouve com ellas assás de fervor. Na noite que cheguarão, se lerão com quampainha tangida até à huma depois da meia noite, e no refeytorio todos os dez dias seguintes [. . .]. E se soubeceys, charissimos, quanto quá soão as novas que de llá vem, e quanto o povo além dos Irmãos, as deseya e cobiça, e quantas relíquias se quá fazem de vosas cartas, sen dúvida que me parece que vos oferecerieis a qualquer detrimento do corpo, por dardes quá aos Irmãs recreaçõis tan suaveis" [3].

Essa belíssima página foi repetida trezentos anos mais tarde pelo historiador da Congregação Salesiana:

> "O fervor missionário era mantido vivo, máxime entre os confrades jovens, pelas cartas que chegavam da América nos primeiros mêses do ano, e que descreviam no vivo os sacrifícios do pessoal demasiado insuficiente para enfrentar tôdas as necessidades" [4].

Semelhante fervor missionário hoje está indùbiamente esmorecendo, mesmo em ambientes eclesiásticos e religiosos. A mentalidade hodierna, as guerras que afastam os homens e os meios velozes que com rapidez os aproximam, criaram um clima de egoísmo e de egocentrismo. Pondera-se por demais que a caridade primeira começa dentro de casa, mesmo tratando se da pregação evangélica, mas olvida-se com certa facilidade, que ao verbo "praedicate" Cristo antepôs outro mandamento: "Ite"!. . .

* * *

Era óbvio que não nos limitássemos estritamente ao argumento religioso, pois que a religiosidade é inseparável do homem empreendendor de realizações.

---

2 — Act. XV, 4-7.

3 — WIEKI, Joseph, *Documenta Indica*, Roma, Monumenta Historica S J. 1950. vol. II, pág. 488.

4 — CERIA, Eugenio, *M. B.*, XIII (1932), pág. 298.

Da mesma forma está fora de dúvida o longo alcance atingido pela religião católica e pelos seus ministros sôbre os homens e os fatos que fazem a História.

> "A História — disse Pio XII — não é simples lista de fatos, mais ou menos cruéis ou edificantes, porque é fácil ver nela uma arquitetura, que deve ser estudada e aprofundada à luz da Providência Divina universal e da incontestável liberdade de ação humana [5].

Hoje em dia, aliás, são conhecidos e indiscutíveis os méritos da Igreja em todos os setores do progresso e da cultura.

Assim mesmo, faltaram-nos o preparo e os recursos de tôda espécie para que propuséssemos sem mais apresentar uma obra de fôlego.

A autor ufana-se apenas de ter agido muito concienciosamente:

> "primam esse historiae legem — ne quid falsi dicere audeat, deinde ne quid veri non audeat [6].

Por isso, a bibliografia citada e as fontes anotadas, foram compulsadas e lidas **de verdade!** [7]

Tivemos assim o ensejo de fazer duas tristes constatações "de visu": obras célebres de autores não menos célebres mesmo da atualidade, pecando lastimàvelmente pela falta de sinceridade e pelo partidarismo, quando deveriam contribuir para a luz!

A outra constatação foi apenas um comprovante do infeliz estado em que se acham muitos arquivos, mesmo eclesiásticos!

Foi então que o autor percebeu estar preparando, pràticamente, uma obra-fonte para aquêle acervo de documentação que, infelizmente, jamais gozará das alegrias de um arquivo ou ao menos de um catálogo...

Assumimos para isso tôda a responsabilidade de um sacerdote, e de um estudioso minudente e concienciosó "sine ira et studio", como diz Tacito em seus Anais [8].

Por essa razão evidenciar-se-á a falta de síntese: as notas parecerão excessivas à primeira vista, quando não se ponderar que muitas fontes citadas, especialmente do tempo moderno, estão prática e irremediàvelmente perdidas **desde já**, pela incúria de tantos irresponsáveis pelos cargos que ocupam!!!

---

5 — PIO XII, 24 III/57, em "L'Osservatore Romano", ediç. francêsa de 5/IV/57.

6 — CICERO, *De Oratore*, II, 15.

7 — Uma única exceção é feita pela secção *Obras complementares*.

8 — TACITO, *Anais*, I, 1.

Ocorre-nos agora uma carta que Capistrano de Abreu escreveu a Guilherme Studart, em 20 de abril de 1904.

> "Porque não dás a procedência dos documentos que publicas? Felix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Moraes, encontrou-o queimando uns papeis; estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde quando quiserem estudar História do Brasil, hão de recorrer às minhas obras.
>
> Tu não és Melo Moraes. Varnhagem pelo menos na Tôrre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los, não podia, pois, indicar a procedência! Tu não és Varnahagen. Porque motivo portanto te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que com os estudos arquivais, com a criação da critica historica, com a critica de fontes criada por Leopoldo Von Ranke, na Alemanha foi renovada a fisionomia da História?"

Foi o Papa Pio XI, outrora bibliotecário da famosa Biblioteca Ambrosiana de Milão, que em audiência privada aos 29 de abril de 1932, recomendou ao Pe. Eugênio Ceria, historiador da Congregação Salesiana, que fizesse "largo posto alla documentazione" [9].

Lá estão o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação do Rio de Janeiro, o Departamento de Documentação da Universidade de São Paulo, para testemunhar sôbre a minuciosidade das pesquisas efetuadas por nós. Lá, entre outros, estão os funcionários da Administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que por dois mêses seguidos nos franquearam por cinco horas todos os dias o Arquivo daquela Ferrovia!

Percorremos regiões imensas, para colher "in loco" dados que contribuissem para a história, a geografia, a etno-indiologia da região estudada. Estivera sob nossas vistas o ditado de Dante Alighieri:

> "Per correr miglior acque alza le vele" [10].

Com relação à nossa pretensa contribuição etnográfica, não obstante a modesta boa vontade, somos forçados a assinar as afirmações do abalizado mestre, o Prof. Herbert Baldus, onde diz:

> "Não existe monografia sôbre tribo brasileira que não revele a preferência do autor para determinado aspecto da cultura, quer

---

9 — CERIA, E., o. c. XV, pág. 5.

10 — "P'ra seres mais profundo, sai-te de casa".
DANTE ALIGHIERI, *Divina Comédia*, Purg. I, 1.

seja ergologia, mitologia ou sociologia, ao invés de considerar todos os aspectos com a mesma penetração a fim de poder, realmente, ver a cultura como um todo em interação com suas partes, ou, em outras palavras, a vida como ela é... Vemos surgir dúvidas em tôda parte [11].

Absoluta objetividade é impossível! Mas o historiador não é um panegirista. O saudoso historiador da Congregação Salesiana, o nunca assás lembrado Pe. Eugênio Ceria, teve isso presente, mesmo referindo-se a figuras em evidência nas tradições do passado [12].

Surge à baila, contudo, se o autor, Salesiano, deveria pautar-se pelo método de seu Fundador S. João Bosco, o qual escreveu:

> "Se narrando um episódio pouco honrado e controverso, eu fosse abalar a fé de uma alma simples, não seria isso induzí-la ao êrro? Se expuser a alguma mente rude o defeito dum membro de Congregação, não lhes despertaria dúvidas sôbre a inteira comunidade?"

Entretanto, não é mesmo assim o pensamento de S. João Bosco, que na mesma ocasião disse: "Eu escrevo para o povo e para os jovens" [13].

Como não estamos apresentando uma obra apenas popular, procuramos manter-nos no caminho do meio. Se nos excedemos, citando o epistolário íntimo, especialmente do tempo moderno, seja êsse excesso tomado como uma lição para os únicos dois arquivos, que, por arbitrariedade ou descabível regímen interno, não nos abriram suas portas! Por amor à verdade, não tememos a luz!

Sombras e penumbras, pondo em maior evidências os clarões de luz, por vêzes têm apenas uma alusão nas notas bibliográficas; mas nem sempre foi possível. Tratando-se da documentação fotográfica — em parte inédita, cremos, a dos Parintintin — recorremos a um expediente que não sacrificará os direitos dos etnólogos, nem as precauções da mais elementar pedagogia.

* * *

---

11 — BALDUS, Herbert, *Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira*, S. Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954, Introdução, pág. 21.

12 - Após ter citado as palavras auto-biográficas do Pe. João B. Francesia "Mi pare di essere fedele esecutore, ma infelice organizzatore", o Pe. Ceria acrescenta muito delicadamente: "Ecco perchè coloro che gli volevano bene, evitarono di esporlo a rischi di spiacevoli insuccessi". CERIA, E., *Profili dei Capitolari Salesiani*, Asti, L. D. C., 1951, pág. 78.
"Intelligenti, pauca"!

13 — LEMOYNE, *M. B.*, III, pág. 423 e 526.

Numa das vêzes que fomos hóspedes em Cuiabá do Exmo. Sr. Dom Francisco de Aquino Correia, aquêle eminente Membro da Academia Brasileira de Letras nos alertou sôbre a necessidade de manter um estilo literário único, e acrescentava que se tratava de coisa tão difícil que nem sequer o Historiador da Companhia de Jesus no Brasil alcançara!

Por múltiplas razões tivemos sempre a certeza que tal perfeição nos seria ainda mais inatingível. Passando pelos vários campos, do historiador, cronista e analisador, mais duma vez nos pareceu ver mesmo algum vulgar centão!

Agravou-se a situação quando, abandonando o magistério, e impedindo-nos outras circunstâncias o necessário sossêgo de espírito, fomos coagidos a traçar muitas das últimas páginas nas horas noturnas, depois de suspender as visitas paroquiais do interior do Município de Humaitá afim de tomar a frente por várias vêzes do Ministério sacerdotal na sede da paróquia. A todo o munus do ministério, acrescentavam-se as preocupações pelo Hospital e o Colégio Feminino em construção, pelos pedreiros para fiscalizar, pela olaria a ser mantida em movimento: ir buscar areia, tijolos, providenciar embarcações adrede, consêrtos do gerador elétrico, da bomba de água. . .

À noite, à luz elétrica até às onze horas, à luz duma vela de estearina daquela hora em diante, foram escritas muitas páginas do presente trabalho, como o provam fôlhas chamuscadas dos originais: Deus sabe com qual estilo literário...

Sabedor, porém, de estar prestando uma homenagem a tôda uma plêiade de novos Apóstolos, o autor se sente ufano dessa glória. Apenas ousa terminar com as mesmas palavras do grande romancista italiano: "Non l'abbiam fatto apposta" [14].

* * *

Um agradecimento. . . Desde os primeiros obscuros auxiliares que foram em 1953 os briosos estudantes do Instituto Teológico Salesiano em São Paulo — hoje todos êles esforçados sacerdotes — até ao Departamento de Documentação da Universidade de S. Paulo, chefiado pelo dinâmico Dr. Oscar Campiglia, ao I. B. B. D. do Rio de Janeiro, e à mocidade generosa que se prontificou em datilografar os manuscritos, sacrificando as horas de lazer.

Agradecimento a muitos inesquecíveis diretores e funcionários de Arquivos e Bibliotecas desde S. Paulo e Belém até La Paz na Bolívia e Lima no Peru: agradecimento a obscuros colaboradores dos Estados Unidos, de França, Itália, Espanha e Portugal.

Agradecimentos especiais à Universidade de S. Paulo na pessoa do Prof. Ricardo Román Blanco, professor de História e Paleografia na mesma Universidade, na pessoa do Dr. Plínio Ayrosa e Dr. Carlos Drumond do Departamento

---

14 — MANZONI, Alessandro, *I Promessi Sposi*.

de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, sendo que o Dr. Plínio Ayrosa nos honrou com a apresentação do vocabulário da jíria Parintintin.

E não fica esquecida a figura simpática do Pe. Dr. Guilherme Saake, S. V. D., da Universidade Católica de S. Paulo, que nos apresentou pela vez primeira ao Serviço de Documentação da Universidade de S. Paulo.

Por fim, em ordem cronológica, dois nomes inseparáveis dessa obra: o Pe. João Chiarot e o Pe. Belchior Maia d'Athayde, membro da Academia Pernambucana de Letras, ambos inesquecíveis irmãos de Congregação: a êsse coube o onus da revisão, aquêle — crítico profundo — acompanhou por muitos mêses a redação final da presente obra com uma meticulosidade inacreditável, digna dos maiores encômios.

V. H.

ÍNDICE GERAL

APÊNDICES:

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

DOCUMENTAÇÃO

Arquivo da Companhia de Jesus (Roma)

Arquivo Geral da Congregação Salesiana (Turim-Itália)

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa-Portugal)

Arquivo Nacional de Lima (Peru)

Biblioteca de Évora (Portugal)

Biblioteca Nacional de Lisboa (Portugal)

Tôrre do Tombo (Portugal)

Biblioteca dos Padres Jesuítas de La Paz (Bolívia)

Biblioteca da "Recoleta" [*Franciscanos*] de La Paz (Bolívia)

Biblioteca do Seminário Consistorial de La Paz (Bolívia)

Biblioteca da Universidade Maior de S. André (La Paz-Bolívia)

Arquivo Arquidiocesano de Cuiabá (Mato Grosso)

Arquivo Arquidiocesano de Fortaleza (Ceará)

Arquivo Arquidiocesano de Manáus (Amazonas)

Arquivo Paroquial de Borba (Amazonas)

Arquivo Paroquial de Humaitá (Amazonas)

Arquivo Paroquial de Manicoré (Amazonas)

Arquivo particular de S. E. D. Alberto G. Ramos (Belém-Pará)

Arquivo da Prelazia de Pôrto Velho (Rondônia)

Arquivo do Estado de S. Paulo

Arquivo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Pôrto Velho-Rondônia)

Arquivo fotográfico da E. F. M. M. (Sr. André Ary, junto de *A Gazeta*, S. Paulo)

Arquivo Municipal de S. Antônio da Cachoeira (antigo Mato Grosso)

Arquivo Municipal de Humaitá (Amazonas)

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Arquivo particular da família Monteiro (Humaitá-Amazonas)

Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

Arquivo Público do Pará (Belém)

Biblioteca do Instituto Teológico Pio XI (S. Paulo)

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

Biblioteca Municipal de Humaitá (Amazonas)

Biblioteca Municipal de Manáus (Amazonas)

Biblioteca Municipal de S. Paulo

Biblioteca do Museu Paulista (S. Paulo)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata (Belém-Pará)

Bibliotecas particulares do Ministro José Carlos de Macedo Soares (Rio de Janeiro e S. Paulo)

Mapoteca do Itamarati (Rio de Janeiro)

Mapoteca Municipal de São Paulo

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de — *Breves Traços da História do Brasil Colonia, Imperio e Republica*, Rio, 1907; *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*, Rio, Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, José Coelho da Gama e [Barão de Marajó] — *As regiões Amazonicas, Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*, Lisboa, Imp. de L. da Silva, 1895.

ACUÑA, Cristobal de — *Nuevo descubrimiento*, apud Cândido Mendes de ALMEIDA, *Memorias*, trad. de Melo Leitão, S. Paulo, C. E. N., Col. "Brasiliana", vol. CCIII (1941).

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcanti — *A Amazonia em 1893*, Rio, 1894.

ALMEIDA, Luiz Castanho de — *O sacerdote Diogo Antonio Feijó*, Petrópolis, Vozes, 1951.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e [astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites] — *Memória a respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de S. Joaquim, Itonamas e Maxupo*, R. I. H. G. B. XII (1849 e 1874).

ALMEIDA, Cândido Mendes de — *Memorias*, Rio, Typ. Bras., Edit. J. J. do Patrocinio, 1860; *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro, antigo e moderno, em suas relações com o direito canonico, ou collecção completa chronologicamente disposta desde a primeira dynastia portugueza até o presente*... notas históricas e explicativas, Rio de Janeiro, Typ. nacional, B. L. Garnier, 1832.

AMAZONAS, Lorenço da Silva e — *Diccionario topographico, descriptivo da comarca do alto-Amazonas*, Recife, 1852.

ANÔNIMO — *Diário de Viagem* [dum companheiro de viagem da expedição de Francisco de Melo Palheta — 1723].

ANÔNIMO — *Vicariato del Beni*, s. d., [La Paz?].

ANÔNIMO — *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telepraphicas de Matto Grosso ao Amazonas sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*, Rio, 1916.

ANÔNIMO — *Anal de Vila Bela,* Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleç. Pombalina, Ms. 623, publicado nos Anais do Museu Paulista X e XI.

ANÔNIMO [Una Hija de Maria T. de San Francisco] — *Breves notas biográficas de la la vida del Exmo. y Rdmo. Monseñor Dr. Federico de Souza Costa, Obispo Dimisionario de Manaus (Brasil)* Titular de Tubuna fallecido en Barcelona en opinion de santidad, s. l., s. d.

ANÔNIMO — *Descripcion de las Misiones del Alto Perú, 1771.*

ANÔNIMO — Memória da nova navegação do Rio Arinos, R. I. H. G. B., XIX, t. VI da 3.ª série (1856), Rio, 1898.

ANÔNIMO — *O Cinquentenário da Prelazia de Santarém, 1903 1953,* Petrópolis, Vozes, 1953.

ANÔNIMO — *Relasão exacta em que se dá Notisia de tudo o que se tem pasado nas Fronteyras de Mato Grosso, E Santa Cruz De La Sierra desde o Anno De Mil Sete Centos Sincoenta e nove, até ao princípio do Anno de Mil Setecentos e Sesenta e Coatro, sendo Governador o Illustrisimo e Excelentisimo Senhor Dom Antonio Rolim de Moura Capitão General da Capitania de Mato Grosso.* A. E. S. P.

ANÔNIMOS — *Relação abreviada Da Republica que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos Dominios Ultramarinos das duas Monarquias, e da Guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Hespanhoes e Portugueses. Formada pelos Registos das Secretarias dos dous respectivos Principaes Comissarios, e Plenipotenciários; e por outros Documentos authenticos.* S. l., s. d.
Memoire pour servir d'addition et d'éclairissement à la Relation abrégée, et qu'on vient de donner au Public, sur l'abominable conduite des Jésuites, dans les pays et domaines d'autre-mer dépendans des Royaumes d'Espagne et de Portugal. Lisbonne, 1758.
Récueil de pièces pour servir d'addition et de preuve à la Relation abrégée concernant la Republique établie par les Jésuites dans les Domaines d'autre-mer des Rois d'Espagne et de Portugal, et la guerre qu'ils y frontiennent contré les armées de ces deux Monarques. Lisbonne, 1758.

ANTA, Marcelino Cabreros de, C. M. F. — *Código de Derecho Canónico,* Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1949.

ARAUJO, Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e — *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* Rio, 1948.

ARMENTIA, Nicolas — *Navigacion del Madre de Dios, Viaje del Padre Nicolas Armentia,* La Paz, 1887; *Relacion histórica de las Misiones*

Franciscanas de Apolobamba por otro nombre Frontera de Cau-[po]lican, La Paz, Imprensa del Estado, 1903.

ASTRAIN, Antonio — *História de la Compañia de Jesus en la Assistencia de España,* Madrid, 1905-25.

AZEVEDO, João Lucio de — *Os Jesuitas no Grão Pará, suas missões e civilização,* Lisboa, 1901, Coimbra, 1930; *Cartas de Viera,* coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Coimbra, 1925-28.

BADARIOTTI, Nicolas, Salesiano — *Exploração no Norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguay e planalto dos Parecis,* S. Paulo, 1898.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro — *Compêndio das Eras da Província do Pará,* Pará, Typ. de Santos e Santos menor, 1838.

BALDUS, Herbert — *Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil.* R. A. M. S. P., LXIV, e Boletim Geográfico, Rio XLVIII (1947); *Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira,* Comissão do IV Centenário da cidade de S. Paulo, Serviço de Comemorações culturais, S. Paulo, 1954; *Tribos da Bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Indios,* Revista do Museu Paulista, N. S., vol. II.

BALLIVIÁN, Manuel V. — *Documentos para la Historia Geográfica de Bolívia,* La Paz, 1906.

BARATA, Francisco José Rodrigues — *Diário da viagem que fez à colonia hollandeza de Surinam o porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este Estado, em diligência do Real Serviço.* R. I. H. G. B. VIII (1846), (2.ª ed. 1867): pág. 1-53, 157-204.

BARATA, Frederico — *Uma análise Estilística da ceramica de Santarem,* separata de "Cultura" (n.º 5, 1953), para o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Imprensa Nacional, Rio, s. d.

BARROS, J. C. Freitas — *Um quadro e uma figura,* Papelaria Fernandes, Lisboa, 1952.

BARROSO, Pe. Romualdo M. de Seixas — *Oração Fúnebre de D. Antônio Ferreira Viçoso,* Rio, Livr. João Martins Ribeiro, 1875 e Bahia, Imp. Economia, 1875.

BERREDO, Bernardo Pereira — *Annaes históricos,* 3.ª edição, Florença, Coleç. "Historiadores da Amazonia", Typografia Barbera, 1905.

BESOUCHET, Lídia — *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco,* Rio, Edit. Zelio Valverde, 1945.

BETTENDORFF, João Felipe — *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão,* R. I. H. G. B. LXXII, 1.ª P. (1909).

BITTENCOURT, Agnello — *Chorographia do Estado do Amazonas,* Manáus, Typ. Palácio Real, 1925.

BITTENCOURT, Antonio C. R. — *Memória do Municipio de Parintins,* Manaos, Livraria Palais Royal, 1924.

BIVAR, Arthur — *A Igreja e o Estado,* Póvoa de Varzim (Portugal), Coleç. "Sciencia e Religião", 1913.

BOKEY, Frei Francisco Xavier — *Missões no Amazonas,* em "Santo Antônio", Recife III (1945) n.º 2.

BOUZAS, Benigno Cortizo [aventureiro do Alto Amazonas], — *Del Amazonas al Infinito,* Recife, Empresa Diário da Manhã S. A., 1950.

BRABO, Francisco Javier — *Atlas de cartas geográficas* com introdução de F. J. Brabo, Madrid, 1872; *Colección de documentos relativos à la expulsión de los Jesuitas de la Argentina y del Paraguay,* Madrid, 1872; *Inventários de los bienes hallados a la expulsion de los Jesuitas,* Madrid, 1872.

BRANCO, José Moreira Brandão Castello — *Caminhos do Acre.* R. I. H. G. B. CXCVI (1947), Rio, 1950.

BREJENSE, Fernando Guapindaia de Souza — *Relatórios* [11/II e 5/IX/1915], Manaos, 1916.

BROWN, C. Barrington, and LIDSTONE, William — *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its Tributaries.* London, 1878.

BUENO, José Antônio Pimenta — *Extracto do discurso do presidente da Provincia do Mato Grosso, o Doutor José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1.º de março de 1837.* R. I. H. G. B., II (1916).

CABRAL, Luiz Gonzaga, S. J. — *Prefácio* endereçado ao Dr. Afrânio Peixoto, do *"De Exilio"* de Caeiro; *Jesuitas no Brasil,* S. Paulo, 1926.

CAEIRO — *De Exilio,* vernaculizada pelo P. Manuel Narciso Martins, S. J., Bahia, Ediç. da Academia Brasileira de Letras, 1936. [Título português: *"Jesuitas do Brasil e da Índia na perseguição do marquês de Pombal"*].

CAMPOS, Dr. João da Silva — *História das Origens de Porto Velho,* "Alto Madeira", ano I, n.º 1, 15/IV/1917.

CANTANHEDE, Antonio — *Achêgas para a história de Porto Velho,* Manáus, 1950.

CARDÚS, R. P. Fr. José — *Las misiones franciscanas entre los infieles de Bolivia*, Barcelona, 1886.

CASAL, Manuel Ayres de — *Corografia Brasilica*, Rio, 1817 e 1947.

CASTELNAU, Francis — *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. Trad. de Olivério M. de Oliveira Pinto, S. Paulo, Coleç. "Brasiliana", vols. CCLXVI e CCLXVI A (1949).

CASTELO BRANCO, Camilo — *Introdução e notas ilustrativas às memórias de Fr João de S. Joseph Queiroz*, Bispo do Grão-Pará, Porto, Typ. da Livraria Nacional, 1868.

CASTILLO, Joseph de, S. J. — *Relación de la Provincia de Mojos*, Arquivo Nacional do Perú.

CERIA, Sac. Eugênio, S. D. B. — *Memoire Biografiche del Beato Giovanni Bosco*, Torino, S. E. I., 1930-1948, vols. XIss.; *Annali della Societá Salesiana*, Torino, S. E. I., 1941.

CIVEZZA, Marcellino da — *Storia Francescana*, Firenze, Tip. di E.Ariani, 1894.

COELHO, Felipe José Nogueira — *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*, R. I. H. G. B. XIII (1850).

CORRÊA Filho, Virgílio — *As Raias de Mato Grosso*, S. Paulo, Secção de Obras d'"O Estado de S. Paulo", 1925 ss.; *Mato Grosso*, 2.ª ed., Rio, Coeditora Brasílica, 1939; *Alexandre Rodrigues Ferreira*, S. Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", Vol. CXLIV (1939).

CORREIA, D. Francisco Aquino, S. D. B. — *Os Jesuitas em Mato Grosso*, Revista de Cultura, Nov.-Dez. 1941.

CORTESÃO, Jaime — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, Rio, Ministério da Educação e Cultura, 1958; *Jesuitas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*, Mss. da Coleção de Angelis, Rio, Biblioteca Nacional, 1951; *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, com Mss. da coleção de Angelis, Rio, Instituto Rio Branco, 1950-1956.

COSTA, Dom Antonio de Macedo, *A Amazonia, meio de desenvolver sua civilização*, Rio, 1884.

COSTA, Dom Frederico Benício de Souza — *Carta Pastoral*, Fortaleza-Ceará, 1909.

COSTA, João Angyone — *Indiologia*, Rio, Bibliot. Militar LXVI-LXVII (1943); *Migrações e Cultura Indígena*, S. Paulo, C. E. N., Coleç "Brasiliana", vol. CXXXIX (1939).

COUTINHO, Antonio Carlos da Fonseca, *Noticias da Voluntaria Redução de Paz e Amizade da feroz Nação do Gentio Mura*, separata 31 da R. I. H. G. B., XXXVI, p. 1.

COUTINHO, Francisco de Souza — R. I. H. G. B., II (1840 e 1858).

COUTINHO, J. M. da Silva — *Relato apresentado ao Illm.º e Exmo.º Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Manaos*, Typ. Francisco José da Silva Ramos, 1861.

CRAIG, Neville B. — *Estrada de Ferro Madeira Mamoré*, S. Paulo, C. E. N., Coleção "Brasiliana" vol. CCXLII (1947).

CRUZ, Fr. Laureano de la — *Nuevo descubrimiento del Rio de Marañon llamado de las Amazonas* [1651], Madrid, 1900.

CUNHA, Euclides da — *Perú versus Bolívia*, 2.ª ed., Rio, Livraria José Olimpio, 1939. [A 1.ª ed., de 1907, é da Livraria Francisco Alves e Ofic. Graf. do Jornal do Comércio, Rio]; *Os Sertões*, 23.ª ed., Rio, Livr. Francisco Alves, 1954.

CURT NIMUENDAJÚ, [Unkel] — *Os Indios Parintintin do Rio Madeira*, J. S. A. P., XVI (1924); *The Mura and Pirahá*, H. S. A. I., III, Smithsonian Institution, Washington, 1948; *The Cawahib, Parintintin, and their neighbors*, o. c.; *The Cayabí, Tapanyuna, and Apiacá*, o. c.; *Streifzüge in Amazonien*, Ethnologischer Anzeiger, II, Heft 2, Stuttgart, 1929; *Wortlisten aus Amazonien*, J. S. A. P., XXIV (1932).

CURT NIMUENDAJÚ, Unkel — BENTES, E. H. do Valle. — *Documents sur quelques langues peu connues de l'Amazone*, J. S. A. P., XV (1923).

D'ARLACH, O'Conner Tomas — *El General Melgarejo*, La Paz (s. data) [1954].

D'ORBIGNY, Alcide — *Voyage dans l'Amérique meridionale*, Paris, 1839.

DANIEL, João — *Thesouro descoberto*, R. I. H. G. B., II (1840 e 1858), III (1841).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues: doc. 15 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo documentos manuscritos relativos ao Dr. Alexandre R. Ferreira, 1783-1792; *Catálogo de Manuscritos e Bibliografia*, B. N. R. J., Divisão de Obras raras e Publicações, 1952; *Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786*, B. N. R. J., Ms., I-11, 1, 25, e R. I. H. G. Ethnographico do Brasil XXXVI (1873); *Diário da viagem philosóphica de A. R. Ferreira 1788-89*, *Relação circunstanciada do Rio Madeira e seu Território*, B. N. R. J . Ms. I-11,

I, 36: *Memoria para em seus lugares se inserirem, quando se ordenar o Titulo das Antiguidades do Rio Madeira*, s. l. n. d., B. N. R. J., Mss. I-11, 2, 2 n.º 7 e I-11, 2, 6 n.º 32; *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do Rio Negro*, B. N. R. J., Ms. I-11, 1, 1.

FERREIRA, Pe. João de Sousa — *America abreviada*, R. I. H. G. B. LVII (1894).

FERREIRA, Manoel Rodrigues — *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, em "A Gazeta", S. Paulo, 9-28/I/57.

FLORENCE, Amador — *O grande inimigo dos Jesuitas*, R. A. M. S. P., XII (1935).

FLORENCE, Hercules — *Viagem Fluvial do Tieté ao Amazonas, de 1825 a 1829*, trad. do Visconde de Taunay, 2.ª ed., S. Paulo, Ed. Melhoramentos, 1948.

FONSECA, João Severiano — *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*, Rio, 1881,

FONSECA, José Gonçalves da — *Navegação desde o Pará até o rio Madeira, 19/II/1749*, em Cândido Mendes de ALMEIDA, *Memórias*.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, São Paulo, 1954.

GAUTRELET, Pe. Francisco Xavier — *A Franc-Maçonaria e a Revolução*, Porto, Livr. Internac., 1873.

GIBBON, Lardner and HERNDON, W. Lewis — *Exploration on the walley of the Amazon*, Washington, 1854; Part II by Lardner Gibbon.

GRAMOZA, José Pedro Ferrás — *Sucessos de Portugal, Memórias históricas políticas e civis*, Lisboa, 1882; *Récueil des Instructions données aux embassadeurs de France*, Paris, 1886.

GREVE, Aristides, S. J. — *Subsídios para a História da Restauração da Companhia de Jesus no Brasil*, S. Paulo, 1942.

GUERRA, Antonio Teixeira — *Formação de Lateritos sob a floresta equatorial Amazônica (Território Federal do Guaporé)*, separata da Revista Brasileira de Geografia, n.º 4, ano XIV, Rio, Conselho Nacional de Geografia, 1953; *Observações Geográficas no Território Federal do Guaporé*, separata da Revista Brasileira de Geografia, N.º 2, ano XV, Rio, Conselho Nacional de Geografia, 1954.

GUERRA, Flávio — *A questão religiosa do segundo Império brasileiro*, Rio, Pongetti, 1952.

GUEVARA — *Historia del Paraguay*, Buenos Aires, 1839.

GUIDO, Ângelo — *O reino das mulheres sem lei.* Ensaios de mitologia Amazônica, Porto Alegre, 1937. R. I. H. G. do Rio Grande do Sul, ano XVII (1937).

HAFKMEYER, J. B., S. J. — *A supressão da Companhia de Jesus*, Petrópolis, Vozes, 1916; *A Restauração da Companhia de Jesus*, Nicteroy, Esc. Typ. Salesiana, 1917.

HANDELLMANN — *História do Brasil*, Rio, edição do I. H. G. B., anotada por Basílio de Magalhães, 1931.

HELLO, Henri — *L'action maçonique au XVIII siècle*, s. l., s. d.

HERIARTE, Maurício — *Descripção do Maranhão, Pará etc.* [1614], Vienna d'Austria, ediç. por conta do Editor Barão de Porto Seguro, 1874.

HERVAS, Lorenzo — *Catalogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de estas segun la diversidad de sus idiomas y dialectos*, t. I, Lenguas y naciones americanas, Madrid, 1800-1805.

HOLZAPFEL, H., O. F. M. — *Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens*, Freiburg in Br. 1909.

KELLER-LEUZINGER, Franz — *Von Amazonas und Madeira*, Stuttgart, 1874; Ediç. inglesa: *The Amazon and Madeira Rivers, sketches and descriptions from the note-book of an explorer*, London, 1874.

KIEMEN, Mathias C., O. F. M., M. A. — *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*, Washington, D. C., The Catholic University of America Press, 1954.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura, O. F. M. — *A Maçonaria no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1956.

LACOMBE, Américo Jacobina — *Um passeio pela História do Brasil*, Ed. da "Organização Simões", Coleç. "Rex", Rio, 1951.

LAMEGO, A. — *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, Niterói, 1941.

LANTOINE, Albert — *Histoire de la Franc-Maçonnerie Française*, Paris, Emil Nourry Ed., 1925.

LATHAM — *The natural history of the varieties of names*, London, 1850.

LECLERC, L. Adam y C. — *Arte de la lengua de los indios Baures*, Paris, 1880.

LEITE, Serafim, S. J. — *Luiz Figueira (a sua Vida heróica e a sua obra literária)* Lisboa, 1940; *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa e Rio, Imprensa Nacional, 1943 ss.; *Páginas de História do Brasil*, S. Paulo, 1937, *Monumenta Brasiliae*, Roma, Monumenta Historica S. J., 1956.

LEMOYNE, Giov. B. — *Memorie Biografiche del Beato D. Bosco*, Torino, S. E. I., 1898-1939, Vol. I-X.

LÉRY, Jean de — *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil autrement dite Amérique etc.* A la Rochelle, Antoine Chuppin (1570); Trad. de Tristão de Alencar Araripe, Rio, 1889; Trad. de Sergio Milliet, Biblioteca Histórica Brasileira, S. Paulo, vol. VII, 1941.

LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço] — *Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia de Matto Grosso*, R. I. H. G. B. XLVII (1884); *Vias de comunicação*, Cuiabá, 1905.

LIMA, Gal. José Inácio de Abreu — *Synopsis ou Deducção chronológica dos factos mais notáveis da história do Brasil*, Pernambuco, 1845.

LIMA, Araujo — *Amazonia, a Terra e o Homem*, S. Paulo, Cia. Edit. Nacional, Coleção "Brasiliana", vol. 104, 1945.

LIMA, Américo Pires de — *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953.

LUDEWIG, H. E. — *The literature of american aboriginal languages*, London, 1858.

LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida — *Dom Macedo Costa*, Rio, Cruzada da Boa Imprensa, 1939; *Notas a lapis*, S. Paulo, 1952.

LUZ, Francisco Mendes da — *Regimento da Casa da India* [manuscrito do séc. XVII existente no Arquivo Geral de Simancas], Anais, Lisboa, Ministério das Colonias, 1951, Vol. VI. t. II.

MACCHETTI, Fray Jesualdo — *Diario del viaje fluvial del Padre Fray Jesualdo Macchetti, Misionero del Colegio de La Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlantico en 1869*, La Paz, Imprenta de "El Siglo Industrial", 1886.

MANCINI, Frei Samuel — *Relatório ao Presidente da Provincia*, 27/VII/1872, "Sto. Antonio", Recife ano III, (1945) n.º 2.

MARABINI Pedro — *El Apostol de Bolivia, Vida y muerte edificantes del Internuncio Apostolico Mons. Rodolfo Caroli*, La Paz (Bolivia) Escuela Tipografica Salesiana, 1921.

MARQUES, Manuel Esperidião da Costa — *Região ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Mato Grosso ao Forte do Principe de Beira, 1906,* Rio, 1908.

MARTINS, Francisco de Assis Oliveira — *Um heroi esquecido, João da Maia da Gama,* Lisboa, Divisão de publicações e Biblioteca geral das colonias, Coleç. "Pelo Imperio", 99/100, 1944.

MATEOS, F., S. J. — *Historia General de la Compañia de Jesus de la Provincia del Perú,* Madrid, Instituto Gonzalo Fernandez de Oviedo, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1944.

MATHEWS, Edward D. — *Up the Amazon and the Madeira Rivers through Bolivia and Perú,* London, 1879.

MATTOS, João Wilkens de — *Relação oficial sobre as Missões ou Catequeses do rio Amazonas, 7/VIII/1855,* R. I. H. G. B. XIX (1898).

MEANS, Philip Ainsworth — *A note on the Guarani Invasion of the Inca Empire,* The Geographical Review, 1917.

MENDONÇA, Estevão — *Quadro Choreografico de Mato Grosso,* Cuiabá, 1906.

MESQUITA, José — *Capuchinhos em Mato Grosso;* R. I. H. Mt. XIX (1928).

MODAELLI, Mário E., Miss. Apost. — *Apostoles de Dios y aventureros,* em "Sacerdocio y Misiones", Roma 1953, n.º 4.

MONFORT, S. Créqui, et P. RIVET — *Linguistique Bolivienne,* Journal de la Soc. des Amér., X, fasc. I (1913).

MONTEIRO, Mário Ipiranga — *Fundação de Manáus,* 2.ª ed., Manáus, 1952. *A Capitania de S. José do Rio Negro (Antecedentes históricos),* Manáus, 1955. *O Regatão (noticia histórica),* Manáus, Sérgio Cardoso e Cia. Ltda. Edit., 1958.

MOARES, E. Vilhena de — *O Gabinete Caxias e a amnistia aos bispos na questão religiosa,* Rio, F. Briguiet e Cia., 1930.

MORAES, Raymundo — *Na Planície Amazônica,* 2.ª ed. Manáus, 1926.

MORAIS, A. J. de Melo — *Corografia historica, chronografica, genealógica, nobiliaria e política do Império do Brasil,* Rio, 1859-1863; *História dos Jesuitas,* Rio, 1872.

MOURA, Gentil de Assiz — *As Bandeiras Paulistas,* S. Paulo, Empresa Typogr. Edit. "O Pensamento", 1914.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira — *Noticia sobre a Provincia de Matto Grosso,* S. Paulo, Typ. de Henrique Schroeder, 1869.

MURDOCK, George Peter — *Social Structure,* New York, 1949; *Outline of South American Cultures,* New Haeven, Humain Relations Area Files, 1951, Behavior Science Outlines, vol. 2.

NACCA, P. de Tarso, S. J. — *Missões portuguesas em Mato Grosso,* em "Sacerdocio y Misiones", Roma, 1953, n.º 4.

NIGGEMEYER, P. J. Capistran — *Einiges über Indianeramissionierung,* em "Sto. Antonio", Recife, III (1925), n.º 3, Dezembro.

NOGUEIRA, Antonio — *E. F. Madeira-Mamoré* [discurso de 1.º e 6/VI/1914 no Parlamento], Rio, Typ. Pimenta de Melo, 1914.

NOGUEIRA, Julio — *A Madeira-Mamoré, A Bacia do Mamoré,* Rio, Typ. do "Jornal do Comércio", 1913.

NORDENSKJÖLD, Erland — *Une contribution à la connaissance de l'anthropo-géographie de l'Amérique,* Journal de la Societé des Américanistes de Paris, n. s. IX (1912); *Comparative Ethnographical Studies,* Göteborg, 1911-1930; *The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century; an Historical Indian Migration,* The Geographical Review, New York, IV (1917), pág. 103-121.

OLIVEIRA, Avelino Ignacio de, LEONARDOS, Othon Henry — *Geologia do Brasil,* 2.ª ed., Rio, 1943.

OLIVEIRA, Ramos de — *O conflito Maçónico-Religioso de 1872,* Petrópolis, Vozes, 1952.

OTHON, Leonardo Jr. — *O Rio Amazonas e seus tributarios de origem Andina,* Rio, Typ. Wernech, 1923.

PALACIOS, José Augustin — *Exploraciones de D. José Augustin Palacios, realizadas en los rios Beni, Mamoré y Madera y en el lago Rogoaguado, durante los años 1844 al 47, Description de la Provincia de Mojos.* La Paz, 1944; *Explorations made in the River Madeira from 1749 to 1869,* Published for the National Bolivian Navigation Company, 1875.

PARREIRA, Henrique Gomes de Amorin — *Historia do Açucar em Portugal,* I Anais, vol. VII, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1952.

PEIXOTO, Afrânio — *Cartas avulsas, 1550-1568,* Rio, Publicações da Academia Brasileira, 1931.

PENEDO, Barão do — *O Bispo do Pará e a Missão a Roma.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

PEREIRA, Andrés — *Relação do que ha no grande rio das Amazonas novamente descoberto,* Annaes da Bibliot. e Arquivo Publico do Pará, I (1902).

PEREIRA, Nunes - *Bahira e suas experiencias*, Belém do Pará, 1940; *Os Índios Maués*, Rio, 1954; *Curt Nimuendajú*, Belém, 1946.

PIMENTA, Dom Silvério Gomes — *Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso*, 1.ª ed. Mariana, 1876 (2.ª ed. 1920).

PINKAS, Eng. J. — *O alto Madeira*, em Rev. da Soc. de Geogr. do Rio de Janeiro, III, 4.º boletim (1887).

PINTO, Alfredo Moreira — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brazil*, Rio, 1896.

PINTO, Augusto Octavio — *Hidrografia do Amazonas e afluentes*, Rio, Imprensa Nacional, 1930.

PLANE, Auguste — *L'Amazonie*, Paris, 1903.

PONCE Filho, Generoso, em "Cultura Política", Rio, junho de 1943, n.º 28.

PORTO, Aurélio — *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943.

PRADO, Eduardo Barros — *Yo vi el Amazonas*, 2.ª ed., Buenos Aires, Talleres graficos de Juan Castagnola e Hijo, 1956; trad. *Eu vi o Amazonas*, Rio, Imprensa Nacional, 1952.

PRAT, André, O. C. — *Notas históricas sobre as Missões Carmelitas*, Recife, 1941.

PUETTER, Frei Pancracio, O. F. M. — *Missão Franciscana no Estado do Amazonas (1870-1902)*, Rev. "Santo Antonio", Recife ,1943-1945.

QUEIROZ, Dom Frei João de S. Joseph — *Memorias*, com introdução e notas ilustrativas de Camillo Castelo-Branco, Porto, Typ. da Livraria Nacional, 1868.

RAIOL, Domingos Antonio [Barão de Jaraguá] — *Motins Políticos ou História dos principaes acontecimentos políticos da Provincia do Pará*, Rio, Typ. Hamburgueza do Lobão, 1883.

RAMOS, D. Alberto Gaudêncio — *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, Manáus, Tipografia Fenix, 1952.

RAMOS, Arthur — *Introdução à Antropologia Brasileira*, Coleção Estudos Brasileiros, Rio, 1943; *O Índio das Américas*, em "A Manhã", Rio de Janeiro 29/XI/1942.

REIS, Antônio Manuel, — *O Bispo de Olinda perante a História*, Rio, Typ. da "Gazeta de Notícias", 1878.

REIS, Arthur Cezar Ferreira — *História do Amazonas*, Manáus, 1931. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém, 1940; *A conquis-*

ta espiritual da Amazonia, S. Paulo, Esc. Prof. Sales., 1942; *A Amazônia que os Portuguêses revelaram*, Rio, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de documentação, 1956; *As origens históricas de Parintins*, Congresso Brasileiro de Geografia, 9.º, Florianópolis, 1940, Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia. Florianópolis; *Sertanistas, Missionários e Demarcadores na Revelação Geográfica da Amazonia*, l. c., Rio de Janeiro 1952, Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, Rio 1952, vol. II; *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*, Rio, Imprensa Nacional [separata da R. I. H. G. B., CLXXV, 1940], 1941; *O Seringal e o Seringueiro*, Rio, I. B. G. E., 1953.

RENÉ-MORENO, G. — *Biblioteca Boliviana, Catalogo del Archivo de Mojos e Chiquitos*, Santiago do Chile, 1888.

REZENDE, Frei Modesto, de Taubaté, MOTTA, Frei Fidelis, de Primério — *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*. S. Paulo, Typ. do Semanario "La Squilla", 1931.

RIVARA, Cunha — *Catalogo dos Manuscritos da Biblioteca Eborense*, Lisboa, 1850-1871.

ROCHA POMBO — *História do Brasil*, Rio, 1905-1910.

RODRIGUES, Dilke de Barbosa — *A vida singular de Angelim (A cabanagem)*, Rio, Pongetti, 1936.

RODRIGUES, João Barbosa — *Exploração dos rios Urubú e Jatapú*. Rio, 1875.

ROSA, Henrique — *Os Jesuitas, de sua origem aos nossos dias*, Petrópolis, Vozes, 1954.

SÁ, José Barbosa de — *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos* [1775], Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio, XXIII (1901); *Cronicas do Cuiabá* [até 1765], R. I. H. G. S. Paulo, IV (1898-1899).

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro — *Diario da Viagem* [1774-1775], Lisboa, Typ. da Academia, 1825.

SAMPAIO, Dr. Teodoro — *O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª ed., Bahía, 1928.

SCHADEN, Egon — *As culturas indígenas e a civilização*, separata dos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955.

SCHMIDT, Wilhelm, *Etnologia Sulamericana* (Trad. de Sérgio Buarque De Hollanda), S. Paulo, Coleç. "Brasiliana", 1942.

SEKELJ, Tibor — *Donde la civilizacion termina, Vida de las tribus del Amazonas,* Buenos Aires, 1950.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida — *Extracto da descripção geographica da provincia de Mato Grosso feita em 1797,* R. I. H. G. B., VI, 2.ª ed. 1865; *Diário do Rio Madeira, 20/VIII/1790,* R. I. H. G. B., XX (1857).

SILVA, Manoel Gonçalves da — *Vista que se manda dar ao Padre João Teixeira, dos dois requerimentos dos povos do Maranhão (1729)* em A. J. de Melo Morais, o. c., Vol. IV.

SIMON, Pedro — *Historial de la expedición de Pedro de Ursua al Marañon y de las aventuras de Lopes de Aguirre,* Lima, Biblioteca Cultural Peruana de la Comision Peruana de Cooperación Intelectual, 1942; *The expedition of Pedro de Ursua and Lopes de Aguirre in 1560-1561,* London, 1861.

SIMONSEN, Roberto C. — *História econômica do Brasil,* S. Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", Vol. 100 e 100 A.

SIQUEIRA, Joaquim Costa — *Crônicas do Cuiabá* [desde 1765], R. I. H. G. S. P., IV (1898-1899).

SOARES, José Carlos Macedo — *Fonte da História da Igreja Católica no Brasil,* separata da R. I. H. G. B., CCXX (1953), Rio, 1954.

SOUTHEY, Robert — *História do Brasil,* Trad. do Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, e anotada pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, Rio, 1862, S. Salvador-Bahia, Livraria Progresso Editora, 1954.

SOUZA, Cônego André Fernandes de — *Notícias Geographicas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas* [1828?], separata XXVI da R.I.H.G.B., X; *Appendice á Memoria precedente, oferecido ao Ex.*mo *e R.*mo *Senhor Dom Romualdo Antonio de Seixas: do Conselho de Sua Magestade Imperial e Arcebispo da Bahia,* Pará, 1.º/IX/1828. Ms. da Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata, Belém-Pará.

SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de — *Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas,* Pará, 1873; *Comissão do Madeira,* Rio, 1875.

SOUZA, Gabriel Soares de — *Tratado descritivo do Brasil em 1587,* S. Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", vol. CXVIII (1938).

SOUZA, Mendonça de — *O Grande Amazonas,* Manáus, 1951.

STUDART, Guilherme [Barão de] — *Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará,* Fortaleza, 1904-21.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle — *História geral das Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, 1924-50; *Ensaio de carta Geral das Bandeiras*, Museu Paulista, S. Paulo; *Pequena História do Café no Brasil*, Rio, Ediç. do Depart. Nac. do café, 1945.

TAVARES, A. C. Bastos — *O Vale do Amazonas*, Rio, 1866, 2.ª ed. S. Paulo, C. E. N., 1937.

TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M. — *A Ordem dos Frades Menores no Brasil, Resumo Histórico-Cronológico (1500-1924)*, S. João D'El Rey, 1924.

TEZA, E., *Saggi inediti di lingue americane*. Appunti Bibliografici, Annali delle Universitá Toscane, Pisa, 1868.

VÁRIOS — *Cópia de dos Cartas Escritas de un Missionero* [20/V/1681], na Bibl. part. do Dr. Frederico Barata, Belém-Pará.

VÁRIOS — *Boletim do Lavradio*, Rio, ano 1.º.

VÁRIOS — *Lettres édifiantes et curieuses* par Aime-Martin, M. L., Paris, 1841.

VÁRIOS — *Organización de la Iglesia e Órdenes Religiosos — Documentos del Archivo de Indias*, Madrid, 1919.

VÁRIOS [Oswaldo G. Cruz, Carl Lovelace e Joaquim Tanajura] — *Saneamento da Bacia do Rio Madeira*, Rio, Typ. do "Jornal do Comércio", 1913.

VÁRIOS — *Relatórios da Presidência da Província do Amazonas*, Rio, 1906-1908.

VASCONCELOS, Simão de — *Vida do Ven. Joseph de Anchieta*, Lisboa, 1672; ediç. do Rio, Biblioteca Popular Brasileira, 1953; *Cronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (1663)*, Lisboa, 1865.

VASQUES, Fernando — *Conquista e colonização do Pará*, Lisboa, Agencia Geral das Colonias, coleç. "Pelo Império" n.º 72 (1941).

VIEIRA, Pe. Antonio — *Cartas de Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lucio de Azevedo*, Coimbra, 1925-28.

VITAL, Dom — *Abrégé historique de la question religieuse du Brésil*, Roma, Tip. Propaganda Fide, s. d.; *A Maçonaria e os Jesuitas* [29/III/1875], Ediç. comemorat, Rio, 1944.

VIZCANA, Zacarias de — *La Vocación de América*.

VON EHRENREICH, Paulo — *Divisão e distribuição das tribos do Brasil, segundo o estado atual dos nossos conhecimentos*, trad. de Capistrano de Abreu, Rev. da Sociedad de Geogr. Rio. VIII (1892).

WASHINGTON, Luiz — R. I. H. G. H. S. P., IX (1904).

WICKI, Joseph, S. J. — *Documenta Indica,* Roma, Monumenta Histórica S. J., 1950, vol. II.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Acta Ordinis Minorum, Quaracchi (Florença-Itália), 1889-1891.

Boletim Salesiano (Turim-Itália), S. E. I., 1928-1942.

Gioventù Missionaria, (Torino, Itália).

Revista Eclesiástica Brasileira (R. E. B.) Petrópolis, Vozes.

Sacerdocio y Misiones, Roma, 1953 ss.

Santo Antonio, Órgão da Provincia Franciscana de S. Antônio do Brasil, Recife, 1925, 1943-45.

Vozes de Petrópolis, Petrópolis, Vozes, 1955.

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Anais da Biblioteca Nacional (Rio).

Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia.

Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia, S. Paulo, 1955.

Annali delle Universitá Toscane, Pisa (Itália), 1868.

O Archivo, Revista para divulgação de documentos históricos, Cuiabá (Mato Grosso), 1904-1905.

Archivo del Museo Etnografico, Buenos Aires, 1930 ss.

Arquivo Diplomático da Independência, Rio, Lyt. Typ. Fluminense, 1922.

Arquivo do Amazonas, Manáus.

Arquivo do Estado de São Paulo, S. Paulo.

Arquivos do Museu Nacional, Rio.

Cultura Política, Rio, 1934 ss.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (Rio), Vol. I — CVII (1928-1956).

Ethnologischer, Stuttgart, 1929 ss.

The Geographical Review, New York, 1912.

Handbook of South American Indians, III, Smithsonian Institution, Washington, 1948.

International Congress of Americanists, London, 1913.

Journal de la Société des Américanistes de Paris, 1913-1943.

Kollasuyo, Revista de la Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad Maior de San Andrés, La Paz (Bolívia), n.º 70 (1953).

Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, S. Paulo.

Revista Brasileira de Geografia, Rio.

Revista de Cultura, Rio.

Revista do Instituto do Ceará.

Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso.
Revista do Instituto Histórico Geográfico de S. Paulo.
Revista do Museu Paulista de S. Paulo.
Revista da Sociedade de Geografia, Rio.

JORNAIS

Alto Madeira, Pôrto Velho, Anos I-XXXIX. *Amazonas,* Manáus. *Gazeta da Tarde,* Manáus. *Humaytaense,* Humaitá (Amazonas). *Jornal do Comércio,* Rio. *A Manhã,* Rio, 1942. *O Madeirense,* Humaitá (Amazonas). *Em Marcha,* Rio. *O Jornal,* Manáus. *O Tempo,* Manáus.

OBRAS COMPLEMENTARES

MAGALHÃES, Amilcar Botelho de — *O Problema da Civilização dos Índios no Brasil.* [Reproduzido em *Índios do Brasil* de Cândido Mariano da Silva RONDON].

BORTHELOOT, J. — *Les Franc-Maçons devant l'histoire.*

CAMPOS, Murillo de — *Interior do Brasil,* Rio, 1936.

ELLIOT SMITH — *The origin of the Pre-columbian civilization of America,* Science, XLIV (1916) e XLV (1917).

GERMAIN, L. — *Les origines de la civilization précolombienne et les théories d'Elliot Smith,* L'Antropologie, XXXII (1922).

TASTEVIN C. — *Les Indiens Mura de la région de l'Autaz (Haut-Amazone),* L'Anthropologie, Paris, XXXIII (1923); *Le delta du Japurá et le Piuriny.* La Geographie, Paris, 1929.

VÁRIOS — *Annuae Litterae Societatis Jesu anni MDLXXXIX,* Romae, 1951.

SERVIÇOS DE PESQUISAS E MICROFILMES

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (Rio de Janeiro).
Serviço de Documentação da Universidade de S. Paulo.
Serviço de Microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Serviço de Microfilmes da Biblioteca Municipal de S. Paulo.
Serviço de Microfilmes do Pontifício Ateneu Salesiano de Turim-Itália.
Serviço de Microfilmes da Biblioteca Maior do Pontifício Ateneo Antoniano (Roma-Itália).

ABREVIAÇÕES USADAS NAS NOTAS

A. A. C.	Arquivo Arquidiocesano de Cuiabá (Mato Grosso).
A. A. F.	Arquivo Arquidiocesano de Fortaleza (Ceará).
A. A. M.	Arquivo Arquidiocesano de Manáus (Amazonas).
A. B. A. P. Pará	Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.
A. B. N. R. J.	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
A. C. S.	Arquivo da Congregação Salesiana (Turim-Itália).
A. E. S. P.	Arquivo do Estado de S. Paulo.
A. M.	"Alto Madeira", jornal de Pôrto Velho (Amazonas e Rondônia).
A. M. M.	Arquivo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.
A. M. N. R. J.	Arquivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro
A. M. S. A.	Arquivo Municipal de Santo Antônio.
A. M. P. V.	Arquivo Municipal de Pôrto Velho.
A. N. R. J.	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
A. P. H.	Arquivo Paroquial de Humaitá (Amazonas).
A. P. M.	Arquivo Paroquial de Manicoré (Amazonas).
A. P. P. V.	Arquivo da Prelazia de Pôrto Velho (Rondônia)
A. P. A.	Arquivo Público do Amazonas-Manáus.
A. P. Mt.	Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá).
A. P. P.	Arquivo Público do Pará.
B. A. N. L.	Biblioteca do Arquivo Nacional de Lima (Peru).
B. E.	Biblioteca de Évora (Portugal).
B. N. L.	Biblioteca Nacional de Lisboa (Portugal).
B. N. R. J.	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
H. C. J. B.	História da Companhia de Jesus no Brasil (Lisboa e Rio de Janeiro, Imprensa Nacional).
H. S. A. I.	Handbook of South American Indians, Washington (U. S. A.).
J. S. A. P.	Journal de la Société des Américanistes de Paris.
M. B.	Memorie Biografiche di D. Giovanni Bosco, S. E. I., Torino (Itália).
R. A. M. S. P.	Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo.
R. I. H. G. B.	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
R. I. H. Mt.	Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso.
R. I. H. G. S. P.	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
R. M. P.	Revista do Museu Paulista, S. Paulo.
R. P. P. A.	Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, Rio de Janeiro.

Parnahyba, 15 de fevereiro de 1891 [1].

Exmo. Senr. Com.dor

. . . .

. . . . procurei promover a ida do muito virtuoso e ilustre Pe. M.l José Thomaz d'Albuquerque. Tenho a honra de apresentar-lhe este distincto Sacerdote, em prol de cuja humanitaria pretensão peço o seu valioso concurso.

Elle deseja dedicar-se à catechese, para o que tem toda aptidão e habilitações. Estou certo de que com o apoio de V. E.ª elle abrirá em breve tempo vias de comunicação entre essa Villa e o Matto Grosso pelo rio Machado; o recomendo pois, ao magnanimo e bondoso coração de V. E.ª . . . .

Pe. José Laurindo dos Stos.

Villa de Maués, 20 de maio de 1891.

Exmo. S.or. Comd.or

Inclusa encontrará V. Ex.ª uma carta do meu especial amigo Pe. José Laurindo, o qual em nome de V. Ex.ª fez-me o honroso convite de ir empregar-me na catechese dos Indios do rio Machado. Ora, sendo a catechese dos Indios do Amazonas o sonho dourado que sempre me facinou desde a minha mocidade, aceitei o convite com o maior prazer e alegria; mas julguei conveniente vir primeiro estacionar aquí por algum tempo nesta Villa de Maués, onde tenho pessoas de minha família; e para não estar inativo pedi ao S.or Bispo provisão de vigario para esta freguesia.

Entretanto estou no firme proposito de ir quanto antes à supradicta catechese, falta-me unicamente que V. Ex.ª me communique, qual será o tempo mais apropriado, e de que meios V. Ex.ª poderá por à minha disposição para conseguir-se esse tão util fim: pois que, sendo eu muito pobre, nada poderei fazer sem o philantropico auxilio de alguem que tome a seu cargo as despezas inherentes a esta tão humataria [*sic!*] missão.

Aguardo a resposta de V. Ex.ª; e sou com toda consideração

De V. Ex.ª respeitador e Cr.º

O Pe. José Thomaz d'Albuquerque.

---

1 — A razão de ser desta carta e da seguinte, vai explicada páginas adiante.

30 DE JULHO DE 19..: CIVILIZAÇÃO EM MARCHA

— .... *Na verdade, Padre, nunca vi na minha vida uma carta tão verdadeira e original, de data tão antiga. Tenho ouvido falar nêsses documentos quando sentava eu nos bancos do Ginásio. Mas ver... Nunca! Também... jamais pensei em cansar minha vista com a paleografia. A verdade é que o senhor, mostrando-me estas duas cartas, está abrindo um horizonte novo aos meus conhecimentos. Conhecimentos, aliás, que se reduzem muito à geografia e às ciências aeronáuticas.*

Estávamos em Cuiabá, numa noitinha não muito calorenta, como quasi tôdas as que, com rara felicidade, transcorri sob o acolhedor céu cuiabano, no *pernoite* do avião da linha Rio de Janeiro — Cruzeiro do Sul (Acre).

Quem assim falara era o comandante do "PP-CDK". Por muito tempo não olvidarei a gentileza de tôda tripulação, na viagem, fatídica para mim, daquêle mês de julho!

O comandante era uma velha águia dos céus brasileiros, que diante duma carta, se tornara criança, interessada e curiosa.

— *Êste documento* — atalhei eu — *interessa pouco à paleografia: é relativamente recente, e encontrava-se entre as páginas do livro das crônicas paroquiais da cidade amazonense de Humaitá, sôbre o Rio Madeira.*

— *Sabe, Padre, que, embora católico, — vou à Missa festiva sempre que a "Cruzeiro" me dá folga — sabe Padre, que eu acho o assunto dessas duas cartas muito interessante?*

Meu caro comandante, para mim estas cartas são apenas a capa de um livro que não está ainda impresso "in folio", mas se acha gravado em mais de 291.000 Km² ocupados pela Prelazia de Pôrto Velho. Lá estou trabalhando com o Bispo Salesiano, Dom João Batista Costa.

Êste pedido heróico do séc. XIX de que o senhor se admira, o mundo de hoje não o compreende, digo-lhe mais, nem tôdas as almas mesmo consagradas a Deus o valorizam!!! E no entanto, minha fantasia como que atravessa o espaço dos tempos com uma velocidade super-sônica — para usar uma expressão moderna — afim de lembrar outros sacerdo-

tes-heróis e outros apelos. Os Atos dos Apóstolos jamais deixaram de se repetir. Quando, mais perto da nossa história, Vasco da Gama, dando volta à África, refez com recursos mais abundantes e apropriados, o caminho para as Índias tentado pelos irmãos Vivaldi mais de cem anos antes, não sòmente o comércio tomou novo rumo, mas advieram inúmeras conseqüências preponderantemente religiosas.

Os arautos do Evangelho quasi nunca faltavam entre os buscadores de poder e riqueza, para orientar e lhes atenuar a cobiça. E assim, enquanto os Hurões tinham abafado no sangue, um século antes, o primeiro vagido da catolicidade americana dos Vickings, Cristovão Colombo chantara a Cruz da Fé Cristã em nome dos senhores de Espanha, convencido de que sua expedição era uma verdadeira cruzada para dilatar a Cristandade. Todos os seus expedicionários haviam-se preparado para a empresa, confessando-se e comungando. O seu propósito e sua vontade foram inspirados pelo motivo da religião que, freqüentemente, lhes proporcionara consôlo e constância nas dificuldades. Sua mira e seu desígnio principal: abrir caminho para o Evangelho por novas terras e novos mares!...

> *"lograriam a glória imortal se resolvessem levar o nome e a doutrina de Jesús Cristo a tão distantes regiões".*

Nisso esteve a sua confiança e para isso elevara a Deus as suas preces! [2]

Pouco depois, foi destinando-se com a frota de Cabral à Evangelização do Oriente, que Frei Henrique de Coimbra, traçava a primeira página eclesiástica do Brasil, na celebração da primeira Missa em solo nacional, a 26 de abril de 1500.

Havia nisso a alma do Infante D. Henrique, o propulsor da devassa dos mares, que relegara aos pósteros a cultura de um sábio, a vontade de um heroi, a crença de um Santo na sua fé e no seu povo, que dedicara tôda sua existência a um empreendimento cujos resultados só a posteridade usufruiu.

Alguns anos mais tarde, em 1540, o dominicano Padre Gaspar Núnez era proclamado pelo Papa Paulo III "Nuntius Apostolicus in omnibus Portugalliae conquestis ultra et citra Caput Bonae Spei" [3].

Uma página sentimental de nossa história eclesiástica, me levaria a pensar no primeiro Núncio para o Brasil.

E dizer que tinham sido os Maometanos a incentivar a circumnavegação da África; êles, no apogeu de seu poderio, não permitiam mais

---

2 — VIZCANA, Zacarias de, *La Vocación de América.*

3 MODAELLI, Pe. Mário E. Missionário Apostólico, *Apostoles de Dios y aventureros*, em "Sacerdocio y Misiones", Roma, 1953, n.º 4, pág. 167-170.

que os Cristãos passassem através de suas terras para dirigir-se às regiões orientais!

Já diversas Bulas Papais "aos Reis Católicos da Espanha e seus sucessores", outorgavam

> *"as terras de Índias e Ilhas descobertas e por descobrir até 100 léguas a Ocidente da Ilha dos Açores e Cabo Verde",*

estendendo essas concessões

> *"a todas e a cada uma das ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir que estiverem situadas ou aparecerem na derrota dos que navegam para Ocidente, o Meio-dia, ou que existam nas regiões Ocidentais ou Meridionais e na Índia"* [4].

Os olhares da Igreja Católica estavam definitivamente dirigidos para os novos rincões sul-americanos. Antes mesmo que a solução do problema da evangelização tomasse vulto, já os Bandeirantes levaram a Religião Católica além da Convenção assinada em Tordesilhas a 5 de junho de 1494, e confirmada em Setúbal a 5 de setembro do mesmo ano, entre o Rei de Espanha e o de Portugal . Muito se falou sôbre isso e ainda não parou de correr tinta sôbre a atuação dos bandeirantes: por certo que superaram em suas atividades as tropas de resgate da Amazônia [6].

A emprêsa daquêles argonautas paulistas "verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo" [7]. *Verdade é também que, no fundo dos fatos, os empreendimentos realizados pelos Bandeirantes levavam um sinete de civilização, algo incompreensível à nossa mentalidade. Deve-se admitir de antemão que durante o período filipino não desaparaceram as fronteiras entre as Américas lusa e espanhola.*

Antônio Raposo Tavares, por exemplo, mestre de campo com patente de capitão-mor, fêz uma viagem de quatro anos, quer no descobrimento do Rio das Amazonas, quer em busca de minas de metais preciosos, quer para repelir os Jesuítas espanhóis, quer ainda, aliciado pelas aldeias de índios mansos, desarmados em geral ou mal armados, que constituiam reservas cobiçadas por já estarem fixados ao solo Contribuiu

---

4 — Bulas de 4 de maio e 25 de outubro de 1493, em "Organización de la Iglesia y Órdenes Religiosas — Documentos del Archivo de Indias", Madrid, 1919.

5 — O. c., Bulas de 4 de maio e 25 de outubro de 1493.

6 — Cfr. MONTEIRO, Mário Ypiranga, *A Capitania de S. José do Rio Negro*, Manaus, 1955, pág. 30 ss

7 — CORTESÃO, Jaime, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, Rio, Ministério da Educação e Cultura, 1958.

assim para o futuro traçado duma fronteira orgânica e razoável, como a do Madeira-Guaporé...[8].

Mas êsse não foi o começo para que, supostos os excessos da piedosa crendice tão própria dos séculos XVII e XVIII, se fizesse recentemente de Raposo Tavares um herói sem mácula, vítima duma sociedade escrava de cânones teocráticos, de duas concepções políticas que se digladiavam:

> *"um dos mais altos e lídimos representantes do português do séc. XVII, bravo, cavaleiroso, plasmador e plástico, capaz de relances de grande visão política, e católico dum catolicismo "sui generis", sempre identificado com a consciencia da grei"* [9].

Nem tanto, nem tão pouco! Só isso é simplesmente ridículo! Escreveu-se duma missão em grande parte secreta, de que Raposo Tavares foi incumbido ao sair de Portugal: são deduções fracas e levianas, que, embora com base documentária, permanecem deduções, já que às leis do Estado se sobrepõem sempre as leis da natureza! [10]

Está o fato que na Quaresma de 1629 Raposo Tavares com sua banleira tinha invadido as Missões do Guairá. Lançando mão da lei de 1611 que exigia nas "aldeias assistissem clérigos debaixo da imediata jurisdição real ou civil", o Procurador do Conselho requereu que a Câmara fôsse tomar posse da aldeia de Barueri em nome de el-rei. Raposo Tavares foi quem levou a efeito a emprêsa em 1633, expulsando os Padres, lançando fora móveis e alfáias, pregando as portas e carregando os índios [11]. *O governador-geral, Diogo Luiz de Oliveira, alegando que a posse não passava de um embuste, privou Raposo Tavares do cargo de ouvidor da capitania, no qual, com o de juiz ordinário, fora empossado em janeiro do mesmo ano [1633]: igual sorte tiveram os oficiais da Câmara Paulista que entregaram seus respectivos cargos aos Jesuítas queixosos* [12]. *Mas os prejudicados opuseram embargos à decisão governamental e foram repostos no lugar pelo ouvidor do Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros*

---

8 — B. N. R. J., Ms. I-29-1-31, carta do Pe. Antônio Ruiz, S. J. ao Governador do Paraguai, 15/IV/1629; idem, coleção De Angelis, Relação dos Pes. Justo Mancilla e Simão Masseta ao Rei e ao Provincial, 10/X/1629 (ex Arq. S. J. de Córdoba); ELLIS JR., Alfredo, *O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*, 2.ª ed., São Paulo, C. E. N., 1934, pág. 161. CORTESÃO, Jaime, o. c., pág 799, e pág. 341.

9 — CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 405.

10 — A. E. S. P., *Livro inédito de Notas de Parnaíba do Tabelião Ascenso Luís Grou;* CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 341.

11 — A. E. S. P., *Atas da Câmara de S. Paulo*, t. IV, pág. 172 s; WASHINGTON, Luiz, R. I. H. G. S. P., IX (1904), pág. 485.

12 — WASHINGTON, Luiz, o. c., pág. 502.

[30/VII/1635] afim de manter o sertanista no cargo e para que, admitido que os Jesuítas abusassem das excomunhões,

> *"tenham sempre mão com sua jurisdição, não deixando a justiça eclesiástica meter-se nela"* [13].

A 2 de dezembro ainda de 1636 a bandeira de Raposo Tavares estava às portas da Missão de "Jesus e Maria" de Ibiticaraiba na serra dos Tape. O bandeirante enviou uma carta aos missionários comunicando-lhes que ia por comida e pedindo para ser recebido em paz: nada responderam os missionários espanhóis de Jesus e Maria. Jaime Cortesão quer deduzir daí a reta intenção de Raposo Tavares. Mas Aurélio Pôrto, muito mais objetivo, pergunta: seria sincera aquela carta? [14]. *Índios e missionários, perante os antecedentes dos bandeirantes, estavam armados, mesmo contra as leis espanholas que o vedavam, porque o direito da defesa é natural!!! No dia 3 de dezembro naquela redução fortificada houve duro combate. Inquirindo o Pe. Cristovão de Mendonça sob que título ou fundamento viesse sendo feito o ataque, Raposo Tavares respondeu:*

> *"com o título que Deus lhe dava no livro de Moisés para debelar as gentes"* [15].

Quando os padres viram que não podiam resistir, pediram paz, acenando com um lenço branco, o que lhes foi prontamente concedido... sem antes deixar de fazer inúmeros cativos!!! [16]

Foi precisamente êsse mesmo Tavares, que em 1648 partiu de S. Paulo, chegando ao Pará pelos rios Mamoré e Madeira, animado por aquêle espírito de reivindicação territorial e política atribuido aos portuguêses da Colônia. Entrou pelo sertão adentro com o som de guerra, e no meio de algum rasgo de humanidade que lhe acompanhava a fama, foi destruindo e queimando as povoações indígenas doutrinadas pelos sacerdotes [17]. *Em certa aldeia do Paraguai, não deixou de assaltar a*

---

13 — A. E. S. P., *Atas da Câmara de S. Paulo*, t. III, pág. 305.

14 — PÔRTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943, pág. 90 s.

15 MOURA, Gentil de Assiz, *As Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, 1914, pág. 69; WASHINGTON, Luiz, o. c., pág. 489.

E' bom lembrar que — perante a necessidade criada pela situação — o vice-rei do Perú baixara em 1640 uma licença autorizando os índios a se armarem, mantendo-se permanentemente de ataláia em tôdas as aldeias. Cfr. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, 1954, pág. 408.

16 — PÔRTO, Aurélio, o. c., l. c.; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, o. c., l. c..

17 Cfr. Pe. Barnabé de Bonilla, 1.º/X/1649 em Anais do Museu Paulista, t. V, pág. 196.

Igreja na hora dos ofícios divinos, aprisionando os índios que rezavam, saqueando e profanando o templo, derrotando os missionários vindos das vizinhanças para o repelirem [18].

E que ainda se fale dêste Bandeirante respeitador dos índios civilizados!!! E' lícito, sim, subscrever esta afirmativa, que, afinal, tem ressaibos de objetividade:

> *"Nem tudo foi lama nos bandeirantes de S. Paulo; nem tudo foi ouro nos Jesuítas espanhóis. Ao contrário, uns e outros foram amassados num barro mais ou menos semelhante e, porisso mesmo, mais ou menos suscetíveis de tôdas as paixões humanas, nem sempre nobres"* [19].

Tendo chegado casualmente à capital do Grão Pará nos primeiros mêses de 1651, ainda em 1685 viviam em Belém um padre secular e um frade que tinham acompanhado essa expedição. Foram talvez, os primeiros sacerdotes que, em meio de tanto vandalismo, certamente navegaram pelo Rio Madeira [20].

— Não esteve também por aquelas bandas Nuflo de Chaves?

— E' o historiador Southey que registra essa tradição [21]. *Na crônica do Pe Frei Diego de Cordova Salinas, impressa em 1560, assegura-se, na verdade, que o Rio Madeira era então conhecidíssimo, e era o caminho mais breve entre Santa Cruz de La Sierra e o Oceano Atlântico.*

Certo Pe. Patricio Hernandes cita mesmo o nome de Nuflo de Chaves que, tendo partido de Sta. Cruz, descendo pelos rios Baures e Mamoré, foi sair no Oceano. Isso não tem nada de estranho para quem tem algum conhecimento das explorações e empresas levadas a cabo pelos espanhóis no séc. XVI [22].

Como, porém, o episódio não está devidamente comprovado, o abali-

---

18 — WASHINGTON, Luiz, o. c., pág. 494; carta do Padre Antônio Vieira, em D'AZEVEDO, Lúcio, *Os Jesuítas no Grão Pará, suas missões e civilização*, 1.ª ed., Lisboa, 1901, pág. 217.

19 — CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 406. Mas a frase citada parece estar em aberta contradição com a tese da o. c., na qual é inegável o "partis pris" do... historiador!

20 — WASHINGTON, Luiz, o. c., pág 496; BERREDO, Bernardo Pereira, *Annaes historicos do Maranhão*, 3.ª ed., Florença, Typographia Barbera, 1905, vol. II.º, livro III.º, §§ 956-957; TAUNAY, Afonso d' Escragnolle, *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras*, Museu Paulista de S. Paulo; CORTESÃO, Jaime o. c., pág. 372.

21 — SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, 1.ª ed., Rio, 1862, vol. V, pág. 436

22 — ARMENTIA, Nicolas, *Relación histórica de las Misiones Franciscanas de Apolobamba, por otro nombre Frontera de Cau[po]lican*, La Paz, Imprenta del Estado, 1903, pág. 123 ss.

zado Virgílio Corrêa Filho, historiador de Mato Grosso, julga a tradição inaceitável [23].

Em todo caso, já teria sido precedido pelo facinoroso espanhol, Francisco Orellana. Esse, depois de ter abandonado em qualquer parte o capelão da expedição, traindo os próprios companheiros, deu fé do desaguadouro dêsse rio. Quase contemporâneo a Antônio Raposo Tavares, também o capitão-mor Pedro Teixeira em 1638 tomou conhecimento do Rio Madeira por ordem do Governador do Estado, Jácome Raimundo de Noronha [24].

Seja como fôr, só de Antônio Raposo Tavares se tem indicação precisa de que, navegando o Rio Madeira, estava acompanhado por um capelão.

Como êste, porém, outros houve nas demais Bandeiras do próprio Raposo Tavares, assim como em tôdas as outras Bandeiras e expedições [25]. *A* Instrução *real de 30 de abril de 1753 a respeito das demarcações da parte do norte, exigia capelães para cada uma das referidas tropas* [26]. *Também em 1788 Alexandre Rodrigues Ferreira recebeu o capelão na pessoa do Carmelita Frei Antônio de Santa Catarina, para acompanhar a expedição pelo Rio Madeira* [27]. *O capelão do reino, antes de tudo "sacerdote de boa vida e costumes"* [28], *formava, no nosso caso, um verdadeiro exército eclesiástico a serviço da colonização* [29]. *Êles mesmos — os capitães das Bandeiras — nos dão uma explicação que o paganismo moderno não compreende. Eis o que diz um dêles:*

> *"Meu capelão saiu para fora estando eu para sair para a campanha, mandei-o buscar; não quiz vir; de necessidade busquei o inimigo; sem elle morreram três homens brancos sem*

---

23 CORREA FILHO, Virgílio, *As raias de Matto Grosso*, S. Paulo, Secção de Obras d'"O Estado de S. Paulo", 1926, vol. IV, Fronteira Ocidental, pág. 10.

24 — FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Diário da viagem Filosófica 1788-1789, Relação circunstânciada do Rio Madeira e seu Território*, B. N. R. J., Ms. I — 11, 1, 36.

25 — TAUNAY, Afonso D'Escragnolle, o. c., l. c.

26 — R. I. H. G. B., LXVII (1906), pág. 303.

27 — Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, documento 15: Documentos manuscritos relativos ao Dr. Alexandre Ferreira 1783-1792; Arq. Histórico Ultramarino, Ms. Alexandre Rodrigues Ferreira, doc. LXIII (publicado em LIMA, Américo Pires de. *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral do Ultramar, pág. 262-263).

28 Regimento da Caza da India, manuscrito do Séc. XVII existente no Arquivo Geral de Simancas, publicado por Francisco Mendes da Luz, em Anais. Lisboa. Ministério das Colônias, 1951, vol. VI, t. 2.º, pág. 208.

29 — SOARES, José Carlos de Macedo, *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, Rio de Janeiro, separata da R. I. H. G. B., CCXX (1953), 1954, pág. 72.

Em 1818 um Capelão Militar ganhava 248$000 anuais.

confissão, cousa que mais tenho sentido nesta vida; peço-lhe pelo amor de Deus me mande um clérigo em falta de um frade, pois se não pode andar na campanha e sendo com tanto risco de vida sem capelão" [30].

Não podia ser diferente. De fato, a única exigência para alguém entrar no Brasil-colônia era a aceitação da religião católica. Em certas ocasiões era praxe ir um religioso a bôrdo de todo navio chegado às praias brasileiras, como hoje fazem os modernos funcionários aduaneiros e inspetores de saúde, porém, com o fim de examinarem a profundidade religiosa do viajante, sua fé e suas tendências espirituais... soubesse êle rezar as orações, fazer o Pelo sinal *e crer no Pai, no Filho e no Espírito Santo, e tudo o mais era de menos importância* [31].

Diante dêsses sinais evidentes de fé cristã, se bem que de permeio aos maiores desatinos, não nos admira mais o apêlo dos índios do Rio Madeira que há mais de 250 anos estão pedindo Missionários [32].

— Foram atendidos? Havia já nêsse Brasil imenso, Padres também para êles?

— Por certo que sim, como lhe disse ao acenar às façanhas de Antônio Raposo Tavares; e desde então vêm sendo atendidos, embora com interrupções relativamente prolongadas. Aumentou o interêsse por aquela região, desde que o próprio El-Rei recomendou fôsse vista com bons olhos a Missão Católica sôbre o Rio Madeira [33].

Evidentemente, os Missionários, ou simples Capelães, ao menos de passagem, já tinham feito qualquer coisa por aquelas partes, senão os selvícolas não sentiriam necessidade de seu regresso.

— O senhor me está atraindo a curiosidade. Pelo seu modo de falar, eu entendo que também El-Rei de Portugal era missionário. Padre, a que época da História o senhor se está referindo? Certamente, não ao ano de 1891, quando foram escritas as duas cartas que me mostrou, pois nêsse tempo o Brasil, além de independente, já era república...

---

30 — Domingos Jorge Velho, novembro de 1692, em ABREU, João Capistrano de, *Breves traços de História do Brasil*, etc., Rio, 1907.

31 — HANDELMANN, *História do Brasil*, anotada por Basílio de Magalhaes, Rio de Janeiro, ed. do Inst. Hist. Geogr. Bras., 1931.

32 — Carta do Governador Gomes Freire de Andrade, 8/VII/1687, ao seu sucessor Artur de Sá Menezes: Revista do Instituto do Ceará, XXXVI (1922), pág. 170-171.

33 — B. E., cod. CXV/2-18, 113 em LEITE, Serafim, S. J., *H. C. J. B.*, Rio, Imprensa Nacional, 1943, vol. III, 4, III § 2. [O centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura (Lisboa) informou por ofício 31. 54/320 de 15/XI/1954 que o cod. CXV/2-18, 113 não existe na Biblioteca de Évora desde 1899]. Carta d'El-Rey ao Governador João da Maia da Gama, 5/IX/1723, A. B. A. P. Pará, II (1902) pág. 189.

— Meu bom amigo, eu penso que se o senhor me levasse a visitar pormenorizadamente o bojo de seu "Douglas", as minhas perguntas seriam pelo menos outras tantas...

— Exatamente!

— Pois bem, o apêlo a que me refiro, já é do séc. XVII da nossa História. Nem El-Rei de Portugal era missionário, nem essa atitude de dependência real tem qualquer coisa a ver com o cesaropapismo, ou com o josefismo europeu do século passado.

Folheando as páginas da História do Brasil, é um fato ineqüivoco averiguarmos o seu agigantar-se bebendo às fontes da expansão portuguêsa. De além-mar vinha tudo para a vitalidade do Brasil recém-nascido, vinham os alvarás, vinham os auxílios, os representantes da nação-mãe, vinham, por fim, os missionários ....Mas, infelizmente o nosso pernoite *em Cuiabá, não permite explanar êsse tema, nem as nossas diferentes ocupações nos proporcionam continuar alhures essa troca de idéias.*

Bastará, contudo, compulsar um livro imparcial da nossa História, e verá, senhor comandante, como, entre os primeiros missionários, se evidenciam os Jesuítas. Indubitàvelmente

> *"a Companhia de Jesus, durante os primeiros séculos da História do Brasil constitui a mais vigorosa fôrça espiritual da colonização"* [34].

Em todo caso, visto que nossa amizade teve um comêço tão genuìnamente patriótico e não sòmente cristão, por certo há-de surgir outra oportunidade de a reativarmos, e poderei então apresentar-lhe todos os principais atos dos novos Apóstolos do Alto Rio Madeira. Então conhecerá também todos os obstáculos aos verdadeiros motivos que fomentavam o interêsse de El-Rei por aquela região das mais afastadas no solo brasileiro.

34 GETÚLIO VARGAS, Decreto de 27/IX/1940 oficializando as festas do 4.º Centenário da Companhia de Jesus

"... primam esse historiae legem: ne quid falsi dicere audeat; deinde ne quid veri non audeat".

(Primeira norma para a história: o que é falso ninguém ouse dizê-lo; o que é verdade ninguém se atreva a omiti-lo).

Cicero, De Oratore, II, 15.

ESTACA ZERO!

.... Verdadeiramente não eram puramente espirituais os motivos que levaram aquêles apêlos a El-Rei: havia o receio dos Holandêses — não sòmente porque protestantes — cuja influência começava a se fazer sentir no baixo Rio Madeira.

Da mesma forma, em outra banda, Riffault, La-Ravardière e o almirante Francisco de Razilly tentaram explorar por conta da coroa francesa outras terras do Brasil, levando Razilly a Paris seis índios Tupinambá a representar o papel de embaixadores (!) de suas tribos [1].

No *Rol do que deve ir para a conquista do Maranhão digo Pará*, exigiam-se:

> "Primeiramente religiosos para a conversão das Almas de que ha centena de milhares mostranse affeiçoados a capuchos pello que delles lhes dizem os Indios do Maranhão" [2].

Isso foi em 1615. Já a 20 de fevereiro de 1618 o capitão Manoel de Sousa d'Eça se queixava que no Pará havia só quatro Capuchos. Juntamente com mais Franciscanos pediu então os Padres Jesuítas.

A Corôa deferiu o pedido de uns e outros, a 28 de julho de 1621. Quando os filhos de Santo Inácio chegaram à "Feliz Luzitânia" — como Caldeira de Castelo Branco chamara a região paraense ao fundar a cidade de Nossa Senhora de Belém [3], já tinham sido precedidos pelos frades capuchos de Santo Antônio e pelos Carmelitas.

Encontraram lá o Procurador do Povo,

---

1 — REZENDE DE TAUBATÉ, Modesto, e MOTTA DE PRIMÉRIO, Fidelis, O. M. C., *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*, S. Paulo, Typ. do Semanário "La Squilla" (1931), pág. 28: três dêles, não aguentando com o clima, o meio e o "modus vivendi", falaceram lá mesmo.

2 FRANCISCO CALDEIRA DO CASTELO BRANCO, Arq. Hist. Ultramarino, Ms. "Pará", Papeis avulsos (1615).

"homem grosseiro que não sabia ler nem escrever, receoso de que êles se opusessem a sua rapacidade no cativeiro dos índios".

Por essa razão não os quís!

Aliás, tôdas as ordens religiosas lutavam pelos direitos e pela liberdade dos índios, contra colonos cruéis e injustos, se bem que favorecidos pela legislação dum govêrno desassisado [4].

"Os escravos são homens, não pessoas", axioma da lei romana, estava em plena atuação.

A luta vinha se esboçando cada vez mais claramente, apesar duma série de decretos, Breves Papais, Provisões e Cartas Régias.

Para pouco valera numa colônia de nação católica, o *Breve* de Paulo III ao Cardial de Toledo em 29 de maio de 1537, ordenando-lhe que proibisse a escravidão dos índios e o despojá-los de seus bens, com a pena de excomunhão "latae sententiae, ipso facto incurrendae". Inútil se tornara o outro *Breve* de 2 de junho daquêle ano, proibindo o mau trato dos índios, e até mesmo a *Bula* ainda de Paulo III [com a mesma data de 1537], declarando

> "a todos os fieis que estas letras virem", que "os índios, que alguns dizem ser incapazes de receber a fé católica, sejam livres e não obrigados a ela, a não ser pela pregação e bom exemplo" [5].

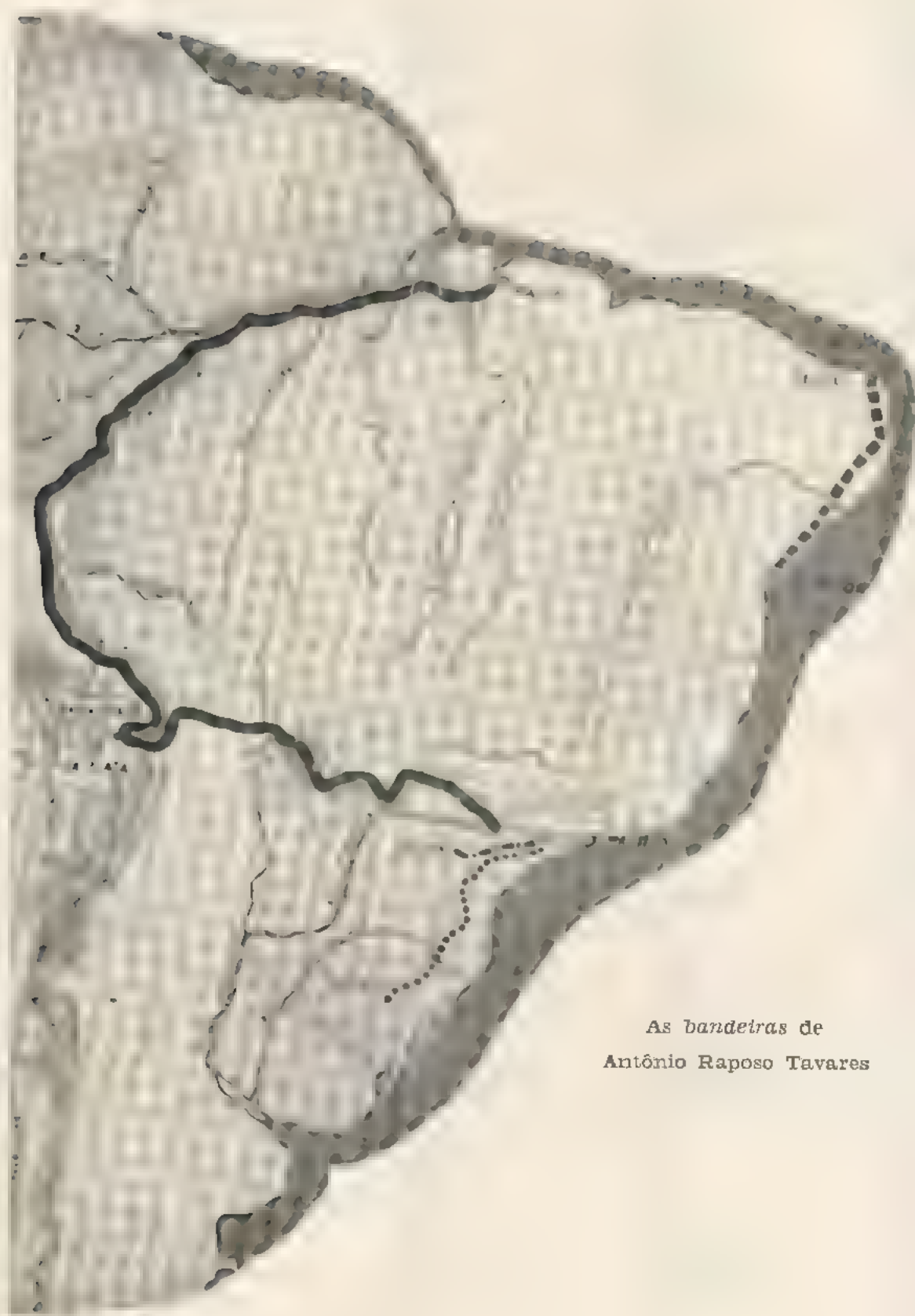
Assim também pouco ou nada valeram no mesmo sentido a Carta Régia de 22 de agôsto de 1587, a Provisão de 26 de junho de 1605, a Carta Régia de 30 de julho de 1609...

---

3 — PEREIRA, Andrés, *Relação do que ha no rio das Amazonas novamente descobérto*, A. B. A. P. Pará, I (1902), pág. 5 ss.; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, Pará, Typ. de Santos e Santos menor, 1938, pág. 3-4.

4 — BAENA o. c. pág. 21; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *História do Amazonas*, Manáus, 1931, pág. 44; LEITE, Serafim, S. J., *Luiz Figueira*, Lisboa, 1940, pág. 59.

O Procurador do povo continuava a política de Castelo Branco, gênio violento e arrebatado: cfr. VASQUES, Fernando, *Conquista e Colonização do Pará*, Lisboa, Colecção "Pelo Império", Ministério das Colônias, n.º 72, 1941, pág. 7; TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M., *A Ordem dos Frades Menores no Brasil. Resumo Histórico-Cronologico (1500-1924)*, S. João D' El-Rey, 1924, pág. 58.

5 — Organización de la Iglesia y órdenes Religiosas — Documentos del Archivo de Indias, Madrid, 1919.

As *bandeiras* de
Antônio Raposo Tavares

(R. U. S. P. D., microfilme da exposição do IV Centen. de S. Paulo)

(R. U. S. P., S. D., filme 7, 1573)

Mapa de Jerônimo Marini, Veneza, 1512. Pela primeira vez aparece o nome *Brasil* em sentido regional

A lei de 17 de outubro de 1653 permitiu novamente a escravidão dos índios. Mas os missionários fiscalizavam o movimento [6].

Na legislação do Reino vinha se refletindo o espírito de catequese atuado pelos Jesuítas através do monopólio do trabalho indígena, embora sem intúitos lucrativos; mas que, no fundo, parecia implicar o desejo de ter dêles submissão incondicional, eximindo-os de tôda a jurisdição civil [7]. Era uma série variada de leis e provisões promulgadas umas vêzes para satisfazer os missionários, outras, os colonos [8]. O ano de 1688, por exemplo, registra uma onda de decretos favoráveis aos Jesuítas. Já é de 20 de novembro de 1699 uma carta régia contra os missionários que mantivessem os índios em trabalhos de interêsses mercantís. E' que os 54 Jesuítas que a Companhia de Jesus mandara em 1690 para o Maranhão e Grão Pará, tinham incrementado a luta.

Poucos anos depois, o vento já mudara novamente de rumo! [9] Assim, a ordem de 28 de fevereiro de 1716 determinava perentòriamente

> "que aos índios se dem terras em lugares comodos; que não as cultivando estes fiquem devolutas para a Coroa, e que se examine se algumas das que elles deixão se possuem indevidamente, se dê Conta do que se achar a este respeito" [10].

A luta implacável refletia-se outrossim nos documentos eclesiásticos.

> "... que nenhum Missionário procure por si, ou por interposta pessoa compras e vendas de Indios, **sub poena** de incorrerem na excomunhão imposta pelas actas Geraes, e debaixo das mesmas penas mandamos a todos os Missionários, que nenhum Índio da Aldeya, que sirva de guia e lingua aos senhores, que sem faculdade da junta das Missões pretenderem entrar nos sertões a contratar peças, porque semelhantes negócios são expressamente prohibidos pelas leis de S.ª Magestade, e tambem porque, se não, costumam fazer grandes violências de mortes, amarrações e assaltos. E muito menos consentirão que em sua

---

6 — Arq. distrital de Évora [Novo], Ms. "Ordens", anexos de Regimentos e leis sôbre as Missões, pág. 101: "Modo de examinar os Indios captivos"; Biblioteca da Ajuda (Lisboa) [Nova], Ms. 49-IV-23, pág. 115-136: "Informação do modo com que forão tomados e sentenciados por cativos os índios do anno de 1655, feita pelo P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus".

7 — PARREIRA, Henrique Gomes de Amorim, *História du Açúcar em Portugal*, Anais, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1952, vol. VII, t. 1.º, pág. 121-130.

8 — Cfr. KIEMEN, Matias C., O. F. M., *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*, Washington, The Catholic University of America Press, 1954, cap. III.º.

9 — A. B. A. P. Pará, I 1902).

10 — A. N. R. J., 1, 6; R. A. M. S. P., VI, pág. 86.

presença vendam os Aldeanos Índios ou Índias aos brancos por se não exporem que estes intentem justificar as suas compras com a presença dos Missionários, pretextando ao depois comprovarem que os ditos Missionários aprovaram e deram por boa a venda, que os Aldeanos lhes fizeram" [11].

Havia, deveras, motivos para tão candentes palavras. Antes de tudo, porque o nobre ideal comum a todos os missionários no Brasil, encontrou com o passar dos anos graves empecilhos no entrechoque das idéias.

Havia mesmo, se bem que raras vêzes, quem fôsse infiel aos próprios compromissos, provocando também pequenas ou grandes revoltas, excecionalmente capitaneadas até por mulheres [12]. Bruxedos e demoníacos eram a pedra de toque para dar o quilate dum frade daquêle tempo.

Mas, acima de tudo divergiam os pontos de vista; rixas e rivalidades mesquinhas causaram lastimáveis divisões. Vamos abrir algo dêste cenário.

Era tida como esmagadora a proteção d'El-Rei pelos Jesuítas. Já em 1611 a lei sôbre os índios lhes dava prioridade:

> "por falta de Jesuita, serviria tambem um religioso de outra ordem" [13].

Os Capuchos levantaram a voz' levantaram a voz diante do financiamento alcançado pela Companhia de Jesus para a primeira Missão do Rio Madeira [22/III/1688] [14], assim como das demais Missões. Falava-se que o poder e o dinheiro eram as molas motoras de tôdas as Missões jesuítas: autênticas agressões que o Pe. Vieira alcançara na Corte com o protecionismo dos fidalgos.

Os Filhos de S. Francisco não perdiam ocasião para sobrepôr-se aos Filhos de S. Inácio... ambos Filhos da Igreja Católica! Não deixava de

—

11 - Acta de Fr. Ignácio da Conceição, Vigário Provincial da Ordem de N. S. do Carmo da Antiga Observância Regular neste Estado do Maranhão e Gram Pará etc., 10.º ítem; Arquivo da Revma. Cúria Generalícia da O. C., Roma: o Documento apresentado por Fr. Manuel da Esperança, Provincial eleito da Ordem do Carmo em Portugal, é datado de 17 de Outubro de 1728; cfr. PRAT, André, O. C., *Notas históricas sôbre as Missões Carmelitas*, Recife, 1941, pág. 101 seg.

12 — BETTENDORFF, João Felipe, *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, R. I. H. G. B. LXXII (1910) 1.ª p., pág. 236 s., 355 s.

13 — KIEMEN, Matias C., O. F. M., o. c., pág. 7.

14 — Livro Grosso I, 84.

levantar a voz o Visitador eclesiástico e Comissário do Sto. Ofício da Inquisição, contra o

> "padre da Companhia andar dando liberdade de consciencia a todos para deste modo se fazer bemquisto e odiar nos a nós com o povo porque fallando eu conforme a Verdade e doutores disse que algumas couzas não eram lícitas, como foram os jabotins..." [15].

Guerra fria, mas tenaz! Pe. Luiz Figueira lançou mão dos defeitos inevitáveis, que conhecia na Ordem dos Frades Menores Em 1630 os Franciscanos largaram

> "o cargo que tinham da administração das aldeias do Gentio, sendo os ditos religiosos tão zelosos, e sendo providos por provisão particular de sua Magestade" [16].

Consta-nos, porém, haver no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, uma Coleção "Santo Antonio dos Capuchos", provando não ser apodítica a frase acima do Pe. Figueira!

Contra a reação, se dirigiu o Pe. Pero Fernandes Monteiro, Procurador Geral em Lisboa das Missões Jesuítas: a 13 de setembro de 1663, afim de colocar a Companhia no antigo poder atacou todos os demais: Mercedários, Carmelitas, Capuchos! [17].

Mais alguma nota. Em 1682 a Companhia de Jesus tinha alcançado a exenção das taxas. Mas em fevereiro de 1684 surgiu uma revolta em S. Luiz do Maranhão, contra os Jesuítas que pleiteiavam o monopólio sôbre os índios, tal qual o tinham em 1680. Sòmente seis anos depois a ideia foi abandonada.

..Quem desejava maiores glórias, maiores êxitos; quem acusava outrem de prejudicial às obras em andamento, quem memoriava pequenos incidentes, quebrando a paz da colônia, quem esquecia, enfim, se bem que momentâneamente, os princípios de catolicidade, que deveriam presidir os gestos mais pessoais. Eram lembradas mais as divergências apostólicas entre Pedro e Paulo, do que o aviso do mesmo Paulo aos Cristãos, de não levar suas querelas aos juízes pagãos.

Todos fatos isolados, muito isolados, porém freqüentes que em sua

---

15 STUDART, Guilherme [Barão de], *Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará,* Fortaleza (Ceará), 1904-21, vol. II, pág. 203. Os moralistas de então discutiam se era lícito comer carne de jaboti em dias de abstinência de carne!

16 Relação do Pe Luiz Figueira em LEITE, Serafim, S J., *Luiz Figueira,* Lisboa, 1940, pág. 177.

17 — Arq. Histórico Ultramarino, Ms. "Maranhão", Papéis avulsos, doc. de 13/IX/1663.

seqüência, contribuíam desde os albores e preparavam desde já o ambiente para a secularização das Missões, efetuada pelo Marquês de Pombal. Porquanto, já a essa altura se falava em expulsão dos Jesuítas.

E no entanto — são os mistérios das obras de Deus! — é de 2 de setembro de 1684 uma carta de d'El-Rei ao Provincial dos Jesuítas, na qual, sem falar na revolta do mês de fevereiro, escreveu:

> "... Jesuítas ou Franciscanos no Pará e que os membros dessas duas Obras são os melhores missionários da região" [18]

O fato é que em Belém do Pará se tornara mais forte a clarinada duma guerra sem fronteira que se expandiu também pelas margens do longínquo Rio Madeira, aonde quer que chegassem os Missionários.

"Mas as portas do inferno não prevalecerão nunca" [19].

Essa palavra infalível porque divina, já vingara também na Amazônia, desde o dia da fundação da cidade de Belém. Foi o dia em que as mãos sacerdotais do Pe. Manoel Figueiredo de Mendonça levantaram a Vítima do Calvário na celebração da primeira Missa sob aquêles céus. Dia solene, porquanto, desde o longínquo 12 de janeiro de 1616, o Sacrifício da Cruz se renova e se repete numa expansão cada vez maior, nas igrejas históricas e nas catedrais modernas, nas capelas, nas choupanas, sob o céu azul, à sombra das florestas indevassáveis, sôbre galeotas, *chatas*, navios ou lanchas, por sôbre mesas de mármore ou um caixão qualquer...

O Pe. Mendonça vinha da diocese da Bahia. Dessa diocese sufragânea do Patriarcado de Lisboa, dependeria a Amazônia antes da criação da diocese do Maranhão [30 de agôsto de 1677], também sufragânea do Patriarcado.

Em 1684 começou-se a pleitear a autonomia eclesiástica da Amazônia. Porém, só foi alcançada a 4 de março de 1719, com a criação dêsse novo bispado pela bula "Copiosus in misericordia", e a nomeação de seu primeiro Antístite, Dom Frei Bartolomeu do Pilar, Carmelita [20].

Sòmente pela Bula "Romanorum Pontificum Vigilantia" [5 de junho de 1828] o Pará e o Maranhão tornar-se-iam sufragâneos da Bahia.

Outra efeméride, porém, interessa para nossa história bem mais do que a primeira Missa na Amazônia ou a criação da sua diocese.

Referimo-nos à chegada em terras amazônicas dos filhos de Santo Inácio de Loyola. A história dos Jesuítas na Amazônia se inicia em 1636 com a figura inconfundível do Pe. Luiz Figueira. Mas, na reali-

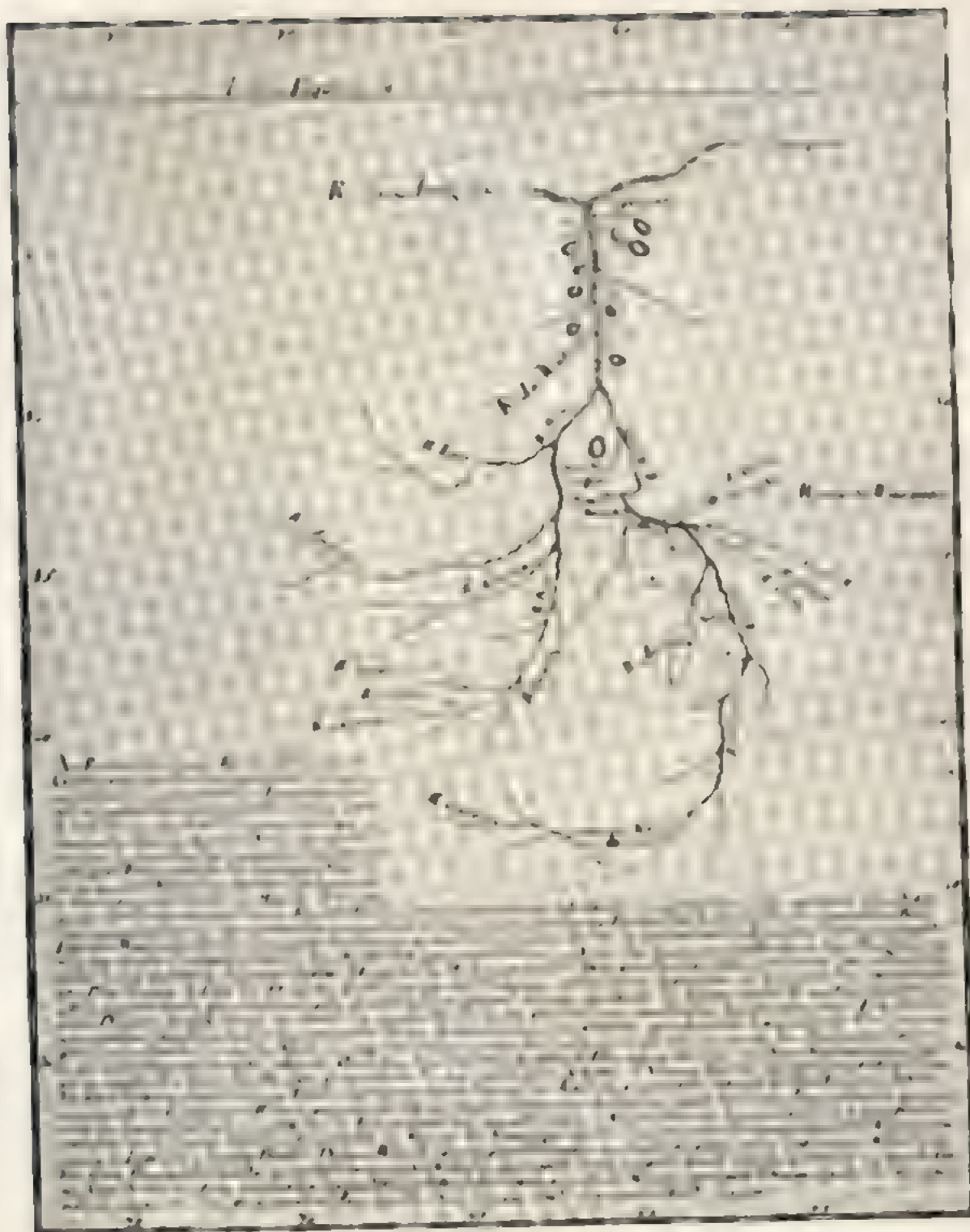
---

18 — Idem.

19 — Mt., XVI, 18.

20 — Cfr. CASAL, Manuel Aires de, *Corografia Brasílica*, 2.º ed., Rio, 1947, vol. II, pág. 298 s.

(Arq. M. M. de André Ary, S. Paulo)

Árvores como estas são arrancadas e arrastadas pelas águas do Rio Madeira

(Mapoteca do Itamarti, Rio)

Primeiro mapa do Rio Madeira, feito pela expedição de José Gonçalves da Fonseca — 1749. Cfr. Apêndice I

dade, só se fixaram em 1652, após ter contornado e vencido a oposição do pouco inteligente Procurador do Povo. Um novo raio da luz do Evangelho, iluminou desde o Grão-Pará a região que, abrangendo parte do atual estado do Amazonas e invadindo Mato Grosso, forma a hodierna Prelazia "nullius dioeceseos" de Pôrto Velho, no Alto Madeira.

Para chegar a esta página de glórias apostólicas, quantos remos não cortaram antes as águas barrentas do Rio Madeira!

Desde a saída dos Jesuítas de Pernambuco e Maranhão [1615], desde a grande brecha em prol da gentilidade que a ordem régia de 20 de junho de 1618 abriu, encarregando os "Capuchos de Santo Antônio" da catequese; desde a ida dos Jesuítas do Maranhão para a cidade de Belém...

Não obstante a relativa criação jurídica da Missão, a 3 de junho de 1639, a entrega total dos trabalhos de catequese à Companhia de Jesus só se realizou a 1.º de junho de 1680 [21]. Ainda assim, foi demorada a penetração, que por muito tempo não saiu do baixo Rio Madeira... Nada mais daquilo que faziam desde 1640 os coletores de drogas [22].

RIO MADEIRA

Três mêses tinham que andar as galeotas para sulcar tôdas as aguas do *Rio Caiari* [23]. O nome **Madeira** só veio depois, quando os portuguêses e os bandeirantes que tornaram mais conhecido aquêle rio, depararam com a muita e grossa madeira que, nas enchentes, o rio trazia arrancada das margens ou recebida dos rios Beni, Mamoré e Guaporé, que o formam [24].

São de 1669 e 1672 os primeiros arrojos por parte dos Jesuítas para subir o Rio Madeira. Nessas circunstâncias perto da foz surgiu a Aldeia

21 — LEITE, Serafim, S. J., *H. C. J. B.*, vol. IV, 1, II § 4.

22 — REIS, Arthur Cezar Ferreira, *História do Amazonas*, Manáus, 1931, pág. 58

23 — Antes de *Caiari*, o Rio Madeira tinha recebido o nome de *Irury*, por causa dos índios *Iruris* que o habitavam.

24 — ACUÑA, Cristobal de, *Nuevo descubrimiento*, em ALMEIDA, Cândido Mendes de, *Memorias*, Rio, Typ. Bras. Edit. J. J. do Patrocínio, 1860, vol. II, pág. 94; *Moura*, Gentil de Assiz, o. c.

O Rio Madeira tem o curso de 3240 Kms. Sua largura máxima é de 2 Kms., excecionalmente 8, podendo as águas de algumas enchentes banharem 20 Kms. terra adentro. Antigamente o leito era mais estreito; em todo caso a avultada erosão tem mudado acentuadamente o leito e certas localidades, sobretudo à margem de alguns afluentes. A média sôbre o nível do mar ultrapassa de pouco os 70 ms. Sua bacia foi avaliada por Réclus em 1.244.500 Kms^2, recebendo 90 afluentes. Despeja no rio Amazonas 40 mil metros de água por segundo nas enchentes, e, na estiagem, um mínimo de 4 mil ms.^{3}. Cfr. ALENCAR, Benevides Marijeso de, *Os novos Territórios Federais*, Rio, Imprensa Nacional, 1946, pág. 133.

dos Tupinambarana [hoje Parintins] fundada pelo Pe. Manoel Pires, que condividiu o trabalho apostólico com o Pe. Gorzoni.

Em 1683 o Pe. Jódoco Peres foi realizar uma inspeção mais acima, na foz do afluente Iruris [hoje Mataurá] para ver a possibilidade de estabelecer residência entre aquêles índios. Encontrou uma região riquíssima de cacau,

> "o melhor que ha em o Estado todo, por ser mais doce e mais grosso que o das outras partes" [25].

Na descida para Belém, onde êle era superior da Missão, levou consigo um filho do *principal*, que no colégio do Pará aprendeu tupi e português.

Pelo Natal de 1688 partiram do Pará os Padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi [26] acompanhados pelo filho do *principal* dos Iruris, já batizado e conhecedor da língua tupi. Era a resposta ao aludido apêlo feito pelos índios [27]. Havia passado um ano apenas e os dois missionários, além da aldeia dos Iruris e de alguma aldeiota, contavam com a Aldeia dos Paraparixana, dos Aripuanã, dos Onicoré, nas proximidades da hodierna cidade de Manicoré, dos Torerise. Cada aldeia continha mais de vinte aldeiolas.

Entre os Iruris logo se fundou a igreja, e a casa da Residência Missionária era de sobrado. O Pe. Bettendorff conta com pormenores usos e costumes deste povo *Filho do céu*, entre o qual a mulher era tida em tamanha veneração que

> "tinham dificuldade de a deixar ir a igreja pelos primeiros princípios da assistência dos Padres missionários".

As aldeias dos Iruris eram governadas pelos *principais*, eleitos de forma tal que o mais capaz entre êles era quem sucedia pela morte.

A sua chegada os Padres Missionários, para melhor govêrno, assim temporal como espiritual, que lhes competia pelas leis da Côrte, reuniram todos os *principais*, para os informar dos intentos de sua vinda para aquelas terras. A idéia completa da atitude, do método, e do prestí

---

25 — BETTENDORFF, João Felipe, o. c., pág. 355 s, 465 s; Revista do Instituto do Ceará, XXXVI (1922), pág. 170. FONSECA, José Gonçalves da, *Navegação desde o Pará até o Rio Madeira*, 18 de fevereiro de 1749, em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 410.

26 — PE. JOÃO ANGELO BONOMI, natural de Roma, próximo a ser promovido à Profissão de quatro votos, 32 anos de idade. B. E. cod. CXV/2/14 n.º 7, cópia ms. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1.2.29, que traz a forma "Bonhomio".

27 — Carta do Governador Gômes Freire de Andrade em 8/VII/1687, ao seu sucessor Artur de Sá Menezes, Revista do Instituto do Ceará, XXXVI (1922), pág. 170-171.

gio dos primeiros missionários residentes no Rio Madeira, nos é dada pela minuciosa descrição de Bettendorff da visita pelo *principal* Paraparixana ao missionário:

"Chegou uma tarde ao porto da Aldêa com grande número de canoas, e sem se desembarcar alma viva mandou um mensageiro dar parte ao principal Mamoriny [28] como era chegado o principal Paraparixana, e assim, estando todos dentro de suas canôas, sem se bulir em couza alguma, pela manhã tornou a mandar segundo recado, pedindo licença para sair para terra. Estes recados todos trazia logo o principal missionário aos padres pedindo-lhes seu consentimento; com elle finalmente começaram a vir para a aldêa com grande número de indios carregados de mil curiosidades, de assentos, de bordoes, tapiocas e beijús e estes eram mimos que o principal Paraparixana mandava adiante de si a todos os moradores daquella aldêa. Atraz destes ia uma tropa de mancebos a mil maravilhas, os quais andavam dois em dois, com grande modestia e compustura, e, levando seus arcos e fréchas pela mão, se encaminharam para casa do Paricá; após delles começaram a vir os moradores da aldêa de Paraparixana, os quais traziam nas mãos umas varas rachadas e abertas pela ponta, em sinal que tinham vassallos, e eram fidalgos entre os seus e por isso tambem cada qual delles levava uns pagens diante de si com arco e fréchas pelas mãos; finalmente ao cabo de todos estes fidalgos vinha o Paraparixana, vestido de seda verde, com um terçado arvorado em uma mão, e assim como levava diante de si grande número de pagens, tambem o seguia em ordem uma grande multidão de vassalos.

Passou toda esta procissão pela porta da residencia dos padres e não obstante estarem lá elles e o principal Mamoriny que lhes estava explicando os passos daquella entrada e os nomes dos principaes, contudo nenhum delles se atreveu a fallar nem a olhar para elles, e assim foram à caza do Paricá, onde se lhes armaram as redes e os jacázes, e assentados aquí todos, pedio o principal Mamoriny licença aos padres de os ir visitar, e assim como elle foram tambem em sua companhia os mais principaes da aldêa, e, assentados uns defronte dos outros, mandou logo o principal Paraparixana dizer ao Padre João Angelo que elle era chegado, e que elle desejava sumamente que viesse. Elle logo veio com todo o seu acampamento à porta da casa da residência, porem elle só entrou dentro fez-lhe a vi-

28 — Era original do Alto Madeira?... cfr. o mapa de D'Anville

sita, e dahí tornou outra vez para a casa do Paricá, onde de todas as casas da aldêa lhe foi um presente para o jantar. . "[29].

. . . .

Mas os dois padres adoeceram depois de um ano e se viram obrigados a ir tratar-se no Pará, em 1691. Todavia o Pe. Ângelo Bonomi voltou ao ministério. Mais uma vez, porém, teve de se retirar por doença.

Afinal, tamanhas vinham sendo as dificuldades que, por muito tempo, a evangelização do Rio Madeira não entusiasmou os missionários

PENETRAÇÃO MISSIONÁRIA

Não tinha trazido vantagem para os selvícolas a grande divisão do Território das Missões, feita a 10 de março de 1693, nem melhor vantagem trouxera para os brancos que habitavam o Rio Madeira. A realidade e o motivo verdadeiro de tôdas as dificuldades, é que muitas vezes a catequese devia ir de parelha com a expansão colonial, por causa daquêle fenômeno de govêrno único que tudo dirigia no Brasil, fazendo da Igreja como um ramo dos serviços públicos, e dos padres como funcionários de um gênero especial [30].

Era então o método muito usado aquêle que ainda se praticou até pouco em algumas missões católicas da nossa Pátria: procurava-se entrar em contato com os indígenas, acompanhando seringuerios ou garimpeiros, embora com duvidoso resultado e péssimas consequências.

Já notamos que os generais, ao empreenderem jornadas costumavam levar sacerdotes. Era um sinal, também, de muito boa organização. Embora em uma época em que a Fé acabava de levar os grandes abalos de que nos fala a História, todavia ela ainda era sentida em muitas almas, pairando sôbre os grandes empreendimentos. Não era superstição religiosa, como provamos, reproduzindo as palavras de um bandeirante [31]. Havia lá suas exceções, é verdade! [32]. Mas a Fé era mais arraigada! O insuspeito Southey conta-nos, por exemplo, que o famoso aventureiro do Rio Guaporé, Manoel Félix de Lima, em 1742 atribuía à SS. Virgem

---

29 — BETTENDORFF, João Felipe, o. c., pág. 465-466.

30 — SAVARY, Hélie Robert. *L'Eglise et l'Etat au Brésil*, em "Correspondent", 10/V/1908.

31 — V. pág. 9-10, nota 30.

32 — SOUTHEY, Robert, o. c., vol. V, pág. 435: antes de Manoel Félix de Lima (1742), um padre da Bahia fêz a viagem pelo Alto Madeira com um bando de fugitivos. Vide pág. 51.

33 — Idem, o. c., l. c.

cada êxito feliz de sua emprêsa [34]. Com menos ou com mais puras exterioridades, praticava-se a religião! [34]

Mas outra dupla finalidade sugeria aos generais a presença do sacerdote: justificar os próprios atos pela boa reputação sacerdotal, e facilitar as conquistas, porquanto muitos padres conheciam as *línguas* do Brasil, alguns até por ter sido prisioneiros dos índios. Êsses mesmos padres levavam sempre consigo alguns índios que, já catequizados, facilitavam as conversões [35]. Havia, então, meio de

> "confessar e administrar os sacramentos, por não haver outros que lhes saibam a língua e o façam" [36].

Dessa forma, a palavra de Deus estava amparada.

> "Para tanto, porém, quanto suplício!...
> Quantas perfídias de Capitães-Mores!...
> Quanta vida de Santo em sacrifício!..." [37]

Em outras palavras: a expansão evangélica dependia, por vêzes, do capricho e dos interêsses alheios, não obstante a Sagrada Escritura dizer: "Verbum Domini non est alligatum" [38].

Por causa dêsse fenômeno, a palavra de salvação não ressoou logo por todo o Rio Madeira; foi antes a vez do Ceará, do Maranhão e até do Rio Negro. O Madeira carecera até então de grandes capitães com suas jornadas, e insignificantes foram até o séc. XVII, as entradas de colonos que se estabelecessem naquêle rio.

Por isso a região do alto Madeira entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo, liberta de qualquer outro compromisso. De maneira genuína e diferente de muitas regiões do norte brasileiro.

No princípio do séc. XVIII as atividades missionárias do Rio Madeira estavam concentradas em Abacaxis. Mas, em 1714, já se mantinham aldeias *domesticadas* nas enseadas dos rios Canumã, Andirás, Acuriatós

---

34 — FONSECA, José Gonçalves da, *Navegação desde o Pará ate o Rio Madeira, 2/II/1749*, em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 367.

35 - LIMA, Gal José Inácio de Abreu, *Synopsis ou Deducção chronológica dos factos mais notáveis da historia do Brasil*, Pernambuco, 1845, pág 61; Câmara de S. Luiz do Maranhão, 12/X/1685; PRAT, André, O. C., o. c., pág. 222.

36 Apostila do Pe. Manuel Gômes ao "Certificado dos serviços feitos", de Alexandre de Moura Conquistador do Maranhão. Arch. S J. Roma. Bras. (História 1600-1647) 8.307 em LEITE, Serafim, S. J., *H. C. J. B.*, vol. II, 2, I § 2, pág. 102 s, nota.

37 — Humberto de Campos, "Os Jesuitas".

38 — II Timot., II, 9.

e entre os índios Guarinamá, na fronteira do atual Território Federal de Rondônia com o estado do Amazonas [39].

A assistência religiosa era feita pelos Missionários itinerantes. Com o transcorrer dos anos a expansão evangélica dilatar-se-ia tanto, que

> "não haveria lugar onde não estivessem os Jesuítas de assento ou de passagem, embora as aldeias e seus oragos desaparecessem com a mesma facilidade com que apareciam" [40].

Trinta e duas eram as tribos que habitavam as margens do rio, algumas, na região do baixo Madeira, outras, nas proximidades das cachoeiras e nos sertões dos rios afluentes, de que nos iremos ocupar [41].

---

39 — MORAIS, A. J. de Melo, *Corografia histórica, chronografica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*, Rio, 1859-1863, vol. IV, pág. 361-372; Mapoteca da Biblioteca Municipal de S. Paulo, Mapa sul-americano, organizado por William Faden, com mapas manuscritos do séc. XVIII, e publicado em junho de 1807 (London, Cooper scrip.t et sculp.t), fl. 6.

40 — COUTINHO, J. M. da Silva, *Relatório sôbre alguns lugares da Província do Amazonas especialmente o Rio Madeira*, Manáus, 1861, pág. 8-11.

Não há muito foi encontrado um sino em plena floresta às margens do rio Canumã, sub-afluente do baixo Madeira. A êste respeito escreveu o Cônego André Fernandes de Sousa em 1828:

> "Aqui [Serpa] tiveram os Jesuitas uma pequena igreja, ornada de muita prata, que se mudou dos Abacaxis. Dizem os indios antigos que enterraram as alampadas e os castiçaes, que eram muitos, e só deixaram um crucifixo grande, talvez por ser unico. Porem ignora-se o lugar onde enterraram. A igreja que agora existe está meio acabada com cobertura de palha, que causa aos moradores suores para a cobrirem de 3 em 3 annos; a sua invocação é *N. S. do Rosario*, e o seu parocho interino é o Rev. Nuno Alves do Canto".
>
> R. I. H. G. B., X, pág. 423

Ainda a êste respeito parace relacionar-se o que escreve AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e, *Diccionário topographico descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*, Recife, 1852, pág. 219:

> "Os indigenas a tem [a aldeia de Tupinambaranas, hoje cidade de Parintins] em supersticiosa apreensão; e não é sem acatamento que por ela passam, e dizem ouvir tocar sinos de noite, o que se atribue à tradição de algum estabelecimento que, abandonado, tenha sido invadido pelo mato e em sua espessura perdidos os sinos".
>
> "Os nossos Jesuitas, com quem tenho praticado, dizem que as suas Missões pelo rio da Madeira acima se achão estabelecidas até oitenta legoas da sua boca nas Amazonas".
>
> Carta de Alexandre de Gusmão ao Embaixador de Portugal. Lisboa, 24/II/1749, A. B. N. R. J. 1938, Vol. LII, pág. 41.

41 — MORAIS, A. J. de Melo, o. c., l. c.

DESCOBRIMENTO DO RIO MADEIRA [42]

Entretanto, na Côrte de Lisboa debatiam-se idéias mais ou menos infundadas, presas à navegação do Rio Madeira. Escrevia El-Rei ao Governador João da Maia da Gama:

> "será muito conveniente e importante que haja comércio com Quito",

pois parecia que aquela região fôsse rica em prata. Por isso era de todo o interêsse o reconhecimento do Madeira [43]. Não menos importante para a política portuguêsa era que tôda a extensão do rio fôsse missionada [44].

Uma carta escrita a 2 de maio de 1714 pelo Pe. Bartolomeu Rodrigues, seis mêses antes de morrer entre os índios Tupinambarana, decidiu o descobrimento e a exploração daquêle rio, em nome da lei [45].

Quem tomou tal determinação foi o próprio João da Maia da Gama, Governador do Pará. Além da correspondência vinda de Portugal, que declarava a vontade d'El-Rei, êle recebera outrossim notícia que fôra vista, descendo Madeira abaixo, "uma batêa e uma cabeça de carneiro seca". Outras notícias mais lhas davam alguns indivíduos incumbidos do descimento de índios, afirmando que no alto Madeira havia brancos, mas não sabiam se portuguêses ou espanhóis [46].

Assim sendo, preparou-se uma expedição confiada a Francisco de Melo Palheta, que a levou a efeito em 1723 [47]. Era homem experimentado, que outrora, em junho de 1691, escoltara o Pe. Manuel Fritz, missionário e geógrafo da Coroa Espanhola em terras da Coroa Portuguêsa. Vê-se, pois, que a Palheta podia ser confiado o levantamento oficial do Rio Madeira [48].

42 — *Descobrimento* é o conhecimento ou levantamento oficial por parte da autoridade.

43 — A. B. A. P. Pará, I (1902), pág. 196-197: carta d'El-Rei a João da Maia da Gama, 25/III/1722.

44 — A. P. P., carta d' El-Rey, 5/IX/ 1722.

45 — MORAIS, A. J. de Melo, o. c. vol. IV, pág. 361-372: êste documento encontra-se hoje com maior facilidade em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol III.° cap. 3.°.

46 — SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Comissão do Madeira*, Rio, 1875. II.°, pág. 119

47 — ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*, Rio, 1930, vol. X.°, pág. 195-196; A. N. R. J., Most.° 2, Sala Cairu, pág. 258 v: carta do Pe. Bento da Fonseca a um Padre, Lisboa, 14/VI/ 1749; MARTINS, F. A. Oliveira. *Um heroi esquecido, João da Maia da Gama*, Lisboa, 1944, I, pág. 124.

48 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., Vol. III, pág. 342.

Em carta de 4/XI/1727, El-Rei solicitou o requerimento de Palheta para a patente de Capitão-Tenente. Tal requerimento fôra antes errôneamente dirigido ao Governador. A. B. A. P. Pará, II (1902), n.° 200, pág. 198.

A viagem foi rápida Navegando 30 milhas por dia, a 13 de junho, festa de Santo Antônio, o Capelão, assistido por todos os componentes da expedição, celebrou Missa na ilha nova da Praia de Santo Antônio, pouco abaixo do riacho Carapanatuba. Foi a primeira Missa de que se tenha notícia certa, celebrada à entrada do atual território da Prelazia do alto Rio Madeira.

A 20 de junho [1723] Palheta já se encontrava na foz do Rio Jamari, tendo percorrido, assim, 311 milhas em dez dias [49].

Porém, a rapidez não afugentou os perigos... E' preciso termos em conta que as águas do Rio Madeira, ainda conservavam relativa paz e tranqüilidade. Por isso "nessa viagem viram duas cobras grandes de 40 passos" [50]. Em todo caso, a bênção de Deus acompanhava tambem a expedição de Palheta, pois ela, além do Chefe, que era astrônomo-geógrafo, se compunha de um

> "Clérigo Capelão que ia na galeota *Santa Rita e Almas*, e mais dois missionários de Mato Grosso, José Leme do Prado e Paulo Leme" [51].

Assim, a primeira bandeira eficaz do Rio Madeira foi provocada em parte pelos próprios missionários, os quais, em todo caso, a precederam. E o governador da Capitania, para desmanchar e desmascarar as relações que maldosamente ocultavam o bem feito pelos sacerdotes, não duvidou em escrever para Portugal, que

> "em especial ao Pe. Sampaio se deve conseguir a tropa o referido descobrimento" [do Rio Madeira] [52].

Quem era o Pe. Sampaio?

Enquanto ainda se preparava a expedição, e antes mesmo que a carta do Pe. Bartolomeu Rodrigues despertasse o interêsse dos portuguêses por aquêle rio, a missão de Canumã desde 1712 estava usufruindo dos benefícios dêste sacerdote extraordinário: o **Pe. João de**

---

49 — ANÔNIMO, *Diário de Viagem*, em MAGALHÃES, Basílio de, o c., pag. 18-20.

50 — ABREU, João Capistrano de, o. c., pág. 201-202.

51 — *Clérigo* significa sacerdote diocesano, vulgarmente conhecido por *padre secular*, BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, o. c., l. c.; ABREU, Capistrano de, o. c., pág. 201 ss.; ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 294, nota 2. MAGALHÃES, Basílio de, o. c., l. c.

Os *Leme* e *Prado* não se encontram poucas vêzes no decorrer da história desta região, sendo fácil qualquer confusão.

52 — João da Maia da Gama, 28/II/1730 em MORAIS, A. J. de Melo, o. c vol IV, pág. 260-261; Manoel Gonçalves da Silva, Vista que manda dar ao Padre João Teixeira, dos dous requerimentos dos povos do Maranhão. 1729, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 332-333; MARTINS, F. A. Oliveira, o. c., I, pág. 124

(B. N. L., fg. 4517 f. 80)

Carta do Pe. Joao Sampaio ao Pe. Felipe Luiz, Procurador em Lisboa, escrita de Vera Cruz dos Abacaxis a 11/VI/1724

(Mapoteca Municipal de S. Paulo)

O Rio Madeira no mapa do Brasil, segundo as informações da Academia Real de Ciências de Paris, em 1729

O mesmo rio na parte de baixo, segundo o Mapa da Vice Província do Maranhão e Grão Pará da Cia. de Jesus, em 1753. Vêm-se as Missões de Trocano (Borba) e dos Abacaxis, assim como a ilha de Tupinambaranas, formada pelo paraná Mariá

San Payo [53], o primeiro grande apóstolo do Rio Madeira. A êle João da Maia da Gama houve por bem recomendar a expedição de Palheta [54]. Nos princípios de sua carreira missionária, como muitos homens de ação, foi gravemente infamado, por um índio ébrio ou malicioso. Com fino tato de prudência e de clarividência, tão necessárias aos homens de govêrno, os seus superiores, feitas as investigações, reconheceram-lhe a inocência. E o Pe. Geral da Companhia, em carta de 22 de setembro de 1714 ordenava ao Pe. José Vidigal, Superior da Missão, que o consolasse e restabelecesse a fama daquêle varão de Deus. E' que o bom pastor sacrifica por suas ovelhas até mesmo a própria personalidade humana...

Uma aflição de espírito insuflava no Padre Sampaio o desejo de fundar uma Missão indígena no Alto Madeira.

Não o interêsse, não o poderio, não o comércio, nem mesmo a expansão, tão só o desejo acendrado pela salvaçao das almas levou o primeiro Apóstolo do Rio Madeira a implantar a Cruz de Cristo naquela região desconhecida e perigosa.

> O martírio, o deserto, o carpo, o espinho,
> A pedra, a serpe do sertão maninho,
> A fome, o frio, a dor,
> Os insetos, os rios, as lianas,
> Chuvas, miasmas, setas e savanas,
> Horror e mais horror...
> Nada turbava aquelas frontes calmas,
> Nada curvava aquelas grandes almas
> Voltadas para a amplidão...
> No entanto êles só tinham, na jornada,
> Por couraça — a sotaina esfarrapada...
> E uma cruz por bordão [55].

---

53 PE. JOÃO DE SAN PAYO, nasceu na Abrunheira (Coimbra-Portugal) em 1680. Entrou na Companhia de Jesus em 1701 e veio noviço às Salinas de Curuçá (baixo Amazonas). Indo ordenar-se em Portugal, voltou em 1712, quando foi para a Missao de Canumã. Temporàriamente esteve também no Rio Negro. Faleceu no engenho de Ibirajuba, a 22 de janeiro de 1743. B. N. L. livro de Óbitos, fundo geral 4518, 31; LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. III.º, I, pág. 379 e III § 2, pág. 400, nota 3. [Sôbre a forma *Payo*, o filólogo brasileiro Pe. José Stringari, S. D. B., informa que *Sampaio* vem de San Paio (Payo, espanhol); Paio vem de Pelagiu (Pelágios), do grego Pélagos, referente ao mar, marinho; cfr. Revista D. Bosco, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, junho, 1953, pág. 28].

54 — Parecer de João da Maia da Gama, Governador que foi do Maranhão, sôbre os requerimentos que a El-Rei apresentou Paulo da Silva Nunes, contra os Missionários, Lisboa Ocidental, 28/II/1730, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., pág. 260-261.

55 — CASTRO ALVES, Antônio de, "Jesuitas".

O historiador da Companhia de Jesus no Brasil, a respeito dessa efeméride, escreve:

> "A 4 de junho de 1723, juntamente com um socorro de mantimentos, enviados do Pará, chegou o Pe. Sampaio ao Arraial de Francisco de Melo Palheta [56] que ia descobrir as cabeceiras do Madeira. Demorou-se até o dia 10, e depois, na sua galeota, seguiu a expedição por espaço de um dia, despedindo-se e voltando para a aldeia. Não tardou o Pe. Sampaio a subir de novo o Madeira e a seguir mais avante" [57].

Como tantos outros que o precederam e seguiram, o Pe. Sampaio era um sacerdote pronto a se transportar continuamente de um lugar para outro. Elemento veiculador de pequenas notícias e atenções úteis, bem lhe assentava o nome que os indígenas de outras bandas vieram pôr aos seus missionários chamando-os na língua nativa "Abaré-bebé" que quer dizer *padre que voa* [58].

Sòmente assim, a região de que nos vamos ocupar iria receber o primeiro apóstolo de Jesus Cristo.

Documentos preciosos e raríssimos, um dêles vindo à luz uma década faz, permitem-nos reconstruir as particularidades da viagem e da Aldeia do Alto Rio Madeira, visto que os missionários da Companhia de Jesus, em seus trabalhos, se pautavam, adaptando-se às condições de cada terra, pelo *Costumeiro* geral e sobretudo pela *Visita* do Pe. Antônio Vieira [59].

Ao despedir-se de sua aldeia, acompanhavam-no uns tantos índios a cuja experiência confiara a navegação pelo rio. Era o meio do ano, época ainda boa para a navegação de pequeno calado. O rio estava livre dos grandes toros, que ainda hoje podem causar danos gravíssimos até a embarcações modernas.

---

56 — O arraial, numa tapera de índios Juma, na margem esquerda do Madeira, frente à ilha das Onças, chamou-se "Santa Cruz de Iriumar": havia igreja, armazem, corpo de guarda e casas. MAGALHAES, Basílio de, *O Café*, 2.ª ed. Rio, Coleç. "Brasiliana", 1939, vol. CLXXIV, pág. 18-20; Mapoteca da Biblioteca Municipal de S. Paulo, carta física e política da América Meridional, Paris, Ed. Goujon, 1821, levantada sôbre os mapas de Alexandre Humboldt, comparada com mapas de 1806-1807; idem, "Question des Limites du Brésil et de la Guyane Anglaise soumise a l'arbitrage de S. M. le roi d'Italie", Paris, Ducourtioux et Huillard, 1903: Mapa francês manuscrito, de 1755.

57 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., Vol. III, §§ 2-3.

58 — VASCONCELOS, Pedro Simão de, *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (1663)*, Lisboa, 1865.

59 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., l. c.: é a primeira publicação da "Visita" do Pe. Antonio Vieira de 1658-1661.

Os índios lidavam com flechas e arcos na caça e pesca, provendo às necessidades.

"Meus filhinhos, ide à pesca para comermos".

E em pouco, à ponta da flecha havia tanto peixe que dava de comer e ainda sobrava [60].

A Providência não deixava faltar frutas nas árvores e o mel silvestre. Porque, muito embora as paradas feitas, levantando quiçá um arraial, pudessem fornecer boa caça, cotia, anta, paca, todavia o peixe, — o dourado e outros, — ainda formavam o ordinário sustento do missionário [61]. Nem por nada tendo já o Pe. Manuel Juzarte observado que a base da alimentação era o peixe, deficiente como sustento [62], e, pelo uso quotidiano, monótono, intolerável às vêzes, não tinha achado nome mais apropriado para classificar os missionários da Amazônia que chamá-los *"novos apóstolos"* [63].

O pão era de farinha de mandioca [macacheira] no fundo de de uma cuia, simples, ou com sal ou com açúcar, — o clássico chibé dos índios. Não faltavam beijús de tapioca, redondos e chatos, feitos ao fôrno, os quais se conservavam por vários dias. O sal, como preciosidade rara, era levado em frascos. Nem por isso, a umidade absoluta deixava de convertê-lo em uma esquisita massa branca.

O vinho de Portugal estava reservado para as Missas, assim como o trigo [64].

---

60 — Carta do Pe. Gaspar Misch, Pará, 31/VII/1665, citado por LEITE, o. c., IV, 3, I § 1.

61 — DANIEL, João, *Thesouro escondido*, R. I. H. G. B. 2.ª ed., II (1858), pág. 458.

Formado por três pequenos lagos unidos entre si pelo igarapé Sampaio:

> "no dito lago [o Pe. Sampaio] costumava fazer as provisões de peixe, de manteiga de tartaruga precisa para os seus fins; e por isso lhe deixou o seu appellido. A verdadeira bocca deste Lago fica defronte da Praya de Carapanatuba; porém como para se subir por ella gasta-se hum dia de viagem até o dicto Lago, navegando-se por cima de troncos, e raizes atravessadas, e vencendo-se outros obstáculos, por esta razão se não entra por ella; mas antes, o que se faz he mandar a Feitoria fronteira a ilha de Tem-Tem, aonde se Varão as Canôas; e com o trajeto de 1/4 de hora, se vae ter ao referido Lago".

FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Relação circunstanciada do Rio Madeira*, B. N. R. J. Ms. I — 11, 1, 36, tit. XVIII, 22

62 — "... sobre não ser a melhor vianda para a saude naquele extravagante clima", escreveu José Gonçalves da Fonseca na "Noticia da situação de Mato Grosso e Cuiabá", R. I. H. G. B., XXIX, p. I.

63 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV.º, 3, I, § 1; COSTA, Dom Antônio de Macedo, 1.º/X/1865, Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, Rio, 1907, vol. III.º, pág. 70.

64 — "Visita" do Pe. Antonio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, 3, I, § 1.

O Padre tinha de certo, rico cabedal de conhecimentos sôbre os gostos e as predileções dos indígenas. As maiores delas eram reconhecidamente pela música. Por isso, o Pe. Sampaio devia estar levando, entre outras quinquilharias, alguns rudimentares instrumentos de música, tais como flautas, buzinas e maracás [65].

Levava mais, além do seu Breviário, o altar portátil, o relógio de areia [clepsidra] e a campainha. À hora da prece, tocava-se como de costume, para a reza das Ladainhas e o exame de conciência. Nada haveria de impedir a observância do Regulamento, tal qual se praticava na Residência, enquanto transcorriam longas as horas e os dias. Afim de ocupar todo o tempo de viagem, qualquer missionário devia levar bastantes livros espirituais. [66]. Era a atuação da "Vida comum" no conceito jurídico da Igreja, que não exige só habitação sob o mesmo teto, mas também igual norma de vida [67]. O tempo que os missionários empregavam na navegação era por isso o mais acomodado para os exercícios espirituais.

Proibidos de ir em rêde a ombros de índios, dormiam, à noite, sôbre as táboas da canoa, ou na rêde, entre galhos de árvores, ou em taperas abandonadas [68].

Em 1723 o Pe. Sampaio constatara assim tôda a navegabilidade de longo percurso do Rio Madeira, fundando a aldeia mais remota, na região do atual Território Federal de Rondônia.

Não foi possível, pelos documentos que tivemos à mão, localizar o primeiro aldeamento jesuítico no Alto Madeira. Provàvelmente se achava acima do afluente Jamari [69].

As margens do grande Rio Madeira ofereciam tais condições favoráveis de vida, quais não garantia o interior, nem mesmo nas vizinhanças das minas de ouro de Urucumacuã, nas proximidades das cabeceiras dos rios Camararé, Jamari e Corumbiara [70].

---

65 VASQUES, Fernando, *Conquista e Colonização do Pará*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, Coleç. "Pelo Império", 1941, n.º 72, pág. 23.

66 — "Visita" do Pe. Antonio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, 2, II.

Isso era geral. O Ms. 1035,32 do A. P. P. contém o pedido dum missionário — não jesuíta — afim de que lhe fôssem enviados livros *de atualidade* [sic!] para a pregação da doutrina.

67 — ANTA, Marcelino Cabreros de, C. M. F., *Código de Derecho Canonico*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1949, can. 134.

68 — "Visita" do Pe. Antônio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., l. c.; VASCONCELOS, Simão de, *Vida do Venerável Joseph Anchieta*, 2.ª ed., Rio, Imprensa Nacional, 1943, vol. I, pág. 172-173.

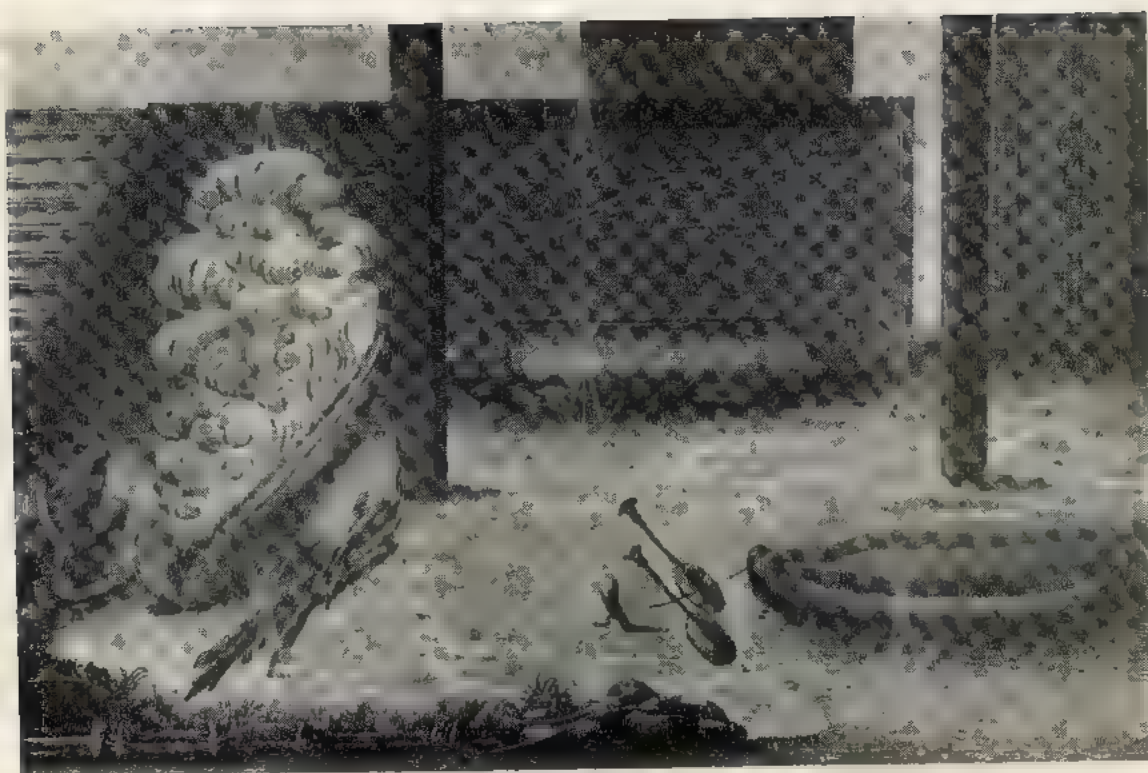
69 — ABREU, Capistrano de, o. c., l. c.

70 — FONSECA, J. Severiano, *Viagem ao redor do Brasil*, Rio, 1881, pág. 81; LÉVERGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Vias de Comunicação*, Cuiabá, 1905, pág. 65; R. I. H. G. B. LXI (1878), 1.ª parte, pág. 56.

(B. N. R. J., Ms. Alex. R. Ferreira, I-11, 2, 0)

Viração de tartarugas no Rio Madeira (Séc. XVIII)

Mapoteca Municipal, S. P.)

Nova Luzitânia, 1798 [ou 1804?] de Silva Pontes

(B. N. R. J., Ms. Alex. R. Ferreira, I-11, 1, 0, fl. 97)

Construção de uma canôa no séc. XVIII

Nem faltou mesmo uma orientação superior, baseada na experiência primitiva, de que não haveria tranqüilidade, nem paz, nem catequese, onde os índios se não sentissem enquadrados fortemente por vilas e povoações de Portuguêses. Logo a experiência provou que as desvantagens eram superiores, como iremos ver [71].

"*ENTRADAS*" MISSIONARIAS

Em todo caso seria para encontrar mais amparo, que o Pe. Sampaio teria fundado uma aldeia à margem do Madeira — para ser foco de civilização, de doutrinação, e um núcleo produtivo. A população indígena seria garantida mediante um sistema de *entradas* para o interior, de onde desceriam os índios. Elas tinham como finalidade só a propagação da Fé: o Superior da Missão era quem as autorizava, e enquanto civís e militares as realizavam à custa do govêrno, aos Missionários cabia a supervisão.

Êsse meio pacífico e suave não fôra e não foi sempre o mesmo adotado pelos missionários. Mas é aos Jesuítas que se deve a diminuição dos abusos dos cabos de tropa que, realizando essas primeiras entradas, ordenavam à força os descimentos de quantos índios achavam nas selvas, sem atender se cativos ou livres [72]. E

> "isto com uma sêde — diz o Pe. Vieira — que com o ser o Amazonas o rio maior do mundo, a sêde era maior que o rio".

A lei de 1655 pleiteada pelo mesmo Padre Vieira, tinha iniciado o saneamento daquêles descimentos injustos, e agora o Pe. Sampaio se empenhava — e se embrenhava — pelo mesmo saneamento [73].

Não poucas foram as decepções que encontrou. E elas vinham de bem longe. Já quando começara a recolher os primeiros resultados para a Aldeia dos Abacaxís, pela descida de quatrocentos índios de dife-

---

71 — MONTEIRO, Mário Ypiranga, *A Capitania de São José do Rio Negro*, Manáus, 1955, pág. 52.

72 — A. B. A. P. Pará, I, (1902), pág. 130-131: El-Rei e Cristovão da Costa Freire, 2/VII/1710 e 23/I/1712, recomendando que o descimento de índios no Amazonas fôsse feito pelos Padres da Companhia de Jesus, embora de direito dos Franciscanos. O motivo era

> "por se achar nos Padres da Companhia préstimo para semelhantes descimentos a que só os leva o zello do serviço de Deus e Meu".

73 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. III, pág. 370.

rentes línguas e pelo menos seis tribos, eis que o Capitão Manuel Francisco Tavares, feitor do Governador do Pará, avançou sôbre duas grandes canoas de outros índios que iam para a mesma Aldeia

> "e amarrando-os a todos com cordas e grilhões violentamente os metteo em suas canoas"

aproveitando a ausência do Padre que se achava em outro grande descimento de índios Iaraguarizes.

Outra vez o mesmo Tavares, sabendo

> "que do rio dos Aroaxiazes partia carregada de índios da mesma nação outra canoa do dito Pe. Missionário Joaó San Payo, lhe foi sair ao encontro no dito rio e fazendo nelle preza de todos estes índios que trazia os passou as suas canoas [...] os conduziu em sua companhia para a cidade do Pará aonde depois de aportar com seis canoas entre grandes e pequenas carregadas destes índios, e outros [...] foram logo vendidos delles 80 por escravos".

E não foram essas as únicas façanhas do Capitão Manuel Tavares contra o Pe. Sampaio [74]. Pouco depois, de uma tropa real que transitou pela Aldeia dos Abacaxis, o Pe. Sampaio experimentou desatenções, como seja, por o acharem ausente em missão de gente nova, arrombaram-lhe as portas da casa, furtaram-lhe farinha e as próprias canoetas dos pescadores... [75].

A nova entrada do alto Rio Madeira fê-la o Pe. Sampaio fitos os olhos ùnicamente em Deus. Porquanto, ao passar pela Aldeia dos Abacaxís a expedição de Francisco Palheta, o missionário teve também de suportar não poucas contrariedades. Foi preciso, antes de tudo, que acomodasse a desunião que havia entre os cabos e os soldados quase revoltados. Não sòmente acudiu da forma acima vista depois da passagem da expedição, mas forneceu o necessário de

> "canoas, ferramentas, aprestes e comestível, que gratùitamente deu", juntamente com "mais de 200 índios"

---

74 — Pe. Manuel de Seixas, Visitador, a El-Rei, 13/VI/1718, em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, apend. G., pág. 388.

75 — Certificado jurado de Frei Diogo da Trindade, comendador das Mercês no Pará, Lisboa, 16/VII/1729, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 282-283; Manuel Gonçalves da Silva, Vista que se manda dar ao Pe. João Teixeira, dos dous requerimentos dos povos do Maranhão, 1729, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 332-333.

como remeiros, quando viu que por falta de mantimentos e de gente, Palheta já fazia conta de desistir da empresa [76].

A recompensa por tudo aquilo e pelo mais que por amor de brevidade omitimos, foram

> "injúrias e afrontozos ultrages impondo lhes quantos aleives querem e sonharaó"

porque os índios eram poucos [77].

Aliás, setenta anos mais tarde, numa época saturada de anti-clericalismo, afirmar-se-á hiperbòlicamente (senão por ignorância maldosa!)

> "que os índios cedidos como remeiros eram quase todos correspondidos com pagamentos prontos [78].

No entanto, duas Provisões, de 29 de outubro de 1718 e de 16 de novembro do mesmo ano, mandavam remover os Missionários que não quisessem dar índios para o real serviço [79]. Claro que ambas as Provisões deviam ter sido provocadas por abusos. Assim El-Rei, em carta de 7 de julho de 1710 a Cristovão da Costa Freire, já se queixava de um Missionário Franciscano que negou índios a uma expedição [80]. Mas a melhor resposta aos contraventores das disposições do reino, a deu o próprio Pe. Sampaio. Quando os soldados de Palheta regressaram doentes daquela campanha, acudiu a êles

> "com todo o sustento e caridade possivel, e a eles e aos outros que passavam pela missão nunca faltou com o que pediam" [81].

Assim escreveu o Governador João da Maia da Gama.

Era a resposta do Cristianismo! Porém, todos êsses fatos, e não sòmente êsses, foram uma valiosíssima experiência para o Pe. Sampaio.

---

76 — MORAIS, A. J. de Melo, o. c., l. c. No Madeira Palheta

> "fez de gasto hum conto, e duzentos mil reis; [...] e nas grandes Cachoeyras teve três alagaçoens em que perdeo tudo quanto levava".

A. B. A. P. Pará, VI (1907), pág. 228-229: cópia duma petição de Palheta, deferida por El-Rei a 16/II/1734.

77 — Pe. Manuel de Seixas, Visitador, a El-Rei, 13/VI/1718, em LEITE, Serafim, S. J., o. c., l. c.

78 — COUTINHO, Francisco de Souza, R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 289.

79 — B. E. Ms. SM I, 14, cópia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ms. I. 2, 33.

80 — A. B. A. P. Pará, I (1902), pág. 131.

81 — João da Maia da Gama, 26/II/1730, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 260-261.

Para a nova entrada do alto Rio Madeira coroada com a nova fundação, tinha havido despêsas:

"foi feita esta dita Aldeia com despeza só dos Padres" [82].

Mais despêsas haveria para os subseqüentes descimentos de índios, além dos perigos e das muitas oposições dos brancos, colonos, e bandeirantes, que espreitariam a oportunidade de açambarcarem para si vantagens materiais [83].

Desde 1640, dissemos, as águas do Madeira eram singradas, tendo em vista as drogas e a *peça* humana, isto é, o índio. Nada mais, até o fim do séc. XIX! [84]. Se houve alguma iniciativa de colonização, foi no Rio Negro, com a ida de soldados e de índios para o aldeamento. Mesmo assim essa intenção não ficou claramente definida. Pelo contrário, encontraremos no correr da História, alguns deslocamentos para a região do Madeira processados em épocas diversas, mas só de degradados, ciganos, aventureiros e de mulheres erradas, mais para tentar riquezas ou aventuras, do que para povoar novas terras.

Aliás, para a colonização de uma longa língua de terra à margem de um grande rio como o Madeira, terra selvagem, perdida nos confins da colônia, a um ponto quase inacessível pelas dificuldades do transporte, pelo ambiente estreito, pelo próprio método de fixação, eram necessários recursos psicológicos e materiais incalculáveis. Seria tediosa a referência à insalubridade do terreno; à discordância e ao desnível de característicos psíquicos e somáticos entre o colonizador e o natural; à deficiência de cultura existente entre as duas fôrças antagônicas possessórias; à fraqueza, por fim, do coeficiente demográfico de colonos.

Além do mais, as entradas leigas que se encontraram com o Pe. Sampaio, longe de serem um ensaio de civilização dirigida, com sua aproximação da aldeia, — aproximação agressiva e impressionante, — só serviam mesmo de tropêço para o missionário [85]. Infiltração prematura e prejudicial! Eram, antes de todos, os componentes da bandeira de Palheta, ou que pela mesma tinham sido aliciados para lá, afim de trabalhar para o cultivo de terras à margem direita do rio [86].

---

82 — João da Maia da Gama, em MARTINS, F. A. Oliveira, o. c., I, pág. 124.

83 — R. I. H. G. B., LXI (1878), 1.ª parte, pág. 56, n.º 47.

84 — PINKAS, Eng. J., *O Alto Madeira*, em Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, 1887, III, 4.º boletim.

85 — MONTEIRO, Mário Ypiranga, *Fundação de Manaus*, 2.ª ed., Manáus, 1952, pág. 28-29.

86 — ARMENTIA, Nicolas, *Relación histórica de las Misiones Franciscanas de Apolobamba por otro nombre Frontera de Cau[po]lican*. La Paz, Imprenta del Estado, 1903, pág. 124.

Cedo travaram-se as lutas dos civilizados com o missionário. Aquêles pretendiam subjugar os filhos da floresta para própria utilidade. Por que não, se assim lhes parecia estivesse fazendo o missionário? Mas seus olhos cobiçosos não percebiam que o trabalho do Jesuíta era combater a ociosidade, a indisciplina e a desorganização! [87] Não percebiam que tal atitude não tirava absolutamente a liberdade dos índios! Antes, sem ela não poderia progredir a catequese das almas, o verdadeiro tesouro procurado.

Visando missionário e colonizadores fins diversos, lançavam mão de meios idênticos. Por esta razão o parecer do Governador João da Maia da Gama era que

> "se não devem conceder entrarem os particulares por se não perder a muita redução [...] de almas para Deus [...]. O mesmo se deve observar, e impedir pelo Rio da Madeira acima, por não ser dos descriptos da lei de Vossa Magestade; e para se não impedir a redução dos milhares de Gentios, que alí tinha praticado o Padre João Sampaio" [88].

Felizmente as *Instruções* de alguns anos mais tarde foram taxativas. Isso, porém, não impediu que a semente da calúnia e da mentira contra o Missionário, deixasse de produzir frutos deletérios [89].

Nem por isso o zêlo apostólico cedia o campo aos inimigos.

Mas, havia uma ordem taxativa para todos os Missionários longínquos de se

> "confessar com o Sacerdote da Residência mais vizinha, de sorte que ao menos não passe nenhum mês que se não confessem" [90].

O fato é que aquela era a Missão mais afastada, exposta, se bem que como as demais, aos ataques dos índios selvagens. Era a mais indefesa.

---

87 — A Provisão régia de 7/IV/1728 mandava: de cada uma das entradas ou expedição que se fizesse ao sertão, se dessem 30 ou 40 indios *ou* [o grifo é nosso] escravos para o serviço ou colégios e fazendas da Companhia de Jesus" em razão da grande falta que tinham de escravos, conforme representou" o Visitador geral da mesma Companhia. R. I. H. G. B., L, pág. 146.

88 "Parecer de João de Maia da Gama, Governador que foi do Maranhão, sôbre os requerimentos que o El-Rei apresentou Paulo da Silva Nunes, contra os Missionários, Lisboa ocidental, 22/II/1730", em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., Vol. IV, pág. 270.

89 — Idem; CURT NIMUENDAJÚ, Unkel. *The Mura and the Pirahá*, H. S. A. I., Washington, 1948, vol. III, pág. 255.

90 — "Visita" do Pe Antonio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, 2, II.

Todo êsse acervo de razões levaram os Superiores do Pará a chamar o Padre Sampaio para o ministério entre os selvícolas do baixo Rio Madeira.

Tendo, em seguida, baixado até o Pará para acudir aos interêsses da Missão, o Pe. Sampaio, pelas instâncias dos habitantes do Madeira, em fins de 1727 já estava novamente de partida para lá. Uma carta escrita do Pará a 30 de setembro daquêle ano, provocava uma resposta do Superior Geral datada de 5 de junho de 1728, condensando um programa de ação. Regozija-se o Superior de saber

> "quanto studio quantaque alacritate novam hanc expeditionem versus *Cachoeiras* amplectatur et eam fundandam ac stabiliendam animum strenue intendat nihilo habitis sufferendis laboribus" [91].

Não podia ser apresentada de melhor maneira a plataforma de apostolado do Pe. João Sampaio ao fundar, desta vez, a *Aldeia de Sto. Antônio das Cachoeiras.*

---

91 — Archivium S. J., Romae, Bras. 25, fl. 44 v. [por gentileza do Pe. Serafim Leite, S. J., a 5/XII/1953].

BANDEIRANTES DE CRISTO

EM março de 1728 o Pe. Sampaio se encontrava novamente no Alto Madeira, e, desta vez, os Superiores lhe deram um companheiro, o Pe. Manuel Fernandes [1].

A farta experiência do Pe. Sampaio com relação aos brancos lhe tinha aconselhado a escolher, nesta segunda vez, outro local para o aldeamento: longe dos que, como dissemos, tinham vindo com a bandeira de Palheta. Não que o Pe. Sampaio os desprezasse. Provas do contrário são as instâncias feitas para o seu retôrno ao Rio Madeira [2]. O local escolhido — *Araretama* — achava-se mais acima da primeira fundação, entre o ribeirão Ipanema [Ipanenema] e a ilha Tucunaré [ribeirão Maparaná ou lago Puneão (Cuniã?)], um pouco arredado da margem esquerda do Rio Madeira. Duas léguas acima desemboca o Rio Jamari e a mais doze abaixo acha-se a foz do Rio Machado [3].

Embora nessa região haja manchas de terra vermelha, prestando-se para louça e cerâmica, contudo não foi esta por certo a preocupação dos missionários, uma vez que os índios do Alto Madeira, além de essencialmente andarilhos, ou exatamente por isso, poucos indícios nos deixaram da arte do barro. Preferiam-se terras humosas, aptas para a agricultura. E tais são as margens desde o Rio Jamari, e mesmo desde o Gi-Paraná ou Machado até às cachoeiras do Madeira [4].

Que foi que os missionários encontraram no Alto Madeira?

---

1 — A. N. R. J., Most.º 2. Sala Cairu, pág. 258 v., cópia ms. da carta do Pe. Bento da Fonseca a um Padre, Lisboa 14/VI/1749; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, o. c., pág. 214.

2 — A. P. P., passim.

3 — AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e, o. c., pág. 60-62; ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 313-314; CASAL, Manuel Aires de, o. c., pág. 306; SERRA, Ricardo Franco de Almeida, *Diário do rio Madeira*, 20/VIII/1790, R. I. H. G. B. XX (1857), pág. 402.

O lugar provável devia ser em frente à localidade *Cavalcante* ou *Papagaios*, acima de *Assunção*.

4 — CANTANHEDE, Antônio, *Achêgas para a história de Porto Velho*, Manáus, 1950, pág. 35.

Primeiramente precisamos fazer umas observações de caráter geral. Nos primórdios do Brasil-colônia, lá por 1550, entre muitos portuguêses vindos de além mar, desprovidos de conhecimentos ântropo-etnológicos, existiu esperança e ao mesmo tempo a preocupação de se afastar do litoral atlântico para encontrar índios mais aproveitáveis que os da costa oriental. Vozes muitas tinham chegado do Perú sôbre aquêles índios possuidores de adiantada civilização.

Foi uma ilusão querer encontrar semelhantes selvícolas no interior do Brasil. Englobar, tabelar os índios sul-americanos ou mesmo só do Brasil, é resolver o mais complexo problema da América latina, da maneira mais anti-científica e contra tôdas as observações feitas.

A mor parte da região brasileira de que nos estamos ocupando — hoje etnològicamente conhecida por Rondônia — foi espetáculo de numerosas migrações indígenas. Não nos cabe pesquisar as origens dêsse fato: se foi por esfacêlo cultural ou com finalidade religiosa, se por guerras ou por motivos econômicos. Outro fato, porém, se nos antolha, indiscutível. E' que diante dos olhos dos missionários do Alto Madeira não se apresentava o menor vestígio de passadas grandezas. Essas, mal e mal se conservam na estrutura inteligente das línguas.

Não havia um direito consuetudinário da religião. Tão só restava um rudimento, um ente desconhecido que, trovejando, mostrava sua temibilidade pelo raio que abate — como se fôssem palha — os colossos da floresta, e tirava a vida aos sêres, deixando uns restos carbonizados [5]. Também não tinham hierarquia pròpriamente dita, a não ser os chefes, que o eram quase só nas ocasiões de guerra [6]. Moralmente escravos de pajés, arúspices e curandeiros, eram ansiosos, porém, de quem lhes prègasse o bem. Já Pero Vaz Caminha, em sua famosa carta, certidão de batismo do Brasil, fizera a mesma observação.

Até mesmo as grandes manifestações da primitiva cerâmica sul-americana, com finas tangas delicadamente coloradas, vasos ornamentados com motivos geométricos, marcando o apogeu duma cultura que saíra de mãos femininas em Santarém e Marajó, foram terminar ou desaparecer, deixando levíssimos rastros nas florestas da Rondônia [7].

---

5 — STRADELLI, Conde Ermano, R. I. H. G. B. CIV (1929).

6 — PEIXOTO, Afrânio, *Cartas avulsas*, Rio, Publicações da Academia Brasileira, 1931.

7 — Cfr. BARATA, Frederico, *Uma análise Estilística da Cerâmica de Santarém*, separata de "Cultura", n.º 5, 1953, para o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.

Trata-se dum nosso ponto de vista: nada obsta que a semelhança de ornamentação na cerâmica indígena marajoara e da Rondônia, seja uma mera coincidência.

Que havia pois, à margem do Alto Madeira, que interessasse os nossos missionários?

.... índios!

Índios que "com prontidão assistem a doutrina, em que, brevemente instruídos, se fazem capazes de receber o santo batismo, sendo criados no mato tão a sua vontade".

Índios que "ainda pagãos sugeriam aos moribundos palavras que facilitassem o ministério do sacerdote".

Índios que "não só Deus N. S. tirou milagrosamente dos lamaçais onde viviam esquecidos, submergidos nas trevas da ignorância, cativos das paixões e de desprezível apetite, e sim, além disso, índios em que mais particularmente resplandeciam os singulares favores da Providência" [8].

Índios até, que, vindos das florestas interiores do Mato Grosso para receberem o batismo, eram "mui proprios para domesticar-se com muitos princípios de civilidade, e outras nações de que poderiam ter formado Aldeias numerosas e uteis" [9].

Dois anos mais tarde, depois de fundada a missão, já estavam aldeados e catequizados 338 índios, a mór parte ainda catecúmenos. Eram os Pama, os Torá, e os Mura.

OS PAMA

Os *Pama* eram pobres, com rêdes de embira, porém muito bem apessoados tanto na estatura, como na presença. Conheciam-se pelo cabelo cortado, de orelha a orelha, e por praticarem alguns princípios de pudor [10].

OS TORÁ

Dos *Torá* se registram bravuras desde o ano de 1715. Naquêle ano o Capitão geral Cristovão da Costa Freire mandou o 16.º Capitão-Mor do Pará, João de Barros de Guerra

"para castigar os ferinos Silvícolas denominados Torás"

que hostilizavam as aldeias de Canumã e Acabaxís no baixo Madeira.

---

8 B. E., CXV/2-13, 309-311, em MORAIS, A. J. de Mélo, o c. vol IV pag 361-362.

9 — Instruções dadas pela Rainha ao Governador da Capitania de Mato Grosso. D. Antônio Rolim de Moura, 19/I/1749: R. I. H. G. B., LV (1892), 1.ª parte. pág. 386-387.

10 ABREU, João Capistrano de, *Caminhos e Povoamento do Brasil*, Rio, 1930. vol. X, pág. 201-202.

Habitavam, porém, as margens do baixo Rio Machado até às cabeceiras do Marmelo, e assim a expedição em questão os foi encontrar no Rio Maici, afluente do Madeira, pouco abaixo do Machado [1716].

Batidos, pediram paz, sujeitando-se à condição imposta pelo Governador de fixarem residência na aldeia dos Abacaxís. No regresso, João de Barros afastou-se do grosso da expedição por grave incômodo de saúde. Talvez a umas 240 milhas abaixo, à altura da ilha das Onças. Aí fêz arraial, mas um cedro caiu-lhe em cima da canoa onde se achava, vindo a falecer. O capitão Diogo Pinto da Gaia, então, e o sargento-mor Francisco Fernandes, levaram a feliz têrmo aquela expedição contra os Torá [11].

O Pe. Sampaio e seu companheiro aldearam entre êles, os que, tendo-se conservado nas matas, não tinham sido atingidos pela devassa de 1716. Distinguiam-se dos demais por uma linha preta, da orelha ao canto da boca [12]. Não era só a ferocidade dos Torá que pesava provadamente sôbre os brancos, e sim, também a dos Mura.

OS MURA

Êstes, os *Mura*, foram piores que todos. Piores ainda que os mesmos Caripuna, que tinham aprendido a entregar as próprias filhas e mulheres a trôco de qualquer dádiva [13]. Os Mura dominavam as margens do Madeira até o Purús. Presumia-se, então, que tivessem vindo do Perú, ressentidos da legislação incáica [14].

Os homens, estatura regular, bem barbados na mor parte. As mulheres, vistosas e de harmoniosas linhas somáticas. Uns e outras andavam completamente nús. Mais tarde, acostumados com os brancos a trajar com elegância (!), nem sequer gostavam de ser chamados Mura. Os homens, porém, enfeitavam os braços e pernas com penas das mais vivas côres, furavam o nariz, orelhas e beiços, introduzindo nos buracos conchas e dentes de animais. Os que deixavam crescer a barba, pintavam também todo o corpo, para fazer mêdo aos inimigos e defender-se das picadas dos insetos.

---

11 — BAENA, o. c., pág. 202; SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de, o. c., parte 2.ª, pág. 119; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *História do Amazonas*, Manáus, 1931, pág. 59; PINTO, Alfredo Moreira, *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*, Rio, 1896, t. II; CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, *As tribus do Alto Madeira*, J. S. A. P., XVIII (1926); FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem pela Capitania de S. José do Rio Negro*, B. N. R. J., Ms. I- 11, 1, 1.

12 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, o. c., l. c.; MÉTRAUX, Alfred, *The Chapacuran Tribes*, H. S. A. I., vol. III, pág. 397 ss.

13 — Adolfo de B. C. de Albuquerque Lacerda, 8/V/1865, citando João Martins da Silva Coutinho: R. P. P. A., Rio, 1907, vol. III, pág. 231 ss.

14 — A. P. P., cod. 1035,2 que reproduzimos pela vez primeira.

Sua habitação eram as canoas, por vêzes ancoradas às margens dos *igarapés*, nas cachoeiras ou na confluência dos rios; nessas circunstâncias moravam em palhoças, enquanto cuidavam da pesca ou da colheita de frutos do mato. Supõe-se praticassem comunicações fluviais desconhecidas. Não era para menos, nêsse imenso aranhol amazônico! Andarilhos e indolentes por natureza, trabalhavam apenas o bastante para viver, preferindo roubar tudo o de que precisassem: verdadeiros ciganos aquáticos! [15]

Embora de caráter pérfido, os Mura não eram antropófagos de modo algum. Matar de traição, roubar nas roças, queimar as embarcações, é quase só o que nos falam dos Mura os documentos antigos. Usavam arcos de 12 palmos de comprimento e flechas da mesma grandeza e proporção. Quando atiravam, não suspendiam o arco no ar, mas o seguravam no chão com os dedos dos pés, disparavam as flechas com tal fôrça que, embora longe, atravessariam um animal. Sua jíria era nasal, mas, para falar reservado, exprimiam-se também guturalmente. Acompanhavam os cantos passando uma vareta ao longo de outra munida de muitos entalhes [16]. Para êles o firmamento era um grande prado e a lua um ente antropomorfo, masculino durante a metade do mês e feminino durante a outra metade.

O serviço doméstico e o cuidado dos campos era reservado às mulheres: praticavam o cuvade, isto é, descansava o homem na rêde, na

---

15 — STEWARD, Julian H., *Culture Areas of the Tropical Forest*, H. S. A. I., vol. III, pág. 891.

Ainda no séc. XVIII Dom Frei João de S. José Queiroz escreveu em suas Memórias:

> "No Pará a causa da miséria é principalmente a muita preguiça que domina: querem comer, beber e andar asseiados sem trabalhar".

CASTELO BRANCO, Camillo, *Introdução e Notas ilustrativas às Memórias de Fr. Joao de S. Joseph Queiroz, Bispo do Grão-Pará*, Pôrto, Typ. da Livraria Nacional, 1868, pág. 163.

E no fim do séc. XIX, Dom Francisco de Sousa Coutinho escreveu de maneira geral:

> "He verdade que neste Paiz [= Amazônia] com ser mui geral a ignorancia, a preguiça inda é mais poderosa".

B. A. P. P. cod. 703.

16 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., II, pág. 307-309; PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II; SOUTHEY, Robert, o. c., vol. V, pág. 433-434; TEZA, E., *Saggi inediti di lingue americane, Appunti Bibliografici*, Annali delle Universitá Toscane, Pisa, 1868, pág. 130, aceita o êrro de LUDEWIG, H. E. (*The Literature of american aboriginal languages, London*, 1858, pág. 127), e de LATHAM (*The natural history of the varieties of man*, London, 1850, pág. 436), que confundem os Mura com os Moré do Rio Guaporé.

ocasião em que a espôsa dava à luz um filho. Não desconheciam também o culto aos mortos, colocando oferendas de víveres nos túmulos [17].

Os Mura passavam a mor parte de seu tempo em guerra, provocados algumas vêzes pelos brancos, aos quais tinham ódio mortal.

> "No seguro da terra, no escuro das sombras e no amparo das árvores, vão disparando a mosquetaria das suas flechas nos pobres remeiros e algumas vezes tambem nos cabos brancos. Zombam dos brancos e tropas de soldados, que muitas vezes se tem mandado contra elles· porque como não tem domicílio certo, ou povoações fixas, não podem as tropas alcançá-los, e apenas apanham algum ou alguns poucos desgarrados" [18].

Na proa das ubás de combate ia arvorado o *maracá*, instrumento sagrado musical, para incutir pavor ao inimigo. Era feito de uma fruta de casca duríssima, de forma oblonga, de 8 polegadas de extensão. Posta a secar tornava-se ôca e seus caroços soltos e endurecidos, soavam como chocalhos. Também os *principais*, quando em guerra, traziam o *maracá* fixo na extremidade superior do *coidarú*. Mas era sobretudo o pajé que o usava na ponta de uma haste de dois palmos, enfeitada de penas. Com êle, o Pajé retirava-se em contemplação, ou presidia à prática das macerações antes da festa do Paricá. Fazia, assim, exorcismos, com toda a autoridade, quando se tratava de clinicar, adivinhar ou aconselhar.

Quando começaram a ser menos andarilhos, na sua maloca sem compartimento guardavam o *trocano*, tambor de um só pau, de excessivo comprimento, cujo rufar se ouvia a duas ou três léguas... [19].

Não constou que entre os Mura, e mesmo entre outros índios centrais, houvesse tanta mortandade, quanta sofreram os crioulos: atribuia-se ao regime de vida em suas malocas. Dos Mura do Rio Autaz escreveu em 1828 o Cônego André Fernandes de Souza:

> "Moram estes em cazas mui altas, cumpridas, e espaçosas, cobertas de palha de alto a baixo, com duas sahydas no cumprimento, hum salão informe, e no circuito divisões com parys, á semelhança das que se usam nas tapagens dos Igarapés para apanhar peixes. Com estes demarcam a cada família o lugar para dormir com todos os seus filhinhos: na

---

17 — TASTEVIN, C., *Les Indiens Mura de la région de l'Autaz* (Haute Amazone), L'Anthropologie, Paris, XXXIII (1923).

18 — DANIEL, João, o. c., 2.ª parte, R. I. H. G. B., III (1841), pág. 166-168.

19 — Idem, o. c., l. c.; PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II, pág. 583.

entrada de cada divisão tem huma fogueira, para o que lhes fornece o paiz abundancia de lenha; assim dormem no meio de huma fornalha. Como porem o fogo absorve as particulas humidas, com este se preservão das maleitas" [20].

Foi nesse ambiente de vida primitiva, ainda pouco contaminada pela... civilização, que os missionários do Alto Madeira encontraram a nação Mura.

A CATEQUESE

"Eu plantei... Deus é quem fez brotar".

Essas palavras de S. Paulo os primeiros apóstolos do Alto Madeira as viviam na meditação que lhes abençoava o surgir de cada novo dia de canseiras. Sua íntima vida de união com Deus, vida metódica, de recolhimento, de santificação, sacrifício perene para a misericórdia de Deus pousar-se sôbre as misérias dos filhos da floresta, era — e é — o mais forte chamariz para formar nas fileiras do cristianismo.

Tôdas as manhãs, ao despontar do sol, os índios assistiam à Santa Missa, seguida por um breve catecismo, antes de se espalharem por suas lavouras.

O resto da manhã era dedicado à instrução para os incultos. Desde os albores da nossa catequese, foi pela música que os indígenas foram atraídos para ouvir a palavra do Evangelho. Entre cantos e melodias se lhes inculcava a lei de Deus, porquanto, embora cantassem a seu modo com sofrível tom, se prezavam de grandes músicos e, tendo boas vozes, faziam motes de improviso. Já o dissera dois séculos antes, Jean de Léry:

> "attendu qu'ils ne savent que c'est de l'art de musique, ceux qui ne les ont ouys ne croiroyent jamais qu'ils s'accordassent si bien..." [21]

E assim, o ensinar a ler, escrever, contar, era o que ocupava os missionários todos os dias, fora a caridade aos doentes, em que os Jesuítas,

---

20 "Apendice á Memoria precedente, offerecido ao Exmo e Rmo Senhor Dom Romualdo Antonio de Seixas: do Conselho de Sua Magestade Imperial e Arcebispo da Bahia pelo Conego André Fernandes de Sousa. Pará 1.º de Setembro de 1828". Ms. de Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata (Belém-Pará).

21 LÉRY, Jean de, *Histoire d'une voyage en la terre du Brésil autrement dite Amérique etc.*, A la Rochelle, 1578; SOARES, Gabriel, *Tratado descritivo do Brasil em 1578*, S. Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", vol. CLXII, parte 2.ª, título 17, pág. 382-383.

e os Carmelitas em outra parte da Amazônia, se tornaram muito famosos [22].

À tarde, antes da bôca da noite, meninos e meninas eram obrigados a intervir à doutrina. O Catecismo era ensinado em forma de diálogo. Constituía a maior preocupação dos padres. Onde havia idioma geral, a dificuldade era suportável: os sacerdotes punham todo o cuidado em aprender, mas, assim mesmo, nem sempre possuíam a língua

> "de molde a poder falar de qualquer assunto, resolver dificuldades, esclarecer dúvidas" [23].

Já o Pe. Vieira, no Sermão da Epifania de 1662, informava que

> "na Babel do rio Amazonas se conhecem mais de cento e cincoenta línguas, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles surdos".

E concluía:

> "Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que esses mudos falem, êsses surdos ouçam".

No caso do Alto Madeira não havia língua geral: índios e missionários supriam com mímicas comunicativas [24]. De fato, os Mura formavam um grupo linguístico à parte; os Pama, sub-grupo dos Caripuna, integravam-se ao grupo Pano, e os Torá falavam uma língua que se anexava ao grupo Chapacura!... [25]

Mostravam-se lhes imagens e cruzes; com o tempo poderia vir a lume um catecismo local, um dos tantos elaborados no Brasil por aquêles anos. A determinação régia de 6 de julho de 1747 veio proibir a imprensa

---

22 — Em 1740, no Rio Negro o Carmelita Frei José de Magdalena empregou a vacinação contra a varíola, salvando com a lição que seus companheiros foram seguindo, centenas de vidas.
REIS, Arthur C., Ferreira, *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém, 1940, pág. 45.

23 — CASTILLO, Joseph de, S. J., *Relación de la Provincia de Mojos*, Biblioteca Nacional de Lima (Arquivo Nacional do Perú).

24 — ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 383.

25 — MURDOCK, George Peter, *Outline of South American Cultures*, New Haeven, Humaln Relations Area Files, 1951, Behavior Science Outline, vol. 2.º; MASON, J. Alden, *Linguistic Distribution of South América*, H. S. A. I., vol. VI; MÉTRAUX, Alfred, *The Chapacuran Tribes*, H. S. A. I., vol. III, pág. 450

no Brasil "onde as despêsas são maiores que no reino" [26]. Mas então, os Missionários já se tinham retirado do Alto Madeira, começava a delinear-se no horizonte uma navegação periódica por aquêle rio e o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia, que todos falavam ou compreendiam, em que até se saudavam [27].

Tudo isso não importava nada: havia necessidade de instruir em particular os mais rudes, e êsses eram muitos...

Acabada a doutrina do missionário, os meninos saíam em ordem, dando a volta a tôda a praça da Aldeia, cantando o *Creio em Deus* e os *Mandamentos,* encomendando, vez por outra, as Almas do Purgatório e rezando por cada vez um *Pai Nosso* e uma *Ave-Maria* [28].

Como em tôdas as missões, os missionários se ocupavam

> "em dar notícias de nossa santa fé ao gentio, doutrinando-o, pregando e confessando, levantando cruzes e igrejas pelos povos dos índios. Exercitavam-se mais nas obras de misericórdia curando aos doentes com muita caridade e enterrando os mortos, não perdoando aos trabalhos nem de dia nem de noite, havendo muitas e perigosas doenças no gentio" [29].

A Igreja, centro principal da Aldeia, achava-se no lugar mais recolhido e decente. Talvez exista em algum arquivo, prófuga do vandalismo pombalino — mas isso não consta — a planta da casa dos missionários de Santo Antônio. A razão disto é que nenhum Padre residente

---

26 — R. I. H. G. B., XLVII (1884), 1.ª parte, pág. 166.

27 — "Só quasi se falava a perniciosa e abominavel lingoa que aqui impropriamente dão o nome de Geral, cuja Diabólica invenção produziu nestas partes a real separação das Gentes, em consequencia daqual sepoz o mesmo Estado na confusão e dezordem que a V. Exc.ª tem sido bem evidente.

[...] ver debaixo da minha janela dois Negros dos que proximamente se estão introduzindo da Costa da Africa, falando desembaraçadamente a sobredita Lingoa e não comprehendendo nada da Portugueza".

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, apud REIS, Arthur Cezar Ferreira, o. c., pág. 79.

Encontrou reação forte o Alvará de 30/XI/1770 determinando o ensino do português. Mais tarde foi proibido que se falasse tupi. A. B. A. P. Pará, I (1902), pág. 148; cfr. SAMPAIO, Dr. Teodoro, *O tupi na Geografia Nacional,* 3.ª ed., Bahia, 1928, pág. 3.

28 — "Visita" do Pe. Antonio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, 2, II, passim; VASCONCELOS, Simão de, o. c., vol. I, pág. 170-171.

29 — Alexandre de Moura, Conquistador do Maranhão, Archivium S. J., Roma, Bras. (1600-1647) 8, 301-301v em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. III, 2, I § 2, pág. 102; LEITE, Serafim, S. J., *Luiz Figueira,* Lisboa, 1940, pág. 42-43.

nas Aldeias podia escolher sítio nem fazer casa, sem que o Superior, consultado o seu conselho, não aprovasse a planta [30].

Dessa Aldeia os padres missionavam nas redondezas. Iam

> "cortando os matos, abrindo caminhos deshumanos, a foice, não sem perigo de feras, serpentes peçonhentas, selvagens atreiçoados... Iam levando bandeira de paz, entravam, levando adiante a cruz, fazendo práticas e demonstrações de quem êles eram" [31].

> "Hóstia, cruzes, o altar... A frente o Lenho,
> Rosário a mão, acompanhando a fila
> De bronzes bugres de cerrado cenho
> Entram, rezando, a solidão tranqüila.
> Cregam à Aldeia. No sagrado empenho
> falam de Deus" [32].

Aquêles que os hospedavam, comumente os mais anciãos, olhavam às vêzes as coroas da cabeça, sinal sabido, entre tôdas aquelas gentes, por onde conheciam os *Abarés*. Logo satisfeitos de não poder haver engano, recebiam-nos com bom animo e como a finos amigos [33].

Na verdade costumava preceder os missionários a fama de que

> "por amor de nós, e da outra gente da nossa pelle, se tinham arriscado às ondas no mar alto, e alcançado de El-Rei para todos nós as cousas boas".

Esquecidos de todos os agravos dos portuguêses, os filhos da floresta iam então meter-se nas mãos dos missionários, sabendo de certo que, sob a proteção dos Padres, de quem se ufanavam chamar-se filhos, não haveria quem lhes fizesse mal [34].

Primeira preocupação no contacto com êsses lugares mais longínquos, era, depois de ter levado muitas almas a Cristo, que ficasse algum índio prático de administrar o Batismo na hora da morte de crianças ou adultos [35].

---

30 - "Visita" do Pe. Antonio Vieira (1658-1661). Em LEITE, Serafim, o. c., l. c., § 2 n.º 6.

31 — Carta do Pe. Antônio Vieira a El-Rei, relatando as palavras de sete principais Nhengaibas, 1600. R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 7-8.

32 — CAMPOS, Humberto de, "Os Jesuitas".

33 VASCONCELOS, Simão de, o. c., pág. 173.

34 — Carta do Pe. Antonio Vieira a El-Rey relatando as palavras de sete principais Nheengaibas, 1600: R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 7-8.

35 "Visita" do Pe. Antonio Vieira (1658-1661), em LEITE, Serafim, S. J., o. c., l. c., § 3, n. 39.

(A. P. P., 10352)

Documento de 1747 em que se fala dum índio que, chefiando a revolta de outros companheiros contra chefes de sua nação, no Peru, emigrou para o Brasil

Continuação do documento anterior

CASOS EDIFICANTES

Os exemplos que dessa incansável laboriosidade nos deixaram as crônicas, os chamados "casos de edificação", referem-se mais à região do baixo Madeira, mas valorizam a tempo e lugar o trabalho paralelo dos missionários hodiernos, que lidam com a mesma mentalidade indígena. São exemplos que preparam nosso espírito para responder àquelas enfadonhas objeções, inatas por assim dizer, não sòmente na alma dos selvícolas, como também na dos civilizados. São exemplos, por fim, que fàcilmente nos convencem das belas referências que a respeito daquêles filhos da floresta nos deixaram os primeiros missionários.

Não é inútil lembrar ao menos aquela índia que tinha recebido a instrução religiosa. Confessava e cria nos mistérios de Fé. Contudo, no tocante ao batismo, de nenhuma sorte o queria receber. Mostrou-lhe o Missionário que sem o batismo era imposível salvar-se e, já bem cansado, perguntou-lhe a razão porque tanto repugnava o único remédio de sua alma. Descobriu-se, então, a soberba com que o demônio enganava aquela pobrezinha. Não queria ser batizada

> "porque logo meus parentes, disse, háo de dizer que já estive tão doente que com medo me deixei batizar".

Foi repreendida da pouca estimação que fazia dos remédios deixados no mundo por Cristo Nosso Senhor, à custa de seu precioso Sangue. Na manhã seguinte estava totalmente mudada. Com muita paz, quietação e alegria, pediu o santo Batismo, vindo a falecer logo depois.

Outros, no entanto, perguntados se queriam ser batizados, respondiam que "não o fôsse nem viriam à presença do missionário".

Numerosos, por fim, eram os casos de enfêrmos a longo tempo que pareciam só esperar a chegada do Sacerdote para receber os Sacramentos e, em se lhes administrando a Extrema Unção, davam a alma a Deus [36].

Muitas daquelas mulheres apontadas desde os tempos da colonização como pasto de luxúria, acusando os mais torpes vícios, eram mulheres de outras terras, eram mulheres de outras raças. Não eram índias! As crianças, os homens acusados, carregando iguais crimes, roubando, corrompendo e sodomizando, os incestuosos, os pedófilos, os depravados, que praticavam todos os crimes imagináveis contra a pureza da pessoa humana, em muito elevada percentagem, não eram índios, eram igualmente invasores, que ainda agiam como os cinco tripulantes de Cabral de que nos fala Pero Vaz Caminha... [37].

---

36 — MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 361-372.

37 — Cfr. COSTA, Angyone, *Indiologia*, Rio, Biblioteca Militar, LXVI-LXVII, 1943, pág. 18-19.

Realmente, nas veias daquêles homens da floresta, desde havia muito corria sangue de mártires. Já outrora e alhures a graça sacramental brindara as almas dos selvícolas brasileiros com a palma do martírio. No meio da desnudez, do comércio carnal, do adultério e do desprêzo habitual pela virgindade, tristes dádivas dos civilizadores em grande parte, já tinham surgido os protomártires da virtude [38]. Nada lhes faltava para merecerem a coroa do martírio que orna a fronte dos heróis e heroínas cristãs. Àqueles primeiros mártires faltou ùnicamente a glória humana que nada acrescenta nem tira dos méritos pessoais em face de Deus!

VÍCIOS

Nem tudo eram rosas!

> "longe da luz, eram outrossim levados a praticar as vinganças mais hediondas, os crimes mais infames" [39].

Mães desnaturadas que enterravam vivos seus filhos récem-nascidos... massacres... vícios... os Torá. ... Os Mura... nem todos estavam aldeados e pacificados... Afinal, o Rio Madeira era também habitado por temíveis selvagens! [40]

Nas orgias é que se ocultavam alguns dêsses males, não esquecendo os complexos e os mistérios da pobre natureza humana. Não era só assaí, bacaba e outras que ofereciam bebidas fortes. Havia o *cauím* [aguardente de cana] ou pelo menos o *mocororó* de farinha de trigo! Desde Nóbrega tinham sido os Jesuítas os primeiros a combater o alcoolismo. Diga-se, porém, por amor à verdade, que era uma campanha reguladora do uso da bebida alcoólica. Os missionários não eram pela abstenção total, farisaica, impossível e talvez contra-producente em certas regiões como a Amazônia, onde o andar com os pés n'água e com a roupa molhada, é das coisas mais corriqueiras, quer pela abundância dos rios, quer das chuvas. Um ligeiro trago seria uma salutar reação! Não podendo, pois, cercear o uso do alcool, os missionários toleravam a distribuição de uma dosagem discreta dêle.

Não obstante esta pedagogia mais humana, e facilitados talvez por ela, havia os abusos... e os havia de estarrecer! [41] As orgias iam de

---

38 — DANIEL, João, *Thesouro descoberto*, parte 2.ª, cap. III, em R. I. H. G. B., II (2.ª ed., 1854), pág. 352-364

39 — B. E., Ms. CXV/2-13, 309-311, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 361-362.

40 — HERDON, Wm. Lewis, and GIBBON, Lardner, Exploration on the Walley of the Amazon, Washington, 1854, part II [by Lardner Gibbon].

41 — LEITE, Serafim, S. J., *H. C. J. B.*, vol. IV, 3, I § 1.

mistura com os bailes: a mesma *festa*, porém, terminava lá pelas onze horas da noite, ao toque do sino. Também nisto, apesar de tôda precaução e zêlo, tinham-se que lamentar às vêzes certos abusos...[42].

Entenda-se: não se pactuava com o mal. Controlava-se, obstaculava-se o mal maior, já que era impossível extirpá-lo pela raiz.

AS CACHOEIRAS

Da Aldeia de Santo Antônio subiu o Pe. Sampaio pelo rio acima até às aldeias dos Padres da Companhia de Jesus da Província do Peru; mais precisamente até Exaltação [43]. A altura da oitava cachoeira havia a nação do gentio chamado *Ferreirús*, morador do Rio Abunã, e Rio dos Ferreiros:

> "gente pacífica, e capaz de boa prática para se aldear em Missões" [44].

Gastou até às primeiras aldeias 16 dias em canoa bastantemente grande [45]. Foi ver

> "a distância em que ficavã as miçõins dos Padres Castilhanos, a disposição do rio e gentios que incontravã e sobre tudo a pedir muito emcarecidamente, e requerer que não pasaçem a outra banda do rio a fazer mição, nem fundaçoins, nem tirar gente, porque pertencião aquellas terras à Coroa de

---

42 — "Visita" do Pe. Antônio Vieira (1658-1661) em LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. IV, 2, III, n.º 18.

43 - "... também tinha vindo de rio abaixo à mesma Missão da Exaltação hu clerigo portuguêz p.r nome João de S. Payo, e trouxera seus mimos aos P.es e que tornara p.a à parte de onde tinha vindo".

"Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prádo, do que passou vio, e experimentou etc. [meados de 1743]". Ms. B. N. R. J. Goyaz — Documentos vários — I-7-4- n. 10 - Doc. n. 8, em CORTESÃO, Jaime, *Antecedente do Tratado* de Madrid [1750], parte III t. 2.º, pág. 61. ALMEIDA, Cândido Mendes, de, o. c., pág. 338.

Talvez "fizeram alguma entrada de reconhecimento pelo rio Abunã", diz o Pe. Serafim Leite, o. c., vol. III, pág. 235.

44 — A. N. R. J., Most.º 2, Sala Cairu, pág. 259 cópia ms. da carta do Pe. Bento da Fonseca a um Padre, Lisboa, 14/VI/1749; FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Diario da Viagem circunstanciada do Rio Madeira e seu Território*, B. N. R. J., Ms. I-11, 1, 36 e I-11, 2, 21 n. 5.

45 — A. B. N. R. J., l. c.

Portugal na qual havia Missionarios que exercitavão ofício apostólico" [46].

Referiu o Pe. Sampaio que os padres espanhóis tinham 16 Aldeias de índios até Santa Cruz de La Sierra, onde se julgava estivessem as cabeceiras do Madeira e "lhe dão o nome lá de Rio Mamoré" [47].

Os missionários do Alto Madeira chegaram até ao Rio Guaporé. Posteriormente tanto êsse rio como o Mamoré, por pertencerem ao Mato Grosso, tiveram S. Paulo como ponto de partida de seus missionários.

Não fôssem essas informações provadas por documentos, custar-nos-ia crer em semelhante afirmação [48]. Sabe-se o que sejam as dezenove cachoeiras que medeiam entre Santo Antônio e o primeiro trecho navegável do Rio Mamoré. Uma idéia mais ampla te-la-emos ao discorrer sôbre o significado da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, afim de vencer aquela sequela de obstáculos fluviais.

O heroísmo do Pe. Sampaio, até então desconhecido, cooperou não pouco, para que na História do Brasil se afirmasse gratuitamente que todos os Jesuítas conspiravam pelos interêsses do Geral da Companhia de Jesus, contra os interêsses das Coroas de Portugal e Espanha [49]. Em

---

46 - "Informação sobre as missões dos Moxos, dos jesuitas espanhois mandada tomar por ordem do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas alí idos, 20 de setembro de 1743".

B. N. R. J., Ms. II-36, 14, 17, n.º 2, na transcrição de Jaime CORTESÃO em *Antecedentes do Tratado de Madrid*, Rio, Instituto Rio Branco, 1951, p. III, t. II, pág. 80.

47 — A. P. P., correspondência dos Governadores à Metrópole, Ms. 695.

48 — CUNHA Euclydes da, Perú Versus Bolivia, 1.ª ed., Rio, Livraria Francisco Alves e Ofic. Graficas do "Jornal do Comércio", 1907, pág. 80-81.

49 — "Os Religiosos Portuguezes que se estabelecerão nos rios Javari, e da Madeyra, logo que alí chegarão, fizeram Liga com os seus Jesuitas Castelhanos, que estavão da outra parte, e hostilizarão em causa comua os Moradores do Pará que acostumavão hir comerciar aquellas Fronteyras, fexando-lhes as Portas inteyramente confiscando-lhes os bens".

A. P. Mt. carta de Thomé Joaquim da Costa Corte Real a D. Rolim de Moura, Belém, 7/VII/1757.

Esta passagem deve ser cotejada com a "Informação sobre as missões dos Moxos, dos jesuitas espanhois, mandada tomar por ordem do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas alí idos, 20 de setembro de 1743". Pela 14.ª informação deslumbra-se o interêsse dos Jesuitas espanhóis em desconhecer a existência dos confrades do Rio Madeira:

"Derão os Padres por notiçia, que da barra do rio Mamoré para baixo estava hua mição de Portuguezes, do destricto da cidade do Grão Pará, Governado por Padres Carmelitas [*sic!*] e que della athé a barra, do rio Mamoré, herão onze dias de viagem, e que para baixo estavão outras mais miçõis, dos mesmos

(B. N. L., Livro de Óbitos, fg. 4518, 31)

Ata do óbito do Pe. João Sampaio, primeiro Missionário do Alto Rio Madeira

(A B N. R. J., LII (1828), 16-17)

Nêste mapa que serviu para o Tratado de Limites de 1750, a Missão espanhola de S. Rosa é colocada na margem direita do Rio Guaporé, território incontestàvelmente de domínio portuguêes

segundo lugar, pela Decisão de 23 de outubro de 1752 e Alvará de 14 de novembro do mesmo ano, foi abrogado o alvará de 21 de outubro de 1733, que mandava fechar a navegação do Madeira. Contemporâneamente surgiu na Côrte de Lisboa uma série de **idéias teóricas**, pleiteando reunir as Minas de Mato Grosso à Amazônia, afim de praticar o

> "comércio pelo rio Madeira, com que se aumentarão muito as ditas minas, engrossará o comércio, crescerão os rendimentos desta Alfândega: *seguraremos a navegação do dito rio Madeira naqueles limites*" [50].

Esta última expressão prova mais uma vez que o alto grau de heroísmo dos primeiros missionários, no caso os do Alto Madeira, já

> Frades, mas não sabião quantas nem em que distançia [...] e por huma informação que lhe dera hum religioso, Carmellita [*sic!*], asentava que o d.[to] rio grande hia fazer barra, no que vem de Matto Grosso, [...] e nesta paragem fazia o rio, grandes cachoeiras, por baixo das quais, ficava a ultima mição dos Padres Carmellitas, [...] hâ tempo de quatro annos a esta parte, subio hum Frade Carmellita, em huma canoa, e chegando à dita mição, da Exaltação de Santa Cruz, lhe proguntarão os Padres della donde vinha, e a que negocio, e respondera que hera Missionario, asistente em huma mição rio abaixo sugeito ao Gram Pará, q' della à barra do rio Mamoré havia gasto onze dias.

B. N. R. J., II-36, 14, 17, n.º 2, na transcrição de Jaime CORTESÃO em *Antecedentes do Tratado de Madrid*, Rio, Instituto Rio Branco, 1951, p. III, t. II, pág. 79-80.

> "Este Rio da Madr.ª, hé para nós hoje mais conhecido da parte de sima, e até às Minas dos Mouxos, do que da parte debaixo, sem embargo de ser nesta parte occupado com Missões dos nossos Jezuitas do Pará; porém até agora não houve a curiozidade de se remeter, nem Mápa, nem Relação disso mesmo, q' occupamos, e muito menos do que fica para sima; sabesse comtudo, que já algumas vezes forão Portuguezes do Rio dos Amazonas, com canôas de voga, e Saveiros até o Matto Grosso, se póde navegar com a mesma comodid.[e] pois dos Mouxos para sima, não tem embaraço algum".

Carta de Marco Antônio de Azevedo Coutinho, 15/IX/1748, B. N. R. J., Ms. Goyaz — Documentos vários, I-7, 4, n.º 10, Doc. n.º 7, em CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 136.

50 — A. B. A. P. Pará, II (1902), pág. 40. é a reprodução do cod. 695 citado na nota. Trata-se de uma carta do Governador a Diogo Mendonça Real, em 26/II/1753, mas o grifo é nosso. Cfr. REIS, Arthur Cezar Ferreira, *História do Amazonas*, Manáus, 1931, pág. 59 s.

O espírito de lusitanidade megalômana tocou as raias do parodoxo, quando chegou a aflorar a idéia, ainda ventilada no séc. XIX, da possível transferência da Côrte de Lisboa para Belém!... Cfr. VASQUES, Fernando, o. c., pág. 27.

então era muito desconhecido, desvirtuado e sobretudo desvalorizado, a ponto de as rodas políticas de Portugal acharem coisa muito óbvia oficializar aquela navegação. Nós, porém, sabemos que ela, aliás tão penosa, ainda hoje só se explica ou pelo elevado espírito de sacrifício missionário, ou por um imperativo militar, ou pela "auri sacra fames".

Bastante porta-voz daquela burocracia exagerada, foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado, desconhecedor proposital das fadigas missionárias: com o subscrever as palavras acima citadas, já não nos deixa mais admirar-nos delas.

O que na verdade havia, era coisa muito diferente. Em uma informação sôbre as Missões dos Moxos, lê-se que

> "passados alguns anos da expedição de Palheta a Exaltação de Santa Cruz chegou outra tropa na qual vinha um padre, e disserão que vinham fugidos da Baia por crimes graves e queriam passar ao Reino do Peru" [51].

Em 1742, quando a Aldeia de S. Antonio estava prestes a ser abandonada, Manuel Félix de Lima fugiu de Mato Grosso e, dando-se pouca conta do itinerário percorrido, chegou a Belém do Grão Pará. O nome dêsse aventureiro está realmente ligado à narração histórica duma das primeiras ousadas travessias das cachoeiras do Rio Madeira. Essa glória cabe, porém, sobretudo aos missionários: quando de sua passagem pelo Alto Madeira, Manuel Félix viu então os últimos destroços da Aldeia de Santo Antônio [52].

Em seguida, a façanha foi repetida por um negociante, Joaquim Ferreira, que subiu até Exaltação, no domínio espanhol. Além do comerciante paulista João de Souza Azevedo [53], por mais duas vêzes, lá pelo ano de 1748, outros aventureiros portuguêses fizeram aquela viagem, por encargo da nova Capitania de Mato Grosso: foram Manoel Teles e Miguel da Silva com Gaspar Barbosa Lima. Por relação dêstes

---

51 – "Informação sobre as missões dos Moxos, dos Jesuitas espanhois mandada tomar por ordem do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas ali idos. 20 de setembro de 1743", na transcrição de Jaime CORTESÃO em *Antecedentes do Tratado de Madrid*, Rio, Instituto Rio Branco, 1951, p. III, t. II, pág. 79.

52 – SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, trad. do Dr. L. J. de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, Rio, 1862, vol. V, pág. 433-436.

53 — A Provisão de 27/IV/1756 nomeou-o *pratico do rio* com o vencimento anual de 420$000. FERREIRA, Alexandre Rodrigues, o. c., l. c.

se teve notícia que desde o Mato Grosso até o Pará se gastavam 44 dias [54].

Em época posterior ainda aos tempos do Pe. Sampaio, contava-se que havia uma comunicação pelo interior, unindo Vila Bela, no Mato Grosso, à Aldeia dos Abacaxís, no baixo Madeira. Mendonça Furtado saberia dessa história só em 1754 [55]. E' inexata a informação trazida por Roquette Pinto em *Rondônia,* de que êsse caminho do Tapajós tenha começado sòmente em 1802 [56]. Na verdade, viu-se que já era percorrido em fins do séc. XVIII. E não deixava de ser muito misterioso: tão misterioso que, um documento daquela época inculcava coisa absurda: ter sido coberta aquela distância de quase 400 léguas, em vinte dias! [57].

E' tudo o que existe a respeito da travessia daquêle enorme "hinterland"! por nada vem infirmar o fato de os missionários terem vencido heròicamente para os tempos e para a História o Rio Madeira até o Rio Guaporé.

Vinte e quatro dias e, mais pròpriamente, **várias semanas** levava uma canoa capaz de 200 arrobas, só para vencer tôdas as cachoeiras [58]: estas, evidentemente, não apareceram depois da viagem do Pe. Sampaio! Vinte homens eram necessários para transpôr por algum *varadouro* cada canoa para cima ou para baixo de cada uma das cachoeiras [59].

---

54 — A. N. R. J. Most.º 2, Sala Cairu, pág. 259-259v, cópia ms. da carta do Pe. Bento da Fonseca a um Padre, Lisbôa, 14/VI/1749; ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 354; R. I. H. G. B. LXVII (1906), pág. 256-266:

"Por ordem do Illmo. Exm. Senhor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Capitão General do Estado do Maranhão, Derrota desta cidade de Sta. Maria de Belém, do Grão Pará para as Minas de Matto Grosso, Arraial de S. Francisco Xavier de que foi Cabo o Sargento-Mor Luiz Fagundes Machado, feita por mim Antonio Nunes de Souza Piloto Mestre aprovado feita em 14 de julho de 1749... etc...."

55 — A. P. P., Ms. 695, 127, carta de Mendonça Furtado, 18/VII/1754; A. B. A. P. Pará, III (1904), pág. 217.

56 — ROQUETTE PINTO, E., *Rondônia,* S. Paulo, Companhia Editôra Nacional, Coleç. "Brasiliana", 1938.

57 — A. P. P., l. c.; A. B. A. P. Pará, l. c.

58 — DANIEL, João, *Thesouro descoberto,* R. I. H. G. B., III (1841), pág. 440; Piloto Antônio Nunes de Souza, 4/VIII/1754, R. I. H. G. B. LXVII (1906), pág. 259-270.

59 — HERNDON, Wm. Lewis, and GIBBON, Lardner, *Exploration on the Walley of the Amazon,* Washington, 1854, part II by Lardner Gibbon; TAVARES, A. C. Bastos, *Vale do Amazonas,* 2.ª ed., C. E. N. S. Paulo, 1937, pág. 310.

Também no que se refere aos primeiros missionários do Alto Madeiro, o Governador sabia tão só aproveitar dos trabalhos ingentes dos Apóstolos do Evangelho tal qual um oportunista bajulador e arrivista [60].

Felizmente, todo o esfôrço, todo o sacrifício na missão Jesuítica do Alto Madeira, recebe sua confirmação, na carta já citada, de 1728, do Superior Geral ao Pe. Sampaio. Adquire seu comprovante no epistolário, se bem que reduzido, do próprio Pe. Sampaio. Em suma: bastará lembrar que em sua primeira missão dos Abacaxís, no baixo Madeira, aquêle pioneiro da fé gastara o melhor de sua vida, erguera uma igreja famosa, enriquecida de

> "quatro imagens grandes, douradas e estofadas e com tal perfeição, que as avaliaram lá em 400$000".

Como havia nas demais missões, construira uma cômoda casa de sobrado, enquanto mais de mil índios aprendiam também a construir por si casas de sobrado, substituindo-as às malocas! [61] Tanto do alto como do baixo Madeira o Pe. Sampaio auxiliava os seus irmãos do Pará. Era de 1725 a circulação do primeiro dinheiro na Amazônia e, mesmo com a circulação oficial de prata, ouro e cobre em maio de 1749 [Dec. 12/VI/1748], tudo se fazia por troca [62]. Não obstante as dificuldades que acarretava semelhante inconveniente, soube concorrer com as economias da Missão do Madeira para a construção do altar do Santo Cristo na igreja de S. Francisco Xavier, vulgarmente conhecida como de S. Alexandre, no Pará. Enviava donativos em gêneros e produtos da região do Madeira, especialmente cacau. Em troca de tais gêneros vinham de Portugal ornatos ou meios de se fazerem [63]. Era o espírito canônico e católico posto em atuação pelos filhos que se interessavam pela Igreja "caput omnium ecclesiarum" duma província como duma Diocese: os fiéis devem prover à manutenção de seus sacerdotes e de suas igrejas.

Seja dito de passagem, que era inapontável também sob êsse aspecto econômico a legislação missionária. Tanto Jesuítas como também

---

60 — CAEIRO, *De Exilio [Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marquês de Pombal]*, Bahia, Ed. da Academia Brasileira de Letras, 1936, livro II, passim.

61 — Frei Diogo da Trindade, comendador das Mercês no Pará, Lisboa, 16/VII/1729, em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 282-283; B. N. L., Livro de Óbitos, fundo geral 4518, 31 [do "Pe. João Sampaio"]; FONSECA, José Gonçalves da, "Navegaçao desde o Pará até o Rio Madeira, 2/II/1749", em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 292.

62 — A. A. P., Cod. 19. SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*, Pará, 1873.

63 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. III, pág. 218.

Carmelitas, por exemplo, tinham a obrigação de se responsabilizar poı qualquer dívida contraída até mesmo pelos antecessores [64].

Isso que hoje nos parece óbvio, não o era então: sob êsse prisma pelo mundo afora tinha havido abusos

> "porque em muitas Aldeyas vivem os índios Batizados com tampouca Christandade, que não se confessam nem desobrigam da Quaresma; e os novamente descidos do matto para as Aldeyas, passam annos, e morrem sem receberem o Baptismo, tudo por incuria e negligência dos missionários, que devendo aplicar todo o seu disvello em administrar aos índios Baptizados o espíritual pasto da Doutrina e dos Sacramentos, e com igual cuidado instruir e catequizar aos pagãos no conhecimento da Ley de Deus e da Fé de Cristo, despidos de todo zello da salvação das almas, só tratam dos lucros, que adquirem com o trabalho corporal dos mesmos índios" [65].

Não é êsse o quadro que nos apresenta a Missão do Madeira. Pe. Sampaio e seu companheiro sabiam, afim de remediar, que no colégio do Pará

> "o comer — escreveu Mendonça Furtado — he o mais ordinário que em outra algua parte" [66].

O próprio historiador da Companhia de Jesus no Brasil lembra:

> "Collegium Paraense iam multo aere alieno gravatum" [67].

Pouco obsta que na carta citada, Mendonça Furtado afirme que a Missão do Rio Madeira devia 900 e tantos mil reis — em donativos, já se entende — ao Colégio do Pará: a carta é de 1757 e o Pe. Sampaio falecera há quatorze anos! Continua a brilhar no Pe. Sampaio a figura do bom administrador, que, das trocas comerciais para a melhora do passadio no Colégio do Pará, não fazia por certo a sua principal preocupação.

Não precisamos dizer mais.

Pelo que ficou dito, emerge a figura de um varão bom, justo, ardo-

---

64 - Acta de Fr. Ignácio da Conceição, Vigário Provincial da Ordem de N Sra. do Carmo da Antiga Observancia Regular neste Estado do Maranhão e Gram Pará: documento de 16/X/1728, apresentado por Fr. Manuel da Esperança, Provincial eleito da Ordem do Carmo em Portugal.

65 — Idem.

66 — Ofício de Mendonça Furtado a Thomé Joaqum da Costa Côrte Real 23 V/1757, A. B. A. P. Pará, vol. IV.º, pág. 214.

67 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., l. c., pág. 217 citando Arch. S. J., Bras. 25, 1 v, 3.

roso de "zelo no serviço de Deus, e no de Sua Magestade"[68], compreensivo como todos aquêles que, tendo passado por fome e sêde como êle, tendo vencido mil perigos de vida como êle, têm espontâneo o sentimento da compaixão.

Completando a figura do realizador da grande emprêsa, diremos que brilhava no Pe. Sampaio a figura do religioso que vive íntima vida de união com Deus, de Quem, nas necessidades, soube arrancar milagres!

Profundamente devoto de São Francisco Xavier, o Pe. Sampaio foi um apóstolo no puro e genuíno sentido da expressão[69].

DESTRUIÇÃO DA MISSÃO DO ALTO MADEIRA

A Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras continuava vítima de vizinhos bárbaros, sendo ainda considerada a mais remota e trabalhosa em todo o gênero de trabalhos e *moléstias* (sic!) que alí indefectìvelmente padecem os missionários[70].

Vem de longe e tem um fundamento histórico a advertência do Vaticano aos primeiros Salesianos missionários na Amazônia: avançar, fixar-se ao solo, mesmo se a precariedade do clima exigir alguma vítima e dizimar os primeiros apóstolos![71]

E' também muito realista o juízo, aliás, repetido, que, não há muitos anos, ouvimos pessoalmente do falecido 4.º Superior Geral da Congregação Salesiana, classificando a Missão do Rio Madeira como a mais difícil de quantas têm os missionários de D. Bosco!

Acrescia a instabilidade dos indígenas, o desejo, talvez, de melhorar a instalação da Aldeia, o perigo das enchentes. Tudo aconselhava a mudar de lugar. Os civilizados sobretudo, que mais e mais pretendiam aproximar-se da nova Aldeia, moveram o missionário a subir o rio umas 7 léguas, e estabelecer-se nas vizinhanças da margem direita dum riachozinho próximo da foz do Rio Jamari[72]. A curta distância desta re-

---

68 — Manuel Gonçalves da Silva, "Vista que se manda dar ao Pe. João Teixeira, dos dous requerimentos dos povos do Maranhão (1729)", em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 332-333; "Parecer de João da Maia da Gama, governador que foi do Maranhão, sôbre os requerimentos que a El-Rei apresentou Paulo da Silva Nunes, contra os missionários, Lisboa Ocidental, 28 de fevereiro de 1730", em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, pág. 260-261.

69 — B. N. L., Livro de Óbitos, fundo geral 4518, 31 [do "Pe. João Sampaio"].

70 — Idem, fundo geral 4518, 32 [do "Pe. Manuel Fernandes"].

71 — A. C. S., Lettere circolari di D. Albera, 29/I/1915, pág. 169.

72 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 307-309; Piloto Mestre Antonio Nunes de Souza, agôsto de 1749, R. I. H. G. B., LXVII (1906), pág. 258-259; ABREU, José Coelho da Gama [Barão de Marajó], *As regiões Amazônicas*, Lisboa, Imp. de L. da Silva, 1895, pág. 127-128.

gião, hoje chamada Jamarizinho, vivia a colônia de gente vinda do Pará com Francisco Palheta [73].

José Gonçalves da Fonseca viajara em 1749 com Frei João de S. Tiago [74] e outros quatro Padres Missionários - sendo os dois irmãos José Paulo e Francisco Xavier Lemes, — desde o Pará até o Rio Madeira acima. Falando da missão de Sto. Antônio afirmava encontrar-se

> "entre o rio Jamarí e a primeira Cachoeira do Madeira" [75]; "...e se compunha de gente que se praticou com uma tropa de exploração" [76].

Era conhecida por **Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras** [77].

Mudando de lugar conforme as circunstâncias, a Missão de Santo Antônio conservou sempre o mesmo nome. Só muito mais tarde veio designar o local geográfico da primeira cachoeira do alto Rio Madeira; antes, esta era chamada Aroaya pelos índios, S. João pelos portuguêses [78].

Dizer "Sto. Antônio das Cachoeiras" não era designar exatamente o lugar geográfico da catadupa, mas um longo trecho do rio: êsse modo de falar é muito encontradiço. Por exemplo, "Alto Madeira" é uma expressão usada para lugares bem distantes de lá [79]. Acha-se até num túmulo do fim do século passado, na cidade de Manicoré, a 384 milhas abaixo da primeira cachoeira!...

A aldeia não teve tempo de se fixar. Um grave incidente veio perturbar-lhe o futuro. Pe. Sampaio estava praticando os índios Mura. As boas relações chegaram a tal ponto que já êles tinham dado a palavra de sair da selva e, no ano seguinte, descer para sua missão. O missio-

---

73 — Bom terreno, também para lavoura· umas centenas de metros abaixo surge a queta localidade de *Aliança*, onde um proprietário, falecido em 1954, fundou pequeno internato com instrução primária e agrícola. Faleceu inesperadamente, quando planejávamos ir buscar com êle melhores informações a respeito dos sinais que se supõe existirem de uma antiga missão. Nada nos foi possível averiguar durante a excursão que fizemos em 1954 para o levantamento histórico do Rio Madeira. Com a morte do "Dr. Afonso Martins" a localização daquêles restos [cerâmica?] se tornou pràticamente impossível pela ignorância e displicência dos moradores.

74 — Capuchinho da Província da Conceição de Beira e Minho, BAENA, o. c.

75 — CORRÊA FILHO, Virgílio, *As Raias de Matto Grosso*, S. Paulo, Secção de Obras d'"O Estado de S. Paulo", 1926, vol. IV: Fronteira Ocidental, pág. 24; BAENA, o. c., passim; FONSECA, José Severiano da, o. c., pág. 129.

76 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 294-296; ABREU, Capistrano de, o. c., pág. 195-202.

77 — ". . in pago Divi Antonii Cachoerentium"; Catálogo da Companhia de Jesus, Arch S. J. Roma Bras. 27 f. 52 r. [gentileza de Pe. Serafim Leite].

78 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c..

79 — PRADO, Eduardo Barros, *Eu vi o Amazonas*, Rio Imprensa Nacional, 1952, pág. 21.

nário por outro lado, forneceria alimento, roupa e ferramenta enquanto êles não mantivessem roças próprias para *trocar* as mercadorias.

Premeditadamente, um português, sabedor daquilo, foi ter com os índios em uma grande ambarcação. Fingiu-se enviado pelo missionário para a colheita de produtos e incumbido de os levar para a missão, uma vez que já estavam providenciadas roças, casas e roupa. Admirados, responderam êles que ainda não passara o tempo combinado, tanto mais que era impossível estivessem já prontas tôdas aquelas coisas.

> "Porém, o branco, com as ações peiores que de preto, os soube enganar e iludir".

Embarcaram todos os que couberam na canoa, e foram levados, não à missão, e sim para Belém do Pará, depois de iludida a vigilância das fortalezas e das autoridades. Vendeu-os todos como se fôssem seus escravos,

> "grandes e pequenos, homens e mulheres, de que trazia com abundância, mancebos e velhos".

Os que ficaram para os seguintes descimentos, esperavam anciosamente para saber como seus parentes tinham sido recebidos na missão, e se estavam contentes. Assim que souberam, porém, da traição e que estavam feitos escravos em lugar da liberdade cristã prometida na missão, conceberam e renasceu um ódio execrável contra todos os brancos, contra a missão e contra o mesmo Padre, persuadidos de que êle os tinha já antes procurado para os escravizar!...

E começou a vingança!

> "Tantas mortes que não ha anno em que não matem muitos, já nas missões assaltadas de repente, e já nas canoas que vão ao sertão, ou sejam nas suas feitorias em terra, ou quando navegam" [80].

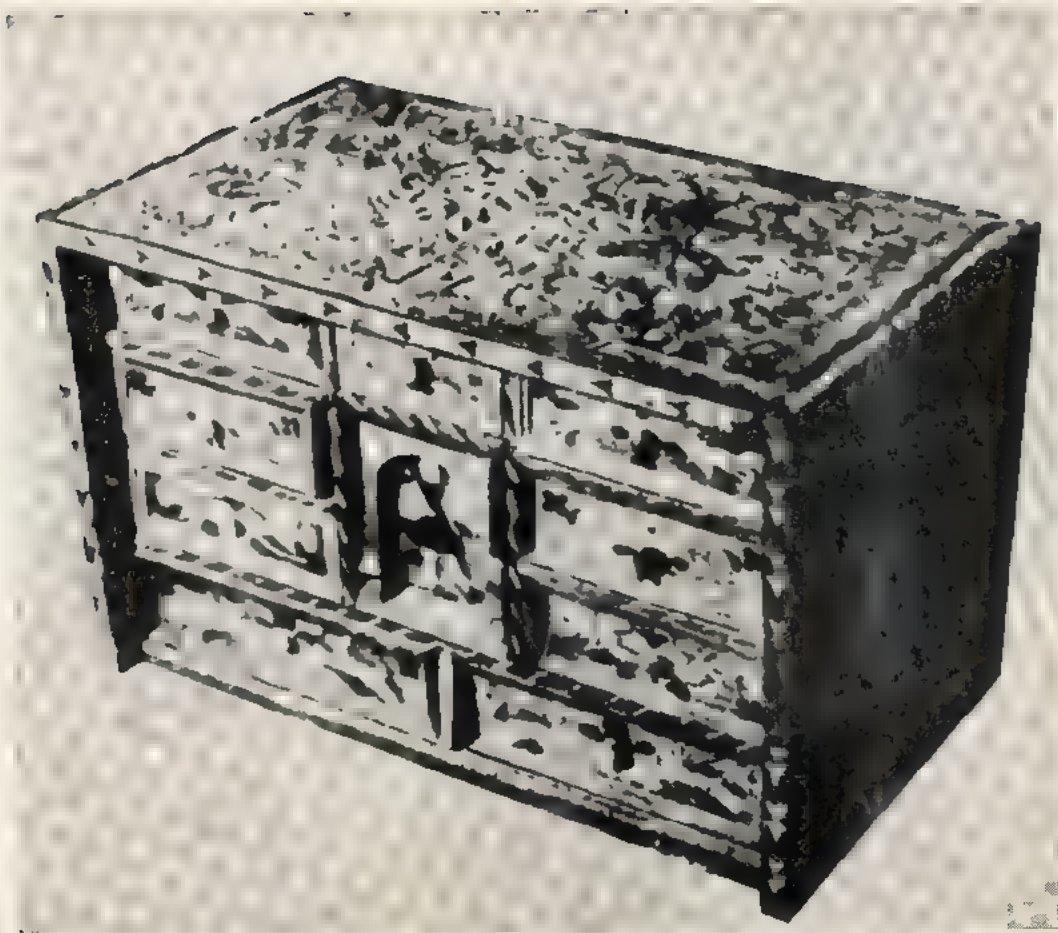
Diante dêsses fatos, o Pe. José de Souza, Provincial da Companhia de Jesus, passou à Junta de Missões uma *certidão jurada do Pe. Manuel Fernandes, missionário da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras do Rio Madeira sôbre devastações e mortes feitas pelos Índios Muras do mesmo Rio em 1738.*

A Junta a 6 de setembro daquêle mesmo ano assentou que o Ouvidor Geral tomasse conhecimento judicial dos feitos. Mas outra reunião a 17 daquêle mesmo mês pediu se apresentassem mais testemunhas, e por fim, a 13 de outubro, exigiu-se em duas vias o parecer dos Deputados da Junta [81].

---

80 — DANIEL, João, o. c., l. c.

81 — A. P. P., junta de Missões, cod. 1086, 31-31v-32; B. N. L., Livro de Óbitos, fundo geral 4518, 31-32.

dado nas Fronteyras de Mato Grosso" (1759-1764)

(Museu de Charcas, Coleç Benevides)

Um móvel de gavetas, colonial, com motivos indígenas, trabalhado por Moxos durante as Missões jesuíticas

Era a burocracia que imperava sem nada resolver. Enquanto tudo isso se desenrolava ante os olhos da Junta de Missões, os Mura faziam massacre geral e exterminavam a colônia "fundada a mão direita do Rio pela gente do Pará". Os Padres Missionários resolveram mudar-se com os 100 índios convertidos [82].

Os destroços da aldeia foram transferidos pouco acima do Rio Gi-Paraná e atual "Missões de S. Francisco"; no local então chamado Camuan [83].

Numa pobre tapera encimada por uma cruz morava o missionário, o Pe. Manuel Fernandes. Sintomático o silêncio sôbre o Pe. João Sampaio! Talvez a saúde já o tivesse obrigado a deixar aquêle campo de trabalho antes mesmo do seu companheiro. A Missão, desprotegida dos poderes públicos, morria à míngua! Um mosquete era a única arma de defesa, fora as flechas... "Socorrido de dois seculares que lhe assistem" o Missionário habitava uma casa entrincheirada de estacas, em um lugar insalubre. Os poucos moradores estavam quase todos enfêrmos, porque "o sítio não era propício à saúde dos índios". Pode-se, porém, medir o alto gráu de zêlo que ainda acalentava, naquela agonia e pobreza, o padre missionário, vendo-o amparar com todo o carinho apostólico a expedição quase tôda adoentada, de Manuel Félix de Lima, que por fim continuou a viagem "n'uma embarcação, maior presente do Jesuita" [84].

Os Mura continuavam suas represálias! Continua-las-iam por muito tempo, até 1784, e foram parseguindo o missionário fugitivo da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras até à aldeia de Trocano [Borba]. Obrigaram mais tarde o Pe. José da Gama a providenciar dois canhõezinhos para defender aquela missão [85], já diminuta pela malignidade do clima e de dois contágios de varíola e sarampo [86]. Ademais

---

82 — SOUTHEY, Robert, o. c., vol. V, pág. 433-434.

83 — AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e, o. c., pág. 60-62.

84 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. II, pág. 295; SOUTHEY, Robert, o. c., vol. V, pág. 435-436.

85 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 307-309; LEITE, Serafim, S. J. o. c., vol. III, pág. 403.
O cônego Bernardino de SOUZA em *Comissão do Madeira* (Rio, 1875, 2.ª parte, pág. 121-122) coloca ainda a Missão prófuga dos Mura, em *Araretama*, foz do Baeta, sem termos encontrado algures confirmação de espécie alguma, e sim, uma completa divergência com o citado *Dicionário* de Lourenço da Silva Araujo e AMAZONAS, impresso 23 anos antes.

86 — PARREIRA, Henrique Gomes de Amorim, *História do Açúcar em Portugal*, Lisboa, Ministério de Ultramar, Anais, 1952, vol. VII, t. I, pág. 127-128.

alguns chefes Torá quiseram regressar para o Alto Madeira, no Rio Maici, pouco mais de duas milhas abaixo do Rio Machado [87].

.... O Pe. João Sampaio retirou-se definitivamente do Alto Madeira após 14 anos de trabalho, entre dificuldades tais que, aos 62 anos, estava alquebrado. Veio a falecer com esta idade, após ter experimentdo inùtilmente os ares reconhecidamente bons (!) da Aldeia de Trocano no baixo Madeira. Seu afastamento e sua morte marcaram, pràticamente, a data da saída dos Jesuítas do Alto Madeira.

Corria o ano de 1742.

A perda de saúde, combalida, da pujança, das fôrças dos dois missionários, que no Alto Madeira tentaram uma emprêsa sobrehumana, deixou aos vindouros o primeiro testemunho de uma série, que aquêles climas ainda hoje abatem os empreendedores de obras gigantescas, como é implantar o Reino de Cristo!...

O Pe. Sampaio tinha sido um pioneiro na obra de civilização do Rio Madeira, assim como Pedrosa, também Jesuíta, ao abrir o primeiro caminho entre o Maranhão e o Ceará [88]: os Jesuítas foram os verdadeiros descobridores do Rio Madeira!

Ao mesmo tempo que, derrotados pelos indígenas, pelos civilizados, pela burocracia e pelo clima, os missionários Jesuítas do Alto Madeira apontavam as dificuldades para os que quisessem morar naquelas regiões, davam também movimento, vida e maior valor econômico ao grande afluente do Amazonas.

Entretanto, viram também tomar posição um ambiente, uma mentalidade trazida pelos brancos, que, ainda depois de 250 anos, haveria de obstacular a evangelização.

Não se tratava, dissemos, de um povoamento espontâneo, mas era uma espécie de conquista pelas fôrças materiais.

Tal espírito e tal ambiente alcançaram sufocar a fé cristã, cuja implantação custara tantos suores! Era o próximo prenúncio do triste brado de Pombal.

Os Jesuítas deixaram, porém, indícios de um trabalho que, não interrompido, teria apresentado ao séc. XX um Rio Madeira bem mais populoso, aproveitado e explorado. Estaríamos colhendo frutos opimos, e não apenas efetuando o lançamento, agora talvez mais trabalhoso, da semente de

> "um desafogado conforto, sem requintes de luxo; educação moral e social promissora de populações integradas num sadio

---

87 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 292; CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, *As tribus do Alto Madeira*, J. S. A. P., XVIII (1926).

88 — LEITE, Serafim, S. J., o. c., vol. II, 2, III § 2.

patriotismo, elevação de ideais, brotando espontâneos da inteligente formação religiosa [...] e de aumento da densidade no povoamento do imenso território" [89].

O ambiente paganizado e materialista suplantou êsse brilhante futuro. Deixou apenas o egoísmo, a materialidade, um progresso fictício erguido sôbre modernidades mal aproveitadas. Antes, destruidoras do espírito que eleva... Se a atual região do Rio Madeira pudesse olhar para aquilo que a História lhe reservava, sentiria tristeza diante de tamanha grandeza perdida!

Estava truncada, e por muito tempo não seria por outrem reiniciada

> "a mais benéfica ação pedagógica, moralizadora, apostólica, social; ação formadora da nacionalidade que nascera nos braços da Companhia, e dela recebera a sua primeira forma e o máximo impulso para manter-se na gigantesca unidade, a que de princípio a elevara a colonização portuguêsa" [90].

Assim como o farol da civilização latina e cristã firmou seus princípios em alicerces banhados pelo sangue dos Mártires, da mesma forma, o Alto Madeira e mais tarde os sertões de seus grandes afluentes vem ainda sendo impregnados pelo suor sagrado dos missionários, cujos nomes e fatos estamos recordando nas páginas dêsses atos de novos Apóstolos.

---

89 — CABRAL, Luiz Gonzaga, S. J., prefácio endereçado ao Dr. Afrânio Peixoto, em CAEIRO, *De Exilio*, Bahia, ed. da Academia Brasileira de Letras, 1936.

90 — Idem, *Jesuítas no Brasil*, S. Paulo, 1925, pág. 37.

(A. N. R. J. Ms. Monstr. n. 2)

Cópia da carta do Pe. Bento da Fonseca da Comp.ª Pro.ᶜᵒʳ Geral do Maranhão em resp.ᵗᵃ aos Anaes Históricos da d.ª cidade do Maranhão. O documento refere-se aos empreendimentos do Pe. João Sampaio no Alto Rio Madeira

(A. P. P., Ms. 1086, 28)

[illegible]
alto Rio Madeira, apresentado pelo Pe. Manoel Fernandes, S. J., a 6/IX/1738

ALÉM DAS CACHOEIRAS

OS ESPANHÓIS

DA cachoeira de Santo Antônio para cima começava a província de Mato Grosso. Nenhum diferença foi trazida pela má interpretação duma provisão régia [14 de novembro de 1752]. Estendendo-se embora êsses limites até o Rio Gi-Paraná, a parte do interior continuou a ser o "*Desconhecido*" ainda indicado nos mapas geográficos não há muitos anos atrás [1].

Mas ao longe, e para o sudoeste, a região vinha sendo benificiada desde o séc. XVI por numerosas Missões, pertencentes, porém, a *Corôa de Espanha na América Latina* [2]. Alguma noção de História é indispen-

---

1 — LÉVÈRGER, A. [Barão de Melgaço], *Apontamentos para o Diccionário chorographico da Provincia de Matto Grosso*, R. I. H. G. B. XLVII (1884), pág. 412; CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. I, pág. 81; cfr. BADARIOTTI, Nicoláo, Salesiano, *Exploração no Norte de Mato Grosso etc.*, S. Paulo, 1898, com mapa da região.

Francisco Xavier de Mendonça, em carta ao primeiro governador da Capitania de S. José do Rio Negro, Cel. Joaquim de Mello Povoas [10/V/1758], indicara

> "o ponto de onde deve partir a divisoria: se divide com o governo das Minas de Matto Grosso pelo rio Madeira, pela Cachoeira de S. João ou Arauaya [hoje Sto. Antonio]".

Posteriormente o Governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque interpretou que essa exigência do govêrno mandava tomar um ponto médio entre a foz do Guaporé e a do Madeira [ofício de 30/XII/1781]. Baseado nisso, o Dr. Francsico José de Lacerda e Almeida, estronomo da comissão demarcadora de limites, propôs o ponto do Gi-Paraná (ou Machado) como limite entre as duas capitanias de Mato Grosso e S. José do Rio Negro (Amazonas). Cfr. A. B. A. P. Pará, IX (1916), pág. 765; FONSECA, J. Severiano da, *Viagem ao redor do Brasil*, Rio, 1881, pág. 11

2 — A. B. N. R. J. LII (1928), 16-7; trata-se de um mapa que reproduzimos, e que serviu para elaborar o Tratado de Limites de 1750. Nêle encontra-se a Missão espanhola de S. Rosa, de que nos ocuparemos bastante, situada na margem incontestàvelmente brasileira; ASTRAIN, *História de la Compania de Jesus*, Madrid, Administración de Razon y Fé, 1925, vol. VI, pág. 542 ss, vol. VII, pág. 346 ss; GREVE, Aristides, S. J., *Subsídios para a História da Restauração da Companhia de Jesus no Brasil*, S. Paulo, 1942, pág. 83.

sável, para compreender e não abastardar o sentido verdadeiro dêsse fato. Sublinhamos antes de tudo, que os missionários, portadores por excelência da palavra de Cristo, não deixarão nunca de ser também bons patriotas. Seguidores d'Aquêle Jesus que chorara prevendo a ruína de Jerusalém, também na época que estamos estudando, os missionários amavam sua Pátria. Não só. Zelavam outrossim pelas terras que ela, seja Portugal, seja Espanha, possuía além-mar. No mínimo, seriam fiéis observadores de tudo o que se passasse nas regiões fronteiriças.

No decorrer desta história encontraremos, entretanto, algo mais do que simples observadores... Há um reparo a fazer. Se houve missionários que se excederam em defender os domínios de Espanha na região do Rio Guaporé, não eram levados por nenhuma orientação superior por parte da suprema autoridade religiosa, como se insinuou mais tarde; e sim mais pelo temperamento, emotivo, sanguíneo, arrebatado, de alguns indivíduos, que assim interpretavam a seu modo o mandamento de Jesus Cristo: dai a Cesar o que é de Cesar. Disso já falamos.

Havia ainda outro fator, explicando as atitudes dos missionários: os avisos da Côrte, recomendando, insinuando, pedindo, exigindo... e como que hipnotisando os ânimos!

O fato é que "Tordesilhas" fora violado "manu militari" pelos bandeirantes de S. Paulo. Em meados do séc. XVI se tinham tornado evidentes as intenções de Lisboa de chantar a Cruz ao longo do Rio Guaporé.

Na verdade, pela convenção de 1494 [Tordesilhas], realizada sob os auspícios de Alexandre VI, se assentara que pertenceriam a Portugal tôdas as conquistas ao oriente de uma linha imaginária passando a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, enquanto as que ficassem para ocidente da mesma linha caberiam à Espanha. O sentido dessa convenção era que tocassem a cada uma das Corôas 180 gráus meridianos.

Desta maneira couberam à Espanha 13 gráus a mais. Ela ficava de posse de uma faixa de terra que, estendida de norte a sul, incluía as mesmas Filipinas, Amazonas, quase todo o Pará, Mato Grosso, quase a totalidade de Goiás, dois têrços do estado de S. Paulo, parte de Minas, o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apenas uma estreita nesga sobrava para Portugal. As conferências ficaram tôdas sem conclusão [3]. Em vista disso o Imperador Carlos V fêz uma convenção, em

---

3 — GARIBAY, na biografia de D. João II, cap. 25, e de D. João III, cap. 31, citada na carta do capitão geral do Pará, João de Abreu de Castellobranco ao Provincial dos Jesuítas de Quito, 18/XI/1737, apud SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro [Ouvidor e Intendente Geral do Rio Negro], *Diario de viagem* [1774-1775], Lisbôa, Typ. da Academia, 1825, pág. 46-47.

Saragoça [1523]. Dela resultou que a Espanha venderia à Corôa Portuguêsa tudo o que pudesse pretender

> "desde a ilha das Velas para o poente, promettendo que seos vassallos não navegariam mais além d'aquellas ilhas, e si por acaso passassem ao occidente d'ellas, e ahi descobrissem algumas terras, as entregaria logo a Portugal" [4].

Ora bem, os Espanhóis acabaram estabelecendo-se até nas Filipinas... ao passo que as regiões invadidas pela Corôa Portuguêsa além da linha de Tordesilhas não chegavam a perfazer os 13 gráus de excesso que estavam com a Espanha!

Nem ainda o "Tratado de Limites" celebrado em Madrid a 13 de janeiro de 1750, deixou a questão definida. Imagine-se que todo o material cartográfico existente, para dirigir as cláusulas daquêle tratado por parte do encarregado Alexandre de Gusmão, consistiu numa carta das Missões dos Moxos e em dois roteiros de sertanistas brasileiros [5]. Por isso, um ano mais tarde [17 de janeiro de 1751] foi assinado outro tratado a respeito da inteligência das Cartas Geográficas. Seguiu-lhe um suplemento, a 17 de abril do mesmo ano, e, a 24 de junho de 1752, foram assinadas as *Instruções dos Comissários que devem dirigir e executar as demarcações*. Essas instruções receberam sua interpretação oficial a 31 de julho daquêle ano [6]. Contemporâneamente, a Espanha continuava mantendo vanguardas espalhadas por tôda a Província dos Moxos! eram os seus missionários às margens do Rio Guaporé, "chave e propugnáculo do sertão do Brasil" [7].

O Pe. João Sampaio subindo as cachoeiras do Rio Madeira, referira-se a 16 Missões dos Jesuítas espanhóis. Somando com as que se encontravam mais ao sul, na Província de Chiquitos, eram bem mais quando a Espanha se alertou contra as invasões portuguêsas.

Ocupar-nos-emos daquelas Missões, porquanto do seu bom govêrno resultava, é evidente, algum benefício para os índios da banda do Brasil; para êles não existem fronteiras. Ainda que as houvesse, as fronteiras, a primeira e dinâmica Missão espanhola — *Exaltação* — achava-se apenas a 30 léguas pelo Rio Mamoré acima. Existia desde o séc. XVI na margem esquerda do rio mencionado. Compunha se de uns 3 000 índios Cajubaba, dos quais 460 aptos para as armas.

A uma distância de oito léguas havia outras duas missões.

---

4 — Instruções da Rainha a D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador de Mato Grosso, 19 de janeiro de 1749, R. I. H. G. B., LV (1892), pág. 388-389.

5 — CUNHA, Euclydes da, *Peru versus Bolívia*, 2.ª ed., Rio, Livraria José Olimpio, 1939, pág. 15.

6 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. IV; Fronteira Ocidental, pág. 41.

7 — R. I. H. G. B. LV (1892), pág. 388-389.

Para o norte da região estavam as de *Reys*, existente desde 1713, *S. Paulo, Apolobamba, S. Joao* e *Pelechuco*, onde se catequizavam Chimane (nunca bem missionada), Chiriba, Toremona e outros. Ao sul da Província dos Moxos se encontravam *S. Inácio, S. Xavier, Santíssima Trindade, Loreto, S. Martinho, S. Maria Madalena, Nossa Senhora da Conceição, S. Nicolau, S. Gabriel, S. Luiz* e *S. Bórgia*. Todos os rios tinham suas missões, tôdas as Missões tinham uma história. O Rio Baures, afluente do Guaporé, começara a ser evangelizado em fins do séc. XVI e comêço do séc. XVII, sendo missionário o Pe. Cipriano Barazo. Missionara vinte e sete anos, fundando a aldeia da SS. Trindade e morrendo em 1702, martirizado pelos Baure aos sessenta e um anos de idade. São Luiz e São Bórgia eram formadas por índios da nação Mobina. Êstes, em 1709, tinham também martirizado o seu missionário, o Venerável Pe. Baltasar de Espinoza [8].

S. PEDRO

A Missão mais antiga era a de *São Pedro*, a umas 50 léguas pelo Rio Mamoré arriba. Era mais povoada por ser a capital e a residência do govêrno dos Moxos: chegou a ter mais tarde alguma artilharia, que os Espanhóis fundiram lá mesmo, em duas diversas vêzes em que pretenderam atacar o Forte do Príncipe da Beira. A nós, porém, interessa saber que além dos missionários itinerantes, alí residiam o Pe. Visitador e outros Padres que a Companhia de Jesus mantinha para acudir a alguma falta. O Piloto-Mestre Antônio Nunes de Souza que esteve por lá numa de suas viagens, contou seis dêsses padres avulsos!!!... Como as coisas mudaram hoje, para cá e para lá do Rio Guaporé! [9]

Os missionários espanhóis logo reconheceram a necessidade de se estabelecer bem às margens daquêle rio.

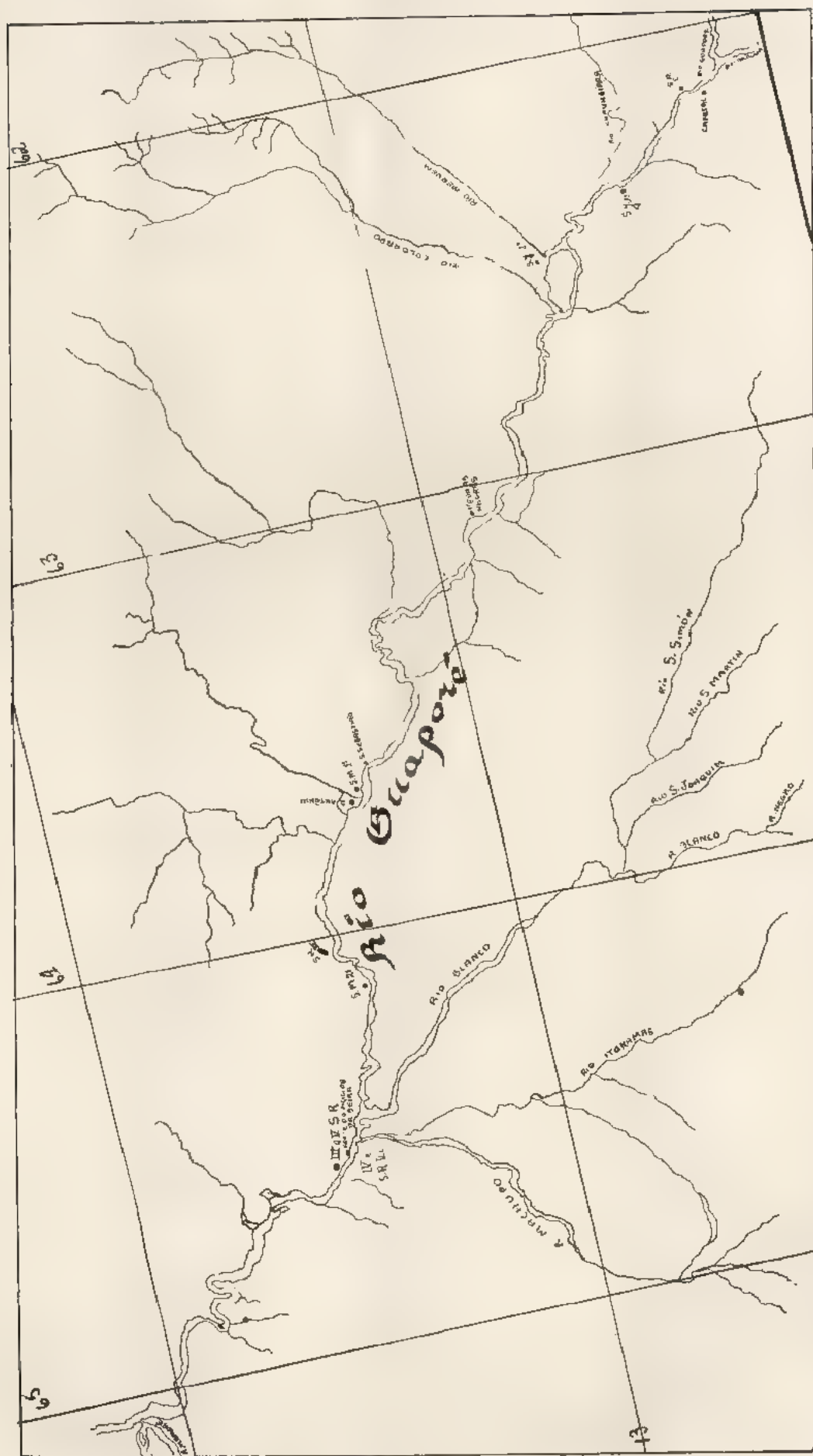
Impelía-os sobretudo o motivo espiritual. O amor às almas não tem limites! O Bom Pastor que está disposto a dar a própria vida pela ovelha tresmalhada, está pronto também a não ligar às fronteiras, a entrar no campo alheio onde a ovelha morre dessangrada nas garras do inimigo... Se não o fizer, será apenas para evitar os inevitáveis aborrecimentos da propriedade violada ou da diplomacia ofendida! Ge-

---

8 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c. em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., vol. 4. pág. 373-393. Cfr. Lettres édifiantes et curieuses par Aime-Martin, M. L., Paris, 1841.

9 — No Brasil, não há muito, havia um padre para 3.500 habitantes, e na Bolívia, *um* para 7.500! Cfr. Almanaque Católico dos Estados Unidos, de 1941. Na Bolívia, em vinte anos de episcopado, o arcebispo de La Paz ordenou apenas nove padres, enquanto viu morrer quinze! Cfr. *Dom Bosco*, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, outubro de 1953, pág. 33.

(A. E. S. P.)

As aventuras bélicas da Missão de S. Miguel, segundo a "Relasaó exacta em que se dá Notísia De tudo o que se tem já dado nas Fronteyras de Mato Grosso" (1759-1764)

Mapa demonstrativo das principais Missões à margem do Rio Guaporé no séc. XVIII, e suas diferentes localizações

ralmente, os missionários não olhavam muito para êsse problema [10] e por isso mesmo foram fundando missões mais próximas: a de *São Miguel*, de *São Simão*, de *Sta. Rosa*.

Mas havia também o aspeto político ao qual acenamos. Estava muito bem ligado quer às simples depredações cometidas por aventureiros que roubavam e escravizavam índios batizados e mulheres casadas, quer ligado às falsas interpretações dadas pela Côrte às atitudes dos missionários. Êstes, talvez deixassem ventilar semelhante ilusão para poder trabalhar no apostolado com mais sossêgo e maior resultado! E por fim — por que não? — uns tantos excessos que, por certo, não expressavam o espírito da Companhia de Jesus.

Sendo assim, as penetrações feitas pelos missionários criavam verdadeiros "casus belli": chegava até, o Padre, por vêzes, a "usar de alguma violência", invadir "manu armata", maltratar, espancar algum português. Ou pelo menos, indicava uma série de dificuldades convincentes, como fêz o Pe. Miguel Sánchez de Santa Cruz de La Sierra para dissuadir Francisco Palheta de seguir viagem até Potosí com seus trinta portuguêses, cem índios e dez canoas [11]. Por outro lado, com as vulgares depredações de portuguêses, uma simples cruz implantada por um sacerdote espanhol sôbre o altar portátil em território indiscutìvelmente brasileiro, vinha ofender o brio e o direito dos domínios da Real Corôa Portuguêsa [12].

Em todo caso as missões fundadas com êsses dois intuitos continuaram por muito tempo beneficiando as terras brasileiras, ainda depois da saída dos Padres Jesuítas.

S. SIMÃO

A Missão de *S. Simão* era de mais recente fundação, nas proximidades do rio Guaporé. Seu fundador foi o Pe. Felipe, em 1746. Era

---

10 - Ocasionalmente ainda se dão hoje casos de uma invasão similar, nos territórios eclesiásticos, cujos limites atravessam matas indemarcadas. Êsse caso é tolerado quando precedido pela conveniente jurisdição. Assim acontecia até pouco tempo, faz com os Jesuítas colaborando com a Prelazia de Pôrto Velho, assim aconteceu com os Salesianos missionando pelo rio Abunã, afluente do Madeira na parte encachoeirada, e que passa pelas Prelazias do Rio Branco (Acre) e Ribeiralta (Bolívia); assim também nas paroquias de Humaitá e Manicoré. Cfr. CERRI, Pe. Angelo, em "Bollettino Salesiano", Torino (Itália), marzo 1941, n.º 3, pág. 65.

Nisso tudo pode haver descuidos involuntários, invalidando até os atos jurisdicionais; ninguém pensa, porém, de fixar residência ou criar situações angustiosas.

11 - ASTRAIN, o. c., vol. VII, pág. 359-361; FONSECA, José Gonçalves de, o. c., em ALMEIDA, Cândido Mendes, de, o. c., pág. 370; FONSECA, João Severiano da, *Viagem ao redor do Brasil*, Rio, 1881, pág. 61.

12 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c , em ALMEIDA, Cândido Mendes de, o. c., pág. 395.

constituida de índios *Moré*, uns duzentos e tantos. Tipos altos e de boa presença, oriundos da margem esquerda do Rio Guaporé, distinguiam-se dos demais pela tez quase branca [13].

A aldeia de S. Simão teve como missionário o Padre Francisco Xavier, italiano, que a localizou na margem direita do Guaporé, nas cabeceiras do afluente Corumbiara; êsse rio deságua entre o sítio das Pedras Negras e a Ilha Comprida. O lugar não deixava de ser muito estratégico, pois havia um ano [1745] se estavam explorando ricas minas de ouro descobertas por Antônio de Almeida Morais e Tristão da Cunha Gago, bandeirantes paulistas. Entretanto, os que intentaram aquela mineração era gente de muito escassos recursos que andava em busca de índios. Três anos mais tarde [1748] tudo foi abandonado devido às extraordinárias calamidades que sofreram os mineiros: voltaram a "procurar gentio, emprego dos homens pobres", e isto custou a vida a muitos. Foi essa a razão porque ao mesmo tempo entraram os Padres Missionários espanhóis a fundar a Missão de S. Simão, ajudados pelos próprios portuguêses a quem pediram várias vêzes ajuda para domarem o gentio; em terras portuguêsas, portanto [14].

Em 1751 era missionário em S. Simão o Pe. Ramon Laynes, que a 22 de junho daquêle ano provocou um dos casos de beligerância com os portuguêses.

Tinha havido abusos de parte a parte. E o primeiro governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, mandou acompanhar pelo Padre Agostinho Lourenço a seus respectivos aldeamentos originários, índios e índias, que o muito zêlo do Pe. Ramon arrancara, para maior progresso da missão de S. Simão. Não só! arrancara-os também do meio dos habitantes de uma ilha [Ilha Comprida], todos desertores de Mato Grosso, oprimidos de dívidas ou cúmplices em algum delito; buscaram aquêle êrmo para nêle praticarem vida estragada, como de gente aborrecida pela sociedade humana... E o Pe. Ramon cuidava das almas, o que não era evidente ao govêrno de Mato Grosso!

Pouco depois chegou a notícia das demarcações [1752] e a Missão mudou-se com seus 2000 índios para a banda esquerda do Rio Guaporé, a leste do rio Mamoré, nas cabeceiras do rio S. Martin. Alí estavam os

---

13 — ANÔNIMO, *Descripción de las misiones del Alto Perú, 1717*, in 8.º, pág. 33-34; FONSECA, José Gonçalves, o. c., l. c.; MÉTRAUX, Alfred, *Tribes of eastern and the Madeira Headwather*, H. S. A. I., pág. 397 ss.

14 — SÁ, Barbosa, o. c.; ANÔNIMO, *Anal de Vila Bela dês o primeiro descobrimento dêste sertão de Mato Grosso, no ano de 1734*, B. N. L., Coleç. Pombalina, Ms. 623; Piloto Mestre Antônio Nunes de Sousa, 4/VIII/1754, R. I. H. G. B., LXVII (1906), pág. 266 s; FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 51, 61 s; SOUTHEY, Robert, o. c., Vol. V, pág. 446; CORRÊA Filho, Virgílio, *As Raias de Matto Grosso*, S. Paulo, Secção Obras d'"O Estado de S. Paulo", 1926, vol. IV, Fronteira Ocidental, pág. 10.

índios *Baure*[15]. Eram êles notáveis por bela estatura e boas linhas, mas sobretudo sobrepujavam aos demais nas indústrias[16].

S. MIGUEL

Já o Pe. Gaspar de Pratz, [do Prado], alemão, dirigia a missão de *S. Miguel,* anos antes de se fundar a de S. Simão. Pode ser o protótipo do duplo papel exercido pelos missionários da época colonial. Eis o que se lê numa *Informação sôbre as Missões dos Moxos,* de 1743:

> "o P.e G.ar do Prado o qual só trata com D.s, e pouco do temporal; de que toma somente o preçizo para o gasto, e cuida em acodir com os Sacramentos a quatro ou sinco mil Indios, de que consta a dita mição divididos em quatro Lingoas; preguntou o dito Padre, se queriam ouvir missa, ou se careçião de algum Sacramento, e com isto se foi ao seu Santo exercício, a vista do q' seguio o dito Joseph Barboza viagem".

Por outro lado, o Pe. Gaspar era zeloso guardador dos direitos da Corôa de Espanha; ficara pasmado pela inesperada visita de Félix de Lima que, em 1742, se apresentava em traje de grande gala; porém, em se trocando mimos e cortesias, tornaram-se amigos. A Missão de S. Miguel estava destinada a defender os direitos de Espanha a custa da própria vida, e assim, antes de se completar o primeiro mês daquela boa hospedagem, o Pe. Gaspar recebeu uma carta inesperada, na qual o Superior o censurava por ter acolhido o forasteiro, e lhe ordenava o expulsasse incontinente das missões[17].

---

15 — ANÔNIMO, *Descripcion de las Misiones del Alto Perú, 1771,* pág. 33-34; *CARDÚS,* José, *Las Misiones Franciscanas entre los infieles de Bolivia,* Barcelona, 1886, pág. 286, nota 1; RENÉ-MORENO, G., *Biblioteca Boliviana, Catalogo del Archivo de Mojos e Chiquitos,* Santiago de Chile, 1888, pág. 39: carta de D. Rolim de Moura Tavares, 6/V/1764; CASAL, Manuel Aires de, o. c., pág. 259.

16 — ADAM, L. y LÉCLERC, C., *Arte de la lengua de los indios Baures,* Paris, 1888, pág. 111; MÉTRAUX, *Tribes of eastern and the Madeira Headwather,* H. S. A. I., pág. 409 ss.

Em apêndice II uma demonstração linguística dos índios Baure.

17 — SOUTHEY, Robert, o. c., vol. V, pág. 433-434.

"Informação sobre as missões dos Moxos, dos Jesuitas espanhois, tomada pelos dois juizes Ordinários do Arraial da chapada de S. Francisco Xavier das minas de Mato Grosso, Antonio Ferreira e Domingos Gonçalves Ribeiro, e por outros sertanistas, por ordem do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, 20/IX/1743".

B. N. R. J., Ms. II-36, 14, 17 n.º 2, na transcrição de CORTESÃO, Jaime, *Antecedentes do Tratado de Madrid,* Rio, Instituto Rio Branco, 1951, p. III, t. II, pág. 73.

Apressaram-se os castelhanos em tirar partido das informações que lhes prestaram os expedicionários de Manoel Félix: proibiram terminantemente qualquer comércio com os confrontantes e resolveram cercear-lhes a expansão, desenvolvendo as missões ribeirinhas. Andavam assim às testilhas, diz Virgílio Corrêa Filho, os bandeirantes e os Jesuítas, quando o govêrno português houve por bem organizar uma expedição militar que, ainda em 1742, destruíu a missão ocidental de São Miguel [18]. Reconstruída em breve, no mesmo local, em frente à foz do Rio São Miguel, mudou-se em 1744 para a banda direita [portuguêsa], por causa de "doenças mais que ordinárias". Quiçá, sub-entendido, também, para impedir a navegação portuguesa [19].

A missão, de uns 600 índios *Moré,* estava num campo bem plano pouco afastado do rio: comunicava-se por terra com a missão de S. Simão numa viagem de 3 horas, e de um dia e meio por canoa. A aldeia tinha configuração retangular. As ruas alinhadas formavam um terreiro quadrado, de espaçosa grandeza: um dos lados apresentava a fachada da Igreja com a residência missionária. Seguiam-se as outras casas de pau a pique, cobertas de palha, para os índios. Grandes e iguais, com lugar para três ou quatro famílias.

No meio da quadra, erguia-se a Cruz sôbre um pilar de mais de cinqüenta palmos.

A igreja era grande, de duas naves, com 18 esteios de madeira. Um arco desproporcionado separava o presbitério sombrío e faltoso de luz, como todo o resto da capela. O altar-mor era encimado por um quadro de S. Miguel: pintura grosseira, desbotada, sem arte e desprovida de qualquer retábulo. O mesmo devia dizer-se dos dois altares laterais e do grande e tosco Crucificado do lado do Evangelho, enquanto a luz trêmula de uma vasilha qualquer indicava a presença da Santíssima Eucaristia [20].

Esta é a descrição da Missão de S. Miguel, como escorreu da pena de José Gonçalves da Fonseca [21]. Inadmitido o caráter suspeito do autor, não era êsse o tipo das Missões Jesuítas espanholas, como das missões do Rio Madeira. Feitas algumas exceções, as igrejas eram moldadas sôbre arquitetura e escultura espanholas, pinturas e gravações italianas; ha-

---

18 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., pág. 17-18. HERVÁS, Lorenzo, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, division, y classes de estas segun la diversidad de sus idiomas y dialectos,* Madrid, 1800, t. I, Lenguas y naciones americanas, pág. 247.

19 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., l. c., pág. 381.
Não em 1747, como insinua, falando de tôdas as Missões, J. Lúcio de AZEVEDO, em *Os Jesuitas no Grão-Pará,* 1.ª ed., Lisbôa, 1901, pág. 223.

20 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., pág. 383, 388 e 395; ANÔNIMO, o. c., l. c.. No Apêndice III apresentamos algumas orações da Missão Moré de S. Miguel, onde se falava a lingua pano.

21 — Idem, o. c., pág. 381-383.

via ricos vasos sagrados, numerosos paramentos e alfaias de grande valor, até bordados por índios, retábulos de madeira dourada, enormes chapas decorativas de prata, até nos missais. O serviço litúrgico, as orquestras e coros de vozes obedeciam com rigor à nota escrita no papel [22].

Voltemos, porém, a falar da Missão de S. Miguel: José Gonçalves da Fonseca deixou-nos ainda dito que a residência do missionário era grande e com vários quartos; a fachada tinha uma cobertura sustentada por esteios com 13 palmos de espaço entre si, tudo guarnecido de tela, formando uma agradável sala de visita. Concluía o conjunto de construções, o engenho de açúcar, numa casa de boas madeiras. Havia relativo confôrto, se bem que não circulasse a moeda. Encontravam-se farinha de milho, frutas e galinhas: trocavam-se duas agulhas por uma galinha...

Em 1753 por fôrça do Tratado de Limites, o aldeamento de S. Miguel passava para a margem esquerda [espanhola] do Rio Guaporé, onde voltaremos a encontrá-lo, vítima das armas portuguesas [23].

S. ROSA

Uma outra missão vicejava naquelas paragens; e com o seu contínuo mudar-se, ora por um, ora por outro motivo, foi beneficiando largamente os indígenas que acampavam naquêles longínquos rincões. E' de 1742 a notícia em Cuiabá, de que 100 léguas abaixo de Vila Bela os Padres Missionários da Província espanhola estavam fundando na margem brasileira a nova Missão de *Santa Rosa* [24]. Destruída naquêle mesmo ano pelos portuguêses, junto com aquela de S. Miguel, foi restabelecida pelo Padre Atanásio Teodósio, na margem esquerda [espanhola], não longe do Rio S. Miguel: havia também mais um missionário: o Pe. João Brand [25].

Em 1743 mudou-se rio abaixo na margem oriental, de incontestável domínio português, para salvar os índios de uma peste que os re-

---

22 — ANÔNIMO, *Diário de viagem dum companheiro de viagem da expedição de Francisco de Melo Palheta (1723)*, em MAGALHÃES Basílio de, o. c., pág. 35.

23 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., l. c.:

> "O Pe. Francisco Praiba, sendo seu Cura, queimou, e destruhiu, com o dolo de passar, e mais os indios, para a parte de Espanha, antes que os Comissarios, e Geografos passassem".

ANÔNIMO, *Relação em que se dá notisia* etc., A. E. S. P., Ms.; CASAL, Manuel Aires, o. c., pág. 259.

24 — SÁ, José Barbosa de, o. c.

O local hoje em dia chama-se *Atenas*, frente a Cafetal, êste, na margem boliviana.

25 — HERVÁS, Lorenzo, o. c., pág. 247.

duzira a 300. E também, acrescenta José Gonçalves da Fonseca, por não agradar aquêle sítio "em razão das muitas formigas que devoravam as plantas récem-nascidas". O local estava aproximadmente 100 quilômetros acima do encontro das águas dos rios Guaporé e Mamoré [26]. Aqui ficaram os Jesuítas espanhóis abrindo roças até 1754, isto é, depois da *Instrução assignada pela Real mão de S. Magestade a respeito das demarcações da parte do norte* [30/IV/1753][27]. Passando ao domínio português, a localidade conservou o mesmo nome [28].

A nova aldeia surgira em uma clareira artificial; seu roçado ia desde o barranco do rio por espaço de um quarto de légua até ao pé da serra que corre pela espalda. A igreja, a casa do Missionário e as casas dos índios, bem alinhadas formando duas ruas, ladeavam o rio por umas 600 braças. Nas extremidades da aldeia corria do rio até os morros um espêsso arvoredo em semi-círculo.

E' pena não se poder encontrar o desenho de perspectiva desta missão de Sta. Rosa, feito por José Gonçalves da Fonseca! [29]

A igreja era de uma só nave, sem proporção de altura com a largura, construída de madeira e barro, sem qualquer ornamento. O único objeto de valor, era uma lâmpada de prata muito simples, cuja luz indicava a presença real de Nosso Senhor Jesus Cristo no Sacramento da Eucaristia. Talvez já possuisse para as festas principais do ano, as alfaias preciosas que chegou a ter posteriormente. Mas, sem dúvida, de ouro era o coração do Missionário, Pe. Antônio de Tal, de origem italiana.

A moradia do sacerdote era de dois edifícios: um, de três salas, para atender os cristãos e quantos o procurassem. Outro, menor, para o repouso. Num barracão enorme funcionava uma carpintaria, onde se lavravam muito bem as madeiras, portas e janelas. Seguia um tear

---

26 — GREVE, Aristides, o. c., pág. 81-82.

Salto Grande: a uma hora de viagem de baixada, desde a localidade hoje chamada *Conceição*. A. P. Mt., carta de D. Rolim de Moura, 6/V/1764.

27 — Em 1754 o Missionário era o Pe. Nicolau de Medinilha. A. E. S. P., ANÔNIMO. *"Relação exacta em que se dá..."*: Mais tarde, em 1772, o Governador de Mato Grosso mandou construir ai o forte da *Conceição* ou de *Bragança*, como foi também chamado.

CASAL, Manuel Aires, o. c., pág. 259; Gal. Francisco Raphael de Melo Rego, R. I. H. G. B., LXVII (1906), pág. 178; CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. IV; Fronteira Ocidental, pág. 38-39.

28 — A. P. Mt. carta de D. Rolim de Moura, 30/IX/ 1762.

29 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., pág. 363-72.

em que se tecia ótimo algodão. Por fim o refeitório e a despensa, tudo unido entre si com um telhado imitando o junco[30].

E' possível que estas missões tenham surgido dada a diferença de línguas[31]. A de Santa Rosa era formada por índios *Aricoroni*, bárbaros, nús, sem uso algum de navegação, falando a língua Rokotona ou Rokorona[32]. Damos dessa língua uma mostra (que é o pouco ou, talvez quase tudo o que resta!], apresentando três orações com a tradução intelinear, uma gentileza do saudoso e falecido amigo Sr. Friedrich Von Horn, quando de nossa passagem por Vila Bala de Mato Grosso, em 1954.

PAI NOSSO.

Koro-tenesi Dios paumama p-avim, oropanapaiñ-tra
Senhor Deus ao céu eu creio [nós cremos]

vitim; pa-yguantra (pai-)reino-nam; Kara-Kopiy-ma
venha reino teu; tua vontade

aratra pa-timak, p-avim-tra.
seja feita sôbre a terra, como no céu.

Mi-sirit pakañika paiñ Kara-Kagua-nasit;
Dá hoje a nós nosso alimento;

masiran sirit paiñ maram-pekato-nasit, paakarit
perdoa nós pecados

pokokon mara-guati Koro-masiram-arit, Koro venemina
nós perdoamos mau

parit parot-sirit, iyo taarameget eko parit
livra

naúkami, parot-sirit paiñ masina-iñ apitra. Amen.
demônio, livra nós mal Amen.

---

30 — Informação sôbre as missões dos Moxos, dos jesuitas espanhois, tomada pelos dois juizes Ordinários do Arraial da Chapada de S. Francisco Xavier das minas de Mato Grosso, Antônio Ferreira e Domingos Gonçalves Ribeiro, e por outros sertanistas, por ordem do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, 20/IX/1743. B. N. R. J. Ms. II-36, 14, 17, n.º 2, na transcrição de CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 70.

31 — CRÉQUI-MONFORT, G. de, et RIVET, P., *Linguistique Bolivienne*, J. S. A. P., t. X, fasc. I (1913), pág. 119-171.

32 — Grupo linguístico Pano: MÉTRAUX, Alfred, o. c., pág. 397 ss. Informação sôbre as missões dos Moxos, etc., Ms. II-36, 14, 17, n.º 2, na transcrição de CORTESÃO, Jaime, o. c., pág. 67.

AVE MARIA.

Ave Maria mumna gracia-nam, Dios pazimatram in
Ave Maria cheia graça, Deus

vitanima iñenim guayamam Jesus. Santa Maria, iñikon
bendita também filho Jesus. Santa Maria, mãe

Dios, tomiaron-parit pakañika, ta-masiram-ko-parit
Deus, reza hoje que êle perdôe

paiñ maram-pekato-nasit, tomiaron iñenim tazo-imi-arit.
nós pecados reza também morte.

Amen.
Amen.

CREIO EM DEUS.

Oropatanapaiñ-onon Dios koro-tenekin arietakkana
Creio [Nós cremos?] Deus senhor onipotente

okaara apina, ka p-avim, ka pa-timak;
ao céu, sôbre a terra;

oro-patanapaiñ-onon viyikon kaguasigna koro-tenesi
creio [nós cremos?] seu filho senhor

Jesus Kristo, okaguatima petampa-na pa-kopiy-ka
Jesus Cristo se fêz pela virtude

espiritu santo, pa-okoti-kam virgem santa Maria
Espírito Santo, do ventre virgem santa Maria

ipa-na, arampa-na pa-oyin-ka Poncio Pilato,
nasceu sofreu por ordem Pôncio Pilatos,

papankapa Kruzu, imin-na, tikipe-na, koronkiyi-na
foi posto cruz, morreu, desceu

pa-timak, tre tovua takipe-na, ta-kikizat-na
na terra, três dias ressuscitou

eenekin [cenekin?], aparima-na p-avim, penina patampanaiñ
vivo subiu ao céu,

tipara-kon koro tenekin, arietakkana; maram-parigua
à direita senhor onipotente; as

paiñ iguantra ta-tonitreyi kokon maram-cenekin [eenekin?],
nós os vivos

Descrição dum ataque português à Missão espanhola de S. Rosa, segundo a "Relasaó exacta" etc.

A. C. J., Roma)

Ata da destinação dos primeiros Jesuitas para Mato Grosso

maram-imi-nakokon paiñ maram-pekato-nakokon.
os mortos nós pecadores.

Oropatanapaiñ-onon espiritu santo, santa Iglesia
Creio [Nós cremos?] Espírito Santo, santa Igreja

katholika, karati-nakokon maran-santo;
católica, Comunhão santos;

oropatanapaiñ-onaiñ tamasiram-kokon Dios mara-guati
creio [nós cremos?] perdoar Deus

ta iyo virikakaiñ pekato-nakokon; oropatanapaiñ-onaiñ
perdoar creio [nós cremos?]

tapike-kaka, takikizat api-kaka mara-guati
ressuscitar

maram-pari-gua, takikizat aguarioiñtrara, iyo
os ressuscitar

ta iñ ime-kaka; oropatanapaiñ-onaiñ maram-kristiano
creio [nós cremos?] os Cristãos

oka vitana-na se-etnitrara pa assikon Dios
bons Deus

maram-kristiano oka masina-na vit-etnitrara
os Cristãos maus

paizeykon naukami.
demônio [33].

OUTRAS MISSÕES

Mais ao norte, pròpriamente entre o Rio Beni e o Madre de Dios, havia, sim, hordas selvagens de Tupi-Guarani pouco conhecidos, perigosos pela sua pirataria fluvial [34]. Porém em tôda a banda espanhola

33 — TEZA, E., *Saggi inediti di lingue americane,* Appunti Bibliografici, em "Annali delle Universitá Toscane", Pisa, 1868, t. X, p. I, "Scienze noologiche, pág. 130-132.

A publicação consta de cartas inéditas de missionários espanhóis ao poliglota Card. Mezzofanti, e conservadas na "libreria comunale", de Bolonha (Itália); nós, porém, seguimos a ortografia de G. de CRÉQUI-MONFORT et P. RIVET, em *Linguistique Bolivienne* do J. S. A. P., 1913, vol. X, fasc. I, pág. 119-171. Tivemos ensejo de retocar o texto nos êrros evidentes, assim como a traduçao.

34 — Pilôto-mestre Antônio Nunes de Souza, 1749-1750, R. I. H. G. B., LXVII (1906), pág. 263-264; idem, 4/VIII/1754, o. c., pág. 266-267; Gal. Francisco Raphael de Melo Rego, R. I. H. G. B. LXVII (1906), pág. 178; Cel. Eng. Ricardo Franco de Almeida Serra, 31/I/1800, R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 21-28.

os índios aldeados nas missões eram mais numerosos que os não aldeados. Seja dito de passagem: no Brasil fronteiriço dava-se justamente o contrário. De fato os indígenas sob o poder da Espanha gozavam de maior sossêgo e paz, sem inconvenientes nem distúrbios; não diminuiam, os índios, como no domínio lusitano. Nada se pode deduzir de algumas queixas isoladas e suspeitas, dos indígenas contra a administração dos Espanhóis [35]: nem por isso deixavam de procurar mais fàcilmente as Missões, e mais fàcilmente se tornavam cristãos, pois sabiam que não iriam servir aos brancos.

"Dociles e deseosos de bienes eternos", assim mesmo não eram promovidos ao Batismo sem um conveniente preparo doutrinário [36].

"Amigos, amigos Cristianos por la gracia de Diós!" era a palavra de ordem que repetiam nas viagens acrescentando o nome da Missão, depois de levada a mão ao peito em sinal de afeto e sinceridade [37].

Sendo assim senhores de si, os que trabalhavam nas roças estavam bem abastecidos, e lhes sobrava sempre alguma coisa das suas colheitas. As mulheres faziam e pintavam louça imitando nos desenhos animais, aves e peixes [38].

Todos aprendiam vários ofícios, especialmente de carpinteiro e pedreiro, e se fabricavam finíssimas e preciosas telas de algodão, contas de coquilho lavradas e torneadas com muita indústria, maestria e arte, assim como muitas outras manufaturas de igual primor e estimação. Em certo tempo do ano costumavam levar tudo aquilo a feiras da cidade de Santa Cruz de La Sierra, onde não faltavam os compradores. Ainda hoje, repercutindo uma tradição que honra a Bolívia e os seus colonizadores, não desmerecem os trabalhos dos indígenas da região dos Moxos o mais fino gosto apreciador [39].

A região fornecia a matéria prima para tintas de desenho e pintura. Preparadas "in loco", ainda se conservam indeléveis e em perfeito estado, quer quanto à nitidês, quer quanto à frescura das mesmas tintas [40].

Era notório o progresso sobretudo nos "crescidos produtos" agrí-

---

35 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., l. c.

36 — Cópia de Dos cartas Escritas de un Missionero, San Xabier de Gayes 20. de Mayo de 1681 [Pe. Francisco Fernandes de Mendóza], na Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata (Belém-Pará).

37 — Idem.

38 — "Relación de la Provincia de Mojos de Joseph de Castillo S. J.", reproduzida da B. A. N. L., por BALLIVIÁN, Manuel V., *Documentos para la história geografica de la Republica de Bolivia*, La Paz, 1906.

39 — DANIEL, João, o. c., R. I. H. G. B., III (1841), pág. 439-440; FONSECA, José Gonçalves da, o. c., pág. 373-374.

40 — BARROS, J. C. Freitas, *Um quadro e uma figura*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1952, pág. 16.

colas, cuja quantidade exigia bons administradores por parte da autoridade provincial [41].

Era espontânea a produção do arroz ao longo do Rio Guaporé, e desnecessário qualquer cultivo. Raro era o caminho, em que êle não vicejasse. Porém, sendo diminutos os moradores, pouco se aproveitava [42].

A catequese e a civilização banhada pelas águas do Guaporé, encontrava, entretanto, um grave empecilho. Região pantanosa, doentia, sobretudo para as constituições européias [43]. Diàriamente os Missionários tinham enfêrmos para visitar [44].

Além disso, durante as enchentes crescia (e cresce!)

> "pelas margens [dos afluentes] na superfície da água uma qualidade de herva, que chamam *anapy* de folhas largas e grossas, que ramificam e formam um tecido dos seus talos de tão forte ligadura, que em partes, atravessando o rio por grandes distâncias hé preciso dissiparem-se aqueles impedimentos a fôrça de facões e machados para se poder abrir caminho para canoas de maior lote das de pescar. Ao que acrescem muitas madeiras, que caem da margem e atravessam o rio, as quais é preciso atorar para continuar caminho" [45].

Os missionários, portanto, não cuidaram só de catequese religiosa postergando a civilização, como quis afirmar uma recente "Reforma educacional" do govêrno Boliviano [em 1954]. Porém a catequese era o fim primário de tôda e qualquer Missão. Nas aldeias dos Jesuítas espanhóis a assistência à Missa era obrigatória sòmente aos domingos, junto com o sermão e a explicação da Doutrina Cristã. Nos dias úteis iam espontâneamente à Missa todos os que se se achavam no povoado. Diàriamente ao toque do sino juntavam-se as crianças para a explicação do catecismo. Entretanto, livremente iam também os récem-casados e os que eram reconhecidamente mais rudes para aprender. Infalìvelmente era um missionário que presidia a êste importantíssimo ministério. Zelavam os Superiores da Companhia de Jesus para que não se omitisse semelhante catequese: por isso todos os anos o Padre Visitador passava

---

41 — "Informe de D. Juan Sanchez sobre Mojos, Santa Cruz, 15/VIII/1768", reproduzido da B. A. N. L., por BALLIVIÁN, Manuel V., o. c.

42 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., l. c.

43 — Idem, o. c., pág. 381-384.

Um manuscrito avulso de Alexandre Rodrigues Ferreira (B. N. R. J., I-11, . .) cita todavia, os seguintes dados de longevidade, averiguados no Forte do Príncipe: Inácio Pereira Marinho, fluminense, com 114 anos; Maria Pinheiro, paulista, com 100 anos; Antonio Alves, reinol, com 108 anos; José André, africano, com 110 anos.

44 — CASAL, Manuel Aires, o. c., pág. 288-289.

45 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., pág. 414-415.

pelos diversos povoados: tinha assim oportunidade de reconhecer tal aproveitamento nos índios e encontrá-los tão instruídos nos sagrados mistérios, a ponto de quase todos saberem muito bem o catecismo.

Embora todos os Domingos e dias santos no ano houvesse muitas instruções ao povo, todavia, por ocasião das *quarenta horas*, os índios eram novamente instruídos para se confessarem com proveito e cumprir com o preceito pascal. Por isso, encontravam-se muitos já tão instruídos e adiantados, que se lhes permitia comungar com certa freqüência. Fora os que recebiam a Sagrada Comunhão nos domingos do ano, era coisa comum na véspera das festas do Senhor, da SS. Virgem e de alguns Santos, haver confissões para todos aquêles que quisessem e pudessem. Os demais aguardavam a sua vez em outra festividade, e desta forma todo se confessavam várias vêzes por ano.

A Semana Santa era celebrada com tanta piedade, que edificava e causava admiração geral. Em três ou quatro dias o missionário contava a Sagrada Paixão do Redentor. Conheciam-se então os milagres da graça! o arrependimento pelos próprios pecados, levava até alguns índios (parece incrível!) a impôr-se pùblicamente ásperas disciplinas de sangue e outras penitências, durante as procissões daquêles dias [46].

Quando a 8 de outubro de 1767 chegaram à Missão de São Pedro os executores da expulsão dos Jesuítas espanhóis, decretada pelo Presidente do Alto Peru [4 de setembro de 1767], o Padre Visitador que se achava na Missão, estava cantando Missa solene em honra de S. Simão e S. Martinho, patronos respectivos dos índios Baure: era u'a missa de Palestrina "en capilla entera", isto é, de uma voz só com os vinte instrumentistas e os vinte cantores que havia em S. Pedro [47].

Infelizmente serpeavam também vícios: umas oito vêzes por ano aquelas povoações entregavam-se a bacanais ao som da flauta (que era também instrumento de guerra), ou do fruto do mate, com o qual faziam um instrumento usado no culto, atravessando-o com um canudinho oco e largo [48]. Não obstante, nos grandes centros, como nas aldeias, em ambas as margens do Rio Guaporé, florecia o Cristianismo, como foi descrito [49].

---

46 — "Informe presentado al Rey por el Gobernador de Santa Cruz de la Sierra, don Manuel Antonio de Arganoza, sobre el estado de las Missiones de Mojos y Chiquitos en 1737", reproduzido da B. A. N. L., por BALLIVIÁN, Manuel V., o. c..

47 — RENÉ-MORENO, G., *Biblioteca Boliviana, Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos*, Santiago de Chile, 1888, pág. 34-40; D'ORBIGNY, Alcides, *Voyage dans l' Amérique meridionale*, Paris, 1939, t. IV, 1 ére partie.

48 — "Relación de la Provincia de Mojos, de Joseph de Castillo S. J.", reproduzida da B. A. N. L., por BALLIVÁN, Manuel V., o. c.

49 — Cfr. CUNHA, Euclydes da, o. c., pág. 80-81.

(B. N. R. J., Ms. I-11, 2, 6 n. 32 e I-11, 2, 2, n. 7)

Manuscrito de Alexandre R. Ferreira, descrevendo a fundação da Missão de S. José

Continuação do documento anterior: fundação da Missão de S. José na *Casa Redonda* e intervenção do Pe. Estevão de Castro

A Côrte de Lisboa andava alarmada! eram bem fundados os receios, uma vez que se contavam perto de 50.000 os Índios das duas Províncias dos Moxos e de Chiquitos! Muitos dêles iam buscar cacau nas margens do Rio Madeira; dêste modo havia perto de 100 léguas navegadas pelos espanhóis por antiga posse nunca contestada, apesar de existir mais tarde o Real Forte do Príncipe da Beira; mas, também sem contestação, a margem oriental era tida como pertencente a Portugal [50].

Desde 19 de outubro de 1724 o Vice Rei da América Espanhola, o Marquês de Castelfuerte, tinha concedido aos Moxos o uso de armas, movido pela passagem de Francisco de Melo Palheta [51]. Muito embora nunca as tivessem usado, a coisa em si não deixava de preocupar muitíssimo. O próprio mapa que serviu para elaborar o Tratado de Limites de 1750 situava a Missão espanhola de Sta. Rosa, na margem incontestàvelmente brasileira! [52].

Mas esta história não pertence a nós! pertenceu-nos até aqui, porque, não existindo essas Missões, faltando os importantes socorros que elas forneciam, dificultuosamente teria sido travada alguma guerra por aquêles rincões desertos, mas cheios de embaraços por centenas e centenas de quilômetros quadrados.

Pelo contrário, mesmo depois de elevado a Capitania [9 de maio de 1748], o norte de Mato Grosso, — já na *Rondônia* etnològicamente dita — continuou sendo o "Desconhecido", apenas devassado pelos bandeirantes vindos de S. Paulo. Uma "gente lavradora, muito amiga dos Cristãos", vivia a idade da pedra lascada naquelas florestas. Eram os *Parecís*, conhecidos por Antônio Pires de Campos desde 1723 [53].

Quatro anos depois, os Paulistas se lançaram à aventura de conquistá-los, porque em S. Paulo não podiam obrigar os índios ao trabalho, a não ser pagando à Companhia de Jesus o tributo que esta, apoiada a El-Rei, lhes impunha [54]. Só em 1733 diversos missionários entraram no sertão dos Parecís; êstes vagavam pelos rios, chegando mesmo até o Rio Paraguai.

---

50 — Ten. Cel. Eng. Ricardo Franco de Almeida Serra, 31/I/1800, R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858) pág. 21-28.

51 — ASTRAIN, o. c., vol. VII, pág. 359-361; FONSECA, José Gonçalves, o. c.

52 — ASTRAIN, o. c., vol. VI, pág. 542 ss.; vol. VII, pág. 346 ss; GREVE, Aristides, S. J., o. c., l. c.; A. B. N. R. J., LII (1928), pág. 16-17.

53 — Relatório de Antonio Pires do Campo: R. I. H. G. B. vol. XXV.

54 — R. A. M. S. P., XII (1935), pág. 111; ROQUETE-PINTO, E., *Rondônia*, S. Paulo, C. E. N., coleç. "Brasiliana", 1938, pág. 25; *Comissão Rondon*, Rio, s. d. [1910], pág. 260.

Muitos anos mais tarde [em 1771], talvez para ir ao Pará pelo Tapajós, João Leme do Prado rasgou os campos dos Parecís com um caminho que saía das proximidades da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição [55]. Era só o que havia, floresta adentro.

Um dos primeiros passos dados pelos Portuguêses afim de garantir o domínio sôbre as águas do Rio Guaporé, foi a criação por Provisão de 1743, do Distrito de *Pouso Alegre*, no alto daquêle mesmo rio. Em virtude da Provisão régia de 5 de agôsto de 1746, aquêle distrito passou a ser município com a denominação de *Vila Bela da Santíssima Trindade*. Mas a Provisão não passou do papel...

A esta altura [desde 1743] certo Pe. Bartolomeu Gômes Pombo, provido pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio do Desterro, já estava na localidade, na qualidade de Vigário da vara, curado em S. Francisco Xavier de Mato Grosso e visitador das minas [56].

Urgia a catequese; urgia não menos a vigilância estável e mais próxima das missões espanholas.

No tempo da nossa história, que abrange metade do séc. XVIII, não havia razão que devesse fazer escrúpulo do excesso por parte de Portugal; êste mandava assim, para frente, também os missionários, evitando muito embora

> "não só toda a violência, mas ainda occazião de dissabor pelo que toca as novas occupações" [57].

O Senado da Câmara de Mato Grosso tomou a iniciativa de requerer e pedir a Sua Majestade os missionários da Companhia de Jesus [58]. Em 1750, respondendo ao pedido feito por El-Rei D. João V, dois sacerdotes Jesuítas portuguêses foram destinados para missionar aquelas imensas regiões.

Sairam de S. Paulo a 5 de agôsto de 1751, acompanhando para

---

55 — SÁ, José Barbosa de [e SIQUEIRA, Joaquim Costa], *Chronicas do Cuiabá*, R. I. H. G. S. P., (1898-1899), pág. 59; MOURA, Gentil de Assiz, *As Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, 1914, pág. 47.

56 — S. Francisco Xavier era uma das capelas da paróquia de Vila Bela. SÁ, José Barbosa de, o. c., l. c.; ANÔNIMO, *Anal de Vila Bela* etc. B. N. L., Coleç. Pombalina, Ms. 623.

57 — Instruções da Rainha a D. Antônio Rolim de Moura Tavares, Governador de Mato Grosso, 19 de janeiro de 1749, R. I. H. G. B., LV (1892), pág. 388, 389.

58 — SÁ, José Barbosa de, *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os prezentes tempos*, A. B. N. R. J., XXIII (1901), pág. 48.

Mato Grosso uma expedição sem precedentes: a do 1.º Capitão Geral daquela Capitania, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares [59]. Homem bom, católico convicto e de assistência quotidiana à Missa, levou em triunfo os dois missionários, dando-lhes na expedição o primeiro lugar depois dêle, governador [60].

Com cinco mêses de viagem chegaram a Cuiabá: 12 de janeiro de 1751 [61]. A Missão do Alto Madeira havia dez anos estava fechada, e agora, um só dos novos missionários ia ser o apóstolo no Rio Guaporé: o **Padre Agostinho Lourenço** [62].

Acenamos a êsse sacerdote, falando da Missão de S. Simão. Na verdade já estava nas margens do Rio Guaporé por ocasião da instalação da capital em Vila Bela [14/XI/1751], onde encontrou o segundo vigário, Pe. Fernando de Vasconcelos, que tinha chegado oito mêses antes [63].

Entre os primeiros atos governamentais do Capitão Geral foi o da execução da Provisão, criando o município de Vila Bela [13/III/1752].

---

59 — Lembramos de passagem: a criação da Capitania de Mato Grosso [1.º/V/1748], juntamente com o desaparecimento da capitania autônoma de S. Paulo — que passou às dependências do govêrno do Rio de Janeiro sob a administração de um governador militar em Santos — decorreu de mera questão pessoal entre Gomes Freire de Andrada, capitão geral de Minas e Dom Luiz de Mascarenhas, capitão geral de S. Paulo. Era uma questão acirrada pelo caso de fixação dos limites S. Paulo-Minas, cujo principal pomo de discórdia eram as pretensões do fisco mineiro.

Certas rivalidades vem de longa data!...

TAUNAY, Affonso de E., *História Geral das Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1949, Vol. X, pág. 322 s.

60 — Relação da Viagem que fêz o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá em 1751, R. I. H. G. B. LXIV, pág. 473.

61 — SERRA, Ricardo Franco de Almeida, *Descripção geographica da capitania de Matto Grosso*, R. I. H. G. B. XX (1857), pág. 282; Instruções dadas pela Rainha ao Governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, 19/I/1749, R. I. H. G. B., LV (1892), 1.ª p., pág. 386 s.

62 — **PE. AGOSTINHO LOURENÇO**, nascera a 8 de setembro de 1721 em Moura Morta, freguesia ao norte de Portugal, e entrara na Companhia de Jesus a 18 de outubro de 1736. Professou na mesma companhia a 1.º de abril de 1755. Desde 1750 fôra destinado para a Missão de Cuiabá. Chegou a S. Paulo, em fôrça da perseguição pombalina, sòmente em 1761. Foi exilado e encarcerado em Azeitão, e depois em S. Julião da Barra. Saiu do cárcere em 1777.

LÉVÈRGER, Augusto (Barão de Melgaço), *Vias de Comunicação*, Cuiabá, 1905, pág. 33; GREVE, Aristides, S. J., o. c., pág. 97-98; LEITE, Serafim, S. J., *H. C. J. B.*, vol. VI, 3, III § 6.

63 — SERRA, Ricardo Franco de Almeida, o. c., l. c.; FONSECA, J. Severiano de, o. c., pág. 58.

O Anal de Vila Bela diz *Pe. Fernando Machado de Souza e Abreu.*

Isso, porém, não impedia que a nova capital continuasse ficando demasiadamente longe e em lugar inadequado...

Tão ermo estava, que o primeiro governador teve de conceder licença aos vereadores da Câmara, para funcionarem no arraial da Chapada de S. Francisco Xavier, ficando êle a morar em uma palhoça. Um ano depois de permitida a navegação para Belém via-Madeira [14/XI/1752], Vila Bela só possuía 25 malocas (ranchos) de palha, e uma casa de pedra, que ainda existe [64].

> "Até se levantar a vila, dizia o Pe. Agostinho Lourenço missa em altar portatil, na rancharia de Sua Excelência, que ao depois deu ordem a fazer ao pé dela, quási sobre o porto, uma capelinha coberta de palha, dedicada a S. Antônio, em cujo dia se fez nela festividade, funçao de cavalhadas e, outros festejos de fora" [65].

Segundo as notas de Alexandre Rodrigues Ferreira [66], o governador de Mato Grosso mandou o Pe. Agostinho para fundar u'a Missão no Guaporé, em 30 de junho de 1752. Incontinente foi à procura de um lugar, onde se pudesse estabelecer uma Aldeia para os muitos índios daquêles confins.

O lugar escolhido chamava-se *Casa Redonda*. Lá chegou no dia 12 de julho daquêle mesmo ano de 1752. A localidade estava à margem ocidental [espanhola], aproximadamente em frente por poucos minutos de viagem à foz do rio Corumbiara, então chamado Cavaleiro, afluente do Guaporé [67].

---

64 — Pedro Francisco Charlevoix, em ARMENTIA, Nicolas, *Relación historica de las Missiones Franciscanas de Apolobamba por otro nombre Frontera de Cau[po]lican*, La Paz, Imprenta del Estado, 1903, pág. 126; LÉVÈRGER, Augusto (Barão de Melgaço), *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Provincia de Matto Grosso*, R. I. H. G. B. XLVII (1884), pág. 412; CORRÊA FILHO, Virgílio, *Matto Grosso*, Rio, 1922, pág. 252; FONSECA, José Severiano da, o. c., pág. 62.

65 — ANÔNIMO, *Anal de Vila Bela da S S Trindade*, Anais do Museu Paulista, X (1941), XI (1942).

66 — Quanto ao valor crítico da contribuição histórica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, assinamos as palavras de Américo Pires de LIMA:

> "Além dos fins científicos, transparecem no *Diário* os fins administrativos, pela rigorosa inspecção feita desde as igrejas, até às fortalezas e quartels".

Cfr. *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Agência Geral de Ultramar, Lisbôa, 1953.

67 — Salvo ter havido — como asseveram os moradores daquelas paragens — o trabalho de erosão fluvial em algum *furo*.

(B N R. J., I-11, 2, 6 n 4-40)

Ms. de Alexandre R. Ferreira sôbre a mudança da Missão de S. José para a margem direita do Rio Mequens, e do 1.º Pároco secular que sucedeu ao Pe. Agostinho Lourenço

Manuscrito de Alexandre R. Ferreira sôbre o posto militar de *Pedras Negras*

Era um lugar alto, livre de tôda espécie de inundações. O nome foi dado em 1743 pelos primeiros exploradores matogrossenses do Rio Guaporé. Tôda aquela região contava então doze aldeamentos de gentios. Nesse local do rio foi encontrada a principal das habitações, em forma redonda:

> "e no meio edificada uma casa a modo de amphitheathro e por ela apelidarão aquele sitio o da Casa Redonda [68].

Com aquela inesperada visita dos portuguêses, os índios, receosos de alguma hostilidade, se embrenharam pela selva, buscando o refúgio. Na segunda viagem que fizeram os portuguêses de Mato Grosso pelo Rio Guaporé, não acharam mais que umas confusas ruínas. Já no ano de 1751, após a façanha da Missão de São Miguel, na localidade Casa Redonda havia sòmente dois moradores [69]. Isso era o que se encontrava no Rio Guaporé.

De Casa Redonda o Pe. Agostinho passou à Missão espanhola de S. Simão, que então já se achava na margem ocidental. Entrou depois nas outras Aldeias de S. Miguel e Santa Rosa (esta ainda estava na margem oriental), e passando para o afluente Itonamas, foi ter à Missão de S. Maria Madalena, de Conceição e S. Joaquim. Dalí regressou a Vila Bela, aonde chegou nos dias de novembro, apresentando ao Governador da Capitania um diário minucioso de sua viagem, com as mais pormenorizadas averiguações: tratava dos índios ainda não aldeados, assim como daquêles que de algum modo já tinham ficado às dependências dos sertanistas da margem oriental do Guaporé. Relacionava todos os rios afluentes do alto Guaporé pelos quais se tinha metido desde Vila Bela até o Mamoré, assim como tôdas as Missões espanholas, dando de cada uma delas informes sôbre as populações, formas de govêrno etc.

O entusiasmo do Pe. Agostinho influenciou profundamente o ânimo de D. Rolim de Moura: êle também desejava ansiosamente a fundação de uma Missão portuguêsa no Guaporé, sobretudo para reunir os catecúmenos das Missões espanholas, abandonadas em S. Simão e Rio Mequens, quer pela precariedade do clima, quer em fôrça do já citado Tratado em Limites de 1750.

Entretanto, o Pe. Estevão de Castro [Crasto], Superior da Missão, por pouco não destruíu a realização dos sonhos de Pe. Agostinho Lou-

---

68 — FONSECA, José Gonçalves da, o. c., pág. 397-398; croquis de don Félix de Azara, Comissário da demarcação dos limites e do marco ao norte do rio Jarú, a 4/I/1753, n.º 2, em *Atlas de cartas geográficas com introdução de Francisco Xavier Brabo*, Madrid, 1872, croquis n.º 2.

69 — Em *Pedras Negras*, onde em 1754 o Governador de Mato Grosso estabeleceu um posto militar, havia mais três. Cinco civilizados em todo o Rio Guaporé!... FONSECA, José Severiano da, o. c., pág. 62.

renço. Por certo que a retardou. Com insistência, pediu que o Missionário do Guaporé fôsse dividir com êle o trabalho apostólico em Santana da Chapada (Cuiabá). Lá o trabalho era mais cômodo e — por que não? — mais fácil. Era bem verdade que o Pe. Estevão iria empreender obras no valor de 60 mil cruzados; porém, afastando-se da catequese tradicional, preferindo lidar com civilizados e índios domesticados, mereceu o favor — enorme naquêles tempos — de uma subvenção do govêrno, correspondente às despêsas [70].

O próprio Governador teve de intervir em nome de sua Majestade, para que ao Pe. Agostinho fôsse facultado regressar ao primitivo campo de apostolado. Obtida a autorização, o Padre seguiu logo viagem pelo Guaporé abaixo, com o intento de pôr em ordem uns tantos caciques, próximos à debandada com seus respectivos gentios (Mequen e Guajarata), por causa da morte do sertanista Domingos da Cruz, a quem êles obedeciam.

Ao seu regresso definitivo para Casa Redonda [3 de junho de 1754], encontrou revoltados quase todos os índios [71]. Gastou uns bons mêses para obter que voltasse a paz.

O seu zêlo e o acendrado amor pelas almas iam superar mais essa dificuldade! Assim, aliás, rezavam as *Instruções* que de Lisboa tinham vindo para o Governador da Capitania, em 19 de janeiro de 1749. Era preciso aldear aquêles filhos das selvas, — dizia o documento — livrando-os de tôda exploração particular que lhes destruía as povoações e tinha para com êles um tratamento indigno. Era preciso castigar enèrgicamente aquêles administradores sertanejos, que violavam

---

70 — FONSECA, José Severiano da, o. c., pág. 58.

> "O seu emprego foi entrar em a ajuntar cathólicos civilizados que viviaó de suas agencias e delles formarem huá Aldeya a custa da Real Fazenda em que se gastaraó secenta mil crusados que he a sahida que tem as fazendas dos Reys couza digna de admiraçaó porque o aldear estas gentes he util e necessário em quanto aos Barbaros que vivem nos certoens como foraó afim de os civilizar e fazer catholicos como fizeraó os primeiros povoadores destes Estados mas os já civilizados e catholicos que saó membros da República pois a naó ha sem grandes e pequenos juntados em carregaçaó alias em Congregaçaó sugeitandolhes as Liberdades a que fim!"

SÁ, José Barbosa, o. c., pág. 48.

Não foi o paternalismo governamental que fêz o futuro das maiores metrópoles brasileiras! E sim, êsse sistema limitou o progresso de inúmeras cidades do interior, reduzindo o espírito de iniciativas.

71 — Por isso LÉVÈRGER, Greve e Serafim Leite preferem ùnicamente a data de 1754 para a fundação da Missão de S. José, que tinha sido criada em 1751.

impunemente as leis portuguesas. A vontade da Corôa, já o notamos e repetimos, era que

> "na administração das Aldeias se ingira pessoa alguma, fora os missionários, nem que vão seculares a demorar-se nelas mais de 3 dias" [72].

Após uma ausência de alguns mêses, de regresso a Casa Redonda em setembro de 1754, Pe. Agostinho erigiu primeiramente uma Capela de pau a pique e coberta de palha. Estava no fundo da praça, acanhada e nada notável em seu exterior. Interiormente era talvez a mais rica de tôda a província em ornamentação arquitetônica e em baixos relêvos dourados. Nela o Pe. Agostinho colocou uma estampa de S. José que deu o nome à Missão. Como a mor parte das Missões, além da praça, em parte aberta e em parte cercada de casinhas cobertas de palha, constava de uma rua de choupanas. [73].

Aldeava os Mequen e Guajarata, aos quais nos referimos acima, atraídos com donativos, e sobretudo pela grande caridade com que os tratou o Pe. Agostinho [74]. Mostrou-se êle médico experimentado não só das almas, assim como dos corpos. Anos mais tarde, em 1760, o Governador D. Rolim de Moura serviu-se da prática médica do missionário

---

72 — Instruções da Rainha a D. Antônio Rolim de Moura Tavares, Governador de Mato Grosso, 19/I/1749, R. I. H. G. B., LV (1892), pág. 388-389.

O abalizado mestre Prof. Herbert BALDUS, escreveu em 1948 (*Tribos da Bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Indios*, em R. M. P., N. S., II, pág. 150 e 167):

> "Entre os brancos cuja aproximação tem de ser impedida figuram não só os ladrões de terras, mascates [marreteiros], turistas e caçadores, mas tambem os jornalistas e cinematografistas do tipo daqueles que retratam as mulheres completamente despidas numa tribo cuja cultura exige que elas cubram certas partes do corpo, ou que parodiam a lamentação fúnebre de um pobre pai pranteando a morte repentina por malária crônica do filho mais velho!... Que dizer dos que em nome da ciência e da pesquisa provocam o desrespeito aos costumes tribais com meios súbdolos?"

Cfr. LÉVI-STRAUSS, C., *Tristes Trópicos*, S. Paulo, Anhembi, 1957, pág. 295: Voltaremos a falar dêste autor sôbre êsse assunto.

73 — FLORENCE, Hercules, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829* (trad. do Visconde de Taunay), S. Paulo, 1948, Ed. Melhoramentos, 2.ª ed., pág. 196-197.

74 — COÊLHO, Felipe José Nogueira, *Memorias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*, R. I. H. G. B. XIII (1850), pág. 171.

Sôbre o plano de construção da aldeia, cfr. FLORENCE, Hercules, o. c., pág. 197.

do Guaporé acompanhando com estas linhas uma nova requisição de remédios:

> "Quando o P.e Agost.o Lour [50] estava na Aldea de S. Joseph, mostrou-lhe a experiência q' estes remédios heraó os mais efficazes pª as queixas, q' alí saó mais continuas. Pello q' encomendou esta receita ao Reytor do Collegio do Pará" [75]

Nisso tudo o Pe. Agostinho se aproximou da catequese praticada pelos Padres Nóbrega e Anchieta, indo procurar os selvícolas onde quer que estivessem, para doutriná-los. Detivemo-nos nos pormenores da realização daquêle Jesuíta no Rio Guaporé, porque, em que pese qualquer opinião contrária, ainda parece o melhor método, de maior eficácia, rendimento e resultado; ainda mais no dia de hoje, em que se ressente oprimente a falta de bons missionárois das almas, e se tornou mais extensa a necessidade dos mesmos! Porém, tal método já não interessava lá muito, como vimos e como veremos mais, aos mentores da política portuguêsa: no estabelecimento da Missão de S. José, êles mantinham apenas moventes políticos. Na própria opinião de D. Rolim de Moura era considerada apenas como coisa de grandiosa utilidade, o poder "estender a demarcação até a Casa Redonda" [76].

Entretanto, como o apóstolo do bem "non habet manentem civitatem", em setembro de 1756 o Pe. Agostinho se mudou com tôda a aldeia! O Pe. Nacca, em estudo recente, informa que a nova sede da Missão era na margem direita, e um pouco mais ao norte, na confluência com o Rio Mequens, afluente do Rio Guaporé; o terreno era extenso, fértil, farto de caça e pesca. Conferem as observações que fizemos numa rápida excursão, em 1954 [77].

---

75 — Carta de Dom Rolim a Manuel Bernardo M e Castro Vila Bela, 2/IX/1760, A. P. P., Ms. I, 31.

Na *Visita Primeira* de D. Frei João de S. José Queiroz (CASTELLO-BRANCO, Camillo, *Introdução e Notas ilustrativas às Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, Bispo do Grão-Pará*. Pôrto, Typ. da Livraria Nacional, 1868, pág. 190) lê-se sôbre a serpente jararaca:

> "Curam-se facilmente as mordeduras, se o mordido não é delicado, tomando immediatamente o proprio excreto humano, que, como este abunda de muito sal volatil, com mais algumas partes que deposita a natureza, fazem admiravel effeito, lavando e curtando a parte ferida com azeite de Portugal".

76 – FURTADO, Francisco Xavier Mendonça, *Sistema de Demarcações*, no subtítulo "quanto ao Jauru até o Guaporé", R. I. H. G. B., LXVII, pág. 305.

77 — NACCA, Paulo de Tarso, S. J., *Missões Portuguesas em Mato Grosso*, em "Sacerdocio y Misiones", Roma, 1953, n.º 4, pág. 175-178; FERREIRA, Alexandre Rodrigues, Ms. I-11, 2, 2 e I-11, 2, 6, n.º 32, pág. 123 ss., da B. N R. J.

Naquêle local existe o moderno povoado de *Rolim de Moura* possuindo ainda o subsolo, fartura de objetos de louça de cozinha de que a aldeia do Pe. Agostinho se tornou famosa, no dizer de Manoel Aires de Casal [78].

Autores mais antigos, entretanto, comprovados pelos mapas contemporâneos, afirmam a existência da Missão portuguêsa um pouco acima da foz do riacho S. Domingos; o governador de Mato Grosso, Luiz Pinto, debalde se esforçou posteriormente para rebatizar a localidade com o nome de *Leomil* [79]. Estava aproximadamente no local chamado *Campos de Meyo*, pouco acima do atual povoado de *Costa Marques* [80].

* * *

Estava-se formando uma tempestade... havia sintomas, e mais do que sintomas, que de há muito a preanunciavam.

A ganância jamais conheceu barreiras, nem as da religião, nem as da conciência, nem as da moral...: "auri sacra fames"...

Maus ventos sopravam, uivando de encontro à Companhia de Jesus!

---

78 — CASAL, Manuel Ayres de, o. c., pág. 307.

79 — LÉVERGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Apontamentos para o diccionário Chorografico da Provincia de Mato Grosso*, R. I. H. G. B., XLVII (1884), pág. 391; Mapa sul-americano, organizado por William Faden, com mapas manuscritos do séc. XVIII, e publicado em junho de 1807, [London, Cooper script et sculp.t], fl. 6; Carta física e política da América Meridional, sôbre os mapas de Alexandre de Humboldt, comparada com mapas de 1806-1817, Paris, Ed. Goujon, 1821; "Question des Limites du Brésil et de la Guyane Anglaise, soumisse a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie" Atlas, Paris, Ducourtioux et Huillard, 1903: mapa de Nova Luzitânia de Silva Pontes, 1798 [1804?], pág. 57 Mapoteca da Biblioteca Municipal de S. Paulo.

80 — Também nessa localidade há fartura de igaçabas e cerâmica caseira.

TEMPESTADE AMAZONICA

QUE acontecera?

A reforma protestante havia anos inculcara a substituição da autoridade da Igreja pela liberdade de consciência. Quase imediato sobreviera o triunfo das ciências baseadas no método da observação exata da natureza. Mas o Deus dos Cristãos era incomensurável e impalpável para os aparêlhos; fàtuamente convencidos de estarem no apogeu do saber humano, os sábios decretaram: Deus não existe!

Nêsses moldes, poderiam entregar-se mais seguros ao pendor daquela sabedoria balofa; em breve se mudariam as ciências num materialismo insípido e tão despido de qualquer sombra de espírito, que antes deveria chamar-se animalidade. Reivindicando para o homem apenas a primazia de animal mais aperfeiçoado, ficaria sancionado o direito de viver seguindo os instintos brutais.

Tal impiedade encontrou um fautor poderoso na maçonaria, e teve um monumento imperecedouro na Enciclopédia "que trata de tudo superficialmente, pondo tudo em confusão", como teria escrito Diderot.

E ainda mais, concretizaram-se tais absurdos antes em Portugal, e depois em tôdas as côrtes da Europa.

Na côrte de Lisboa era primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por *Marquês de Pombal*. Homem de caráter imperioso e falso [1], péssimo administrador [2], encontraria os meios e os instrumentos para implantar as novas idéias.

O seu caráter o iria ajudar: em tôda sua extraordinária atividade, o fim almejado era a consolidação do próprio poder. Daquí o ódio contra a nobreza, ódio que, em breve, se estendeu às outras classes.

O clero e, especialmente, os Jesuítas, foram sempre o maior empeci-

---

1 — ANONIMO, Récueil des Instructions données aux embassadeurs de France, Paris, 1886, vol. V, pág. 360, em GRAMOZA, José Pedro Ferraz, *Memorias históricas, politicas e civis,* Lisbôa, 1882.

2 — HAFKMEYER, J. B., S. J., *A Supressão da Companhia de Jesus,* Petrópolis (Rio), Editôra Vozes, 1914, pág. 25 ss.

lho dêste poder absoluto. Desde 1750 se formara uma liga contra a Companhia de Jesus. Um terremoto de 1755 em Lisboa, sepultando duzentos Jesuítas, aumentara a popularidade dos demais. O acontecimento acirrou os ódios de Pombal. Era preciso, pois, destruir o inimigo. a Companhia de Jesus!

Jansenistas, maçons, filósofos e enciplopedistas, custearam uma guerra que haveria de dar a nota dominante e diretiva a todo o govêrno de Pombal. Era considerado verdadeiro crime estar a favor dos Jesuítas! [3] Um dos pretextos para iniciar a perseguição, foi um folheto do Pe. Gabriel Malagrida: nêle se atribuía o terremoto de Lisboa a um castigo divino, e não a causas naturais, como apregoava simplesmente Pombal.

O rei que tantos elogios fizera dos Jesuítas do Maranhão, agora fazia chegar queixas ao Superior Geral da Companhia, Luiz Centurione.

Maiores golpes, porém, preparava o Marquês de Pombal no segrêdo de seu gabinete. Em 7 de junho de 1755 reformava o Regimento das Missões, que vinha sendo posto em prática desde 16 de outubro de 1694 [4]. Inaugurava se outro sistema no Govêrno das Aldeias missionárias. Proibia-se a administração temporal aos Missionários: deveriam retirar-se das Aldeias, deixando nas mesmas todos os bens coletivos, assim como alfaias e demais objetos pertencentes tanto às igrejas, como aos padres em particular [5].

O célebre atentado contra D. José I deu novo rumo e novo impulso à sanha do Marquês, se é que não foi uma trama urdida para a realização do mesmo programa...

A 13 de dezembro de 1758 começou a fase final do plano. Os Jesuítas foram espoliados de tudo, seus bens seqüestrados; êles mesmos ficaram prêsos em suas casas, dando-se-lhes por irrisão, um tostão por dia [6]. E veio a expulsão!

...E no Brasil? na Amazônia?

Aconteceu tudo aquilo mais alguma coisa. Era conveniente que tôda a cabeça pensante do império português passasse por Coimbra. Não era uma questão econômica, e sim parte do programa da política Pombalina de centralização e unificação do império. Assim sendo sempre foi boicotada a possibilidade duma escola superior no Brasil.

Em 1751 as *Instruções* recebidas pelo então novo Governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de

---

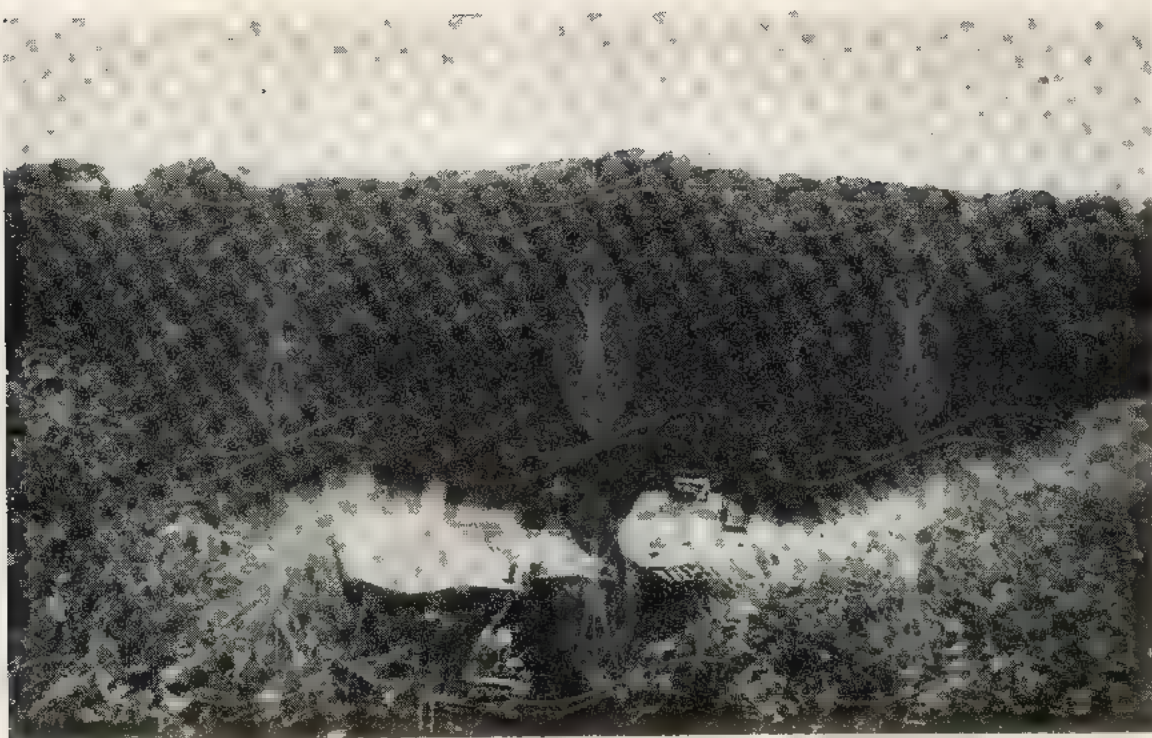
3 — ROSA, Henrique, *Os Jesuítas, de sua origem aos nossos dias*, Petrópolis (Rio), Vozes, 1954, pág. 241 ss.; carta de Pombal a Ayres de Sá, embaixador em Madrid, 28/II/1768, A. N. R. J., IV, pág. 80.

4 — A. P. P., Ms. 1086, 109, de 28/V/1757.

5 — Idem, Ms. 1086, 105 de 5/II/1757.

6 — HAFKMEVER, J. B., S. J., o. c., pág. 41.

(A. P. P., Ms. I. 31)

Carta de D. Rolim de Moura testemunhando as qualidades e atividades médicas do Pe. Agostinho Lourenço no Rio Guaporé

(Foto do autor)

Vista do pôrto de *Rohm de Moura*, no Rio Mequens, afluente do Rio Guaporé, outrora sede da Missão de S. José. Ainda se encontra cerâmica, da qual a Missão se tornou famosa

Pombal, mandavam que êle velasse pela liberdade dos índios e exibisse os excessos dos Missionários [7].

Mendonça executou aquela ordem em tôda sua extensão com uma ação desmedida e indomável. Encarnou a história do Amazonas: um novo capítulo na história do programa de Pombal, não apenas uma página avulsa! um episódio, distinto dos demais que se desenrolaram em Portugal, preparando, afinal, uma vitória única de um só herói por um ideal único! De outro lado, a derrota de uma nobre vítima! Assim era, tratando-se embora de fatos cronològicamente concatenados. Também no Brasil era preciso **criar casos** contra a Companhia de Jesus [8].

Em uma organização vasta e complexa, formada de muitos homens, de diferentes culturas e civilizações, constituída, lògicamente, de temperamentos e carateres os mais variados, isso não era lá tão difícil!

Começou-se — naturalmente! — pela "captatio benevolentiae": Mendonça Furtado gostava, sim, dos Jesuítas, mas êles é que o desgostavam por estar cumprindo ordens contra a escravidão e sugerindo a organizaçao de companhias comerciais!... [9]. Daí, à velha acusação de escravizadores de índios, nova calúnia: riquezas enormes escondidas nas localidades onde existiam as Aldeias [10].

> "As almas grosseiras — escreveu o insuspeito João Lucio de Azevedo — não compreendiam semelhante abnegação em que tantos recursos passavam por inteiro sem deixar vestígios pelas mãos dêsses homens. Não sabiam que eram para êles como os materiais de construção para o operário, as munições de guerra para o soldado; coisas que lhes não pertencem, como

---

7 — Revivia assim um antiquíssimo Regimento da Coroa ao Governador Roque Barreto [6/III/1699]:

> "Impedir que o bispo e mais eclesiásticos usurpem a sua própria jurisdição ou a alheia, guardando-lhe tambem da sua parte e fazendo guardar a deles, pagando-lhes pontualmente as côngruas e ordinarias, que para isso são os dízimos, usando com eles toda boa correspondência".

A rivalidade e desconfiança vinha de longe!!

8 — A. N. R. J., vol. IV.

9 — A. B. A. P. Pará, I e II.

10 — "... 6) huma das maiores perdições que tem tido este Estado é o desprezo em que os homens brancos, que a elle tem vindo, tem posto o trabalho manual; 7) o prejudicialissimo abuso que está arraigado em todo este Estado, de que só os Indios são os que devem trabalhar, e que a todo branco é injurioso o pegarem instrumento para cultivarem as terras".

Instrução de Francisco Xavier Mendonça Furtado ao 1.º Comandante para o Govêrno Político da Vila de Borba a Nova, Tenente Diego Antônio de Castro, 6/I/1756, A. P. P., Ms. 1083, 13 º § 6-7; carta d'El-Rey a Mendonça Furtado, 7/VII/1757, A. P. P., Ms. 1083, 13º.

lhes não pertencerá, quando realizado, o objeto de seus esforços. Propagar a fé cristã, dilatar o poder da sociedade, isto é, acabar a construção e a conquista, eis em que ùnicamente cuidavam.

Dos enormes tesouros que lhes eram atribuidos, não se encontrou sinal. Verificou-se em muitas partes, que haviam dívidas a pagar e que os colégios de Coimbra e do Pará, os mais numerosos da Província e de Portugal, recebiam auxílios de outros menos importantes [11]. O certo é que nem então, e nem muito tempo depois, apareceu o inventário de tais bens que infalìvelmente se havia de fazer com estrépito. Tal silêncio parece indicar que além das coisas que recebiam e objetos de culto, muitos dêles necessariamente ricos, os religiosos nada mais possuiam de valor" [12].

Mas a questão foi posta de tal molde, que originou a famosa questão das Missões, no sul do Brasil, na qual desagrou imensamente a El-Rei a atitude... Jesuítica!!! [13].

Em concreto? havia finalidades mais transcendentais para serem alcançadas.

Concedendo ao índio uma autonomia que pelo menos o equiparasse aos civilizados, adviriam maiores lucros; não interessavam os fatôres psicológicos necessários à civilização do indígena. A Religião e as Missões passariam a ser meros instrumentos e meios de conquista. Obtido o *desideratum*, seriam eliminadas, quer a Religião, quer as Missões!

Assim mesmo, os Jesuítas não se opuseram a uma lei com finalidade tão perversa; os poucos que o fizeram, estavam desobedecendo formalmente às ordens recebidas [14]. Mas surgiam dificuldades de tôda espé-

---

11 — Cfr. pág. 57.

12 — AZEVEDO, Joao Lúcio de, *Os Jesuitas no Grão Pará, suas missões e civilização*, Lisbôa, 1904, Coimbra, 1930, passim.

13 — Cfr. ANÔNIMOS, *Relação abreviada da Republica que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos Dominios Ultramarinos das duas Monarquias, e da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Hespanhoes e Portugueses Principaes Comissarios, e Plenipotenciários; e por outros documentos authenticos*. S. l., s. d.

Memoire pour servir d'addition et d'éclairissement à la Relation abrégée, et qu'on vient de donner au Public, sur l' abominable conduite des Jésuites, dans les pays et domaines d'autre-mer dependens des Royaumes d'Espagne et de Portugal. Lisbonne, 1758.

Récueil et pièces pour servir d' addition et de preuve à la Relation abrégée concernant la Republique établie par les Jésuites dans les Domaines d'autremer des Rois d'Espagne et de Portugal, et la guerre qu'ils y frontienment contre les armées de ces deux Monarques. Lisbonne, 1758.

14 — A. P. P., Ms. 1086, 106, de 12/V/1757.

cie. As exigências eram tais, que se tornava impossível executá-las sem um total prejuízo material ou espiritual das Missões.

Claro está que, percebendo as intenções de Pombal e de seu irmão governador do Pará, os Jesuítas trataram de defender-se.

NO RIO MADEIRA

O Rio Madeira estava assomando aos olhos de Pombal, a uma importância econômica que lhe cabe de direito. Foi portanto escolhido como terreno experimental da reforma pombalina. Vamos historiar os fatos.

Enquanto não se estabelecesse um regimento militar na cachoeira de Sto. Antônio, Mendonça Furtado tinha mandado pôr desde 1754 uma guarda militar em Trocano, para assim obstar ao contrabando do ouro que vinha de Mato Grosso pelo Rio Madeira [15].

Os índios que fugiam dos serviços oficiais por falta de assistência bondosa, motivaram logo as queixas. Havia falta de gêneros alimentícios — pelas epidemias que descontrolavam o trabalho! — mas havia, sôbre tudo isso, muito preconceito, muitos excessos, naturais e explicáveis na autoridade que se achava em luta aberta contra fôrças fortes. Evidentes, pois, os desentendimentos!

A 1.º de janeiro de 1756, durante a demora já muito prolongada do comissário espanhol para a demarcação dos limites, Mendonça Furtado foi inaugurar no rio Madeira a Vila de *Borba a Nova*, ex-aldeia de Trocano — criada pela carta régia de 3 de março de 1755 [16].

Naquela ocasião deixara o seu Capelão (que era padre diocesano) como pároco da vila. Êste, morando na mesma casa do missionário, se colocou também com os Jesuítas da Missão, contra as arbitrariedades do Tenente Diogo Antônio de Castro, 1.º Comandante para o govêrno político da vila! [17].

Mendonça Furtado, então, substituiu o capelão por um Carmelita que

> "sem embargo de ser do Carmo que tem com os Jesuitas uma antipatia notoria, introduziu tambem êle ideias contra o Comandante da Vila"!!! [18].

---

15 — Idem, Ms. 695, 126, cartas de Mendonça Furtado, 20/II/1754 e 18/VII/1754.

16 — Já se vê, por esta data, como a lei de 7/VI/1755 obedecia a um plano muito bem preestabelecido!

17 — A. P. P., Ms. 695, 162, carta de Mendonça Furtado a Tomé Joaquim da Corte Real, 9/IV/1757; idem, Ms. 1083, 13 b, carta d'El-Rey à Mendonça Furtado, 7/VII/1757.

18 — Idem.

Mas, em todo caso, Mendonça Furtado estava consolado em seus preconceitos, porque

> "os Passageiros de Matto Grosso acham já alí mantimentos p.ª se proverem sem o trabalho de lho disputarem os Padres, e haver hua grande pendencia para poder haver hum alqueire de Farinha como lhe socedia" [19].

Só a 5 de fevereiro de 1757, na reunião da Junta das Missões, presente o Bispo, os Superiores das várias Ordens e o Capitão-Geral, é que foi publicado o bando declarando os índios livres da direção temporal dos Religiosos [20].

Precipitou as coisas outro incidente ocorrido a 10 de fevereiro de 1757.

Era bispo do Pará Dom Frei Miguel de Bulhões, domenicano [21]. Todo o acervo de documentos compulsados, nos leva a concluir fôsse um fiel servo da côrte, e mais fiel intérprete das vontades do Marquês de Pombal; chegou mesmo a ocupar o govêrno interino da Província. Virtuosíssímo como era, fugindo às honras e dando tudo para os pobres, man chou, porém, as suas vestes episcopais prestando-se a servir de instrumento ao maior inimigo da religião cristã e ao maior déspota que El-Rei teve por ministro.

Tratava-se do cumprimento da Bula "Apostolica servitutis" de Bento XIV [20/XII/1741], proibindo aos Jesuitas ter escravos [22].

Desde a reunião da junta das Missões no dia 4 de dezembro de 1756, o Bispo Bulhões mostrara a vontade firme de ter os Superiores das Ordens e não apenas representantes nas reuniões [23].

A reunião de 10 de fevereiro do ano seguinte [1757] concentrava, pois, presentes para uma animadíssima discussão, todos os Superiores Provinciais das Ordens que mantinham missões na Amazônia. Passando as Aldeias a ser Vilas, como vimos acontecer em Trocano, os Religiosos não poderiam ser os Párocos das mesmas, já que, segundo alvará régio citado por D. Frei Bulhões, êles só o poderiam ser nas Aldeias. Até aquí "nihil novi sub luna". Mas S. Excia. lembrou que nas aldeias não-Vilas os Religiosos-Párocos deveriam sujeitar-se à sua jurisdição e não à ju-

---

19 — Idem, Ms. 695, 197, carta de Mendonça Furtado, 25/X/1757.

20 — Idem, Ms. 1086, 105, de 5/II/1757; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *A conquista espiritual da Amazonia*, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1942, pág. 55-56.

21 — SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de, *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*, Pará, 1873, pág. 270.

22 — R. I. H. G. B., L, pág. 143-156.

23 — A. P. P., Ms. 1086, 104.

(B. N. R. J., I-11, 2, 2 n. 7 e I-11, 2, b n. 32)

Manuscrito de Alexandre R. Ferreira sôbre a construção do Forte do Príncipe da Beira

(B. N. R. J., I 11, 2, 6 n. 4-40)

Manuscrito de Alexandre R. Ferreira sôbre a fundação do Forte do Príncipe da da Beira e o 1.º Pároco de *Balsemão*

risdição dos Superiores Religiosos; assim, aliás, rezavam as bulas Pontifícias.

O Visitador e Vice-Provincial da Companhia de Jesus respondeu que:

> "de nenhum modo consentia que seus súbditos ficassem exercitando o Ministério de Parocos sujeitos a jurisdição episcopal, mas que poderiam ficar naquelas Povoações exercitando ùnicamente o exercício de Missionários como Coadjutores dos Párocos".

E em seguida apresentou um ofício ao Capitão Geral para que providenciasse sôbre a subsistência dos Missionários nas Aldeias.

Os demais Superiores, pelo contrário,

> "responderam que não tinham dúvida em que os seus súbditos ficassem exercitando nas Aldeias o Ministério de Pároco, sujeitando-se a jurisdição episcopal na forma que se tinha proposto [...] porem [...] interinamente, enquanto como Prelados Subalternos davam parte aos Prelados Maiores de suas Provincias" [24].

E assim se encerrou e se lavrou a ata daquela trágica reunião de 10 de fevereiro de 1757!

Analisamos o incidente, apenas em vista das conseqüências. Antes de tudo, a melindrosa e escabrosa questão de exenções e privilégios nas Ordens religiosas vem de longe. Bastará citar, como exemplo, a repreensão que em 1681 sofreu um Bispo ao exigir que os Jesuítas aceitassem Paróquias, com prejuízo evidente das Missões [25].

Como, porém, a questão escabrosa não era exclusiva dos Jesuítas, a atitude tomada pelos demais, se bem que condicionalmente, não terá sido movida, quiçá, por um pouco da "invidia clericalis" à qual já nos referimos? Em todo caso não podemos afastar da mente o estado psicológico daquêles missionários, que já demasiadas dificuldades tinham de resolver. A posição tomada não foi outra, e concorreu decididamente para atirar sôbre os filhos de Santo Inácio não só as iras de Pombal que os mandava

> "sair dos sertões vizinhos dos rios Tapajós, Tocantins e Amazonas",

mas também provocou sôbre a Companhia de Jesus a suscetibilidade do

---

24 — Idem, l. c., 106.

25 — A. B. A. P. Pará, I (1902), pág. 74 s, Carta do Príncipe ao Governador Ignácio Coelho da Silva.

Bispo [26], que em maio de 1757 publicou uma pastoral obrigando o comprimento da Bula pontifícia [27].

NO RIO GUAPORÉ

Em 1757 Francisco Xavier de Mendonça Furtado já se tornara a asa negra do primeiro governador matogrossense:

> "... conformando-me inteiramente com o espírito das Reaes Ordens de S. Mag.^e que V. Excia. me expedio no aviso de 7 de julho do presente ano, escreví aquele habilíssimo Governador a carta de que remeto a V. E. a cópia [...] ao fim de separar inteiramente daquela Fronteira ao Padre Agostinho Lourenço que se achava estabelecido com uma aldeia na vizinhança dos seus companheiros Castelhanos, tendo com eles um familiaríssimo trato e tendo com os passageiros as mesmas [*normas?*] absolutas, que aqui praticavam estes Religiosos nas Aldeyas das quais se me queixou amargamente entre outros o Bacharel Teotonio da Silva de Gusmão [...]. No sentido pois destas Reaes Ordens, é que escreví aquele Governador na forma da Cópia que remetto a V. Excia. chegando inteiramente a convencer-me que não só devem aqueles Padres sair do Rio Guaporé, e Cuiabá pela vizinhança dos Castelhanos, mas athé da Natividade dos Goyázes" [28].

Aos sertanistas Mendonça Furtado recomendava-se que fôssem

> "queimando casas, destruindo fazendas, aprisionando homens e mulheres, saqueando tudo que acharem de moveis e de gados, arruinando e abrazando armazens e selleiros".

Esta orientação astuciosamente belicosa da Metrópole, devia ser levada a efeito de maneira que se os Jesuítas se queixassem, se lhes responderia que

> "são fatos de barbaridade dos indios, que V. S. não ordenou, nem poude reprimir" [29].

---

26 — A. P. Mt., carta régia de 10/7/1757.

27 — O Bispo do Pará foi naquêle ano visitador da Companhia de Jesus no Maranhão [9/VIII/1759]. O Bispo Dom Frei Antônio de S. José, cujo amor pela Igreja era conhecido por todos, ficou tão magoado com isso, que se retirou para o interior [4/VII/1759].

Livro 3.º da secretaria do govêrno do Maranhão.

28 — A. B. A. P. Pará, V (1906), pág. 301-302, carta de Mendonça Furtado, 29/X/1757.

29 — A. P. Mt., carta de Tomé J. da Corte Real à D. Antônio Rolim de Moura, 26/VIII/1758.

A malquerença de D. Rolim aos Jesuitas foi-se pondo de manifesto a cada passo de seus atos e de sua correspondência. Uma carta [22/VIII/1758] avisava-o que Goiás e o Pará tinham recebido ordem de ajudá-lo nas despesas, para, eventualmente, se defender; não houve tal necessidade, mas, de fato, a ajuda foi de noventa quilos de ouro em dois anos! [30]

O Pe. Agostinho seguiu a sorte de todos os seus irmãos. Era ordem régia que D. Rolim fizesse remeter ao Pará

> "todos quantos religiosos de dita profissão [*Jesuítas*] apparecessem nesses sertões, ou sejam portugueses ou sejam Castelhanos" [31].

Já em 1759 era nomeado o primeiro Pároco da ex-Missão de S. José, dirigindo-se para lá, de Vila Bela, no dia 17 de março: era o Pe. Domingos Gomes. Desde o dia 19 de fevereiro, porém, o Pe. Agostinho Lourenço tinha se afastado definitivamente da Missão, onde trabalhara quatro anos e meio [32]. De subida para Vila Bela, escreveu uma carta ao reitor do Colégio da Vigia (Pará), denunciando com clareza a situação. Se bem que já publicada por outros historiadores, reproduzimo-la para bem da nossa história:

> "Rev. P. Superior Caetano Xavier:
>
> Recebi a carta de V. Rev. de 22 de junho de 1757, com a certeza de ser remettida para Roma a que enviei, de que fico muito obrigado.
>
> Quanto ao que V. R. me faz favor referir do estado das Missões desta Província e capitania, digo que como são determinações reaes, as quero suppôr justas; maş quererem os homens dar aos indios o Juízo que Deus Nosso Senhor não quiz que elles tivessem, ninguem acabará comigo o tenha por bem.
>
> Mas saiba V. R. que tambem por cá chegou a tormenta. Os dias passados recebi hua carta do Sr. General desta capitania em que me diz que S. M. estimulado do succedido no Paraguay e Pará, lhe ordenava não nos consentisse nesta capitania e "não posso deixar de dar execução a dita ordem". Enfim em consequencia della me acho em caminho de reti-

---

30 — Idem, carta de D. Rolim de Moura, 18/XII/1761.

31 — Idem, carta régia de 22/VIII/1758; cfr. A. N. R. J., IV, 23, carta do Marquês de Pombal à Ayres de Sá, embaixador em Madrid, 22/IV/1767.

32 — FERREIRA, Alexandre Rodrigues, Ms. I-11, 2, 2 n.º 7 e I-11, 2, 6 n.º 32 da B. N. R. J.

rada para a Provincia, deixando nas mãos de um clérigo, a Missão que com não poucos trabalhos tinha fundado. Agora pacificamente, tinha prendido mais de mil almas de hua gente que chamam Guaririaz e com esperanças de prender toda a Nação que hé numerosa e de rara indole, mas parece não fui digno de servir-se Deus Nosso Senhor de mim em tão gloriosa empreza. Sigo em tudo a Sua Santíssima vontade.

Os tempos estão tão calamitosos, que me lastima quando ouço dizer o que está succedendo á nossa Companhia no Reino. Ha pouco recebi hua carta de hú padre das Missões de Magos, em que me diz se escrevia do Pará que S. M. enviara ordem de prizão para os nossos Padres assistentes na Colonia e que os ditos Padres tiveram notícia da referida ordem junto com a sua execução; que sendo-lhes apanhados os seus papeis foram queimados por mão do verdugo; que a Igreja fôra entregue ao Ordinário e os Padres recebidos na nau das quinas com baioneta calada; que em Lisboa, depois de serem todos os Jesuítas privados de entrarem em palacio, sahira hum papel cujo título e assumpto era: Guerra que os Padres da Companhia sustentam contra as duas Corôas de Portugal e Hispanha.

A nenhúa destas cousas dou total credito por não ter delles aviso mais formal neste sertão. O que só posso avisar a V. R. de certo, hé que nesta capitania tem o mundo feito aos pobres jesuítas que nella estão por ordem de S. M. a mais cruel guerra.

Contra o P. Estevam de Castro que estava no Cuyabá fundando a Missão de Santa Anna, com índios tirados de administração dos seculares, conforme ordens reaes, tirou a Câmara daquella villa, sem escrupulos algum húa devassa de húa caterva de capitulos tão feios e horrendos que são indignos do papel e se fôssem verdadeiros merecia o Padre o mais severo castigo. Mas foi Deus servido que ficando envolto o senhor general, tomou este a sua conta a defeza e mandando proptamente o seu Secretário ao Cuyabá tirar devassa da mesma devassa, se acharam os mais evidentes documentos de falsidade de tudo, e se ha de dar conta a S. M.

Contra mim, supposto tenha sido menor a furia por estar no sertão, todavia se tirou na nova povoação do Salto Grande, húa averiguação de couzas que nunca pensei as se tem publicadas como certas nesta capitania do Pará. Isto se referem os que de lá vem e talvez já tenham chegado aos ouvidos de V. R. Eu não obstante o saber quão poucos são os que se

(R. U. S. P., S. D., filme 12, 1595)

Planta atribuída a Antônio Henrique Galúcio, engenheiro da partida de Demarcação dos Limites com a Espanha, que fêz um idêntico desenho da Fortaleza de S. José de Macapá

(Foto do autor)

O pedral do Rio Guaporé diante do Forte do Príncipe da Beira

(Auto-foto)

A frente atual do Forte do Príncipe da Beira

conhecem, estou tão seguro na minha consciencia que não duvidei ao sahir da Missão recorrer ao preceito do Evangelho e sacudir o pó dos sapatos diante dos que na occasião ali se achavam e o mesmo farei ao sahir da capitania. Seja feito em tudo a vontade de Senhor. A minha retirada hé para S. Paulo e dali para o Rio de Janeiro. Se lá puder servir a V. R. me offereço com toda a vontade. Peço a V. R. se lembre de mim nos santos Sacrifícios e me favoreça com a sua sancção.

Rio Guaporé, 2 de março de 1759. De V. R. Humilde Servo em Nosso Senhor, *Agostinho Lourenço*, S. J." [33].

Não havia mais nada a fazer!

Tudo parecia afirmar que as portas do inferno estavam prevalecendo!

Fizeram-se muitas diligências para que, assim como o Pe. Estevão de Castro e outros dois missionários do Rio Pardo, pudessem todos chegar a tempo para embarcar com os demais. Como isso foi impossível, por alguns anos se supôs que aquêles missionários se tivessem passado ao domínio da Corôa de Espanha, livrando-se assim atiladamente das viagens tanto terrestres como marítimas que os esperavam [34]. Porém, o Pe. Agostinho só dois anos depois viajou para São Paulo, junto com o Pe. Simão de Toledo Rodovalho que, até então, tinha sido vigário da Freguezia de Santana da Chapada de Cuiabá [35]. Remetido para a Metrópole, foi encarcerado em Azeitão e depois em S. Julião da Barra (cela n.º 4) onde o Pe. Estevão de Castro, Superior da Missão, ocupava a cela n.º 5.

Enquanto isso, nas longínquas terras guaporenses os homens acabavam de estraçalhar as obras de Deus com contínuas devassas [36].

Para usar de alguma dissimulação, D. Rolim de Moura colocou a *Guarda de Sta. Rosa Velha*, apoderando-se dos índios e do gado.

---

33 - LAMEGO, A., *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, vol. III, pág. 302-304.

34 — CAEIRO, *De Exílio* (*"Jesuitas do Brasil e da India na perseguição do marquês de Pombal"*), Bahia, Ed. da Academia Brasileira de Letras, 1936, pág. 281.

35 — LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Vias de Communicação*, Cuiabá, 1905, pág. 33

36 — ANÔNIMO, "Relaçaó exacta em que se dá Notisia De tudo o que se tem já dado nas fronteyras de Mato Grosso, Santa Crus De la Sierra desde o Anno de Mil Sete Centos Sincoenta e nove até ao principio do Anno de Mil Setecentos e Sesenta e Coatro". A. E. S. P.

Então os espanhóis lhe enviaram o Pe. Sarmento para, com fanfarronice, demover o governador do propósito de aí ficar. Bem vale notar a resposta de D. Rolim:

> "V. Revma. havia de ter conhecimento pela história que nunca os grandes oficiais espanhois haviam causado temor aos portuguêses" [37].

E assim surgiu naquêles rincões o forte de Nossa Senhora de Conceição, com estacada, com uma ágil flotilha, com pecinhas de artilharia e armas requisitadas em Cuiabá. Num rasgo de originalidade, D Rolim adaptou ao novo meio os conhecimentos militares que trouxera da Europa: como previu sobrarem os braços dos negros que não sabiam atirar, assim mandou encaibrar em hastes compridas as foices roçadeiras e várias choupas de ferro. Tudo isso para enfrentar qualquer eventualidade de temível rompimento provocado pelos missionários espanhóis cujo ódio e paixão contra Portugal teria chegado — segundo D. Rolim — aos excessos! . . . [38].

Pouco depois — em 1763 — um destacamento espanhol se fixou quase diante do forte português, o qual, várias vêzes tinha mudado de lugar, afim de atrair para êle, por bem ou por mal, os índios da margem espanhola [39]. Os índios, porém, preferiam a fome ao pão ganho com o suor de seu rosto, e assim mais de uma vez, passado algum tempo, se retiraram ocultamente [40].

A América espanhola não ficava inerte. Em S. Pedro, o Presidente da Real Audiência dirigia em pessoa o funcionamento do arsenal [41]. As Aldeias estavam fornecidas de soldados: 100 para cada uma no Rio Baures, 200 nas do Rio Itonamas [42]. E além do mais, na missão de S. Pedro havia um bom hospital [43].

---

37 — A. P. Mt., carta de D. Rolim de Moura, 18/XII/1861 e 30/IX/1862.

38 — Idem, e carta do Governador Câmara a Pombal, 29/VII/1768. Cfr. ANÔNIMO, "Relação em que se dá Notisia" etc.: ". os Padres se preparavão para nos fazer guerra".

39 — Informe del Virey de Buenos Aires, don Nicolás de Arredondo em ARMENTIA, Nicolas, o. c., pág. 127; Mapa sul-americano, organizado por William Faden, com mapas manuscritos do séc. XVIII e publicado em junho de 1807 (London, Cooper scrip.t et sculp.t), fl. 6: Mapoteca da Biblioteca Municipal de S. Paulo; CORRÊA FILHO, Virgílio, *As Raias de Matto Grosso*, etc. S Paulo, 1925, vol. IV, Fronteira Ocidental, pág. 49, 55-59.

40 — ALMEIDA, Dr. Francisco José de Lacerda, *Memoria a respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de S. Joaquim, Itonamas e Maxupo*. R. I. H. G. B., XII (2.ª ed., 1874), pág. 107-108.

41 — A. P. Mt., carta do Governador Câmara, 10/X/1765.

42 — Idem, 19/VI/1766.

43 — Idem, carta do Governador Pestana ao Vice-rei de Lima, 23/IV/1767.

Onde a capitania de Mato Grosso podia apresentar semelhante organização? Ciente de sua posição avantajada, a 20 de outubro de 1761 a Côrte de Espanha desaprovou indignada "las consideraciones guardadas por la Real Audiencia de la Plata" com o governador português de Mato Grosso, por ser evidente a audaciosa usurpação do povoado de Sta. Rosa [44]. A 4 de setembro de 1764 a mesma Côrte ordenou ao Vice-Rei do Perú, que fizesse uso da fôrça, caso os portuguêses não se retirassem dos povoados invadidos [45].

Verdadeiro estado de sítio! Foi consultado o Bispo de Santa Cruz para a transladação de ornamentos e vasos sagrados de Santa Rosa. Desde a dissolução desta missão, aquêles objetos estavam guardados na missão de S. Pedro, com perigo de se estragarem pela falta de uso. Melhor emprêgo teriam tido êles, indo para a missão de Cordilhera, pertencente a Sta. Cruz [46].

A missão de S. Miguel também teve suas peripécias. Em 1762 D. Rolim de Moura a destruiu, e com índios prófugos de lá, fundou a uma légua abaixo do Rio Baures, a povoaçao de S. João, à margem direita: posteriormente outro governador, Luiz Pinto, crismou o povoado com o nome de *Lamego*, voltando, porém, em breve, ao nome primitivo [47].

Outra vez, em 1763, um pelotão de soldados portuguêses arrasou aquela aldeia espanhola que ressurgira a poucas milhas da foz do Rio Baures. Os dois missionários, Pe. João Rodrigues e Francisco Spino foram aprisionados com mais de 600 índios, e pereceu o Pe. Francisco Xavier Irraes. Ainda assim, os portuguêses levaram a pior e só melhorou a situação quando chegou um refôrço de Vila Bela, incluindo também o paulista Pe. José Manoel Leite Penteado com seus parentes, familiares e escravos [48].

Os dois missionários ficaram detidos no forte da Conceição, onde se achavam ainda em 1768, tendo o governador de Mato Grosso, nessa ocasião, mandado ao governador de Moxos a conta das despêsas efetuadas pelos mesmos. Daí foram para Vila Bela, de onde o governador os remeteu para o Rio de Janeiro. Frei Caetano Tudela e Antônio

---

44 — ARMENTIA, Nicolas, o. c., pág. 127.

45 — Idem, o. c., l. c.

46 — Archivo de Mojos, vol. II, doc. XII (3 fôlhas); RENÉ-MORENO, G., *Bi blioteca Boliviana, Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos*, Santiago do Chile, 1888, pág. 146 e 452.

47 — LÉVÉRGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Província de Matto Grosso*, R. I. H. G. B., XLVII (1848), pág. 391.

48 — A. P. Mt., carta de D. Rolim de Moura, 31/V/1763 e 6/V/1764. ANÔNIMO, Relação exacta em que se dá Notisia etc."; TAUNAY, Affonso de E., o. c., X, pág. 350.

Penaloza ficaram incumbidos por parte do govêrno espanhol de não permitir passagem de canoas portuguêsas pelas missões espanholas [49].

Nessa quadra, porém, a expulsão dos Jesuítas tinha alcançado também a Espanha e a América Espanhola. Tal expulsão era julgada imprescindível [50].

O Marquês de Pombal para facilitar o cumprimento da ordem espanhola, permitira o transporte dos missionários castelhanos pelo Guaporé e Madeira. Tratava-se de uma cooperação reservada, a manter-se em segredo até à execução, para evitar que os Jesuítas, cientes de tal medida, procurassem defender-se de outra maneira! [51].

E assim

> "... miseravelmente se perdem as Missões dos Moxos, se V. E. não toma a *valiente* resolução de enviar pessoas escolhidas, capazes de fundar um governo acomodado àqueles naturais",

porquanto

> "quem os governou até pouco, D. Antônio de Aymeric, deve-o a ter sido extremamente querido e estimado pelos Jesuítas; foi com o favor deles que conseguiu dos Moxos maneiras respeitosas e resignação na saída dos mesmos jesuítas pela lei de expulsão..." [52].

Era a condenação dos indígenas da bacia fluvial do Rio Guaporé à privação dos seus maiores amigos e protetores! E isso quer pelas intrigas, quer pela politicagem, quer pelo ódio anticlerical! Eram os frutos das chacinas do Marquês de Pombal!

Agora sim, podiam-se aplicar as palavras sarcásticas de João de Souza Ferreira, o autor do *Noticiário Maranhense*:

> "assim um tem préstimo para uma cousa e outros para outras; nós para lhe levar a fé as suas terras, pulir e doutrinar, e pera nos servirem, caçar e pescar, creados nesse exercício de mares e matos com que ajudando-nos nos êles nos esforçamos sustentando o Estado para êles lograrem o bem, que ignoram de sua salvação [53].

Mas os grandes crimes, as incalculáveis riquezas dos Jesuítas não se encontraram nunca!

---

49 — FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 65; Archivo de Mojos, vol. II, doc. XV (3 fôlhas): a conta dos dois prisioneiros era de 900 pesos, cfr. RENÉ-MORENO, G., o. c., Santiago do Chile, 1888, pág. 143, cartas de Pombal, 27 e 30/VIII/1767.

50 — A. N. R. J., vol. IV, pág. 28-29, 46-48.

51 — Carta de Pombal, 30/IX/1767, l. c.

52 — "Informe de D. Juan Sánchez, sobre Mojos, Santa Cruz 15/VIII/1768", reproduzido da B. A. N. L., por BALLIVIÁN, Manuel V., o. c.

53 — R. I. H. G. B. CCCXIII.

RECONSTRUÇÕES BALDADAS

NO RIO MADEIRA

POUCO depois da fundação da Missão de S. José, no Rio Guaporé, tinham acordado os moradores de Mato Grosso e os mais interessados, de fazer e fundar uma nova povoação e vila, na região da primeira catadupa do Rio Madeira. Uma aldeia de índios, como qualquer outra aldeia. Tal povoação, deveria prover braçais, cavalgaduras, canoas e carretas para o árduo trabalho de vencer as cachoeiras pelos varadouros [1]. Deveria, sobretudo, fornecer víveres. Pois, não raras vêzes, faltavam mantimentos ou remeiros, e se achavam obrigados os navegantes a desistir das emprêsas, ou regressar até Trocano para se fornecerem, com aumento evidente de perigos, incômodos, demoras e despêsas [2].

A útil idéia que, partindo dos interêsses da Metrópole, já falira com a Missão do Pe. João Sampaio, tomou vulto, pròpriamente, em 1752. E' de 14 de novembro daquêle ano uma Ordem Régia mandando pôr na primeira cachoeira abaixo do Madeira (então de Aroaya ou S. João), uma esquadra de soldados.

Em 1754 o contratador das Estradas das Minas, Afonso Ginabel, requereu a execução daquela Ordem. O Governador deveria dar-lhe 50 índios e umas índias para fazer roças e casas; vinte daquêles índios e seis das índias seriam pagos pelo Ginabel e o restante correria por conta do Govêrno. O requerimento foi deferido favoràvelmente pela Junta das Missões, estando presente também o Bispo. Naquela circunstância o Conselho Ultramarino provisionou para os missionários da futura aldeia uma propina ordinária de 150$000, além de outra extraordinária. Mas o plano faliu de novo. Antes de tudo porque, no momento, o govêrno só pôde — como vimos — instalar na Aldeia de Trocano, uma escolta

1 — DANIEL, João, o. c., pág. 440; ARAUJO, Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e, *Memorias históricas do Rio de Janeiro*, Rio, 1948, vol. IX, pág. 122.

2 — SILVA, Manoel Gonçalves da, "Vista que manda dar ao Padre João Teixeira, dos dous requerimentos dos povos do Maranhão (1729)", em MORAIS, A. J. de Melo, o. c., vol. IV, p;g. 332-333; R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 292-293, Francisco de Souza Coutinho, 4/VIII/1797.

militar que registrasse tôdas as canoas, para que se não desviasse o ouro.

Apareceu outra dificuldade para a realização. João de Souza de Azevedo, paulista, que já encontramos entre os primeiros navegadores do Rio Madeira, se opôs, não querendo mesmo nenhum contrôle por parte do govêrno, na região da antiga Missão de S. Antônio das Cachoeiras. Era um homem suspeito e talvez demasiado interessado em querer dissuadir a fundação; mas sobretudo era um elemento perigoso, pois era o único que conhecia bem a região. Apresentara ao Governador Mendonça Furtado, um relatório tão confuso, que êste, ao preferir deixar a solução ao Govêrno da Metrópole, definiu o autor dizendo-o

> "aventureiro, reservado, que não dava conta a quem quer que fosse"! [3].

A idéia da fundação concretizou-se, porém, em 1757, por interêsse do juiz de fora de Vila Bela, Dr. Teotônio da Silva Gusmão. Mostrando-se desde muito tempo animado pelo progresso da Capitania, em abril ou maio daquêle ano dirigiu-se a Belém [4].

De passagem por Trocano no baixo Madeira, apresentou ao Missionário Pe. Anselmo Eckart

> "positivas ordens do Governador da Capitania pra lhe dar huns indios para o ajudarem a conduzir".

O Padre

> "não só não cumpriu aquela importante ordem, mas mandou aquele Ministro com muito mau modo da dita Povoação, na forma do inalterável costume destes Religiosos".

O incidente acima dispensará qualquer explicação, quando, aos poucos, formos conhecendo a personalidade do Dr. Teotônio Gusmão

---

3 — A. P. P., Ms. 695, 83 e 85, e A. B. A. P. Pará, III (1904), pág. 161 ss., cartas de Mendonça Furtado, 20 e 21/II/1754; R. I. H. G. B., II (2.ª ed. 1858), pág. 292-293, Francisco de Souza Coutinho, Pará, 4/VIII/1797; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *História do Amazonas*, Manaus, 1931, pág. 60-61; idem, *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*, Rio, 1941; FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 69; TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M., *A Ordem dos Franciscanos Menores no Brasil. Resumo Histórico-Cronológico (1500-1924)*, S. João D'El-Rey, 1926, pág. 68-69; TAUNAY, Affonso de E., *História Geral das Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1946, t. 8.º, 2.º p. cap. III.

4 — R. I. H. G. B. LXIV, pág. 469 ss., Relação da Viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá em 1751; A P. P., Ms. 695, 196, carta de Mendonça Furtado, 29/X/1757.

Ao chegar a Belém, em junho [1757], o fato e

> "outros igualmente prejudiciais [*que*] depois de serem presentes a S. Magestade, foram pelo mesmo Snr. altamente contemplados" [5].

Contudo, também o Governador se deu conta da inexeqüibilidade da fundação [6].

O Dr. Teotônio forneceu-se de todo o material necessário para a realização da emprêsa, e ficou aguardando a chegada da família que mandara buscar. Como ela se demorasse (chegou a Belém a 10 de setembro), decidiu embarcar. Uma numerosa comitiva para a qual tinha havido grande despêsa, acompanhou o fundador da nova Povoação do Alto Madeira; saiu de Belém em meados de agôsto de 1757 [7].

Mendonça Furtado que relatava escrupulosamente tudo para a Metrópole, afirmando mesmo que "tudo foi realizado", se esqueceu de informar que na comitiva iam também dois sacerdotes!!! Não eram mais Jesuítas: num primeiro tempo o Dr. Teotônio não tinha encontrado apoio na Companhia de Jesus [8]. Não era para menos, com os tempos que corriam! ademais, tratava-se duma obra tão errada! E agora já os Jesuítas eram considerados elementos indesejáveis.

Para a nova fundação foram dois frades: supomos que fôssem Carmelitas, uma vez que, ao se retirarem mais tarde, se detiveram em Borba, onde missionavam os Carmelitas; de Borba, de fato, foram escritas as cartas a que nos vamos referir mais adiante. A História nos deixou os dois nomes: Frei José de Jesus Maria, Pároco, e Frei João Evangelista.

O lugar escolhido para o povoado, foi a margem da segunda cachoeira, outrora chamada de Natal, e hoje do *Teotônio*. O local apresenta uma das mais imponentes cascatas. Foi chamado *Nossa Senhora*

---

5 — A. P. P., Ms. 695, 196, carta de Mendonça Furtado, 29/X/1757.

6 — Idem, Ms. 695, 176, carta de Mendonça Furtado a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, 17/VI/1757:

> "temo porem que não consiga tão importante negócio porque tem uma *arma* [?] fortíssima que não promete grande duração" [o resto do ms. tem pelo menos duas linhas absolutamente ilegíveis e irrecuperáveis].

7 — Idem

8 — R. I. H. G. B. II (2.ª ed. 1858), pág. 292-303, Francisco de Souza Coutinho, 4/VIII/1797.

da Boa Viagem do Salto Grande, ou simplesmente *Salto Grande*, e se compunha sobretudo de índios Pama [9].

A aldeia não teve duração! De um lado, os diretores leigos que consideravam os índios como escravos e o aldeamento como curral dêles, desrespeitando-lhes as vontades, o interêsse, a propriedade, a vida, afim de obter outros bons partidos. Por outro, a índole dos índios, que mais queriam andar vagando, que permanecer naquelas condições e terras de ruim clima!

Assim mesmo, pretendia-se justificar tudo, nem que fôsse caluniando o Pe. Agostinho Lourenço do Rio Guaporé de coisas inconcebíveis, a tal ponto que — como vimos — escreveu:

> "não duvidei ao sahir da Missão recorrer ao preceito do Evangelho e sacudir o pó dos sapatos" [10].

Com êsses preâmbulos, nem as relações com os novos padres poderiam ir muito longe. Logo surgiu uma acentuada falta de harmonia entre o Dr. Teotônio e os frades... apesar de não serem Jesuítas!

Finalmente, a 21 de fevereiro de 1759 a Ordem do Governador General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, punha em execução a provisão de 12 de agôsto de 1752. Estava legalmente fundada a *Vila do Salto Grande*. Ao menos de nome [11].

Mas os dois padres, contra tôdas as promessas e todos os acôrdos feitos na presença do Governador e do Padre Provincial, foram entregues à própria sorte

> "q' se naó fora algumas esmollas dos Vig.os destas Povoaçoés naó sei Como passariamos" [12].

---

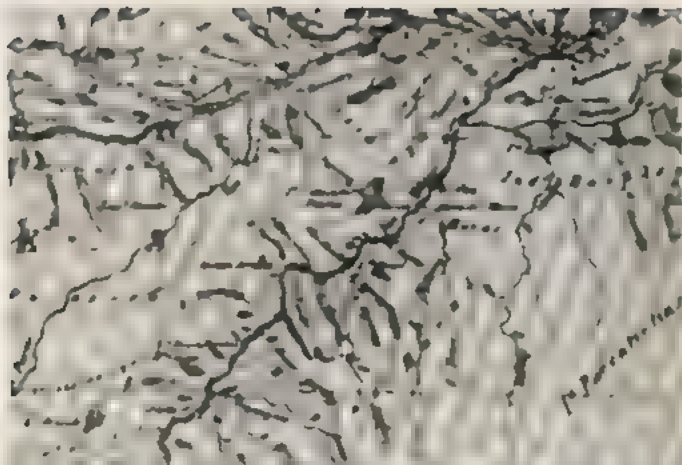
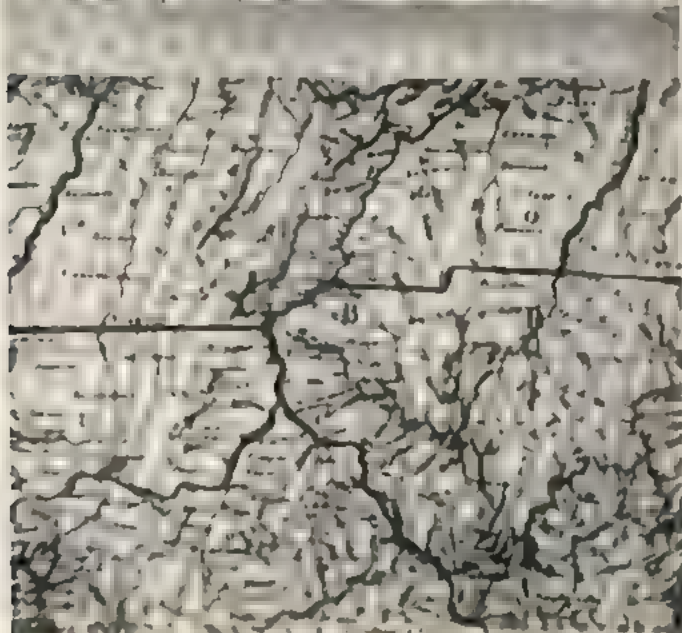
9 — LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Vias de Communicação*, Cuiabá, 1905, pág. 4; idem, *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Provincia de Matto Grosso*, R. I. H. G. B. XLVII (1884), 1.ª parte, pág. 441-412; MOREIRA, Alfredo Pinto, *Apontamentos para o Diccionário Geográfico do Brasil*, Rio, 1896, t. II, pág. 418; FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 69.

10 — LAMEGO, A., o. c., l. c.

11 — A. P. P., Ms. 695, 83 e 85, e A. B. A. P. Pará, III (1904), pág. 161 ss. cartas de Mendonça Furtado, 20 e 21/II/1754; R. I. H. G. B., II (2.ª ed., 1858), pág. 292-293, Coutinho, Francisco de Souza, Pará, 4/VIII/1797; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *Historia do Amazonas*, Manáus, 1931, pág. 60-61; FONSECA, J. Severiano da, o. c., pág. 69; TETTEROO, Frei Samuel, o. c., pág. 68-69.

12 — A. P. P., Ms. I, 34, carta do Pe. João Evangelista, Borba, 26/IX/1760.

(Arq. do Patrimônio Histórico, M. E. S., Rio)

Antigas decorações da Capela do Forte do Príncipe da Beira

Mapa Francês manuscrito de 1755. Região do R. Madeira

Carta física e política da América Meridional, Paris, 1821

[illegible]

(Foto do autor)

Restos da Capela do Forte do Príncipe da Beira, no Rio Guaporé

Tal situação começara logo ao se encetar a viagem, e continuou no Salto Grande

"com taes disattençoés, descomposturas de palavras (extensiveis aos demais), que se naó passava dia em q' naó discompusesse algum Morador; e assim por tal feitio o seu terrivel genio, q' correo com todos naó ficando huma unica pessoa Na Povoaçaó".

"Heramos aniquillados — escreveu ainda Frei Evangelista — por o d.º D.or e sua m.er e f.os q' pouca distinçaó hia de Escravos a Sacerdotes" [13].

Por sua vez o Dr. Teotônio não se apercebia que o despoavemento da Vila e o fracasso da emprêsa era devido sobretudo ao seu gênio irascível. Escreveu, pois, ao Governador [11/XI/1760]:

"Os frades depois de concorrerem e talvez aconselharem a fuga e deserção de alguns moradores, afectando pretextos falsos, taes enredos e imputação fizeram na minha família com sonhado e affectado medo do gentio Mura..." [14].

A esta altura já os dois padres não estavam mais no Salto Grande. A 29 de agôsto daquêle mesmo ano [1760] se foram embora

"levando — escreveu o Dr. Teotônio — o ultimo morador que aquí estava e que tinham posto do seu sistema" [15].

Ficando só com a sua família, o fundador daquêle povoado viu-se também forçado a abandonar o lugar.

Em Borba os Padres do Salto Grande ficaram esperando D. Rolim de Moura que, se supunha, devia estar baixando de Vila Bela [16].

De Borba foram escritas as cartas que nos forneceram tôdas essas notícias; despertaram vivo interêsse por parte dos Governadores das Capitanias do Pará e do Mato Grosso. Embora não tenham sido respon-

---

13 — Idem.

14 — Idem; CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. I, pág. 26-27. LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], o. o. c.c., passim.

15 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., l. c.

16 — A. P. P., Ms. I, 34 e 35: são as duas cartas e que nos referimos: na realidade, D. Rolim não viajou.

didas [17], todavia foi D. Rolim quem se encarregou de autenticar-lhes o conteúdo, justificando assim também a atitude tomada pelo Pe. Anselmo Eckart, o Jesuíta de Borba, que, a esta hora, já devia estar sofrendo as conseqüências da lei da expulsão dos Jesuítas [12 de abril de 1760]. O Governador de Mato Grosso sabia que ao Dr. Teotônio faltava totalmente a paciência para suportar as pessoas, de que necessita qualquer chefe e empreendedor, afim de levar adiante seus ideais. E assim escreveu ao Governador do Pará, com data de 9 de novembro de 1761:

> "Justamente pareceo a V. Ex.ª duvidasse a verdade entre as oppostos accusaçoés, e queixas d' este, e d' aq.les; pois a mim me succede o mesmo, naó so á vista das d.as Copeas, mas ainda á vista de outras notícias, e cartas mais individuantes: [...].
>
> Nos termos prez.es me parece justo q' os d.os P.P. se *retirem* [?] ao Seu Convento, se o naó tiverem já feito; determinando V. Ex.a o q' prudente, e judiciosamente assentar, a esta resp.a" [18].

Para rematar a história diremos, que a viagem pelo Madeira, de João Pedro da Câmara, novo Governador da Capitania de Mato Grosso [1764], provocou a fundação de um outro povoado, durante o desaparecimento da Povoação do Salto de Teotônio.

Na cachoeira hoje chamada Girau, aquêle segundo Governador encontrou um grupo de índios que as aparências apontavam de bons instintos, brandura de alma e docilidade impressa em sua fisionomia [19]. Eram os Pama, alguns dos quais já tinham estado no Salto do Teotônio. Manifestaram o desejo de abraçar a nossa Religião, e o Governador eleito reconheceu a conveniência de uma povoação. Quando, no ano seguinte [1765], o Conde de Azambuja [Dom Rolim de Moura] se retirou para o Pará, reiteraram o pedido. Então o conde pediu e obteve que o Governador do Bispado mandasse para lá um padre. Nada encontramos sôbre isso, nem se, de fato, chegou a ir alguém. Parece que tudo ficou no "statu quo".

Em 1768 transitou pelo Madeira outro Capitão General de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza; a 30 de setembro fundou o novo povoado a que deu o nome de *Balsemão*: era o nome da casa do próprio Governador, o qual, a exemplo do Dr. Teotônio — "non ignarus mali"

---

17 — No verso das mesmas lê-se: *Não responde.*

18 - A. P. P., Ms. I, 102, carta de D. Rolim de Moura, 9/XI/1761; crf. A. P. Mt., carta de D. Rolim de Moura, 24/XI/1761.

19 R. P. P. A., Rio, 1907, vol. III, Adolfo do B. C. de Albuquerque Lacerda, 8/V/1865, citando João Martins à Silva Coutinho, Relatório dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, anexo Q de 15/V/1865.

— quis incentivar a fundação, levando para lá, de Borba, seis famílias e com elas um ferreiro e um carpinteiro. Foi enviado para lá, como pároco, o Padre Acácio de Oliveira [20]. Balsemão substituiu a paróquia de São José, junto à cachoeira do Ribeirão, que era uma aldeia composta de índios de várias nações com alguns brancos, vivendo até abastadamente [21].

Tratava-se apenas de um esfôrço muito grande para derrubar

> "o fado que persegue este imenso vale do Amazonas: aquí parece que o mundo não caminha, retrograda; aquí as povoações em vez de aumentarem e crescerem, diminuem e desaparecem" [22].

Nem Balsemão teve duração, e foi abandonado principalmente pelas hostilidades dos índios [23]. De fato, em 1771, o pároco de Balsemão era outro, o Padre Agapito Marcos de Oliveira: teve também de fugir para Borba, uma vez que os Pama se tinham insurgido e já haviam morto um homem branco [24].

O estado de coisas era tal, que abalou a alma espiritual da Amazônia tôda, desde Marajó até às margens do Rio Guaporé. O abalo moral que começara mesmo antes da expulsão definitiva dos Jesuítas, continuava ainda o mesmo cem anos depois...

> "... esta população que não sabe a arte da construção de uma casa, e muito menos o plano da fundação de uma cidade; que não exerce outras industrias que as do caçador e pescador; que não conhece os rudimentos das mais grosseiras artes da vida social; que, vivendo no campo, dentro do seio de uma natureza luxuriosa, não goza nenhum dos encantos da vida campestre; que despreza a leitura tanto quanto ignora o cultivo das flores; esta população adormecida não aprende dos nossos usos mais que o latrocinio de um comercio escanda-

---

20 — LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Província de Matto Grosso*, R. I. H. G. B., XLVII (1884), 1.ª parte, pág. 410; FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 73; FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Relação circunstanciada do rio Madeira e seu Território*, B. N. R. J., Ms. I-11, 1, 36.

21 — CASAL, Manuel Aires, o. c., pág. 307.

22 — SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Comissão do Madeira*, Rio, 1875. pág. 122.

23 — PINTO, Alfredo Moreira, o. c..

24 — FERREIRA, Alexandre Rodrigues, Ms. I-11, 2, 2, n.º 7 e I-11, 2, 6, n.º 32 da B. N. R J.

> loso... os raros emigrantes... não comunicavam ao indio o impulso do homem civilizado, o exemplo da moralidade na familia, o sentimento do gosto, o amor do trabalho, o espírito de industria, o cultivo das artes uteis, o desejo do melhoramento e a necessidade da ilustração. Dominados pelos apetites mais grosseiros, rendem-se à indolencia e à preguiça, e bem depressa confundem-se com o selvagem nos habitos, nos prazeres, no genero de trabalho, nas perfidias de um trafico deshonesto, nas dissenções, na miséria e na degradação" [25].

Reduzido o progresso civil, pouca era também a vida religiosa nas novas freguesias. A vida desregrada de muitos funcionários e dos soldados que tratavam de barulho e de violão, de cachaça e de mulheres, contagiava o cristianismo de grande parte dos colonos portuguêses e também dos índios. As igrejas iam deixando a desejar: paramentos rasgados, falta de peças brancas para o serviço litúrgico... uma triste mudança em tôda parte [26].

A descrição daquela situação de coisas nos foi deixada por um homem que, por ser amigo íntimo do Conde de Oeiras, era inimigo de tudo o que levava o sinete da extinta Companhia de Jesus: o Bispo Dom Frei João de S. José Queiroz. Homem ilustrado, era, porém, uma vocação errada, no dizer de Camilo Castelo Branco: era mais um excelente político, um grande reformador talvez.

A política de Portugal alcançara, aquém e além mar, que os Jesuítas fôssem substituídos por outros padres "que nos farão melhor vizinhança" [27].

Infelizmente, dos novos chegados e dos que ficaram, escolhidos sem olhar às qualidades morais, nem todos primavam pela cultura e pela ascese! [28].

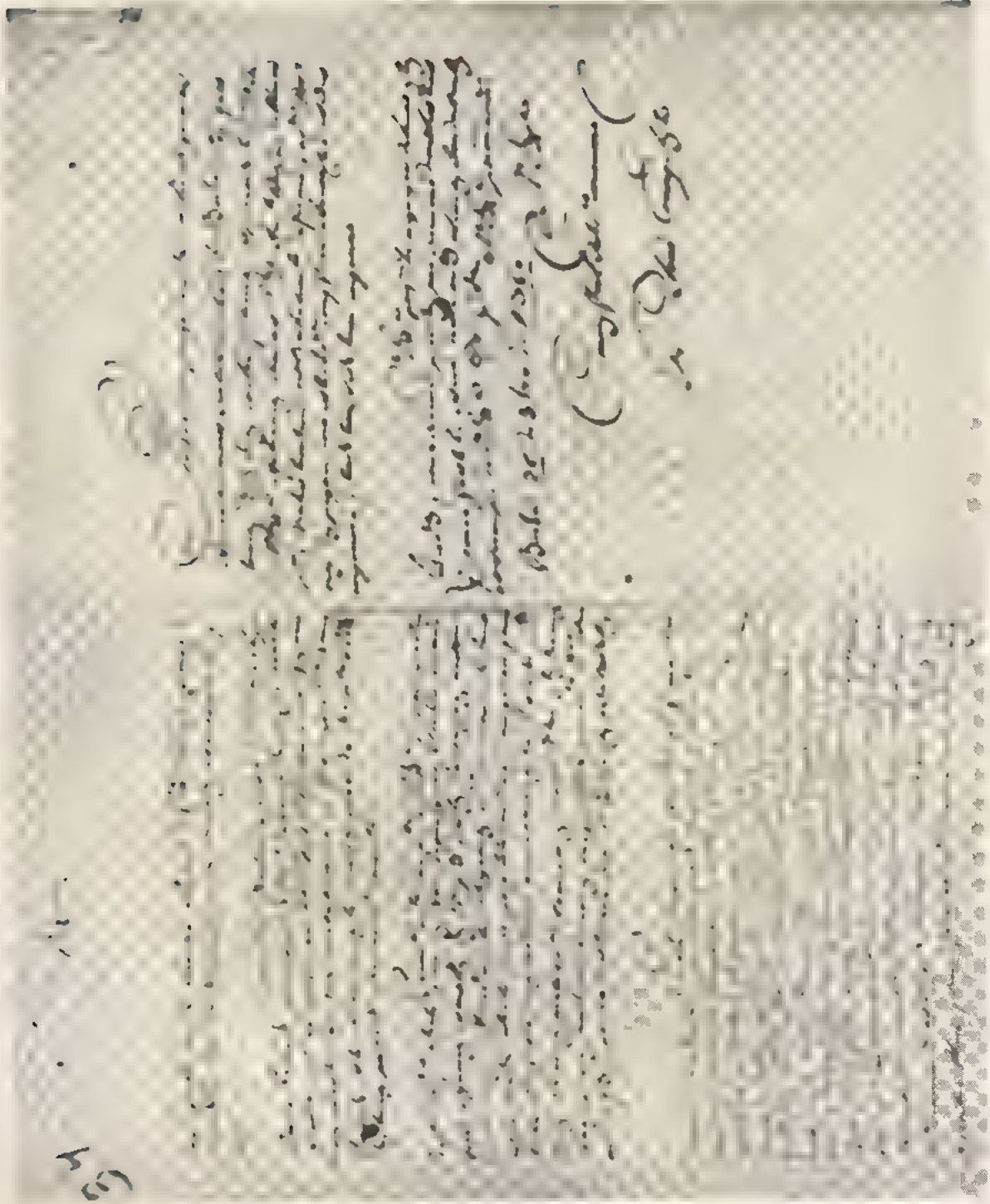
O que deparamos no clero daquêles anos, o vamos respigar — feito o devido desconto pelos leitores inteligentes — da carta pastoral, do epistolário e de outros apontamentos de Dom Frei João de S. José

---

25 — TAVARES, A. C. Bastos, *O Vale do Amazonas*, 2.ª ed., S. Paulo, C. E. N., 1937, apêndice I, carta a uma comissão de Manáus, de bordo do "Ycamiaba", 17/XI/1865.

26 — R. I. H. G. B., IX (2.ª ed. 1869), Pastoral de D. Frei João de S. José, O. S. B.

27 — Idem; A. N. R. J., vol. IV, carta do governador Câmara ao Marquês de Pombal, 29/VII/1768.

28 — "Informe de D. Juán Sanchez, sobre Mojos, Santa Cruz, 15/VIII/1768, reproduzido da B. A. N. L., por BALLIVIÁN, Manuel V., o. c..

(A. P. P., Ms. I, 34)

Carta de Frei João Evangelista, Missionário na cachoeira do Teotônio

(A. P. P., Ms. I, 35)

Carta de Frei José de Jesus Maria, Missionário na cachoeira do Teotônio

Queiroz, que governou a diocese do Pará logo em seguida à supressão da Companhia de Jesus.

> "28-3-1763. Antes recebiam-se 14 moedas para pôr correntes os papeis d'um ordenando, e outros roubos [*sic!*] precisos para sustentar amigas que ainda estando presas eram de noite visitadas" [29].
>
> "Chamavam-se missionários n'este estado [Pará] aquelles religiosos que nas fazendas serviam de procuradores dos seus conventos e contratadores mais destros;esta que foi a companhia [de Jesus] se fêz transcendente pelas outras ordens, de sorte que encontrei regulares chamados no Pará missionários escandalosíssimos com mancebias e homicídios, usuras e tyrannias" [30].
>
> "...Estava esta egreja [S. Domingos da Boa Vista] sem parocho, por havermos suspenso ao que estava collocado n'ella por casar uma rapariga de dez annos, e sumir os cadernos dos baptismos, rasgando as folhas onde podia estar o assento da edade, e por ter uma lingua tão comprida quanto era curto seu entendimento" [31].

Ao Padre Nazário de Novais:

> "Não mais o chamarei ao serviço da egreja, vista a escandalosa incapacidade a que a desordem de beber e de viver tem reduzido em todo este estado a sua pessoa, prostituida a reputação, como, nas estradas de Coimbra, a do mais vil moço de mulas, ou n'este estado a do indio mais perdido... Reputando com magua de nosso coração a indecencia que resulta de lançar mão ao tremendo calix de Jesus Christo, sem receio de que seque o braço que se anima, não digo como Oza, a sustentar a arca do testamento, porem a tocar em o maná ou hostia immaculada com as mesmas mãos com que sustenta o copo dos infames sacrificios de Baccho; para que não misture pois o sagrado com o profano... lhe ordenamos se abstenha de dizer missa" [32].

---

29 — CASTELLO-BRANCO, Camillo, o. c., pág. 28. Mas a suspeita que este ilustre autor lança referindo-se ao Vigário Geral, destroi-se por si mesma à pág. 208, onde, na *Visita Primeira* se lê:

> "Com elle veio o nosso provisor e vigario geral dr. Pedro Barbosa Canaes, ecclesiástico douto, grave e de exemplares costumes, com inteireza de ministro incorrupto e honrado".

A não ser que, no espaço de um ano, as coisas tivessem mudado tanto!!!

30 — *Visita Primeira* etc., l. c., pág. 193.

31 — Idem, pág. 173.

32 — Idem, pág. 15.

Ao Padre Gabriel da Silva:

"Por uma carta se me diz que Vm.ce desattendera a um official de justiça, e lhe chegara as mãos aos peitos; e, como não consta que Vm.ce tenha este privilegio, e já outra vez poz mãos na cara d'um pobre militar, entro na consideração de que será verdade o que me dizem, isto é, que Vm.ce tem o fogo do purgatório na garganta e um areal da Libia no estomago capaz de absorver em si um Jordão de cachaça, vício tão feio num sacerdote que o faz indigno da presença de Deus e dos homens..." [33].

Do Padre Varella:

"Ladrão constante dos curraes do Maranhão, lobo cerval que me assaltou as ovelhas, trazendo à garupa uma prostituida com quem vive" [34].

Nessa desanimadora literatura de Dom Frei João de S. José Queiroz aparece afinal uma clareira trazendo um pouco de luz:

"Entretanto, appareceram-me alguns veneráveis de todas as religiões que fundaram no Pará e que muito dignamente occuparam as chronicas das ordens que professaram" [35].

O abalo moral era geral!

Surgiu inevitável um libelo formidável e difamantíssimo contra o próprio Bispo. Os inimigos eram os padres ébrios, o Vigário Geral, os Carmelitas, os devassos ricos à frente dos quais saiu um Matias da Silva Gaio casado com duas mulheres.

"Bem quisera eu — escreveu a pobre vítima ao Bispo do Maranhão, em 15 de outubro de 1763 — estar aos pés de v. ex.a para com as suas santas doutrinas levantar o coração, não sei se abatido, porém certamente cercado de afflicções" [36].

Em carta de 2 de novembro de 1762 escreveu dêle o governador do Pará:

"ambicioso, genioso, comerciante" [37].

Assim é que o velho amigo Sebastião José de Carvalho, conde de

---

33 — Idem, pág. 15-16.
34 — Idem, pág. 23.
35 — Idem, pág. 193.
36 — Idem, pág. 24-25, 34.
37 — A. N. R. J., vol. IV.

Oeiras o desterrou em fins de 1763, vindo a falecer poucos meses depois, no ano seguinte [15/VIII/1764].

O abalo moral fizera-se sentir mesmo em tôdas as Ordens religiosas. Assim a falta de padres para os encargos missionários era gritante. Por vários anos nem se cogitou de assistir espiritualmente o Alto Madeira!

NO RIO GUAPORÉ

Em piores condições que o alto Madeira se encontrava a região do Rio Guaporé.

Imperceptível era o trabalho, concentrado nos fidalgos portuguêses, autoridades em Mato Grosso; transformavam-se, em suas viagens, — homens de cultura que eram — em médicos a cuidar dos doentes, em catequistas a instruir os mais rudes [38].

Junto da bôca do riacho S. Domingos, na margem brasileira do baixo Guaporé estava *Palmela*: era um dos locais por onde estivera estabelecida a Missão de S. José, tendo sido chamada assim — diz Severiano da Fonseca — por um comerciante de Cuiabá, devido a determinada tribo de índios Caraiba [39]. A povoação era constituída por êsses poucos índios, e não melhorou sua condição quando, depois de 1763, se chamou Leomil [Leonil].

Tudo o que havia da nossa margem era quase só isso, pois falira até a idéia duma fortaleza ante a foz do Rio Beni [40]. A defesa dos limites absorvia tôdas as preocupações do Governador de Mato Grosso. Para essa defesa vimos surgir o forte da Conceição. Após ter sido reformado, após ter sido mudado de lugar por várias vêzes [41], a 20 de junho de 1776 foi lançada a primeira pedra do novo forte e "determinou o dito senhor, [D. Luiz de Albuquerque] que a mesma fortaleza de hoje em diante se denominasse *Real Forte do Príncipe da Beira*" [42].

O local definitivo estava pouco longe da populosa aldeia de Sta. Rosa, alguns quilômetros acima do sítio onde o forte da Conceição andava bastante deteriorado [43]. O projeto e a direção das obras de construção parecem devidas ao engenheiro italiano Domingos Sambucetti,

---

38 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. I, pág 64-65
39 — FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 190 ss.
40 — Idem, pág. 73-74; LÉVERGER, Augusto, [Barão de Melgaço], o. c., pág. 391; ALMEIDA, Dr. Francisco José Lacerda e, o. c., pág. 107; A. P. Mt., carta do Ministro Martinho de Mello e Castro a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira Cáceres, 30/IX/1772.
41 — BARROS, J. C. Freitas, o. c, pág. 6; FONSECA, J. Severiano da, o. c., pág. 79 e 138.
42 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., vol. IV, Fronteira Ocidental, pág. 71; Archivo de Mojos (Bolívia), vol. III, doc. XI.
43 — ARMENTIA, Nicolas, o. c., pág. 125; CASAL, Manuel Aires, o. c., pág. 307.

falecido antes de 1780 [44]. As pedras vieram provàvelmente da *Pedreira*, próxima da Vila Bela [45], se bem que tôda aquela região seja de pedras vermelhas apresentado as mesmas características, como também assevera D'Orbigny [46]. Abaluartado no sistema Vauban de 8.ª classe, o corpo principal do forte "era de quarenta sobre vinte de fundo: em 1768 estava terminado" [47]. Assim mesmo, em 1785 ainda se estava trabalhando na construção, nunca com menos de 200 pessoas; enfrentavam as dificuldades de tôda espécie, desde as doenças à falta de operários [48].

Nas cheias, perto do forte, ainda hoje as águas alagam extensas áreas, não o forte, porém. Por isso a guarnição esteve muitas vêzes reduzida pelas febres a uma trintena de homens. Ganhavam por dia um punhado de farinha de mandioca (macacheira) e por semana alguns cartuchos para caçar... [49]. Naquêle reduto de assassínos e deportados políticos [50], havia, porém, um contrabando tal que dispunham de todos os recursos dos Moxos, enquanto os soldados espanhóis sofriam penúrias e privações. Desde os tempos do forte da Conceição para lá iam o melhor açúcar, os melhores tecidos... [51].

"Sicut lilium inter spinas", entre o baluarte Sto. Antônio e o de S. Bárbara havia uma bela capela. Pela parte dos portuguêses aquêle

---

44 CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c , vol. IV, Fronteira Ocidental, pág. 85-86.
Sambucetti chegou a Vila Bela em 1772 [1774?]. FERREIRA, Alexandre Rodrigues, Ms. I, 11, 2, 2, n.º 7 e I-11, 2, 6, n.º 32 da B. N. R. J.
A planta foi provàvelmente desenhada por Antônio Henrique Galúcio (engenheiro da partida de Demarcação dos Limites com a Espanha), que já desenhara a planta da Fortaleza S. José de Macapá, idêntica à do Príncipe da Beira. Cfr. A. M., 19/VI/1956.

45 — PONCE FILHO, Generoso, em "Cultura Política", Rio, n.º 28 de junho de 1943, a pág. 159 ss. e FONSECA, J. Severiano da, o. c., insinuam que as pedras teriam vindo de Portugal ou do Paraguai. Entretanto na *Pedreira* a meia milha de Vila Bela, ainda se encontram pedras talhadas que se destinavam à ampliação do cais daquela antiga capital de Mato Grosso, podendo-se supôr que, também para o Forte, as pedras foram de lá.

46 — D'ORBIGNY, Alcide, *Voyage dans l' Amérique meridionale*, Paris, 1839, t. III, lère partie, pág. 110.

47 — FONSECA, João Severiano da, o. c., pág. 138.

48 — CORRÊA FILHO, Virgílio, o. c., l. c., carta do governador Luiz de Albuquerque, 4/I/1785.

49 — CASAL, Manuel Aires de, o. c., vol. I; D'ORBIGNY, Alcide, o. c., pág. 109, 112.

50 — Decreto de 2 de novembro de 1797, ordenando
"que os merecedores de degredo para o Brasil fossem mandados para as capitanias de Mato Grosso, Rio Branco, Rio Negro e Madeira, sitios de climas menos favoraveis, e cuja população se precisava promover".
D'ORBIGNY, Alcide, o. c., vol. III, 1ère partie, pág. 112.

51 — ARMENTIA, Nicolas, o. c., pág. 127.

era pràticamente o único sinal de vida cristã de que se tenha notícias. Desde o baixo Guaporé até o baixo Madeira! Muito mais de mil quilômetros pelo rio afora! Entretanto faltava a alma! O golpe desfechado por Pombal era de funestas conseqüências. E o corpo sem alma definhava! Por outro lado o forte, fruto da férrea vontade portuguêsa, não tinha mais razão de ser. Talvez nunca a tenha tido nos moldes, nas proporções e nas regiões em que foi construído. Inùtilmente vieram do Pará pelo Tapajós numa viagem de cinco anos, 4 canhões de bronze [24 mm. de calibre]:

O Forte ficou sendo abandonado e esquecido!

> "Foram retirados os pequenos canhões de bronze aqui então existentes, portais, janellas, madeiras da lei que serviam de esteio e provàvelmente grande quantidade de telhas, todo esse material aproveitado naturalmente em outras construçõs fora do território brasileiro" [52].

Locupletadas com tudo isso foram as povoações hoje bolivianas de Madalena, Baures, S. Joaquim. Nesta última povoação talvez ainda existam imagens da capela do Forte do Príncipe da Beira [53]. Também o sino, que tinha sido fundido na região dos Moxos, por lá desapareceu [54].

Mais ao longe, inúteis tinham sido os repetidos incentivos ao estudo dos rios e territórios, prevendo o estabelecimento da navegação fluvial entre Cuiabá e Amazonas, pelos rios Juruena e Tapajós [55].

Nas margens daquêles rios apareceram cá e acolá, bem escassas, espécies de tabernas, onde os comerciantes do Maranhão e Grão Pará, rumando aos cais de Vila Bela, renovavam as provisões de tabaco e refaziam suas canseiras. Lá repousavam da fôrça da inatividade das longas viagens nos botes, ao som das suas canções dolentes, entrecortadas pela cadência dos remos ferindo as águas por "esses caminhos que andam" (Pombal). Manoel Aires num arroubo de eloqüência chega a afirmar que por lá ainda não navegavam cristãos.

O resto continuava a ser o "Desconhecido"...

A inexeqüibilidade do *Diretório* era patente pela dificuldade de encontrar elemento humano à altura de uma direção! dificuldade que — sem escandalizar — por muito tempo ainda impecerá tôda legislação, cuja observância demande especial probidade e moral.

---

52 — A. M. M., "folder Inspection to Principe da Beira", 6 de junho de 1913; idem, "folder" 195, telegrama 1.640 de 22/VII/1913.

53 — TAUNAY, Adriano, citado por Generoso Ponce Filho, em "Cultura Política", Rio, n.º 28 de junho de 1943, pág. 159 ss.; MARQUES, Manuel Espiridião da Costa, *Região ocidental do Matto Grosso*, Rio, 1908, pág. 23; carta daquêle autor, 21/I/1906.

54 — PONCE FILHO, Generoso. o. c., l. c.

55 — BARROS, J. C. Freitas, o. c.

Os resultados foram os mais funestos,

"pelo deshumano das medidas, violentas e crueis, postas em prática contra aquela miseravel gente, coagida para trabalhar sem nenhuma recompensa, tolhida no que ela mais prezava — a liberdade. E assim, ao invés de aumentar os núcleos de população, formados aquí e alí, pelos missionários, dizimou-os. Em lugar de catequizar os indios, fê-los voltar ao estado de barbarie primitiva. Que maior pode ser a opressão e o cativeiro desses miseraveis! . . . Por semelhante ditame são os indios cativos nas ações, cativos nos bens e, por falta de doutrina e pregação, até cativos na alma" [56]. "Clamando contra a desordem que campeou nos povoados, onde os nativos se recusavam ao trabalho disciplinado, onde os diretores praticavam os maiores atentados à liberdade do gentio e aos interesses economicos da pátria, servindo-se violentamente do bugre para satisfazer seus instintos vorazes, o Capitão-General Manoel Bernardo de Mello e Castro, substituto de Mendonça, pessoa da mais absoluta confiança de Pombal, denunciou o fracasso da empreza" [57].

Escreveu então Pestana da Silva:

"A nenhuma subsistencia dos Indios tem destruido aquelle systhema que promettia a felicidade do Estado. Como os indios vivem errantes, segundo a applicação dos trabalhos que lhes destinão os directores, não tomão amor aos domicílios, porque os não tem; não se lembrão das lavouras, porque as não cultivão; e este desarranjo lhes produz o desapego ao paiz. Ainda que as leis os tenhão libertado do antigo captiveiro, é certo que os ordenanças do directorio, e a sua execução lhes não tem adoçado o peso com aquella reforma e novo governo [. . .]. Os directores tudo determinão, pela medida dos seos interesses, sem se alterarem com as desordens [. . .] não perdem de vista à custa de toda a violencia e tortura, de obrigarem os Indios a extrahir as drogas do distante sertão [. . .]. Com este breve desenho, bem alto fica, que nada servirão as leis aos Indios para serem amparados na sua liberdade. Que maior pode ser a oppressão e captiveiro destes miseraveis?

---

56 — PEIXOTO, Afrânio, *Cartas avulsas*, 1500-1568, Rio, Publicações da Academia Brasileira, 1931.

57 — REIS, Arthur Cezar Ferreira, o. c., pág. 66; MONTEIRO, Mario Ypiranga, *A Capitania de S. José do Rio Negro*, Manáus, 1955, pág. 49 ss.

> Que amor podem ter à nação portuguesa; que obrigações ao Governo?" [58].
>
> "O director é um tirano, senhor absoluto da aldeia e da população indigena de qualquer idade ou sexo", escreveu D. Francisco de Sousa Coutinho. "No Pará onde os Indios tem sofrido quanto se pode imaginar da ambição dos brancos sem que em tempo algum lhes pudesse valer o Poderoso Escudo de tantas e tão Santas e Pias Leis, e Ordens de V. M.de, e onde por consequências todas aquellas e outras muitas causas tem trabalhado efficazmente para afugentar estes infelizes [59].

O índio estava condenado à inevitável destruição!

> "como se a civilização, que é livre desenvolvimento de tôdas as faculdades físicas e morais do homem, sem outros limites que os do direito e da justiça que proclama a inviolabilidade da vida humana, pudesse aceitar como lei sua a negação da personalidade, a destruição do homem em proveito de ingnóbil cobiça" [60].

Aterradores os relatórios da época sôbre a catequese dos índios da região, que nos interessa de perto! O profundo e abalizado observador que foi Alexandre Rodrigues Ferreira assim refletiu a situação do índio e a opinião que dêle tinha a categoria dos homens cultos:

> "Para desgostar um indio a afastar-se de sua aldeia, qualquer coisa basta e sobeja: basta que o Diretor o advirta que trate de fazer a sua casa onde more; basta que o missionário o admoeste da obrigação, que tem de aprender a doutrina para se batizar; e basta enfim, que lá de si para si, chegue a desconfiar de uma ação ou de um dito, que ele não entende; ao que tudo acresce, que se chega a ver que, adoecendo ou morrendo alguns dos companheiros, desconfia então do lugar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia

---

58 — A. P. P., Ms. 1083, 13 a, § 6-7, Instrução de Francisco Xavier Mendonça Furtado ao 1.º Comandante para o Govêrno Político da Vila de Borba a Nova, Ten. Diogo Antônio de Castro, 6/I/1756; idem, Ms. 1083, 13 b, carta d'El Rey à Mendonça Furtado, 7/VIII/1757; MORAIS, A. J. de Mello, *História dos Jesuitas*, Rio, 1872, t. II, Meios de dirigir o governo temporal dos índios.

59 — A. P. P., Cod. 702.

60 — R. P. P. A., Rio, 1908, vol. II, pág. 36-38, Francisco José Furtado, Presidente da Província do Amazonas, no Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, 7/IX/1858. FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Diario da viagem Philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro*, B. N. R. J., Ms. I-11, 1, 23.

dos remédios, que lhe fazem e dos que os fazem; e como está posto na povoação, situada na boca do rio, donde desceu, sobe a dissuadir os outros, que ficaram. Em termos semelhantes está mostrando a experiencia, que nem com tê-los mui mimosos, e ainda mais guardados do que bichos de seda, nem por isso mudam de conducta; quanto a mim são galos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldades se habituam às capoeiras" [61].

Antes de afirmar que a história presenciava a um autêntico fracasso, vamos completar o pensamento do próprio Alexandre Rodrigues Ferreira, quando, defendendo-se de uma calúnia banal, fêz a mais profunda observação psicológica sôbre os índios, que já podia ter sido feita, e que ainda persiste em sua atualidade:

> "Fez-se o possível com 5 meses de demora desde a foz do rio até à Cachoeira de Santo Antonio. Se mais se não fez, foi porque o não quizeram os índios. E' verdade, que o pouco que se fez, ainda assim só se conseguiu, dando eu a V. Exa. porém passando nós, os incómodos e desassosego, cansados pelas referidas deserções. Mas fez-se; que é o que lá importa. Ao Exmo. Ministro desta Repartição, sem dúvida que lhe não importam, nem os meus desgostos, nem os meus trabalhos; importa-lhe sòmente, se executo ou não o que mandou S. Magestade, depois de ter mandado, que se me forneçam os meios.
>
> Que as povoações corram perigo de ficarem abandonadas. Que os índios que desertam, uns morrem por estes matos e outros fiquem para sempre embrenhados neles, tudo isto mau é, que assim suceda; porém, para eles índios, é que é mau, porque não querem obedecer. Se não obedecem porque não podem, então mal fez quem o manda, e não quem obedece em os obrigar. Que se o que se manda é duro de executar, quando manda quem pode, certamente que pela dureza da execução, nem há-de, nem deve responder o encarregado dela. Eu assim o entendo, e se mais me não tenho demorado, é porque, até na Cachoeira de Santo António me fugiram 8, e 5 na do Salto. Pelo que, em aviso, que a 5 do corrente expedi a S. Exa. o Snr. Luiz de Albuquerque, e ao comandante do Forte do Principe, dei conta de — Estado presente da Expedição Filosófica, em viagem pelas Cachoeiras do rio da Madeira — isto é, que com o pequeno resto de alguns índios, que temos incluido neles os invalidos, os meninos, e os velhos,

---

61 — R. P. P. A., l. c.

por aqui vamos lutando com o pêso e com a violência das correntezas. Até 20 de Março próximo futuro, espero ser socorrido" [62].

Foi, pois, uma série de fracassos; foi uma tremenda e profunda lição para quantos tem na História, no dizer de Cícero, a mestra da vida e a luz da verdade.

Para ter uma aldeia de índios não era só questão de muito tempo e muito trabalho; não bastava apenas despertar o interêsse, bastante volúvel na alma infantil dos índios. Nem tampouco podia bastar o afastamento do ambiente criminal, implantando um reino de paz e trabalho. Até mesmo as igrejas levantadas e os hospitais abertos poderiam significar assáz pouco.

À base de tudo, devia haver a escola!!...

E' a grande lição que nos dá cada dia a História da civilização e da catequese em todo Brasil... nas missões católicas ou não, aquém e além fronteiras.

...justamente a escola não foi lembrada quando se tratou de fundar as povoações citadas. Nem mesmo quando se tratou da primeira fundação da aldeia do Salto Grande, eminentemente comercial [63]. Por isso a Companhia de Jesus recusara de acompanhar a fundação dessa última Aldeia. Os demais Religiosos, se chamados para as outras povoações, não se sujeitavam a trabalhar contra seus métodos, perdendo o tempo para preservar os índios da corrupção que lhes era inoculada pela promiscuidade inevitável de elementos sempre prejudiciais.

A catequese religiosa como tal, foi julgada impotente porque se esperava o aperfeiçoamento das faculdades do espírito pela melhor satisfação das necessidades do corpo!

Do outro lado do rio Guaporé a assistência religiosa corria o mesmo vexame:

> "A forma do seu governo é a mesma para todos, e tendentes, por um geral abuso, a fazer a felicidade de poucos indivíduos espanhóis, a custa da infelicidade de centenas de índios.

---

62 Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira, Cachoeira do Caldeirão [Rio Madeira], 14/II/1789. Ms. do Museu da Faculdade de Ciências de Lisboa, puplicado por LIMA, Américo Pires de, *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Lisbôa, 1953.

63 — R. I. H. G. B., II (2.ª ed., 1858), pág. 292-303, Francisco de Souza Coutinho, Pará, 4/VIII/1797.

> "... a experiencia mostrava que ninguem queria sujeitarse ao trabalho de mestre das escolas, pelo pouco lucro que resultava".

Carta de Manoel Bernardo de Mello e Castro. A. B. A. P. Pará, pág. X, pág. 258.

Um pároco e o seu coadjutor, quase sempre dois inimigos irreconciliáveis, eram os únicos homens brancos. Este mesmo pároco é o que tem todo o poder no temporal; as suas ordens são invioláveis; manda castigar asperrimamente com açoites, com escuras prisões, ou metter em troncos estes chamados homens livres, que mais por ignorância, que por vontade, tiveram a desgraça de transgredir os seus caprichos e vontades.

Acabado que seja o têrço e a Missa que se diz ao romper da aurora, e a que todos assistem exemplarmente, com pena de certo número de açoites, cada indivíduo vai para seu serviço, segundo o que ficou determinado na tarde antecedente pelas ordens dadas pelo pároco.

As obrigações dos padres curas são administrar-lhes o pasto espiritual, fazê-los trabalhar razoàvelmente, arrecadar os efeitos e as obras que fizeram, e remetê-las a um comissário.

Estes curas são uns pequenos régulos e o seu tratamento corresponde a êste título. Tem ao seu serviço um grande número de índios e índias. Todos os sábados entram de semana novos oficiais. Todos os dias se mata uma vitela para o padre e sua família. Certo sinal que se dá em um sino, indica a necessidade que o cura tem; e a êste reclamo cada cabeça de casal está obrigado a trazer o tributo que se lhe pede.

Os cozinheiros mostram a sua habilidade para satisfazerem a gula de um só sujeito, que ao mesmo tempo regala os seus ouvidos com as serenatas dos músicos da povoação, e o copeiro desempenha seu cargo.

Mas o pobre índio que tanto trabalha, passa a vida miseravelmente como o posso julgar depois de ter visto a muitos ter de secar ao sol minhocas para lhes servirem de alimento" [64].

O silêncio de morte pairava sôbre tôda a Amazônia! O Rio Madeira não contava com um só apóstolo!

As águas do Guaporé e do Mamoré se mesclavam estéreis, sêcas dos heroísmos de antanho.

---

64 — ALMEIDA, Dr. Francisco José Lacerda e, o. c., pág. 110-118.
A Missão descrita era a de Sta. Maria Madalena, e o missionário era Frei André Boca Parada [mercedário ou dominicano?], tido por bom teologo e muito atencioso para o Dr. Lacerda, autor da descrição.

BONANÇA!...

OS anos foram passando.

Já iam longe os dias em que a fogueira queimara em terras lusas o Pe. Malagrida, tido como

> "miseravel homem que sendo um louco fanático, aliaz engenhoso e poeta, deslumbrou muita gente com a sua hypocrisia, facil de descobrir da falta de humildade com que se atirava a quem contradizia os seus desatinos" [1].

A carta régia de 12 de maio de 1798 mandara que se voltasse aos empreendimentos missionários.

Mas no Brasil, mesmo já independente, continuava a morte espiritual.

No fundo de tantas vicissitudes humanas, a administração imperial compreendeu que os contingentes nativos só poderiam ser trazidos à comunhão nacional pela ação dos missionários, no sistema paternalístico. Não era sistema perfeito, especialmente na Amazônia, mas, por certo, melhor que a secularização de 1759, oferecia a melhor e viável proteção possível de se obter no Amazônas [2].

Com ela cooperariam os Bispos do Pará.

Surgiram e reabriram-se os Seminários, de onde haveriam de sair os reforços para o apostolado do Evangelho e da Civilização [3].

A essa altura, por ocasião da Independência do Brasil, a desacreditada Capitania de S. José do Rio Negro, tinha passado novamente a Comarca do Alto Amazônas.

---

1 — *Visita primeira* de D. Frei João de S. José Queiroz, em CASTELLO-BRANCO, Camillo, o. c., pág. 199.

2 — E' significativo, pois se está voltando àquela idéia.

3 — R. P. P. A., Rio, 1906, vol. I, pág. 129 s.: Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda, 5/IX/1852.

Começou, então, a reorganização dos serviços de Catequese na Amazônia. Em 1828 escreveu o Cônego André Fernandes de Sousa:

> "Qualquer sacerdote que não occupa função alguma publica por falta de talentos, ou pelo sentir humilde de si mesmo que conhece o espírito de sua vocação ao Sacerdócio, decide melhor os sucessos publicos: então os que admirão a prosperidade das Provincias, e o seu crescimento, com o limitado conhecimento humano atribuem á [*ilegivel*] e profunda política dos Magistrados; mas se podéssem vêr na sua causa superior e occulta [*ilegivel*]-se-hião nos nossos Al[*ilegivel*]s, e contra as mãos [*ilegivel*] fiel, e humilde Sacerdote" [4].

Em 1833 já se contavam doze missionários. Porém, deparou-se com uma dificuldade, se bem que movida por muito reta intenção: no Brasil a máquina da catequese continuava a ser movida pela côrte e pelo Parlamento.

Daí surgiram não pequenos obstáculos: as exigências da autoridade civil perante as prementes necessidades, e a impossibilidade de manter os compromissos tomados pelos minguadíssimos religiosos das minguadas Ordens.

Depois do decreto de Pombal [1755] a respeito da liberdade dos índios, declarando supérfluo o trabalho dos padres, os Franciscanos da Província de Santo Antônio (Portugal) tinham, todavia, ficado no Pará, e também poucos Carmelitas. Outros poucos Capuchinhos só chegaram ao Pará em 1843. Entre êles era dividido o ingente trabalho missionário de tôda a Amazônia.

OS CARMELITAS

Coube à Venerável Ordem Carmelita fazer renascer ao Cristianismo a região do Rio Madeira.

As *Memórias da Ordem do Carmo em Portugal* nos falam duma Vigararia, à qual desde 1724 pertenceria o distrito de todo o Rio Madeira. Todavia, pelo exposto até aquí, sabemos que, na prática, não foi pròpriamente assim. O mesmo deve dizer-se do *Breve Compendio del Origem y Antiguidad de la Sagrada Religion del Carmen* quando se refere, embora publicado em Madrid em 1766, ao ano de 1750.

Realmente, foi quando Mendonça Furtado, em viagem feita em

---

4 "Apendice à Memoria precedente offerecido ao Ex.^mo e Rmo Senhor Dom Romualdo Antonio de Seixas: do Conselho de Sua Magestade Imperial e Arcebispo da Bahia pelo Conego André Fernandes de Sousa. Pará 1.º de Setembro de 1828". Ms. da Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata (Belém-Pará).

1755, elevou Trocano a Vila, mudando-lhe o nome para o de Borba, a Nova, que os Carmelitas receberam também aquela igreja.

Sòmente em 1827, porém, a umas 16 léguas acima de Borba, êles fundaram uma missão pròpriamente dita: como tôdas, vagou ora para cá ora para lá, mas sempre por coisa de légua acima ou légua abaixo. O lugar chamava-se *Sapucaiaoroca*. Existe ainda hoje com o mesmo nome.

SAPUCAIAOROCA

Nome e povoação têm uma origem lendária mirabolante.

Pouco abaixo do lugar em que se acha assentada — referiam os índios —, existiu outrora uma outra povoação muito maior do que esta, e que, um dia, desapareceu da superfície da terra, sepultando-se nas profundidades do rio.

E' que os Mura, que então a habitavam, levavam vida desordenada e má; nas festas que celebravam em honra de Tupana, entregavam-se a danças tão lascivas e cantavam cantigas tão impuras, que faziam chorar de dor aos *Anga-turámas*, os espíritos protetores que por êles velavam.

Por vêzes os velhos e inspirados pajés, sabedores dos segrêdos de Tupana, os haviam advertido de que um tremendo castigo os ameaçava, se não rompessem de uma vez para sempre com a prática criminosa de tantas abominações.

Mas, cegos e surdos, os Mura não queriam nem crer no mal que praticavam, nem ouvir as admoestações que se lhes faziam.

Um dia, pois, em meio das festas e das danças, enquanto mais quente fervia a orgia, tremeu de súbito a terra, e na voragem das águas do rio que se erguiam, desapareceu a povoação.

As altas barrancas que ainda hoje alí se vêm, atestam a profundidade do abismo em que foram arrojados a povoação e os réprobos...

Depois, muitos anos depois, foi que começou a surgir a atual povoação que ainda não pôde atingir o grau de importância daquela que fôra submergida.

Os Mura foram de novo habitá-la: mas, em breve, por entre a escuridão da noite, começaram a ouvir, tranzidos de mêdo, como o cantar sonoro de galos, que incessante se erguia do fundo das águas.

Consultados os pajés venerandos, que prescrutavam os segrêdos do destino, declararam que o cantar do galo, ouvido em horas mortas da noite, provinha daquêles mesmos *anga-turámas*, que deploraram outrora a misérrima sorte da povoação submergida. Ainda protetores dos filhos da tribo dos Mura, serviam-se do canto despertador dos galos da Sapucaiaoroca [— galinheiro] submergida, para recordarem o tre-

mendo castigo por que passaram seus maiores, e desviarem a nova geração do perigo de sorte igual [5].

O Fundador da Missão de Sapucaiaoroca foi o paraense **Frei Joaquim de Santa Luzia.** Homem dinâmico, sentindo menos dificuldade para alardear seus conhecimentos de artilharia e balística, do que, talvez, para dirigir um rebanho de almas. Em 1818 era Vigário de Vila de Moura e Carvoeiro, no Rio Negro; já em 1832, porém, após ter deixado Sapucaiaoroca, encontrava-se entre os revolucionários que pretendiam separar a Comarca do Alto Amazonas da Província do Pará. Nessa ocasião foi-lhe entregue o comando de uma espécie de fortificação nas Lajes, foz do Rio Negro. Aliás, tôda a revolução fôra planejada por êle com outro carmelita paraense, Frei José dos Santos Inocentes, e Frei Inácio Guilherme da Costa, dos Mercedários [6]. Naquêle mesmo ano **Frei José dos Santos Inocentes** passou pelo Rio Madeira rumo ao Rio de Janeiro, como parlamentário dos Revolucionários da Barra do Rio Negro (Manáus) [7]. Nessa ocasião não deixou, talvez, de missionar o Alto Madeira [8].

A Missão estava em um local lindo, tanto pelo terreno, como pela vista. O Rio Madeira aí tinha apenas 495 braças de largura pela frente, e 220 para o aldeiamento dos índios.

A Capela de madeira tinha 34 esteios, sendo o seu orago *São Sebastião* [9]. Nela e, quando ainda em construção, numa casa particular, foram realizados batizados e casamentos de índios Mura, Mundurucú, Arara e Urupá. Os dados estatísticos à mão nos falam de 30-40 e mais por vez [10].

O Presbítero Secular e Vigário Colado de Borba, Antônio Francisco da Silva Franco que visitara a Missão a 11 de abril de 1853, viu muita atividade, muitas casas bem construídas, boa ordem e muitos índios [11].

Êsses bem governados pelos seus tuchauas [12], não apenas eram empregados para o progresso do aldeiamento, mas também foram con-

---

5 - SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Comisão do Madeira*, Rio, 1875, 2.ª parte, pág. 124 nota.
A análise desta lenda nos faz supôr tenha sido forjada por missionários ou sob influência dêles a escopo de catequese.

6 — ABREU, José Coelho da Gama [Barão de Marajó], *As regiões Amazônicas, Estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*, Lisbôa, 1895, pág. 229; PRAT, André, O. C., o. c., pág. 291; AMAZONAS, Lourenço Silva Araujo e, o. c., pág. 328-329.

7 — PRAT, André, O. C., o. c., pág. 298.

8 — REIS, Arthur Cezar Ferreira, *A conquista espiritual da Amazonia*, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1942, pág. 76.

9 — A. P. A., Coleç. Pinheiro, doc. 170, 11/V/1852.

10 — Idem, doc. 65 e 133, 12/IV/1853 e 10/VIII/1854.

11 — Idem, doc. 45, 11/IV/1853.

12 — Idem, doc. 149, 1.º/V/1853.

tratados para a construção da igreja de Borba [13]. De fato o aldeamento era populoso, graças a várias entradas e descimentos.

Tudo era relativo: a 3 de fevereiro de 1853

> "se encontravam 98 indios em trabalhos da aldeia, mas devido às más práticas só existem 42 com duas praças [14].

A 7 de julho de 1853 eram 232, sendo 99 homens e 133 entre índias e crianças [15].

Tôda a atividade em Sapucaiaoroca não podia ser atribuída exclusivamente ao missionário. Alma da ação penetrante e expansivista era o cidadão José Maria da Conceição, diretor das aldeias de Murumtuba, Sapucaiaoroca, Marauá, Mataurá e Aripuanã [16].

Além do trabalho realizado em Sapucaiaoroca, começou a construir casas para os índios do rio Aripuanã [17], tendo nomeado Francisco Bentes, em vista dos serviços prestados, para Diretor dos índios daquêle rio e do Mataurá até o Rio Machado [18].

Desde Sapucaiaoroca até o Rio Machado, em 16 de maio de 1853 dava-se assistência a 3 aldeias: de Mundurucú (abaixo de Sapucaiaoroca), de Mura (entre Sapucaiaoroca e Aripuanã); outra de Mundurucú (até Mataurá) e de Mura (até Atininga). Havia doze malocas de Mura: Amatupiri, Manicoré, Capana, Rio Marmelo, Baêtas, Lago do Antônio, Machado, onde havia também índios Torá, assim como os havia no Rio Uruapiara. No *Roteiro dos Nomes das Aldeias existentes no Rio Madeira*, lê-se:

> "todos são mansos e comercião" [20].

Em maio daquêle ano Francisco Portilho desceu do Rio Machado duzentos e tantos índios Aurupá; informava que naquêle rio existia "maior porção de outras duas tribos Araras e Torás, e queria ver se os aldeava"!... [21]

---

13 — Idem, doc. 100, 7/VII/1853, doc. 139, 21/VIII/1953.
14 — Idem, doc. 170, 11/V/1852, doc. 9, 3/II/1853.
15 — Idem, doc. 170, 7/VII/1853.
16 — Idem, doc. 14, 17/II/1853, doc. 60, 13/V/1853, doc. 61, 14/V/1853.
A nomeação para êsse cargo de José Maria da Conceição tinha sido feita pelo Presidente da Província a 17/II/1853, com base no art. 2 do Regulamento baixado pelo decr. 426 de 24/VII/1845.
17 — Idem, doc. 84 e 86, 20/VI/1853.
18 — Idem, doc. 64, 16/V/1853; cfr. doc. 63, 16/V/1853.
19 — Idem, doc. 134, 10/VIII/1854.
20 — Idem, doc. 63, 16/V/1853: não se fala de Parintintin!
21 — Idem, doc. 91, 2/VII/1853.

Tudo arrefeceu. Arrefeceu, apesar das nove praças que o Comandante das Fôrças de Borba enviara a Sapucaiaoroca para evitar qualquer atentado dos índios Arara [22]. Arrefeceu, não sòmente porque rio acima até ao Machado, a região era tôda insalubre [23]: arrefeceu simplesmente como tantos outros empreendimentos no Amazonas onde tudo é difícil!!

A NOVA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Frei Joaquim de Sta. Luzia e Frei José dos Inocentes, Carmelitas, mantiveram acesa, seguindo as pegadas de Manoel Gama Lobo de Almada, a luta para a emancipação do Amazonas. Na realidade a Comarca do Alto Amazonas nunca existira no coração dos Amazonenses!

Quando a Assembléia Paraense se manifestou contrária à nova Província, do seu seio surgiu a voz de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que apresentou esta lacônica proposta:

> "Indico que se dirija à Assembleia Geral uma representação para que a Comarca do Alto Amazonas seja elevada à categoria de Provincia".

Foi no dia 4 de novembro de 1844.

Com a morosidade das coisas daquela época, o projeto da autonomia de Amazonas, veio à baila quase seis anos mais tarde, na sessão da Assembléia Geral de 22 de julho de 1850. O Senador Vergueiros e o Deputado Sousa Franco alegavam contra o projeto não ter a Comarca nem população nem rendas para o custeio de seu govêrno.

Surgiu então, naquela circunstância, o maior defensor do projeto Tenreiro Aranha. Foi o Senador José Saturnino da Costa Ferreira que secundado pelo Marquês de Abrantes, arengou nesses têrmos memoráveis e inesquecíveis:

> "Senhor Presidente, tenho um fato sobre o qual chamo a atenção do Senado; a Comarca do Rio Negro, enquanto foi administrada por Governadores, no tempo da monarquia absoluta, prosperou; o Rio Negro estava progredindo. A renda pública tinha aumentado; a colonização tinha prosperado; a população tinha-se avantajado; havia comércio com a capital e com os estados vizinhos; havia estabelecimentos que se acha-

---

22 — Idem, doc. 131, ofício de José Maria da Conceição ao Tenente Victor da Fonseca, Comandante das forças de Borba, Sapucaiaoroca, 8/VIII/1853; cfr. doc. 137, 17/VIII/1853 e doc. 138, 21/VIII/1853.

23 — Idem, doc. 27, 20/III/53.

(Mapoteca da Biblioteca Municipal de S. Paulo)

Mapa publicado por William Faden em junho de 1807, feito sôbre mapas do séc. XVIII

(A. P. Amazonas)

Ata da instalação da Província do Amazonas

vam em via de progresso. È um fato incontestavel, provado por documentos oficiais e exatos".

A oposição foi vencida.

A lei 582 de 5 de setembro de 1850 criou a Província do Amazonas, sendo inaugurada e instalada a 1.º de janeiro de 1852 pelo seu primeiro Presidente, João B. Tenreiro Aranha.

A nova Província não tinha mais que 40 mil habitantes e apenas 7 escolas. Comprendia uma só Comarca, dois Têrmos com fôro independente, quatro Municípios, vinte freguesias, dezoito Distritos de Paz, duas Delegacias e onze Subdelegacias de Polícia. Havia 39 praças militares para assegurar a ordem e tranqüilidade em tôda a extinta Comarca.

As rendas anuais de três contos de réis, logo no primeiro ano da Província subiram a 19 contos! Foi imediatamente organizada a Guarda Nacional, em suma, Tenreiro Aranha acudia com solicitude a todos os serviços públicos completando sua obra de organização.

Ensaiaram-se novas páginas missionárias. Não havia razão porque assim não fôsse. O clero brasileiro amazonense em seu porte majestoso, em sua empolgante vibração cívica, inflamara outrora os espíritos para a emancipação da Província, e não estivera ausente na instalaçao da mesma. Mas em tôda a nova Província existiam apenas três Missões de Catequese, no Japurá, no Tocantins e no Andirá. Outra reforma havida no *Diretório* com o regulamento de 24 de julho de 1845 tinha trazido pouco ou nenhum proveito [24].

OS FRANCISCANOS

Logo em 1852 foi criada u'a Missão no Madeira, sendo encarregado interino o Vigário de Borba [25]. Entretanto, o decreto de ereção legal é de 3 de março de 1853. Chamava-se *S. Pedro de Alcântara,* a 516 milhas de Manáus; foi também, por aquêles anos, sede de uma praça militar [26].

Essa missão foi entregue aos Franciscanos, que, num sentido bastante vago, já deviam ter trabalhado por muito tempo no Rio Madeira. O missionário escolhido, esperado com mais outros companheiros desde o comêço de agôsto de 1854, foi o **Frei Joaquim do Espírito Santo Dias**

---

24 — R. P. P. A., Rio, 1908, vol. II, pág. 19-20, Manuel C. Carneiro da Cunha a Manuel Gomes Corrêa de Miranda, 19/I/1863.

25 — R. P. P. A., Rio, 1905, vol. I, Manuel Gomes Corrêa de Miranda, Vice-Presidente do Amazonas, falando à Assembléia Legislativa, 5/VIII/1852.

26 — Idem, l. c., Conselheiro Herculano Ferreira Pena, 11/III/1855; R. I. H. G. B. XIX (1898), pág. 124-131, Relação oficial de João Wilkens de Mattos, assinalando as Missões ou Catecheses do Rio Amazonas, 7/VIII/1855.

e Silva [27]. A 15 de setembro [1854], fundava a missão em virtude das instruções recebidas, tendo-lhe sido outorgado um auxílio orçamentário de 2.000$000 [28]. O território da Missão extendia-se desde o Rio Aripuanã ao Machado; a sede estava a uns 400 ms. acima da localidade atual homônima, pouco abaixo da ilha de Pupunhas. Deve ter havido alguma atividade agrícola e um desenvolvimento relativo, uma vêz que a margem da vizinhança apresenta vegetação nova, convidativa à lavoura, dando o aspeto, vista do meio do rio, mais de um bosque florestal, que de uma mata virgem.

No entanto, os frutos não foram satisfatórios. A sede da Missão, que oferecia vasto campo ao zêlo e dedicação do seu missionário entre diversas hordas de índios bravios, e mesmo antropófagos, até 1855 ainda fazia esperar os decantados resultados consoladores [29]. Havia índios Arara que atacavam a região e pretendiam voltar aos ataques [30]. Havia os famosos Mura: tinham passado três quartéis de século de paz inesperada, atribuída pela crença popular às fervorosas preces do bispo D. Frei

---

27 — Não se tratava de um capuchinho, como parece insinuar a obra *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*, citando uma relação oficial de 7 de agôsto de 1855. Essa confusão é aliás freqüente, se se considera que, desde os primórdios do Brasil-colônia, os Franciscanos eram designados com o nome de *Capuchos de Santo Antônio*.

Para o nosso caso desaparece a dúvida ao fazermos uma outra consideração. E' antiga praxe dos frades Capuchinhos mudarem o nome de família ao ingressarem na Ordem, tomando como sobrenome o do lugar de nascimento. Verdade é que, o descuido dessa prática provocou mais tarde o *monitum* do Ministro Geral, Pe. Frei Pacífico de Sejano [14 de julho de 1912]. Entretanto todos os Capuchinhos que estiveram no Pará na quadra histórica de que nos ocupamos, tinham observado a praxe Capuchinha.

Frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva era, pois, da Ordem dos Frades Menores. Secularizou-se, foi para Portugal e não voltou para Maués donde saíra. Cfr. SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Lembranças e curiosidade do Valle do Amazonas*, Pará, 1873.

HOLZAPFEL, H., O. F. M., *Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens*, Freiburg Br., 1909, pág. 141. R. I. H. G. B., XIX (1898), pág. 124-131.

28 — R. P. P. A., vol. I, Doc. 43 anexo C à Fala na Assembléia do Vice-Presidente Manuel Gomes de C. Miranda, 5/IX/1852.

A subvenção de 150$000 [provisão de 12/VIII/1752 e Ordem de 21/2/1759] tinha sido cassada pela lei orçamentária de 15 de novembro de 1831. Cfr. TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M., o. c., pág. 69. Em 1852 foi concedido o auxilio de 1:308$000 para a Catequese dos Mura; daquêle ano até 1868 foram orçados para a catequese 536$000!!! Isso é o que afirmou o Cel. Leonardo Ferreira Marques a 26/XI/1868, e que se lê nos Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, *As tribus do Alto Madeira*, J. S. A. P., XVIII, (1926)

29 — R. I. H. G. B., XIX (1898), pág. 129-130.

30 — R. P. P. A., vol. I, pág. 121, Fala na Assembléia do Vice-Presidente Manuel Gomes de Corrêa Miranda, 5/IX/1852.

Caetano Brandão, ou motivada, antes, pela expansão dos Mundurucú, que fizeram entre os Mura horrorosa carnificina [31]. O fato é que tendo por isso procurado a proteção dos civilizados contra aquela tribo inimiga, o número dos Mura elevou-se de muito. Desaparecido este respeito, recomeçaram suas depredações pelo Madeira; assim os encontrou o missionário [32]. Cometiam nefandos crimes contra pessoas inermes e chegaram a insurgir-se contra o seu próprio Tuchaua [33]. Por isso foi reforçada a vigilância militar: instalou-se uma ronda fluvial em embarcação bem armada para prender os malfeitores [34].

A 7 de fevereiro de 1856, Frei Joaquim foi removido para a Missão do Rio Branco, onde iria mostrar muitíssimo zêlo. Antes mesmo, porém, de seguir para seu novo destino, os Mura — em junho de 1856 — assaltaram-no à altura da ilha das Onças, matando-lhe dois índios e um soldado. Então seguiu sem demora para o Rio Branco. Lá ficou, coisa de um ano mais ou menos, até 1857. Nesse momento da história havia apenas dois missionários em todo o Amazonas e Frei Joaquim era o mais zeloso [35].

Também a Missão de Sapucaiaoroca reviveu. Deve-se a **Frei José Alvares das Chagas.** Com acerto o Pe. Prat o chama de fundador da Missão [14/VIII/1857] pois a sua ação evangelizadora em um bom trecho do Rio Madeira, lembrada por muitos anos, lhe valeu o honroso título *Las Casas ou Anchieta da Mundurucânia.* Falava bem o tupi e empregava esta língua quando catequizava os índios. Foi falecer em Borba. Era o tipo ideal do missionário católico, amigo dedicado dos índios que também lhe votavam essa afeição sincera, profunda e dedicada dos filhos da selva. Dêle teremos de nos ocupar, muito mais adiante. Parece-nos porém, que se refere a êle um documento do Arquivo da Cúria Generalícia da Ordem do Carmo, em Roma, e que o Pe. Prat transcreve à pág. 96 das *Notas Históricas*:

"Io ho conosciuto uno religioso Carmelitano chiamato

---

31 — O Pe. PRAT na o. c. publica uma interessante certidão coletiva de batismo de vinte índios Mura (fora da região do Madeira), datada em 20 de junho de 1785.

32 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, o. c, l. c.; FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Noticias da voluntaria redução de Paz e Amizade da feroz Nasção do Gentio Mura, nos Annos de 1784-85 e 86*, B. N. R. J., Ms. I-11, 1, 25.

33 — R. P. P. A., vol. I, pág. 23, Observações de João B. de Figueiredo Aranha sôbre o Relatório do Presidente do Pará, 30/IV/1852; idem, pág. 461, Manuel Gomes de Corrêa Miranda, 28/I/1856.

34 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, o. c..

35 — R. P. P. A., vol. I, D. João Pedro Dias Vieira, 8/VII/1856 e 26/II/1857; R. I. H. G. B., XIX (1898), pág. 124-131, Relação oficial de João Wilkens de Mattos, assinalando as Missões ou Catecheses do Rio Amazonas, 7/VIII/1855; REZENDE de Taubaté, Modesto, MOTTA de Primerio, Fidelis, O. M. C., o. c., pág. 254.

il Patre Chiato del quale tutti gli habitanti confessavano haver battesato solo piu de ottenta milla persone in aquil vasto Dominio" [36].

Os Padres Carmelitas não puderam manter-se por muito tempo naquela Missão; em 1858 havia só 277 índios Mura [37]. Bem se podia afirmar que não havia mais nada pelo Madeira. Evidentemente, como em tôdas as outras partes, os resultados do trabalho entre os índios nêsse período foram dos mais acanhados. A falta de missionários, sobretudo de missionários esclarecidos, animados de fervor religioso e de patriotismo, juntamente com a insuficiência de meios pecuniários e dum sistema mais apropriado, tudo isso concorreu para novas grandes emigrações indígenas [38].

Em todo caso, seria muito grande injustiça negar à Ordem do Carmo o direito ao encômio pelo trabalho realizado no Rio Madeira. E não sòmente no campo espiritual. Bastará lembrar que se deve a Frei Manuel da Esperança a primeira notícia da borracha nesta região, e da sua utilidade [39].

CRATO

Por ofício do Bispo diocesano de 17 de março de 1857, S. Pedro deixou de ser freguezia [40].

Frei Joaquim regressou ao Rio Madeira em 1858, mas foi para o Crato, umas vinte milhas mais acima: lá estava aldeado certo grupo de índios [41].

A êsse tempo *Crato* já possuia uma história também, e tivera uma evolução geográfica, bastante ligada com o Salto do Teotônio, que tentava retomar vida. A criação da paróquia de *S. João do Crato* no Rio

---

36 — REIS, Arthur Cezar Ferreira, o. c., pág. 69-71.

37 — R. P. P. A., Rio, 1906, vol. II, pág. 148, João Wilkens de Mattos, 25/VIII/1858.

38 — R. P. P. A., Rio, 1906, vol. II, pág. 7, Fausto Augusto de Aguiar, presidente do Grão Pará, a João B. de Figueiredo Tenreiro Aranha, Presidente da Província do Amazonas, 9/XII/1851; idem, pág. 30, Observações de João B. de Figueiredo Tenreiro Aranha sôbre o relatório do Presidente do Pará, 30/IV/1852.

39 — SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, o. c., 2.ª parte, pág. 22; REIS, Arthur Cezar Ferreira, *O Seringal e o Seringueiro*, Rio, I. B. G. E., 1953, pág. 50-51.

40 — R. P. P. A., vol. II, pág. 15, Francisco José Furtado, 7/VIII/1858.

41 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, *Os Indios Parintintins do Rio Madeira*, cópia da Biblioteca particular de Manuel Lobo (Três Casas — Humaitá do Rio Madeira, Amazonas). O original da 1.ª parte foi destruído porque inaproveitável, a 2.ª parte pertence ao Arquivo da Paróquia de Humaitá, oferecida pelo próprio Curt. Uma e outra parte foram publicadas no J. S. A. P., vol. XVI (1924), pág. 201-278.

Madeira, era de 1755 [23 de dezembro]. Provàvelmente onde surge a cidade de Manicoré. Sabemos, porém, que espécie de paróquia "à la Pombal" era aquela!

Assim é que em 1797 houve uma nova fundação homônima no alto Madeira, diante da foz do Rio Jamari, onde hoje surge o povoado de São Carlos do Jamari. Tratava-se de degredados e ciganos portuguêses, moradores do Rio Negro. Só no ano seguinte, porém, subiram até lá os colonos fundadores.

A escolha do local foi das mais infelizes! Proliferavam os mais horrorosos males endêmicos: hidropisia, icterícia, escorbuto, febres, erupções cutâneas. O povoado foi entregue à direção do Ouvidor da Capitania do Rio Negro, Luiz Pinto de Cerqueira. Mas, em 1801 enfermou gravemente, sendo substituído pelo Capitão Marcelino José Cordeiro. Êste mudou a localidade mais abaixo, onde ainda existe um grupinho de barracas, a que chamam *S. João do Crato*. Esta colônia foi criada em 1802 para livrar os moradores das correrias dos índios Juma: ninguém saía do povoado por motivo nenhum! Em S. João do Crato achava-se estabelecido o registro do ouro para as canoas que desciam de Mato Grosso. Era um destacamento que, como outros, servia para fazer chegar as ordens reais até Mato Grosso [42].

Entretanto, no princípio de 1801 [ou 1802] o Capitão Marcelino destacou de S. João do Crato um piquete de cincoenta praças, e foi fixar-se no Salto do Teotônio. Mudou-se, porém, no mesmo ano, novamente para a boca do Jamari, afluente do Alto Madeira [43].

Em 1803, também o 2.º Ouvidor do Crato tombava vitimado pelo clima, conhecido como foco do maior número de doenças.

O plano do Governador do Rio Negro, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, quis em 1804 engrossar a população do Crato, com dez ou doze casais de índios da Missão de Vila Nova da Rainha. A coisa, se bem que difícil, era exeqüível. Os documentos silenciam: é fácil deduzir-se uma melhora na povoação do Crato, já que um ano depois "tinha recebido duzentos paneiros de farinha e também não havia lá novidade" [44].

---

42 - ABREU, José Coelho da Gama e, [Barão de Marajó], o. c., pág. 129. A umas centenas de metros abaixo, surge hoje *S. José do Crato*, nascida da divisão de bens do proprietário dos terrenos de São João do Crato.

43 — LEVERGER, Augusto [Barão de Melgaço], *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Provincia de Matto Grosso*, R. I. H. G. B, XLVII (1884), 1.ª parte, pág. 411-412; AMAZONAS, Lourenço Silva Araujo e, o. c., pág. 89-99, 262-263; PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II, pág. 416.

44 — Carta do Conde dos Arcos, governador a José Pedro Cordovil, Pará, 1.º/III/1804; idem ao Revdo. Missionário Frei Feijó Alz. das Chagas, Pará, 2/III/1804; idem a José Antônio Salgado, 4/II/1805: Documentos n.º 4-5-6, pu-

O Presidente do Pará descretara a nova fundação com o nome de *Colônia Nova*. A propaganda foi acima da realidade: sítio nobre, planície, arejado, a duas léguas havia campos com muitos riachos e fartura de caça, cervos, corças, lebres, lobos da Europa, coelhos e perdizes!!! Só faltava criar fazendas de gado! [45]

Todavia Crato estava mal fadada! tanto assim que com a insalubridade, havia muita malignidade também por parte do govêrno que a tornara um simples lugar de desterro. Para seu degredo partiram o Governador D. Francisco de Sousa Coutinho com o lente de filosofia José Eugênio de Aragão e Lima, e o Presidente Marcelino José Cardoso com o buliçoso Arciprestre **João Batista Gonçalves Campos** [sedição de 7/XIII/1831 no Pará][46]. Que poderia fazer no Crato êsse sacerdote quase indiferente aos deveres do sacerdócio com todo o tempo e cuidados absorvidos pelas lutas políticas? Tinham sido ineficazes os repetidos conselhos do Bispo, as admoestações e censuras chamando-o para o bom caminho, convidando-o a abandonar a vida agitada que passava! Felizmente nem chegou ao Crato, pois ainda na ilha Tombeira acima de Amatari, se

---

blicados por REIS, Arthur Cézar Ferreira, *As origens históricas de Parintins*, Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, 1944, pág. 253-55.

45 — Cônego André Fernandes de Sousa, Apêndice à Memória etc., Pará, 1.º/9/1828. Ms. da Biblioteca particular do Dr. Frederico Barata.

46 — Cgo. JOÃO BATISTA GONÇALVES CAMPOS nasceu no rio Acará (Pará), em 1782, filho de Matheus Gonçalves Campos e Maria Bernarda de Jesus. Ordenou-se em 8 de junho de 1805 e foi beneficiado a 5 de fevereiro de 1809. A 5 de fevereiro de 1815 foi nomeado cônego. Foi um dos maiores propagadores da independência no Pará, pelo que foi prêso repetidas vêzes: espírito vivo e partidário das idéias liberais, lutara contra as convenções de Greenfell. Foi amarrado à boca dum canhão para humilhá-lo ou mesmo para matá-lo isso não se realizou devido à intervenção de amigos [17/X/1823]. Enviado prêso à fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro, foi absolvido, obtendo ainda a comenda de Cavalheiro da Ordem de Cristo. De regresso ao Pará, teve de fugir para o Maranhão, sempre por causa de suas idéias politicas. A 10 de março de 1825 foi prêso como republicano, mas novamente absolvido: como da primeira vêz regressou do Rio com novas honras. Cavalheiro da Ordem do Cruzeiro e Arcipreste da Catedral de Belém, onde tomou posse a 1.º de agôsto de 1826. Ou por ver contrariar as suas aspirações ao mando que tanto ambicionava, ou por sentir menosprezada a sua influência de que era muito cioso, ou enfim por ver nulificar muitos dos seus atos contra seus adversários, manifestou-se em oposição ao govêrno paraense do último período da administração de Machado de Oliveira, servindo-lhe de órgão o jornal "Publicador Amazoniense" de que era o principal redator. Criou o Partido Filantrópico do Pará, para reunir os Paraenses na defesa da Constituição e do novo estado de coisas que parecia ameaçada. Mas os seus estatutos nem chegaram a ser aprovados, porque desde o princípio de sua existência as autoridades se lhes mostravam hostís. Sabemos, porém, que o seu fim ostensivo era: instruir nas verdades políticas e sociais, defender as liberdades públicas e particulares, e debelar o despotismo.

evadiram todos: o Cônego Batista Campos refugiou-se em Juruty e fêz-se reconhecer Vice-Presidente do Pará em Vila Franca, Faro, Óbidos, onde a câmara municipal reconheceu que a autoridade dêle era a única que emanava da lei! [47]

Crato voltou, porém, — em 1828 — a ter um refôrço de povoamento com outros desterrados [48]. Mas os moradores estavam pouco acostumados à agricultura: homens e mulheres dormiam em barracões diferentes para não fugirem. Havia mais um barracão chamado Vila Mazagão, para escravos fugitivos. Certo dia o sargento Manoel Batista de Carvalho que não queria morrer naquela miséria mandou incendiar o resto do reduzido povoado, e os poucos militares do destacamento se retiraram [49]. Com o incêndio o lugar parece ter-se tornado mais saudável.

Assim é que à sua chegada ao Crato, em 1858, Frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva encontrou sòmente alguns índios Mura e outros, perfazendo um total de 125. Ainda falavam do missionário com respeito e santidade, porque

> "doutado de não comum zelo, caridade e desinteresse, serve de Pastor e não de Lobo as suas inúmeras ovelhas" [50].

Porém, no Crato, Fr. Joaquim adoeceu logo depois da sua chegada

---

Machado de Oliveira soube aproveitar-se de sua elevada posição para atrair a si os descontentes do seu adversário e desmoralizá-lo por todos os meios possíveis. Em uma loja maçônica estabelecida na Capital do Pará, por ocasião de ser proposto Batista Campos para membro da mesma, Machado de Oliveira falou acremente contra a proposta e conseguiu que fôsse rejeitada. O Cônego não se deixou fàcilmente vencer, e, longe de se mostrar agastado, declarou que não queria nem lhe era possível ser maçon por ser *Padre de Cristo*. Daí em diante tratou de prevenir o espírito do povo ignorante contra a maçonaria: por tôda parte por si e por intermédio dos seus correligionários, fêz propalar que esta instituição era um parto do inferno para combater a Igreja e seus ministros.

O Cônego Batista Campos morreu a 31 de dezembro de 1834 em Rosário, no furo Atituba, tributário do Rio Barcarena, por uma infecção causada barbeando-se.

RAIOL, Domingos Antônio [Barão de Guajará], *Motins Políticos*, S. Luiz do Maranhão, 1868, vol. II, passim; idem, o. c., vol. III, Rio, Typ. Hamburgueza do Lobão, 1883, passim; AMAZONAS, Lourenço Silva Araujo e, o. c., pág. 89-99, 262-263. PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II, pág. 416; LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], o. c., 411-412; Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém-Pará.

47 — RAIOL, Domingos Antônio [Barão de Guajará], o. c., l. c.

48 — KELLER-LENZINGER, Franz, *The Amazon and Madeira Rivers*, London, 1874, pág. 41.

49 — SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de, o. c., pág. 283.

50 — R. P. P. A., I, pág. 140, João Wilkens de Mattos, 25/VIII/1858.

51 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, o. c..

e nada conseguiu[51]. Retirou-se então para Portugal, onde morreu em 1877[52].

Ainda por aquêle ano, ou em 1859, transitou pelo Rio Madeira um frade italiano que, vindo da Bolívia, ia à Itália; na realidade, não houve outra tentativa de conquista espiritual em todo aquêle tempo[53].

Dois anos mais tarde a lei provincial n.º 106 de 5 de dezembro de 1860 transferiu a séde da freguesia de São João do Crato mais abaixo, na localidade de Baêtas, sempre no Rio Madeira, conservando o mesmo orago. Foi uma honra para Baêtas, e nada mais! Posteriormente outra lei provincial, n.º 177, [6 de julho de 1868] transferiu mais uma vez aquela freguesia para a linda igrejinha de Nossa Senhora das Dores, em Manicoré, mandada construir pelo Major Manoel Pereira de Sá, fundador da Vila, subdelegado e chefete feudal da Freguesia[54]. Sòmente vinte anos mais tarde Manicoré receberia o seu primeiro pároco.

Crato passou assim a uma insignificante expressão potamográfica do Rio Madeira[55] e a imagem de São João Batista, que desde a foz do Rio Jamari vinha peregrinando há perto de cem anos, ficou relegada — ao que parece — em um nicho da Matriz de Manicoré[56].

Por aquêles anos missionou ainda as bandas madeirenses certo Pe. Pizzote que acabou massacrado pelos índios Anicoré [Onicoré][57].

---

52 - PUETTER, Frei Pancrácio, O. F. M., *A missão Franciscana no Estado do Amazonas*, em "Santo Antonio", Órgão da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, Recife, 1934, ano I, n.º 2, pág. 5.

Há algum equívoco, quando o autor parece insinuar que Frei Joaquim se tinha retirado definitivamente em Junho de 1856.

53 — MACCHETTI, Fray Jesualdo, *Diario del viaje fluvial del Padre Fray Jesualdo Macchetti; Misionero del Colegio de La Paz, desde S. Buenaventura y Reyes hasta el Atlantico em 1869*, La Paz, Imprenta de "El Siglo Industrial, 1886, pág. 68.

54 — Idem, o. c., pág. 62-63: a igreja tinha 25 passos de comprimento e 8 de largura; 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Manicoré (Rio Madeira — Amazonas).

55 — Um dos primeiros sacerdotes que trabalharam em Manicoré foi o CÔNEGO ANTÔNIO FERREIRA DE PAULA, pasteriormente [1894] encarregado de angariar donativos para a diocese do Amazonas. Era proprietário do Crato. Dispendia somas avultadas que o sócio-gerente dilapidava. Tendo resolvido visitar a propriedade, o gerente caluniou-o de modo vil. Ambos abandonaram a obra tão mal iniciada. O cônego Antônio voltou para Manicoré, alquebrado. Trancou-se em casa. Nem ao único empregado que tinha consigo, disse o que sofria. Dias depois morria de traumatismo moral! Tinha sido ordenado em Fortaleza (Ceará) a 30/XI/1871. 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Manicoré; RAMOS, D. Alberto Gaudêncio, o. c., pág. 45. PUETTER, o. c., 1944, ano II, n.º 2, pág. 29, parece não admitir a incumbência que o cônego Antônio recebeu em 1894, e dá-lhe como propriedade deduzindo dos escritos do Pe. Macchetti — Baêta e não Crato.

56 — Há outra imagem em S. João do Crato.

57 — 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Manicoré.

Já em 1869 no Crato havia apenas uma casa pertencente ao *coronel* Leonardo Terreira, [Ferreira?] de Manáus, mais duas barracas para os trabalhadores do mesmo, que eram alguns índios Moxos da Bolívia [58].

Parecia que tudo estivesse desmoronado no Rio Madeira! Apesar de região riquíssima, habitada em 1857, talvez, por cêrca de 5.000 pessoas ocupadas na colheita de produtos espontâneos da natureza nos ricos seringais, apesar disso tudo, jazia inaproveitada por falta de dirigentes conscienciosos que fixassem a população em alguma parte.

Ficava alguma coisa no campo da agricultura; mas, em todo o imenso território, não havia mais um missionário siquer! O próprio Vigário de Borba era por vêzes um aproveitador da ignorância dos índios [59].

> "Em um país cristão, em um país civilizado, a dois passos, a bem dizer, da cruz e das livres instituições, a cuja sombra nos abrigamos cultos e tranquilos, vagam tribos inteiras, entregues ainda, como há 300 anos, como há mil, aos instintos ferozes e grosseiros da natureza primitiva, bárbaras, pagãs, antropófagas! [60].

Os diretores gerais dos índios continuavam não dando nenhuma esperança! Fora o Vigário Geral, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, eleito diretor geral por decreto de 4 de março de 1859, tudo sugeria que não valia a pena nenhuma tentativa. E o Aviso 1.º de 7 de março de 1866 [portaria de 11/VI/1866] do Ministério da Agricultura, mandava suprimir as despóticas Diretorias parciais, para confiar os índios única e exclusivamente aos Missionários:

> "... não preencher as vagas de diretor que forem aparecendo. Julgo que será sempre de algum benefício para o índio, libertá-lo ao menos dêsses perseguidores oficiais, já que todo meu empenho e cuidados são impotentes para todos os abusos e violencias de tantos outros, que não tem semelhante carater" [61].

---

58 R. P. P. A., Vol. I, pág. 41, Observações de João B. de Figueiredo Aranha, sôbre o Relatório do Presidente do Pará, 30/IV/1852; o. c., pág. 688, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, 3/V/1862; o. c., pág. 627, Angelo Thomaz do Amaral, 1.º/X/1857; o. c., vol. III.º, pág. 146, Adolfo B. C., de Albuquerque Lacerda, 1.º/X/1864; MACCHETTI, o. c., pág. 55-56; KELLER — LENZINGER, Franz, o. c., trad., pág. 41.

59 — R. P. P. A., l. l. c. c.; KELLER-LENZINGER, Franz, o. c., pág. 38

60 - R. P. P. A., vol. III, pág. 134-140, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente do Amazonas, Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, 1.º/X/1864.

61 — Idem.

* Barão de São Leonardo.

Apesar dos abusos que acidentalmente se encontravam outrora na catequese religiosa, nada mais se tinha feito de bem sem missionários e bons missionários.

A Independência e outros fatos tinham causado e agravado a situação até êsse ponto! Entre êles, a aprovação sem discussão pela Câmara dos Deputados, do projeto n.º 20, apresentado pelo Senado [10/VII/1829]. Não se admitiriam mais religiosos estrangeiros, estariam fechados os Noviciados, e deveria haver independência das Casas Generalícias estrangeiras.

Dominava a alma do novo Império Brasileiro um homem autodidata, de poucos conhecimentos, porém, hábil e resoluto: era o Padre Diogo Antônio Feijó. Aspirando à glória de reformador da Igreja de seu país, pretendeu não só dotá-lo com as doutrinas da Constituição Civil do Clero de França, mas ainda mimosear os nossos padres com a permissão do casamento, sua mania predileta, e que sustentou com todo calor possível [62]. Sua tendência reformista partia primeiramente das idéias jansenistas, das quais — voluntàriamente ou não — estava imbuído. Fruto duma exótica formação de caráter, preferia vêr o lado fraco das coisas, diagnosticar, receitar. As conclusões a essas premissas, inocularam nêle um autêntico espírito anti-católico. Enérgico, porém, popular, nunca se serviu do poder e da influência que grangeou, para prestar à Igreja o menor auxílio e favor [63]. Muito clara a repugnância manifestada contra as Ordens Religiosas, mesmo para o escabroso serviço das Missões. E em pleno parlamento, dizia, no tocante à vinda de frades estrangeiros para o Brasil [17/V/1828]:

> "Para que queremos nós esses religiosos? Para que esses frades estrangeiros? E' isto uma injuria ao clero brasileiro! Elles não têm só por serem estrangeiros, mais conhecimentos do que os do Brasil; ou então os Srs. Bispos são os culpados [*sic!*] por não cuidarem dos seus deveres, de modo que o clero do Brasil não seja vilipendiado; por essa forma os Srs. Bispos não podem negar que há abusos da sua parte, e que também os há nestes frades. Demais, que vem fazer estrangeiros? De que paizes vêm elles, e quaes as instituições políticas do seu paiz? Vêm de governos absolutos, e que têm máximas contrárias ao nosso systema constitucional. Estes homens apregoam suas maximas, não em publico (porque elles são acaute-

62 — BESOUCHET, Lídia, *José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco*, Rio, Ed. Valverde, 1945, pág. 191; BARROSO, Pe. Romualdo M. de Seixas, *Oração Fúnebre de D. Antônio Ferreira Viçoso*, Rio, Livraria João Martins Ribeiro, 1875.

63 - *Memórias do Marquês de Santa Cruz*, Rio, Tip. Nacional, 1861, pág. 44 et passim.

lados), mas nos confessionários, elles não cuidam só em pregar o Evangelho, mas em pregar as maximas ou systema absoluto, que elles abraçam; disse-se que elles vêm chamados; quem os chama? Se é o governo, mais depressa os deve mandar embora, si vêm por sua própria vontade, ninguem os chama cá, que não servem de nada" [64].

Por cúmulo de contradição com seu sacerdócio, estando em certa época a frente do govêrno, o Pe. Feijó, que já havia sido apresentado a Bispo, não hesitou em preferir aos missionários, os protestantes, chegando a mandar convidar duas famílias da seita dos Maravos, em 1836! Felizmente o convite foi convenientemente profligado e banido [65].

No meio de tôda essa confusão de idéias, de coisas e de homens, o estrebilho do poema trágico, era ainda e sempre o mesmo.

> "Não temos missionários nem por ora é possível obtê-los de outros países",

dizia o Ministro do Império no seu relatório de 1858 ao Corpo Legislativo [66].

NO GUAPORÉ

> "Devido às enormes distancias o clero nem observaria a melhor disciplina, nem se aplicaria ao estudo moral nem finalmente, seriam irrepreensiveis os seus costumes por viverem num país assaz remoto e livre, em que nunca pisaram os seus pastores principais. Daí nasce, que sendo ignorante a maior parte da clerezia, é também o povo ignorantíssimo; e por isso os abusos, os sacrilégios, as superstições, os prejuizos, e a infracção das leis, quer eclesiasticas, quer civís, se praticam sem escrúpulo" [67].

Melhor não podia ficar descrita a situação do noroeste brasileiro naquêles longinquos anos!

---

64 — TETTEROO, Frei Samuel, O. F. M., o. c., pág. 70 s; ALMEIDA, Luiz Castanho de, *O sacerdote Antonio Diogo Feijó*, Petrópolis, Vozes, 1951, passim.

65 — ALMEIDA, Cândido Mendes de, *Direito Civil Eclesiástico*, Vol. II, pág. 755-757; ALMEIDA, Luiz C. de, o. c., pág. 75.

66 — R. P. P. A., vol. II, pág 36-38, Francisco José Furtado, Presidente da Província do Amazonas, no Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, 7/VIII/1858

67 — ARAUJO, Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e, o. c., vol. IX, pág. 231; ofícios de Frei José de Macerata em MESQUITA, Dr. José, *Capuchinhos em Mato Grosso*, R. I. H. Mt., XIX (1928).

A única expedição ou entrada mais central era de 1769: João Leme do Prado, por ordem do Capitão-Geral de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, vindo do Rio Colorado (bacia do Rio Guaporé) tinha atravessado a região dos Nambikwara indo até às cabeceiras do Rio Juina.

Das minas era freqüente a fuga de negros escravos para formar núcleos silvestres, chamados quilombos, que acabaram entrando em con tato — podemos afirmar com Martius — com quase tôdas as tribos indígenas regionais. Em um dêsses quilombos os seis negros tinham catequizado os índios de mais idade que, num total de 48, moravam juntos. Levados a Vila Bela por uma expedição militar que se fêz em 1795, foram suficientemente instruídos, pois falavam português e foram batizados a 6 de outubro daquêle ano, prometendo cooperação no comércio do ouro. Aquêles seis negros aquilombados eram os supérstites de muitos, mortos ou por velhice ou por índios que lhes roubavam as mulheres. Em seis apenas, êles eram os regentes, os padres-catequistas, os médicos, os pais e avós daquele pequeno povo [68].

Em 1796, de ordem do Governador de Mato Grosso, João de Albuquerque, foram convidados os habitantes de Cuiabá a irem estabelecer no *Salto do Teotônio* [é o nome que ficou], onde se tencionava fundar de novo a povoação, segundo um projeto que Manuel Leite Penteado apresentara ao mesmo Governador. Ficou frustrado o projeto.

Em 1814, mais uma carta régia [6 de setembro], para uma fundação no Salto do Teotônio. Em 1816 começaram os trabalhos para uma estrada rumo ao *Salto do Girau*. Vendo baldados os esforços, o tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães foi para o Salto do Teotônio com um pequeno destacamento ,afim de fundar a povoação sob o nome de *S. Luiz*. Não prosperou e, em 1819, foi, dito tenente-coronel, assassi nado por quatro escravos seus.

Em 1821 o Governador Magessi, de Mato Grosso, facultou ao tenente Diogo de Ramos Cardoso ir estabelecer-se no Salto do Teotônio, onde esteve até 1825, retirando-se então para o Pará [69].

A própria navegação por aquelas bandas há muito não deixava

> "de causar bastantes desordens, e dificuldades, pelo horror que esta gente tem tomado às viagens do Mato Grosso, nas quaes, allem dos muitos que morrem, outros o mesmo vem a experimentar depois de recolhidos ás proprias Povoaçoens, pelo que a ellas chegão inficionados das costumadas molestias.

---

68 — Arq. do Conselho Ultramarino, cod. 246, pág. 165, Correspondência do Governador de Mato Grosso 1777-1805; Cópias da Biblioteca do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, vol. 34 e 36.

69 — LÉVÈRGER, Augusto [Barão de Melgaço], o. c., l. c.; AMAZONAS, Lourenço Silva Araujo e, o. c., l. c.; PINTO, Alfredo Moreira, o. c., l. c.

Só dos empregados no ultimo transporte, que foi a cargo do Alferes Carlos Daniel de Seixas, conforme este me avizou por carta do 1.º do corrente Méz lhe havião falecido sessenta e dous athe chegar de regresso á Villa de Borba, fora os mais que restarão a experimentar igual sorte, na forma referida" [70].

Para essa tão árdua missão de Mato Grosso e, portanto dos rios Guaporé-Mamoré, tinha havido trabalho no sentido de chamar os Padres Lazaristas. Entretanto, os escolhidos por D. João VI, só em 1819, foram os Capuchinhos, verdadeiros pioneiros da civilização em Mato Grosso [71].

Ainda naquêle ano o superior da Missão e ao mesmo tempo Missionário Apostólico da Ordem, Frei José Maria de Macerata, já saía de Cuiabá com mais dois irmãos de hábito, para a catequese dos índios, com poucos recursos e esplêndidos resultados [72].

Frei Macerata era homem de admirável zêlo pastoral, sabendo indicar medidas, providências oportunas e eficazes nos diversos casos [73].

> "Por ser amante da pobreza, sábio, humilde e incansável na redução de gentilidade"

foi nomeado Prelado de Cuiabá e Mato Grosso [74]. Quando, criada a diocese de Cuiabá, se tratou da nomeação do primeiro bispo, Dom Pedro I apresentou à Câmara dos Deputados e ao Senado o pedido do povo de Cuiabá. Pelo espírito de Regalismo, não o quiseram; receava-se, aliás, que em Mato Grosso aumentassem mais os frades estrangeiros do que a população [75] Coube à Regência-Feijó destituir Frei Macerata da administração eclesiástica matogrossense,

> "porque *sendo estrangeiro,* não pode exercer emprego algum público nêste Império!" [76].

---

70 — Arq. Hist. Ultramarino, Lisbôa, coleç. de documentos sôbre e do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, publicados pela Agência Geral de Ultramar, Lisboa, 1953, doc. 59, carta de Joze A.to Cr.los de Avillar, Barcellos, 16/III/1788.

71 — MESQUITA, Dr. José, o. c., pág. 50.

72 — D'ALINCOURT, Luiz, *Relatório dos Trabalhos e Indagações estatísticas da Província de Mato Grosso,* A. B. N. R. J., 1928, pág. 45.

73 — A. A. C., 1.º Livro de Provisões. (1824-1835).

74 - *Mato Grosso,* é o nome de Vila Bela, a antiga capital.

75 — *Arquivo Diplomático da independência,* Rio, Lith-Typ. fluminense, 1922, vol. III, pág. 309, 21.ª, 22.ª e 30.ª. Instruções de Vidigal, 28/VIII/1824 [D. Pedro I a Mons. Francisco Corrêa Vidigal, encarregado dos negócios do Brasil em Roma]; cfr. Atas da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro.

76 CORRÊA FILHO, Virgílio, *Matto Grosso,* Rio, 1922, pág. 96, Ofício do Pe. Diogo Antônio Feijó, 2/IX/1831.

Entretanto, diz José Mesquita, biógrafo de Frei Macerata,

> "os rudes e árduos labores da colonização se lhe cometiam com tôda confiança, mesmo porque do clero brasileiro daquele tempo, talvez nenhum os preferisse! Lógica admirável, lógica ilógica, que, de resto, não deixa de ser ainda hoje, a que orienta muitas vêzes a moral política dos nossos dias! [77].

Enquanto se conjuravam todos os esforços para apagar o brilho fulgurante do maior capuchinho de Mato Grosso, êle se interessava por todos os problemas! Cuidava da formação do clero e de cultivo das vocações eclesiásticas [78]. Zelava com ardor pelos hospitais e casas pias; mas sobretudo concentrava os seus cuidados na educação da juventude.

Olhou com carinho peculiar para a região do Rio Guaporé, tendo-se interessado pelos problemas indígenas dos rios Juruena, Juina, e Camararé [79]. Tomou em consideração a longa distância dos rios Guaporé-Mamoré-Alto Madeira. Considerou a morosidade de comunicações com Cuiabá ou mesmo só com a Paróquia de S. Luiz de Cáceres [80], e por isso instituiu uma Vigararia Geral, com séde na cidade de Mato Grosso [Vila Bela]: a ela pertenciam

> "Forte Príncipe, S. Luiz do Salto Teotônio, e tôdas as mais povoações e lugares até as margens do Rio Madeira que parte com a Província do Pará".

O edital é datado em 17 de setembro de 1824 [81].

Em dezembro daquêle ano o Pe. Manoel Ferraz de Sampaio Botelho, "Sacerdote de merecimento, préstimo e carater" foi nomeado 1.º Vigário Geral da nova Vigararia [82]. Tendo, por fim, em vista as muitas necessidades do "bem espiritual daquela cara porção do nosso Rebanho", Frei Macerata conferia e delegava vinte e três poderes e faculdades, que patenteiam ainda hoje os problemas do ministério de antanho; eram, afinal, os mesmos problemas hodiernos... [83].

---

77 — MESQUITA, Dr. José, o. c., pág. 49.

78 Em 1824 ordenava-se sacerdote um indígena. A. A. C., 1.º Livro de Provisões (1824-1835), 10/XII/1824.

79 — ROQUETTE-PINTO, E., *Rondônia*, S. Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", 1938, vol. XXXIX, pág. 51-52.

80 — BARROS, J. C. Freitas, o. c., pág. 14.

81 — A. A. C., 1.º Registro de Editais da Câmara Eclesiástica de Cuiabá, fl. 3. O texto do documento, não Apêndice IV.

82 — MESQUITA, Dr. José, o. c., pág. 76.

83 — A. A. C., 1.º Livro dos Breves. Cfr. Apendice V: Registro do Breve de Faculdades expedido à Nova Vigararia Geral de Mato Grosso.

Talvez Frei Macerata tenha visitado o Rio Guaporé. Não pudemos, entretanto, averiguar por completo em sua carta pastoral [84].

Nada mais sabemos da atividade de Frei Macerata na região de nosso interêsse, tanto mais que os próprios Arquivos da Ordem dos Capuchinhos, silenciam — "proh dolor!" — sôbre tão eminente vulto: pelo Aviso Imperial de 12 de novembro de 1832 Frei Macerata foi expulso da Diocese de Cuiabá [85].

Bem mais tarde, a 1.º de abril de 1842, D. José Antônio dos Reis, instaurava a Vigararia Geral de Mato Grosso "por que outrora ella se regia". Os muitos anos passados sem Pastor, tinham levado a região guaporense a tão grande abandono espiritual, que impeliu o 1.º Bispo de Cuiabá, àquela justa medida. Para ocupar o cargo de Vigário Geral foi eleito o Cônego José da Silva Fraga, munido de novas faculdades [86].

Em 20 de outubro chegava à cidade de Mato Grosso o Capuchinho **Frei Antônio de Molinetto.** Contemporânea e esporàdicamente, estavam de passagem, vindos da Bolívia, outros Capuchinhos, que, se demorando na diocese, pediam provisão para uso de ordens, afim de ajudar no ministério [87].

A Frei Antônio de Molinetto e, talvez, também ao seu companheiro,

---

84 — Aguardamos ansiosamente os resultados da acribia científica com que, há anos, o literato e historiador matogrossense, Wanir Cesar Delfino, hoje sacerdote, vem pesquisando e organizando o Arquivo Arquidiocesano de Cuiabá. Devemos a êle várias informações.

85 — ALMEIDA, Cândido Mendes, *Direito Civil Eclesiástico*, Rio, B. L. Garnier, Typ. nacional, 1832, vol. II, pág. 756: em 1840, voltou para Diamantino.

REZENDE de Taubaté, Modesto, MOTTA de Primeiro, Fidelis, O. M. C., o. c., pág. 179 e 214.

E' bom lembrar o que aconteceu dos arquivos de Vila Bela, "repositório de documentos geográficos de grande interesse", onde estava depositada uma cópia dos valiosos trabalhos de sábios portuguêses que formaram a comissão de limites, como Ricardo Franco e Lacerda Almeida:

Castelnau [1851] obteve com dificuldade licença para estudar os documentos daquêles arquivos. Localizada por fim a pessoa encarregada dos mesmos, se ficou sabendo que as chaves tinham sido perdidas, porquanto desde muitos anos ninguém precisara delas. Quando, afinal, Castelnau conseguiu entrar, ficou assobradamente decepcionado verificando que os ratos e os cupins tinham destruído todos os papéis e que as pastas se desfaziam em pó mal eram tocadas. Vários fragmentos de trabalhos geográficos estavam imprestáveis. Enquanto os documentos administrativos tinham ido para Cuiabá [Arquivo Público de Mato Grosso] por ocasião da mudança de capital, em Vila Bela desaparecia de forma tão miserável tudo quanto se referia à região guaporense!!!

86 — A. A. C.: o documento no Apêndice VI.

87 — Idem, correspondência.

Frei Mariano de Bagnaia, deve-se um leve despertar de vida religiosa pelo interior adentro até, certamente, ao Forte do Príncipe da Beira [88].

VILA BELA DE MATO GROSSO

Até êsse tempo Vila Bela ainda apresentava-se bem, mesmo materialmente. As ruas eram tôdas muito iguais e bem alinhadas, mas não eram iluminadas e nunca foram calçadas: por isso são elas, hoje, invadidas pelo mato. Entre os edifícios mais notáveis contava-se o grande palácio dos antigos governadores, as casernas e a câmara municipal, pegada à cadeia: tudo formando uma praça majestosa. Espalhadas, surgiam a catedral da S.S. Trindade, traçada sob largo plano, porém inacabada, a pequena igreja do Carmo num quarteirão quase abandonado, a antiga Casa de Fundição e a casa da pólvora não longe da bonita capela de Santo Antônio dos Militares. Tôdas as casas de Vila Bela não tinham mais que um andar.

Com o tornar-se mais raro o ouro daquela região, também Vila Bela ficou condenada a não ter futuro.

Um pequeno comércio praticado sem tino [89] via-Cuiabá, quase inexistente a navegação ao norte pelo Madeira, preferindo-se o Rio Arinos, enquanto nada se fazia pela agricultura numa região tão fértil: isso constituia a vida de Vila Bela!

As enchentes, a transferência da capital para Cuiabá e, mais do que tudo isso, o *maculo* [90], estavam contribuindo para o despovoamento daquilo tudo. A cidade do ouro ficou sendo a cidade das ruinas!

> "O Jardineiro Botanico, q' foi o último em adoecer, logo a o 6.º dia depois da nossa chegada, me espirou nos braços, accometido de huma tão forte corrupção, que a nenhum re-

88 — Quinze léguas a noroeste de Vila Bela, Castelnau registrou em 1851 uma capela na localidade *S. Vicente* (400 pessoas), assim como em *Pilar* (200 pessoas), onze léguas a leste de Vila Bela. Hoje os mapas indicam *ruinas* em ambas as localidades. CASTELNAU, Francisco, *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, S. Paulo, Coleç. "Brasiliana", 1949, vol. CCLXVI A, t. II, cap. XXVIII.

89 — Em 1851 Castelnau achou dificuldade para que os habitantes de Vila Bela vendessem suas mercadorias a troco de moedas espanholas de ouro! Aceitaram-nas com uma majoração de 4%, para revendê-las mais tarde por muito menos do que o valor real!! CASTELNAU, o. c., l. c.

90 — Hercules Florence dá-lhe o nome de *corrução*, corruptela de *corruença*, significando indolência extrema (Gil Vicente — Barca do Inferno).

Febre-ataxo-adinâmica. Manifestava-se principalmente no começo e no fim da estação chuvosa, favorecida pela falta de asseio. Passava por um período de incubação longo de oito a quinze dias; revelava-se, depois, sùbitamente, pelos seguintes sintomas: forte dor na região ocipi-

médio de arte obedeceo; por mais bem assistido, q' fez S. Ex.ª com q' elle fosse de cirurgioens, medicamentos, alimentos, alem das avultadas comedorias" [91].

Mas a diminuta população de Vila Bela não era motivo para que as festas não fôssem grandiosas, como a de Santo Antônio, relatada por Castelnau, e presidida por quatro padres, sendo "um preto e outro mulato" [92]. Um dos sacerdotes havia de ser por certo o nosso Frei Antônio de Molinetto, que ainda em 1859 era apontado e nomeado Vigário Geral e Paroquial, encomendado, tendo tomado posse a 1.º de janeiro daquêle ano. Em 1864 êle estava reformando a igreja Matriz, tendo-se retirado para Cuiabá em 1867 [93]. Mas isso já não interessa mais para nossa história!

Depois... tudo se perdeu

> "devido à falta de continuidade, o grande, o eterno mal das nossas administrações que supõem ser uma diminuição prosseguir em trabalhos iniciados, e por isso perdem o que está feito por buscar fazer coisas novas, que, dada a escassez do tempo ou da experiência, quase sempre não fazem" [94].

---

tal, febre continua, letargia profunda, podendo chegar à perda dos sentidos e à impossibilidade de movimentos. Nessa fase final o esfincter anal se relaxava de tal maneira, sendo possível introduzir a mão dentro do intestino. Persistindo êsses sintomas, a morte era certa no terceiro dia.

O tratamento era então: excitantes anais enérgicos. Não havendo reação tinha-se a morte como certa. Sinão, passava-se ao clister de "polygonum hydropiper" misturado com pimenta esmagada, suco de limão e açúcar: dava-se-lhe o nome de *sacatrapo*: sendo aplicado por meio de um pau. Alguns quartos de limão ensopados de cachaça com pólvora diluída, exerciam o papel de tampão local.

As pessoas de cor não eram atingidas pelo maculo; por isso eram preferidas na mineração aurífera daquela região.

Cfr. CASTELNAU, o. c.; FLORENCE, Hércules, o. c., pág. 256.

91 — Arq. Hist. Ultramarino, Lisbôa, l. c., doc. 76, Vila Bela, 16/IV/1790.

92 — CASTELNAU, Francis, o. c., l. c.

93 — REZENDE de Taubaté, Modesto, MOTTA de Primério, Fidelis, O. M. C., o. c., pág. 214.

94 — MESQUITA, Dr. José, o. c., pág. 58-59.

ULTIMA EPOPÉIA MISSIONÁRIA

A MARGEM esquerda do Rio Madeira até o Crato, por umas cem léguas, pertencia à Bolívia. Essa situação não podia satisfazer às intenções expansivistas do Brasil. A um esperto diplomata brasileiro, Lopes Neto, embaixador do Brasil naquela república, coube sistematizar um assunto tão delicado. Tratava-se de regiões riquíssimas, preciosíssimas, cujo valor, porém, era desconhecido pela quase maioria dos bolivianos, entretidos desde os albores de sua independência [1825] num absorvente caudilhismo [1].

Era presidente da Bolívia o Gal. Mariano Melgarejo, homem em quem as paixões, os instintos sensuais e as tendências orgânicas, haviam sufocado os germens de tôda e qualquer virtude [2]. Deslumbrado pela perspectiva duma insígnia brasileira da Ordem do Cruzeiro para si, e da Rosa para seu Ministro Muñoz, a 27 de março de 1867 assinou um tratado com o Brasil, recuando a fronteira boliviana até à foz do Rio Beni. A 22 de setembro de 1867 o Brasil cumpria sua promessa.

Por esta facilitação de fronteiras, havia muito o Rio Madeira era transitado por quantos da Bolívia oriental demandavam a Europa, evitando um caminho de 3 mil léguas através duma região montanhosa, alta e fria.

Também os Franciscanos italianos, missionários na Bolívia, se serviram daquêle caminho. Entre os primeiros, de cuja passagem se tem notícia, está Frei Samuel Luciani e Frei Pedro de tal, pertencentes ao colégio de Tarata, no Departamento de Cochabamba [3].

Em 1869 chegava também ao Brasil, Frei Samuel Mancini. Êste missionário, de que nos iremos ocupar, tinha a seu favor ter experimen-

---

1 — O "Assay Offices and Laboratories" de Londres, no dia 21 de março de 1921 examinou minérios desta região, tendo encontrado altas percentagens de enxofre, prata e trioxido de enxofre (SO^3). Arq. M. M. "folder" 032.

Os recentes trabalhos de pesquizas não deixam a menor dúvida sôbre as riquezas do sub-solo. Na quadra de história que nos interessa, o govêrno se preocupava exclusivamente dos produtos extrativos.

2 — Pablo Sabieta em D'ARLACH, Tomás O'Connor, *El General Melgarejo*, La Paz, s. d., pág. 7.

3 — MACCHETTI, o. c., pág. 75-76.

tado por duas vêzes [1857 e 1862] uma expedição entre as tribos bolivianas do Manuripi ou Mayare (hoje conhecido com o nome de Sena). Certo Frei Fidelis Codinach acompanhara-o. Mas, em um naufrágio do Rio Beni perderam a roupa, as ferramentas para ensinar o trabalho aos índios, perderam tudo!

Apenas acompanhado por alguns índios Frei Samuel foi às tribos dos Toromona e chegou a restabelecer a antiga Missão de Nossa Senhora do Carmo. Porém, o enorme isolamento e a falta absoluta de recursos, fizeram-lhe abandonar a emprêsa [4].

Em 1869 encontrava-se em La Paz, afim de pedir ao govêrno boliviano material para a missão. Nessa ocasião esteve também com Frei Samuel, o embaixador brasileiro na Bolívia, Lopes Neto. Os grandes sucessos que os missionários de S. Francisco estavam conseguindo, causavam sincera admiração [5]. Por isso o embaixador, em nome do govêrno brasileiro, que já tinha sido notificado, pediu a Frei Samuel empreendesse semelhante fundação missionária ao norte do Brasil.

Naturalmente foi impossível aceitar logo. Quando, porém, alguns mêses depois, estava de viagem para a Itália, passou pelo Rio de Janeiro onde se encontrou de novo com o embaixador Lopes Neto que já tinha regressado da Bolívia. Êste o apresentou a D. Pedro II, que reiterou o pedido para a fundação de uma missão. Frei Samuel incumbiu-se de tratar do assunto, e seguiu viagem para Roma, onde entraria em deliberação com o Superior Geral e com o ministro brasileiro junto à Santa Sé.

O govêrno boliviano, que, realmente, tinha prometido considerável ajuda para a missão franciscana, não chegou a realizá-la, pois as muitas revoluções do malfadado Melgarejo tinham esgotado o tesouro do Estado.

Simultâneamente, outro franciscano italiano na Bolívia, empreendeu viagem à Europa.

Frei Jesualdo Macchetti, homem de vida e atividades dignas de todo louvor, desde 1862 era superior da Missão de S. Boaventura, no Rio Beni. Em meia dúzia de anos de zeloso apostolado o pessoal e as necessidades daquela Missão haviam aumentado.

Todavia, nas veias do govêrno boliviano circulava sangue revolucionário: nada se poderia esperar!

Frei Jesualdo empreendeu então uma viagem ao Brasil para pedir auxílios em uma nação onde as autoridades demonstravam tanto interêsse pela catequese religiosa [6]. Ao mesmo tempo viajaria à Itália afim de refazer suas fôrças abaladas por constantes febres.

Outros motivos também, influiram nêle para que empreendesse a

---

4 — ARMENTIA, Nicolas, o. c..

5 — COUDREAU, Henri, o. c., pág. 49.

6 — MACCHETTI, o. c.; ANÔNIMO, Vicariato del Beni, Monografia s. d.

viagem. Já soubera do desejo do govêrno brasileiro de obter missionários para o Alto Amazonas, se bem que ainda não tivesse notícia da viagem de Frei Samuel Mancini ao Rio de Janeiro e das negociações feitas aí. Muito tinha ouvido falar também por comerciantes bolivianos, das várias tribos indígenas às margens do Rio Madeira, às quais faltava qualquer assistência espiritual.

Acompanhado por Frei Tomás Hermoso saiu da Missão de S. Boaventura a 28 de fevereiro de 1869, unindo-se a uma expedição de comerciantes: ao todo eram treze canoas de dezesseis ramos cada uma.

Frei Jesualdo Macchetti veio ao Brasil, porém não voltou mais para a Bolívia. Ficava lá o fruto de seu zêlo, ficavam a capela construída, a casa para os missionários e as casas para os índios. Debaixo d direção dêle, hábil mrceneiro, ferreiro, mecânico e não menos dedicado ministro de Deus, a Missão de S. Boaventura prosperar material e espiritualmente.

O nome do missionário haveria de ficar ligado à região do Alto Amazonas [7].

No singelo estilo do diário de bordo, o próprio Frei Jesualdo nos deixa o seu indiscutível retrato moral: do homem, do religioso, do filho de São Francisco, do sacerdote-missionário que tudo vê em razão das almas. Além do mais, o Diário reflete costumes, ambientes e civilização.

Lêem-se anotados os menores acontecimentos:

> "no dia 22 de julho tirei o habito porque o calor era demais",
> "no dia 25 de julho tomei banho no rio",
> "todos os chefes das canoas dormiam em camas de ferro...".

Mas, sobretudo, pululam os rasgos de dedicação ao ideal missionário:

> "*18 de agosto de 1869*: não perco a esperança de voltar a vê-los [os Caripuna] e não com as mãos vazias, como aconteceu agora; pois tenho a convicção que levando-lhes algo, se deixarão civilizar com facilidade. Pode ser que Deus se tenha por fim lembrado dêsses infelizes, e designe a mim para salvar-lhes as almas, a ser um dia filhos da Igreja.
>
> *21 de setembro*: ... índios sem rumo nem prumo, por isso muitos voltaram para o centro da floresta. Êste é o efeito

---

7 — FREI JESUALDO MACCHETTI, nasceu a 11 de julho de 1825 em Montalcino na Toscana (Itália). Seguindo o irmão mais velho, Frei Salvador, entrou na Ordem franciscana, vestindo o burel a 24 de julho [de ......?] no convento de Santa Margarida, Cortona. Fêz seus estudos preparatórios para o sacerdócio no convento de São Francisco, em Lucca, onde também se ordenou. Em 1835 apresentava-se a Frei Rafael Sanz, que estava recrutando missionários para a Bolívia. Morreu em Manáus (Amazonas) aos 21 de junho de 1902, na idade de 76 anos.

PUETTER, o. c., 1943, ano I.º, n.º 1, pág. 14; 1944, ano II.º n.º 2, pág. 40.

funesto da ausência do ministro de Deus. As ovelhas sem pastor disperdem-se. E' lamentavel que por este descuido se malogrem os trabalhos dos antigos missionários".

E atuava seu apostolado, tôdas as noites, rezando o têrço e cantando as ladainhas com os índios remeiros da comitiva.

Nessa viagem, como acenamos, Frei Jesualdo se encontrou com várias tribos indígenas. Sobretudo na região encachoeirada do Alto Madeira. As mais importantes foram as dos *Arara* e dos *Caripuna*.

OS ARARA

Encontrou-se com os *Arara* à altura do Rio Abunã.

Deixemos Frei Jesualdo narrar-nos as impressões do primeiro encontro.

"Uns dez selvagens nús, muito doentes, cõm tosse e catarro pulmonar. Juntou-se outro, sabendo umas palavras de português, umas tantas mulheres que estranharam meu burel franciscano, rapazes e moças.

Tem interesse em aprender a lingua, perguntando o nome de tudo. Pedem para trocar seus produtos por camisas, terçados, etc. Eu disse que ao meu regresso traria para cada um uma camisa de que tinham gostado tanto, assim como ferramentas e adornos para suas mulheres. Então o chefe deles perguntou quantas luas tardaria eu a voltar: respondi dezoito luas ou mêses. Não entenderam o número por ser algarismo muito alto, e então pediu lhe indicasse por meio dos dedos de suas mãos e pés. Assim fiz, compreendeu e respondeu: "está bem".

E eu retorqui: "somos amigos"? e ele me deu a mão respondendo: "somos amigos". Insisti ainda por palavras e por sinais: "ha outros capitães? outras tribos?"

— Sim, me respondeu: somos muitos: aqui no Abunã, aqui perto há três povoações... somos muitos... Mais além há muitos... do outro lado deste rio há outros... somos muitos!

Fiz outras perguntas, sem contudo ser entendido. Alguns faziam o sinal da cruz, sem saber porque, dizendo: "así fazer [*sic!*] los cristianos".

— "Ah! meus amigos, lhes disse, sabem o que significa a cruz?

— "Não sei, amigo", me respondeu o capitão.

Nem eu tampouco sei se entenderam minha pergunta. Desde que nos declaramos "amigos", tinham sempre esta pa-

lavra na bôca, cujo significado porém compreendem perfeitamente [8].

Perguntei a um se queria ser cristão, e ao *capitão*, se gostaria que eu convivesse com eles. Não responderam: percebi que não entenderam o meu pensamento e não quis, então, fazer outras perguntas. Porém, o chefe perguntou-me se havia alguém que falasse a língua dos *caiauauas*, o povo de Exaltação. Mas o único que havia na tripulação, Anacleto, não compreendia castelhano.

Os costumes dos Araras são como os das demais tribos, mais ou menos; andam completamente nús.

As mulheres casadas cobrem-se com um pedaço de tecido de algodão ou uma folha: tem as orelhas furadas, e pendentes das mesmas dois dentes de javali. A cartilagem do nariz tambem é furada, para um enfeite de penas coloridas.

No interior de suas casas têm redes, cântaros, vasilhas de barro, pratos com outros utensílios indispensáveis, e muito milho.

Entrei numa casa e vi que as mulheres estavam cosinhando; olharam-me sorrindo, duas estavam doentes, sendo uma idosa e outra duns doze anos.

... acendi o cigarro, pois não o conheciam [*sic!*] pediram, porém, cachaça, que já conheciam. Lopes presenteou uma garrafa e o índio ainda pedio sal, de que gostam muito. Essas coisas os bolivianos lhas trazem em troca dos produtos da terra.

Os Araras são muito mesquinhos: querem tudo de graça e o que eles dão em troca não corresponde nem ao valor da quarta parte do que recebem, e não oferecem nada!

A opinião que formaram de mim, conforme pude compreender, foi que eu era um mandatário, ou capitão grande.

Todos tem um nome cristão, tomado dos passageiros. Despedimo-nos dando-nos a mão como bons amigos" [9].

OS CARIPUNA

Muito mais interêsse despertaram em Frei Jesualdo, os *Caripuna*. Foram encontrados na região do Alto Madeira, rechaçados por alguma tribo aruaque [10].

---

8 — Os indígenas do Amazonas gostam de repetir certas nossas palavras, muitas vêzes só pela sonoridade das mesmas.

9 — MACCHETTI, o. c., pág. 31-33.

10 — EHERENREICH, Paulo von, *Divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado atual dos nossos conhecimentos* (trad. de Capistrano de Abreu), Revista da Sociedade de Geografia, Rio, VIII (1892).

Já eram bem conhecidos na cachoeira do *Caldeirão do Inferno*, pelos seus assaltos aos viajantes, e nessa arte instruiam suas crianças. Desconfiados em excesso, não gostavam de descer o Rio Madeira, porque, então, teriam de trabalhar!... Verdadeiramente de maus instintos! o seu único trabalho, fora a caçar e pescar, consistia em varar as canoas quando as tripulações eram reduzidas [11].

Êste contato de Frei Jesualdo com os Caripuna, foi sob um prisma otimista e bastante irreal. Não notou, naturalmente, os enfeites das festividades, a embriaguês, nem o baixo aluguel das mulheres e filhas, violentando-as caso recusassem: tratava-se, aliás, de uma exceção entre as tribos amazônicas, exceção criada pelos antigos viajantes que transitavam de Mato Grosso [12].

Frei Jesualdo encontrou homem altos, fortes e ágeis: o rosto mascarado de vermelho, as orelhas furadas como os Arara, e, atravessando a cartilagem do nariz, um tubo de goma alambreada, muito dura, "longo 3 polegdas e grosso 4 linhas".

Uma *acanitara* de curtas penas e as posteriores, de arara, caindo às costas, emolduravam os sorrisos bastante alegres.

> "... logo que nos viram, pararam todos no barranco, fazendo-nos sinais com as mãos para pararmos, e gritando: "Sama! Sama!"
>
> Respondemos e nos aproximamos. Homens e rapazes do alto do barranco, de arco e flechas na mão, nos disseram: "Amigos!"
>
> Um sem número de cachoros ladravam desesperadamente, vendo tanta gente estranha, e impediam que pudéssemos falar e entender-nos melhor.
>
> As mulheres calavam, carregando seus filhos nas costas, sentados numa larga faixa de algodão fechado, segurando-a pela frente; e as crianças, assim postas, se agarravam ao pescoço da mãe, exatamente como as índias da alta Bolívia, no departamento de La Paz.
>
> Contei 47 pessoas de tôdas as idades; uma velha estava vestida, e os homens quase todos. Suponho que os vestidos tenham sido conseguidos licitamente dos passageiros, pois hoje também compraram duas camisetas novas. Com a velha havia duas meninotas menos feias que as demais, uma duns onze

---

11 — MÉTRAUX, Alfred, *The Native Tribes of Eastern Bolivia and Western Matto Grosso*, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Washington, 1942, Bulletin 134, pág. 45-50.

12 — SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de, *Comissão do Madeira*, Rio, 1875, vol. II.º, pág. 136-137.

anos, e a outra, casada, com uma criança nos braços, tinha uma fisionomia diversa, cutis branca e cabelos louros (?) ...

As mulheres pediam "chaquiras", facas, "tutumas", camisas, "cascaras" e colheres; em troca ofereciam milho, carne de anta e de porco, mandioca e até os arcos e as flechas de seus maridos.

Começaram, pois, os negócios de troca entre as mulheres e a tripulação: são elas, de fato, que compram e vendem, enquanto os maridos vão olhando. Feito o negócio, apresentam tudo ao marido, aguardando a confirmação que, em geral, não falta. Cada mulher estava sentada perto dum bom pedaço de carne assada; são generosas em pagar. Se notam que o vendedor não está satisfeito com o pedaço de carne, oferecem mais um pedaço, e até deixam escolher: e assim das outras espécies. Nisto tudo são muito ligeiras e desembaraçadas, da mesma forma que os homens depois que se familiarizam com os tripulantes, tomando confiança: em todo caso quem começa a parte comercial é sempre a mulher.

Tudo isso durou mais de meia hora.

O *capitão* da tribo, que levava enfeites de penas entrelaçadas, tinha um aspecto feroz e uma fisionomia aspera e rude; no começo mostrava grande desconfiança, e se apresentou de pé com a camisa mais levantada do necessário, com as flechas na esquerda e o arco na direita: nada nos agradou naquele selvagem. Enquanto os outros deixaram logo as flechas, êste não as largou nunca, apesar de estar, no fim, conversando com certa familiaridade com alguns da tripulação. Também êle comprou algumas coisas [13].

Entretanto a viagem de Frei Jesualdo pelo Madeira, intencionada de colher "in loco" informações sôbre uma eventual fundação missionária, teve momentos pouco promissores.

Em Manáus, aonde chegara a 22 de setembro de 1869, não navegava de vento em popa o franciscano que vinha da Bolívia. Tanto por parte do Reitor do Seminário, como por parte do Vigário colado, o Pe. Manoel J. dos Santos Pereira, houve certas faltas de cortesia, das quais a humanidade estará sempre fartamente servida.

"Fui tentado de ir à praça misturar-me com os índios bolivianos...",

escreveu Frei Jesualdo naquela ocasião.

---

13 — MACCHETTI, o. c., pág. 46-48.

E o Vigário a noticiar-lhe

> "que o Sr. Bispo ia mandar chamar seis Jesuítas ou Lazaristas, tendo-o encarregado de ter muito cuidado com os padres procedentes da Bolívia".
>
> "Certamente não foi por zelo que aquele perfeito *anti-frade* me impediu de celebrar até num domingo".

O incidente, porém, tomava um aspecto mais sério para Frei Jesualdo. Frases esparsas e reflexões feitas no *Diário de viaje* que estamos acompanhando, insinuam isto: vendo o campo incomensurável para o apostolado e quase de todo abandonado, talvez tivesse a primeira impressão de incorrespondência culpável sobretudo por parte das autoridades eclesiásticas, ante as necessidades e os apêlos das autoridades civis [14]. Mas êsse equívico, se houve, foi certamente fruto de precipitação em julgar o complicadíssimo problema religioso no Brasil. Em todo caso, em Manáus, efetivamente "a vida religiosa estava muito apagada". Porém, não existiam disposições episcopais tão estravagantes e estrapafúrdias como as aludidas pelo Vigário de Manáus. Pode-se deduzir das palavras que Frei Jesualdo escreveu ao chegar a Belém, sede do Bispado, ocupado então por D. Antônio Macedo Costa:

> "*14/X/1869*. No Seminário estive muito bem: estes padres seculares são execelentes e muito virtuosos. O reitor Cônego João Andrade Muniz é um sacerdote admirável".

Frei Jesualdo esteve hospedado no Seminário.

O que, porém, não compreendeu o Vigário de Manáus, o compreendeu o Presidente da Província que, num chocante contraste com o irmão de sacerdócio, o

> "recebeu em seu gabinete com distinguidos sinais de reverência";

deu-lhe uma passagem gratúita até Belém e

> "ofereceu sua proteção no caso de querer abrir alguma Missão pelo rio Madeira" [15].

OS FRANCISCANOS NO RIO MADEIRA

Em Roma Frei Jesualdo encontrou, inesperadamente, Frei Mancini que já havia levantado muitos obstáculos para a realização de uma Missão no Brasil. Todos vencidos, restava entretanto a maior das di-

---

14 — Idem, o. c., pág. 75-76; cfr. sob a data de 21/IX/1869.

15 — MACCHETTI, o. c.

ficuldades: encontrar os missionários. Foram ineficazes até mesmo os esforços do embaixador brasileiro junto à Santa Sé para obter do Geral dos Franciscanos outros missionários. Só conseguiu dois, já veteranos das missões bolivianas: Frei Vicente Rocchi e Frei Luiz Zaccagni.

Frei Jesualdo continuou a propaganda!

Por causa da opressão que, na época, a Ordem estava sofrendo na Itália, os franciscanos estavam diminuindo cada vez mais. Assim mesmo, juntaram-se mais dois voluntários.

A 2 de setembro de 1870 chegaram ao Rio de Janeiro os missionários designados para a Missão do Amazonas. Seu número diminuto diante das necessidades reais, decepcionou o próprio imperador, D. Pedro II, que, todavia, ao recebê-los em audiência, os encorajou a submeter-se às fainas da atividade civilizadora entre as tribos de índios do Amazonas [16].

Qual seria o campo de trabalho? o Rio Negro? o Rio Amazonas? o Madeira?

Os missionários chegaram a Manáus no dia 7 de novembro de 1870; levando um ofício do Ministro da Agricultura [8/X/1870] a 17 de dezembro iniciaram a primeira viagem de aproximação aos índios do Rio Madeira [17]. Por certo que Frei Jesualdo, conhecedor desse rio desde sua primeira viagem, deve ter influido para a escolha, junto do Padre Prefeito da Missão, Frei Samuel Mancini [18].

Sòmente três missionários empreenderam a viagem: Frei Samuel Mancini, Frei Jesualdo Macchetti e Frei Teodoro Maria Portararo de Massafra. Frei Luiz Zaccagni e Frei Ângelo Fratelgiovani, tinham chegado mais tarde [24 de novembro de 1870], enquanto Frei Vicente Rocchi, que tinha ficado enfêrmo no Pará, se retirava para a Europa afim de tratar de sua saúde [19].

Êsse foi o início!

Assim mesmo saiu o bom Semeador para semear a boa semente.

---

16 — Consoante o acôrdo feito pelos Franciscanos, resulta fora de dúvida que foi o Govêrno Brasileiro a chamá-los com tanta insistência. Passava assim em segundo lugar o convite do Exmo. Bispo de Belém do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, a que alude TETTEROO, o. c., pág. 70. Vêr o resumo das Determinações do Govêrno Brasileiro, no acôrdo com os Frades Franciscanos, para abrir uma Missão no Madeira", em Apêndice VII.

17 — MANCINI, Frei Samuel, O. F. M., *Relatório ao Presidente da Provincia 27/VII/1872*, em "Santo Antônio", Órgão da Provincia Franciscana de Santo Antônio do Brasil, Recife, 1945, ano III.º, n.º 2, págs 7-8.

18 — PUETTER, 1943, I.º n.º 2, pág. 4; MACCHETTI, *Notizie interessanti sulla Provincia delle Amazzoni nel Nord del Brasile* per un missionario francescano [Fr. Jesualdo Macchetti, O. M., Montalcino L'Osservanza, 15/X/1882], Roma, Tip. Ed. Romana, 1882.

A nova Missão ficou jurisdicionada à Missão franciscana da Bolivia, donde tinham vindo os frades fundadores, até 13/VIII/1884.

19 — MANCINI, o. c., pág. 8.

Levaram muitos objetos de troca. A 8 de janeiro de 1871 chegaram à foz do afluente Jamari, a 200 léguas de Manáus. Aí estava, como tivemos oportunidade de dizer, o pôsto militar que, após a transferência da freguesia do Crato, tomara o nome de Sto. Antônio, pela cachoeira homônima, relativamente próxima. Um comandante com poucos soldados vigiava o tráfego entre o Brasil e a Bolívia. Uma velha palhoça, visitada, à noite, por ratos e tôda sorte de bichos, serviu de abrigo aos missionários. Já depois de poucos dias, adoeceram todos de malária. Um médico alemão que se achava nas proximidades, salvou Frei Jesualdo de grave perigo de vida.

Segundo ordens da presidência, o comandante deveria prestar os auxílios necessários para a fundação das missões naquêle rio. "A verba que vier será para eles", diria a Assembléia Provincial [20].

E Frei Mancini relatou:

> "Não obstante os desejos que tinha de nos auxiliar, não lhe foi possivel, visto que só dispunha das praças do destacamento, e estas não podiam ser distraídas do serviço, não só pelo número, como por se acharem enfermas" [21].
>
> "Achava-me assim embaraçado — escreve Frei Mancini —, até que, enfim, aprouve à Divina Providência auxiliar-nos".

Um português de nome José Lopes de Azevedo, chegando ao pôsto, soube do fim pelo qual aí se encontravam os missionários; emprestou onze índios bolivianos para remar e, com mais duas praças, seguiram Rio Madeira acima para ver o lugar em que se deveria fundar a primeira missão.

A viagem durou quatro dias e foi como que inútil, posto que as proximidades da primeira cachoeira não eram azadas para uma Missão. Aliás, o lugar interessava demasiado aos brancos, para inicirem aí — como veremos — uma estrada de ferro.

De regresso, uma légua abaixo,

> "encontramos — escreveu Frei Mancini — à margem direita um belo lugar, onde permanecemos três dias, e depois de fazermos um roçado e de plantarmos o símbolo da nossa redenção, voltamos para o posto militar. . ." [22].

Na verdade, naquêle lugar da margem direita do rio, já existia uma clareira, que novo matagal tentava obstruir. Lá estivera, até pouco, o acampamento da ala esquerda dum batalhão de guardas nacionais,

---

20 — R. P. P. A., Vol. IV, pág. 33-34, José de Miranda da Silva Reis, 25/III/1875.

21 — MANCINI, o. c.

22 — Idem.

sob o comando dum major do exército. Tinha sido enviada pelo govêrno imperial durante a guerra do Paraguai, por ser suspeita a atitude do ditador boliviano, o Gal. Mariano Melgarejo, que não escondia suas simpatias para com o Gal. Francisco Solano Lopez.

Dessa forma, foi se desviando para aquêle sítio tôda a escassa vida da região do Alto Madeira. Lá faziam paradas batelões, igarités e canoas, deixando abandonado o primitivo pôrto da cachoeira, para onde iam só os vapores dos técnicos da ferrovia pleiteada e as mercadorias destinadas para Mato Grosso e Bolívia.

Obtida, porém, a amizade de Melgarejo pelo ministro brasileiro em La Paz, Lopes Neto, desatemorizou-se o Brasil de uma arremetida das hostes bolivianas pelo Madeira abaixo, e a fôrça estacionada a jusante da cachoeira de Santo Antônio, foi retirada.

O modesto e velho pôrto tornou-se logo deserto, desaparecendo o exíguo roçado aberto pelos guardas nacionais nas horas em que o impaludismo lhes dava tréguas [23].

Foi isso que Frei Jesualdo encontrou.

Aquêle local, porém, terra firma, alta, e perto da água, não serviria mesmo assim para fundar uma Missão. Nem os mesmos selvícolas estacionavam aí "por causa de seu solo ser de terra vermelha, compacta, quase impermeável e rudimentar para a lavoura". Nem serviria para a confecção do vasilhame de barro [24].

Hoje em dia falaríamos a mesma coisa, com maior precisão de termos. O solo equatorial do Amazonas está longe de ser fértil: já não se acredita que as áreas cobertas pela floresta sejam sempre terrenos ricos e humosos. A verdade é que o excesso das chuvas lavando permanentemente êste solo o empobreceu de maneira alarmante, e agricultura sem a adubação das enchentes exgotaria as suas reservas numa rapidês assustadora. O regime de agricultura dos índios poderia ser no máximo,

---

23 — CAMPOS, Dr. João da Silva ["competente engenheiro da Fiscalização das Estradas de Ferro"], em A. M. 15/IV/1917, ano 1.º, n.º 1; A. M., 7/IX/1922, número comemorativo do centenário da Independência do Brasil; cfr. MACCHETTI, o. c., pág. 51.

24 — "O contrato d'estes Indios he de louça, remos e escravos, que trazem dos lagos Araguaris, e do rio Orinoco e do rio das Madeiras.

Neste rio há um barro mui cheiroso, de que fazem os moradores Igaçavas, que são como talhas grandes e pequenas, que a vender levam a outras partes.

HERIARTE, Maurício, *Descripção do Maranhão, Pará* etc., Vienna d'Austria, ed. por conta do Editor Barão de Pôrto Seguro, 1874, pág. 42-43.

Mas a referência é induvidavelmente do baixo Rio Madeira. Cfr. CANTANHEDE, Antônio, *Achêgas para a História de Porto Velho*, Manaos, 1950, pág. 35.

semi-nômade. Mas a localidade em questão era mesmo inaproveitável para a agricultura. Não era Frei Jesualdo um técnico para pesquizar então naquela região de terrenos terciários-quaternários, a existência de raros núcleos, que por qualquer processo natural se tenha tornado fértil e rico para o desenvolvimento agrícola [25].

À SOMBRA DUMA CRUZ

Presentemente, sôbre os sólidos alicerces daquela cruz, a uma légua de Santo Antônio da Cachoeira, surge a cidade de Pôrto Velho!

Como a semente pequenina, largada pela mão do semeador, enriquecendo o solo para remotas colheitas, hoje, da cidade de Pôrto Velho, sede de uma Prelazia, se espalha a luz do Cristianismo civilizador.

Frei Jesualdo e seus companheiros não podiam prever, nem siquer supôr, o significado daquela Cruz! não podiam antever aquilo que mais tarde os Salesianos de S. João Bosco iriam realizar...

Nossos três heróis naquêle primeiro mês passaram pelos maiores sofrimentos: "per ignem et aquam" padeceram fome, e foram atacados de impaludismo...

Porém, o sangue dos Mártires é semente de novos cristãos.

A 27 de fevereiro, Frei Mancini regressou a Manáus, enquanto Frei Jesualdo construía no pôsto militar uma capela provisória: 133 pessoas receberam o Batismo entre crianças e adultos, e foram realizados 30 casamentos [26].

A 15 de maio todo o destacamento militar, por ordem do Presidente da Província, foi acompanhar os dois missionários para o lugar em que haviam erguido o Cruzeiro. Ainda doentes, sem o menor abrigo, ficaram expostos aos rigores do tempo, tiritando às frias noites ribeirinhas do Madeira. Debalde procuraram palhoças e habitantes. As malocas dos Caripuna estavam longe, e os missionários careciam de meios para seguirem até lá. Naquela agonia ficaram vinte dias!

O sangue daquêles mártires continuava ser a boa semente nas terras de Pôrto Velho!...

---

25 — "Disputant geologi!!"

GUERRA, Antônio Teixeira, *Formação de lateritos sob a floresta equatorial amazônica — Território Federal do Guaporé*, Separata da Revista Brasileira de Geografia, Rio, XIV, 1953, n.º 4, 408, 420, 424; idem, *Observações geográficas no Território Federal do Guaporé*, Separata da Revista Brasileira de Geografia, Rio, 1954, n.º 2, pág. 189. OLIVEIRA, Avelino Ignácio de, e LEONARDOS, Othon Henry, *Geologia do Brasil*, 2.ª ed., Rio, 1943.

26 — MANCINI, o. c.; PUETTER, o. c., ano I.º, 1943, n.º 2, pág. 5, fala de 200 batizados e 40 casamentos.

MISSÃO DE S. FRANCISCO

Em julho os missionários estavam subindo o Rio Gi-Paraná [ou Machado], afluente de direita do Rio Madeira, habitado pelos Parintintin antropófagos [27]. Dois índios Arara guiaram os padres subindo o rio, até que, depois de três dias, chegaram às malocas dos Torá, onde foram bem recebidos.

Desde alguns anos êles tinham travado contato pacífico com os negociantes, e por isso compreendiam um pouco de português. Os dois missionários primeiro distribuíram ricos presentes, em nome do Govêrno Brasileiro, e depois iniciaram o ensino das verdades fundamentais da Santa Religião. A mor parte já havia sido batizada pelo missiouário do Crato, Frei Joaquim, de que já nos ocupamos.

Nesse ínterim os dois Arara subiram mais o rio até uma outra maloca de Arara, convidando-os em nome dos missionários. Vieram apenas os chefes, que prometeram reunir-se à Missão com a sua gente.

De volta para a foz do Machado, os missionários foram acompanhados por alguns índios. Reconhecendo as boas disposições dos Arara, buscaram um terreno conveniente para domiciliá-los. Escolheram o lugar, à margem esquerda do Rio Preto, afluente do Machado, numa faixa de terras firmes, altas, abundantes de caça, pesca (sobretudo tartaruga), e excelentes para a agricultura [28]. Não apresentava, entretanto, muita esperança de expansão, uma vez que, nos enchentes, se vai a pé do Rio Preto ao Madeira, em apenas quinze minutos; navegando o Rio Machado e o Rio Preto se emprega uma hora de subida.

O panorama é, ainda hoje, poético. Embora o barranco que defendia a Missão contra as enchentes do Rio Preto seja muito silicoso, a parte superior, no entanto, comporta um grande povoado.

Frei Teodoro ficou como primeiro superior da Missão. Apressadamente construíu-se a capela e a residência para o missionário, e Frei Jesualdo foi buscar, no pôsto militar, as ferramentas, os paramentos e os outros apetrechos necessários à vida da Missão.

Esta foi colocada sob a proteção de S. Francisco, e o local ainda hoje conserva o nome de *Missões de S. Francisco*.

Em janeiro de 1872 Frei Teodoro já celebrava na nova Capela. Porém, os demais índios, infelizmente, não cumpriram a promessa de ir fixar-se na Missão.

A despeito de contínuos ataques de febre palúdica, não restou nada ao bom Frei Jesualdo, senão submeter se mais uma vez, à penosa viagem para ir buscá-los. Isso surtiu efeito e, em breve, viu-se na Missão uma vila de 46 famílias, mas de tribos e línguas diferentes, num total de

27 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, *Os Indios Parintintin do rio Madeira*, J. S. A. P., XVI (1924), pág. 233.

28 — PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II.º, pág. 49.

135 índios. Haviam sido construídas 55 boas casas, formando uma rua de 200 metros, além de outras casas pequenas, servindo para fornos e outros serviços. Casas de taipa, tôdas com janelas e portas, e quase tôdas cobertas de telhas. Não faltava o edifício onde funcionar a escola pública. Os jovens de 8 a 25 anos sabiam ler, escrever, fazer contas, e praticavam bem a Santa Religião, pois eram administradas de 4 a 5 horas de aula por dia.

O povoado ocupava-se sobretudo no plantio da cana, batata e milho. Os índios trabalhavam no corte da seringa, extraíam óleo de copaiba, faziam telhas, trabalhos em madeira para o interior das casas, e construíam canoas que vendiam em troco de mercadorias e armas finas e inglesas, pois só queriam objetos provadamente eficientes [29].

Continuava, assim mesmo, havendo uma série de dificuldades. Os índios Parintintin assassinaram, logo no comêço da Missão, um índio Torá e, depois de morto, levaram sua ferocidade a ponto de cravarem inúmeras flechas no corpo...

A mor parte da população se compunha de índios adultos, porque as crianças, antes de os pais serem aldeados, haviam sido roubadas pelos brancos. Em vista disso, alguns índios Torá viviam afastados, não querendo residir na Missão, temendo também o roubo de seus filhos. Instavam com os Missionários para que êles lhos mandassem entregar; ao depois não teriam dúvidas em residir na Missão.

Frei Samuel escreveu pois ao Presidente da Província:

> "Êste pedido bastante justo só poderá ser satisfeito, se V. Excia. ordenar às autoridades competentes, que façam recolher à Missão os indios menores que foram arbitrariamente arrancados do poder de seus pais" [30].

Daí os negociantes do Madeira olharem o Missionário com maus olhos, e não se pejarem de levantar calúnias — a arma dos covardes! — contra o mesmo que não queria permitir-lhes o injusto comércio, sem intervir em defesa dos índios. Mas o Governador, percebendo a má intenção daquela gente, sempre tratava os padres com tôda justiça e lealdade. Havia até mesmo uma Portaria do Ministério da Agricultura proibindo aos *regatões* negociarem com índios.

PROJETOS E REALIZAÇÕES

Outras tribos, principalmente ao longo do Rio Machado, foram sendo conhecidas pelos missionários: os Jarú, Cruaú, além dos terríveis Parin-

---

29 — Idem; PUETTER, o. c., ano I.º, 1943, n.º 2, pág. 6; NIGGEMEYER, Capistran, em "Santo Antônio", III.º, 1925, n.º 3 [Dezembro], pág. 98-101; MACCHETTI, o. c.

30 — MANCINI, o. c., pág. 10.

tintín. Do Rio Jamari eram conhecidos os Urutique, Urupá, Manacá, Uruturucú, e os Nhacanga-Piranga que,

> "ferozes, não perdoam a ninguem, fazem guerra de extermínio, nada poupam, destroem tudo o que encontram, são traiçoeiros" [31].

Contudo, preocupavam constantemente Frei Jesualdo, os *Caripuna*, que encontrara pela primeira vez, na sua viagem da Bolívia ao Pará. Resolveu, apesar de tôdas as arriscadíssimas cachoeiras a vencer, viajar rio acima.

Já no metade do caminho, os encontrou. Mas o panorama era outro: não mais a companhia de 150 pessoas que, pelo número, os Caripuna naturalmente não se arriscariam a assaltar. Desta vez Frei Jesualdo estava acompanhado apenas de cinco soldados e um índio, todos desarmados.

Logo que os Caripuna os avistaram, aproximaram-se, desconfiados, em suas canoas, mas, em tempo, reconheceram o Padre. Isso alegrou os ânimos. Eram 27 indígenas. Frei Jesualdo desembarcou com êles. Não tendo intérprete, pouco pôde falar e menos ainda compreender. Porém, presenteou a todos com fazendas, facas, terçados, correntes e outras coisas, deixando a todos muitíssimo satisfeitos. O chefe mostrou-se tão gentil que ofereceu ao missionário a sua própria filha em casamento. Compreendendo, porém, depois de muitos sinais e acenos, que o padre não podia aceitar aquêle presente, ofertou-lhe milho e farinha de mandioca.

Contudo, a confiança do padre nos Caripuna era mínima. Daí resolveu partir após algumas horas. Nada poderia fazer, sem um outro padre.

Êsse, lhe foi concedido em maio de 1873, na pessoa do zeloso Frei Luiz Zaccagni. Ambos, se dirigiram até perto da quinta cachoeira do Rio Madeira, onde encontraram os Caripuna. Reconhecendo Frei Jesualdo, receberam bem e pediram novos brindes.

Nessa ocasião foi-lhes apresentado Frei Luiz, a quem rodearam de atenções. Frei Luiz, porém, em poucos dias, já apanhara o impaludismo que, periòdicamente, há muito vinha flagelando os demais missionários.

A região continuava sendo mal afamada por causa das febres!

Numa segunda viagem aos Caripuna [junho de 1873] depois de restabelecidos na saúde, os dois missionários se fizeram acompanhar por

---

31 — MANCINI, o. c.; CRAIG, Neville B., *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, Trad. de Moacir N. de Vasconcelos, S. Paulo, C. E. N. "Brasiliana", vol. CCXLII, pág. 344: os Nhacanga-Piranga (= cabeça vermelha, porque costumavam pintar a cabeça de vermelho) foram localizados às margens do Rio Jamari e ao sul e leste da cachoeira de Santo Antônio; cfr. "Humaythaense", 26/IX/1909.

três Mura pacificados e oito soldados armados. Como os Padres quisessem conhecer as habitações dos índios, subiram, com êles, o rio. À tardinha, encostaram as canoas e improvisaram um acampamento para a noite. Chuvas fortes e um vento frio incomodaram particularmente os índios, de maneira que os missionários conjeturaram que êles se deixariam persuadir de usar roupas como os brancos. Mas quando, na manhã seguinte, o sol dardejou de novo, êles já se tinham esquecido do frio.

Remaram por todo aquêle dia até às três horas da tarde e pernoitaram mais uma vez em acampamento improvisado.

No outro dia só Frei Luiz pôde acompanhar os índios até às malocas, porquanto Frei Jesualdo amanhecera com febre. Após mais quatro horas de viagem num caminho estreito pela mata adentro, Frei Luiz encontrou, em plena floresta virgem, a maloca dos Caripuna. Era uma grande palhoça de 60 pés de comprimento. Nas redondezas havia também plantações de banana, milho, cana e algodão [32].

Frei Luiz pôde colher poucas notícias:

um pajé presidia às festas religiosas, executando várias espécies de dansas e cerimônias. Os índios só viviam na aldeia nos tempos de chuva e na época do cultivo dos campos. O resto do tempo erravam pelas matas.

Depois de examinar tudo, Frei Luiz encarregou-os de construir uma barraca que servisse para o padre, quando voltasse no mês de outubro

Ambos os missionários regressaram para a foz do Jamari.

MISSÃO DE SANTO ANTÔNIO

Outra tribo da qual muito se ocupou Frei Jesualdo, foi a dos *Pama*.

Tencionava mesmo aldeá-los, pois também estavam domiciliados na região encachoeirada. A êles, aliás, já nos referimos. Não sabemos, porém, se no pensamento do missionário esta Missão seria fundada

> "na confluencia com o Beni [na margem esquerda do Rio Madeira], que já tem semi-civilizados, mas não aldeamentos" [33].

Frei Jesualdo avistou-os certo dia na desembocadura do riacho *Aruanã*. Todos saíram da mata com mulheres e crianças, pois haviam reconhecido o intento pacífico do padre. Êste ficou alguns dias com êles, acompanhado como estava por cinco pessoas.

Certo dia, quando se achava com alguns índios na margem do rio, deslizaram canoas com Caripuna. Os Pama pensaram logo em fugir pre-

---

32 — MÉTRAUX, Alfred, o. c., l. c.; idem, *Tribes of eastern Bolivia and the Madeira Headwathers*, H. S. A. I., pág. 450.

33 — R. P. P. A., vol. IV, pág. 256, José de Miranda da Silva Reis, 25/III/1875.

cipitadamente, porque os Caripuna eram seus inimigos. Frei Jesualdo aconselhou-os a que ficassem, porque já conhecia os índios. Os Caripuna desembarcaram e começaram a pedir presentes ao padre.

O missionário, porém, queria saber primeiro, se já tinham construído a barraca. Os índios deram-lhe a entender, indiretamente, que não pensavam e não desejavam tem nenhum vigia para o seu acampamento.

Queriam, aquêles Caripuna, ir ter com os Pama, que se haviam retirado mais para dentro da mata com as mulheres e crianças. Frei Jesualdo pensou que talvez pudessem fazer as pazes e consentiu.

De fato, os Caripuna aconselharam aos Pama que matassem o missionário, o que êstes recusaram. Os Caripuna levaram consigo ainda dois meninos como réfens.

Na hora da partida Frei Jesualdo prometeu aos Pama voltar depois de dez luas, com muitos presentes para êles.

Frei Jesualdo tinha dívida de honra, por isso, juntamente com Frei Luiz que estava na Missão de S. Francisco, foi novamente ver aquêles indígenas.

Ao encontrá-los, porém, em outra parte (em vista de um ataque dos Arara), os missionários pediram-lhes que fizessem suas residências, e prometeram também a proteção do govêrno.

A nova Missão dos Pama deveria ser fundada na foz do Aruanã. Com tôda a faina, os índios construiram abrigos para si e para os padres. Foram ricamente contemplados com fazenda, para que se cobrissem.

Nêsse ínterim, voltaram também os dois meninos, que se haviam evadido do cativeiro dos Caripuna. Tinham ouvido muita coisa dos planos daquela tribo: queriam matar os Pama, todos os brancos do seu território e também os missionários.

Num daquêles dias desencadeou-se uma forte tempestade. Um raio caiu diretamente nas proximidades das palhoças e matou o cacique, seu filho e o filho do pajé. Levaram os corpos à morada dos padres, e êstes tentaram reanimá-los, mas tudo em vão.

Foi uma dura provação para a Missão. Na verdade os índios poderiam fàcilmente culpar os missionários por tal desgraça.

Na manhã seguinte, enterraram os cadáveres, segundo o rito dos Pama: cavaram a sepultura debaixo da palhoça, onde os defuntos tinham vivido. Jogaram na cova o penacho [acanitara], o arco, as flechas, comida e bebida. Depois, enquanto cobriam a cova, os presentes executaram cantos fúnebres, formando vários coros: cantavam, de um lado o pajé e os mais velhos da tribo, uma parte, que era correspondida pelo côro dos demais homens e das mulheres. Em seguida, todos os presentes com o pajé na palhoça dos mortos, destruíram os objetos nela

encontrados, ateando fogo à mesma. Também os animais domésticos foram mortos. Outrora costumavam matar até a mulher do finado.

Ainda por muitos dias se repetiram as lamentações. Afinal, aliviou-se a grande dôr geral.

Em fins de novembro [1873] Frei Jesualdo trouxera víveres, plantas e sementes para a nova Missão, à qual tinham dado o nome de *Santo Antônio.*

Nesta época quase todos os índios adoeceram de uma forte bronquinte. Baldados foram os remédios. Entre os índios tal epidemia termina quase sempre com o sacrifício de muitas vidas humanas.

Verdadeiro milagre! pois, desta vez, ninguém morreu, sendo o fato extraordinário atribuido pelos índios ao auxílio dos missionários.

No dia 20 de dezembro os Pama pediram licença para voltar às suas antigas malocas por um mês. Foram atendidos. Frei Jesualdo aproveitou para ir celebrar no Crato as Missas de Natal, e Frei Luiz no pôsto militar de Santo Antônio, no foz do Rio Jamari.

Frei Luiz voltou logo para a Missão de Santo Antônio. Frei Jesualdo também voltou em meados de janeiro. Mas os Pama nunca mais voltaram! E desta forma findou a atividade missionária entre aquela tribo!

Frei Luiz Zaccagni retirou-se definitivamente do Rio Madeira [34].

MISSÃO DO APÓSTOLO PEDRO

Numa das viagens a Manáus, Frei Jesualdo visitou o aldeamento dos Mura, seis léguas abaixo do Crato, na ilha de Pupunhas [7 graus de latitude sul]. Fêz alguns batizados e casamentos, pois eram os remanescentes da antiga Missão do Crato.

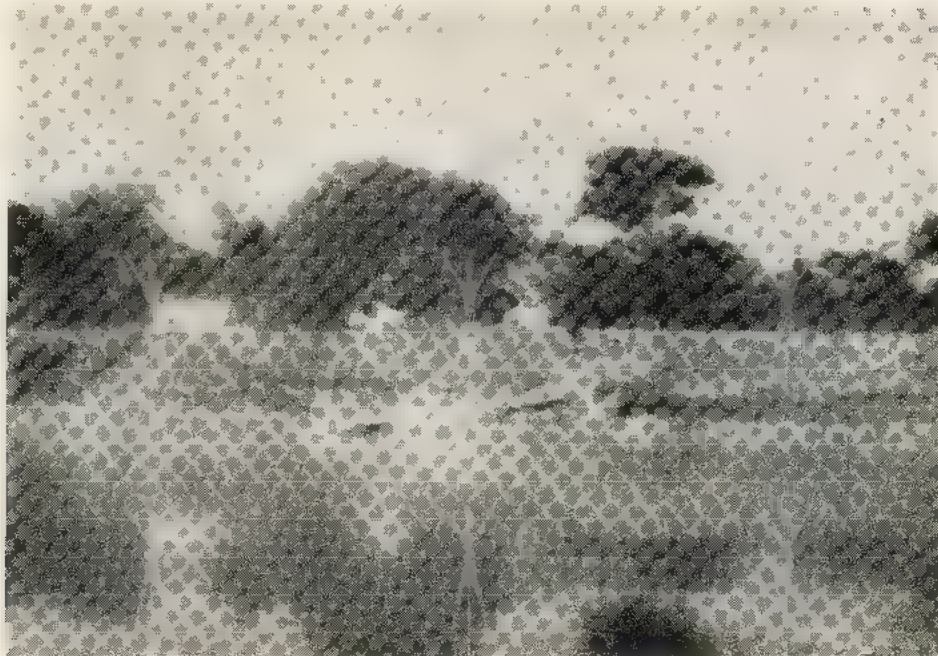
O número daquêles índios sugeriram a Frei Samuel Mancini, a idéia de mandar para lá um subdiácono, que tinha chegado do Rio de Janeiro a 27 de fevereiro de 1871, e ainda residia em Manáus. Mas, talvez porque a Presidência não quis arbitrar-lhe uma gratificação com que poder sustentar-se, a idéia não passou do papel [35].

Quem mais uma vez desdobrou suas atividades apostólicas também para os *Mura,* foi Frei Jesualdo.

Não se deixou persuadir pelos notórios precedentes daquêles índios, e, no mesmo local, fundou a *Missão do Apóstolo Pedro.* Aí, na verdade, moravam, havia alguns anos, famílias isoladas. O cacique Feliciano

---

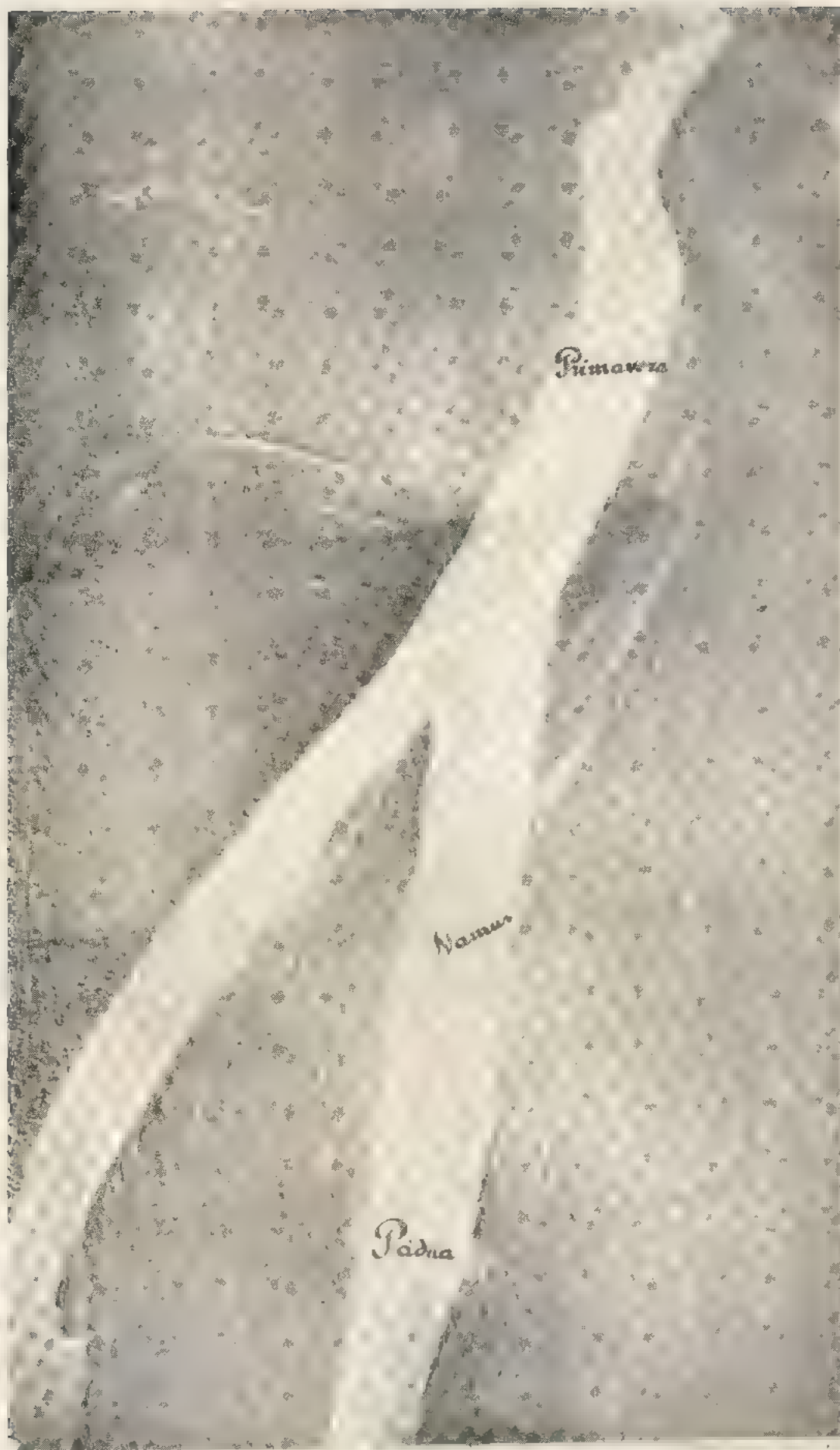
34 — PUETTER, o. c., II, 1944, n.º 2, pág. 34.

35 — MANCINI, o. c., l. c.

(Foto do autor)
Estado atual da Missão de S. Pedro Alcântara

Estatua de S. João Bat'sta
na Paróquia de Manicoré (Am.)

(Foto do autor)

Estátua de São João
Batista conservada em
S. João do Crato,
Humaitá (Am.)

(Foto do autor)

(C. N. G., D. C., Aerof. U. S. A. F., Proj. 2017, Rolo 230 fotos 39 (VD)

A Ilha de Pupunhas, pouco abaixo de Humaitá, no Rio Madeira

mandou construir uma grande maloca na margem, porém os Mura viviam quase sempre em suas canoas. Passavam o dia todo a pescar tartarugas, que então as havia muitas pelo Rio Madeira. Serviam para a própria manutenção e para troca com outras coisas necessárias, que negociavam com os brancos. Por isso, não tinham plantações, e, como fruto lógico de sua indolência, Frei Jesualdo lhes gabava a sobriedade na comida e bebida.

Naquêle lugar, o missionário fêz construir uma grande palhoça, metade da qual devia servir de morada ao missionário, sendo a outra destinada à capela. Assim Frei Jesualdo pensava que nada mais faltava do essencial, para iniciar a catequese.

Mas não tinha contado com as febres, nem com outros velhos e cruciantes incômodos hepáticos... Nem tinha contado com a recusa dos índios de acompanhá-lo à nova Missão.

Sobretudo não tinha contado com velhos inimigos das missões indígenas: os brancos!

Por outro lado muitos índios tinham fugido para as matas depois que, por ocasião da guerra entre o Brasil e o Paraguai, o major Sá — o tiranete de Manicoré — visitara todo o Rio Madeira para arrebanhar indígenas de tôdas as tribos como... *voluntários!*

Contudo, em 1875 já havia mais de 100 almas na nova Missão. Poucos anos antes, trabalhavam no Crato, por conta do Cônego Antônio Ferreira de Paula, mais de cem famílias de Mura [*sic!*]. Aquêle empreendimento, infelizmente, não visava um fim exclusivamente religioso, e nós já nos ocupamos para descrever como acabou.

A Missão do Apóstolo Pedro desenvolveu-se muito bem. Mas no ano de 1876 alastrou-se uma epidemia e, logo depois, forte bronquite. Felizmente não morreu ninguém. Nos dois anos em que o missionário trabalhou naquela Missão, construiu uma bela Capela de madeira com 15 ms. de comprimento por 6 de largura. Ensinou marcenaria a três moços e montou uma ferraria às custas do Govêrno. Fêz também uma plantação de cana, e os Mura começaram, pouco a pouco, a ocupar-se de agricultura, apesar de sua preguiça inata.

De manhã iam à igreja para o catecismo e aos sábados rezavam todos juntos o têrço e a ladainha. Aos domingos ninguém faltava à Santa Missa. Frei Jesualdo podia assim considerar-se inteiramente satisfeito com os Mura. Aos poucos cuidou também de amortizar as dívidas que êles tinham com os negociantes: as vêzes não eram poucas nem pequenas! Dêsse modo, porém, ficaram independentes.

Quando Frei Jesualdo, em 1877, viajou à Europa, entregou a Missão a Frei Miguel Prenofeta, um zeloso missionário espanhol do colégio de Ocapa (Perú), chegado ao Amazonas em 1876 [36].

---

36 — PUETTER, o. c., pág. 28-29, 34.

Enquanto Frei Jesualdo missionava rio acima e rio abaixo, estudava com interêsse, desde 1874, a possibilidade da fundação de uma missão no Rio Marmelo, onde, de trinta a quarenta famílias Torá, se achavam aldeadas. Havia aí, também, os Matanawi e os Piriahái já bastante pacificados. Êsses, em 1873, em grande número tinham procurado o missionário, a convite de um branco, para receber o Batismo. Nada, porém, pôde ser feito para êles.

A Missão do Apóstolo Pedro entre os Mura ia ser abandonada. Em 1879 grassara alí uma epidemia de varíola, tão forte que quase todos morreram. Frei Miguel Prenofeta retirou-se depois disso, provàvelmente para o Perú e uns 20 índios sobreviventes foram ter com os brancos.

Frei Teodoro trabalhava ativamente, longe da Missão de S. Francisco, no Machado. Em 1876 tinha visitado, mais para o interior, outra tribo, a dos *Jarú*, tribo outrora hostil e antropófaga, visìvelmente condenada a extinguir-se [37].

Moravam êles a doze dias de viagem da Missão. Eram muitos. O missionário os avaliou em mil, mais ou menos. O número atual dos índios que povoam a mesma região, não nos proíbe de aceitar esta estimativa de oitenta anos atrás. Frei Teodoro em pouco tempo aprendeu a língua e domiciliou boa parte dêles, na margem do rio. Demorou-se aí uns dez meses, enquanto Frei Miguel o substituiu na Missão de S. Francisco. Contudo, os índios, pela inconstância caprichosa que lhes é inata, o abandonaram e voltaram para as matas [38].

Frei Teodoro continuou o seu trabalho em S. Francisco. Em 1881 um comerciante foi pedir licença para ficar na Missão. O Missionário apelou pela lei que, declarando os índios menores de idade na pessoa e nos haveres, lhe cortava tôda e qualquer possibilidade de tratativas comerciais. O intruso não se conformou, e foi fixar residência na outra margem do Rio Madeira. Daí em diante fornecia clandestinamente cachaça aos índios, e lhes fiava, explorando-os, tudo quanto pediam. O Missionário acabou não sendo mais desejado e bem quisto; era formalmente desobedecido. Sua mesma vida não era mais segura.

Estava com êle o Pe. Conrado de tal que, porém, nem era homem para trabalho organizado, nem possuia qualidades para solucionar a melindrosa questão. Foi, contudo, a Manáus, para se queixar junto do Presidente do Estado. A lei de proteção aos índios existia, como veremos. Mas o que havia de parelha era a devassa e o desprêzo pela mesma.

---

37 – CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, As Tribus do Alto Madeira, J. S. A. P., XVIII (1926).

38 — PUETTER, o. c., pág. 31

Não só. Os próprios responsáveis pela observância da lei, cooperavam para a sua violação, extragando obras de desinteressada caridade.

Imediatamente o Presidente do Amazonas mandou seguir para a Missão de S. Francisco um cabo com três soldados. Foram recebidos com as ameaças dos índios e o deboche do comerciante que, a esta altura, já tinha transferido sua moradia para o terreno da Missão. O ponto culminante da questão era que os índios, endividados, lhe tinham vendido a maioria das casas. Em vão o Missionário declarou a invalidade legal do ato. Entretanto tudo estava tramando contra o Ministro de Deus. Era sobejamente conhecida a virtude que ornava aquêle "santo missionário". No entanto, o seu temperamento fogoso, que não lhe devia ser estranho, o levou de início da questão, a modos pouco urbanos, ameaçando empregar a fôrça. Daí aconteceu epílogo ináudito: o cabo declarou que não tinha alçada para agir, deu as costas para o Padre, e foi morar na casa do comerciante!!

Estava-se manifestando o duplo jôgo do Presidente do Amazonas. Frei Teodoro se deu conta que estavam materialmente perdidos dez anos de denodado apostolado!

Em maio de 1882 voltou para Manáus, sucedendo-lhe Frei Illuminato Coppi, de Abbadia S. Salvatore (Toscana Itália). Em Manáus Frei Teodoro ficou sabendo que o comerciante era amigo pessoal do Presidente de Estado, para quem a lei era papel sem valor! [39]

O mesmo Presidente, em carta íntima de 28 de outubro de 1882, pleiteava a extinção da Missão de S. Francisco, afim de substituí-la por outra no mesmo Rio Machado, 40 léguas acima, na cachoeira *2 de novembro*:

> "São terrenos ocupados pelas tribos dos Jarús, Urupás, Aritikés etc., todos eles doceis e acessiveis à civilização, segundo as informações que colhi de um explorador boliviano. Conto ter em breve alguns índios menores dessas tribos, para mandá-los matricular no Instituto Amazonense de Educandos, que está funcionando. Lá recebem boa educação primária e aprendem ofícios mecânicos. Mais tarde hão de ser estes os melhores portadores da civilização às tribos indígenas" [40].

Os missionários franciscanos do Rio Madeira começavam a receber a recompensa que, com demasiada freqüência, é a única que os homens sabem dar: a ingratidão! Ou melhor, recebiam agora o último trôco duma ingratidão negra, súbdola, que, perante os maiores missionários

---

39 — NIGGEMEYER, J. Capistran, o. c., l. c.

40 — PINTO, Alfredo Moreira, o. c., t. II.º, pág. 417.

do Rio Madeira, já fazia bradar na Assembléia legislativa do Amazonas desde 1873:

> "O missionário no séc. XIX não se dedica à evangelização dos índios com aquele sacrifício de que a história, em outras épocas, registra exemplos eloquentes e edificantes. Eles hoje não penetram com a cruz e a palavra de Deus nas florestas que abrigam os indígenas, afim de arrancá-los à ignorância; contentam-se em estabelecer-se à margem de um rio, na boca de um igarapé, e, ahí, quando muito, levantam uma hermida junto a qual se agrupam indios que tem contato social, e que, com o batismo da civilização, receberam tambem a inoculação do vício e dos maus hábitos" [41].

Que dizer da inverdade dessas palavras? Os fatos falam por si!

Na realidade, havia falta de bons missionários; esta, fazia-se sentir cada vez maior. Da segunda viagem a Itália, em 1882, para angariar mais padres, Frei Jesualdo trouxe um só. A Itália não mais podia mandar missionários para ultra-mar, pois em tôda parte os seus conventos eram transformados em casernas e hospitais, pelo govêrno maçônico daquêle país.

Por isso, desde 1880, as poucas atividades missionárias dos Franciscanos, que ainda existiam no Rio Madeira, não foram mais alvo da dedicação de Frei Jesualdo: sucedendo a Frei Samuel Mancini no cargo de Prefeito da Missão do Amazonas, ocupou-se mais das Missoes do Rio Negro, fundadas pelo seu antecessor.

Em 1883 Frei Illuminato retirou-se definitivamente do Rio Machado. Deixou encarregado do espiritual o Vigário de Manicoré e a administração em mãos do morador Amâncio Farias da Cruz. E foi à Itália na esperança de encontrar um padre e, com o Representante do Brasil junto da Santa Sé, o auxílio necessário para as despesas, prometido pelo Govêrno Brasileiro. Não encontrou nem uma coisa, nem outra! Frei Jesualdo renunciou à administração da missão por não ter mais padres a

---

41 — R. P. P. A., Rio, 1907, vol. IV, pág. 554, Domingos Monteiro Peixoto, 25/III/1873.

> "O pouco prestigio em que é tida a missão católica — escreveu Pe. Macchetti — é causado pelo erro de espiritas pouco práticos, que quereriam vê-la realizar milagres com uma rapida transformação dos selvagens em homens civis, como se a natureza pudesse ir aos pulos".

MACCHETTI, *Relazione della Missione Francescana di Manaos*, presentate al Padre Ministro Generale dei Minori Francescani per il Padre Jesualdo Macchetti, Prefetto della Missione [Montalcino, 30/XII/1885], Roma, Tip. Ed. Romana, 1886.

disposição. Nominalmente, a 13 de agôsto de 1884 a Missão franciscana Amazônica, diz Tetteroo, passou sob a jurisdição do Comissário Geral da Argentina [42].

Os índios venderam tudo pela cachaça, e mandaram as mulheres a trabalhar. Alguns, levados alhures, não voltaram mais. Os outros, perceberam então que tinham sido enganados. E se vingaram! O tal comerciante teve de fugir; quando os índios deram pela falta, derrubaram e incendiaram tudo, retirando-se em seguida para a mata.

Quanto à Missão de S. Francisco pròpriamente dita, foi elevada ao gráu de freguezia pela lei provincial n.º 686 de 2 de junho de 1885. Compreendia os distritos policiais de Três Casas, Machado, Abelhas e Santo Antônio [art. 1]. Para a demarcação dos limites da nova freguezia com a de Nossa Senhora das Dores, em Manicoré, fôra autorizado o Presidente da Província, o qual, para isso, ouvira o Bispo Diocesano [43].

Mas tudo não passou de letra morta. Pouco depois Pe. Macchetti escreveu ao Bispo do Pará renunciando e entregando a Missão de S. Francisco [30/IX/1886]. Baixavam-se decretos que nada realizavam de concreto, uma vez que na paróquia faltava a alma!

Estava morta uma obra que mal conseguira florir numa dúzia de anos.

Retoma-la-iam outros? em que proporção? os indígenas do Alto Rio Madeira voltariam a ser aldeados pelos missionários?...

"ai posteri l'ardua sentenza" [44].

... Também as Missões do Rio Negro vieram a fenecer. Com o início do Govêrno Republicano, Frei Jesualdo viu a pouco e pouco perder-se grande parte de seus esforços. Ficou residindo em Manáus, encarregado do serviço religioso do hospital e da nova igreja dos Santos Sebastião e Fabiano.

Pouco depois, em fins de 1894, retirou-se para a Bahia, levando para lá

> "uma pequena máchina de typografia [...]. Frei Jesualdo mesmo era typografo. No principio ele trabalhava só..." [45].

Foi o começo da hoje famosa "Tipografia de S. Francisco", na Bahia.

Mas em breve a saudade do campo de apostolado levou-o de novo para Manáus.

---

42 — TETTEROO, o. c., pág. 70; MACCHETTI, o. c.

43 — A. A. M., "Diocese do Amazonas", paróquias e datas de sua criação [livro aberto pelo Vigário Geral em 31/VII/1881], pág. 21; RAMOS, D. Alberto Gaudêncio, o. c.; MACCHETTI, o. c., pág. 42.

44 — MANZONI, Alexandre, "Il cinque maggio".

45 — Crônica do Convento da Bahia, pag. 25-26.

Na ausência do Vigário Geral do Alto Amazonas, Frei Jesualdo foi encarregado daquela Vigararia [46].

Estava sòzinho em Manáus. Os Superiores lhe faziam as últimas vontades! Em breve iria receber a recompensa pelos seus grandes trabalhos.

Morreu no sábado 21 de junho de 1902, na Santa Casa de Manáus, onde trabalhara com zêlo pelo reino de Deus [47].

76 anos de idade! 49 anos passados na Missão!

Lembra o necrológico Franciscano para o dia 21 de junho:

> *"Manaos in Brasiliana Republica Adm. R. P. Jesualdus Macchetti, qui per grandis aevi spatium apostolico zelo inter infideles Christi nomen invexit"* [48].

---

46 — Nessa condição abriu o livro n.º 1 de Batizados da nova Paróquia de Humaitá, no Rio Madeira: datou a abertura do livro: Manáus, 6 de dezembro de 1889.

47 — O jornal *Amazonas*, XXXVIII, n.º 84 de domingo 22/VI/1902, noticiou o falecimento do "respeitável ancião". O Governador do Estado foi imediatamente posto ao par do acontecimento, ordenando fôssem prestadas tôdas as homenagens devidas às virtudes do estimado missionário. O Comend. Rocha dos Santos, provedor da Santa Casa, resolveu, em nome da Mesa administrativa, mandar rezar às 8 hs. do dia seguinte ao desenlace, uma Missa de corpo presente, na capela do estabelecimento. Para os atos religiosos do entêrro, foram convidados os irmãos da Sta. Casa e amigos do finado. Justa homenagem às belas qualidades que ornavam o venerando sacerdote!

47 Necrológio Franciscano da Província de S. Boaventura de Toscana (Itália).

INTERMEZZO...

(Arq. M. M. de André Ary, S. Paulo)

Índios Caripuna da região encachoeirada do Rio Madeira

(Foto do autor)

O local da Missão de São Francisco visto do Rio Preto, e as imagens nela abandonadas pelos Franciscanos

REVIVAMOS Belém, capital do Pará, no último quartel do séc. XIX. Colhe-se alí uma impressão de contrastes e de desapontamentos.

Numa planície monótona, rodeada pela massa verde da folhagem tropical, as bandeiras marítimas dum grande número de navios europeus ancorados, indicam atividade comercial intensa na cidade de profundo sabor colonial.

Casas velhas enegrecidas pela ferrugem do tempo, embelezadas, porém, cá e acolá, pelos ladrilhos de porcelana que lhe encrustam as fachadas.

Uma única linha de bondes em tôda a cidade. Os carros vêm puxados por mulas, enquanto o condutor dá o sinal ao cocheiro por meio duma cornetinha de metal.

Sobrevoando os telhados e trotando pelas ruas, bandos de corvos, os maiores protetores da cidade contra a pestilência, os únicos mantenedores da limpeza pública.

No hospital, vintenas de doentes, macilentos. São as vítimas da malária!

Mas há uma exceção no aspeto geral: o bairro de Nazaré, a "Estrada das Palmas". Aí o ambiente é outro. Em residências espaçosas e arejadas, com largas varandas e jardins convidativos, ao longo de largas e arborizadas avenidas, mora a aristocracia local.

> "Desde as 4 da tarde até às 9 hs. do dia é uma perpétua primavera; em o mais tempo e horas ha algum calor: porem não tem que ver com o que experimentamos nos caniculares em Portugal.
>
> O saudavel vapor das águas, e a frescura dos arvoredos sempre cobertos, com a viração que há de manhã, tarde e à noite, faz o paiz temperado e saudavel. Se não fossem as trovoadas em quase todas as luas, dariam estes alguma idéa do que a terra do Pará era um retrato do Paraiso" [1].

A população é a mais variada na raça e na côr. Índios semi-selvagens, uns tantos negros, escravos, ou ostentando o galhardete da lei dos sexagenários; portuguêses; mestiços criados há mais de cem anos pela política portuguêsa, posta em ação no Pará pelo bispo Bulhões e o go-

---

1 — CASTELLO-BRANCO, Camillo, o. c., pág. 21.

vernador Mendonça Furtado; crianças nuas errando pelos caminhos, filhos redentos de escravos que a praça de Belém comprava outrora por 55$852 [2].

Entretanto, por um velho costume português, nem u'a mulher pelas ruas, afora as negras barulhentas que vão lavar roupa [3].

---

2 — A 26 de agôsto de 1750 era contratado por José Álvares Tôrres, o transporte dos casais das ilhas, num total de mil pessoas. Cada novo colono recebia

> "huma espingarda, duas enchadas, hum machado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas thesouras, duas verrumas, huma serra com sua lima e travadura, dous alqueires de sementes, duas vacas e uma egoa".

Carta Régia de 15/IX/1751, apud REIS, Arthur Cezar Ferreira, *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém, 1940, pág. 107.

O Alvará de 4/IV/1755 mandava preferir para os cargos públicos os portuguêses casados com indígena, e os soldados tinham baixa imediata, se assim fizessem.

A. P. P., Ms. 695, 197, Instrução de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Ten. Diogo Antônio de Castro [primeiro comandante político no Rio Madeira], 6/I/1756, A. P. P., Ms. 1083, 13 §§ 8-11; Carta do Bispo D. Frei Bulhões, 25/X/1757, declarando que trabalharia quanto possível

> "por adiantar o importantíssimo estabelecimento da união das índias com os brancos, na forma que Sua Magestade manda".

Os primeiros dêsses casamentos se realizaram no Rio Madeira, entre 1757 e 1759. Cartas de Francisco X. de Mendonça Furtado, 25/X/1757 e 10/II/1759, A. B. A. P. Pará, V e VI.

Aos portuguêses que no Pará se casassem com mulher índia, El-Rei mandava dar um dote, constituído por

> "um machado, uma foice, um ferro de cova, uma serra ou enxó, uma ou duas peças de bretanha, uma saia de Ruan ou de outra droga semelhante".

Carta de Mendonça Furtado, 1759, citada por VASQUES, Fernando, *Conquista e Colonização do Pará*, Lisboa, Agência Geral das Colonias, Coleção "Pelo Império" n.º 72, 1941, pág. 30; CRAIG, Neville B., o. c., cap. VIII; REIS, Arthur C. Ferreira, *O Seringal e o Seringueiro*, Rio, I. B. G. E., 1953, pág. 39.

Alvará de 4/IV/1775 declarando dignos de particular atenção de S. M., os europeus que se casassem com os da terra, em FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do Rio Negro*, B. N. R. J., Ms. I-11, 11 e I-11, 1, 23.

3 — O alvará de 10/III/1732 estabelecera que

> "moças e mulheres brancas aquí [no Pará] domiciliadas não podiam, sem licença régia, embarcar para o reino, salvo se fôssem para professar em convento".

VASQUES, Fernando, o. c., pág. 30-31; R. A. M. S. P., XLII (1938), pág. 113.

Arthur Cezar F. REIS, o. c., pág. 108, diz que já em 1637, para que se pudesse manter moralidade nos costumes e aumentar legalmente a população, o Pe. Luiz Figueira escrevera:

> "Mande S. Magestade cem molheres ao Pará que todas casarão conforme suas qualidades".

Estamos no tempo das gelosias, a divisa da cautela e do ciúme, inventada para proteger as mulheres dos olhares masculinos. Elas saem só para a Missa: vão à Igreja em suas rêdes que pendem de um longo pau, levado aos ombros de dois negros, em companhia de algumas índias e escravas. Na mór parte — as que não tem vestido de seda — assistem à Missa bem pela madrugada.

Ainda andava de pé, — cambaleando embora! — a ordem régia de 1757, proibindo à porta das igrejas e nos adros, falatórios, namoros e quaisquer manejos alheios ao lugar e ao culto. Tempos bons, em 1763, quando o Bispo do Pará multou oitenta pessoas

> "por andarem nuas da cintura para cima e a nadarem à hora do meio dia debaixo das minhas janellas, homens e mulheres, abraçando-se publicamente, collarejas e soldados" [4].

Belém do Pará foi o berço e Dom Frei João de S. José o inventor, da moda tão divulgada do lencinho no pescoço para remediar aos decotes [5].

Por isso é que à altura dessa nossa história as mulheres passavam o resto do dia só armando intrigas, mexericos e mais alguma coisa... e também cosendo e bordando [6].

Agora, outra classe de pessoas chama-nos a atenção. Em suas batinas pretas sob a sombra protetora de guarda-sóis de seda também preta, com passo mais ou menos apressado, mostrando sapatos rasos com enormes fivelas de metal e raros óculos de lentes ovais [7], diversos eclesiásticos se dirigem, vindos de vários pontos da cidade, ao palácio episcopal. Possuindo todos êles até em seu porte, uma empolgante vibração cívica, a mesma que outrora inflamava tão caracterìsticamente os movimentos revolucionários [8].

---

4 — CASTELLO-BRANCO, Camillo, o. c., pág. 27.

5 — Idem, Carta de D. Fr. João de S. José Queiroz a Fr. Manoel da Penha, pág. 39.

6 — Alexandre Rodrigues Ferreira, em TOCANTINS, Leandro, *O Rio comanda a Vida*, Rio, Ed. "A Noite", 1951, pág. 181-182

7 —
> "Os Padres Beneditinos em Coimbra fazem-se reparáveis por nenhum deixar de trazer oculos. Use-se d'elles para o preciso; porem oculos perennes são desnecessarios. Parece affectação como se a authoridade consistisse nisso. Grande mal fazem os prelados em consentir similhante ridicularia a rapazes, salvo no coro para cantar e rezar".

D. Frei João de S. José Queiroz, *Memórias*, em CASTELLO-BRANCO, Camillo, o. c., pág. 136.

8 — MONTEIRO, Mário Ypiranga, *Fundação de Manaus*, 2.ª ediç., 1952, pág. 114.

Todavia, nenhum dêles vai agora a algum comício político.

E' o último trimestre de 1878.

Dom Antônio Macedo Costa é o Bispo da Diocese, alquebrado pelas lutas e pelas algemas... Lutara não tanto para arrancar o poder regalista ao velho Estado, quanto para reivindicar à Igreja a autoridade que lhe cabe por direito nas coisas do espírito.

Os grilhões lhos dera a maçonaria pelas mãos de seu Grão-Mestre, o Visconde do Rio Branco, primeiro Ministro "dum governo católico, como é o brasileiro, e chefe principal da maçonaria no Brasil", no dizer de Pio IX [9].

A vida e as palavras de Dom Macedo Costa — como por um estribilho involuntário — estão saturadas de antipatias doutrinárias e causadas por tantos sofrimentos: não sòmente pela maçonaria, como tal, mas por todo um sistema doutrinal que, em matéria de religião e de política, a pretexto de alargar a liberdade do homem, favorece a libertinagem.

> "Diminuir a autoridade de quem governava e animar a independencia de quem obedecia, abater o Superior e, se possivel fora, emancipar o subdito; amesquinhar o poder pelo temor e pela tirania, senão destruí-lo completamente" [10].

Tal parecia a preocupação liberal dos dias que estamos estudando. Eram idéias que proliferavam sobretudo nos ambientes maçônicos:

> "Reduzir o poder de Roma à sua propria esfera, e opôr barreira inacessivel aos desatinos do clero que pretende sola pando as verdadeiras crenças, erigir em bases firmes o seu poder e a sua tirania.
>
> Exigir, por meio legal [*sic!*], do Governo do Estado, o res-

9 — Cartas de D. Macedo Costa, 8/VII/1874 e 17/VII/1874; cartas do mesmo a Dom Bosco, 11/VII/1881 e 27/VI/1882, apud CERIA, E., *M. B.*, XV (1934), pág. 819-820; LUSTOZA, Dom Antônio de Almeida, *Dom Macedo Costa*, Rio, Cruzada da Boa Imprensa, 1939, pág. 290-291, cfr. pág. 321; VITAL, Dom José, *Abrégé historique de la quéstion du Brésil*, Roma, Tipogr. Propaganda Fide, s. d.; cfr. Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio, Typ. do Gr. Or. e da Luz, 1.º ano (1872), pág. 204-205; OLIVEIRA, Ramos de, *O conflito maçonico Religioso de 1872*, Petrópolis, Vozes, 1952, pág. 35; GUERRA, Flavio, *A questão religiosa do segundo império brasileiro*, Rio, Pongetti, 1952, passim.

As palavras de Pio IX foram dirigidas ao Barão de Penedo a 23/X/73. Na reunião das lojas maçônicas no Rio de Janeiro realizada a 16/IV/1874 se planejou a luta contra a Igreja no Brasil; encontra-se como que uma alusão já no discurso de Alexandre Freire do Amaral a 20/IX/1872, publicado no Boletim do Grande Oriente, I (1872).

10 — GAUTRELET, Pe. Francisco Xavier, *A Franc-Maçonaria e a Revolução*, Porto, Livr. Intern., 1873, t. II, pág. 66.

peito aos direitos nacionais contra as usurpações do Pontificado Romano, e para que não tenham no Brasil valor os decretos da Roma estrangeira, sem que o nosso poder legislativo os adote" [11].

"A Maçonaria repele os padres porque os julga escravos do Vaticano; e porque o clero católico, é clero escravo, clero máquina, para curvar os povos diante do despotismo" [12].

Em poucos anos tornara-se evidente, que a Maçonaria não era o brinquedo de criança para gente grande, definida por Feijó, e sim, não passava de um grosso caldo de cultura de idéias liberais, atéias, inimigas da influência religiosa e da ação do clero.

"Temos inimigo ousado e valente a combater — discursou a 14 de setembro de 1872 o Grão Mestre Joaquim Saldanha Marinho. Digamos a verdade, não combateremos com simples palavras nem com protestos inúteis" [13].

"Sendo as constituições maçônicas meros regulamentos, acima delas estão os princípios da Maçonaria; e que, por conseguinte, pode ela envolver-se, como já o tem feito, nas lutas religiosas e políticas. Negá-lo seria caluniar a história" [14].

De fato, onde está na Constituição Maçônica francêsa o princípio votado em 1849, da existência de Deus e da imortalidade da alma?

No entanto, para obter seu desideratum, a Maçonaria, numa série de contradições que constituem inequívoco paradoxo [15], não se dissocia da Igreja: nela se ampara e fortalece, sem jamais cessar de aliciar sacerdotes e envolvê-los em suas malhas. Sacerdotes que lutaram ombro a ombro com Dom Macedo Costa, com ânimo forte, ação decidida, solidários em tudo e por tudo, se aliaram depois discretamente à seita [16].

E a Igreja não falou? Falou perante a reação do século! não se mantivera calada no século anterior [17].

---

11 — Joaquim Saldanha Marinho, 14/IX/1872, no Boletim do Gr. Or. n.º 4, pág. 365.

12 — Jornal do Comércio, Rio, 22/IV/1872.

13 — Idem; LANTOINE, Albert, *Histoire de la Franc-Maçonerie Française*, Paris, Emil Nourry Ed., 1925, pág. 334-335.

14 — Rebold, Crémieux, Ragon, L. Blanc, Verhaagen, apud GAUTRELET, o. c., t. I, pág. 109 s.

15 — Boletim do Gr. Or. do Brasil, discurso de Alexandre Freire do Amaral, 20/IX/1872.

16 — OLIVEIRA, Ramos de, o. c., pág. 227-228.

17 — Dentre os primeiros e mais importantes documentos pontifícios censurando ou condenando a Maçonaria citamos os seguintes:

Constituição Apostólica "In eminenti" de Clemente XII (1738); Constituição Apostólica "Providas" de Bento XIV (1751); Constituição Apostó-

Objetou-se que a Maçonaria fêz a glória histórica do Brasil, fêz a independência e libertou os escravos [18]. Mas o clero trabalhou no campo patriótico e social — e não apenas político — muito mais do que êles, muitos séculos antes dêles e sem opressão! [19].

E ainda: jamais tivemos doutrinadores da inferioridade étnica absoluta do negro: no Brasil desconhecemos os teoristas da escravização. Richard Burton afirmou:

> "É difícil que haja um brasileiro bem educado que não deseje de boa vontade a abolição, se puder encontrar para ela um substitutivo".

Que fêz então a Maçonaria respeito à escravidão? [20].

Fêz-se paladina de um movimento já existente na alma e nos sentimentos dos brasileiros, movimento que foi tornado público e notório quando, para o reconhecimento da independência do Brasil, a Inglaterra impôs a cessação do tráfico dos negros. Quando se terminou, no Senado, a votação da lei que atingia a fundo a instituição da escravidão, o Ministro dos Estados Unidos apanhou algumas rosas que das galerias caiam sôbre os senadores, e disse que ia enviá-las a Wâshington, para que seus patrícios vissem como fazíamos aquí com flôres, o que lá custara tanto sangue...[21].

... nunca o Brasil pensou diferente!

---

lica "Ecclesiam a Jesu Christo" de Pio VII; Encíclica "Tradit" de Pio VIII; Encíclica "Mirari" de Gregório XVI; Constituição Apostólica "Quo graviora" de Leão XII; Encíclica "Qui Pluribus" de Pio IX (1846); Alocução "Quibus quantisque" de Pio IX (1849); Encíclica "Nescitis et vobiscum" de Pio IX (1849); Alocução "Singulari quadam" de Pio IX (1854); Encíclica "Quanto conficiamur moerore" de Pio IX (1863); Alocução "Multiplices inter machinationes" de Pio IX (1865: provocada pela bênção dada pelo arcebispo de Paris aos despojos do marechal Magnan, revestido com as insignias de grão-mestre do Grande Oriente de França); Constituição Apostólica "Apostolicae Sedis" de Pio IX (1869).

18 — No dia 2 de agôsto de 1822 o Grande Oriente Maçônico do Brasil, sendo Grão-Mestre José Bonifácio de Andrade e Silva, chamou o Príncipe Dom Pedro iniciando-o com o nome de Guatimozin. Nêsse dia deliberou-se e coagiu-se D. Pedro a realizar a independência. Perguntamos nós, após termos examinado a psiquê daquêle Príncipe: o grito do Ipiranga foi mesmo resultante daquela coacção??

19 — RAIOL, Domingos Antônio [Barão de Guajará], o. c., passim. RODRIGUES, Dilke de Barbosa, *A vida singular de Angelim* (*A Cabanagem*), Rio, Pongetti, 1936, pág. 34; GUERRA, Flavio, o. c., pág. 59.

O Cristianismo foi quem por primeiro denunciou a imoralidade da escravidão no Império Romano.

20 — Cfr. Boletim do Grande Oriente, I (1872).

21 — LACOMBE, Américo Jacobina, *Um passeio pela História do Brasil*, Rio, Ediç. da "Organizaçao Simões", Coleç. "Rex", 1951, pág. 85.

O Bispo do Pará, o Bom Pastor que deixava saudades atrás de si pela sua amabilidade [22], tomara posição decidida: o Brasil estava passando por uma das quadras mais críticas que conheceu a sua história. Havia um imperador, é verdade, católico, também é verdade: entretanto, sempre estivera muito afastado da Igreja e cada vez mais próximo da Maçonaria. Não era ateu, mas um católico por conveniência, em conseqüência apenas de tradição e ancestralidade. Embora educado por um religioso — Frei Pedro de S. Mariana, O. C. — não deixara de o influenciar o tutor José Bonifácio, primeiro Grão Mestre da Maçonaria Brasileira. A grande generosidade, que embelezou o governo de D. Pedro II, foi mais um pendor predominante de sua personalidade, assim como a religião era para êle um ornamento incômodo, mas necessário ao bom desempenho do papel de Imperador. Ou talvez o Brasil estivesse assistindo a intermitências curiosas nas manifestações patológicas da família dos Braganças... [23].

Todos pressentiam um ambiente cada vez mais liberal, pelo qual o próprio Dom Pedro sofreria fatal conseqüência! O ambiente estava propício para a expulsão do Monarca. Não era por certo essa a plataforma da Igreja que, apenas, das causas previa os efeitos! Ia ser o primeiro passo para outro que havia anos vinha sendo apregoado pelo Dr. Rui Barbosa: a separação da Igreja do Estado, muito embora, em nome da liberdade!

A intransigência de D. Pedro II escrevera em 17 de setembro de 1875 ao Duque de Caxias, Chefe do Gabinete Imperial:

> "... só vi e **vejo** [*sic!*] dois meios de solver a questão do Bispo: ou uma energia legal e constante que faça a Curia Romana recear as consequências do erro dos Bispos, ou uma separação, embora não declarada, entre o Estado e a Igreja, o que sempre procurei e procurarei evitar, emquanto não o

---

22 — 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Manicoré.

23 — BESOUCHET, Lídia, o. c.; CINTRA, Assis, *D. Pedro I e o Grito de Independência*, S. Paulo, Cia. Melhoramentos, 1921, passim; idem, *O pai de Pedro I*, em "A Gazeta", S. Paulo, 4/II/1953; AULER, Guilherme, *As Últimas Pensões e mesadas de Dom Pedro II*, em "Vozes de Petrópolis", XII (1955), 2, pág. 286 s; BEZERRIL, P. João Carlos, *Formação Religiosa de Pedro II*, em "Vozes de Petrópolis, XII (1954), 4, pág. 425-429.

> "... eu não posso deixar de repetir que os bispos praticaram um crime".

Carta de D. Pedro II ao Sr. Cotegipe, Petrópolis, 3/X/1875, publicada por Wanderley Pinho em *O Jornal* de 2/XII/1925.

exigir a independência, e, portanto, a dignidade do Poder Civil"[24].

A Igreja e também Dom Macedo Costa não acalentavam amores por semelhante separação. O Bispo do Pará escreveu mais tarde:

> "Se o Governo estiver resoluto a promulgar o decreto, se este for inevitavel e intransferivel, ao menos, atenda-se o mais possivel aos direitos da Igreja, mantenha-se e respeite-se a sua situação adquirida entre nós ha cerca de três seculos"[25].

Tôdas aquelas ideologias saiam das metrópoles, perpassavam as florestas, pelo rio Amazonas e pelo Madeira. No dia 6 de agôsto de 1878, D. Macedo Costa, acompanhado por Mons. Coutinho, arcediago em Santarem, e pelo Pe. Dácia, estivera na foz do Rio Uruapiara afluente do Madeira, para a benção da primeira pedra duma Capela[26]: pôde averiguar quanto as idéias liberais também lá se infiltraram pelos chefetes e comandantes. O próprio Frei Macchetti, fundador da Missão franciscana do Madeira, relatou episódios sintomáticos e muito ingênuos, que pouco recomendavam o espírito ortodoxo entre os 12 mil habitantes do Madeira[27].

> "Um povo vivendo à desgarrada por um vastissimo Territorio deserto, abandonado a si proprio, entregue a largos ocios e excessos bachanaes, sem nenhuma instrução nem civil nem religiosa, e parte dele ainda selvagem, poderá atingir o porvir grandioso que todos queremos, que todos ardentemente desejamos?"[28].

---

24 — Dom Silvério, futuro Arcebispo de Mariana (Minas Gerais), escreveu em *O bom ladrão* de 10 de outubro de 1873:

> "Vossa Magestade, na lição de 19 séculos, conhece o fim dos Monarchas que se levantam contra a Igreja de Deus, e quando faltassem exemplos, bastariam os dois Napoleões dos nossos dias".

A. N. R. J., Mss., coleç. "Documentos Duque de Caxias".

Rui Barbosa, discurso do Colégio Anchieta, 1903; idem, conferência em Belo Horizonte, 1910.

25 — A. N. R. J., Carta de D. Macedo Costa a Rui Barbosa, 22/XII/1889.

26 — A. P. M. — 1.º Livro de Tombo; RAMOS, D. Alberto Gaudencio, *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, Manáus, Tipografia Fenix, 1952, pág. 52.

27 — MACCHETTI, *Diário de Viaje* etc.; PUETTER, o. c., ano I (1943), n.º 2, pág. 4.

28 — COSTA, Dom Antônio Macedo, *A Amazônia, Meios de desenvolver sua civilização*, conferência feita em Manáus, no paço da Assembléia Provincial Amazonense, 21/III/1883, Rio, 1884.

Na correspondência do Bispo do Pará, lemos:

> "Não passa um dia que eu no Santo Sacrifício da Missa não peça com lágrimas a Deus de mandar operários nesta sua vinha. O Brasil mais que qualquer outro país da América do Sul, precisa duma renovação religiosa. A fé católica tornar-se-á insustentável, se nos faltar um reforço de bons padres, de zelosos religiosos. E' necessário que nos socorram, que nos socorram prontamente e eficazmente, sob pena de ver apagar-se a fé católica, pois que os elementos indispensáveis para a grande restauração dessas regiões nos faltam em absoluto" [29].

POPULAÇÃO ADVENTÍCIA

A crença religiosa em grande parte da Amazônia vivia de tradições que a superstição desfigurava, e que os livros ímpios iam lentamente matando. Nas escolas conhecia-se pouco catecismo. Até mesmo em muitas igrejas era assim: o ensino suculento da doutrina era substituido por rezas materialmente repetidas, e pelas pompas de sermões semelhantes às árvores ricas de flôres, mas estéreis de frutos [30].

A maioria dos habitantes do Madeira era formada de adventícios cujo ambiente de formação ou de deformação não era outro. Entre aquêles ribeirinhos havia, sim, os que externavam sua profunda fé católica: ainda assim, não raro era mera conveniência.

Desde 1852 certo João Rodrigues de Medeiros vinha sendo animado para "explorar vias de comunicações por terra dos lugares do Rio Madeira thé os do Rio Guaporé além das Cachoeiras" [31]. Após o improfícuo levantamento de Franz Keller [1867], por três anos, de 1870 a 1873, foi um acorrer de avalanches de inglêses, engenheiros e operários, para a construção duma estrada de ferro. Ùnicamente o interêsse impressionava aquêle exército de homens! Mas a realização faliu após nove mêses. De 1878 a 1879 foi a vez dos americanos. A epopéia é conhecida. Falta de verbas, desconfiança por parte dos fiadores, mas

---

29 — Cartas de D. Macedo Costa a D. Bosco, 11/VII/1881 e 27/VI/1882, cartas do card. Jacobini a D. Bosco, 22/VII/1882 e 12/IX/1887, em CERIA, E., *M. B.*, XV (1934), pág. 819-820.

Nessa época, nos quase três milhões e meio de quilômetros quadrados da Amazônia havia apenas 85 padres, dos quais 12 valetudinários.

30 — BARROSO, Pe. Romualdo M. de Seixas, *Oração Fúnebre de D. Antônio Ferreira Viçoso*, Rio, Livr. João Martins Ribeiro, 1875, pág. 18.

31 — R. P. P. A., vol. I, Portaria de 29/I/1852, citada em carta de João Luiz Alves ao Presidente do Amazonas, João B. de Figueiredo T. Aranha, Borba, 16/III/1852; "Archivo do Amazonas", Manáus, 5/IX/1907, vol. II, 6, pág. 60-61; Doc. 79, anexo às Observações de João B. de Figueiredo T. Aranha sôbre o Relatório do Presidente do Pará, 30/IV/1852.

sobretudo a ciência médica ainda não modernizada contra a malária, arrazaram o empreendimento [32].

De vez em quando os engenheiros tinham de refazer muitos quilômetros de estrada, destruídos pelas cheias repentinas da estação chuvosa. Outros quilômetros de estrada penosamente construída afundavam-se nos pantanais. Os selvagens, arrancavam à noite os trilhos colocados de dia [33]. As chuvas enferrujavam os maquinismos, a poeira da estação sêca gastava como esmeril as peças móveis. Se algo se quebrava decorriam meses antes que se pudesse substituir. Quando um guarda-livros da companhia se ia embora de repente, — e isso sucedia quase tôdas as vêzes em que algum navio ia baixar o rio — eram prejudicadas as requisições de víveres e material: por espaço de todo um mês de sinistra memória, o corpo técnico da companhia passou a café e bolachas! é que um guarda-livros que partira, se esquecera de mandar a requisição de víveres para aquêle mês!

Afinal, a floresta de mil maneiras se vingava de lhe haverem violado a impenetrabilidade milenar com as máquinas do progresso.

Entretanto, essa história é a de uma obra colossal, em redor da qual, quando menos, se fêz, sim, grande parte da história moderna, e do progresso da região do Alto Madeira.

Por outro lado, nessa época, a região amazônica vivia por entre os deslumbramentos materiais e financeiros, decorrentes da era da borracha [34]. Só no Madeira, colhiam-se anualmente 8.500.000 quilos [35].

Encorajados pelo surto explorador, vinham os homens, sobretudo cearenses, guiados por impulso de aventuras, adventícios e caboclos.

Deparavam-se prejudiciais em seus efeitos as decantadas medidas de antanho, patrocinando a mistura de raças mui diversas. E' que mesmo sôbre o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos os estigmas da inferior: a mestiçagem extremada é um retrocesso. O negro,

---

32 — CRAIG, Neville B., o. c., cap. III.º.

33 — Foram eletrocutadas várias dezenas dêles, ligados aos trilhos os fios dos geradores elétricos.

34 — O *ouro negro* tinha sua história, que revolucionara a alma e o corpo de tôda a Amazônia. Em 1745 La Condamine despertou as atenções da Europa para o *caouchou* produto vegetal de grande elasticidade, impenetrável à água, com que os portuguêses do Pará fabricavam bombas e seringas sem êmbulo, e dezenas de outros utensílios. Em 1825 pela primeira vez foi incluida na pauta aduaneira da capital paraense. Em 1827 conheceu-se a primeira estatística oficial de exportação, e em 1842 a borracha teve na Amzônia o princípio de seu efêmero esplendor com a Vulcanização por Charles Nelson Goodyear nos Estados Unidos, e Thomaz Hancock na Inglaterra. Frei Manuel da Esperança, Carmelita, há muito tempo havia descoberto a borracha nas margens do Rio Madeira, quando [1888] John Boyd Dunlop fabricava os primeiros pneumáticos.

35 — PUETTER, o. c., ano I (1943), n.º 2, pág. 4.

o europeu ou o asiático cruzando-se com o índio, oblitera as qualidades preeminentes, e cria não apenas o retrocesso, mas estimula os atributos primitivos da floresta. De sorte que o mestiço é quase sempre um desequilibrado, um decaido, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.

> "Contrastando com a fecundidade que acaso possua, êle revela caso de hibridês moral extraordinários: espíritos fulgurantes às vezes, mas frageis, irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas, de que resulta, reflete-lhe os varios aspectos predominantes num jogo permanente de antiteses. E quando avulta — não são raros os casos — capaz das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas, todo esse vigor mental repousa (salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito) sobre uma moralidade rudimentar, em que se pressente o automatismo impulsivo das raças inferiores" [36].

Acervos de homens moral e espiritualmente amorfos, quedaram-se tranqüilos à beira dos rios e dos igarapés remansosos,

> "................. num mísero casebre sem conforto
> sem luz, sem uma alma a seu lado" [37]

embotando o sentido das novas aspirações: empapavam, porém, de seus suores, o *hinterland* do Rio Madeira, mesmo quando oprimidos por cruel sub-alimentação.

Encontraram, além do mais, um problema que, para muitos dêles, era até então desconhecido: povos aborígenes para civilizar. Para completar o quadro havia a ausência de famílias formadas. Ainda sem a prostituição a ulcerar a intimidade, surgiu um novo gênero de bárbaro comércio: a ciganagem [38].

A população civil pràticamente não existia na região encachoeira-

---

36 — CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, 23.ª ed., Rio, Livraria Francisco Alves, 1954, pág. 96 s.

37 — Humberto de Campos, "A morte de um seringueiro".

38 — Consistia no aluguel de mulheres decaídas, transformadas em objetos de negócio de certos agenciadores, mediante fatura especificada em gastos e comissões, contra resgate em borracha ou carta de ordem. Cfr. LIMA, Araujo, *Amazônia a Terra e o Homem*, S. Paulo, C. E. N , Coleção "Brasiliana", 1945, Vol. CIV, pág. 266; cfr CABRAL, Alfredo Lustosa, *Dez anos no Amazonas*, João Pessoa, 1949.

da, desde que foram inúteis as tentativas para tal emprêsa: recentemente um muito útil destacamento militar se retirara da cachoeira do Ribeirão devido às doenças [39]. Havia anos [1867?] certo Padre Daniel V. Lasos desbastara um morro, sôbre o barranco da cachoeira do Guajará-assú (a penúltima cachoeira subindo o rio) para fazer uma colônia. Mas teve que abandonar o projeto por falta de recursos. O sítio era bonito, alto, sêco e seguro por estar defendido do ímpeto do rio pelas pedras visíveis que formam a cachoeira. Os carvalhos que êle plantou perderam-se quase por completo e o Cruzeiro erguido, há de ter caído...[40].

Santo Antonio da Cachoeira, lugarejo muito estratégico, com a construção problemática da estrada férrea, prometia algo, com mais algum impulso progressista [41]. No tempo de D. Macedo Costa as construções não chegaram a dez, tôdas de madeira atada com cipós, soalho e paredes de paxiuba, teto de palha de palmeira: tôdas sem um prego! Lá estava um contingente das fôrças brasileiras: seis homens comandados por um sargento! [42]

Dom Macedo Costa, o qual palmilhara grande parte do Rio Madeira bem mais acima de Manicoré [43], verificou o apoio que o govêrno imperial dava aos centros missionários da Amazônia. Mas pressentiu um vasto trabalho de erosão: os que ajudavam as missões careciam da convicção de que as idéias religiosas são preponderantemente fundamentais. A Maçonaria de hoje e de sempre trabalhava admitindo como indiscutível o princípio inverídico de que as Missões religiosas exploram o índio! Por isso acalentava-se forte tendência de instituir missões leigas que o civilizassem [44]. Para as Lojas, os serviços de civilizaçao dos selvagens não eram e não são de competência da religião: devem ser entregues de preferência a agentes leigos [45] Eis os verdadeiros obstáculos que en-

---

39 — MACCHETTI, o. c..

40 — Idem.

41 — 9/IV/1878, assentaram-se os primeiros trilhos; 3/VII/1878, terminou-se a montagem da primeira locomotiva; 7/VII/1878, primeira viagem na Vila de Sto. Antônio após 117 dias de trabalhos. Porém...

> "o ambiente político é contrário a que qualquer extrangeiro construa aquilo que os brasileiros consideravam como a chave do coração da America do Sul".

Isso já em 1884! cfr. CRAIG, Neville B., o. c., pág. 436.

42 — CRAIG, Neville B., o. c., pág. 132.

43 — Informação de certo CAETANO, veterano de Manicoré, ao Pe. Bento de Souza, Vigário e Cronista do Livro do Tombo daquela Freguezia; carta de 15/VII/54 ao autor.

44 — Cfr. Congresso Maçônico Sul Americano de Buenos Aires, 1906.

45 — Cfr. Congresso Nacional Maçônico dos Pedreiros Livres do Rio de Janeiro, 1909.

(B. N. R. J., Ms. Alex. R. Ferr. I-11, 1, 0 fl. 1)

Capa do manuscrito inédito *Desenhos de gentios, animaes, aves, amphibios e peixes* da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira.

(Fotos do autor)

Como outrora... pouco mudaram as condições das novas levas que vão para a aventura da borracha

contravam os franciscanos do Rio Madeira: e nenhum dêsses obstáculos consta nos Relatorios da Assembléia Legislativa!!!

Retirando-se os abnegados Filhos de S. Francisco, urgia que alguém sugerisse a criação dum Bispado local no Amazonas [46].

Na Itália um homem de Deus teria podido prestar um primeiro auxílio. Chamavam-no vulgarmente **Dom Bosco**. Tinha formado milhares de sacerdotes para as dioceses. Além disso, dispunha de uma congregação de sacerdotes por êle fundada, com o escopo de ir em socorro da juventude desamparada e de abrir Missões indígenas. D. Macedo Costa escreveu a êle, expondo a situação de

> "milhares de pobres órfãos, multidões de almas, mais de quarenta paroquias vacantes, centenas de tribos selvagens pedindo para ser instruídas e salvas".

Pretendeu assim fundar uma "escola agrícola de artes e ofícios para a instrução e educação dos meninos pobres e abandonados". Vindo, aquêles religiosos cultivariam também as vocações eclesiásticas! [47].

Mas muitos anos passaram para que o sonho do Bispo do Pará encontrasse sua realização.

As dificuldades de tôda espécie não vinham apenas dos homens; mas o eram da natureza também! Basta lembrar as enchentes do Rio Madeira, que, com o tempo, arrazarão, talvez, até cidades, como a de Manicoré! Basta lembrar as cachoeiras, o maior empecilho para os missionários da região madeirense, que era das mais habitadas de índios! Aquêles Apóstolos levados pela sêde de almas enfrentavam cachoeiras arriscadíssimas, como a do Girau, na qual era preciso transportar a embarcação de um lado a outro da cachoeira através um varadouro de perto de quilômetro: trabalho de um dia, para muitos homens, que, freqüentes vêzes, deixavam a própria vida [48]: algumas cruzes à margem daquela arriscadíssima passagem marcam ainda os túmulos dos infelizes, cobertos pelas águas lodosas [49].

Eis o que escreveu o Pe. Macchetti, missionário do Rio Madeira:

> "Por um descuido entramos por um *estreito* formado de

---

46 — A proposta foi feita pelo Cônego José F. da Cruz Dácia na Assembléia Provincial do Amazonas a 21/IX/1882. Foi repetida e aprovada a 26/IV/1886. O Dr. Antônio Passos de Miranda, Deputado pelo Amazonas, fêz a mesma proposta na Câmara dos Deputados do Império: REIS Arthur Cezar Ferreira, *A conquista espiritual da Amazonia*, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1942, pág. 84; RAMOS Dom Alberto Gaudêncio, o. c., pág. 53, 55

47 — Cartas de D. Macedo Costa, l. c.

48 — ARMENTIA, Nicolas, *Navegación del Madre de Dios*, La Paz, 1887.

49 — COUTINHO, Francisco Sousa, Pará, 4/VIII/1797, R. I. H. G. B., II (2.ª ed. 1858), pág. 286, refere serem necessários mais de 100 homens para fazer passar pelo varadouro as maiores embarcações.

pedras por ambos os lados. O canal dirigia-se para esquerda e meu *batelão* [50] bateu numa pedra a flor d'água, raspou por cima da mesma e recebeu uma enorme pancada; os indios remeiros saltaram sobre a laje afim de empurrar o batelão para a agua; mas foi impossivel. Antes, começou entrar agua, inclinou-se de uma banda, oferecendo bastante perigo.

Nessa circunstancia eu era o ultimo, de modo que ninguem poderia vir socorrer-me; porem o sr. Penich estava adiante por pouca distancia e assim vendo minha situação, parou, descarregou toda sua *montaria* [51] e a mandou para socorrer-me.

Baldeamos os alimentos, as roupas, e dez sacas de produtos, mas o batelão continuava imovel. Mais para frente, já saindo do *paraná* [52] para o rio, havia algumas *garíteas* [53] a nossa espera. Uma delas voltou vazia até nós, e aliviou o batelão do peso da minha pessoa e da metade da mercadoria. Afinal o batelão pôde sair daquela medindrosa posição e ser novamente carregado com as mercadorias Eu ficaria esperando sobre o barranco, junto com o sr. Penich, que descansava numa cadeira à sombra duma arvore.

Afinal, tambem nós embarcamos, cada um em sua respectiva canoa, e fomos reunir-nos aos demais para passarmos juntos a 5.ª cachoeira, cuja ponta se avistava ao longe. Deveríamos passá-la com todas as cargas, de qualquer jeito, pois a corredeira é por pouco espaço, porem espantosa. Atravessaríamos juntos com outras três garíteas, uma vez que as demais já tinham chegado rio abaixo, sem nenhum inconveniente. Tirei o burel e fiquei a proa, munido de um mau salva-vida de borracha, enquanto rezava o "Si quaeris" a Sto. Antonio. Na outra extremidade da corredeira havia, pela esquerda, as cascatas. Os remeiros não puderam aguentar mantendo a embarcação do lado direito, onde as aguas eram menos agitadas e se correria menor perigo: por aí já tinham passado os outros. Por outra, o nosso bote, o "*Serrito*", era muito pesado com uma tripulação de apenas treze homens. Por conseguinte a força do rio nos jogou no meio daquela revolução de aguas, vendo eu todo o perigo que corríamos. Recuei então da proa,

---

50 — Embarcação a remo capaz de carregar até 2 mil quilos. Tinha o comprimento de 12 a 15 ms., a largura de 2 a 3 ms. e pouco; o calado de 1,20 ms.

51 — Embarcação a remo, capaz de carregar perto de 4 mil quilos. Tinha de 6 a 8 ms. de comprimento, mais de dois de largura e calado superior a meio metro.

52 — Braço de um rio.

53 — Embarcação a remo capaz até de 7.500 quilos. Tinha de 8 a 12 ms. de comprimento, dois ou três de largura, 1 m. e pouco de calado.

para não ser molhado ou, pior, para não ser atirado ao rio por alguma onda. Ao chegar a segunda avalanche de agua, gritei aos índios que remassem com força: efetivamente a onda cobriu a proa deixando muita agua no batelão. Passou tambem a terceira ondada... e gritei a Penich: Estamos salvos!

Em outra cachoeira, os índios, naturalmente indolentes, não tinham descarregado o batelão conforme supúnhamos e se lhes tinha ordenado: de repente vimo-los no meio do rio, na cachoeira, e do meio dela ouviu-se uma gritaria geral: tinham chocado contra uma pedra, e o batelão se estava enchendo d'água, tendo de atravessar ainda, antes de chegar à margem, um *remanso* e um precipício espantoso... Faziam esforços hercúleos, e eu já os imaginava perdidos... mas Deus quís que chegassem à primeira pedra, onde começava o remanso: aí o batelão atracou, salvando todas as vidas. O pobre capitão do malogrado batelão, recebeu 25 açoites por ordem do patrão por não ter descarregado conforme a ordem recebida e se costuma fazer nesta cachoeira.

Amanhecemos com o canto dos índios tripulantes, que se recomendavam a Deus, à Virgem S.S. e aos Santos seus protetores... Em vista do perigo e em semelhantes apuros não há quem não se recorde de Deus por tão atéu e indiferente que seja" [54].

Até aqui Pe. Macchetti.

Em embarcações precárias, faltos de recursos e de prática, entre remansos mortais, e paus a flor d'água, em lugares perigosos! Aí, quando precisavam de maiores cuidados encontravam casas de cabas e outros insetos a investir os remeiros, pondo a todos na impossibilidade de agir, fugindo aos perigos! [55] "Per ignem et aquam", especialmente para os missionários do Madeira foram escritas as palavras do apóstolo S. Paulo:

> "Muitas vezes em viagens, entre perigos de rios, perigos de ladrões, perigos dos de minha nação, perigos dos Gentios, perigos na cidade, perigos no deserto, perigos dos falsos irmãos; no trabalho e na fadiga, em muitas vigílias, na fome e na sede, em muitos jejuns, no frio e na nudês" [56].

A NAVEGAÇÃO DO MADEIRA

A navegação a vapor pelos rios da Amazônia já era muito conhecida e praticada em fins do século passado. Era de 1852 [30 de agôsto]

---

54 — MACCHETTI, o. c., pág. 13-14, 16-19.
55 — Cfr. ARMENTIA Fr. Nicolas, o. c., passim.
56 — II.ª Ep. aos Coríntios, XI, 24-27.

o decreto imperial 1.037, concedendo ao Barão de Mauá o privilégio exclusivo por trinta anos para a navegação do Rio Amazonas. Uma nova política infringiu a exclusividade, e o decreto de 7 de dezembro de 1866 mandou incrementar a navegação internacional no Rio Amazonas [57]

Assim, em 1872 veio a *Amazon Steam Navigation Co. Ltd.* [58]. Para adatar-se ao *habitat* introduzira um novo tipo de embarcação: a *chata*. Dava ótimos resultados no Madeira, quando, no tempo da sêca, o rio esconde pedras e paus enterrados no seu álveo, traiçoeiramente encobertos pelas águas. A chata tinha perto de cem toneladas líquidas. Como o nome indica, o fundo era plano, calando apenas de 50 a 60 cms. Era movida por uma roda à popa: a caldeira e a máquina propulsora estavam localizadas no convés. Os porões, rasos, subdividiam-se em compartimentos estanques. Se furasse uma das seções, a chatinha continuaria navegando, porque a água não poderia invadir as outras seções.

Outros tipos de embarcações eram o *Gaiola*, entre os barcos mais pitorescos da Amazonia, e o *Vaticano* [holandês] com bastante conforto, mais espaço para carga, suntuoso, com duas chaminés e três amplos convêses. Daí o nome [59].

Singrando o aranhol amazônico até seus menores igarapés, havia e há outro tipo de galeota, de duas, três ou quatro toneladas. O *regatão*, ao qual já nos referimos.

Mais exatamente, regatão era outrora em Portugal o modesto atacadista que vendia a retalho muito caro. Vindo para a Amazônia adatou-se ao meio-ambiente [60]. E assim encontramos os regatões desde os inícios da penetração colonial a navegarem o Rio Madeira à procura de cacau e outros produtos. Levavam para o Alto Madeira e afluentes, tudo, absolutamente tudo o que a sociedade civil possuia. De bom e de mau.

Naquela embarcação tirada então a remo de faia, a sisga e a vela pelo Rio Madeira [61], nascida traficando os corações mulheris de per-

---

57 — Nêsse ano havia no Rio Amazonas dezessete navios a vapor, todos nacionais.

58 — Pouco depois, com a "Makie, Scott and Co. Ltd.", chegavam mensalmente a Santo Antônio do Alto Madeira, quatro navios; cfr. ARMENTIA, o. c., e CRAIG, o. c., c. XIII.

59 — TOCANTINS, Leandro, o. c., pág 67-71.

60 — MONTEIRO, Mário Ypiranga, *O Regatão*, Manáus, 1958. Cfr. Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguêsa de Frei Domingos Vieira, Pôrto, 1871.

61 — "Hoje paramos no meio do rio para levarmos uma canoa grande de tolda de madeira, a reboque para Santo Antônio.

"Este barco a que chamam *coberta* é de um negociante ambulante ou *regatão*, e nela vai seu estabelecimento. Por falta de vento não sobe à vela, como no Amazonas, jamais que as muitas voltas do rio, impedem a ventilação; por aqui, por tal mo-

meio ao cacau e às peles de borracha, viajavam, viviam, comiam, vendiam, pilotavam e dormiam homens portuguêses no antanho, judeus menos sensuais, turcos, sírios e libanêses. A parte da poupa era fechada em semi-círculo; nela morava o dono, entre compartimentos riscados de prateleiras, cheias de artigos, os mais variados: desde a agulha à espingarda, do fósforo ao cartucho, do cigarro ao fogareiro, da seda ao baralho, do alfinete ao barbante, do prego ao pó de arroz, do sabonete ao leque, da corda de viola às pílulas digestivas, do lenço ao cobertor, da chita à escova de dentes. À proa, da meia nau para o bico, sob a tolda, sentados na coberta, os remeiros, quase sempre índios ou mestiços contratados por mês. Nos porões: carne sêca, pirarucú, sabao, café, açúcar, sardinhas, banha, sal, cachaça, álcool, arroz, querozene, feijão, farinha, azeite, vinagre, em suma, tudo o que é necessário à vida.

Mas aquêles homens sôbre aquelas embarcações viajavam dispostos a praticar tôda sorte de crimes e barbaridades. Quem iria testemunhar as cenas de selvageria, os roubos, as injustiças que, porventura, praticasse nos extremos redutos, aquela turba sem chefe, sem espírito de disciplina e de organização?

> "Qual hé o motivo — pergunta Tavares Bastos — porque jamais querem ajustar contas com os ditos Indios em presença dos Magistrados...? ... como manda a Carta Regia de Sua Magestade?" [62].

Lê-se nos Relatórios da Província:

> "Êles contam com a impunidade de seus nefandos crimes, porque têm a certeza de que a ação da lei sempre chegará tardia para, ao menos, malograr seus intentos, atenta a longitude em que se acham tais missões dos respectivos distritos policiais, pois deveis saber que aquêles missionários não dispõem da fôrça pública, e a única arma de que usam é a palavra do Evangelho.
>
> "Pela minha parte tenho empregado os meios de que posso dispor para impedir a continuação de semelhantes abusos, e

---

tivo, sobem sempre a reboque dos vapores e descem, na correnteza das águas ajudadas por remos de voga".

Bernardo da Costa e SILVA, *Viagens no Sertão do Amazonas. Do Pará à costa do Mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Perú*. Pôrto, Tipografia de Artur Jose de Sousa & Irmãos, 1891, pág. 155-156, apud MONTEIRO, Mário Ypiranga, o. c., pág. 19.

62 — BASTOS, A C Tavares, *O Vale do Amazonas*, 2.ª ed., São Paulo, C. E. N., Coleç. "Brasiliana", 1937.

de vossa parte deveis empregar algumas medidas que tendam a auxiliar-me em minha tarefa.

"Os regatões são os maiores inimigos da verdadeira catequese, porque êles preferem o índio completamente ignorante, visto que com maior facilidade o corrompem e iludem" [63].

Que a lei existisse, já o acenamos; e o provamos com este documento do Bispo do Pará:

"6.º — As transações dos Indios com os negociantes denominados regatões terão lugar sob a imediata inspeção dos Missionários, ou de pessoas de confiança, por êles delegadas para isto. Esta precaução é da mais alta importância. São os regatões negociantes de pequeno trato, que em canoas penetram até aos mais remotos sertões para negociarem com os índios. E' dificil imaginar as estorções e injustiças que a mor parte dêles cometem aproveitando-se da fraqueza ou ignorância dêsses infelizes. Vendem-lhes os mais somenos objetos por preços fabulosos, tomando-lhes a fôrça ou falsa fé os gêneros, quando muito compram-nos à vil preço e muitas vêzes embriagam os chefes das casas para mais fàcilmente deshonrar-lhes as familias. Emfim não há imoralidade que não pratiquem êsses cúpidos aventureiros. E' preciso assegurar a aldeia contra um elemento tão desorganizador, sugeitando-o à [*sic*] sério contraste e inspeção. O produto dos generos vendidos reverterá todo inteiro em favor de seus proprietários" [64].

Da desinteressada e longínqua autoridade policial basta ler o que foi escrito em um relatório daquêle tempo:

"... Depois do procedimento do regatão, nada me indignou tanto neste negócio, como a proteção desenvolvida em seu favor, quando teve de comparecer perante o tribunal do juri, que unanimemente o absolveu do crime ignobil e provadíssimo de que era acusado" [65].

---

63 — R. P. P. A., Rio, 1907, III, pág. 359, Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 13.ª legislatura, em 25 de março de 1876, pelo excelentíssimo senhor Presidente da Província dr. Antônio dos Passos Miranda. Pará, 1878.

64 — Idem, l. c., Ofício de Dom Antônio Macedo Costa ao Ministro do Império [21/XII/1865] citado no Relatório do Dr. Epaminondas de Melo [24/VI/1866].

65 — Idem, pág. 136-140, Relatório de Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente do Amazonas à Assembléia Legislativa, 1.º/X/1864

De fato, para obter um nonada o caboclo desgoverna, quiçá, a sua vida inteira! Vimos dai — falando das últimas Missões Franciscanas — surgirem uma série de embaraços de ordem secundária, mas que muito tem impedido o desenvolvimento da catequese e da civilização dos índios.

> "Se por uma parte aqueles missionários, com o sacrifício dos seus cômodos, e mesmo de suas vidas, têm podido conduzir para o grêmio da religião e da civilização centenas de índios selvagens, vêem, com a maior dor, sua obra destruida por indivíduos denominados *Regatões*, que à semelhança de vampiros vão abusando da ingenuidade e boa indole dos catequizados, sugando-lhes o melhor fruto de seus trabalhos, em troca de objetos de insignificante valor, e de bebidas alcoólicas.
>
> "Ignorantes, dóceis por índole, tornam-se os índios verdadeiros autômatos dos regatões, e inanidos não se opõem à operação de pilhagem, e ainda mais vêem, impassiveis, o sexo frágil, mesmo em idade infantil, ser arrastado para servir à concupiscência daqueles indivíduos [66].

O regatão era, pois, e talvez o seja ainda presentemente, a mais nefasta das embarcações, pela qual o seringueiro defraudava o *patrão*, enquanto a balança do regatão nunca prejudicava para menos de 40 ou 50%, encarecendo astronômicamente as mercadorias trocadas [67].

Por isso o dono daquela embarcação não era benquisto: constituía apenas certa necessidade. O regatão era odiado! era o *errante* que, nas noites sem luar, pernoitava à margem do rio, evitando os lugares freqüentados, oferecendo, conquistando, tentando, enganando a gente rude, o índio semi-selvagem, a trôco de rendas e missangas. Era o imoral que por uma pele de borracha e a venda de algumas garrafas de cachaça, acabou submetendo-se a altos impôstos, arriscava prisões, surras e tiroteios e até mesmo arriscava a atirar a embarcação de proa contra os troncos e páus flutuantes do Rio das Madeiras [68].

Para gozarmos fóros de objetividade cumpre-nos concluir apresentando a exposição do Dr. Domingos Jaci Monteiro, a única autoridade, no dizer de Mário Ypiranga Monteiro, que combate e defende ao mesmo tempo os regatões, apresentando razões na verdade bem interessantes:

> "Os regatões não causam já hoje todo o dano que noutros tempos causavam, visto que a população tem aumentado e as

---

66 — Cfr. nota 63.

67 — Cfr. MONTEIRO, Mário Ypiranga, o. c..

68 MORAES, Raymundo, *Na Planície Amazônica*, Manáus, 2.ª ed., 1926, pág. 61-66 ss.; REZENDE de Taubaté, Fr. Modesto, MOTA de Primério, Fr. Fidelis, O. M. C., o. c., pág. 252 253; TOCANTINS, Leandro, o. c., pág. 188-189.

comunicações igualmente; entretanto, ainda são nocivos à moral e às relações sobretudo dos tapúios com os brancos em conseqüência das burlas e falácias, que empregam e que acabam por arraigar a desconfiança no ânimo daquela gente ignorante, que afinal, e na prática o demonstra, fica persuadida, ajudada pelo pendor natural, de que a verdade é um vício, a mentira uma virtude, o calote um santo preceito, a má fé um dever e o abuso um direito. Cumpre no entanto ponderar que, se êles soubessem ler o que aqui escrevem vários oposicionistas, regatões no seu gênero, ficariam persuadidos mais depressa talvez e mais eficazmente daquelas máximas, que lhes podem inculcar os outros regatões... Mas por outro modo, indo a tôda parte, entrando em todos os recantos por êsses rios, prestam algum serviço os regatões, deixando ver a vantagem que do trabalho pode originar-se e fazendo muitas vêzes nascer na gente com quem comunicam o desejo de conhecer outros lugares, de avistar outros horizontes. Assim o comércio de regatão talvez esteja no caso, ao menos por ora, de outros males que suporta a sociedade; talvez seja um mal necessário. Não conseguindo a lei o seu fim, a extinção dos regatões, e recaindo em última análise o imposto sôbre os consumidores, claro é que a Assembléia reconhecerá que a demasia nulifica o seu ato e o corrijirá" [69].

....

Todavia, a terra bendita, Terra da Santa Cruz, ainda era, de permeio a lutas e contradições, o imenso panorama escolhido pela Providência para servir de espelho ao Cruzeiro da Redenção...

> "I' mi volsi a man destra, e puosi mente
> a l'altro polo, e vidi quattro stelle
> non viste mai fuor ch' a la prima gente" [70].

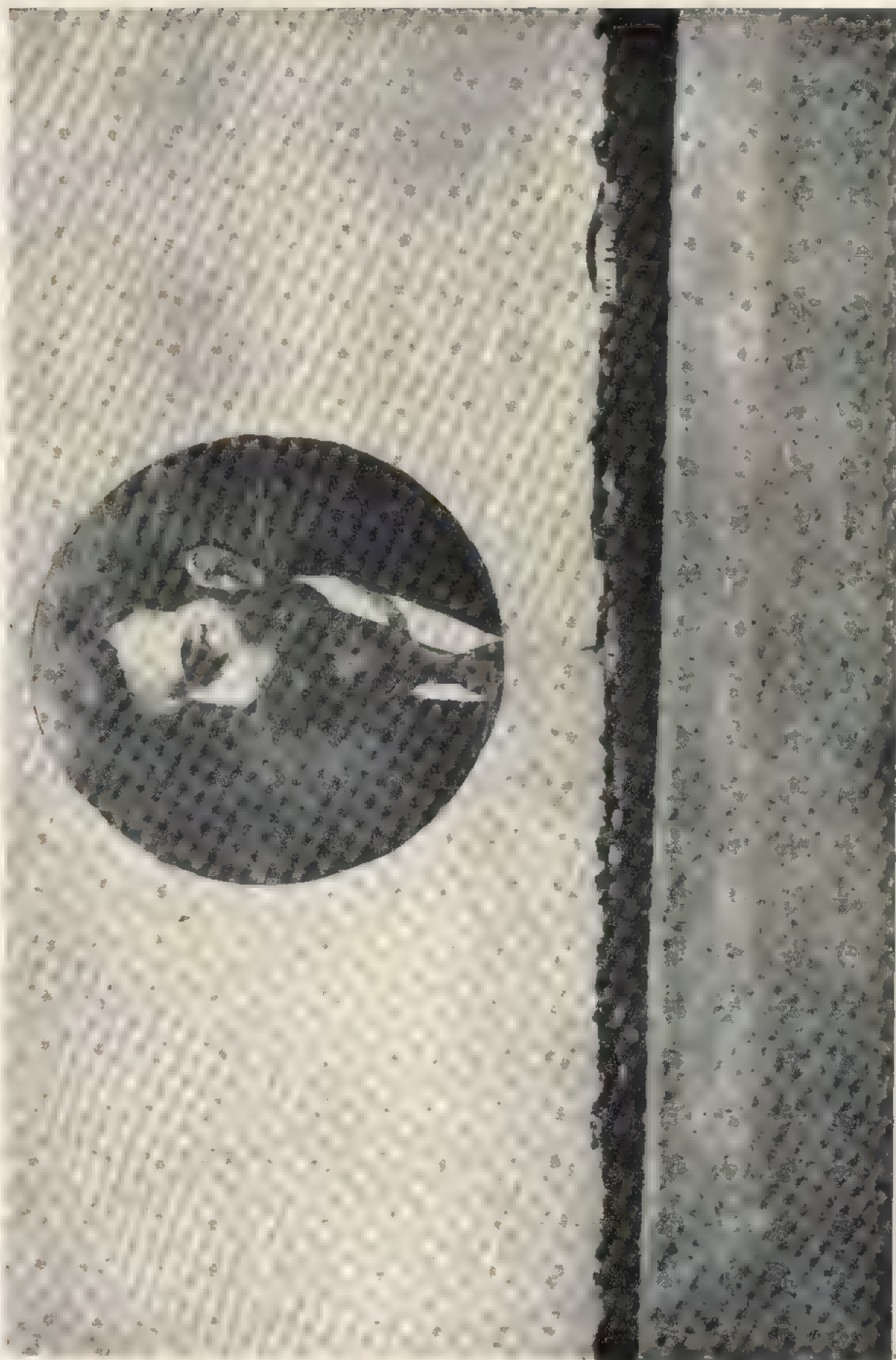
---

69 — MONTEIRO, Mário Ypiranga, o. c., pág. 10 s.

70 — "Voltei à mão direita, e dirigi-me
Ao outro polo, e vi estrelas quatro,
Sós vistas pelos nosso pais primeiros".

DANTE ALIGHIERI, *Divina Comedia*, Purgat. I, 22-24: trad. do Barão da Vila da Barra, Rio, Imprensa Nacional, 1888.

Mapa da Amazônia demonstrando a navegação regular a vapor, organizado em 1870 pela "Amazon Steam Navigation Co. Ltd.", e completado em 1893 por Luiz R. Calvancanti de Albuquerque

(Plane, L'Amazonie, Paris, 1903 e Arq. partic. da família Monteiro)

Humaitá em 1903, e o seu fundador, o Comend Monteiro

A PRINCEZA DO RIO MADEIRA

NA segunda metade do séc. XIX, no Rio Madeira ensaiava-se um soerguimento do apostolado missionário.

A umas vinte milhas abaixo da foz do Rio Gi-Paraná ou Machado, na margem esquerda do Madeira, benemérito comerciante português naturalizado, o Comendador José Francisco Monteiro, "cavalheiro de boa educação e modos finos", vindo do Maranhão, mantinha nas proximidades do *igarapé* do Mirari um sítio [*Pasto Grande*], centro de movimentado comércio [1].

---

1 — O Cel. Leonardo Ferreira a 26/XI/1868, R. P. P. A., vol. 3.º, pág. 718-719 diz que José Francisco Monteiro foi atacado em Baeta, referindo-se, por certo, ao lugar mais conhecido e mais próximo da localidade do Mirari. O mesmo relator fala de *uma porção de gente* assassinada, enquanto LINS, Joaquim Gondim de Albuquerque [*A pacificação dos Parintintin*, s. l. (Manáus), 1925] à pág. 6 diz que desta investida resultou u'a morte e ferimentos em cinco pessoas.

Outros atos de valentia por parte dos mesmos índios os houve em 1865, como afirmou em 1868 o relator supra. Cfr. "Humaythaense" de 23/X/1892 e 17/I/1909.

O COMENDADOR JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO nasceu na cidade do Pôrto (Portugal) a 19 de março de 1830. Após ter iniciado o estudo nas escolas públicas da cidade natal, em 1840 veio para o Brasil e entrou para o comércio em S. Luiz do Maranhão, continuando embora estudar à noite. Em 1865 foi enviado a Belém do Pará como representante de uma casa comercial. Em 1869 foi para o Rio Madeira. Em 1890 foi nomeado primeiro Superintendente de Humaitá, tendo-se isso repetido em 1902, 1908, 1913. No ano de 1891, de consul da Bolívia passou a ser definitivamente encarregado do consulado e da agência aduaneira da República boliviana no Rio Madeira. Coronel comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Humaitá, recebeu, antes da proclamação da República no Brasil, as comendas de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa e da Ordem de Cristo de Portugal. Antes disso o Papa Pio IX já o distinguira com o diploma de Benfeitor. Tinha mais a medalha de ouro que lhe conferiu a "Patriótica Sociedade 1.º de dezembro de 1640", de Lisboa, pelo valioso donativo que fêz para a criação do grandioso monumento que se ostenta na Praça dos Restauradores, em Lisboa. Faleceu em Humaitá, com 97 anos de idade, às 10 hs. do dia 10 de outubro de 1917.

Arq. particular da família Monteiro.

Em meados de 1869, tôda a propriedade foi vítima de assaltos dos índios Parintintin por três noites de seguida. Os *freguêses* que trabalhavam para o sr. Monteiro, propuseram: ou se mudava com êles, ou êles o abandonariam. Evidentemente foi aceita a primeira proposta. Perdidos no incêndio o barracão de moradia, um batelão e os próprios seringais, o Comendador mudou-se rio abaixo, num lugar alto, aberto em espaçoso campo. O Rio Madeira era então muito estreito: com facilidade se ouvia um grito da outra margem do rio. Bem no meio das águas emergia uma praia.

O sr. Monteiro atracou a embarcação, amarrando o cabo a uma cueira à qual hoje em dia mui raramente se aproximam as águas das grandes enchentes do rio. Uma recente anotação a lápis que encontramos no 1.º livro de Atas da Superintendência de Humaitá, nos informa que o desembarque se realizou a 15 de maio de 1869: mais certo é dizer-se que foi no mês de junho, ou talvez em duas vêzes. Pois no dia 3 daquêle mês houve outro aassalto dos índios [2].

Aí, duas milhas acima do Crato, sempre na margem esquerda, o Comend. Monteiro continuou a concorrer "com amor e verdadeira abnegação para o bem estar e engrandecimento deste Rio Madeira" [3].

À localidade foi dado o nome de *Humaitá*, em memória do glorioso feito realizado no Paraguai pelas fôrças brasileiras [25 de junho].

A CAPELA

Decorrido pouco tempo da nova fundação, o Comendador Monteiro viu a necessidade de erigir no local uma Capela. Em 1868 a paróquia de Baeta tinha sido transferida para Manicoré, ambas sem sacerdote [mais de 40 milhas abaixo]. Além do mais, o proprietário de Humaitá parecia sentir correr em suas veias o compromisso português tomado em 1646 por D. João IV, jurando em nome do império, defender a Imaculada Conceição. Por isso, o sr. Monteiro determinou construir uma capela dedicada ao dogma católico que não havia muitos anos fora definido pelo Papa Pio IX.

Humaitá já possuia movimento religioso desde sua fundação. São de fevereiro de 1872 os primeiros Batismos, administrados por frei Jesualdo Macchetti. Outra administração do mesmo sacramento deu-se em

---

2 — MACCHETTI, o. c., que viajou pelo Madeira em 1869, dá a entender que o assalto foi de pouco anterior à sua passagem.

O Comend. Monteiro mandou tirar desforra: MATHEWS, Edward D., *Up the Amazon and the Madeira Rivers through Bolivia and Perú*, London, 1879. Êsse autor coloca o fato em 1863.

3 — MACCHETTI, o. c., pág. 55-56: 28/VIII/1869; A. P. H., 1.º Livro do Tombo, do qual são extraidas muitas notas cronológicas dêste capítulo.

1875, e ainda em 1876 [4]. Em 1875 havia em Humaitá mais de 500 pessoas [5]. Frei Macchetti muito estimava o Comend. Monteiro, de quem recebera valioso apoio, quando da fundação das Missões de S. Francisco e S. Pedro [6].

Lembrou ao Sr. Monteiro a legislação canônica sôbre a construção de igrejas, e isso provocou o seguinte requerimento, dirigido ao Bispo do Pará:

> Exmo. Revmo. Snr.
>
> José Francisco Monteiro e Companhia, comerciantes, moradores no destricto da freguezia de Manicoré no alto rio Madeira [*sic!*], provincia de Amazonas, desejando continuar a edificação de uma Capela, dedicada à Imaculada Conceição de Maria Santíssima, à qual deram começo sem prévia licença de V. Excia. Revma. por ignorarem esta formalidade, no sítio do seu estabelecimento Humaitá, muitas milhas acima da mencionada freguesia, para facilitar a administração dos Sacramentos, não só a mais de 500 pessoas, que estão sob nossa direção, como aos moradores seus vizinhos, que não podem como os Supp.tes pela grande distância, descer àquela freguezia, vem respeitosamente rogar a V. Excia. Revma. licença para continuar e concluir a edificação da referida Capela para todos os actos religiosos.
>
> Os Supp.tes, Exmo. Revmo. Sr., afiançam à Excia. Revma. que a edificação da Capela vai ser feita com segurança e aceio, e prometem dar-lhe o necessário para as funções do culto inclusive pia batismal de marmore e bons sinos se V. Excia. Revma. permitir.
>
> Nestes termos
>
> A V. Excia. Revma. atendida a informação do missionário deste Rio Fr. Jesualdo Macchetti por achar-se sem paroco a freguesia de Manicoré, se digne differir benignamente este humilde pedido: concedendo que o mencionado Revdo. Missionário deste Rio ou outro Revdo. Sacerdote, competentemente

---

4 - A. P. H., 1.º Livro de Batizados: os assentamentos — sendo o primeiro de 2/II/1872 — foram passados para o registro pelo Pe. Laurindo dos Santos, 1.º Pároco, em vista da ordem de Frei Jesualdo, Vigário Geral interino, expedida a 7/XII/1889.

5 — Arquivo Particular da família Monteiro, 1.º livro de Atas da Intendência Municipal de Humaitá.

6 — Arquivo particular da família Monteiro, coleção de jornais da época.

autorizado, benza dita Capela, logo que fique concluida e nela funcione.

E. R. M.[m]

Sítio Humaitá, destricto da freguezia de Manicoré, 16 de março de 1875.

José Francisco Monteiro e Cia.

Ao requerimento acima Frei Jesualdo acrescentou:

Sendo a mencionada Capela em construção dentro dos limites do Districto desta Missão de S. Pedro, Apóstolo, o respectivo missionário informa a V. Excia. Revma. ser da maior utilidade para os fieis daquela paragem, por não poderem com facilidade descer até esta Missão para cumprir com seus deveres espirituais.

S. Pedro, Apóstolo, Março 18 de 1875.

Fr. Jesualdo Macchetti.

O Bispo do Pará, D. Antonio Macedo Costa, se encontrava detido na Ilha das Cobras por injusta condenação do Govêrno Imperial ou, melhor, pela Maçonaria.

A resposta, assinada pelo Cônego Sebastião Borges de Castilho, Governador do Bispado, não demorou:

Em vista da informação do Revmo Missionário, concedo as licenças requeridas com tanto que a Capela seja destinada para os fieis ahí procurarem sem embaraços em todo tempo os auxílios espirituais e cumprirem nela os deveres religiosos, e isto sem prejuizo dos direitos parochiaes, dos assentamentos de batismos, casamentos, e óbitos, que deverão ser lançados em quadernos para serem apresentados ao Revdo Parocho respectivo.

Pará, 3 de abril de 1875

(selado com 000$400) Castilho.

A Capela ficou pronta no comêço do ano seguinte.

"Aos 2 de fevereiro de 1876, eu abaixo assinado Fr. Jesualdo Macchetti, Miss.º Apost.[co] franciscano, em virtude das licenças concedidas pelo Exmo e Revmo Sr. Governador do Bispado em 18 [?] de abril do ano pp. 1875, benedecí [*sic na cópia*] solenemente esta Capela dedicando-a, como consta do requerimento anterior [?] à Beatíssima Virgem Maria

Imaculada, como principal padroeira e a Santo Antonio de Pádua; e para em todo sempre constar certifico e assigno.

Humaitá, Fevereiro 5 de 1876

Frei Jesualdo Macchetti

Visto, Manicoré, 21 de janeiro de 1876

O Vigário Manuel da Cunha [7].

Em 1878 realizou-se o primeiro casamento na Capela de Humaitá, em virtude dos poderes concedidos pelas autoridades eclesiásticas. Diante de Frei Teodoro Maria Portararo e de Frei Jesualdo Macchetti livres e escravos passaram naquêle ano para receber a bênção nupcial.

No outro ano os Franciscanos se retiraram abandonando tudo: estavam em vésperas de se retirarem também do Rio Machado. Para a capela de Humaitá, pràticamente desprovida de qualquer sacerdote e para a população espiritualmente abandonada, S. E. Dom Antônio Macedo Costa, em Visita Pastoral a Manicoré, pediu a colaboração do Pe. Torquato Antônio de Sousa, a quem concedeu licença de dispensar dos proclamas [Manicoré, 5/VIII/1879] [8].

Durante o ano de 1881 um vigário de Manicoré se esmerou na assistência religiosa das circunvizinhanças: foi **Monsenhor Luiz Gonzaga de Oliveira** [9]. Num só ano de permanência, chegou a tomar conheci-

---

7 — Êsses documentos foram transladados para o 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Humaitá pelo Vigário Salesiano, Pe. José Maria Pena: uma gentileza da família Monteiro.

8 — A. P. H., 1.º livro de Casamentos, fl. 1 ss., com assinaturas de Frei Teodoro Maria Portararo e Frei Jesualdo Macchetti; desde 1878. Dignos de nota são os casamentos que havia entre escravos.

9 — MONSENHOR LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, filho de José Corrêia de Oliveira e Francisca Rufina das Chagas, nasceu em Sant'Ana da União [hoje Jaguaruana?] no Ceará (diocese de Limoeiro do Norte) a 15 de Outubro [21 de junho?] de 1852. Foi ordenado sacerdote a 2 de maio de 1880 em Belém do Pará, por Dom Antônio de Macedo Costa. Naquêle mesmo ano exerceu o cargo de cooperador na Catedral de Belém. Em 1881 era Pároco de Manicoré. De 1882 a 1885 foi professor no Seminário de Manáus. Em julho de 1885 foi nomeado cônego do Pará. No mesmo ano foi eleito reitor do Seminário de Manáus, cargo que ocupou até 1893. Até 1904 foi Capelão do Recolhimento de S. Raimundo (S. Salvador da Baía). Nessa época regressou ao Amazonas de onde esteve fora precisamente o tempo em que governou a diocese D. José de Aguiar [alguma desinteligência?]. Até 1924 foi Capelão da Beneficente Portuguêsa, em Manáus; nessa data seguiu para o Ceará, falecendo na terra natal a 26 de dezembro de 1926.

Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos, of. 1071/55. PRADO, Eduardo Barros, *Yo vi el Amazonas*, 2.ª ed., Buenos Aires, Talleres Graficos de Juan Castagnola e Hijo, 1956, cap. I.

mento de alguns dos dialetos tupís do Rio Madeira. Mais uma tentativa de missionar os índios! e lhe serviu ao menos quando, em 1904, voltando ao Amazonas, lecionou tupi, pois nesta língua "todo o habitante desta zona devia estar apto a fazer-se entender" [10].

A PARÓQUIA

O movimento religioso de Humaitá cresceu, incrementando o movimento comercial. A 13 de novembro de 1888, pela lei provincial 790 o Padre Raimundo Amâncio do Amaral, Vigário Geral do Alto Amazonas, transferia para lá a inútil sede da freguesia de S. Francisco:

> "Art. 1 ....
>
> § 1.º O seu território deverá extender-se desde a boca do lago do Carapanatuba até a fronteira da Bolívia.
>
> § 2.º Os proprietários do terreno de Humaitá se obrigarão a ceder:
>
> I ....
>
> II .... uma casa para escola, uma capéla com as competentes alfaias e um cemitério.
>
> ass. Pe. Raymundo etc. [11].

Nessa ocasião os habitantes da região beneficiada dirigiram à patriótica Assembléia Legislativa do Amazonas e a S. Excia. Revma. o Vice-presidente da Província, cônego Raimundo Amâncio de Miranda, uma mensagem em que

> "manifestavam o seu reconhecimento pela sollicitude com que receberam e aceitaram a generosa offerta do honrado negociante daquelle rio, sr. José Francisco Monteiro, que já exhuberantes provas tem dado a esta região de seus sentimentos progressistas [12].

Instalada a 21 de junho de 1889, a freguezia de *Nossa Senhora da Conceição de Behem de Humaitá* [13] teve logo o seu Pároco nomeado, na pessoa do **Pe. José Laurindo dos Santos**, cearense de origem [14]. Desde

10 — PRADO, o. c., l. c.

11 — A. A. M., "Diocese do Amazonas", Paróquias e datas de sua criação: livro aberto pelo Vigário Geral a 31/VII/1891.

12 — Arquivo particular da família Monteiro, coleção de jornais da época.

13 — BEHEM é um longo igarapé, que corre para o Rio Madeira, algumas centenas, de metros acima de Humaitá.

14 — PE. JOSÉ LAURINDO DOS SANTOS, nasceu em Jardim (Ceará) a 1.º de julho de 1842. Foi ordenado sacerdote a 21 de setembro de 1869 por D. Luiz Antônio dos Santos, em Fortaleza. Foi professor no Seminário e, posteriormente, Pároco de Canindé (Ceará) [1876-1884]. Em seguida, foi nomeado cônego e Pároco de Itacoatiara (Amazonas). Tomou posse da

14 de setembro de 1888 fôra nomeado pároco de Manicoré. Com a criação da nova circunscrição paroquial de Humaitá, foi-lhe entregue o pastoreio espiritual da mesma [15]. Entretanto zelou desde logo com tôdas as veras para que um sacerdote fôsse designado exclusivamente para a nova paróquia. A coisa não era fácil. Em outubro e novembro de 1887, e em março e abril de 1888, para ajudar o Pe. Laurindo onerado com as duas paróquias, esteve em Humaitá o **Cônego Francisco Benedito da Fonseca Coutinho,** Vigário Geral [16]. Naquêle mesmo ano — em setembro — esteve também pela breve temporada de um mês, o **Pe. Francisco Pedro Oliveira,** Pároco Colado da Paróquia de Canumã [17]. Quando já não era mais Pároco o Pe. Laurindo, Humaitá recebeu a Visita Pastoral, feita pelo **Cônego Antônio Ferreira de Paula** [18], e, logo em seguida, esteve de novo o Cônego Francisco Coutinho [em 1891].

Afinal, o Pe. Laurindo arranjou um substituto para Humaitá, como vimos no começo desta obra.

Assim a 15 de novembro de 1891, outro sacerdote, tomava posse da Paróquia, o **Pe. Manuel José Tomaz de Albuquerque** [19].

---

paróquia de Manicoré (Amazonas) a 15 de outubro de 1888 e nela ficou até 30 de março de 1890. Foi Pároco de Canutama (Amazonas) onde faleceu a 1.º de junho de 1904 [1902?]. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio, o. c.; Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos, of. 1322/55.

Porém, a circular do próprio Pe. Laurindo de 31/X/1888, assinada de próprio punho em Manicoré, diz: "em cuja administração acho-me desde o dia 14 [não 15!] do mez hoje findo"; A. P. H.

O 1.º livro de batizados de Humaitá indica a presença do Padre Laurindo de 20 de julho de 1887 a 27 de julho de 1890.

15 — Em 7/XI/1889 o Vigário Geral do Alto Amazonas autorizou o Pe. José Laurindo dos Santos a rubricar os livros paroquiais de Humaitá. A. P. H., 1.º livro de óbitos.

16 MONS. FRANCISCO B. DA FONSECA COUTINHO, filho de Vitor da Fonseca Coutinho e Isabel Zuzarte Coutinho, nasceu em Borba (Amazonas) em 1834. A 18 de abril de 1858 era Vigário de Serpa (Itacoatiara-Amazonas). Foi o primeiro Vigário Geral do Bispado do Amazonas, tendo sido nomeado para êsse cargo a 19 de junho de 1894. Por várias vêzes paroquiou Borba sua terra natal. Foi vulto destacado na política. Faleceu a 6 de janeiro de 1916.

Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos; A. P. H., 1.º livro de batizados.

17 — PE. FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA, filho de Tomás Francisco de Oliveira e Paula Joaquina de Oliveira, nasceu no Pará, em 1829. Foi ordenado em Belém [abril de 1854] pelo Arcebispo Dom José Afonso de Morais Torres. Em dezembro de 1854 foi nomeado pároco de Canumã (Amazonas).

Arq. Particular de D. Alberto G. Ramos; A. P. H., 1.º livro de batizados.

18 — Êste cônego Ferreira é o mesmo de que se falou na nota 55 da pág. 136. A. P. H. 1.º Livro de batizados.

19 - PE. JOSÉ TOMÁS DE ALBUQUERQUE, nasceu em Cajazeiras (Paraíba) em 1828. Dizia-se sobrinho do Pe. Inácio de Souza Rolim. De 1863 a 1864 missionou Ibiapaba, e foi Capelão na Meruoca de 1866 a 1869. Esteve

Era o sacerdote talhado para a Vila que estava surgindo nas ribanceiras do Madeira. Chegou a Humaitá não apenas com os sentimentos de zêlo apostólico e missionário que o animava, mas trouxe também um rico cabedal de conhecimentos e experiências que lhe vinham de igrejas construídas em várias partes do Ceará: de 1863 a 64, missionando no Ibiapaba, tinha reformado os templos e construído os cemitérios de Ibiapina, S. Benedito, Viçosa, Tianguá e Campo Grande. Em 1870 iniciara a construção da Matriz de S. Francisco [Itapajé?]. De 1875 a 1876 edificara a igreja de Jardim. E ainda mais: auxiliara os começos da construção da igreja do Coração de Jesus, em Fortaleza, construindo também a de Barbalha. Meruoca (Ceará), onde residiu de 1866 a 1869, deveu-lhe o início da cultura do trigo.

Não foi só. No aceso da questão religiosa que atirou os Bispos do Pará e de Pernambuco às barras dos tribunais, os inimigos da Igreja diziam que só respeitavam quatro padres: um dêles era o Pe. José Tomaz!!! [20].

Êsse vulto gigante foi o primeiro Pároco residente de Humaitá.

No entanto, em Humaitá, o Pe. Tomás não ficou bem dois anos! Talvez a saúde abalada que o levou à tumba... talvez alguma desinteligência por causa da reforma e acabamento da Capela que — finalmente! — êle empreendeu, já que, também de Manicoré, se retirou exatamente porque a Comissão não concordou em reformar o altar-mor... ou talvez, quem sabe, o Pe. Tomás não se tenha adatado aos elevados graus de temperatura politiqueira de que Humaitá goza até hoje no Amazonas, respeitável fama...[21]

De fato, havia pouco, o decreto 32 de 4 de fevereiro de 1890 criara o Município e a Vila de Humaitá com território desmembrado de Manicoré, que lhe demarcava os limites [22]. A instalação tinha-se feito a

---

no Amazonas em 1873, regressando no mesmo ano. Em 1880 foi Diretor e Capelão da "Colônia Agrícola orfanológica Cristina". Daí foi para Massapé. A 21 de maio de 1883 foi nomeado Vigário de Amarração do Piauí (que então pertencia ao Ceará): tomou posse a 24 de junho do mesmo ano, e se retirou a 27 de novembro de 1886. Nêsse dia foi nomeado Cura em Tianguá, tendo tomado posse a 8 de dezembro. Retirou-se a 10 de janeiro de 1891. Passou alguns meses como Vigário na Vila de Maués, de onde se dirigiu a *Humaitá* (Rio Madeira-Amazonas): tomou posse daquela Paróquia a 15 de novembro de 1891. Ficou até setembro de 1892 quando passou à Paróquia de Manicoré. No começo de 1893 retirou-se e foi falecer em Fortaleza no dia 20 de fevereiro de 1893. A sepultura foi feita por subscrição pública. Deixou uma autobiografia manuscrita em 3 volumes.

A. A. F.; A. P. H., 1.º livro de Tombo; A. P. M., 1.º livro de Tombo.

20 — A. A. F..

21 — Se fôsse só pela saúde abalada o Pe. Tomaz não teria ficado em Manicoré!!!

22 — O Município de Humaitá foi mantido pela Lei n.º 33 de 4/XI/1892: Sinopse Estatística do Município de Humaitá, Serviço Geográfico do I. B. G. E., 1948.

1.º de março, presente também o primeiro Pároco, o Pe. José Laurindo dos Santos. O Comend. José Francisco Monteiro foi o primeiro Superintendente: preocupou-se cedo com o orçamento, com o Código de Posturas Municipais, com o nome das ruas e com as eleições [23]. O que faltava no chefe dos munícipes de Humaitá para ser homem letrado, era suprido pelo seu alto espírito de praticidade [24]. Uma casa servia de Paço, sendo que o aluguel dos primeiros dois meses foi de 1:255$939 [25]. Continuavam os ataques dos Parintintin nas redondezas: outro se realizara no seringal de Paraiso a 3 de junho de 1890. Não impediam, porém, a plena realização do programa da Província do Amazonas, criada havia apenas trinta anos.

A 23 de abril de 1890 foi pedida a criação do têrmo judicial, deferido a 6 de maio do mesmo ano pelo decreto n.º 40. Já no mês de junho visitava Humaitá o Chefe do Executivo do Amazonas, Dr. Augusto Ximenes de Villeroy.

Um professor particular de música obteve a estante e os dois bancos necessários [26], enquanto se custeava a escola a uma criança pobre. Os próprios Membros da Intendência

> "fazem cessão do direito que possão ter à percepção de qualquer vencimento, em favor das obras do município" [27].

Havia fiscalização das praias [28] afim de regularizar a *viração* das tartarugas, que a lei 60 [1/VI/1882] proibira; tal lei nunca tinha sido observada, mas "ex vi" o Município cobrava o impôsto de 1$000 de licença para cada tartaruga [29].

Os comerciantes é que, com a carne a 800 reis ao quilo, não se mostravam muito amigos da situação quanto ao pagamento dos impostos [30].

---

23 — Arq. part. da família Monteiro, l. c., 1.º/V/1890.

24 — Têrmo de Instalação, Portaria n.º 40 de 6/V/1890; cfr. A. P. H., 1.º livro de Tombo, pág. 5 v. O estudo grafológico superficial dêste homem, nada informa, uma vez que uma desavença com um escravo, o privara da mao direita, obrigando-o a escrever com a esquerda.

Os primeiros intendentes municipais foram empossados pelo Cel. Venâncio de Castro. Foram: o Cel. José Gusmão da Silva Amaral e Manuel Botelho.

"O Madeirense", Humaitá, n.º 1 de 1.º/III/1918.

25 — Arq. part. da família Monteiro, l. c., 1.º/V/1890. Cfr. Apêndice VIII, Balanços da Superintendência de Humaitá.

26 — Arq. part. da família Monteiro, l. c., 1.º/V/1890 e 2/VI/1890. Professor particular de música era José Lopes Bastos.

27 — Idem, 23/IV/1890.

28 — Idem, 1.º/XI/1890.

29 — Idem, 3/XI/1890 e 24/I/1891.

30 — Idem, 2/III/1892.

Especialmente no que se referia a bedidas alcoólicas[31]. Em compensaçao não desembarcava nenhum *marreteiro*, cuja atuação era proibida como nociva à coletividade. Também a Capela entrou nas cogitações progressistas do ativo Superintendente de Humaitá. Na lei orçamentária municipal de 1890, no § 12 votou-se o crédito de 1:500$ para os reparos da igreja: o pagamento foi autorizado a 24 de janeiro de 1891[32]. Mas a menina dos olhos do Comend. Monteiro foi... a Cadeia Pública! Em agôsto de 1890 foi instalada uma provisória, já que a 2 daquêle mês tinha sido rescindido o contrato para sua construção: foi aberta uma diária de 6$000 para prêsos pobres e além dos 15 lampeões com respectivos postes e combustores, havia mais um no quarto que prestava serventia de casa de detenção[33].

A Cadeia Pública deveria ter anexo um quartel com armamento policial:

> "é de urgente e imprescindivel necessidade"[34].

As obras foram iniciadas com donativos particulares e passou-se a um orçamento de 9 contos de reis, depois a 15 e finalmente àlguns contos a mais[35].

Afinal, por ofício do Govêrno do Estado [22/VI/1891] foi enviado um destacamento de oito praças de polícia e um cabo para garantia do Município contra os ataques dos temíveis Parintintin.

A subida daquêle sítio ribeirinho para as alturas políticas, possue algo de fantástico! Tinha sòmente passado um ano [maio de 1891], e Humaitá já era uma comarca[36].

Admirável e profundo o tino do Comendador Monteiro para a realização duma ampla plataforma progressista, tendendo a valorizar o Município. Para o desenvolvimento da *urbs* era preciso incrementar o caminho para Vila Bela de Mato Grosso pelo Rio Machado: Humaitá tornar-se-ia uma parada forçada e obrigatória para os abastecimentos e, quiçá, surgiria um estaleiro[37].

Grande êxito no plano das realizações já o alcançara com o decreto 365 [30 de maio de 1891] concedendo especiais vantagens para o uso e gôzo de uma estrada de ferro entre a Vila de Humaitá e a confluên-

---

31 — Idem, 2/VI/1890 e 1.º/X/1890.

32 — Idem, l. c.

33 — Idem, Relatório do Superintendente a 2/I/1891.

24 — Idem, 1.º/IX/1890.

25 — Idem, l. c.

36 — Nos festejos do 1.º aniversário estava presente o Cônego Francisco B. Coutinho, que discursou.

O dia da instalação — 29 de agôsto — por muitos anos foi comemorado com grande solenidade.

37 — Vide pág. 1.

cia dos rios Guaporé e Mamoré ["Cia. E. F. do Madeira ao Guaporé"][38]. Em 1894 Joaquim Sabino Gonçalves abriu a primeira picada entre Humaitá e Lábrea no Rio Purús[39], e dois anos antes fôra aberta a *estrada do Cemitério*[40].

Depois de cinco mêses de preparativos, a 29 de agôsto de 1892 se inaugurava a banda musical sob a regência do Maestro Antônio d'Araujo[41].

Um ano antes, por ocasião da instalação do comarca [criada por Decr. 97 de 20 IV/1891], Antônio Francisco Monteiro editara o primeiro número do primeiro jornal impresso no Rio Madeira[42]. Humaitá estava mesmo "destinada a ser a primeira do Rio Madeira e a ter um risonho futuro"[43]. Ainda mais. Como acenamos, em vista de sua elevação ao grau de igreja paroquial, a Capela de Humaitá passou por uma primeira reforma — senão reconstrução — pelas mãos de Francisco Martins Rodrigues, sob a direção do Pároco. A 23 de julho de 1893 [provisão do Bispo do Pará, Dom Jerônimo Tomé da Silva, 3/II/1893], se realizou a bênção solene do novo templo.

A projeção política naquela circunstância — mais de um ano antes de ser elevada à categoria de cidade [lei n.º 90 de 4/X/1894; instalação a 2/II/1895] — chegara a tal ponto que na "Ata da Benção solene da Igreja de N. Sra. da Conceição Do Behem, Padroeira da Paróquia de Humaitá", entre as outras vinte e seis assinaturas, se podem ler também os nomes de quantos sacerdotes já tinham estado em Humaitá: cônego Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, Vigário Geral, cônego Antônio Ferreira de Paula, Visitador do Amazonas, cônego Francisco Pedro de Oliveira, Pároco colado da Paróquia de Canumã e secretário "ad-hoc" da Vigararia Geral do Amazonas. Sintomática, porém, a ausência do Pe. Tomás, o qual, após um breve afastamento da Paróquia, se retirou definitivamente em setembro de 1892. Nem uma subscrição para garantir-lhe a manutenção pôde fazê-lo voltar a Humaitá[44].

---

38 — Diário Oficial do Amazonas, n. 146, de 1.º/V/1894: os concessionários falharam e o decreto 1720 de 30/V/1894 declarou caduca a concessão. Pudera não!!!

39 — Por uma gentileza do Sr. Edmundo Monteiro, filho do Comendador Francisco Monteiro, achamos conveniente, senão para a história da religião no médio Madeira, ao menos para a geografia e indiologia, publicarmos o Relatório inédito: apêndice IX, Relatório do Projeto para a Estrada Humaitá-Lábrea em 1895.

40 — Enquanto escrevemos está sendo aberta uma grande avenida.

41 — "Humaythaense", 29/VIII/1892, Antônio d'Araujo conseguira em 1887 pelo Conservatório de Lisboa, a carta de maestrino.

42 — 29/VIII/1891: um exemplar conserva-se na B. N. R. J.

43 — Pe. Manuel José de Suma Martins, Pároco de Humaitá, de 1895 a 1898, 1.º Livro de Tombo da Paróquia.

44 — "Humaythaense", 23/X/1892.

Acenamos à possível desinteligência havida sôbre a reforma da igreja. Na verdade, autorizado o pagamento da verba de que falamos, constituiu-se a "Comissão para os reparos da Igreja Matriz":

> Fortunato Nogueira de Freitas.
> Francisco de Oliveira Antunes.
> Cobrador e Aferidor: Bernardo da Costa e Silva.

Mas a 2 de junho do mesmo ano, sem nada ter realizado, o Presidente pediu exoneração do cargo por ter de retirar-se da Vila. Substituiu-o o Intendente José Gusmão da Silva Amaral, em cujas mãos passou a verba. A 3 de novembro a Comissão em pêso pediu baixa da responsabilidade [45].

Quanto ao que vulgarmente se chama politicagem baste dizer que em outubro de 1890 já havia quem não compartilhasse com a política do Comend. Monteiro, deixando de aparecer à mesa eleitoral. Um mês depois também o novo secretário pedia demissão do cargo

> "persuadido que a sua retirada poderia trazer embaraço às obras em mão: a lei do orçamento para 1891, o regulamento para a praia do Tamanduá e mais praias do município, o orçamento para uma ponte que é necessario construir, o orçamento para o resto da obra da cadeia e quartel em construção" [46].

E' sabido que, na prática de muitos, neste terreno *vale tudo*, isto é, impera o aforismo de Macchiavelli: o fim justifica os meios. E as pessoas de bem se retiram do palanque!

Os pensamentos do Superintendente de Humaitá estavam todos dirigidos para a Cadeia-Quartel e para a iluminação da *urbs*: era o "leitmotiv" de tôdas as atas da Intendência, cujas sessões, aliás, passado o entusiasmo dos primeiros dois anos, foram se espaçando de mais a mais. A Igreja e o altar não passavam de um expediente necessário, como que um trampolim para o progresso da Vila!

Em 1893 ao Pe. Tomaz sucedeu o **Pe. José Joaquim da Rocha** [cearense]: também não ficou nem cinco mêses! [47].

---

45 — Arq. particular da família Monteiro, l. c., 3/XI/1891.

46 — Idem, 1.º/XI/1890.

47 - PE. JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA, nasceu a 20 de janeiro de 1859. Foi ordenado sacerdote em Belém por D. Antônio de Macedo Costa, em 1887. Naquêle mesmo ano foi nomeado Pároco de Maracanã, e, em 1889, de Curuçá. Seguiu doente para o Ceará. A 20 de novembro de 1890 foi eleito Vigário de Aquirás (Ceará), onde ficou até 1893, ano em que recebeu a Paróquia de Humaitá. Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos, cfr. of. 1322/55.

A benção da Capela de Humaitá foi a última determinação diocesana vinda do Pará, porque já um ano antes [27/IV/1892] o Papa Leão XIII criara a Diocese do Amazonas pela bula "Ad universas Orbis". A 18 de junho de 1894 tomava posse o primeiro Bispo do Amazonas, **Dom José Lourenço da Costa Aguiar** [48].

A provisão diocesana de 15 de abril de 1895 nomeava para Pároco de Humaitá o Padre pernambucano **Manuel José da Suma Martins**, que se ordenara no Ceará [49]. Em fim de abril chegou ao novo campo de apostolado, e tomou posse da paróquia a 5 de maio, 3.º Domingo depois da Páscoa [50]. Ficou mais que os seus antecessores; a êle devemos um amplo apanhado histórico de Humaitá, no 1.º livro de Tombo; ainda hoje constitue uma obra digna de louvor pelo escrúpulo com que foi escrita [51].

Aliás, não insistiremos bastante afirmando que vibrava na sede municipal de Humaitá um ardor de grandeza, um assombro em todos, para lançar a pequena cidade ribeirinha nos braços das tradições e da história benemérita da Pátria. No ano anterior [1894] de fato, fôra executado pela primeira vez o levantamento já acenado da estrada que de Humaitá a Lábrea devéra facilitar as comunicações entre o Rio Madeira e o Rio Purús [52].

As freqüentes vagas do pároco, porém tinham sido causadoras de atraso naquela freguesia: na população notava-se sobretudo muita ignorância acêrca dos conhecimentos das verdades da Religião Católica. Havia "pouco frequencia dos fieis aos divinos ofícios e a recepção dos Sa-

48 — D. JOSÉ LOURENÇO DA COSTA AGUIAR, nasceu em Sobral (Ceará) a 9 de agôsto de 1847, foi ordenado em Fortaleza a 30 de novembro de 1870. A 25 de outubro de 1876 — já cônego — foi nomeado Vigário Geral do Amazonas pelo Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. A 16 de janeiro de 1894 Leão XIII o preconizou Bispo do Amazonas, sendo sagrado a 11 de março do mesmo ano em Petrópolis pelo Núncio Apostólico, D. Gotti, co-consagrantes Dom Joaquim Arcoverde e Dom Francisco do Rego Maia. A 18 de junho de 1894 tomou posse da Diocese. Faleceu em Lisbôa a 5 de junho de 1905. Cfr. RAMOS, D. Alberto Gaudêncio, o. c., passim.

49 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo. Foi provisionado a 15/IV/1895, tendo tomado posse a 5 de maio. Nada mais encontramos sôbre êsse nome. O Arquivo Arquidiocesano de Fortaleza (Ceará) registra outro nome: Pe. Manuel José Martins de Carvalho nascido em Olinda (Pernambuco) filho de Manuel José Martins e Eufrasia Constância da Conceição. Ordenou-se em Fortaleza a 30 de novembro de 1870. Será o mesmo?

50 — 1.º Livro de Tombo da Paróquia de Humaitá; 1.º, 2.º e 3.º livro de batizados l. c.

51 — A. P. P. V., carta do Pe. Raimundo de Oliveira ao Pe. Antônio C. Peixoto, Manáus, 16/II/1931.

52 — Cfr. Apêndice X, Notas histórico-econômicas sôbre a rodovia Humaitá-Lábrea.

cramentos da Confissão, Comunhão e Extrema Unção. Mas não havia ímpios declarados. Pelo contrário, notava-se certo grau de moralidade, gôsto e docilidade para receber as máximas e verdades do Cristianismo.

Assim foi que o Pe. Manuel se revelou cheio de muitíssimo zêlo apostólico. Quando a 27 de junho de 1895, D. José Aguiar, o Bispo diocesano, fêz a primeira visita pastoral à paróquia de Humaitá, foi recebido com banda de música e, naquela ocasião, distribuiu 135 Comunhões. Era um pequeno grande triunfo da Eucaristia! Exatamente por isso, ao retirar-se, o Diocesano recomendou se adquirisse o Ostensório para a Bênção do S.S. Sacramento [53].

Já, porém, em sua segunda visita, o Pastor da Diocese notou maiores deficiências. Havia sido aumentado, na verdade, o cemitério [benzido a 16/II/1896], porém as alfaias da igreja andavam deterioradas. Ainda não havia confessionários. Havia, sim, discreto asseio, mas estavam serpeando êrros vindos da Europa, e com a tradicional religiosidade, vingava a embriaguês e o concubinato.

Também desta vez, porém, D. Lourenço Aguiar deixava atrás de si a melhor das impressões:

> "Verdadeiro representante dos Apóstolos, atraindo todos a si com suas maneiras doceis e afaveis, sendo incansavel em doutrinar os fieis, quer na Egreja, quer em casa, aonde acercava-se das crianças e desveladamente lhes ensinava a doutrina católica" [54].

Em 26 de setembro de 1898 chegava a Humaitá o **Pe. Manuel José da Cunha**, sucedendo ao Pe. Manuel Martins que se retirara a 8 de abril do mesmo ano [55].

Com o raiar do séc. XX, a paróquia de Humaitá entrou na rotina de tôdas as paróquias dêste mundo de Deus. Escreveu um autor contemporâneo:

---

53 — Foi presenteado pelo Comendador Monteiro a 2 de fevereiro de 1896.

54 — I.º Livro das Visitas de Humaitá R 324; cfr. A. P. H., 1.º Livro do Tombo.

55 — PE. MANUEL JOSÉ DA CUNHA, filho de Manuel José da Cunha Senior e Clara Maria de Seixas, nasceu em Condeixa (Coimbra-Portugal) em 1830. Ordenou-se em Coimbra no ano de 1854. Vigário-Cooperador em Figueira do Campo, em fevereiro de 1854, no ano de 1859 era Pároco do mesmo lugar. De 1859 paroquiou Brenho e S. Martinho de Távora até o ano de 1864, em que veio para o Brasil, onde foi pároco de Óbidos (Pará) até 1875. Foi Pároco de Manicoré de 1875 a 14 de junho de 1881. De 1881 a 1886 foi pároco de Ponta de Pedras e Muamú (Pará). Nêsse ano foi tratar-se em Portugal, onde ficou até 7 de junho de 1897. De volta ao Brasil foi incardinado na diocese do Amazonas, a 2 de julho de 1897, e no mesmo dia foi nomeado Pároco de Coari, onde foi empossado a 4 de agôsto seguinte. Foi Pároco de Humaitá de 1898 a 1900.

Arq. particular de D. Alberto G. Ramos.

"Quand, de la rive droite, on avance obliquement sur Humaytha, on est agréablement supris de voir surgir sa petite cathedrale blanche et ses ailes de maisonnettes ébloissantes. Après Borba, vieille et naissante, et Manicoré qui manque de relief, c'est cette coquette petite ville que l'on préfère et que l'on souhaite pour future capitale du Madeira" [56].

No fim de 1900 o Pe. Cunha se retirou da Paróquia.

Era difícil prover a Paróquia de Humaitá. O **Cônego Israel Freire da Silva** passou quatro mêses [57]. O **Pe. Damião Basse** passou pouco mais de um ano. Esteve pelo interior, Madeira acima, nas cachoeiras e afluentes [58]. O Bispo diocesano viu-se assim na contingência de recorrer aos Agostinianos Recoletos, que de Iquitos (Perú) tinham aberto casa em Manáus.

A 17 de novembro de 1902 foi nomeado o Vigário de Humaitá, na pessoa do **Pe. Tomás Lahorra**, que tomou posse a 1.º de janeiro de 1903 [59].

Nêsse ano o Bispo do Amazonas chegou, em visita pastoral a Humaitá, acompanhado pelo Provincial dos Agostinianos e o **Pe. Antônio**

---

56 — PLANE, A., *L'Amazonie*, Paris, 1903, pág. 101.

57 — CÔNEGO DR. ISRAEL FREIRE DA SILVA, filho de Joaquim Freire da Silva e Ana Leopoldina dos Santos Freire, nasceu em Quixeramobim (Ceará) em 21 de setembro de 1856. Foi para o Pará em janeiro de 1878. Terminou no Seminário S Sulpício e na Universidade Católica de Paris, os estudos teológicos que começara em Belém. Doutorou-se em direito canônico em 1884 e, nêsse mesmo ano, a 16 de novembro, foi ordenado por D. Antônio de Macedo Costa na igreja de N. Sra. das Vitórias. Foi secretário do mesmo Bispo até 1.º de dezembro de 1885, quando foi nomeado Pároco da igreja de N. Sra. da Conceição, em Manáus, e lente do Seminário S. José da mesma cidade. Consta que paroquiou a cidade de Humaitá de 1.º de novembro de 1900 a 28 de fevereiro de 1901. Faleceu em Manáus, a 22 de agôsto de 1925.

A. A. F., livro 18.º dos Batizados de Quixeramobim. A. A. M., Registro do Clero (1915). A. P. H., 4.º livro de batizados.

58 — Rubricou no 5.º livro de batizados desde 17 de março de 1901. No dia 15 de abril de 1902 estão rubricados alguns batizados, outros estão assinados. Em seguida vem outros assentamentos sempre assinados, mas de data anterior.

59 — Nada pudemos averiguar dos dados biográficos nêste período agostiniano, porque a Provincia fechou a casa de Manáus, e os atuais Agostinianos da Amazônia pertencem a outra Província. O Cônego Bento José de Sousa, Pároco de Borba (Amazonas) informou-nos: "Foram expulsos com os Franciscanos das Filipinas pelos Americanos. Eram homens santos, Pe. Geraldo [?] fêz até um milagre com o SS. Sacramento, foi atrelado com um burro e a chicote obrigado assim a puxar o arado. Um outro tinha cicatrizes de algemas nos pulsos etc. etc." [carta ao autor].

O Pe. Tomaz residia na casa que é hoje propriedade da Sra. Dona Rosa Sena.

Saavedra, também Agostiniano, ficando êste [14/XI/1903] como coadjutor do Vigário.

Dom José de Aguiar notou algum progresso na piedade; porém, teve palavras candentes contra a embriaguês, o concubinato, contra o modo de se conservarem "paramentos e alfaias extendidas como nas lavanderias"!

Êsse provimento episcopal, escrito durante um acometimento malárico de D. José, valeu uma defesa em regra atribuindo tudo ao predecessor. A defesa do novo Vigário vale hoje, para nós, por uma descrição da igreja de Humaitá:

> "amontoadas enxovalhadamente e roidas pela traça e pelo cupim roupas brancas e de côr; o assoalhado da Igreja completamente podre; multidão de objetos inuteis uns, deteriorados os mais; sem um vintem a fábrica paroquial. Uma alva e uma sobrepeliz foram as unicas peças de roupa branca que pude aproveitar. Os pais foram avisados inutilmente de mandar os filhos ao Catecismo".

Em setembro de 1904 o Pe. Tomás recebeu outro coadjutor na pessoa do **Pe. Pedro Ordoñez**, Agostiniano [60]. Varão de profundo zêlo apostólico, já em maio do ano seguinte tratava de construir uma capela nas proximidades do Rio Jamari (*Sobral*)[61]. Continuando o antigo costume, deu novo impulso, com o Pe. Tomás, às longas e estenuantes viagens de *desobriga* ao longo do Rio Madeira, chegando até à primeira cachoeira de Santo Antônio. Nessas ocasiões, ambos os padres eram hóspedes do Vice-cônsul boliviano, D. Júlio Castañeda.

As finanças de diocese continuavam a não ir bem. O Vigário de Humaitá não tinha saúde: por duas vêzes teve de se retirar da Paróquia para ir tratar-se. Pela mesma razão o seu coadjutor ficou longe da Paróquia por espaço de dois anos. Por isso apareceram profundas lacunas no ministério sacerdotal.

Em março de 1907 regressou o Pe. Ordoñez e, com êle, chegou o **Pe. Pedro Pulgar** que de abril a outubro atendeu espiritualmente às povoações das cachoeiras e dos afluentes do Madeira: recolheu-se ao depois para o Seminário de Manáus[62].

---

60 — O Pe. Saavedra se tinha retirado de Humaitá em janeiro daquêle ano. Faleceu em Manáus a 19/II/1910. A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

61 — Tendo passado por mil reformas e reconstruções, essa capela ainda existe dedicada a N. Sra. da Saúde.

62 — Os batizados administrados por êle, vão de 30/III/1907 a 4/X/1907. Só começou a assinar os assentamentos de batismo de 27 de julho em diante "por escrúpulo", escreveu o Bispo no 7.º Livro de batizados.

(Arq da M. M. de André Ary, S. Paulo)

[illegible]
do município matogrossense de S. Antônio no Alto Madeira. *Em baixo*: duas ruas da sede definitiva do mesmo município

Padre Dr. Raimundo de Oliveira

HUMAYTHAENSE

O "Humaythaense" noticiando a erecção da Capela de Sto. Antônio da Cachoeira

Por muitas vêzes o Pe. Ordoñez esteve, sòzinho, à frente do govêrno paroquial [63]. E lutando com as mais variadas dificuldades. Não admira, pois, que tenha havido então algum êrro. Por ocasião, por exemplo, da morte em Humaitá de um maçon de grau elevado, o Pe. Ordoñez à pompa fúnebre maçônica acrescentou a Missa de corpo presente [64]. Estava longe dêle, a lembrança da alocução papal "Multiplices inter machinationes" de Pio IX, provocada pela bênção dada [1865] pelo Arcebispo de Paris aos despojos do Marechal Magnan, revestido com as insígnias de grão-mestre do Grande Oriente Francês!

Entretanto, quando de sua primeira visita pastoral a Humaitá, Dom Frederico Costa teve palavras as mais elogiosas:

> "a paróquia de Humaitá foi a mais disciplinada que encontramos até agora em nossas visitas pastorais na Diocese do Amazonas" [65].

A recepção tinha sido preparada com antecedência. A "Sociedade Artística Beneficente Humaytaense" havia esmerado para que a solenidade fôsse impecável; o "Humaytaense" emprestara suas colunas para o mesmo fim [66]. No dia 5 de fevereiro de 1909 Sua Excelência chegou a Humaitá, acompanhado pelo progenitor, o Cel Marciliano Costa, e pelo Pe. Agostinho Camarzana. S. Excia. teve uma recepção triunfal! Acompanhado pela banda sob a regência do Maestrino Francisco C. Gomes Coimbra, o cortejo era encabeçado por relevante número de senhorinhas, levando um grande estandarte das armas episcopais. O pálio era sustentado pelas autoridades locais. Às 8 hs. S. Excia. que ia celebrar a Santa Missa, entrou na igreja ao romper as notas do "Ecce Sacerdos" [67].

Naquêle mesmo dia, após uma bela recepção na sede do "Humaythaense", D. Frederico Costa seguiu viagem para Santo Antônio, aonde chegou no dia 10 de fevereiro, acompanhado pelo Pe. Ordoñez. Pela primeira vez um Bispo avançava até às cachoeiras do Madeira!

Mas havia espinhos também! Apezar dos parabens, notou desleixo no Arquivo Paroquial:

> "Onde estão neste livro os documentos relativos à creação da parochia? Onde as provisões dos Vigários? Onde os

---

63 — "Humaythaense", 31/I/1909.

64 — Venâncio de Castro, grau elevado e Mestre.·. do Rito Esc.·. Aut.·. e Acc.·. na Ben.·. Cap.·. Esperança e Porvir, de Manáus, desde 6/XI/1876 "Humaythaense" 30/VI/1909.

65 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

66 — Eram redatores do "Humaytaense" Henrique Rubim e João Cavalcante e Silva; tipógrafo era José Bezerra de Morais.

67 — "Humaythaense" 7/II/1909.

mandamentos, portarias, circulares e pastoraes? E' necessario, pois, suprir a estes defeitos que julgamos gravíssimos [68].

"Não se pode compreender — deixou ainda escrito — que uma cidade tão adiantada como Humaythá, onde já se encontram luz eléctrica e agua encanada, se resolva a permanecer retrogada sob o ponto de vista religioso, contentando-se de apresentar aos Visitantes os restos da antiga Capela".

Procure pois o R. Vigário excitar os brios da população christã da sua parochia, de modo a que se possa o mais breve possivel ter uma Egreja condigna e bella" [69].

Todavia, ao regressar a Manáus, deixou escrito:

"Felicito a população de Humaythá, por haver sido governada, até o dia de hoje, por homens de critério e que muito tem trabalhado pelo bem público, como provam-no o edifício da Intendencia com a Biblioteca que lhe é annexa, e todos os melhoramentos existentes na cidade e que não existem fora das capitais do Pará e Amazonas.
Humaythá, 2 de março de 1909.

(Assignado) † Frederico Costa [70].

Ficava em Humaitá o novo Vigário, Agostiniano, **Pe. Agostinho Camarzana** [71]. Nomeado a 8 de janeiro de 1909, tinha viajado com D. Frederico Costa; foi empossado a 5 de fevereiro do mesmo ano.

Cabia-lhe a tarefa de pôr em execução o programa apostólico de D. Frederico Costa, e, sobretudo, cabia-lhe a árdua tarefa de continuar com o mesmo entusiasmo, enquanto pelas ruas de Humaitá já apareciam os primeiros sintomas de liberdade desenfreada nos costumes [72]. A reconstrução da fachada e da tôrre da Igreja deveria ser apenas símbolo duma outra necessária reconstrução na alma cristã de Humaitá... [73].

---

68 — Sustentamos, no entanto, que o 1.º Livro de Tombo de Humaitá é talvez o mais completo dos congêneres de tôdas as Paróquias Amazonenses!

69 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

70 — Livro das visitas da Biblioteca de Humaitá; "Humaythaense", 7/III/1909.

71 — PE. AGOSTINHO CAMARZANA. No 7.º livro de batizado encontra-se o nome dêle desde 2/I/1908. Provàvelmente assinou os assentamentos incompletos.

72 — "Humaythaense" 18/VII/1909.

73 — "Humaythaense" 18/VII/1909 e 22/VIII/1909.

"SANTO ANTONIO" DO ALTO RIO MADEIRA

JORNAL de Humaitá, o "Humaythaense", a 24 de outubro de 1909 noticiava:

> "No dia 15 do mês de Outubro de 1909 perante os Srs. Esron Menezes, Antonio Marcellino Cavalcante e Nylo Gomes de Mello Rezende comerciantes no povoado de Santo Antonio; do tenente Francisco Aracaty Padilha, subdelegado de polícia; Eneas Franco agente-fiscal municipal e muitas outras pessoas gradas do lugar, foi marcado o terreno para a edificação de uma capella naquelle povoado".

Que era "Santo Antonio"?

A imperiosa necessidade de vencer mais fàcilmente as dezenove cachoeiras do Alto Madeira, para atingir a navegabilidade dos rios Beni, Mamoré e Guaporé, viera encontrar vestígios de execução desde 1869, com o engenheiro americano Georges Earl Church. Vimos que faliram os planos projetando o vadeamento das quedas da água por via terrestre, ou a construção de um canal, e até mesmo o terceiro projeto mais viável de uma ferrovia, cuja construção foi tentada por duas vêzes.

Assim mesmo o decreto de 25 de janeiro de 1873 criava no local uma mesa de renda e pelo decreto de 7 de julho de 1891 foi estabelecida a coletoria, cuja necessidade o govêrno colonial reconhecera desde o séc. XVIII [1].

A obra da estrada de ferro se reiniciou em 1907, imposta pelo tratado de Petrópolis, como indenização à Bolívia pela anexação do Território do Acre. Os planos, até então previam a cabeça da linha em Sto. Antônio, por ser o único marco com vestígio de civilização em tôda a floresta em derredor. A estrada de ferro deveria estar tôda em território matogrossense, uma vez que a convenção de limites entre Mato Grosso e o Amazonas [29/X/1904] rezava assim:

---

1 CORRÊA FILHO, Virgílio, *Mato Grosso*, 2.ª ed., Rio, 1939, pág. 148; SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de, *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*, Pará, 1873, passim.

"da foz do rio Abunã desce a linha divisória pelo rio Madeira até à cachoeira de S. Antonio, na lat. 8º 48'; do ponto medio da extensão total da dita cachoeira segue a linha na direção leste até cortar o rio Gy Parana ou Machado; [2].

Assim mesmo Santo Antônio continuava sendo uma insignificância geográfica e demográfica. Eis a descrição que se lê no relatório de Oswaldo Cruz, em 1910:

> "A Vila não tem exgoto, nem agua canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontramse colinas de lixo apoiadas às paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as aguas das chuvas e da cheia do rio e transformam-se em pantanos perigosos [3], donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, à carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, visceras, couro, casco etc., são abandonadas no proprio local em que foi a rez sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações, e o fetido que se desprende é indescriptivel" [4].

O govêrno de Mato Grosso, longe centenas de léguas, pouco interêsse tomava por uma localidade que era pouco mais de que uma simples expressão cartográfica.

Aliás, a questão dêsses limites esteve pendente até 1912, motivando por isso mesmo, certo descaso.

De fato, Manáus é que comandava a vida da "The Madeira-Mamoré Railway Co.": esta pouco interêsse tinha de manter os seus escritórios em território matogrossense. Quando a bitola desceu mais uma légua, Mato Grosso como que despertou do torpor.

Determinou levar grande melhoras àquêle ponto estratégico da navegação do Madeira. Dada a pendência dos limites, foram postas as bases de uma futura *urbs* à altura do acampamento n.º 3: o lugar chamado *Porto de cima* foi rebatizado com o nome de *Vila Nova* [5].

---

2 — MENDONÇA, Estevão, *Quadro Chorografico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1906, pág. 4.

3 — Um pouco de exagêro com relação às enchentes! Tanto assim que Oswaldo Cruz não podia ter visto semelhante espetáculo, por ter estado no local na época da sêca!!!

4 — OSVALDO CRUZ, *Relatório*, Rio, 6/IX/1910 em VÁRIOS, *Saneamento da Bacia do Rio Madeira*, Rio, Typ. do Jornal do Comércio, Rio, 1913.

5 — BOUZAS, Benigno Cortizo [Aventureiro do Alto Madeira em 1908], *Del Amazonas al Infinito*, Recife, Emprêsa Diário da Manhã, 1950, pág. 33-34.

A lei 566 [27/IX/1911] exigia para a instalação da Vila uma área de 1800 hectares [6]. A 26 de março de 1912 eram nomeados os membros da comissão, que a 2 de julho do mesmo ano tomaram posse, instalando a sede da Comarca de Sto. Antônio; seu primeiro juiz de direito foi João Chacon, nomeado em 10 de janeiro [7]. Rasgaram-se ruas, praças e avenidas em plena floresta!

No dia 24 de agôsto de 1912 o Supremo Tribunal Federal homologava a questão dos limites. Nesta data o Governador do Amazonas entregou a Mato Grosso o terreno compreendido no paralelo 8º 48' e dois dias depois a Secretaria do Município se instalava, até aprontar casa, no "Club Dramatico Recreativo Familiar", em Santo Antônio [8]. O Dr. João da Silva Campos, Engenheiro do 1.º Distrito de Fiscalização das Estradas de Ferro Federais, fêz a demarcação da Vila [9].

Os limites do novo Município, saindo de sua sede, subiam os rios Madeira, Mamoré, Guaporé; entrando pelo mais próximo tributário da margem esquerda do Rio Juruena, desciam por êsse rio até à altura da confluência do Rio S. Manuel no Tapajós [localidade *Três Barras*] e daí até à intersecção do paralelo que passava por Sto. Antônio [10].

Naquêle longinquo rincão teve início uma era de progresso! O sistema de iluminação elétrica fôra inaugurado logo em janeiro de 1913 [11], graças aos grandes desvelos do Prefeito, o Dr. Joaquim Augusto Tanajura, um tenente-médico da Fôrça Policial, que acompanhara como médico a "Expedição Rondon" de 1909. A série de ruas que se enfileiravam ao longo do grande Rio Madeira lembravam os nomes do Padre João Sampaio, Félix de Lima, Severiano da Fonseca e outros... [12]. Pleiteava-se a instalação de uma Biblioteca [13], enquanto "O Bilontra" colado nos muros substituia o jornal quotidiano [14]. Abriu-se logo uma escola [15]; outra

---

6 — A. M S. A., 1.º livro de Ofícios, of. 118 de 10/IX/1912.

7 — Idem, 1.º livro de Ofícios, of. 1 e seguintes de 3/VII/1912; Arq. M. M., pasta 195.

8 — A. M. S. A., 1.º livro de Ofícios, of. 95 de 26/VIII/1912.

9 — Idem of. 16/13 de 30/I/13, e of. 42 de 2/IV/1913.

10 — Idem, 1.º livro de Ofícios, of. 65 de 2/VIII/1912.

11 — Idem, l. c., of. 19 de 3/II/1913.

12 — Idem, Código de Posturas do Município de S. Antônio, 6/VIII/1912, resolução III; 1.º livro de Ofícios, of. 165 de 4/XII/1913, citando a resolução 10 de 23/IX/1912.

13 — Idem, 2.º livro de Ofícios, of. 113 de 22/VIII/1913.

14 — BOUZAS, o. c., pág. 35. O 3.º livro de Ofícios do A. M. S. A. contém uma circular da Câmara Municipal [21/X/1921] onde se faz referência a outro jornal, "A Palavra".

15 — Março de 1913. A 4 de junho do mesmo ano a escola abrigava-se em edifício estadual apropriado. CORRÊA FILHO, Virgílio, *As raias de Mato Grosso*, S. Paulo, 1925, Vol. I, pág. 61.

Já não era mais o tempo em que o chefe da alfândega local, não sabendo escrever, mandava assinar os documentos pelo primeiro que o soubesse. ARMENTIA, o. c.

foi aberta em 1914 no povoado que hoje se chama Abunã [16]; planejava-se importante estrada de rodagem, embora pequena [17]. Em suma, fora da Vila também, mas dentro do Município, enfrentavam-se mil e um problemas de espírito progressistas.

Davam-se grande passos. Ao mesmo tempo, porém, arraigavam-se profundas deficiências. Os comerciantes constituiam uma categoria forte, impondo onerosas condições ao resto da população [18].

Pelo Município em fora, havia os índios. O problema do selvícola fôra abordado pelo cônsul boliviano em Pôrto Velho, Dr. Júlio Gutierrez; encontrou o Prefeito de Santo Antônio displicente, alegando ser o assunto de competência federal, representada aí pelo Delegado da Repartição de Catequese dos índios, o Dr. Geraldo Rocha, homem de idéias positivistas [19]. Passados poucos mêses, o Dr. Tanajura, de entendimento com o Capitão Mariano Rondon, cogitou da fundação dum centro indígena às margens do Rio Mutum-Paraná, onde viviam índios no estado selvagem, que mantinham contato com os brancos. Em tôdas as redondezas havia outros aldeamentos dotados de eficiente lavoura. Eram os Caripuna [20]. Mais acima, no mesmo Rio Mutum-Paraná, (que é um afluente do Madeira na região encachoeirada), existiam os Boca-Negra [21]. Outros índios ainda, chamavam a atenção da municipalidade de Santo Antônio: pelo Rio Cautário adentro, afluente do Rio Guaporé, encontrara-se uma tribo guerreira, no estado primitivo, formada de homens altos, musculosos, morenos, que usavam cabelos longos. Em torno de suas malocas havia plantações de bananeiras, cacau e mandioca da qual sabiam preparar a farinha. Seu grau de cultura era superior a muitas outras tribos vizinhas, pois usavam potes de barro [22].

Era o problema agrícola que preocupava os dirigentes!

Mas, em breve as dificuldades do erário municipal se fizeram sentir, diante da crise que assolou a região, quando da queda da borracha no mercado internacional.

> "As previsões para o futuro exercício são de ordem a esmorecer qualquer tentativa de empreendimento administrativo" [23].

---

16 — A. M. S. A., of. 56/14 de 11/IV/1914: era professor certo João Ranulfo Brasil.

17 — Idem, 1.º livro de Ofícios, of. 360 de 7/VI/1919, citando o edital n.º 11 de.... de fevereiro de 1913.

18 — Idem, livro de Protocolos, prot. 206 e 208, setembro de 1912.

19 — Idem, of. 48/13 de 14/IV/1913.

20 — Idem, of. 154/13 de 23/XI/1913.

21 — CURT NIMUENDAJÚ, Unkel, Mapa das tribos do Brasil Central, em *H. S. A. I.*, III.

22 — A. M. S. A., of. 154/13 de 23/XI/1913.

23 — Idem, 2.º livro de Ofícios, of. 176 de 22/XII/1913.

Pouco importava, pràticamente e naquela triste quadra, a abertura do tráfego telegráfico com o Acre, Amazonas e Pará, ou com Cuiabá [24].

Tratava-se da economia vital, tratava-se da fome. Sôbre 45 contratos assinados em todos aquêles anos pela Municipalidade de S. Antônio, 29 foram para o fornecimento de carne, e vários outros relacionados a matadouros e açougues!... [25]

Os próprios prêsos, recolhidos à cadeia — salvos os pobres — deviam manter-se à própria custa [26].

Eram por certo bem sólidos os motivos que levavam o Prefeito de Sto. Antônio a pedir exoneração do cargo! Mas não o eram menos os que aconselhavam o Presidente de Mato Grosso a conservar no pôsto o único salvador daquelas plagas! [27].

OS HABITANTES DE S. ANTONIO

Gente de todo mundo não acabava de chegar, — fazia anos! — à margem da primeira cachoeira inferior, no Rio Madeira.

Brasileiros vindos de quase todos os pontos do país, inglêses em quantidade, italianos buliçosos, espanhóis, bolivianos, peruanos, gregos, alemães, judeus, barbadianos e chinêses.

Uma população ondulante, instável, de aventureiros aliciados para um trabalho que oferecia tôdas as probabilidades da desventura [28]. Fracassados na vida, audaciosos, viciados, aumentavam ao sabor das condições econômicas. O dia escoava-se ao rítmo do trabalho; a noite, ao rítmo da algazarra, da música, dos gritos e discussões em uma dúzia de línguas nos botequins, casas de jogo e de tolerância. Estas eram numerosas: as francêsas, chegadas de Paris, alinhavam-se com as brasileiras as barbadianas, as espanholas e bolivianas, de permeio aos homosexuais e pederastas.

Bebia-se "champagne", cerveja e aguardente. Comiam-se peixes do Rio Madeira e as mais finas conservas nacionais e estrangeiras.

---

24 — Idem, l. c., of. 12 de 11/X/1914.

25 — Idem, livros de contratos até 1928. Êsse problema foi sempre de atualidade: um edital de 13 de fevereiro de 1733 já se ocupava da conservação de açougues: cfr. R. A. M. S. P., XLV (1938).

26 — A. M. S. A., livro de portarias, port. n.º 53 de 30/VIII/1913 e port. n.º 1 de 2/I/1914.

A cadeia era uma gaiola (ou uma jaula!...) feita de trilhos! Cfr. Arquivo fotográfico da M. M. R. Co. junto de "A Gazeta" de S. Paulo (Sr. André Ary).

27 — A. M. S. A., Registro de Actos da Prefeitura, Acto 26 de 26/X/1914.

28 O recenseamento de 1913 acusou 911 pessoas. CORRÊA FILHO, Virgílio, *As raias de Mato Grosso*, S. Paulo, 1925, vol. I, pág. 61.

Quando a *friagem* enregelante e úmida chegava de súbito, de junho a agôsto, apareciam cá e acolá caras peliças, enquanto a morte dizimava os enfraquecidos pelo alcool ou pelo trabalho, e os moradores das humildes barracas, abertas a todos os ventos [29].

As brigas eram freqüentes, os crimes, comuns [30]. O beriberi e o impaludismo abriram claros na população até que Oswaldo Cruz estabeleceu normas que tornaram aquela terra mais habitável [31].

A CAPELA DE S. ANTONIO

Assim mesmo, contra tantas adversidades, vingou a idéia da edificação de uma capela. Não fôra por convicção, se-lo-ia ao menos para querer imitar as outras terras civilizadas. Em todo caso, em meio daquela multidão de homens sem nenhuma estabilidade, havia uns poucos bem intencionados.

A paróquia com sede em Sto. Antônio tinha sido criada desde 8 de abril de 1908 [32]. Inùtilmente, como outras que vimos no Rio Madeira! O Páraco de Humaitá é que, de vez em quando, fazia alguma *desobriga*, quase nunca além da cachoeira de S. Antônio.

A comissão constituída adrede para o levantamento da nova Capela, não estava inerte [33].

---

29 — No apêndice XI apresentamos uma estatística bastante interessante: o número de óbitos por ano, com a percentagem de menores de 10 anos. Parece pois incrível a afirmação de Oswaldo Cruz dando 2000 — 3000 habitantes para a cidade de Sto. Antônio em 1910.

A causa do fenômeno *friagem* é a seguinte: a curva do equador térmico não corta o continente americano na altura equinocial, mas avança para setentrião, transpondo a terra no istmo de Panamá. A distância do sol do equador aumenta com o solstício de 21 de junho, vindo agravar a causa de inversão violenta das camadas de ar, sobretudo na região do Alto Madeira. Os efeitos: ventos, chuvas algumas vêzes, e a camada fria da Bolivia, do Perú e da Colombia invadindo a região.

Outra explicação é a simples invasão de massas de ar frio polar. MORAES, Raymundo, o. c., pág. 118 ss.; Informações do Pe. Eng. Bruno Herzberg, S. D. B., chefe da estação de Metereologia no Colégio D. Bosco de Pôrto Velho.

30 — A. M. S. A., 1.º livro de Ofícios, ofs. 63-64.

31 — Em fevereiro de 1913 iniciaram-se os serviços da profilaxia contra o impaludismo! Dois anos e meio depois que Oswaldo Cruz estivera no Alto Madeira! Foram imediatamente adquiridas dez mil capsulas de quinino, por uma verba recebida pelo Delegado Fiscal do Estado, Dr. Otávio da Costa Marques. A. M. S. A., livro de Ofícios, ofs. 25-29 de 3/III/1913.

32 — CORRÊA FILHO, Virgílio, *Matto Grosso*, Rio, 1920, pág. 148.

33 — Em 1912 a comissão era constituída pelos srs. José Fortunato da Conceição e José Ribeiro Dantas. A. M. S. A., 2.º livro de Ofícios, of. 8 [4?] de 19/I/1914.

Também, prometiam muito para a obra de Sto. Antônio, as boas qualidades do novo Pároco de Humaitá, o **Pe. Manuel Furtado de Figueiredo** [34].

> "A lhaneza de trato, as virtudes que exornam o seu carater, são as mais nobres credenciais com que o apresentamos ao povo",

escreveia o "Humaythaense" de 18 de setembro de 1910. Aliás o Pe. Figueiredo já estivera de passagem, havia anos, em companhia do Bispo de Manáus. No entanto, agora êle vinha apenas como vigário em comissão [35]; já não poderia dedicar-se a obras de longo alcance.

Mas o sucessor, havia de fazer muito mais para a capela na vila de Sto. Antônio. Foi o **Pe. Manuel de França Melo** [36]. Logo no fim de 1911, indo em *desobriga* no Alto Madeira, deixou na capela em construção um cálice e mais alguma coisa. Pouco depois, em 1912, a Administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré cooperava também, oferecendo

---

34 — PE. MANUEL FURTADO DE FIGUEIREDO, nasceu em Milagre (Ceará), em 1854. Filho de Pedro Furtado de Figueiredo e Maria da Conceição Figueiredo. Foi ordenado a 21 de março de 1885, no Rio de Janeiro. Secretário particular de Dom Pedro Maria de Lacerda, Arcebispo da Capital Federal, Pároco de Jardim (Ceará) por um ano; em Milagres, durante dois anos; em Missão Velha por mais três anos. Desobrigou em Tefé-Juruá e Rio Branco. Faleceu a 4 de maio de 1912 [?] em Manáus. Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos.

35 — *Vigário em comissão.*

> "Para atender de algum modo ao bem espiritual das almas de paróquias difíceis do interior, ainda desprovidas, a Cúria pede um sacerdote, geralmente religioso, para ir fazer uma festa no interior e aproveitar a oportunidade para fazer a desobriga na região. Para poder usar das faculdades habituais, êsse padre é nomeado Vigário daquela paróquia por dez, vinte ou trinta dias. Ao regressar, entrega os apontamentos à Cúria e metade das espórtulas da paróquia pela qual êle apenas trabalhou alguns dias sem ter o onus dos livros paroquiais, das Missas "pro populo", de atender aos enfermos etc.
>
> Aquí entre nós, não há mais, graças a Deus, esse sistema. Existe, entretanto, na Arquidiocese de Belém".

Carta de D. Alberto Gaudêncio Ramos ao autor, 597/55, Manicoré 14/VI/1955.

36 — PE MANUEL DE FRANÇA MELO, nasceu em Sobral, Ceará, aproximadamente em 1863. Filho de Luiz de França Melo e Francisca Tereza Franca. Foi ordenado a 30 de novembro de 1892, por D. Joaquim José Vieira, em Fortaleza. Pároco de Palma (Ceará) de 1894 a 1907. Pároco de Manacapurú. Nomeado a 4 de maio de 1911 pároco de Humaitá por um ano, tomou posse a 21 do mesmo mês. Saiu de Humaitá, desgostoso, em agôsto de 1912. Em 1915 saiu da Diocese do Amazonas. Arq. particular de D. Alberto G. Ramos, of. 1322/55.

dinheiro e material [37]. O tratamento mui pouco correto, de baixo calão, recebido em Humaitá, obrigou-o a abandonar a paróquia, "sacudindo o pó dos sapatos...".

Ao dinâmico **Pe. Dr. Raimundo de Oliveira** [38], novo Pároco de Humaitá, coube recolher os frutos espirituais em Sto. Antônio.

Em setembro de 1913 o Prefeito da Vila, Dr. Joaquim Augusto Tanajura, mandou preparar uma casa de moradia para o Padre. No domingo 21 daquêle mês e ano foi benzido o novo altar de madeira [39], assim como os quatro paramentos novos. Isto e outras alfaias, eram donativos de diversos comerciantes do Rio Madeira e de Manáus, graças aos esforços do ilustre Delegado Fiscal do Govêrno de Mato Grosso em Manáus, Cel. Leopoldo de Matos; a êle, em particular, se devia grande parte de tão generosa oferta [40].

Naquela mesma circunstância foi cantada a primeira Missa pelo Pe. Raimundo de Oliveira, sendo o côro feminino dirigido pela voz forte do Dr. Tanajura.

---

37 — A. M. M., of. 3 de 13/I/1914; A. M. S. A., 2.º livro de Ofícios, of. 6 de 19/I/1914: foram oferecidos doze painéis de neponsel, vinte barricas de cimento e 500 mil reis!

38 — MONS. DR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA, nasceu em Pedra Branca (Ceará), a 5 de dezembro de 1878. Filho de José Felix de Oliveira e Francelina Maria de Oliveira. Chegou a Manáus em 1889, sendo ainda seminarista. Em 1900 seguiu para Roma, onde foi ordenado a 2 de abril de 1904 na igreja de Sto. Apolinário, por Dom Cepetelli. Doutorou-se em Direito Canônico pela Universidade Gregoriana, a 19 de julho de 1904.

Em março de 1905 era Secretário do Bispado de Manáus. Foi nomeado Pároco de Humaitá a 30 de abril de 1913, tendo chegado à Paróquia a 30 de maio do mesmo ano. Foi eleito Superintendente de Pôrto Velho para o triênio 1920-1923, findo o qual, a 3/XII/1923, foi eleito Consultor Diocesano. No dia 30 de agôsto de 1924 deixou a Paróquia de Humaitá, para assumir o Govêrno da Arquidiocese Vacante [28/IX/1924].

A 17 de outubro de 1925 foi nomeado Camareiro honorário do S. Padre. Foi ainda Pároco na igreja de N. Sra. dos Remédios em Manáus, indo falecer na cidade de Fortaleza (Ceará) a 12 de novembro de 1944, com a idade de 86 anos! Arquivo particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos, of. 1322/55.

A figura dêsse sacerdote foi aproveitada para propaganda maçônica: fizeram-nos mesmo notar algo nêsse sentido, na reforma arquitetônica do altar mor da Igreja dos Remédios (Manáus). Mas não foi maçon, ainda quando tenha sido visto nas sessões da Loja Maçônica. Se fôsse maçon não teriam faltado ocasiões recentes para prová-lo!

Houve — isto sim — uma boa dose de simpatia pelas lojas ou, melhor pela ação social desenvolvida por elas, já que não havia outros que a fizessem!!!

39 Por querer aguardar a chegada do Bispo, a capela não recebeu a bênção solene. E não consta que a tenha recebido depois.

40 — Cfr. Apêndice XII: Inventário 1.º da Capela de Sto. Antônio.

A capela, por enquanto era um edifício

> "de tamanho regular, coberto de telhas de barro, sendo a frente de tijolo e cimento e as outras paredes de taipa. Não está assoalhada nem tem nenhum ornamento interior".

Estava situada em terreno bastante elevado, dando frente para uma praça regularmente ajardinada. O terreno, comprado ao Sr. Alfredo Fernandes Garcia por 375$000 pela Comissão encarregada, estava isento de direitos municipais [41].

Em junho de 1914 a igreja estava quase concluida, não obstante a crise ináudita da região e do país inteiro. O altar assentava sôbre um grande estrado de cedro, todo o corpo da igreja ladrilhado, os esteios forrados de madeira marmorizada, formando elegantes colunas, e uma sacristia ao lado...

Entre todos os benfeitores, destacavam-se o Gerente da Estrada de Ferro, Dr. Rudolph O. Kesselring [42], o operoso Prefeito, Dr. Tanajura e o Secretário da Comissão pró-capela, o farmacêutico Cel. Luzitano Barreto.

.... Quando deparamos na história do Brasil, com a famosa questão religiosa, que teve sua origem próxima na ingerência indevida das irmandades em assuntos de exclusiva competência eclesiástica; quando vivemos ainda os dias de igrejas interditadas pela mesma razão em plena Capital Federal, sentimo-nos levados a sair da enfadonha citação de arquivos compulsados, para contar a pequena história que também teve a capelinha de Sto. Antônio.

Em fim de 1914 o Dr. Tanajura obtivera a exoneração do cargo de Prefeito Municipal. Ocupava agora a "curulis" da Intendência Geral de Sto. Antônio o zeloso e buliçoso Salustiano Alves Corrêa [43]. Logo de início encontrou que existia em S. Antônio o instrumental da "Banda de música 2 de julho". Considerando que estava "ao desamparo, sem uma pessoa responsavel" e considerando também que havia "a imperiosa necessidade de aproveitar menores para o ensino de música" mandou recolher tudo ao depósito da Intendência! [44]. Interveio, porém,

---

41 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

42 — Ofereceu 500$000 e 20 barricas de cimento.

43 — Durante a presidência de D. Francisco de Aquino Corrêa, em dezembro de 1920, enfrentou a Câmara Municipal: apoiado pelo Delegado de Policia e por uns tantos capangas, fechou e vedou o funcionamento da mesma, sendo eleito interventor estadual no Município de S. Antônio, para as eleições de agôsto de 1921. A. M. S. A., livro de Atas da Câmara Municipal de Sto. Antônio do Rio Madeira, 1920, pág. 80 ss.
Por aí calcule o leitor a quantas andava a política local!

44 — A. M. S. A., 2.º livro de ofícios, of. 1 de 12/I/1915.

o Dr. Tanajura, que afirmou pertencer à igreja aquêle instrumental, enquanto a lista era assinada também por contribuintes não católicos.

E o prefeito **armou** um silogismo maravilhoso: o instrumental foi comprado por iniciativa do ex-Prefeito, foi pago pelos munícipes, **logo** ... deve pertencer ao município!!! [45].

Mas o litígio não dependia só da vontade do Intendente Geral. O fato é que o Pe. Raimundo de Oliveira, pároco residente em Humaitá e responsável pela capela de Sto. Antônio, mandou recolher na Igreja a banda musical. Dêste modo apareceu outro ofício,

> "como uma medida de prudência, porque assim, domina a ordem pública e moral; e estas assim dominadas, outras circunstâncias deixariam de fazer contradizer o referido ato"! [46]

Vamos terminar a história de igreja de Santo Antônio fazendo jús à verdade, embora tudo isso não passe agora de uma história morta!

Anos depois se falou muito que a igreja de Sto. Antônio possuía um cálice de ouro, mas que o Bispo D. Joffily o tinha levado embora, por ocasião da visita Pastoral em 1917. "D. Irinêo seria incapaz de retirar um cálix de ouro de uma paróchia", escreveu mais tarde Monsenhor Oliveira [47]. A verdade é que o cálice que lá havia, de metal dourado, pertencia à igreja de Humaitá. Outro pequeno cálice de cobre fôra deixado por outro sacerdote de passagem por Sto. Antônio. Mais tarde um dêsses cálices foi roubado com o altar portátil do Pe. Raimundo, do qual anos depois se encontrou o Missal numa casa à margem do Rio Machado!...[48].

Essa história não é a única que andou pelas regiões do Alto Madeira. Histórias semelhantes as há em tôdas as partes, sobretudo nos pequenos povoados.

Fogos fátuos...

No entanto, não havia motivo para que deixássemos de desmentir uma das baixas calúnias...

---

45 — Idem, 2.º livro de Ofícios, of. 14 de 27/VII/1915.

46 — Idem, l. c., of. 16 de 15/IX/1915.

47 — A. P. P. V., Resposta do Pe Raimundo de Oliveira, Manáus 16/II/1931, à carta do Pe. Antônio C. Peixoto, Pôrto Velho, 2/VIII/1930.

48 — Idem.

NOVA ERA DE UM PÔRTO VELHO

"THE MADEIRA-MAMORÉ RAILWAY COMPANY"

E' MUITO antiga a expressão: "O caso Madeira-Mamoré não interessa mais!" [1]

Nem tampouco nós nos queríamos interessar do que houve com a "The Madeira-Mamoré Railway Company". Aliás, é ainda conhecida e vivida por muitos a grande façanha que se intitula com aquêle nome.

Interessam-nos, porém, os homens que nela parteciparam, criando novos rumos à região, e, mais que tudo, interessam-nos as conseqüências que advieram...

Tudo se fixava então sob a faceta do *produto-borracha* e *produto-castanha do Pará*. Por êste "El- Dorado", milhares de vidas se atiraram ao desconhecido, em tôda a extensão da palavra. Mas não houve nem trilhos do valor duma barra de ouro, nem tantas vítimas tombadas quantos eram os dormentes: 21.717 homens trabalharam para a construção... os dormentes são pouco menos de 600 mil!! [2]

---

1 — A. M., Pôrto Velho, 15/XI/1931. "O Jornal", Rio, 20/XI/1931.

2 — "... representa um dispendio que chegaria à absurda soma de mais de 20$000 por cada dormente [...]. Só se incluio nas folhas de pagamento a importância de Rs. 1.220:132$000 (2$000 por dormente, conforme o contrato), quando a soma realmente gasta foi de Rs. 6.501:705$892".

Memorial da M. M. R. Co., "Jornal do Comércio", (Rio), 1913, pág. 66.

A Madeira-Mamoré teria custado uma média correspondente a 32 toneladas de ouro, que não dariam mais de 128 trilhos, e que, paralelos, cobririam menos de um quilômetro de extensão!!!

MORAES, Raymundo, o. c., passim.

Cada quilômetro de ferrovia possue 1500 dormentes: a Madeira Mamoré tem 569.000 dormentes. Morreram outros tantos trabalhadores? isto é, 300 por dia??? como foi possível se de 1907 a 1912 os trabalhadores da estrada de ferro foram 21.717? Em todo caso, a estatística do Hospital da Cande-

Até aqui, as lendas.

A história... é outra!

Sôbre o empreendimento americano, falido em 1879, o imperador D. Pedro II, entusiasta até o extremo por uma ferrovia Madeira-Mamoré, mandou em 1882 uma comissão de engenheiros afim de fazer estudos completos sôbre a exploração e o projeto. Apesar de desentendimentos entre os dois engenheiros C. A. Morsing e Júlio Pinkas, apesar de mortes a granel, de todos os empreendimentos levados a efeito, aquêle foi o único que chegou ao fim [3].

Foi sôbre êsses trabalhos que o Brasil se incumbiu da construção da estrada de ferro, em fôrça do Tratado de Petrópolis [1903]. Já no séc. XX, puderam ser vencidas dificuldades muitas; outras foram contornadas num período de cinco anos.

Terminada a 30 de abril de 1912, a ferrovia, em caráter experimental funcionou desde 1.º de agôsto; foi inaugurada intempestivamente, à revelia do consentimento e ordem do Govêrno, sem convite de espécie alguma às autoridades brasileiras federais, no dia 7 de setembro daquêle ano [4].

Mas a essa altura já as sementes da "hévea brasiliensis" levadas clandestinamente para o Oriente em 1873 pelo botânico James Collins, e em 1876 por Wickam, estavam dando ótimo resultado científico e a borracha oriental ia se insinuando no mercado internacional sorrateiramente. Iniciava-se a grande queda da borracha no meio da crise mundial. Os seringalistas da borracha brasileira se revoltaram contra os fretes astronômicos da ferrovia em confronto aos níveis inesperados do preço do produto: os vagões continuaram a viajar vazios, a estrada de ferro era pràticamente ignorada. Não só: ante a irredutibilidade dos

---

laria, dando apenas 1593 óbitos no período de 1907-1912, está evidentemente errada. Realmente terão sido de seis para dez mil.

Cfr. FERREIRA, Manoel Rodrigues, engenheiro, *Estrada de Ferro Madeira Mamoré*, em "A Gazeta", S. Paulo, 26/I/57.

> "As vidas perdidas devido a moléstias e acidentes antes de 1907 podemos avaliá-las sem exagero, em mil. Contudo isso não deve ser atribuído exclusivamente ao clima, porque cerca de 300 ou mais desses falecimentos deram-se em viagem, ficando assim reduzido somente a 700 o número de mortes ocorridas no local".

Relatório apresentado ao Ministro da Viação pelo Chefe da Comissão extraordinária de fiscalização da M. M. R. Co, Dr. Geraldo Rocha, Diário Oficial, supl ao n.º 63, 14/III/1912 Cfr "Humaythaense" 22/VIII/1909.

3 — Cfr. FERREIRA, Manoel Rodrigues, l. c., 14/I/1957.

4 — A. M., 30/V/1918; "Oeste-jornal", Manáus, julho de 1950, artigo dos Engs. Scott Seegers e Mirelle Gaulin.

administradores estrangeiros, aquêles homens acostumados ao rifle e à brutalidade, tomaram a decisão de destruir a ferrovia:

> "O comércio achava-se descontente e a animosidade chegou a ponto de danificar a estrada" [5].

Por isso, a imprensa nacional foi-se mostrando fértil em abordar assuntos concernentes àquela estrada de ferro, enquanto as dificuldades internas aumentavam de dia para dia [6].

Vinham a propósito as palavras pronunciadas em 1886 pelo engenheiro Alexandre Haag na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, perante o imperador D. Pedro II:

> "Não tenho confiança nas vantagens presentes ou futuras da estrada de Ferro Madeira-Mamoré, tais como as consideram os seus apologistas. Acredito, ao contrário, que apenas servirá a uma região limitada, pobre e sem recursos para compensar os sacrifícios das vidas e dos capitais avultados que a sua construção e conservação exigem" [7].

A administração vitoriosa, apesar disso se agarrou de mãos e pés juntos a todos os meios:

> "Devemos fazer respeitar os direitos e o nome da Companhia. A ocasião é a melhor possível — escreveu-se certa vez. Ou o bruto recua, ou tem que correr..." [8]

---

5 — Relatório do Ministro da Viação, 1913, em FERREIRA, Manoel Rodrigues, l. c., 24/I/57.

Em 1891 a Amazônia produziu 17.790 toneladas de borracha.

Em 1910, estava a 10$000 o Kilo; em 1911 (o climax!) a produção foi de 44.296 toneladas; em 1921 estava a 1$350 o Kilo! Em 1923 a produção foi de 17.991 toneladas, enquanto o Oriente produziu 369.500!!

6 Renda da M. M. R. Co. em 1911, quando começou a trafegar: 1.º trimestre £ 12.352 — 2.º trimestre £ 24.480 — 3.º trimestre £ 48.579 — 4.º trimestre £ 55.244.

Para 1912 (ano da inauguração) calculou-se uma renda bruta de £ 360.000, líquida £ 200.000. Na verdade o primeiro trimestre daquêle ano rendeu £ 70.110 e o segundo £ 71.131.

Impressões do Brazil no Século Vinte, Londres, 1913, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., pág. 238-239. A. M. M., "folder" 32; idem "folder" 2009-1, carta confidencial do Gerente da Madeira-Mamoré ao Cel. Paulo Saldanha, Administrador da "Guaporé Rubber Co.", 21/IX/1918; idem l. c., carta particular do Gerente da Madeira-Mamoré ao Dr. Joaquim A. Tanajura, 4/XII/1920.

7 — Cfr. FERREIRA, Manoel Rodrigues, l. c., 12/I/57.

8 — A. M. M., of. 2223 da Diretoria da repartição de terras, Manáus (Amazonas); of. 118 do Palácio do Govêrno do Amazonas, 22/VII/1908; "folder", 330, carta ao Procurador da República, 25/VI/1913; "folder" 17, Relatório

Com o prolongamento da ferrovia, Madeira abaixo, lavrou-se a morte da Vila de Sto. Antônio.

Mais tarde, interêsses políticos a condenariam ao ostracismo, e por concomitância, a paróquia.

Em compensação, surgiu outra localidade, hoje cidade de Pôrto Velho, capital do Território Federal de Rondônia.

Já nos referimos ao local, quando tratamos das Missões Franciscanas. Vamos lembrar o fato.

Por ocasião da guerra do Paraguai, o imperador do Brasil mandou colocar na cachoeira de Sto. Antônio a ala esquerda dum batalhão de guardas nacionais. O tresloucado Dom Mariano Melgarejo, presidente da Bolívia, tinha acentuados amores para com o Paraguai, e poderia, quem sabe, armar alguma invasão ou devassa. O pequeno destacamento militar da cachoeira de Sto. Antônio, convence-lo-ia, ao menos, de que o Brasil previra tudo.

Mas aquêles poucos militares foram acèrrimamente perseguidos pelas febres, vendo-se assim obrigados a mudar o acampamento para a ponta de terra firme, fronteiriça ao pôrto da cachoeira [9]. Entretanto, ao baixar o rio pela primeira vez o Pe. Macchetti, naquêle local só havia uns ranchos a cair, e uns roçados: tudo abandonado! [10].

E' que por igual motivo, aquêles soldados tinham sido enxotados também do segundo local.

---

dos processos em andamento, 31/V/1915; "folder" 2009-1, carta ao Cel. Paulo Saldanha 8/XI/1915.

Vilas e *cidades-modêlo* tinham sido prometidas a granel! iam surgindo dentro dos 150 ms. de cada lado da ferrovia, indo de encontro ao decr. 8776 de 1911. Por isso mesmo tinham um caráter provisório. A. M. S. A., of. 12/13 de 25/I/1913.

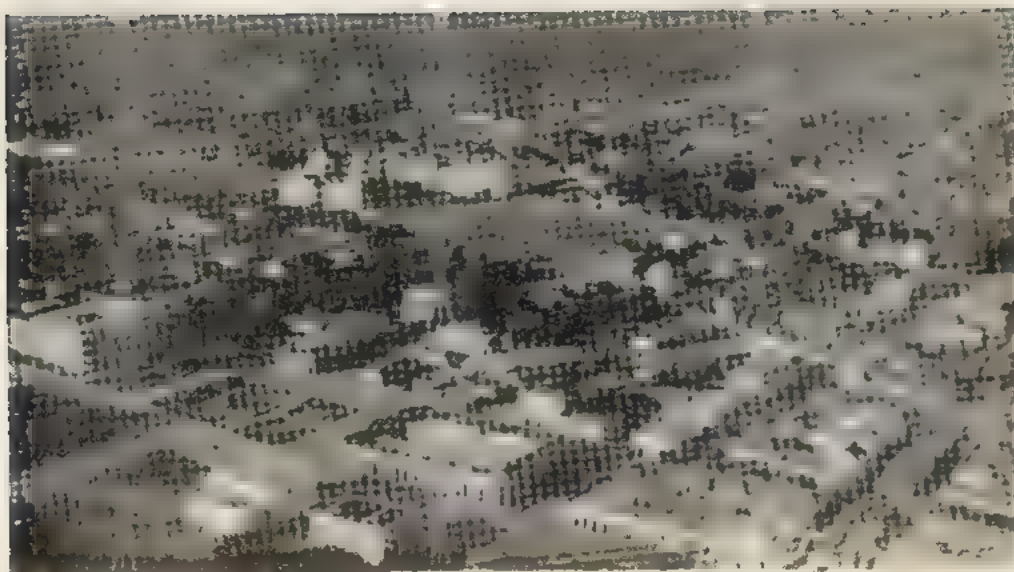
Não é verdade, porém, que a M. M. R. Co. impedisse a colonização ao longo da linha, violando a última cláusula do contrato de arrendamento ("constituir núcleos coloniais com famílias de agricultores, de 100 em 100 Kms. ao longo da linha férrea"). Assim, por exemplo, escreveu o "Alto Madeira", o jornal de Pôrto Velho, ainda a 14/XII/1930. Compulsamos minuciosamente o Arquivo da Madeira-Mamoré Railway Co e não podemos subscrever a mesma affirmação. Cfr. A. M. M., "folder" 016-2 sôbre o Núcleo Colonial de Abunã. Pelo contrário, o próprio "Alto Madeira" de 28/III/1918 falava de uma "larga lavoura de milho desenvolvida em Guajará-Mirim pela iniciativa particular", e a 31 do mesmo mês e ano se referia a um lavrador que em 1917 fizera uma regular plantação de arroz em Pôrto Velho, em área relativamente pequena. seria fora do perímetro da Madeira-Mamoré?...

Por que não lembrar que em 1750 o colono da Amazônia *devia* plantar as espécies nativas e aclimar as alienígenas? que em 1759 havia na Amazônia 17 mil pés de café, e que em 1775 havia dêles 220.920?!

9 — O pôrto estava um pouco abaixo do povoado.

10 — MACCHETTI, *Diario de viaje* etc., pág. 51.

(Arq. M M. de André Ary, S. Paulo)

A cidade de Pôrto Velho em 1910

(Foto Veiga)

A cidade de Pôrto Velho no presente

(Foto do Autor)

A Capela de S. Francisco das Chagas em Pôrto Velho

Foram fixar-se em outra terra firme, situada cêrca de 4 Kms. abaixo, na margem direita. A presença daquêle pequeno quartel, fêz desviar para lá todo o movimento fluvial miudo, enquanto os grandes vapores, transportando as mercadorias destinadas para Mato Grosso, continuaram a preferir Santo Antônio.

Garantida a paz com a Bolívia, retirou-se a guarnição militar e, como por encanto, desapareceu o movimento do lugar.

> "O porto — já dissemos — tornou-se logo deserto, em capoeira bem depressa se transformou o exíguo roçado aberto pelos guardas nacionais, nas horas em que o impaludismo lhes dava tregua".

E foi isso que Frei Jesualdo Macchetti encontrou quando em 1871 subiu o Rio Madeira em busca dos Caripuna.

Desde então, quando na região se queria fazer menção do lugar onde estivera vigilante o meio batalhão da reserva do exército imperial, dizia-se: "*pôrto velho* de Santo Antônio" [11].

Segundo uma tradição, que antigos conhecedores do Alto Madeira nos obrigam a aceitar [12], já no comêço dêste século viveu naquêle lugar um velho, Pimentel de tal, em cuja casa se organizavam as caçadas e se reuniam os caçadores. Surgiu assim outra versão: aos domingos, saiam da Vila de Sto. Antônio grupos de empregados da estrada de ferro em construção, e marcavam o lugar do encontro no *ponto do velho* [13].

Seja como fôr, além de rica em caça, a terra era boa para se habitar: lugar alto, terra firme, pôrto de água limpa [14].

---

11 — Dr. João da Silva Campos, Engenheiro da Fiscalização das Estradas de Ferro, em "Alto Madeira", ano I, n.º 1 de 15 de abril de 1917; cfr. A. M. de 7/IX/1922, número comemorativo do Centenário da Independência. CANTANHEDE, o. c., pág. 35-36.

12 — Manuel Gomes de Oliveira, já falecido, prático do Rio Madeira desde 1893.

13 — Para honra da verdade: não encontramos ninguém que tenha conhecido *pessoalmente* o tal Pimentel.E se trata duma história que não tem cincoenta anos!...

14 — *Pôrto Velho*: lat. 8º 46', long. 63º 55' W, altitude 98 ms.

José da Costa Crespo comprou do Estado, por 600$000, os terrenos de onde deveria partir a estrada de ferro. Mêses depois, propôs a venda à Comissão Fiscal das Estradas de Ferro, por... 120 contos! Impugnado o negócio, e indeferida a desapropriação amigável, o referido senhor propôs ao Govêrno uma ação de indenização absurda! Acabou não recebendo nada, por não se ter satisfeito com pouco. Mas, afinal, o terreno valia, porque os péritos que vistoriaram às propriedades urbanas e sub-urbanas de Crespo na localidade *Milagres*, as avaliaram bem mais!!

A. M. M., "folder" 17, Relatório dos processos em andamento das Companhias Inglesas no Brasil, 31/V/1915; "folder" 330, carta ao Procurador da República, 25/VI/1913.

Isso, porém, não interessava muito para quem ia construir os escritórios e as oficinas duma estrada de ferro; importava menos ainda para quem contava com grandes linhas de navegação: os construtores da "Madeira-Mamoré Railway Co.", tinham onde abastecer-se sem perder tempo, dependendo exclusivamente da lavoura irrisória das terras daquêle rincão amazônico!

USOS E COSTUMES

O povoado de Pôrto Velho — 800 habitantes! — era bem um cenário desordenado, sob muitos aspetos, se bem que dotado de uma posição geográfica privilegiada [15];

> "um amontoado de casas sem o menor aparato de povoação moderna, nem mesmo de taba de indios",

diria anos mais tarde o primeiro Superintendente [16]. Mais uma grande usina ou fábrica, do que uma cidade em formação! Uma verdadeira cidade à moda do far-west, em redor duma estação ferroviária.

Todos os edifícios da cidade eram de madeira, inclusive o hospital da Candelária, do qual teremos de nos ocupar. Algumas construções eram feitas com pilares de alvenaria de cimento, cobertas de telhas francesas; outras, sustentadas sôbre esteios de madeira, com cobertura de zinco [17]. A mor parte eram toscas, de pouca durabilidade, podendo ser consideradas, senão como obras provisórias, apenas necessárias, principalmente durante a construção da estrada de ferro. Destacavam-se algumas casas verdadeiramente de duração efêmera, destinadas a servir de abrigo a trabalhadores ou empregados, e de escritórios dos subempreiteiros [18].

Tudo distribuido anarquizadamente [19]. Ainda mais anarquizada andava a ordem pública!

---

15 — OSVALDO CRUZ, *Relatório*, Rio, 6/IX/1910, em VÁRIOS, *Saneamento da bacia do Madeira*, Typ. do "Jornal do Comércio", 1913.

16 — A. M. P. V., 1.º Relatório apresentado pelo Major Guapindaia, 11/II/1915. Em 1913 o Dr. Geraldo Rocha, Chefe do 1.º Distrito de Fiscalização das Estradas de Ferro Federais, redigiu um Regulamento sôbre urbanismo e higiene. A. M. S. A., of. 21/13 de 7/II/1913.

17 — Entre os poucos edifícios daquêle tempo, funcionou ainda até pouco, o "Hotel Brasil", inaugurado a 1.º de janeiro de 1912. A. M., II, 101; 9/V/1918. Foi destruido em abril de 1956 por falta de higiene.

18 — Dr. Geraldo Rocha, Relatório apresentado ao Ministro da Viação pelo chefe da Comissão extraordinária de fiscalização da "Madeira-Mamoré Railway Co.", Diário Oficial, supl. ao n.º 63, de 14/III/1912, pág. 9-10.
Era proibido cobrir de palha construções particulares. No entanto... A. M. M., "folder" 334 T.

19 — A. M. P. V., idem; Cfr. MORAES, Raymundo, *Na Planicie Amazônica*, 2.ª ed., Manáus, 1926, pág. 187 ss.

As cabanas de palha encobriam crimes, enquanto no "Club Internacional" mulheres e homens dançavam o fox aos compassos do jazz! Rubicundos inglêses vestidos de branco, a beber uisque; alemães ingênuos e sorridentes, sorvendo "chops" com avidez; francesitas de Marselha com admirável heroísmo profissional, sorrindo convidativas aos peões de botas e esporas. Mais: refugiados políticos da Bolívia e funcionários de Manáus e Belém, aventureiros e seringueiros. Uma multidão pedindo alegria! [20]

Para aquela aglomeração promíscua na fala, nos trajes, nos gôstos e nas raças, oriunda de todos os recantos da terra, formada de músicos e zabaneiras, comerciantes, médicos e engenheiros, juízes e promotores, falar em lei e em ordem pública, era coisa difícil, ainda que possível.

Vamos fazer algumas lúgubres referências.

O livro de ofícios policiais que se conserva na Prefeitura de Pôrto Velho, foi aberto a 9 de fevereiro de 1912 com dois têrmos de bom viver: de duas meretrizes e dum desordeiro! No mesmo ano por duas vêzes foi necessário que a administração da estrada de ferro pedisse a exoneração do 1.º Suplente da Sub-delegacia de Polícia, causador, o primeiro, de muitas desordens, à frente dum grupo de homens armados, e o segundo, Marcos Safety, ao mesmo tempo chefe da Mesa de Renda, por ser homem ciumento e convencido!...[21].

No ano de 1913, ano da criação da Vila de Pôrto Velho, a Polícia de Manáus entregou ao recém-nomeado chefe de Polícia de Pôrto Velho [22] uma dúzia de larápios e vadios, que iriam trabalhar nos seringais do Rio Guaporé. Entretanto, o govêrno de Mato Grosso não os quis, e parte dêles fugiu logo para a Bolívia, começando a devassar as propriedades que por lá mantinha a Companhia [23]. Até o encarregado do correio retirou-se para Manáus, vistas as dificuldades que encontrava no desempenho do próprio cargo: o Prefeito de Santo Antônio ofereceu-se para substituí-lo!

E por fim: em 1915 foi exonerado o Secretário da Superintendência por crimes de concussão, peculato, embriaguês, indecências... Mas os têrmos empregados na Portaria de exoneração, poderiam bem colocar em pior situação o signatário, que era o próprio Superintendente, o Major Guapindaia!

---

20 — A. M., 6/VIII/1933.

21 — A. M. M., "folder" 172 T.

22 O documento consultado o diz *homem desordeiro*, que foi preciso remover logo, mas nós preferimos chamá-lo *prejudicial aos interêsses do govêrno da estrada de ferro!!*

23 — A. M. M., "folder" 171.

Com relação ao fisco federal, é daquêle tempo um telegrama nêstes têrmos ao Ministro da Viação:

> "Estou verificando procedimento desonesto agentes fisco federal. Nunca pensei encontrar tanta imoralidade" [24].

Felizmente não era cruciante como em Sto. Antônio o problema do sustento da população [25].

Em 1914 [decr. 757 de 2 de outubro] foi criado o Município de Pôrto Velho naquela aglomeração de homens e coisas. Começaram as divergências a que aludimos em têrmos gerais; aqui vamos referir em particular uma delas, talvez a mais importante, e que acabou de forma ridícula por parte do 1.º Superintendente, graças à astúcia do advogado que a Companhia mantinha em Manáus.

A *"Madeira-Mamoré"* — assim vamos chamar de agora em diante aquela companhia — gozava de isenção de impostos estaduais e municipais [Decr. 7344 de 25/II/1909].

Diante do decr. 8776 [7/VI/1911] que desapropriava uma quantidade muito grande de terreno para uso da estrada de ferro, sucumbiu o arguto tino diplomático do Major Fernando Guapindaia de Sousa Brejense, que era o Superintendente.

O Arquivo da Madeira-Mamoré, se bem que muito desfalcado, ainda conserva um acúmulo da correspondência que, na circunstância, ligou Pôrto Velho a Manáus e Rio de Janeiro. Enquanto a tempestade se tornava cada vez mais iminente, a municipalidade ia anulando os títulos precários que a Companhia concedera, expedindo outros novos [26].

Era mesmo verdade: os terrenos do decreto em questão, pela lei não estavam desapropriados!

O Major Guadindaia desfraldando a bandeira pelos direitos do Município não ficou ainda satisfeito. A Madeira-Mamoré estava agora violando o Código de Posturas Municipais, quando obstaculava a arborização e o reflorestamento, e mandava extrair dormentes no perímetro urbano!

> "Essa Companhia, havendo sido inaugurada em tempos que esta zona era quase desabitada, *vox populi* arrogou-se de ilimitados direitos construindo e derribando *ad libitum*, respectivamente, casas e barracas de pobres forasteiros, que ao tempo já procuravam localizar-se na vida da agricultura. Assim não havendo quem a repelisse, a Companhia usufruia

---

24 — Idem, "folder" 195, telegrama G 236 de 13/VI/1913, assinado pelo Almirante José Carlos de Carvalho.

25 — A. M. S. A., of. 108/13 de 6/VIII/1913.

26 — A. M. M., "folder" *Superintendência*, 8, cartas ao Dr. Valadares, 26/IV/1915, of. da Superintendência n.º 39 de 27/V/1915.

tambem a ventura de ter a seu lado a conivência da Fiscalização do Governo, e desde aqueles tempos *in memoriam*, vem exercendo atos de comercio e industria extrativa [27].

E a correspondência continuou cerrada por causa... dum barracão:

"... portanto não sendo lícito a quem quer que seja insurgir-se contra atos emanados da autoridade legalmente constituída e na forma determinada em Lei, declaro-vos que absolutamente não consinto que façais uzo outro do velho barracão" [28].

Então a Madeira-Mamoré retirou [12/VIII/1915] o passe gratis de que o Superintendente gozava na estrada de ferro! [29]

Em devida forma (!) o advogado da Companhia meteu em ação a artilharia pesada. Cogitou-se até numa honesta prestação de contas do Superintendente, pela qual ficaria certamente demitido!...

Foi preciso tudo, para evitar um conflito armado! [30]

No fim de janeiro de 1916 voltou o sossêgo, porque o direito da fôrça tinha ganho de causa diante do Governador do Estado que não soubera fazer valer a fôrça do direito! A 27 daquêle mês o Major Guapindaia voltou a escrever, como no comêço de 1915, uma carta cheia de delicadezas:

"... o pessoal que contratardes... tem ampla liberdade dentro ou fora das linhas do desconhecido acôrdo de agosto [com o Governador do Estado]. Não procurarei opôr obstáculos à extração de dormentes e lenha e, neste assunto, pode agir como melhor entender, reservando-me, porém, o direito de, em tempo oportuno, apresentar o meu protesto contra essa usurpação, e fazer valer os insonegaveis direitos deste município" [31].

---

27 — Idem, *Superintendência* 70, carta do Major Guapindaia, 5/VIII/1915.

28 — Of. 75 da Superintendência de Pôrto Velho, s. d. [agôsto de 1915] em BREJENSE, Fernando Guapindaia de Sousa, *Relatórios* [11/II e 5/VII/1915], Manáus, 1916. *Código de Posturas Municipais* de Sto. Antônio do Rio Madeira, Manáus, Livraria Palais Royal, 1913. A. M. M., l. c. 75, carta do Major Guapindaia, 10/VIII/1915.

"O Tempo", de Manáus, 6/XI/1915, num artigo assinado por vários comerciantes, afirmou que o Major Guapindaia cobrava impostos até dos Bolivianos!

29 — BREJENSE, o. c.

30 — A. M. M., l. c., carta reservada do Gerente Knox Little ao Dr. Caio Valadares, 28/IX/1915; telegramas do Dr. Valadares, 22 e 24/I/1916.

31 — Idem, "folder" 195-1; "folder" *Superintendência*, 8, carta do Major Guapindaia, 27/I/1916.

Continuaram porém, os mexericos entre a administração da Com-

De tantas preocupações, o Superintendente chegou a ficar doente!! [32] Mas seu nome ainda é lembrado pelas várias obras realizadas.

> "Bandeirantes de hoje, de varias bandeiras vindos, mas acobertados todos à sombra acariciadora do auri-verde pendão patrício — é preciso que vos animeis na luta pela vida" [33].

Sob esta faceta devem ser vistas suas realizações, que foram tais, contra inúmeras dificuldades que lhe desculpam os êrros, exageros e arbitrariedades! Basta lembrar:

> "Aí estão exuberantemente provando os resultados da cultura intensiva — essas extensas margens fluviais, outrora adustamente vestidas de folhagem virgem das florestas — e agora graciosamente adornadas desses múltiplos trechos de roças trabalhadas, onde o humilde lavrador de hoje, o seringueiro de outrora, é um dos poucos a não maldizer a aterradora crise do mercado do ouro vegetal amazonense — assim pinturescamente designamos o traiçoeiro produto das selvas matadouras de vidas e energias.
>
> Prêmios, lotes a baixo preço, tôdas as concessões enfim, que de nossa zona sub-urbana e rural fizessem uma vasta lavoura — não deverão ser poupadas para que o Município seja bem cedo um grande empório abastecedor de cereais
>
> O desbravamento da mata para a sua substituição pelo plantio dos vegetais úteis — não é devastação das florestas.
>
> E' a utilização do trabalho humano em produção útil apegando o homem ao solo, e que naturalmente o conduz à formação do lar e decurrentes benefícios sociais" [34].

MORALIDADE E RELIGIÃO

Era evidentemente natural, em Pôrto Velho, a ausência de critério moral. Pelo exposto acima, a situação era pior que em Sto. Antônio

Comece-se por dizer que não havia instrução e, pior ainda, havia muito poucas crianças!

Era também uma conseqüência natural, que pouco se falasse em

---

panhia e seu advogado em Manáus, pelos ciumes dos Delegados Policiais e para tomar mil precauções contra as supostas ingerências indevidas do Major Guapindaia. A pasta 090 do A. M. M. contém muita dessa correspondência dos anos 1916-1917.

32 — A. M. P. V., 2.º livro de atas da Intendência Municipal, 19/X/1916, pág. 27

33 — Idem, 1.º Relatório etc.

34 — A. M. M., "folder" 195-1 e Superintendência, 6.

catolicismo e em construção de igrejas. A primeira referência a igrejas se encontra na Ata da inauguração do Cemitério público Municipal da Vila de Pôrto Velho:

> "... o Sr. Superintendente Municipal [...] aproveitava a occazião do lançamento da pedra fundamental de uma capelinha" [35].

Foi no dia 28 de julho de 1915, data importante, portanto, nos anais eclesiásticos de Pôrto Velho.

No mês de outubro, no dia 14, foi arrastado à prisão um comerciante

> "pelo simples fato de não querer aceitar um ingresso de cinema em benefício de uma capelinha que se está a construir no cemitério" [36].

Havia sem dúvida, algum espírito de catolicidade. Deparamo-lo na Circular 19 de 14/VIII/1916:

> "Comunicamo-vos para os devidos fins, que sendo amanhã [15 de agôsto] dia santificado, os escritórios e oficinas da M. M. R. Co. estarão fechados.
>
> W. J. Knox Little
> Gerente Geral."

O mesmo encontramos estendido aos últimos dias da Semana Santa, e até de S. Pedro [1917 e 1918].

Com referência à prática de religião achamos duas circulares ambas de 1917: uma [n.º 25] comunicando o horário do culto aos barbadianos, pelo Rev. Miles de tal, no barracão dos barbadianos, e a outra circular [n.º 30] facilitando o mesmo culto [37].

O grau de cultura religiosa era o mesmo que em muitos lugares do interior, ainda hoje condenados ao abandono e à ignorância. Um exemplo, entre muitos.

Havia um cearense, certo "Fontanelle", que, por ser o guarda dos animais de carga da Companhia, era alcunhado "chefe dos burros". Quando, no comêço de 1912, faleceu o Barão do Rio Branco, em Pôrto Velho foi luto geral em pouco tempo. Em tal circunstância Fontanelle quís inteirar-se.

---

35 — Ata da inauguração do Cemitério Público Municipal da Vila de Pôrto Velho, em 28/VII/1915. BREJENSE, o. c.

36 — "Gazeta da Tarde", Manaos, 6/XI/1915.

37 — A. M.M., "folder" 050.

— Qu' é que hay?

— Morreu o Barão do Rio Branco — lhe responderam.

— Ah! já sei! O chefe do catolicismo da Religão da Igreja do Brasil. Aonde morreu? no nosso hospital da Candelária? [38]

Evidentemente, não podiam faltar pessoas de bem, sobretudo entre os administradores que zelavam mais do que por uma moralidade aparente [39].

O Pe. Raimundo de Oliveira, pároco de Humaitá, não estava só agindo em a vizinha Vila de Sto. Antônio. Em 1914 [4 de janeiro] a população de Pôrto Velho se transportou para Sto. Antônio por ocasião das festas de S. Sebastião [40].

Foi aquêle verdadeiramente, o primeiro movimento de catolicidade em Pôrto Velho.

GUAJARÁ-MIRIM

No baixo Rio Mamoré, poucos quilômetros acima da última das cachoeiras do Rio Madeira, a de Guajará-assú, ia surgir outra vila, mais tarde cidade, onde a estrada de ferro foi deixar a ponta extrema dos seus trilhos [41].

Lògicamente o novo povoado havia de pautar-se por aquilo que era Pôrto Velho. Chamou-se Guajará-mirim.

Também lá vivia gente vinda das quatro partes do mundo, com o único intuito de ganhar dinheiro, muito dinheiro, e ràpidamente. E o esbanjamento de dinheiro era patente. No meio de farras inomináveis, novos ricos acendiam cigarros com notas de cem mil réis e até mais, enquanto o champagne corria à vontade. Quantos quilos de pão branco não foram atirados fora, embora não faltassem os pobres...

Afinal, como em Pôrto Velho, havia muita perversidade, mas em ponto maior, e havia outrossim algum pouco de bem, mas em ponto me-

---

38 — A. M., II, 102, 12/V/1918.

39 — Circular 15 [20/VII/1916]:

> "deverão pagar o hospital os que contrairem doenças venéreas. Os mensalistas continuarão gratuitos, porem não ganharão ordenado".

A Circular 19 [14/VII/1917] citava circular anterior ameaçando àlguns nudistas a demissão do emprego. A. M. M., "folder" 050; cfr. A. M. I, n.º 77, 14/II/1918.

40 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

41 – O Rio Madeira é formado pelas águas do Rio Guaporé que, desaguando no Mamoré, toma o nome dêste. A confluência do Rio Mamoré e Beni, ambos com as nascentes na Bolívia, forma o Rio Madeira.

nor, por se tratar duma localidade muitíssimo isolada do resto do mundo civilizado [42].

A 8 de outubro de 1912 foi instalado um pôsto fiscal por Manuel Tibúrcio Dutra, guarda que era, encarregado do mesmo fisco. Tôda a região do Rio Guaporé tinha pouco mais de 800 habitantes! Aquela data pode muito bem ser considerada oficialmente como a da fundação do novo povoado [43]. Antes, lá por 1903, quando do Tratado de Petrópolis, Guajará-Mirim era apenas uma indicação geográfica, para designar o ponto brasileiro fronteiro à povoação boliviana de Guayaramerin.

Sob certo aspeto, Guajará-Mirim é hoje mais bem formada que a própria cidade de Pôrto Velho. Apesar de elevada a cidade sòmente em 12 de julho de 1928, ela possue suas tradições e suas lendas, em redor de um ambiente bafejado por maior união entre a população e por um elevado espírito de família.

Isso não impediu que também lá fôsse grande e maior que alhures o atraso na religião.

Não temos conhecimento que algum sacerdote tenha visitado a localidade ou a região antes de 1917, mesmo depois de criada a diocese de S. Luiz de Cáceres [1910]. Provàvelmente, de passagem, terão prestado algum ministério os sacerdotes da banda boliviana, sobretudo do Rio Beni e Rio Mamoré.

Mais probabilidade têm as viagens de *desobriga*, feitas pelo Rio Guaporé de Vila Bela abaixo. Talvez o Arquivo Arquidiocesano de Cuiabá nos reserve muitas novidades para o futuro, confirmadas, quem sabe, pelo Arquivo Público de Mato Grosso, cujas consultas continuam sendo muito difíceis.

---

42 — Cfr. PRADO, Eduardo Barros, *Yo vi el Amazonas*, 2.ª ed. Buenos Aires, Talleres Graficos de Juan Castagnola e Hijo, 1956.

Com relação ao isolamento em que vivia a região, lembraremos que em 1900 — portanto no séc. XX! — ao chegar a Vila Bela de Mato Grosso, no alto Guaporé, a primeira lancha a vapor, dos Srs. Maciel e Cia., muitos dos habitantes daquela cidade foram esconder-se na floresta!. Cfr. MARQUES, Manuel Espiridião, o. c., pág. 6.

43 — A. M., 12/X/1919.

O BOM PASTOR CONHECE SUAS OVELHAS

DIOCESE DE MANÁUS — AMAZONAS

DÍVIDAS de muitos contos de reis oneravam a Diocese do Amazonas, que externamente aparentava estar nadando em um mar de delícias. A situação precária foi criada sobretudo após o falecimento inesperado de Dom José Aguiar, pelo Administrador Apostólico nomeado pela Santa Sé, o qual, com a mais pura das intenções, quís criar um patrimônio condigno para o futuro Bispo; porém, é certo que uma obra de tal monta não era da alçada e competência de um simples Administrador Diocesano, cujo govêrno tem por fim conservar a Diocese no "statu quo".

O Bispo era **D. Frederico Benício de Sousa Costa**, que desde 1907 ocupava o sólio episcopal de Manáus [1].

Pobre, paupérrimo, sofria muitas privações e a maior de tôdas, uma verdadeira humilhação para êle, uma espada que lhe penetrava na alma, era, naquêle tempo de crise mundial, vêr-se obrigado a repelir, sem o óbulo da caridade, os pobres numerosos que lhe batiam à porta, exigindo dêle como Supremo Pastor, uma migalha para matar a fome... São dêle estas palavras:

> "Sim! nós que, como simples padre, pobre e carregado de família, nunca repelimos um mendigo, hoje, depois de bispo,

---

1 — D. FREDERICO BENÍCIO DE SOUZA COSTA. Nasceu em Boim (Pará) a 18 de outubro de 1875. Ordenou-se em Roma no dia 1.º de abril de 1899. A 31 de março de 1904 foi nomeado primeiro Prelado de Santarem (Pará), tendo tomado posse seis mêses depois, a 29 de setembro. A 8 de janeiro de 1907 foi nomeado bispo do Amazonas, tendo sido sagrado em Roma a 19 de março do mesmo ano, juntamente com D. Santino Coutinho, arcebispo do Pará. Tomou posse da diocese Amazonense a 2 de junho de 1907. Por ter renunciado à diocese em junho de 1913, foi nomeado bispo titular de Tubuna. Entrou na Ordem dos Camaldolenses e faleceu em Barcelona (Espanha) na Sexta-feira Santa de 26 de março de 1948, já na qualidade de frade Carmelita. Cfr. RAMOS, D. Alberto Gaudêncio, o. c., passim; *O Cinquentenário da Prelazia de Santarém, 1903-1953*, Petrópolis, Rio, Vozes, 1953, pág. 27.

temos sido obrigado a fazê-lo da porta do belo e encantador palácio em que moramos" [2].

As almas, no entanto, preocupavam aquêle homem de Deus, mais que quaisquer outras questões econômicas. Empreendeu longas viagens pastorais com indiscutível zêlo missionário: com uma cultura não comum chegou a conhecer tão bem a língua geral, que pôde compor orações, hinos e até um catecismo.

Em 1909 empreendeu a viagem pelo Rio Madeira. De sua atuação em Humaitá já nos ocupamos. Não se sabe com certeza até que ponto Dom Antônio Macedo Costa subiu o Rio Madeira. Mas foi Dom Frederico Costa o primeiro que chegou até Santo Antônio das Cachoeiras.

Também êle com a comitiva se hospedou em casa do Vice-cônsul boliviano, visto que "nenhuma autoridade brasileira foi capaz de fazer oferecimento igual", deixou escrito em sua crônica de viagem o Pe. Ordoñez.

O Diocesano permaneceu em Sto. Antônio apenas três dias, Batizou, crismou e fêz ver ao povo

> "a grande necessidade de que uma população católica e tão adiantada (!) como a de Santo Antônio, edificasse uma capela onde pudessem ser celebrados os divinos ofícios e ademais para o progresso e embelezamento do lugar".

Regressando parou em vários lugares [3]. Ao fim da viagem, a estatística acusava:

650 Crismas, 28 Casamentos, 110 Batizados, sendo 59 de mulheres e 51 de homens. Foram atendidas 530 Confissões nestas proporções: 197 homens, 162 mulheres, 89 meninos e 88 meninas (superiores a sete anos), 200 Comunhões sendo 75 de homens. Para quem conhece as dificuldades que havia e que ainda existem no Rio Madeira, sabe quanto isto tem de maravilhoso! A região ribeirinha se bem que muitíssimo povoada, tinha pouca ou nenhuma assistência religiosa. O Bispo passou quase inesperado, sem demorar-se nem sequer o bastante para

---

2 — COSTA, D. Frederico Benício de Souza, *Carta Pastoral*, Ceará-Fortaleza, 1909, pág. 141 s.

3 — Saindo de Santo Antônio D. Frederico Costa parou nas seguintes localidades do Rio Madeira: *Portachuelo*, sítio de Barroso de tal, *Mutum*, sítio de comerciante Coronel [regionalismo] Bernardino do Valle, *Hueporanga*, *Cavalcante*, propriedade de João Corrêia de Araujo, *Abelhas*, *Brasil*, sítio dum comerciante e intendente de Humaitá, João Peres Dinis, *Mirary*, propriedade do comerciante e deputado estadual Coronel Antônio Monteiro; por fim *Humaitá*, de onde rumou a Borba.

preparar os ânimos. E, acima de tudo, digno de nota, é ser o número de confissões mais elevado entre os homens que entre as mulheres!

De regresso a Manáus empreendeu a viagem pelo Rio Negro até o Acre.

Cresceu então o seu espírito combativo em artigos publicados, onde não se sabia se admirar mais a inteligência ou o caráter em apresentar a crua realidade das coisas:

> "... gente maltratada por negociantes exploradores e gananciosos, sem probidade. Alguns negociantes chegam à maloca de rifle em punho, não pedem, exigem; e, quando não se lhes dá por bem o que querem, tiram à força. Matam os animais; roubam as provisões. São verdadeiros salteadores. E muitas vezes... agarram e forçam as indias donzelas. Embriagam os pais e deshonram as filhas. Viajam com um garrafão de cachaça debaixo da tolda da canoa; para ali atraem os incautos, homens e mulheres, e praticam ações que a pena recusa-se a descrever [4]. Exigem serviço forçado aos pobres homens e dão-lhes como pagamento bugigangas, ou, na melhor hipótese, uma calça ou uma camisa. Agarram-nos à força muitas vêzes, amarram-nos no fundo da canoa e surram-nos tão barbaramente, como só nos tempos antigos da escravidão romana poderemos encontrar exemplo.
>
> Sentimos verdadeiramente a triste e miseravel condição de tantas almas que aí estão abandonadas! Sentimos como sacerdote e como brasileiro!...
>
> Como sacerdote porque amamos as almas resgatadas pelo sangue preciosíssimo de Jesus Cristo e por elas temos de responder! Como brasileiro porque isso é um opróbrio, uma ignominia, uma aviltação, uma vergonha para a nossa Pátria!... Quando há por aí homens que arrotam civilização, progresso e ciência, e ludibriam, em nome de tudo isso, aquilo que temos de mais sacro, dir-se-ia que neste país já todos são sábios, não existem mais analfabetos, todos andam em delícias, em puro ideal de uma sociedade perfeita e, ao em vez, os genuinos brasileiros aí estão, como ferrete de ignomínia na frente da Nação, no estado degradante da pura vida selvagem, sem que ao menos se cogite de chamá-los ao grêmio da civilização... Vergonha!...
>
> Êsses homens repelentes, inchados de orgulho, soprando por todos os poros palavrões com que enganam os papalvos,

4 — Voltando aos tempos coloniais: recordemos que um decreto do Bispo da Bahia excomungava e reservava a si o estupro de europeus com índias!!!

ousam muitas vezes propôr como meio de catequese e civilização... o que?... a bala... Infames! Malditos de Deus e dos homens e dos séculos por vir!... Êsses homens são os genuínos brasileiros! Raça forte e inteligente, cujo sangue corre talvez nas vossas veias... e tendes a coragem de aconselhar a sangue frio e sem remorsos esse meio infame para arrancar-lhes as terras que legitimamente possuem? Mas nós não acreditamos que o vosso sistema prevaleça e vosso conselho triunfe! Não, para honra e glória dêste país a que pertencemos, pensamos que os homens que nos governam, ensinados pela experiência do passado e guiados pela honestidade natural, preferirão antes voltar ao sistema antigo, e farão aqui aquilo que já se está fazendo em outras partes dêste mesmo Brasil, nomeadamente em Mato Grosso; abrirão as portas aos missionários e dir-lhes-ão: "Ide levar aos centros do Amazonas as luzes da fé e da civilização. Ensinai aos livres filhos das nossas florestas o amor de Deus e do Brasil". E os missionários irão, e novos Anchietas surgirão e êsses nossos irmãos abandonados virão finalmente assentar-se conosco no banquete da civilização" [5].

Às palavras seguiram-se os fatos: surgiram as Prefeituras Apostólicas do Rio Negro [1910], de Tefé, do Alto Juruá.

Como era de uma fé viva e sentida constantemente, criara em si uma obsessão: a vitória de Deus nas almas!

Como era natural, previu e pressentiu a reação das hostes adversas. A Maçonaria sobretudo não ficou inerte. À calúnia e à vil perseguição seguiu o atentado à vida física [6]. O valoroso Bispo não arredou de um passo:

"Bem sabemos que prepara-se um ataque geral contra a vossa fé, e que lá em antros tenebrosos formam-se projetos impios que têm por fim a destruição da Igreja, o aniquilamento do clero, a descristianização completa..." [7].

"Hipócritas! Inimigos da Pátria os bispos brasileiros?! Não! Com a fronte erguida para o céu e a mão sôbre o peito, protestamos altamente contra tão atroz quanto ignobil injúria! Quando os nossos acusadores houverem suportado as penas e misérias, que havemos suportado em benefício da

---

5 — COSTA, D. Frederico Benício de Souza, o. c., pág. 58, 77 s.

6 — ANÔNIMO [Una Hija de María T. de San Francisco], *Breves Notas Biograficas del Excmo. y Rdmo Monseñor Dr. Federico de Souza Costa, Obispo dimisionario de Manaus (Brasil), Titular de Tubuna Fallecido en Barcelona en opinion de Santidad* [inédito].

7 — COSTA, D. Frederico Benício de Souza, o. c., pág. 7.

nossa Pátria querida, quando houverem afrontado a morte que mais de uma vez temos afrontado para levar a luz da civilização aos nossos irmãos perdidos nas nossas florestas, só então lhes daremos o direito de chamar-nos traidores, antes não... e que a ignomínia de uma tal afronta sobre eles recaia, pois nós bem sabemos quais são os Iscariotes desta Terra que amamos de todo o coração!" [8]

Essas linhas são bem um reflexo do ambiente que cercava D. Frederico Costa. O cálice da amargura estava transbordando. Não admira que poucas pessoas se tenham apresentado para dizer uma palavra de boas vindas ao regressar duma das viagens missionárias [20/XI/1908]. Para a maior parte eram coisas indiferentes, triviais, sem a mínima importância.

> "Nem siquer a *Filha Bem Amada*, a caríssima Diocese, julgou-se na obrigação de entoar o hino de ação de graças pelo regresso feliz do Pai e Pastor!
>
> A gratidão, amados irmãos, é como que o perfume e o complexo de todas as virtudes.
>
> Deixai que os ímpios menoscabem a nossa missão e tratem-nos com indiferença; ao menos Vós, rodeai-nos com os vossos carinhos e, na medida de vossas forças, amenisai o peso da cruz que por vós carregamos! [9]

E enquanto se traçavam essas linhas, ruaças e desacatos à probidade do Bispo eram praticados ante o palácio episcopal, consciente o Delegado da Segurança pública o qual, logo em seguida, ia desmancharse em desculpas e arrependimentos por não ter chegado em tempo para prevenir o escândalo!

... Foi em 1910!

Estando Dom Frederico Costa em Visita Pastoral no Acre, o "Amazonas", jornal de Manáus, informou em pequeno noticiário que Sua Excelência, se casara civilmente na localidade Bôca do Acre [10]: nem mais, nem menos!!! Nem o nome do pressuposto juiz, da pressuposta noiva, dos pressupostos sogros...

A autoridade eclesiástica em Manáus — o Vigário Geral — dirigiu-se

---

8 — Idem, pág. 105.

9 — Idem, pág. 134.

10 — Foi-nos dito e repetido, em ambientes familiares e mesmo jurídicos, que isso *aconteceu* (sic!) em Humaitá. Mandamos vasculhar o arquivo competente pelo Juiz de Direito e pela Promotora de Justiça daquela Comarca. Em que pesem as devassas a que estão sujeitos os arquivos, o resultado foi negativo!!!

àquele órgão da imprensa, pedindo esclarecimentos, que foram dados nos seguintes têrmos: "aquilo foi apenas para despertar curiosidade".

Mas a notícia de tão mau gôsto não continha apenas aquela explicação displicente. Não tardaram a ser conhecidos os verdadeiros veículos. Feitas as necessárias averiguações, estando ainda no Acre, Dom Frederico Costa mandou à imprensa de Belém a seguinte declaração:

CALÚNIA DESFEITA

"D. Frederico Costa, por Mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, Bispo do Amazonas.

A todos os que nos lerem, saúde e paz em Nosso Senhor Jesus Christo.

Amados Irmãos.

Sangrou-nos o coração ao termos conhecimento de uma local inserta no periódico protestante *Norte Evangélico*, de Garanhuns, Estado de Pernambuco, edição de 22 de Outubro último, já transcripta no *Delta*, também protestante, e na *Prancha Maçonica*, na qual à nossa humilima pessoa e à nossa reputação sacerdotal é feita revoltante accusação malevolamente concebida e divulgada.

Sangrou-nos o coração, repetimos, não por nossa causa, pois a Deus humildemente entregamos o nosso julgamento proprio, mas pela impressão por ventura causada nos espiritos simples, não conhecedores das misérias terrenas.

Louvado seja Deus!

Restava-nos ainda esta dura provação afim de se exgotar o calix amargo dos martyrios que temos soffrido durante esta nossa longa viagem apostolica ao território do Acre.

Quizeramos pulverizar a infamante calumnia, porem recordamo-nos do Divino Mestre, do alto da Cruz, perdoando os seus algozes. Assim nós tambem preferimos perdoar.

Sejam estas poucas palavras o nosso solemne protesto às inverdades escriptas contra nós e cuja origem não procuramos indagar.

Mandamos que esta circular seja profusamente espalhada em nosso diocese e enviada a todos os excmos. Bispos do Brasil.

Pedimos encarecidamente à imprensa que a publique.

Senna Madureira, 11 de Dezembro de 1910.

† *Frederico Costa*, Bispo do Amazonas" [11].

---

11 — A. A. M..

Certo tempo depois adoeceu e se hospitalizou na Sociedade Beneficente Portuguêsa de Manáus, um tabelião da Rua Henrique Martins, chamado João Reis. Agravando-se suas condições sanitárias, mandou chamar o Padre João Dias Bento da Cunha para dizer-lhe:

> "Não o mandei chamar para confessar-me: quero aliviar-me de um caso. Aquela história a respeito de Dom Frederico Costa foi tôda invenção minha!"

Abusaram de sua bondade, de seu zêlo sem barreira, lançaram mão de suas qualidades que cativavam a todos, confundiram nobreza cordada com a leviandade e mesmo a libertinagem que albergava nos corações de seus opositores: julgaram ao Bispo por aquilo que êles eram!...

> "E não teria aparecido aquela *calunia* — o grifo é nosso — se o Bispo tivesse tido família".

Com essas palavras de um antigo Venerável da Loja Maçônica de Manáus, damos por encerrados os esclarecimentos a respeito duma **história** que continua a ser narrada no Amazonas sem fundamento algum [12].

Foi em 1912 que, aproximando-se a festa do Sagrado Coração de Jesus, D. Frederico adoeceu gravemente em plena floresta. Apesar de continuar em gravíssimo estado, pediu aos que o acompanhavam, que preparassem todo o necessário para, no dia seguinte, celebrar a S. Missa. Êles, porém, vendo-o quase agonizante, não o atenderam. Ao amanhecer, sem prestar atenção a nenhuma razão de conveniência, devotíssimo como era do Sagrado Coração de Jesus [13], celebrou a S. Missa com todo fervor e assim, completamente restabelecido, prosseguiu a Visita Pastoral.

Mais tarde manifestou confidencialmente, que naquêle momento tinha prometido que se ficasse bom e pudesse celebrar na festa do Coração de Jesus, teria deposto a Mitra aos pés do Papa para tornar-se religioso. Alcançada a graça, manteve a palavra, e, embora para isso tenham concorrido também outras circunstâncias, em 1913 se fêz monge Camaldulense, tendo, porém, falecido como Carmelita, deixando uma fama extraordinária de santidade [14].

Êsse foi o homem que misturou com seus suores as águas do Amazonas, do Rio Negro e do Madeira!!!

---

12 Informações de Mons. M. Monteiro, Vigário Geral de Manáus (Amazonas).

13 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

14 — ANÔNIMO, o. c.; MADRE ANGÉLICA NAZARENA TRAVASSOS DOS SANTOS, *Palestra Biográfica sobre D. Frederico Benício de Sousa Costa, Bispo Missionario de Manaus (Brasil), Titular de Tubuna, Fundador da Pia*

No dia 24 de abril, de 1917 Pôrto Velho recebia um Bispo pela primeira vez. Era **Dom João Irineu Joffily** [15]. Chegava acompanhado pelo Capuchinho Frei Domingos Anderlini.

O ar festivo, as girândolas de foguetes, muito entusiasmo e as notas maviosas duma filarmônica rica de repertório, foi o que uma cidade semi-pagã podia apresentar. O Bispo foi hóspede da família Bogéa de Sá, guarda-livro da Madeira-Mamoré, homem de profundas convicções católicas. Mas a portaria municipal n.º 98 de 3 de julho mandava pagar-lhe as despêsas feitas em Pôrto Velho, pela verba "Eventuais".

Ultrapassando os limites da diocese, S. Excia. foi a Guajará-Mirim em trem especial. Durante a viagem parou em S. Carlos, em Jaci Pa-

---

União das Filhas de Maria da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, Belém-Pará-Brasil (**inédito**).

De um santinho com relíquia, espalhado em Barcelona por ocasião do 1.º aniversário de sua morte:

ALGUNOS PENSAMIENTOS DEL ILTRE. FINADO

Miro la muerte como una amiga que viene a libertar mi alma para que libre de los lazos terrenos pueda unirse a su Dios.

✣

Sufrir en silencio, con resignación, mostrando alegria, sonriendo en medio de las espinas de la vida, sin que nadie más que Dios lo sepa, es cosa de las más agradables al Señor.

✣

La victoria de Dios es la salvación de las almas, por eso hemos de procurar aun a costa de los mayores sacrificios, la conversión y salvación de las mismas: roguemos para que se conviertan los enemigos de la Iglesia.

15 — DOM JOÃO IRINEU JOFFILY, nasceu em Campina Grande (Paraíba) a 24 de maio de 1878. Era filho do Dr. Irineu Joffily e dona Raquel Olegária Torres Joffily. Foi ordenado sacerdote a 17 de fevereiro de 1901, por D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, em Paraíba (atual João Pessoa). Vigário-cooperador de Guarabira, até 1902. Pároco do Ingá em 1902. Diretor do Colégio Santo Antônio, de Natal, em 1903. Cônego honorário da Paraíba, 8/VIII/1915, e efetivo a 18/II/1910. Em 4/VI/1908 foi feito Diretor do Colégio Diocesano Pio X (Paraíba). Em 1913 era Antistite Urbano. A 18/VIII/1914 foi eleito bispo titular de Sufétula e auxiliar de Olinda. Sagrou-se a 13/VI/1915, no Recife. No dia 16/IV/1916 foi eleito Bispo de Manáus, onde tomou posse a 2 de dezembro. A 25/III/1924 foi transferido para a sede de Belém e tomou posse a 23/I/1925. Renunciou a 1.º de julho de 1931, retirando-se para o Rio de Janeiro, onde ficou muito tempo como Capelão do Mosteiro da Ajuda. Faleceu a 25/IV/1950 no Asilo S. Luiz, no Rio de Janeiro. — Arq. particular de D. Alberto Gaudêncio Ramos. RAMOS, Dom Alberto G., o. c.

raná e em Abunã, onde um grande número de crianças embelezaram a recepção; o Pe. Paulino Nogueira do qual falaremos, fêz então a saudação.

S. E. seguiu viagem acompanhado pelo Padre Paulino, uma vez que Frei Domingos ficara em Sto. Antônio para uma necessária instrução ao povo, preparando um grupo de crianças para a Primeira Comunhão.

No regresso, o Pe. Raimundo, de Humaitá foi esperar D. Joffily em Abunã. Tendo sido acometido por febres, S. Excelência teve que desistir de ir até à Fortaleza daquêle rio.

No dia 3 de maio, já de volta, o Bispo de Manáus benzeu a primeira pedra da futura igreja Matriz de Pôrto Velho [16]. Presentes ao ato mais de 500 pessoas, autoridades e representantes de tôdas as categorias, S. Excelência prometeu a imagem do S. Coração de Jesus, quando estivesse pronta a igreja.

Em seguida, assinada a ata da solenidade, na residência que o hospedava D. Joffily atendeu em confissão a mais de 50 pessoas, para, logo depois, celebrar a 1.ª Missa no local da futura igreja [17].

S. LUIZ DE CÁCERES — MATO GROSSO

Já acenamos à criação da diocese de S. Luiz de Cáceres, em 1910, extendo-se até S. Antônio da Cachoeira. O primeiro bispo foi **D. Frei Luiz Maria Galibert** da Ordem Terceira Regular de Albi (França)[18].

Entretanto, tôda a vasta região do Rio Guaporé, baixo Mamoré e Alto Madeira, só pôde ser visitada em 1921:

> "Há longos anos eu tinha interesse em percorrer esta região, sendo sempre baldados os esforços" [19].

D. Frei Luiz, acompanhado por Frei Jerônimo Badie, fêz em canoa longos trechos dos 4.000 Kms. percorridos; outra parte do percurso foi coberta em lanchas a vapor. Em um e outro caso, foi sempre enfren-

---

16 — O terreno, tinha sido doado à Diocese pela lei municipal n.º 20, de 24 de julho de 1916:

> "art. 1.º A área concedida terá os seguintes limites: ao norte a Avenida Carlos Gomes, medindo 96 ms. 50; ao sul a rua D. Pedro II, medindo 96 ms. 50; ao leste a rua Gonçalves Dias medindo 100 ms. e a oeste a rua José Bonifácio, medindo 100 ms.".

Cfr. Ata da solenidade do lançamento da primeira pedra da Igreja de Pôrto Velho, Apêndice XIV.

17 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

18 — Enquanto escrevíamos estas páginas, a S. Sé acabava de aceitar a renúncia de D. Galibert, — como era chamado, — cheio de anos e merecimentos "sicut bonus miles Christi".

19 — A. M., Entrevista de D. Frei Luiz M. Galibert, 10/VII/1921.

tando mil espécies de dificuldades, devendo aceitar tôda espécie de sacrifícios, que só os que fizeram êste gênero de viagens conhecemos. Vista a enchente (tempo das chuvas) foi com sacrifício da própria saúde que o bom Prelado pôde visitar certas casas de ribeirinhos [*beiradeiros*]. Sim, porque a primeira visita Pastoral não se limitou aos povoados ou agrupamentos de casas, mas desceu a todo casebre habitado. O pastor de tão extenso rebanho deu-se conta de que tôda aquela região estava religiosamente pouco cuidada, havendo grande falta de capelas, que servissm para incentivar o espírito religioso" [20].

Ao chegar a Guajará-Mirim, D. Frei Luiz não tinha sido apenas precedido por D. Irineo Joffily em 1917. Também Dom Rodolfo Caroli, Internúncio em La Paz (Bolívia) já tinha estado aí, de passeio até Pôrto Velho. Era "homem em que transpareciam modestia e simplicidade". A sua chegada no dia 3 de agôsto de 1920, fôra saudada pelo Pe. Paulino Nogueira [21].

Guajará-Mirim recebeu, pois, o seu primeiro bispo diocesano, D. Frei Luiz Galibert, no dia 26 de junho de 1921.

Viu então algo de ináudito e inacreditável!

Ignorância pavorosa! o pequeno grupo que lhe foi ao encontro, recebeu S. Excelência com confetes e lança-perfumes (ou coisa parecida!)... Certamente a intenção era boa, embora o ato exterior fôsse grotesco! Não se podia, aliás, exigir muito mais de gente aventureira, que nunca tinha convivido com um sacerdote.

No dia 3 de julho D. Frei Luiz continuou a viagem num automóvel de linha da estrada de ferro, facilitado pelo Cel. Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha, administrador em Guajará-Mirim da "Guaporé Rubber Company [22].

---

20 — Idem.

21 — DOM RODOLFO CAROLI, nasceu em Roma a 16/XII/1869. Ordenou-se na mesma cidade a 2/VIII/1893. Capelão dos Irmãos das Escolas Cristãs e funcionário da S. Congregação dos Ritos, por fim Reitor do Seminário Lombardo em Roma, em 1914 foi eleito Bispo de Céneda (Veneto-Itália) onde tomou posse a 22/V/1914. Internúncio Apostólico na Bolívia em 1917, onde chegou a 30 de julho. Faleceu (envenenado?) em La Paz a 25/I/1921. A. M., 15 e 19/VIII/1920.

Mons. Caroli deve ter deixado grata recordação porquanto, por ocasião de sua morte, o Cel. Paulo Saldanha, enviou um telegrama de pêsames a D. Francisco de Aquino Corrêia, Presidente de Mato Grosso, a 1.º/II/1921. A. M. M., "folder" 105-5. Para completar a figura de Mons Caroli convém notar que os Salesianos de La Paz ensaiaram a introdução do processo de beatificação e canonização. A idéia morreu com o postulador da causa. Cfr. MARABIM, Pedro. *El Apostol de Bolivia*. Vida y Muerte del Internuncio Apostólico Mons. Rodolfo Caroli, La Paz (Bolivia), Escuela Tipografica Salesiana, 1921.

22 — Uma das atividades em que se tinha ramificado a Companhia.

Logo no primeiro povoado, *Vila Murtinho*, foi alvo de entusiástica manifestação: foram buscar Sua Excia. na casa onde se hospedara por breves instantes, para acompanhá-lo até o ponto de partida. Presentes tôdas as autoridades, D. Galibert, profundamente comovido, fêz um agradecimento que durou 30 minutos [23].

Bela recepção teve ainda em *Costa Marques*, preparada pelo Pe. Paulino.

No domingo 17 de julho D. Frei Luiz chegou a Pôrto Velho com o Pe. Paulino, tendo ficado em Abunã o secretário dêle [24]. As melhores referências precederam a chegada de S. Excelência:

> "É um sacerdote modelo pelas suas virtudes acrisoladas e que se impõe ao respeito da cristandade pelos muitos relevantes serviços que tem prestado com a persistência do cruzado e o ardor de quem se bate em defesa de sublime ideal e dignificadora causa" [25].
>
> "Cavalheiro de fino trato e de esmerada educação" [26].

Como todo bom francês, D. Frei Luiz era homem de poucas palavras e muita ação [27]. Não menosprezou as conveniências sociais; mas, sobretudo, realizou extenso e profundo ministério sacerdotal, todo gratuíto para quem carecesse de meios para pagar os emolumentos [28].

O regresso para Cáceres, noticiado na véspera da festa da Assunção, foi distinguido com grandiosa homenagem, em que não faltou por parte dos portovelhenses, uma nota muito simpática: o canto da Marselhesa! [29]

Dom Frei Luiz repetiu aquela viagem, de outubro de 1922 a julho de 1923. Nesta segunda ocasião percorreu os 366 Kms. da estrada de ferro, numa *cegonha* ou pequeno carro, onde só cabem dois ou três banquinhos. Pode ser eventualmente movida a motor, ainda que o manual seja o mais comum. Sacrifício de tais proporções foi recompensado com o poder levar a palavra da Religião a cada habitante ao longo do caminho de ferro. Chegou a Pôrto Velho no dia 8 de março. Foi saudado também em francês, tendo respondido na mesma língua. Naquêle mesmo dia ce-

---

23 — A. M., 7/VII/1921.

24 — A. P. H., 1.º Livro do Tombo.

25 — A. M., 3/VII/1921.

26 — Idem, 10/VII/1921.

27 — Ao pedido dos repórteres, querendo ouvir as impressões de viagem,

> "notamos que a princípio pouco agradou a nossa pergunta, alegando mesmo não ter nada para dizer à imprensa".

A. M., 10/VII/1921.

28 — Só em Santo Antônio presidiu a 27 casamentos.

29 — A. M., 14/VIII/1921.

lebrou a Missa por alma de Rui Barbosa, sendo acolitado por Frei Bernardo Alves Mendes [30].

O movimento religioso nos povoados do Alto Madeira tomava um impulso consolador. Graças também, sem dúvida, à proteção divina atraída pelas bênçãos dos diversos Prelados. No dia 10 de novembro de 1921, Pôrto Velho recebeu a visita de mais um bispo: Dom Frei Ramon Calvo, Vigário Apostólico de Trinidad, na Bolívia, procedente de Guajará-Mirim; chegou acompanhado por um franciscano, Padre Frei José Maria Gonçalves [31].

A visita de tantos Pastores de almas, despertara também aquêles que, culpàvelmente ou não, sonegavam o fator *religião* na formação das glebas.

A própria imprensa, novata em Pôrto Velho, punha em evidência os assuntos religiosos [32].

Começavam a sobressair figuras e famílias de profundas e, quiçá, tradicionais convicções católicas.

Havia ainda muita estrada a bater, porém, o mais difícil a arrancada inicial, estava dada. Era necessário não esmorecer, continuar sôbre os alicerces de tantos sacrifícios e de tantas renúncias...

---

30 — A. M., 11/III/1923.

31 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo. A. M. 13/X/1921. Talvez fôsse a primeira vez que Pôrto Velho hospedava três Padres ao mesmo tempo: pois estava presente também o Pe. Raimundo de Oliveira.

32 — O "Alto Madeira", começou a circular no dia 15 de abril de 1917.

ERMIDAS SOLITÁRIAS

PÔRTO VELHO

HAVIA anos Humaitá estava percorrendo o roteiro de tôdas as paróquias. O Pe. Raimundo era dinâmico, zeloso [1]. Mas a sede paroquial nem então garantiria o sustento a um sacerdote, nem o ministério era tanto a exigir sua presença contínua. Além do mais, a vida de rotina levada naquela pequena aglomeração de casas, não o imunisaria dos ataques ao respeito a que todo sacerdote está inevitàvelmente sujeito: a história de Humaitá estava farta de exemplos tristes, duma série de sacerdotes instáveis por isso mesmo. Essa história o Pároco de Humaitá não a desconhecia. Por fim: o Pe. Oliveira acalentava no peito um pendor inato para a política, e Humaitá era e é como se fôsse pólvora para o estupim aceso!!!

Por isso viajava sempre, em *desobriga*, para cima e para baixo do Rio Madeira, em tôdas as minúsculas localidades que o embelezam; subia o Rio Candeias, Jamari, Machado e Machadinho, em águas até então, nunca sulcadas por outro sacerdote.

Apoiava e lançava a idéia da construção de Capelas pelo *beiradão* afora: na Cachoeira Samuel do Rio Candeias, em 1914 [13 de abril], e, em épocas diferentes, surgiam capelas modestas ou inacabadas, na *Ilha Grande* e *Carapaú*, Sto. Antônio nas proximidades de Humaitá [2], em *Pombal*, junto à foz do Rio Jamari, em *Sobral* e *Vitória*.

Mas a Capela pela qual mais se preocupou o Padre Raimundo, foi a de Pôrto Velho. Humaitá decaia. No dia 10 de outubro de 1917 fale-

---

1 - O "Alto Madeira", de 8/II/1920 publicava o seguinte movimento espiritual da Paróquia de Humaitá, durante o ano de 1919:

753 Batizados, 63 Casamentos, 380 Confissões, 130 Comunhões, 1 Extrema Unção, 26 Primeiras Comunhões. Essa estatística é de 1920. Trinta e dois anos depois: 463 Batizados, 101 Casamentos, 286 Crismas, 27.032 Comunhões.

2 — Foi levantada por uma promessa dos srs. Bernardo Anchieta e Sotero Brito, que, no começo, promoviam festejos anuais em honra de S. Sebastião. Passaram a festejar Santo Antônio, por insinuação do Dr. Antônio Frederico Monteiro.

cera o Comendador José Francisco Monteiro, o seu fundador. A água encanada, a luz elétrica, a fábrica de gêlo, o salão de cinema, iriam desaparecer ou ficar em estado precário. A nova imprensa, refletindo embora o esmero de uma elite citadina, acusava um abalo moral, aceitando em suas colunas assuntos lascivos [3]. A sacristia da igreja da Conceição ruíra em agôsto de 1918 [4] A festa da Conceição condensava todo o maior entusiasmo religioso, obrigando o Páróco a pedir o auxílio de outros sacerdotes [5]. Mas o resto do ano não tinha quase movimento [6].

Pôrto Velho, pelo contrário, prometia desenvolver-se grandemente. Em 1919, com licença do Bispo Diocesano, o Pe. Raimundo aceitou de ser eleito Superintendente de Pôrto Velho para o triênio 1920--1922. O candidato do Dr. Joaquim Tanajura, que era o Major Guapindaia, não era pessoa grata, especialmente à Madeira-Mamoré. O Pe. Raimundo passou a ser candidato da conciliação, e por isso mesmo mereceu sempre, como veremos, grande estima por parte da Gerência da Estrada de Ferro [7].

A ação em prol dos interêsses do Município mereceu-lhe "grande e indiscutivel elogio" [8]. Na ata da Intendência de 14 de outubro de 1921 lemos:

> "a maioria absoluta de seus pares hipoteca ao sabio governo de S. Excia. o maximo apoio e inteira solidariedade, fazendo votos a Deus pela felicidade pessoal de S. Excia. e de seu honrado e patriótico governo" [9].

A imprensa de Pôrto Velho, resumia assim o exercício findo da Superintendência do Pe. Raimundo:

> "Administração honesta, inteligente e criteriosa. As condições financeiras do Município lhe não permitiam recursos

---

3 — Referimo-nos a "O Madeirense" que apareceu em Humaitá no dia 1.º de março de 1918, substituindo o "Humaythaense" reduzido a uma mudês injustificável. Não pudemos ver, todavia, nenhum exemplar do "Almanaque Madeirense" que se tornara famoso. Com relação a assuntos excessivamente lascívios, cfr. "O Madeirense" de 20/X/1918.

4 — "O Madeirense", 18/VIII/1918.

5 — Em 1917 o PE. ANANIAS DA SILVA CAMPOS, de Manáus, passou em Humaitá as festas da Conceição, para ajudar. No ano de 1918 foi para lá, pelo mesmo fim, FREI DOMINGOS, Capuchinho de Manáus.

6 — Cfr. "O Madeirense", ano I, n.º 1, Humaythá, 1.º/III/1918: houve um surto para que a cidade reconquistasse o lugar que ocupava de *rainha* do Madeira.

Nêsse dia o mesmo jornal noticiava o regresso do Pe. Raimundo

7 —Carta de Dr. Alvaro Maia, secretario do Pe. Raimundo Oliveira, ao autor, Rio, 2/VI/1956; A. M. M., "folder" 203.

8 — A. M. P. V., 4.º Livro de Atas da Intendência, 30/III/1921, pág. 65 ss.

9 — Idem, l. c., pág. 96.

Dom Frederico Benicio de Sousa Costa
Bispo de Manáus

Padre Paulino
Nogueira de Oliveira
Gondim

(A. A. F)

A primeira Capela
em Jací-Paraná

(A. P. P. V.)

para obras de fôlego e iniciativas grandiosas. Prudente e ponderado, procurou defender os lídimos interêsses do Município, empregando com critério as rendas públicas, amparando a causa da população em tudo quanto se fez mister sua intervenção dedicada.

Pelos méritos, por sua conduta digna, pelas suas qualidades recomendáveis, sua conciência ficará tranquila de bem haver cumprido o seu dever.

Parabens pela lisura, inteligência e critério com que se houve no govêrno municipal" [10].

Para honra da verdade, o govêrno do Padre Raimundo teve também, como todos, algumas sombras criadas pela política. No dia 30 de março de 1921, o intendente Raif Costa da Cunha Lima teve palavras pesadíssimas sôbre a suspensão havida da maioria das leis e resoluções votadas no tempo do ex-governador do Amazonas [11]. No mesmo ano, a 5 de novembro, pelo decreto-lei 1026 era extinguida a comarca de Pôrto Velho; foi, contudo, restaurada imediatamente, em 1922 [12].

Padre Raimundo nao deixou que se perdesse a oportunidade oferecida pelo novo cargo afim de incrementar a construção da capela na cidade de Pôrto Velho.

Naquêle mesmo ano de 1917, em que D. Joffily benzeu a primeira pedra da igreja, no mesmo lugar, e não mais no Club Internacional, o Pe. Raimundo rezou a Missa de Natal.

Em fins de 1920 já estavam no lugar dez mil tijolos comprados por um conto e 600 mil réis [13]; ao lado, uma barraca de madeira coberta de zinco [do valor de 480$000] guardava o material restante. Donativos e mais material para construção tinham sido prometidos para quando se iniciassem os trabalhos. Em dinheiro havia em depósito 1:800$000.

No dia da Assunção da S.S. Virgem Maria [1921] após ter celebrado a Missa das 9 hs. no salão da escola, o Pe. Raimundo, acompanhado pelos fiéis, foi colocar a primeira estaca no terreno onde seria construida a igreja.

Porém, apesar da bênção da primeira pedra, da demarcação do terreno, do transporte e depósito de material, naquela mesma semana se verificou que o terreno não era apropriado! Ou melhor, por estar

---

10 — A. M., 31/XII/1922.

11 — A. M. P. V., l. c., pág. 65 ss.

12 — Idem, Circular do Juiz de Direito de Pôrto Velho, 18/V/1922; idem of. 8/22 de 22/V/1922

13 — O ofício 44 de 9/III/1920, assinado pelo gerente geral W. J. Knox-Little, da Madeira-Mamoré, punha à disposição do Pe. Raimundo de Oliveira a importância de um conto de reis, como donativo para a construção da igreja de Pôrto Velho. O Pe. Raimundo agradeceu a 17 de março do mesmo ano. A. M. M., "folder" 037.

situado na parte alta da cidade, era um pouco distante da zona então habitada.

Assim é que no domingo seguinte, 21 de agôsto, foi solenemente benta e colocada outra primeira pedra, no terreno cedido para o patrimônio da paróquia pelo Conselho Municipal por lei n.º 128 de 29 de julho daquêle mesmo ano de 1921 [14].

O terreno, na praça Madeira-Mamoré, já estava devidamente demarcado pelo engenheiro do Município, Cincinato Corrêia de Rodrigues, quando saiu a Portaria 172 [21/IX/1921], determinando dita demarcação [15]. A medição deu pela frente 37 ms. e meio, incluindo a necessária área para jardim; pelos fundos, 73 ms.[16]. Ao ato do lançamento da pedra fundamental estavam presentes as autoridades federais, estaduais e municipais dos municípios de Pôrto Velho e de Santo Antônio, além de muitas famílias benfeitoras, construtores e comerciantes. Foi lavrada uma ata que, juntamente com os jornais da cidade, o "Alto Madeira" e a "Gazeta do Povo", de vários outros Estados, e moedas diversas de diversos valores, foi encerrada em uma caixa de fôlha, lacrada e colocada na cavidade de pedra.

Em vista da mudança do local, aproveitou-se para aumentar as dimensões da futura Matriz. Na mesma semana do lançamento da primeira pedra começaram-se os trabalhos; foram rasgados os alicerces de 20 ms. x 10 ms., com proporções para serem aumentados oportunamente, e as paredes ficaram contratadas a 13$000 o m³.

No começo de 1922, o Pe. Raimundo pediu aos Gerentes da Madeira-Mamoré, W. J. Knox Little, e da "Guaporé Rubber", Cel. Paulo Saldanha, o presente de um sino para a igreja em construção [17]. Os referidos senhores adquiriram por 500$000, em Vila Bela de Mato Grosso, dois sinos históricos: uma irmandade do S.S. Sacramento, em desfacêlo, vendia antigos objetos de arte daquela gloriosa Matriz, para os reparos inadiáveis da mesma [18].

---

14 — Cfr. A. M. P. V., 4.º livro de Atas da Interndência Municipal, 22/VII/1921, pág. 86 v.

15 — Nêsse local hoje surge o grandioso Palácio do Govêrno do Território Federal de Rondônia.

16 — Exposição do Pe. Raimundo de Oliveira, Superintendente de Pôrto Velho, em

17 — A. P. P. V., carta do Pe Raimundo de Oliveira ao Pe. Antônio C. Peixoto, outubro de 1921, A. M., 22/XII/1921.
Manáus, 16/II/1931.

18 — Cfr apêndice XIV, o fac-símile do recibo da compra, que se conserva no A. P. P. V. Da Matriz de Vila Bela só existem hoje duas gigantescas paredes! um ou outro objeto está aos cuidados do comerciante de lá, Marcelo Profeta da Cruz, filho de Zeferino Profeta da Cruz que, junto com José Fernandes Leite e Amaro Caetano da Fonseca, assinaram o recibo da venda dos sinos. A maioria das artísticas imagens e grupos estatuários está hoje lindamente colocada na singela igreja construída graças aos esforços de D. Francisco Rey, Prelado de Guajará-Mirim.

Um dos sinos, rachado, por sinal, foi enviado à Exposição Nacional do Centenário da Independência. O outro, tendo de um lado gravada a imagem de Nossa Senhora e do outro, a data de 1755, foi efetivamente doado à Matriz de Pôrto Velho, acompanhado por uma carta muito gentil [19].

Foi inaugurado a 7 de setembro de 1922, centenário da independência do Brasil, após a homilia "infra Missam" do Pe. Raimundo de Oliveira. Deu as primeiras badaladas Dna. Antonina Borges de Sá, espôsa do Cel. Prudêncio Bogéa de Sá. Em seguida, aguardando a construção da tôrre da igreja, o sino foi depositado na Prefeitura da cidade [20].

Não obstante o interêsse tomado como aludimos, até mesmo pela imprensa local, em fim de março de 1922 foram sustados os trabalhos. Muitas despesas, pouca receita, um "deficit" assustador naquêles tempos: 6 contos e meio!

> "Esta diferença — escreveu o Pe. Raimundo — debitei à minha conta particular, ficando eu unico *credor*, estando pagas as contas de pedreiros, operários e fornecedores" [21].

---

19 O conteúdo da carta, desmente implicitamente que o presente tenha sido provocado pelo Pe. Raimundo:

> "... conseguimos adquirir ali um sino muito antigo, que tem gravada a data de 1755, e nos lembramos de oferecê-lo por vosso intermedio, à Matriz ora em construção da Paróquia de Porto Velho.
>
> ... conforme o incluso documento que nos foi passado pelos membros da Irmandade do SS. Sacramento da Paróquia de Mato Grosso Srs. José Fernandes Leite, Zeferino Profeta da Cruz e Amaro Caetano da Fonseca, documento esse que temos a satisfação de passar às vossas mãos para que o façais guardar no arquivo da Paróquia de Porto Velho a vosso cargo".

A. M. M., "folder" 037, carta de Knox-Little e Paulo Sadanha ao Pe. Raimundo de Oliveria, Guajará-Mirim, 5/V/1922.

20 - O Cel. Prudêncio Bogéa, já Prefeito de Pôrto Velho, afirmou que o sino em questão pertenca à Prefeitura de Pôrto Velho, quando, na realidade, era do conhecimento de todos que o sino fora oferecido à Igreja. Fora a imprensa da época, não havia prova em contrário, porque o documento do ato de compra e venda do referido sino, nunca foi entregue ao Pe. Raimundo: êste, por delicadeza, nunca o exigiu. Nas nossas vastas e prolongadas pesquisas tivemos, não fôsse outro, o mérito de encontrar tal documento, longe de qualquer arquivo eclesiástico; sabendo que, de direito, pertence ao Arquivo da Prelazia de Pôrto Velho.

Assunto muito delicado e mais difícil para se resolver é saber de qual direito teria lançado mão uma simples irmandade, para vender os sinos e outros objetos de uma Matriz!

Hoje aquêle sino está colocado na torre da Capela de N. Sra. das Graças (Pôrto Velho).

Cfr. A. P. P. V., carta do Pe. Raimundo de Oliveira ao Pe. Antônio C. Peixoto, Manáus, 16/II/1931.

21 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

E não era esta, fora de dúvida, a única preocupação apostólica do Pe. Raimundo.

Em 1920, já Superintendente, abrira em Pôrto Velho um curso gratúito e público de catecismo e civilidade [22], enquanto ia amadurecendo a idéia de um Orfanato, que recebeu pouco mais tarde o apôio incondicionado da população [23].

Ainda em 1920 o Pe. Raimundo não aproveitou os mêses de licença: quís ficar no serviço quer do Ministério, quer da Superintendência [24]. E não ficaram esquecidos os doentes desamparados; certa vez a Gerência da Madeira-Mamoré recomendou ao seu grande zêlo, que lhe fôssem endereçados, apenas os doentes que "se encontrassem mais ou menos em perfeito estado de saúde" [*sic!*][25].

O ano de 1921 foi de corre-corre às autoridades estaduais, brasileiras e bolivianas, por parte da Madeira-Mamoré, afim de obter isenção de impostos de importação e exportação. E' que a fome se fazia sentir, como conseqüência duma crise prolongada, que ameaçava não terminar tão cedo.

Também o Pe. Raimundo colocou em ação tôda sua influência para proteger os paroquianos e os munícipes de tão temível flagelo [26].

Em 1923, já não sendo mais Superintendente, arcava com quase tôdas as despêsas para a conservação da Capela de Sto. Antônio e reencetava as viagens de canoa, de ponta a ponta dos limites da paróquia. Foi então que enorme vendaval prejudicou grandìssimamente a igreja de Pôrto Velho, cujas obras de construção estavam paradas Isso se deve ter dado no fim do mesmo ano de 1923 ou no primeiro semestre de 1924 [27].

Felizmente ficou sem efeito o requerimento do "Noroeste Sport Club de Porto Velho" [23/IV/23], pleiteando para fazer um campo esportivo no terreno outrora destinado para a construção da igreja.

Assim mesmo o Pe. Raimundo recomeçou os trabalhos sôbre as ruínas da capela destruída.

---

22 — A. M., 8/VII/1920.

23 — A idéia foi do Dr. Giovani Costa, Juiz de Direito interino do Comarca de Pôrto Velho e fundador de "A Gazeta" [1921; em 1923 foi adquirida pelo Dr. José Matheus Gomes Coutinho, Promotor Público]: A. M., 3/II/21 e 29/VI/24.

24 — A. M. M., "folder" 203, Circular de 25/X/1920.

25 — Idem, l. c., carta de 21/II/1922.

26 — Idem, "folder" 105-5 M. M..

27 — Em 1953 o autor viu ainda uma raríssima e preciosa fotografia dos destroços da igreja.

Parece que nêsse tempo o pároco de Humaitá não gozava mais de popularidade geral. Em 1922 a Superintendência de Pôrto Velho ficou com o partido que mal suportara o Pe. Oliveira como candidato da conciliação. Superintendente-eleito foi o próprio Dr. Tanajura.

Estava ressoando, além do mais, a revolução de 1924, pondo em rebolíço também a administração daquêle Município. Aproveitando a ausência do Superintendente, foi deposto o substituto, depois novamente reassumido...[28]

Afinal, os ódios de classe não deixavam tempo nem lugar para o Evangelho de Cristo!

Padre Paulino Nogueira de Oliveira Gondim [29].

Já nos referimos a êste primeiro sacerdote que deu assistência religiosa nos afluentes da região encachoeirada do Rio Madeira. Em março de 1917 subiu o Rio Abunã, afluente de esquerda do Madeira, com o fim de residir junto com o irmão e outros parentes [30]. Não sabemos se essa medida teve como escopo principal a assistência religiosa. Por uma carta confidencial do Arcebispo de Fortaleza (Ceará) podemos supor que houve outras razões: o próprio Arcebispo julgou que dito sacerdote iria fixar-se na Arquidiocese de Cuiabá [31].

O fato é que o Pe. Paulino, munido de licença pela autoridade diocesana de Cáceres, penetrava pelos rios Abunã, Jaci Paraná e subia o Guaporé até à foz do Rio Verde, cujas margens marcam as fronteiras do Brasil com a Bolívia.

Não só. Provisionado e munido de amplas faculdades delegadas pelo Bispo de Santa Cruz de la Sierra, D. José Belisário Santiestevan, em fim de 1918 e comêço de 1919 o Pe. Paulino, acompanhado de seu irmão Sabino Nogueira Maia, realizou uma viagem de desobriga em território boliviano, pelos rios Mamu, Orton, Pakaguaras e Negro. Foi mal estudada a viagem, pois foi feita na pior época do ano, na estação das chuvas.

---

28 — A. M. M., "folder" 016-2.

29 - O PE. PAULINO NOGUEIRA DE OLIVEIRA GONDIM era filho legítimo de João Monteiro de Oliveira Gondim e de Anna Maria das Mercês. Nasceu a 3 de agôsto de 1877 na Morada Nova (Ceará), onde residiu. Em 1896 entrou no Seminário de Fortaleza. Recebeu a Tonsura a 30 de julho de 1900. Na mesma data do ano seguinte recebeu as Ordens Menores e ainda no dia 30 de julho de 1902 o Subdiaconato. Recebeu o Diaconato a 28 de março de 1903, para ser ordenado sacerdote a 30 de novembro daquêle ano. Morreu no Asilo de Poranga[ba] (Ceará), tendo recebido lucidamente os S.S. Sacramentos.

Arq. do Seminário Arquidioc. de Fortaleza (Ceará), Livro de Matrícula n.º 5 (1888-1898), fl. 248; idem, n.º 3.

30 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

31 — A. A. M., carta do Arcebispo de Fortaleza (Ceará), 31/I/1917.

E naquêle ano, as chuvas foram abundantíssimas. Mas é a época em que os seringueiros não fazem borracha.

> "Dezembro é também o mês em que as colossais e seculares castanheiras [castanha do Pará] soltam de suas frondes altas e ramalhudas, grandes quantidades de ouriços, que se desprendem de uma altitude a mais de cincoenta metros, para o solo, onde os ouriços que pesam aproximadamente um quilo e mais, batem com tanta fôrça no chão, que muita vez ficam soterrados. Infeliz do mortal que for assim apanhado em flafrante, por um daqueles ouriços, que semelham óbuses soltados das alturas.
>
> "Não menos pavor causava a cada instante, o estalar medonho de grandes arvores rachadas, que tendo raizes à superficie do solo, ao menor sopro das fortes ventanias, ou carcomidas as raizes pela constante umidade do terreno, ruiam por terra, à margem dos varadouros, com estrondos fragorosos, fazendo tremer toda a vizinhança, obstruindo, por vezes, o caminho".
>
> "Ladeiras íngremes, lamacentas e escorregadiças, pontes ou pinguelas frageis e desmanteladas, tabocais urdidos de urzes e espinhos longos, duros e penetrantes, mata cerrada e deserta, inospita e bravia: tudo dava uma impressão triste e assombrosa".

Alguns trechos da viagem, ora por água, ora sôbre muares, apresentaram outros riscos e perigos. Espavoridos, erravam fugitivos pelas matas os índios restantes ainda da grande tribo dos Pakaguara, selvagens ferozes, valentes, de grande estatura humana, fortes e musculosos, que, armados de grandes flechas e arcos resistentes, atacavam, de quando em quando...

> "Os varadouros são cerrados de ladeiras constantes e pinguelas sem segurança sobre os igarapés, ultrapassando assim, tudo quanto imaginar se possa em perigos, abismos e dificuldades. As ladeiras são tão íngremes e escorregadias que formam verdadeiros sorvedouros cheios de lama até à altura das pinguelas. Os pobres animais tremem, oscilam e descem cambaleando forçadamente aprofundados na lama! Verdadeiro suplício de Tântalo e Sisifo ao subirem, coitados, com os cavaleiros às costas, as ladeiras opostas. O menor desequilíbrio seria certamente fatal".

Repetiram-se muitas vêzes aquelas cenas pavorosas e trágicas, que acobardariam talvez o ânimo mais destemido e ousado.

O epílogo de tantos batismos, tanto ministério, de tantos sacrifícios apostólicos, foi a gripe espanhola que acometeu o Pe. Paulino e seus companheiros de viagem [32].

ORIGEM DAS PRIMEIRAS CAPELAS

Além do ministério sacerdotal pròpriamente dito, o Pe. Paulino cuidou que as várias localidades e as diferentes povoações brasileiras tivessem uma capela para os atos do culto.

Parece que o primeiro povoado, no qual se cogitou da construção duma capela foi o de *Presidente Costa Marques* [hoje *Abunã*], fronteiriço à Bolívia, pouco longe da confluência do Rio Abunã com o Madeira. Não admira a preferência, pois no Rio Abunã moravam os parentes do Pe. Paulino. Além do mais, Abunã era ponto estratégico da estrada de ferro, onde pernoitavam os trens, que chegavam até lá, já um ano antes da inauguração oficial da linha.

Assim é que, em fins de abril de 1918, o Pe. Paulino tinha a importância de 595$000 para a construção duma Capela nessa localidade [33]. E no mesmo ano, a 23 de junho, se realizou a tocante cerimônia das Primeiras Comunhões das crianças [34].

O reino de Nosso Senhor, se bem que devagar, ia avançando!

No ano seguinte, 1919, outro povoado muito importante ao longo da via férrea, deu início ao movimento espiritual.

Jaci Paraná, outrora *Generoso Ponce*, é uma localidade menor que Abunã, situada no Km. 90 da Madeira-Mamoré [35]. No dia 8 de maio de 1919 o Pe. Paulino ergueu um altar naquêle local, para o lado que se chamou posteriormente Avenida Osório [36], e aí foi celebrada a Missa pela primeira vez. Logo após, o Pe. Paulino benzeu um pequeno cruzeiro que ficou plantado no mesmo lugar [37]. Organizou-se mais tarde uma Comissão para realizar a idéia da construção de uma Capela. Chegou-se mesmo a comprar um terreno e depositar certa importância [cêrca de um conto de réis] na Madeira-Mamoré, conforme o uso daquêle tempo.

---

32 — Missão Paroquial do Revdo. Pe. Paulino Nogueira etc., A. M., fevereiro de 1919.

33 — A. M., II, 99, 2/V/1918.

34 — Idem, junho de 1918.

35 — Ainda hoje, a referência às localidades menores, situadas ao longe daquela estrada de ferro, é feita preferìvelmente pelo número do quilômetro da linha, em que elas se encontram.

36 — Dirá mais tarde o primeiro cronista da Prelazia de Pôrto Velho: "de avenida só tinha o nome, e na realidade é um matagal fechado". 1.º Livro de Tombo da Prelazia de Pôrto Velho.

37 — A. M., 27/V/1919.

O ano de 1920 marca os primeiros trabalhos para a construção de uma outra igreja, em *Guajará-Mirim*, dedicada a N. Sra. do Perpétuo Socorro. A quantia recolhida para aquêle fim até meados de setembro era de 2:810$661 [38].

Também pelo Rio Abunã acima se cogitou e trabalhou no sentido que Deus tivesse uma casa para o seu culto. O local escolhido foi o povoado de *Fortaleza do Abunã* (Forte do Abunã). Isso foi em 1920, e ficou tudo no desejo, pois, em 1926, a Capela ainda não estava acabada, embora já tivesse custado muito dinheiro do povo [39].

Em fim de agôsto de 1924 o Pe. Raimundo foi chamado a Manáus para o govêrno interino da Diocese do Amazonas, como Vigário Capitular; D. Irineo Joffily fôra transferido para a Sé arquiepiscopal de Belém, no Pará [40].

Na região do Alto Madeira ficou por pouco o Pe. Paulino Nogueira. Desde 1920 seu ministério sacerdotal tomara um cunho bastante "sui generis". Jurisdicionado pelos respectivos Prelados, andava ora na diocese boliviana de Santa Cruz, ora no Acre, ora na diocese de S. Luiz de Cáceres, ora na de Manáus. Quando na realidade o bispo de Manáus tinha dado exclusivamente a licença de exercer o Ministério na Paróquia de Humaitá, se o Pe. Raimundo precisasse dêle.

Os veteranos da região ainda hoje comentam assim: "O Pe. Paulino nos ensinou a valorizar o dinheiro. . ." [41].

Em 1923 o Bispo de Cáceres, D. Frei Luiz M. Galibert, viu-se forçado, por fim, a pedir ao Arcebispo de Fortaleza, no Ceará, que chamasse o Pe. Paulino para a diocese de origem [42].

---

38 — Idem, 30/IX/1920.

39 - 1.º Livro de Tombo da Prelazia de Pôrto Velho

40 — RAMOS, D. Alberto Gaudêncio, o. c.; A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

41 — Cfr. A. M. M., "folder" 203.

42 — Carta de D. Frei Galibert ao autor, S. Luiz de Cáceres (Mt.), 17/X/53.

O Pe. Paulino, falecido no Ceará com plena lucidês de mente, em épocas diferentes passou parte de sua vida com as faculdades mentais desequilibradas. Se houve casualmente algo de grave contra êle, qual terá sido o grau de responsabilidade? Está o fato que nunca lhe foi tirado o uso de ordem.

A. A. M., carta do Arcebispo de Fortaleza (Ceará), 31/I/1917.

Antigos seminaristas de Fortaleza — entre êles o atual Arcebispo de Belém, S. Excia. D. Alberto Gaudêncio Ramos — lembram um episódio da última fase da vida do Pe. Paulino. Apezar do desfecho trágico que teve o seu apostolado no Alto Madeira, leva-nos a uma psicanálise bem mais benigna a respeito da figura do Pe. Paulino. O episódio é o seguinte: abusando de seu estado mental, dois indivíduos foram arguí-lo sôbre matérias escabrosas ouvidas em confissão. O Pe. Paulino pediu aos dois que se aproximassem bem para poder falar baixinho. Então agarrou as duas cabeças chocando-as com fôrça energúmena, até que alguém interveio para libertar os dois das mãos dum pobre louco, que não era tão louco!

A IGREJA DE GUAJARÁ-MIRIM

Em Guajará-Mirim vibrava entusiasmo. Dir-se-ia a lei dos contários.

No dia 23 de junho de 1924, às 10 horas, efetuou-se o lançamento da pedra fundamental para a construção da nova igreja, cuja iniciativa se deveu ao já lembrado Cel. Paulo Saldanha, que fêz cessão do terreno gratùitamente [43].

O vasto local escolhido constituiu a Praça da Matriz. Como em Pôrto Velho, foram colocados em uma urna vários números dos jornais daquela cidade, assim como da Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso, juntamente com moedas e cédulas brasileiras.

No ato, que foi concorridíssimo, falaram o Dr. Mendonça Lima e o sr. Meneleu Tavares. O sr. Alfredo do Carmo Ribeiro, designado para secretário nessa cerimônia, lavrou uma ata, cuja cópia, assinada pelo presidente da comissão, senhoras e representantes de tôdas as classes sociais, foi colocada na urna com cópias de jornais regionais e oficiais [44].

Calculava-se que a igreja ficasse pronta em setembro, pois o Cel. Saldanha já tinha encomendado as telhas. Disso foi posto ao par o Bispo diocesano Dom Galibert, que naquela ocasião se achava na França, de viagem a Roma para a visita "ad limina". A resposta de Sua Excelência ao Cel. Saldanha foi a explosão do grande entusiasmo que lhe ia nalma, pelo fato de se estar realizando um sonho dourado de seu coração de Pastor [45].

No começo do mês de dezembro o Padre Pedro Ghislandi, Diretor do colégio Salesiano de Manáus, se dirigiu a Guajará-Mirim, para presidir ao ato da bênção do novo templo, a convite do Cel. Paulo Saldanha [46]. Realizou-se na véspera de Natal, e a igreja, que já estava com as obras adiantadíssimas, rebocada e caiada interiormente, foi dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Talvez pela primeira vez na-

---

43 — A. M., 23/VII/1930.

44 — Idem, 22 e 26/VI/1924.
Foram tiradas várias fotografias, que não se encontraram de modo algum. As cédulas que deveriam ser incluídas, foram sàbiamente revertidas em benefício das obras da Matriz. A. M., 29/VI/1924.

45 — Idem, l. c.; idem, 29/I/1925, noticiando a carta que D. Frei Luiz Galibert escreveu de Albi (França) ao Cel. Paulo Saldanha, em data de 16/IX/1924. Por aí pode-se deduzir a morosidade da correspondência para o noroeste brasileiro!

46 — Isso quem o diz é a ata da bênção da Igreja. Mas é bem mais provàvel que o pedido feito ao Pe. Raimundo, Governador da diocese de Manáus, tenha sugerido ao mesmo a idéia de mandar para lá um Padre Salesiano, pois, a êsse tempo, já estava bem ventilada nos círculos eclesiásticos de Manáus a criação da nova Prelazia a ser entregue aos Salesianos. Cfr. A. M., 28/XII/24 e 27/VIII/25.

quela terra, o dia do Natal do Senhor foi santificado com a celebração da Santa Missa [47].

O Pe. Ghislandi regressou a Manáus, deixando grande número de admiradores [48].

Em fim de abril de 1925 se estava construindo o altar. Em menos de um ano a igreja estava terminada. Uma grandiosa procissão [26 de abril] entronizou no altar a imagem da Padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro [49].

Não resta dúvida que o principal colaborador nisso tudo, a quem incontestàvelmente Guajará-Mirim devia o grande e inestimável melhoramento de possuir um templo católico, era o Cel. Paulo Saldanha [50]. Em segundo lugar, e talvez exercendo um papel mais importante, estava "Sinhá Martins", Dna. Luzia Martins que, à frente de um grupo de senhoras, fêz surgir a idéia da construção duma capela, e conservou sempre aceso, na medida do possível, o sentimento religioso [51].

Não é verdade, o que foi escrito mais tarde, que nêsse espaço de tempo, no fim do primeiro quartel do século XX, tivesse havido um recuo no movimento religioso da região do Alto Madeira e Baixo Mamoré [52]. O que havia era uma religiosidade, geralmente falando, com base pouco sólida, feita mais, talvez, de exterioridades, do que de profundas convicções.

---

47 — Vide no apêndice XV, a ata da bênção da igreja.

48 — A. M., 20/XII/1925.

59 — A Imagem pesava 600 quilos. A. M., 23/IV/25, 3/V/25 e 31/V/25.

50 — A. M., 31/X/1927.

51 — A. P. P. V , Crônica do Pe. Antônio C. Peixoto. O documento parece o plano para o livro de tombo daquela igreja.

52 — A. M., 23/VII/1930.

APÊNDICES

APÊNDICE I

LEITURA E ESCLARECIMENTOS SÔBRE O PRIMEIRO MAPA DO RIO MADEIRA [1]

Escala: 2.150.000 40,7 × 30 cm.

Êste mapa foi executado em 1747, por José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governador do Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, atendendo ao pedido de Alexandre de Gusmão, que então dirigia as negociações para o Tratado de Madrid.

Sôbre êste fato, assim escreve o prof. Jaime Cortesão: "...ele (Alexandre de Gusmão) pediu e obteve do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, um mapa do Madeira, traçado por José Gonçalves da Fonseca. Em carta daquele governador ao Cardeal Mota, escrita do Pará a 3 de novembro de 1747, e da qual vamos pela primeira vez revelar um trêcho, êle dizia: *Como o mesmo conselheiro (Alexandre de Gusmão) me pediu com instancia, noticias exatas do Rio Madeira e das Minas do Mato Grosso, situadas em meio de umas vertentes e que desaguam no mesmo rio da parte do nosso Brasil, fiz as diligencias possiveis por conseguir sobre esta matéria as noticias mais proximas da verdade, e ordenando ao secretario deste governo José Gonçalves, as reduzisse a um mapa, o executou na forma do que faço presente a Vossa Eminencia, semelhantes ao que remeto ao mesmo Alexandre de Gusmão, que me persuado comunicará a Vossa Eminencia tanto este particular como o da cochonilha acima mencionada*" [2]. das Relações Exteriores, 1944, n.º 25, mimeografado).

O mapa mostra o Rio Madeira e os afluentes e braços que o formam, estando assinaladas, na margem ocidental do Rio Mamoré, 13 missões jesuíticas castelhanas (Província dos Mojos).

Embora revele conhecimentos que se prendem à viagem de Francisco de Mello Palheta (1722-1723), reflete também outras influências, trazendo assim, poucos esclarecimentos ao roteiro daquela viagem.

O mapa contém a seguinte nota descritiva que ocupa a metade inferior:

> "Na provincia dos Charcas Reino do Perú nasce o rio Guapaix no vale de Cochabamba junto a Oropeza em 22 graos de apartamento da Equinocial para o sul; E passando por entre a Cidade de Santa Cruz de la Sierra que existe, E a do mesmo nome que se arruinou; caminhando para o Norte, vai recebendo as agoas de outros rios, com as quaes, E. Missionarios Jesuitas Castelhanos que os administraó, hé chamado rio Mamore. O rio Chuquiabo, tem seu nascimento no mesmo Reino do Perú em 18 gr. de apartamento da Linha, E correndo de Oeste a Leste por huma larga distancia, se encaminha para o Norte, E atravessando por entre serranias já mui caudaloso na Provincia dos Indios Chiritas hé nomeado rio Beni. Este, E o Mamore perdem os

1 — Êste mapa poi transferido do Arquivo Histórico para a Mapoteca do Itamarati, em 1942.
2 — CORTESÃO, Jaime, *Apontamentos das aulas do Curso de História da Cartografia...* Rio, Ministério das Relações Exteriores, 1944, n.º 25, mimeografado.

nomes quando juntandose hum E outro em altura de 9. gr. de apartamento da Equinocial, formaó o grande rio a que os nossos Portuguezes chamaó da *Madeira*, que correndo direito ao Norte, vay desaguar no celebrado rio das Amazonas em altura de 3. gr. E 26 min. de Latitud. Austral. Hé este rio da Madeira povoado de Ilhas, E cachoeiras, destas se lhe contaó 36., E daquellas 89. Pella margem de Leste tem 47 Riachos E 34 Lagos que nelle desaguaó: a maior parte destes Lagos saó de tal grandeza que nelles há Cobras taó formidaveis, que se conhecem pello estrondo q' fazem debaixo da agoa, semelhante ao de hum canhaó de artelharia quando dispara. Da parte de Oeste entraó no mesmo rio as agoas de 55 Riachos, E de 36 Lagos, semelhantes aos da outra parte. Em huma e outra margem abundaó as suas mattas em varias drogas de Cacao, Cravo, Oleo, E outras, que disfrutaó os moradores do Pará, naó sem grande risco do Gentio chamado Mura, que tem morto alguma gente, especialmente a que vai em Canoas dos Missionarios, que saó as que maes frequentam aquella colheita. Os Padres da Companhia de Jesus Portuguezes tem nesse rio duas Missoens; huma logo na boca delle com o nome de Abacaxis, E outra hum dia de viagem à parte de Leste. No anno de 1722, governando este Estado João da Maya da Gama, se expedio huma tropa a explorar as origens deste rio da Madeira; E com effeito sahindo do Pará Francisco Palheta, navegou este rio, E dando no Mamore proseguio por elle até chegar a Santa Cruz de la Sierra, donde voltou ao Pará, sem outra operaçaó maes que haver falado, com os Castelhanos do Perú, E gastou dous annos de viagem No Rio Mamore desaguaó da parte do nosso Brazil 5 riachos, no meio de cujas vertentes estaó situadas as Minnas do Mattogrosso quinze dias de viagem de apartamento do Mamore para a parte de Leste, q' hé a do nosso Brazil. Destas Minnas sahiraó quatro Portuguezes a negociar gados com os Castelhanos Missionarios das Aldeas Hespanholas situadas na margem oriental do Mamoré; E chegando a ellas à custa de grande trabalho q' tiveraó p.ª escapar do Gentio, depois de naó ter effeito a negociaçaó pertendida, sendolhe difficil voltar p.ª as ditas Minnas, por causa do mesmo Gentio, se lancaraó pello rio abaixo em canoa, E chegaraó ao Pará dous dos ditos homens, aonde deposeraó a refferida viagem".

APÊNDICE II

BAURE [1]

PAI NOSSO — Abia pitiye abana o-queani: raquecoyèchasini [re-] pijbuiu: rescimabini pireteco- terira pireino: racamachaponiasini pechechainechone [-ore] pibonari recutibo nequè ani, inebai neie epaibocò. Pipabi nereique retiseseconeibo abiyorereco, ena abechococho: pepatiabi eiecopaineianabi [-elabani] abiti omainecanabi [-bi] pitiye, bicutibò bepetiocòcòbò abiti omainecacanabi: imecaipicabi maamayuni, neye nebeinabi yabirenobe [-embe] abamayuni: ineiro pimeeroquiyicabi tacà mehebabacanabò. Amen.

---

1 — TEZA, E., *Saggi Inediti di lingue americane*, Appunti Bibliografici, "Annali delle Università Toscane", t. X, "Scienze noologiche", Pisa, 1868, pág. 127.

AVE MARIA — Paquecoyechasini Maria; eachachana cagracianabi te Dioso: retiye pichaneborè nereno: ipiyecocorebi netecobo ètenonobebocoiè ipiyecocoreapirobò epusciquigana piniequiye Jesus. Sancta Maria reno te Dioso pabeiecabi abiti mechobobainenanobe, nereique, ineapirei neie abepenani. Amen.

CREIO — Necoyecho Dioso yaco araca reteco retiri, buiacana ani epaiboco opainobo. Necoyecho apiro te resciera Yesu Christo, abecoieri: retiye rebuiaribaneyico spiritu santo repusciquiyo Maria Vergina macatorosina, resciepetirabo rebonari banebo Poncio Pilato requètòtò cruzùyè repeniyò, ineiro recorobò: cachapò recopaicobò ezequipai infiernonobeyè: moposeseconei — bane — àpicobò reisciemopobò epananobe -bocoyè: recacha rarechobò nequeani rehiriquiyo recoyone te Dioso yaco araca reteco reteri: inebai rescimiya — apanaira rogiachapana retecobò echacana epenanobe apiro. Necoyecho spiritu santoyè, te sancta iglesia catholica, comuniona necaitariricocho sanctonobe: nehobiquiyochabi muyuniraco pecadonobè: neisciemochobò ena echacana — àpanaira chanetinobè: abechococho maparaca [. ?-] ari meyeyecapana. Amen.

APÊNDICE III

MORÉ [1]

PAI NOSSO — Core papa matichico vuanapina sciriquiticacayo vuanataa mivee: viquitiscianca mi reyno [rei-]: sciriquitititetaa mepapala huachimesno, otichana vuanapina. Seramevuae mirimanovohtate vire: miriquiacaravua nate serepecatovuae, otichana sereviruae [= *sererivuae?*] serasciquiacaravuaco velene: miritacamitate pecato, miritacamitate tascacae lapena. Amen.

AVE MARIA — Ave Maria netacoco gracia, Dios neneyta, coni tanascaca nerememeco, chane rememena neca Jesus. Santa Maria vemama Dios sererivuae serelapeta miritacataatate vire, chane seretamivahtay. Amen.

CREIO — Scipalohnaa Dios apa careneemipina, vuatiemao vuanapina, chane au, scipalchnaa serepapavuae Jesu Christo pastocte veca Dios, otireereneco parih virgen santa Maria, vuatico espiritu santo ticomateo, tamimacacararacoo timamico Poncio Pilato, talanateo cruzu, tamivacoo, quiscilohnateo, taminacaspavecoo quesno: tovona raare tamiracoo, taminavocoo, tamimecoo vuanapina: otipasseco vimañuh ve papa careneemipina: huay vuatiaqui tamimapoymiaqui vepecatovuae reerene cavee, abaque. Scipalchnaa, espiritu santo, santa iglesia catholica ve comunio santovuae, vevaque pecato, tamiratay, taminavotay abaque, tamivuaolalatay remena christiano vepassacano Dios tapalapalatay. Amen.

---

1 — TEZA, E., o. c., pág. 130. Aquí Teza cai num equívoco, citando Latham, *The natural History of the varieties of man*. London, 1850: os índios Moré não são os Mura do médio Madeira. Essas orações se referem evidentemente aos Moré do Rio Guaporé, missionados por Jesuítas espanhóis, como se pode inferir do texto das mesmas orações, contendo interpolações de origem espanhola e não portuguêsa, língua falada pelos Missionários do Rio Madeira.

Também não parece viável que os Moré sejam os Mondé, como pretendem insinuar Mansur Guérios e Wanda Hanke em Dusênia I (4) 1950: 215-228 (15 de julho), *Breves notas sôbre os índios Mondé e o seu idioma*. Cotejamos o reduzido vocabulário daquela autora com essas orações, tendo encontrado uma só semelhança, exatamente num vocábulo dado como influência espanhola "Videant consules"!

APÊNDICE IV

EDITAL DA VIGARARIA GERAL DE CUIABÁ [1]

A Vigararia Geral de Cuyabá baixou em data de onze do corrente o Decreto do theor, e forma seguinte: D. Fr. José Maria de Macerata, por Graça de Deos, e da S. Sé Apostólica Prelado e Administrador da Jurisdição Ecclesiastica de Cuyabá, e Matto Grosso do Consilho de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Pedro I.º Imperador, o Defensor Perpetuo do Brasil, que Deos guarde. & Aos que este nosso Decreto virem saude, e Benção em Jesu Christo. Fazemos saber, que *tomando nós em consideração a longa distancia,* em que está situada a cidade de Matto Grosso, e ao nimio incomodo, e consideraveis inconvenientes, que experimentão aquelles nossos amadissimos filhos em continuar por mais tempo a vir suas causas, e dependencias mendigar recursos a esta Cidade de Cuyabá com sacrificio de suas fazendas, e familhas não só, como de lhes faltar quasi sempre a regular, e prompta Administração de Justiça pela incompatibilidade d'hum unico Provisor, e Vigario Geral preencher com a devida exacção, e desempenho os deveres respectivos para com huma, e outra Igreja. E não sendo possivel, que na nova ordem das cousas tenha a subsistir, e marchar de igual maneira os interesses de tão cara porção de nosso rebanho, cujo bem nós inherindo as intençoens de Sua Magestade o Imperador desejamos com o possivel disvello consultar, e promover; *pela autoridade, e ampla jurisdicção, que temos da Sé Apostollica* mediante a Bulla — Candor lucis aeternae — plenamente vigorisada pelo Decreto, e Carta Imperial da nossa nomeação; *Fazemos por bem pelo presente instituir, propor, nomear, crear, e erigir, como de facto, instituimos, nomeamos, creamos, e erigimos* na comarca de Matto Grosso *huma vigararia Geral* distincta, independente, e com as mesmas atribuiçoens desta de Cuyabá, à qual ficará daqui em diante pertencendo Cuyabá, e seu Termo id est — a Cidade de Cuyabá, a Chapada, Diamantino, Villa Maria, S. Pedro d'El-Rey, fronteiras do Baixo-Paraguay, Rio Grande, e o mais que para o futuro de qualquer modo se comprehender desde a nova freguesia do Rio-Grande, que parte com a Provincia de Goyas até o Rio Jaurú, que parte com Matto Grosso, *a cuja* nova Vigararia Geral *ficará desde já pertencendo* Matto Grosso e seu territorio, id est a Cidade de Matto Grosso, S. Vicente Ferreira, Ourofino, Lavrinha, Pilar, Casalvasco, *Forte do Principe, S. Luiz do Salto Teutonio, e todas as mais povoações, e lugares comprehendidos desde* o Rio Jaurú que parte com a Vigararia Geral de Cuyabá *até as margens do Rio Madeira que parte com a Provincia do Pará.*

E o Provisor e Vigario Geral, que para ali formos servidos nomear terá a mesma Jurisdição, privilegios, prerogativas, e Direitos que o desta Comarca de Cuyabá, e observará do mesmo modo, e igual maneira a Constituição da Metropole, e todas as mais Leis, Ordens, e Regimentos ora persistentes, e que para o futuro nós ou nossos successores houvermos de estabelecer. E pela Administração daquella Igreja em qualidade de nosso legítimo Provisor, e Vigario Geral vencerá a congrua que Sua Magestade Imperial for servido assinar, e todos os mais emolumentos, e percalços que direitamente lhe pertencer, podendo outro sim por seis meses consecutivos ter fixa a sua residencia em a Cidade de Matto Grosso, e por outros seis meses em Adjacencias, onde mais convier a sua con-

---

1 — A. A. C.

servação, com tanto que não nasça disto algum transtorno em seus respectivos Cargos, e no bom governo da Igreja.

Mandamos portanto em virtude da Santa obediencia, e sob pena de Excomunhão a todo o Clero, Authoridades, e mais pessoas de Cuyabá, e Matto Grosso, a quem o conhecimento deste nosso decreto de Instituição, Erecção, Divisão, Desmembração, Separação, Assignação virem, ou delle noticia tiverem, que assim o cumprão, e guardem e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nelle se contem. E ao nosso Provisor, e Vigario Geral de Cuyabá que o faça publicar por Editaes, e registrar na Camera da sua Repartição, remetendo o original ao Archivo da nossa Chancellaria e Copias as Igrejas da Prelasia. Dado, e passado nesta Cidade de Cuyabá em o Paço da nossa Residencia sob nosso signal, e sello das nossas armas aos *dezesete dias do mes de setembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil oito centos, e vinte quatro* terceiro da Independencia, e do Imperio — Fr. Ja. e Prelado de Cuyabá, e Matto Grosso. Lugar do Sello — com a rubrica do Chanceller — De Mandado de Sua Excellencia Reverendissima — Fr. Marcellino das Chagas de Goyas Secretaria Registrado na Secretaria dos Negocios Ecclesiasticos de Cuyabá e Matto Grosso a folha primeira do livro primeiro dos Decretos. Cumpra-se, e registesse. Cuyabá aos onze de Novembro de mil oito centos, e vinte quatro Tavares. E para que chegue a noticia de todos o referido se mandou affixar o presente Edital, dado, e passado nesta Cidade de Cuyabá em casa da minha residencia aos trese dias do mes de Novembro de 1824. Eu Miguel Dias de Oliveira Presbytero Secular Escrivão da Comarca, e Auditorio Ecclesiastico o escrevi Antonio Tavares Correa da Silva, Provisor, e Vigario Geral de Cuyabá. E nada mais se continha. &.

Reg.º na Cam. Eccles. a fm 3.ª do L.º 1.º de Editaes. Oliveira. Conferido por mim. Escrivão Oliveira [1].

APÊNDICE V

REGISTO DO BREVE DE FACULDADES EXPEDIDO À NOVA VIGARARIA GERAL DE MATO GROSSO [2]

Dom Frei José Maria de Macerata por Graça de Deos e da Santa Sé Apostolica Prelado e Administrador da Jurisdicção Ecclesiastica de Cuyabá e Mato Grosso, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Dom Pedro I Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil, que Deos Guarde. &

Aos que as presentes Nossas Letras virem Saude, e Benção em Jesu Christo Fasemos saber que Havendo Nós por Decreto emanado em data de 17 de Septembro do anno passado Instituido na Commarca de Mato Grosso huma nova Vigararia Geral distincta, independente; e isto pelas imperiosas circumstancias, que naquella Epoca tornavão logo ou quam primum a esta medida alem de necessaria vantajosa; he achando-se já despachado para exercer as funções do dito Cargo Manoel Ferraz de Sampayo Botelho, Sacerdote da Diocese Paulopolitana, que encontramos nesta Nossa Prelasia de merecimento, prestimo e caracter. Cumprindo ora munir este Empregado das faculdades, e poderes cor-

1 — Outro documento de Frei Macerata com relação aos índios, será publicado em apêndice ao 2.º volume, pois só agora foi encontrado no A. P. Mt. pelo Pe. Wanir Cezar.

2 — A. A. C.

respondentes a sua Graduação, como muito exige o bem Espiritual daquella cara porção do Nosso Rebanho. Pelas presentes Nossas Letras em forma de breve expedidas. Havemos por bem e Nos apraz conferir e Delegar ao dito Nosso Provisor e Vigario Geral da Commarca de Mato Grosso os poderes e faculdades seguintes.

1 — De dispensar e commutar os votos simplices em outras obras pias, e de dispensar (havendo causa razoavel), ainda os votos simplices de castidade, e de religião.

2 De dispensar no terceiro e quarto grau de consanguineidade, e affinidade simples e somente mixto, e no segundo, terceiro e quarto mixto, nunca porem no segundo só quanto a matrimonios futuros e contrahendos; quanto porem a preteritos e já contrahidos ainda no segundo só, comtanto que de nenhum modo toque o primeiro grão com aquelles que se convertem da heresia, ou infidelidade a Fé Catholica, e em taes cazos de declarar legitima a prole havida.

3 De dispensar no impedimento de publica honestidade, que provem de Esponsaes validos.

4 — De dispensar super impedimento criminis, comtanto que nenhum dos conjuges o tenha machinado e de restituir o jus petendi debitum amissum

5 — De dispensar no impedimento de cognação espiritual, excepto entre padrinhos e afilhados. Estas disposições matrimoniais, porém, a saber 5a, 4a, 3a, 2a não sejão concedidas senão com clausula id est comtanto que a mulher, não tenha sido raptada, ou se foi raptada, não exista no poder do raptor e na dispensa seja inserido o teor de taes faculdades com menção do tempo, a que forem concedidas.

6 — De dispensar em cazo de necessidade e de grave consequencia os Banhos ante Matrimonium, tirando previamente secretas e exactissimas informações do estado livre, e desempedido dos contrahentes, e fazendo-os primeiramente (se forem estrangeiros e adventicios) depor e justificar com testemunhas o seu estado livre.

7 — De dispensar absolutamente as certidoens de Baptismo e aquellas Pessoas de que não aparecer assento nos Livros para apresentar nos Autos de seu Casamento (cazo não hajão testemunhas, que possam provar judicial ou extrajudicialmente o referido) com tanto que os Contrahentes tenhão idade competente para a contração do Matrimonio.

8 — De dispensar e dar licença para se cazar, e Baptizar fora da Parochia, ainda antes de nascer o sol, ou depois do seu occaso, havendo causa justa e rasoavel.

9 — De dispensar quando parecer conveniente sobre as comidas de carne, ovos e lacticinios nos dias de jejum ou tempo de Quaresma.

10 — De absolver dos Reservados da Prelasia, e todos os cazos reservados a Santa Sé Apostolica, ainda na Bulla da Ceya (*sic!*).

11 - De conceder tres vezes no anno Indulgencia Plenaria a todos os fieis de hum, e outro sexo, que contritos se confessarem, e commungarem

12 — De conceder em Artigo de morte Indulgencia plenaria aos recem convertidos da Herezia, ou infidelidade, e tão bem a quaesquer Fieis que não podendo se confessar estejão pelo menos contritos.

13 — De conceder trez vezes no Anno nos dias que bem lhe parecer Indulgencia plenaria na Oração de quarenta horas a todas as pessoas que contritas se confessarem, e commungarem com tanto que do concurso do Povo, e da Exposição do Santissimo Sacramento não haja suspeita de Sacrilegio, ou tomulto em offensa dos Magistrados.

14 — De lucrar para si as mesmas Indulgências.

15 — De celebrar duas vezes no dia, havendo urgente necessidade, com condição que na primeira Missa não tomará ablução; e desta faculdade porem não usará senão raras vezes, e por gravissimas causas no que Encarregamos muito a sua Consciencia.

16 — De Celebrar huma hora antes de romper a Aurora. outra depois do meio dia, ainda sem Ministro, e ao tempo, em lugar porem descente.

17 — De livrar segundo à sua intenção as Almas das penas do Purgatorio por modo de suffragio; celebrando nas segundas feiras, não impedidas por officio de nove liçoens, ou sendo impedidas, no dia immediato seguinte Missa de Requiem em qualquer altar ainda portatil

18 — De poder fazer os Exorcismos de que usa a Igreja e de Conceder licença a outros sacerdotes de vida exemplar para os fazer.

19 — De Benzer Cruzes, Imagens, e todos os paramentos necessarios para o culto divino; De reconciliar Igrejas pollutas ainda sem agua benta pelo Bispo, e de fazer em huma palavra todas ou outras mais Bençãons, em que não intervier oleo sagrado.

20 — De Erigir e dar licença para se Erigir Igrejas, ou Oratorios Publicos para commodidade, e Utilidade Espiritual dos Fiels, ou dos novos convertidos a Santa Fé, assinando-lhes porem com as formalidades devidas Patrimonio sufficiente para a sua subsistencia.

21 — De Empregar em Coadjutorias ou Capellanias os Sacerdotes Regulares na Falta de Seculares.

22 — De Ter, e ler livros de Herejes, ou de Infieis, que tratão de suas Religioens para effeito somente de impugna-los em escriptos, ou em palavras, e quaesquer outros prohibidos com condição porem de não transporta-los com sigo.

23 — De Exercer finalmente no Territorio de sua Jurisdição (tanto respectivamente a Administração da Justiça que dos Sacramentos) todas as funções Pastoraes com aquella extensão, de attribuiçoens, como Nossa mesma Pessoa, exceptuando porem sempre aquellas, que são primativas do Episcopado, bem como administrar o Santo Chrisma, Consagrar Calices, Patenas & Dar Reverendas, Abrir Visitas. E de poder tão bem em cazo de

necessidade Communicar todas, ou algumas Faculdades acima mencionadas a sacerdotes habeis que o Coadjuvem na Cultura da vinha Mistica do Senhor.

Os quaes Poderes, e Faculdades todas pelo teor das presentes Havemos por bem, e Nos Apráz de Communicar, e Delegar ao Nosso Provisor e Vigario Geral da Comarca de Mato Grosso sem restricção, ou limitação de tempo isto hé em quanto Houvermos por bem, e não Mandarmos o contrario. E para memoria, firmeza e authenticidade do referido Mandamos expedir-lhe as presentes em forma de Breve. Dado em Cuyabá, no Palácio da Nossa residencia, sob Nosso Signal, e Sello das Nossas Armas, em 28 de Maio do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1825. Quarto da Independencia, e do Imperio. Eu Manoel Felippe Fernandes Official da Secretaria dos Negocios Ecclesiasticos de Cuyabá e Mato Grosso os escrevi — Com a assignatura Episcopal — Lugar do Sello — Fr. Marcelino das Chagas de Goyaz — Secr.º Reg.º na Secr.ª no Livro 1.º dos Breves — E nada mais se continha — Está conforme — Manoel Felipe Fernandes Off. da Secr.ª

APÊNDICE VI

VIGARARIA DE MATO GROSSO [1]

Dom José Antônio dos Reis por mercê de Deos e confirmação da S. Sé Apostólica Bispo desta S. Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, do Conselho de S. M. o Imperador. &

Aos que esta Nossa Portaria virem, ou della tiverem noticia Saude. Paz e Benção em Nosso Senhor Jesus Christo. Tendo em consideração a grande distancia, em que está desta Cidade a de Matto Grosso, antiga Capital da Provincia, e querendo, por que hé do Nosso dever, prover com o maior zelo, e cuidado ao bem das Almas de todos os Nossos muito Charos e presados Diocesanos, que pertencem a Commarca Ecclesiastica, de que hé Cabeça aquella mesma Cidade. Havemos por bem pela presente Nossa Portaria, instaurar a Vigararia Geral, por que outrora ella se regia, e conceder ao seo Revdo Vigario Geral attribuições mais amplas do que aquellas, de que gosão os Revdos Vigarios da Vara. E porque na pessoa do Revdo Conego José da Silva Fraga, concorrem as qualidades precisas para o desempenho fiel de tão importante Cargo, Havemos igualmente por bem Nomeal-o, e instituil-o Vigario Geral da sobredita Cõmarca Ecclesiastica de Matto Grosso, e conceder-lhe, como effectivamente lhe Concedemos as Faculdades que com esta Nossa Portaria lhe serão communicadas pelo Nosso Secretario; ficando porem sempre o mesmo Revdo Conego Vigario Geral em tudo subordinado e sujeito a jurisdição do Revdo Provisor e Vigario Geral do Bispado. Com esta Nossa Portaria que durará em quanto por outra nao a revogarmos, e que terá seu inteiro vigor independente de Provisão passada pela Nossa Camara, haverá o mesmo Revdo Conego Vigario Geral José da Silva Fraga todos os Emolumentos e precalços, que por direito e costume lhe pertencerem. Dada nesta Cidade de Cuyabá sob Nosso Signal e Sello de Nossas Armas a 1.º de Abril de 1842.

---

1 — A. A. C.

APÊNDICE VII

DETERMINAÇÕES DO GOVÊRNO BRASILEIRO

no acôrdo com os Frades

FRANCISCANOS

para abrir uma Missão no Madeira [1].

(Resumo)

1. Depois de sua chegada, apresentar-se-ão os missionários ao Governador do Estado.

2. Entregar-se-á aos Franciscanos uma casa conveniente como hospício provisório até à fundação de uma residência definitiva.

3. Nas aldeias a se fundarem em locais escolhidos pelo Govêrno Imperial à proposta do Govrnador, ficarão os indígenas sob a imediata jurisdição dos missionários tanto nas coisas espirituais como corporais sem qualquer intervenção da autoridade do respectivo município ou comarca.

4. No caso de alguem nas aldeias cometer um delito em cuja punição deva intervir a autoridade civil, o respectivo missionário assistirá no processo do delinqüente como tutor e como tal pode depôr ou pedir o que fôr de justiça.

5. Entender-se-ão os missionários com o Governador da Província e não receberão ordens de nenhum outro funcionário.

6. Caberá aos missionários tudo quanto servir para progresso espiritual e material dos neófitos e além disso, o ensino elementar até à fundação de uma escola com professor próprio.

7. Em cada aldeia haverá um ferreiro e marceneiro para os trabalhos necessários e o aprendizado dos indígenas nêstes ofícios.

8. O terreno em que se fundarem as aldeias pertencerá, legalmente, aos indígenas. Caso alguem possa provar qualquer direito sôbre tal terreno, há-de ser, devidamente, indenizado pelo Govêrno.

9. Enquanto os indígenas ainda forem neófitos, outras pessoas só poderão estabelecer-se nas aldeias com a permissão dos missionários. Estes poderão, outrossim, expulsar os que, de qualquer maneira, se mostrarem elementos nocivos para os Franciscanos por mau exemplo ou fraude.

10. O Governador fornecerá aos padres os objetos de que êstes precisam para fazer presentes aos indígenas, particularmente objetos que, pelo seu manejo, induzem ao trabalho. A distribuição não será uma simples doação, mas antes uma espécie de troca, caso os indígenas atribuam aos objetos algum valor, embora êstes, às vezes, não o tenham ou tenham menor valor do em que forem avaliados. Os indígenas darão em troca um produto de sua própria fabricação ou preparação.

---

1 — PUETTER, Frei Pancrácio, O. F. M., o. c., 1943, I, n.º 2, pág. 3-4.

11. Cada missionário receberá, mensalmente, 100 mil réis.

12. Semestralmente apresentarão os missionarios ao Governador um relatório sôbre o estado e as necessidades das aldeias, sôbre eventuais dificuldades, sugerindo, ao mesmo tempo, meios adequados para removê-los Da mesma maneira, informarão de que objetos precisam para a catequese e os neófitos.

13. Sob pretexto algum, poderão os missionários ser impedidos de cumprir o seu mandato principal.

14. Em casos extraordinários, o Governador enviará soldados para as aldeias como medida de segurança.

APÊNDICE VIII

BALANÇOS DA MUNICIPALIDADE DE HUMAITÁ-AMAZONAS EM SEU PRIMEIRO ANO DE EXISTÊNCIA [1]

Março de 1890	D.	33$000
Abril	R.	6:345$587
	D.	320$022
Maio	R.	6:285$565
	D.	2:496$877
Junho	R.	2:894$529
	D.	1:015$659
Julho	R.	1:572$459
	D.	747$075
Agôsto	R.	3.667$617
	D.	3:049$245
Setembro	R.	701$205
	D.	236$694
Outubro	R.	6:458$803
	D.	5:579$051
Novembro	R.	5:939$195
	D.	4:206$885
Dezembro	R.	2:535$143
	D.	2:053$172
Fevereiro de 1892	R.	22:873$265
	D.	77$500

Arrecadação pelo Estado: abril-junho de 1890	1:850$076
julho-setembro de 1890	4:000$000

1 — Arq. particular da família Monteiro, 1.º Livro de Atas da Intendência Municipal de Humaitá.

APÊNDICE IX

RELATÓRIO DO PROJETO PARA A ESTRADA HUMAITÁ-LÁBREA, EM 1895 [1]

Variação d' agulha NE 3º 49'

Rumo Magnético SO 81

Distância 85 milhas ou 157.420 metros

(Remeta-se a Snr. M.º p.ª a devida appreciação e ....

.... a devolução, e arquive-se).

Relatório circunstanciado da minha viagem, por occasião da exploração e abertura d'uma picada de Humaythá, no rio Madeira, para a Lábrea, no rio Purús, no mez de Setembro de 1894, por conta deste município.

Às quatro e meia horas da tarde — 3 — do mez e anno ácima dito, recebi um officio do Snr. José Francisco Monteiro, Superintendente desta Municipalidade de Humaythá, apresentando-me onze pessoas armadas e promptas para, sob minha direcção e administração, darmos principio aos trabalhos referidos. O rumo a seguir, segundo as quaternadas [2] deste e daquele ponto e variação d'agulha, tudo por mim determinado, é 89º — SO — magnético; assim, pois, partimos deste ponto, aproveitando uma estrada já feita que atravessa o campo até ao ponto denominado — sem estradas —; porem, quando eram 6/ʰ da tarde do mesmo dia 3, pernoutamos n'um lugar denominado — Fazenda do Crato — e às 6ʰ da manhã do dia 4 continuamos nossa viagem até a barraca sem estradas já referidas, onde chegamos às 3 horas da tarde do mesmo dia. Achava-se a athmosphera escura; a chuva copiosa Alimentámo-nos e ahi passámos a noute. Néssa occasião, um dos rapazes, que occupavão aquelle lugar, pediu-me para me acompanhar. As 6.ʰ da manhã do dia 5 larguei d'aquelle ponto, entrando immediatamente no trabalho de terçados, seguindo por 89º SO magnético, como já tenho dito; às 4.ʰ da tarde, por occasião de descansarmos e fazermos um modesto agasalho para os instrumentos e bagagens, pois que a chuva estava prestes a cahir, notei que os cinco rapazes me acompanhavão, ficando por esta forma o meu pessoal composto de desesseis pessoas. Às sete horas da manhã seguinte continuámos nossa viagem: — terra plana e alta; aqui e ahí alguns igarapés estreitos e rasos; outros completamente secos; começamos por este motivo a sentir falta d'agua. As três horas da tarde suspendí os trabalhos e procurei água, e ahí passamos a noute: — tempo secco. Às sete e meia horas da manhã do dia seguinte continuamos nossa derrota, e assim fomos até às 4.ʰ da tarde, quando mandei aquartelar a gente; e o mais passou-se sem novedade digna de mensão. Às 7.ʰ e 30 do dia 8, continuámos nossa faina; as 12ʰ do mesmo dia fui avisado que não havia mais mantimentos; respondí: se os selvagens passão nas florestas, qual o motivo por que não havemos de passar?! .. Todos forão de accordo que se tentasse a caça e iríamos passando escoteiro. Foi a primeira vêz que ouvi esta expressão pittoresca do povo; com este sentido, assim continuámos a viagem, occupando uma boa parte de tempo em busca de agua, até que às 4.ʰ da tarde mandei fazer alto para o descanço

1 — Arq. particular da família Monteiro.
2 — Coordenadas.

da noute. Às 7.h da manhã do dia 9 largámos d'aquelle ponto, dando princípio aos trabalhos como nos dias antecedentes; mas notava-se algum desalento no pessoal; continuamos, até que às 4.h da tarde do mesmo dia aguartellámo-nos à espera do dia seguinte. Fazia tempo chuvoso. Recomeçámos pela manhã o labor quottidiano; e no dia 11, ao meio-dia, avistámos a margem do rio Paraná-Pixuna, cujo leito foi cortado pela latt. Sul 7º 23' e Longitude O do meridiano de Grenvvech 64º 11' 00", cujos resultados foram obtidos por observações astronômicas, que fiz na margem direita d'aquelle rio. Para atravessál-o, foi mistér a construção rápida e tosca de uma jangada, que, em meio a correnteza, desequilibrou-se, indo lançar-se n'água o chronômetro, que n'ella permaneceu algum tempo; tendo-se perdido com este sinistro alguns terçados e roupa. O terreno até a margem do Paraná-Pixuna é alto e quasi plano. Este rio é da largura de 100 metros para mais; apresenta agua preta e tem alguma profundidade. Ahí passamos a noute. Às sete horas da manhã entramos na faina da abertura da picada como nos dias anteriores; seguindo sempre a mesma direcção, assim fomos passando os dias 12 e 13, até que às 9 horas da manhã passamos a pé o rio Novo, que seria de 30 metros de largura; e às 10 h do dia atravessámos um Igarapé grande e fundo que segue paralello ao Rio Novo, assim caminhámos até às 4.h da tarde, quando descançámos.

Noute trevosa Tristeza immensa.

DIA 14

Pelas 7 h ½ da manhã, seguimos nossa derrota, e quando eram passadas duas horas entrámos numa campinarana e só as 4 h da tarde d' ahi sahimos, começando depois uma vasta floresta, encontrando apenas um Igarapé com pouca água. Repouso as 5 horas da tarde.

DIA 15

Aos primeiros clarões do nascente, continuámos nossos trabalhos, e como ficou dito, a falta de mantimentos e água em algumas partes tem sem dúvida preocupado nossa imaginação de tal modo a roubarmos o tempo mais precioso para a bôa execução de nossa viagem; porém tudo se tem vencido, não se recuando um só passo dos obstáculos que por este motivo se têm apresentado.

Castanhas, palmitos, macacos, (quando os há), tudo tem sido com muita escassêz o nosso alimento diário. Apesar de não termos encontrados índios, contudo os vestigios d'elles são innúmeros e logo encontrão-se incontestaveis batidas. Imagine-se o pavor, embora vago, que transparecia no semblante macillento e convulsivo d'aquelles meus companheiros de provações no coração das selvas!

Ao meio dia a alegria dissipou-nos toda contrariedade: avistavamos a toalha resplandecente de um rio ao sol. De longe ouviamos o seu guaiar doce e d'uma tristeza indefinivel para as nossas almas saudosas de tudo. Saboreavamos como que um fuscar nos pulmões e sentíamos rejuvenecer. Quem nunca sentiu a extincção da sêde não avalia a sua tortura e o quanto é abençoado o encontro de um rio!

Paravamos a margem do [*rio*] Jacaré.

Atravessamol-o.

DIA 16

As 7 h do dia seguinte, proseguimos no mesmo incansavel labor a 89º SO — e entrámos n'um terreno um tanto accidentado: — matta espessa, sem novidade, a não ser a fome.

Tempo chuvoso...

As 7h ½ ordenei os trabalhos, mas com desalento não pequeno foram cumpridos, visto que a falta de mantimentos já nos tinha reduzido a abatimento consideravel. Mas com coragem continuámos sempre os nossos trabalhos, sendo a maior parte do tempo gasto em procura d' agua e caça.

Suspensa a marcha à hora do crepúsculo.

DIAS 18, 19, 20, 21, 22.

Foram sem dúvida estes dias os mais tristes que durante a minha viagem passei. A fome já nos tinha aniquilada a natureza, e errávamos a procura de alimentos, desvairados como loucos.

A aurora de 23 foi para nós precursora de largas esperanças, illuminando ao longe a superfície serena do Paraná Mucuim. Pescamos algumas piranhas para nossa subsistência, e com isto passamos os dias 24 a 26. Ao descermos pela margem direita, já os nossos poucos peixes eram disputados para o nosso próprio alimento, achando-nos depois em circunstancias de não termos com que pescar.

O tempo se mostrava nublado e por momentos chuvoso; e na dúvida da posição geographica que eu occupava, pois que a atmosphera não me permittia fazer observações astronômicas, resolvemos construir jangadas e irmos aguas abaixo, afim de molharmos a nossa triste situação.

O desanimo era grande. Alguns companheiros, abatidos, soffriam febres e inchações.

No dia 27 estávamos com 5 jangadas à discripção da correnteza vagarosa e muda. A inúmeras voltas sinuosas aportávamos, até que no dia 30 alcançamos o próprio rio Mucuim.

O nosso alimento então pelas praias, era ovos, arraias, e isto mesmo quando apparecião.

No dia 4 de outubro encontrámos com quatro canôas de índios da tribu catauaxís e diversos da paumaris, que nos deram notícia de haver mais abaixo um negociante (no centro), e que se chamava este sítio Cajual, onde me podia abastecer de víveres. Pedi-lhes passagem para mim e oito pessôas, visto que os outros ficaram atraz já ha muitos dias. Esses selvagens forão para nós de uma amabilidade extrema: — conduziram-nos e nos dispensaram todos os favores, alimentando-nos com suas caças moquiadas.

As 6 horas estávamos no Cajual.

No dia 5 mandei Félix, Machado e outro em uma canôa, que subio em busca das 8 pessôas, que já me davam cuidado.

N'essa viagem, conforme minhas instrucções, gastaram o tempo do dia 5 a 11, até que finalmente appareceram neste último dia. Tinham o aspecto de cadaveres, esses infelizes que, torturados pela fome, erão castigados cruelmente com as febres palustres.

Tenho feito observações, onde verifiquei o Cajual na Latt. S — 7º 14' e Longitude O do meridiano de Greenwiche 64º 46' 55"; logo NE SO 11 milhas com a Lábria. Aquí lembrei-me voltar o pessoal pelo mesmo caminho que trilhei; porem, em consequencia do mau estado de saúde em que muitos se achavam, e devido ao tempo chuvoso (causas do equinócio) não me foi possivel cumprir as ordens recebidas em officio n.º 217 da Superintendencia desta cidade. Seguí do Cajual, viajando por terra para Lábria, com marcha demorada, attento á gravidade da situação. Ainda assim muitos não conseguiram acampanhar a minha marcha. Entre os doentes, é preciso notar se que eu tambem soffria devéras inchação nas pernas, a ponto de me difficultar o andar. Àquella cidade chegamos no dia 20 d' esse mez de Outubro, e no dia 22, depois de ter estudado o ponto de partida mais conveniente, acompanhando-me n'esse estudo o major Rocha, Superintendente d'aquelle município.

Para a boa execução das ordens que me forão confiadas, dei começo a uma picada da Lábria ao encontro da que eu já tinha feito, aproveitando nisto 2 léguas de caminho aberto d' aquelle município.

É preciso dizer que esse trabalho foi executado com muito pouca gente, visto as condições de saúde, e aproveitando apenas o tempo para a chegada do vapor "Rio Purús", no qual descemos com destino a Manáos; onde aportamos a 23 de Novembro.

N'esta capital aguardámos a vinda do vapor "Mauá", da linha do Madeira, cuja viagem realisámos no dia 13 de Dezembro, sem perda alguma a lamentar, cabendo-me a satisfação de vos apresentar este relatório, acompanhado com um esboço, demonstrando quais os rios que encontrei, e por onde forão cortados. Deixo de mensionar os igarapés encontrados por mim, por serem de pouca importância e alguns se conservarem seccos.

O pessoal portou-se muito bem, cabendo-me a satisfação de sempre conservar ordem e respeito; no entretanto não posso deixar de louvar a dedicação e coragem de Félix, Farias, Victor, Machado, Severiano e Manoel Domingos, que sempre se esforçaram para me auxiliarem no bom êxito de meu empenho.

Humaythá, 9 de janeiro de 1895.

Joaquim Sabino Gonçalves.

APÊNDICE X

NOTAS SÔBRE O RODOVIARISMO NA AMAZÔNIA

Com os bandeirantes de todos os fursos do Brasil, a Igreja Católica sempre esteve à frente de estradas e caminhos!

Pedrosa, Jesuíta, ao abrir o primeiro caminho entre o Ceará e o Maranhão, deu o sinal aos seus co-irmãos espanhóis, que em 1744 abriram estradas em induvidável território brasileiro às margens do Rio Guaporé, entre a Missão de S. Simão e S. Miguel. E' dêsse tempo, que na Corte de Lisboa se cochichava

a existência dum caminho terrestre que de Vila Bela de Mato Grosso levav ao Pará em 15 dias! Um absurdo, sim, mas o exemplo da Igreja, desbravadora e bandeirante da civilização, arrastou. De fato, em 1771, não muito longe daquelas duas Missões, mais exatamente de onde surgia o Forte de N. Sra. da Conceição (mais tarde, do Príncipe da Beira), João Leme do Prado rasgou os campos dos Parecis, rumo ao Rio Tapajós, para um caminho que, indo ao Pará, evitasse as cachoeiras do Alto Madeira: por êle dois canhões destinados ao Forte do Príncipe da Beira, viajararam bem cinco anos!...

O rodoviarismo da Amazonia estava bem iniciado. Em 1816 ensaiou-se uma estrada na região das cachoeiras do alto Madeira, que unisse o Salto do Teotonio ao do Girau.

Só mais tarde o Noroeste amazônico conheceu a BR 29 e — por que não? — a *Serejipa* do Rio Machado.

Enquanto os batedores da cruz e os missionários da borracha e da castanha abriam novos caminhos e centenas de milhares de quilômetros de estradas e picadas, para todos e para ninguém, um português — Antonio Labre — que no séc. XIX fora fixar residência à ribanceira do Rio Purús, quis singularizar-se entre os demais daquela quadra, que se entregavam afoitamente ao lucro do ouro preto. O fundador da Lábrea lançou os eplanos de uma economia definitiva, contra os aventureiros da borracha encontradiça: Antonio Labre devassou as distâncias!

Abriu picadas de 200 quilómetros nos campos gerais de Pussiari para unir o Purus, o Madeira e o Beni boliviano: florestas de riquesas incalculáveis! Fruto de estudos, tentativas e discursos na Assembleia, que em 1884 já vinham de longa data! Imaginou realizavel uma via férrea unindo Lábrea ao Beni para beneficiar o Acre, por motivos comerciais, estratégicos, e para abastecer o Amazonas com o gado boliviano. Humaitá deveria ser um humilde ramal daquela ferrovia.

Mas a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1887 nem tomou conhecimento do assunto. Os esforços do Labre foram indenizados com 12 contos de reis, para que — a bem dizer — desaparecesse a estrada e o seu idealizador! Congelaram no esquecimento cidades-modelo, fazendas, e gado, os seringais e tudo mais que deveria florir ao longo da "Estrada de Ferro do Madeira ao Guaporé".

Em 1894 o Comendador José Francisco Monteiro ordena a expedição de Joaquim Sabino Gonçalves que com seus mateiros atinge as águas do Rio Purus em 47 dias de viagem.

Em 1949 Antonio de Castro Carneiro em setenta dias verifica os roteiros anteriores, saindo do Lábrea, após solene função de despedida.

Em 1953 Edmundo Monteiro repete a façanha saindo de Humaitá e, a terçado, abre uma picada até o Rio Ipixuna.

Em 1955 — dezembro — Benjamin Rondon com seus companheiros de aventura, vara de Lábrea a Humaitá numa picada de 220 quilometros.

Repete-se a mesma empresa em agôsto de 1957.

O Distrito Rodoviario do Amazonas venceu. Venceu sob o impulso do Dr. Plinio Coelho, Governador do Estado. Hoje a rodovia Humaitá-Lábrea, cmo a "Manaus-Rio Branco", está por ser uma realidade que o tino e o dinamismo do

Dr. Ruy Cantanhede constroe sôbre os suores, os sacrifícios e o sangue dos batedores de setenta anos.

Entretanto a história do rodoviarismo de Humaitá, do Rio Madeira e bem de todo o Amazonas, obedece a outra verdade, ou, ao menos, a uma faceta que merece não ficar esquecida em apostilas de história econômica. A consideração nos é proposta por inúmeras estradas que estão hoje cobertas por capoeiras, por matagais, e que se tornaram varadouros.

E' que na Amazônia, na mor parte das vêzes, pode ter mais valor uma pista de aviação, explica-se melhor a compra de navios e aviões para o intercâmbio imediato dos produtos da terra.

> "Os trabalhadores do Amazonas, ao impulso da natureza anfíbia, patinham entre águas e terras, às margens das caudais, embora sob ameaças de enchentes.
>
> ... Devido a imposições seculares de meio, os extratotores estão acostumados a motores e canoas, lanchas e navios.
>
> ... Não é a selva que subjuga e seduz o homem da Amazônia, embora lhe proporcione sustento e casa, mas a água em sua escravização e libertação permanente. As águas aliam-se às florestas para destruir os esforços do rodoviarismo, cujas verbas invertidas em navios, aviões e pistas, já teriam construido um período novo para a hinterlândia" [1].

Além do mais é preciso ter em conta a manutenção duma extensa rodovia inter-florestal, o desgaste ultra-rápido do pouquíssimo material rodante que irá exigir a região por ela atravessada.

Pergunta-se afinal: com os engenheiros e empreiteiros conscienciosos a trabalhar, com as máquinas modernas, com a técnica, a experiência dum exército de dedicados à causa do rodoviarismo amazônico, já foi possível vencer definitivamente as barreiras dos pântanos, igapós, igarapés, o das chuvas torrenciais?

Em todo caso, resta a ver se a manutenção de um campo de aviação no meio da mata, onde o transporte aquático pode ser uma utopia em pleno Amazonas, resta a ver se compensa sob tantos outros aspetos... se não exige também por si só outros caminhos terrestres, como demonstrou o plano duma pista aerea militar nas proximidades de Vilhena, ao sul do Territorio de Rondônia.

O duplo aspeto do problema não deve ficar esquecido... A "Humaitá-Lábrea", e a "Manaus-Itacoatiara" dentro de alguns anos darão resposta satisfatória, se o empreendimento digno do plauso mais sadio não foi apenas campo experimental de idealismo sandio e fonte para o ganhã-pão duma turma de braçais e tratoristas, assim como a construção de outras rodovias em outras terras serviram e servem para locupletar meia duzia de felizardos.

---

1 — Cfr. MAIA, *Gente dos Seringais*, Rio, 1956, pág. 150-158.

APÊNDICE XI

ÓBITOS NA SEDE MUNICIPAL DE *S. ANTÔNIO*[1]

		Percentagem de menores
1913	61 óbitos dos quais 21 menores	34,42%
1914	27 " " " 12 "	44,44%
1915	17 " " " 4 "	23,52%
1916	24 " " " 9 "	37,5 %
1917	17 " " " 8 "	47,05%
1918	20 " " " 6 "	30 %
1919	62 " " " 6 "	9,67%
1920	39 " " " 10 "	25,64%
1921	14 " " " 1 "	7,14%
1922	21 " " " 5 "	23,8 %
1923	11 " " " 2 "	18,18%
1924	14 " " " 1 "	7,14%
1925	12 " " " 3 "	25 %
1926	7 " " " 1 "	14,28%
1927	6 " " " 2 "	33,33%
1928	8 " " " 3 "	37,5 %
1929	11 " " " 7 "	63,63%
1930	15 " " " 1 "	6,66%
1931	11 " " " 3 "	27,27%

APÊNDICE XII

INVENTÁRIO 1.º DA CAPELA DE STO. ANTÔNIO[1]

1 Imagem de Sto. Antônio, Padroeiro

1 Dita idem

1 " S. Pedro pequena

1 " N. Sra. de Nazareth

1 " S. José (pequena)

1 " Sta. Rita

1 " Paramento branco

2 " encarnados

2 " roxos

---

1 — A. M. S. A., Livro de Óbitos.
1 — A. P. H., 1.º Livro de Tombo.

1 Dita preto

2 cingulos

2 cálices de metal ordinário

1 Thuríbulo de metal branco e naveta

1 ambula

1 Sacrário de madeira

1 Altar novo de madeira

2 Quadros do Coração de Jesus — e Maria

1 " de Sto. Antônio

1 " de S. José

1 " de Ceia

1 " c/ a planta de uma igreja

6 castiçais de madeira (grandes)

12 castiçais pequenos e metal branco

2 " de metal branco, maiores

8 jarros de vidro p/ palmas

4 palmas novas

4 " usadas

2 Ramos

2 Crucifixos de madeira

1 Véo p/ a bençam do Santíssimo

1 Missal e estante

3 Toalhas grandes, de linho e renda

1 Quadro de S. Sebastião

1 Sineta

1 Tapete grande e novo

1 Candiriheiro de suspensão

1 Pedra d'Ara

2 Campasinhas

1 Par de galhetas e salva

(22/9/1913)

Por proposta que nos fizeram os Srs Dr W. J. Knox Little gerente geral da Madeira Mamoré e Cel Paulo Saldanha administrador das Companhias Guaporé Rubber e Julio Muller, ambos em visita a esta cidade, os quaes Srs visitaram a Matriz e notaram a urgente necessidade de se fazer reparos, e estudando de commum accordo o meio de conseguir de prompto uma certa quantia para fazer os reparos mais urgente afim de evitar o desmoronamento de um dos flancos da referida egreja, resolvemos vender dois sinos que terão os destinos;

Um que será offerecido pelo Sr Dr Knox Little e pelo Sr Cel Paulo Saldanha á Egreja de Porto Velho, com as formalidades necessarias; e outro que será da mesma forma offerecido á exposição Nacional que ora se prepara no Rio de Janeiro.

Para pagamento destes dois sinos, dos quaes um está quebrado, recebemos a quantia de QUINHENTOS MIL REIS (500$000) cuja quantia será applicada nas referidas obras de que tanto necessita a nossa MATRIZ.

Villa Bella de Matto Grosso, em 26 de Abril de 1922.

Ata de compra dum sino fundido em 1755 e que se encontra agora na Igreja de N. Sra. das Graças (Pôrto Velho-Rondônia) [1]

1 — A. P. P. V.

APÊNDICE XV

ATA DA BÊNÇÃO DA IGREJA DE N Sra. DO PERPETUO SOCORRO EM GUAJARÁ-MIRIM (RIO GUAPORÉ)[1]

Aos 24 dias do mês de dezembro do ano de 1924, ás 16 horas, nesta localidade de Gm., Município de Santo Antônio do Rio Madeira, Estado de Mato Grosso, na praça denominada da Matriz, onde grande era a multidão de pessoas de ambos os sexos e fica situada a igreja de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, que tem suas obras adiantadíssimas e já apresenta se rebocada e caiada interiormente, compareceu o Rev. Pe. Pedro Ghislandi, Reitor do Colégio de D. Bosco, em Manaus, aqui vindo especialmente por iniciativa e convite do Cel. Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha realizar o benzimento do citado templo catholico e celebrar a Missa de Natal, no genero a primeira que se verifica nesta povoação. Após, ponderado discurso proferido pelo sr. Alfredo do Carmo Ribeiro, que disse de maneira como se vinha construindo a igreja, o Revmo. Pe Pedro Ghislandi, acompanhado do seu ajudante, o menor Fernando Seixas, que o segue da capital do Amazonas, espargiu agua benta por todo o templo, interna e externamente, rezando em voz alta para que todos ouvissem, depois do que convidou os fiéis a entrarem na igreja da padroeira, ficando o edificio literalmente cheio. Em seguida S. Revma. pronunciou demorado sermão e terminou por convidar o povo para assistir a Missa do Natal, que se efetuaria a meia-noite. Do que para constar foi lavrado este termo aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro do ano de 1924, na igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Gm. Município de Santo Antônio do Rio Madeira, Estado de Matto Grosso, assignando-o a respectiva commissão das obras, composta etc. etc., conjuntamente com esta Commissão, assignam o Revmo. Padre Pedro Ghislandi e o seu ajudante, o menor Fernando Seixas.

Gm. 24 de Dezembro de 1924.

(aa) Padre Pedro Ghislandi, Fernando Seixas...

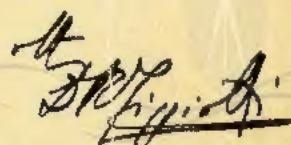
1 — A. M., 1.º/II/1925.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

(São marcados com asterisco os nomes geográficos, e em grifo os de agrupamentos ou tribos indígenas).

NIHIL OBSTAT
Censor ad hoc
Belém, 21.ª junii 1957
Pe. Belchior Maia d'Athayde

L. † S.

IMPRIMATUR
† *Paulo Rolim Loureiro*
Bispo Auxiliar e Vigário Geral
S. Paulo, 8 de dezembro de 1958

Caro Pe. Vitor Hugo,

tenho em mãos e estou verificando o seu trabalho colossal, a que pos ombros, para a publicação do Arquivo Histórico da Prelazia de Pôrto Velho. Foi o que mais me impressionou nesta minha visita aos Salesianos e às obras da Prelazia. Despertou em mim grande satisfação, e merece os elogios e a admiração da Congregação Salesiana, vêr tamanha resultante de um trabalho, que para não postergar o Ministério Sacerdotal e o Magistério, custou noites inteiras passadas em claro, inúmeras horas de sono sacrificadas aos estudos, às pesquisas, às leituras de documentos mais ou menos legíveis. A tal ponto de sacrificar profundamente a própria saúde.

Espero que êsse empreendimento tenha o seu valor reconhecido, a bem da Religião e do Brasil, afim de que os próprios Podêres Públicos toquem com mão o empenho desinteressado e o zêlo cristianizador e civilizador da Congregação Salesiana na Prelazia de Pôrto Velho.

(Superior Geral dos Salesianos).

Porto Velho 20-VII-57